

JAN-JUN/2021

DOSSÊ TEMÁTICO:

**A influência do
pensamento gramsciano
no Serviço Social**

**VOLUME 21
NÚMERO 1**

e-ISSN 1980-8518

REVISTA DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL - UFJF
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

CAPA / PINTURA: MENZEL Adolph von [1815-1905] Modernos Ciclopes 1872-1875

ON LINE
LIBERTAS

REVISTA

LIBERTAS^{ONLINE}

Revista de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação em Serviço Social
Universidade Federal de Juiz de Fora

ISSN 1980-8518

DOSSIÊ:

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO GRAMSCIANO NO SERVIÇO SOCIAL

VOUME 21

NÚMERO 1

ANO 2021

EXPEDIENTE

FOCO E ESCOPO

A **Revista Libertas**, criada em 2001, é uma publicação semestral da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Seu objetivo é estimular o intercâmbio da produção intelectual, de conteúdo crítico, produzida a partir de pesquisas empíricas e teóricas, no âmbito brasileiro e internacional, sobre temas atuais e relevantes da área do Serviço Social e das Ciências Sociais e Humanas, com as quais mantém interlocução.

EDITORES

Dr^a. Carina Berta Moljo, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editora Chefe

Dr. Alexandre Aranha Arbia, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editor Adjunto

Dr. Ronaldo Vielmi Fortes, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editor Adjunto

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins, Instituto Superior Miguel Torga, Portugal; Carina Berta Moljo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Caterine Reginensi, Ecole Nationale Supérieure Agronomique de Toulouse, França ; Elizete Menegat, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Íris Maria de Oliveira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil; José Paulo Netto, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; Margarita Rozas Pagaza, Universidad Nacional de La Plata, Argentina; Maria Aparecida Tardim Cassab, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Maria Beatriz Abramides, Pontifícia, Universidade Católica de São Paulo, Brasil; Maria Patricia Fernandes Kelly, Princeton University, EUA; Maria Rosângela Batistoni, Universidade Federal de São Paulo, Brasil; Marilda Vilella Iamamoto, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil; Nicolas Bautes, Université de Caen Normandie, França; Olga Mercedes Paez, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina; Roberto Orlando Zampani, Universidad Nacional de Rosario, Argentina; Rosângela Nair Carvalho Barbosa, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil; Silvia Fernandes Soto, Universidad Nacional de Tandil, Argentina; Xabier Arrizabalo Montoro, Universidad Complutense de Madrid, Espanha.

Faculdade de Serviço Social – UFJF
Programa de Pós-graduação em Serviço Social

Editores:

Carina Berta Moljo (editora-chefe)
Alexandre Aranha Arbia
Ronaldo Vielmi Fortes

Editores de Leiante:

Alexandre Aranha Arbia
Ronaldo Vielmi Fortes

CAPA/PINTURA: Emmanuel Zamor; Meninos Negros; 1860-2

ARTE CAPA: Ronaldo Vielmi Fortes

Juiz de Fora/MG, junho, 2021

Revista Libertas / Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Curso de graduação em Serviço Social. – n.1 (abril, 2001) – .

– Juiz de Fora, ano 2021 –

v.21 nr. 1.

Semestral

Resumo em português e inglês

Vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e ao Curso de Graduação em Serviço Social.

Versão online ISSN 1980-8518

1. Serviço Social. 2. Periódico. I. Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. II. Universidade Federal de Juiz de Fora, Curso de Graduação em Serviço Social.

FICHA CATALOGRÁFICA

Publicação indexada em:



latindex



Dossiê:

A influência do pensamento gramsciano no Serviço Social

"Gramsci de um século ao outro": sua presença no Serviço Social brasileiro Ivete Simionatto	001
Considerações sobre a questão da política no pensamento de Antônio Gramsci Maria Lúcia Duriguetto Rodrigo Souza Filho	020
Gramsci sobre Vico: a filosofia como uma forma da política Marco Vanzulli	039
Como estudar o Caderno 25? notas propositivas para uma metodologia de pesquisa sobre as classes e grupos subalternos em Antonio Gramsci Mirele Hashimoto Siqueira	052
Carta ao comunista sardo Ana Lúvia Adriano	071
A atualidade de Gramsci no Brasil e a contribuição do pensamento Carlos Nelson Coutinho Cristina Simões Bezerra	089
O debate do Estado e da sociedade civil em Gramsci e no Serviço Social Emilie Faedo Della Giustina Danuta Estrufika Cantóia Luiz	097
Os intelectuais em Gramsci: uma análise sobre o papel dos/as assistentes sociais Greice dos Reis Santos Marina Valéria Delage Vicente Mancini	112
Os projetos em disputa do direito à saúde no Brasil: reflexões a partir de Gramsci Maria José da Silva	134

A arte como ferramenta para a comunicação militante: um paralelo entre o projeto “Funkeiros Cults” e o pensamento gramsciano	149
Clara Barbosa de Oliveira Santos	

Artigos Fluxo Contínuo

"O nosso lugar": embelezamento de cidades, memória e resistência das/os remanescentes do Projeto Portal da Amazônia/orla em Belém (PA)	160
Margareth Padinha das Chagas Joana Valente Santana Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares	
Crise urbana, desigualdades sociais e a pandemia do novo coronavírus no Brasil	180
Ivaneide Duarte de Freitas	
A quimera do desenvolvimento sustentável para supressão da pobreza e da crise ecológica	201
Raquel Mota Mascarenhas	
Tecnologias de vigilância na assistência social: o velho sob o manto do novo	214
Gabriele Gomes de Faria	
Mercado de trabalho no Brasil: particularidades da formação social e econômica e a universalidade sistêmica do capital	236
Mariana Costa Carvalho	
Perfil socioeconômico da estudante do curso de serviço social da UFF – Rio das Ostras em 2019: desafios para a formação profissional em um campus precarizado	256
Vânia Ferreira de Assunção	
O caráter educativo na formação acadêmica dos/as assistentes sociais	283
Taciane Couto Gonçalves	
A perspectiva pedagógica do/a assistente social na superação do estigma em drogas	303
Aline Cristina da Paixão Costa	
A proteção de crianças e adolescentes contra castigos físicos aplicados por pais ou responsáveis	323
André Viana Custódio Andréa Silva Albas Cassionato	

----- ENTREVISTA -----

Gramsci: seu tempo e o nosso tempo 347
Entrevista com Guido Liguori

ENTREVISTADORAS:
Ivete Simionatto
Maria Lúcia Duriguetto

----- TRADUÇÃO DOS CLÁSSICOS ----- 357

Filantropia, Boa vontade e Organização
Cultura e luta de classes
ANTONIO GRAMSCI

Tradução: Cristina Simões Bezerra

LIBERTAS^{ON LINE}



MENZEL Adolph von - 1815-1905 - Modernos Ciclopes 1872-1875

Libertas, 20 anos! (Editorial)

Este novo número tem um significado especial para a Faculdade de Serviço Social e para o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFJF: com ele, a Revista Libertas completa 20 anos desde a sua primeira publicação. Naquele momento estavam na direção da Faculdade de Serviço Social as professoras Sandra Hallack Arbex e Édina Evelyn Casalli Meireles de Souza que, junto à primeira comissão editorial conformada pelas professoras Auta Iselina Sthephan Souza, Édina Meireles de Souza, Monica A Grossi Rodrigues e Begma Tavares Brabosa, se atreveram a sonhar e acreditar que seria possível construir uma revista da Faculdade que hoje é uma referência para o Serviço Social. E já completamos 20 anos... Lá pelo século passado, diziam os poetas Carlos Gardel e Alfredo Lepera que “20 anos não são nada”, mas nestes tempos vertiginosos, em que somos cobrados pelo trabalho quantitativo muito mais que pelo qualitativo, em tempos da cultura do “efêmero e aleatório”, resistir e, nessa resistência, persistir na qualidade, não apenas no que diz respeito a esta publicação, mas também em relação à formação oferecida pela Faculdade de Serviço Social da UFJF, seja na graduação ou na pós-graduação, em uma conjuntura nada favorável, é uma *conquista realizada a muitas mãos*. Não teríamos como mencionar cada professor, técnico, bolsista que dedicou parte de seu tempo de trabalho para a Revista. Também não teríamos como agradecer suficientemente aos pareceristas, que de modo voluntário, cuidadoso e extremamente sério avaliaram cada um dos artigos que enviamos. Fazer ciência no Brasil, não é tarefa simples. Não poderíamos deixar de mencionar os artistas que nos presentearam durante anos com as fotos que deram a “cara” da nossa revista; a todos eles muito obrigado.

Há duas décadas, abríamos o primeiro número da Revista Libertas com um artigo¹ da professora Rita Jacometti, no qual realizava uma reconstrução histórico-crítica do processo de constituição da Faculdade de Serviço Social – faculdade, hoje, sexagenária. Posteriormente, em 2005 sob direção das professoras Marilene Schelgshorn dos Santos Sansão e Auta Iselina

¹ Todas as Revistas Libertas podem ser acessadas no nosso site: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/issue/archive>.

Sthephan Souza novos voos seriam alçados: seria criado o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, no nível de Mestrado, sob a coordenação das professoras Maria Aparecida Tardin Cassab e Maria Lúcia Duriguetto e, com sua consolidação, o Doutorado, em 2019. Dessa forma, também homenageamos o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, que após 15 anos continua demonstrando a sua qualidade, sendo ainda único Programa de Pós-Graduação em Serviço Social de Minas Gerais. Parabéns aos mestrandos e doutorandos, aos professores e técnicos administrativos que insistem em manter de pé a perspectiva crítica no Brasil. Portanto, apesar dos tempos sombrios que vivemos, no Brasil e no mundo, temos um legado para honrar e muita história para construir. Em 2002, a Revista Libertas era lançada em formato impresso; as mudanças produzidas no universo editorial, fizeram com que adotasse, em 2007, o formato *online* (a partir de 2016, a revista passou a adotar exclusivamente o formato *online*). Adaptar-se ao “mundo *online*”, ainda que sem dispor de estrutura e meios adequados, foi e continua sendo um desafio, não só pelas exigências (cada vez maiores) de indexação, controle de originalidade, fluxos editoriais, sistemas de edição etc. A Revista Libertas, a exemplo da maioria das revistas universitárias no Brasil, mantém a oferta de acesso *gratuito e universal* aos artigos científicos, traduções, entrevistas e outros materiais que publica; nada cobra de seus autores para publicar, ainda que enfrente dificuldades, muitas das quais, de ordem elementar, fruto das sucessivas políticas de restrição de orçamento para a produção e a publicização da ciência no Brasil. Não se enganem aqueles que pensam que a produção (e a publicização da produção) científica no nosso país se dá de forma suave; não. Antes, elas envolvem, na quase totalidade das vezes, o empenho pessoal dos pesquisadores e cientistas em sua realização, execução de tarefas para (muito) além do horário de trabalho, empenho de recursos financeiros próprios (pessoais), colaboração voluntária de um sem-número de docentes, técnicos e discentes, para que a ciência no Brasil continue caminhando, sob e contra os ataques daqueles que apostam sempre suas fichas na ignorância, na censura e na *pax romana*. Muitas revistas terminam por sucumbir nesse processo – como não lembrar o caso da *Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, editada pelo Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea da Universidade de Brasília desde 1999 e com 62 números publicados, qualificada em nível de excelência da CAPES (Qualis A1), que não teve as condições necessárias para manter a publicação, encerrando suas atividades em maio deste ano? Outras revistas terminaram por tomar outro caminho, na tentativa de remediar as dificuldades: transferir parte dos custos da publicação ao autor. Ainda que essa possa parecer uma saída racional no interior de uma sociedade onde tudo se dá pelo trânsito mercantil, restará sempre a dúvida, nesses casos: afinal, quem poderá publicar? Como se resolverá o dilema entre um artigo

de elevada qualidade sem aporte de recursos financeiros e aquele mediano, com possibilidade de arcar com sua própria publicação? De um modo geral, cabe a pergunta para o futuro do sistema editorial: publicará mais quem pagar mais, ou publicará mais quem produzir melhor? Alterações no Qualis, que serão realizada em breve, também suscitarão dúvidas e debates.

Em meio a toda turbulência, a Revista *Libertas* mantém-se preocupada com a qualidade dos artigos que publica, a transparência nos processos de avaliação por pares e o acesso universal, público, gratuito. O compromisso da *Libertas* é com o saber científico, a perspectiva crítica, os movimentos sociais, as lutas sociais, a construção do projeto ético-político do Serviço Social. Os tempos mudaram e, com eles, novas exigências vão sendo colocadas; em meio a cortes orçamentários, falta de equipamento e estrutura, de pessoal especializado (tradução para outras línguas, revisores, técnicos para operar os sistemas de informação) etc., cada publicação é uma conquista.

De 1995 para cá, com maior ou menor ímpeto, a universidade pública brasileira vem sendo sistematicamente atacada e desmontada. Atualmente, acusada de ser espaço de balbúrdia, de práticas de orgias e de produção e uso de entorpecentes², como num culto dionisíaco permanente. Espanta, mas não surpreende: é natural que a universidade, como espaço de manutenção de uma “atmosfera de saber para se preparar o homem que o serve e desenvolve”, como a guardiã do “saber vivo e não morto”, como difusora “da cultura humana”, como “a casa onde se acolhe toda a nossa sede de saber e toda a nossa sede de melhorar”³ não pode ser tolerada pelo obscurantismo, pelos soldados da “decadência ideológica”⁴, por aqueles que preferem as sombras, onde todos os gatos são pardos, à luz do esclarecimento, onde as nuances e diferenças, muitas vezes sutis, mas decisivas, são perquiridas e explicitadas. Aos cortes no financiamento, continuamos respondendo com a reconhecida qualidade que a universidade pública possui. Como negar que, em meio às mais de 470 mil mortes por COVID-19, no Brasil, são justamente as universidades públicas, junto com os milhões de profissionais da saúde, que estão na linha de frente do enfrentamento da doença, com mais de 1.300⁵ pesquisas diretamente voltadas para o conhecimento e a superação da pandemia? Contra os fatos, opõem-se delírios

² Como esquecer das palavras do então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, nos idos de 2019, de que “há ‘plantações extensivas de maconha’ nas universidades federais, ‘a ponto de precisar de borrifador de agrotóxico’?” Disponível em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/11/22/weintraub-ha-plantacoes-extensivas-de-maconha-em-universidades-federais.htm>.

³ Todos os fragmentos entre aspas são citações extraídas de TEIXEIRA, Anísio. *A função das universidades*. In TEIXEIRA, Anísio. Educação e universidade. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010, p. 29-42.

⁴ Cf. Marx e o problema da decadência ideológica. In LUKÁCS, G. Marx e Engels como historiadores da literatura. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 99-156.

⁵ Os dados são do ano passado (2020) e podem ser encontrados em <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/enem-e-educacao/2020/04/5607222-nas-universidades--cientistas-entram-na-luta-contra-o-coronavirus.html>.

persecutórios que, fazendo vista grossa para a realidade objetiva de que, em meio a pesquisadores, professores, alunos e técnicos administrativos aderentes aos mais variados espectros políticos, da esquerda à direita, passando pelo centro, de ateus a católicos, protestantes e umbandistas, de diferentes orientações sexuais, concepções de mundo etc., insistem em reduzir as universidades públicas ao imaginário desértico, pouco criativo e enfadonho de “antro da esquerda”, de “berço e criadouro do marxismo cultural inspirado em Gramsci”. E, justamente por isso, talvez seja oportuno falarmos em Gramsci.

É justamente a este importante pensador do século passado que dedicamos o nosso dossiê. Combatente empedernido do fascismo na Itália, oriundo de uma região rural, pobre, como muitos brasileiros, Gramsci estudou com dificuldades. De uma inteligência incomum, Gramsci uma herança teórico-política que, ainda hoje, desperta paixões, à esquerda e à direita. Sua permanência pode ser notada não apenas no debate popular – onde seu nome, agora, torna-se cada vez mais lugar comum – mas, principalmente, pelos estudos sérios de seu legado: uma obra que teima em apontar caminhos e possibilidades para pensar, resistir e projetar um outro futuro.

No Serviço Social brasileiro a influência de Gramsci é incontestável. Sob o influxo do Movimento de Reconceitualização Latino-americano, datado de 1965 a 1975, é que o Serviço Social se aproxima do pensamento marxista, mesmo que de forma enviesada⁶, mas será, sobretudo, a partir dos anos de 1980, que esta aproximação, amadurecerá e ganhará estatuto teórico. Como sinalizou Ivete Simionatto, desde final dos anos 70 o pensamento gramsciano terá grande influência no debate acadêmico e político:

Adensa os debates na apreensão das dimensões da política, da cultura e da ideologia, por meio de categorias como Estado, sociedade civil, sociedade política, hegemonia, intelectuais, filosofia da práxis, classes subalternas, revolução passiva entre outras. É a partir da recuperação desses referenciais que o Serviço Social se interroga sobre questões relativas às instâncias estrutural e superestrutural, com problematizações não somente respeito à esfera econômica, mas também política, ideológica e cultural.⁷

Simionatto destaca o Programa de Pós-graduação da PUC-RJ, sob a orientação da professora Miriam Limoeiro Cardoso, que teve um papel fundamental para o desenvolvimento

⁶ Cf. NETTO, J. P. O Serviço Social e a Tradição marxista. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez n.º 30, 1988.

⁷ SIMIONATTO, I. (2018). As abordagens marxistas sobre os fundamentos no Serviço Social. In GUERRA, Y., LEWGOY, A. M. B., MOLJO, C., SILVA, J. F.; SERPA, M. (Orgs.). Serviço Social e seus Fundamentos: Conhecimento e Crítica. Campinas: Papel Social, 2018, p. 90.

teórico e político desta perspectiva de análise na profissão⁸. Do mesmo modo os trabalhos desenvolvidos pelo grupo da Faculdade de Serviço Social do Maranhão, conhecido como o “Grupo de Maranhão”, nas figuras de Josefa Batista Lopes, Marina Maciel de Abreu, Franci Gomes Cardoso, entre outros, foram fundamentais para o adensamento desta perceptiva no Serviço Social brasileiro.

Nesta direção, também é incontestável a contribuição pioneira do professor Carlos Nelson Coutinho, um dos maiores interlocutores de Gramsci no Brasil, que em seu trabalho docente foi responsável pela formação direta ou indireta de grande parte dos quadros intelectuais que contribuíram e contribuem com a análise da realidade tendo como ponto de partida Marx, Lucács e Gramsci.

Conforme já sinalizava Netto, em 2012, a respeito da obra de Carlos Nelson, trata-se de uma obra em que a crítica literária, cultural e social dá as mãos à elaboração teórica e política e à intervenção sociocêntrica. Obra que, diferenciada no curso de sua constituição, tem o seu fundamento numa rigorosa e criativa exegese de Marx, Lukács e Gramsci e se desenvolve numa unidade garantida, entre outros componentes, pela sempre reafirmada opção revolucionária de Carlos Nelson. Obra que, como poucas produzidas por pensadores da sua geração, confere a ele um relevo notável entre todos os seus contemporâneos.⁹

Não poderíamos deixar de mencionar a professora Ivete Simionatto da UFSC, cuja contribuição para o Serviço Social na América Latina (e não só) tem um valor incomensurável. Não é por acaso que o nosso dossiê tem a honra de ter seu artigo na abertura.

Assim, abrindo o dossiê e este número, o artigo da professora Ivete Simionatto, da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulado *Gramsci de um século ao outro: sua presença no Serviço Social brasileiro*, traz uma importante contribuição para o debate e adensamento do pensamento de Gramsci no Serviço Social. A autora nos mostra como as principais ideias do pensador italiano foram incorporadas no debate teórico da área, assim como nos estudos que realizam as mediações com as particularidades da ação profissional. Conforme a autora destaca, a influência gramsciana no Serviço Social data de meados da década de 60 do século passado e se intensifica nos anos de 1980 e 1990, mas, para a autora, será a partir dos anos 2000 que esta influência se avoluma de fato, demonstrando como alguns conceitos trabalhados por Gramsci retornam ao debate contemporâneo, dando destaque ao conceito de *Estado integral* e a sua mediação com as políticas sociais (sociedade política e sociedade civil). A questão da “guerra cultural” também é lembrada pela professora, mostrando como a cultura

⁸ *ibidem*, p. 90.

⁹ NETTO, J. P. Homenagem de vida ao Carlos Nelson Coutinho. In *Revista em Pauta*, 2012, p. 84.

é essencial para combater o senso comum. Conforme nos lembra Simionatto à p. 15 deste volume, “Para Gramsci, é no terreno do senso comum que as classes subalternas incorporam as ideologias dominantes, cuja pretensa verdade se impõe como única, como superstição. E quando o Estado quer criar o consenso em torno de uma ‘ação pouco popular’ [...], cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil” (GRAMSCI, CC, 2000, p. 265; Q, 1977, p. 914).

O segundo texto é de autoria dos professores Maria Lucia Duriguetto e Rodrigo de Souza Filho, ambos da Universidade Federal de Juiz de Fora, denominado *Considerações sobre a questão da política no pensamento de Antônio Gramsci*. Os autores, de reconhecida trajetória acadêmico-política, tematizam os fundamentos teórico-analíticos do tratamento da política em Gramsci, destacando algumas das categorias fundamentais para este autor, como *Estado integral, hegemonia, práxis política* entre outras. A tese central dos autores é que, para Gramsci, a política é “uma mediação insuprimível para a construção de processos que nos levam à superação da ordem do capital e à construção da “sociedade regulada”, nome que Gramsci usava para se referir ao comunismo” (cf. pg. 20, neste).

O terceiro texto, intitulado *Gramsci sobre Vico: A filosofia como uma forma da política*, de autoria do professor italiano Marco Vanzulli, que possui uma importante interlocução com o Brasil, tendo sido professor visitante em várias universidades e colaborador de destacadas revistas no nosso país, dentre elas a *Crítica Marxista*. É professor de Filosofia da Università degli Studi de Milano-Bicocca. O artigo traz importante e polêmica contribuição para o debate a respeito da política em Gramsci, com enfoque privilegiado para a “influência decisiva exercida pelas leituras de Benedetto Croce nas impressões de Gramsci sobre a obra de Giambattista Vico” (cf. 39, neste).

O quarto texto: *Como estudar o Quaderno 25? Notas propositivas para uma metodologia de pesquisa sobre as classes e grupos subalternos em Antonio Gramsci*, de Mirele Hashimoto Siqueira, traz um importante debate teórico problematizando os conceitos de classes e grupos subalternos na obra gramsciana, particularmente, do *Quaderno 25*. A autora mostra como o Caderno 25 é alvo de polêmicas, considerando a ampla recepção e apropriação do mesmo em âmbito internacional. A autora conclui que “Nessa perspectiva, para o Serviço Social brasileiro, estudar Gramsci e, particularmente, seus conceitos de classes e grupos subalternos, é fundamental para desvelar os mecanismos de dominação que forçam a reprodução deste estado no contexto das relações sociais atuais” (cf. p. 69, neste).

No quinto texto do Dossiê, *Carta ao comunista Sardo*, a professora Ana Livia Adriano, apresenta, de forma original, um fecundo diálogo com Gramsci. Conforme a autora indica,

trata-se de um texto “de natureza propedêutica ao estudo da obra gramsciana – é um esforço de síntese da apreensão das potencialidades e asperezas que peculiarizam os diálogos que construímos – enquanto sociedade e profissão – com o comunista sardo, os quais parecem conservar como fio de unidade, a conexão vital e necessária que a obra deste autor tem com os de baixo, na crítica radical e contumaz a este mundo terrível” (p. 71, neste). Trata-se de um texto que nos incita ao diálogo das categorias gramscianas com o Serviço Social, especialmente com as classes subalternas, com a hegemonia e a construção do projeto ético político.

Integrando o dossiê da presente edição, temos a homenagem realizada pela professora Cristina Simões Bezerra, a Carlos Nelson Coutinho, um dos mais destacados tradutores difusores da obra de Gramsci no Brasil. Denominado *A atualidade de Gramsci no Brasil e a contribuição do pensamento de Carlos Nelson Coutinho*, o texto relembra a trajetória do marxista brasileiro, refletindo ainda a respeito da atualidade da obra gramsciana para pensar os problemas do presente, assim como evidencia a contribuição de Carlos Nelson para, a partir das elaborações do marxista italiano, na interpretação da sociedade brasileira.

O texto de autoria das professoras Emilie Faedo Della Giustina e Danuta Estrufika Cantóia Luiz, intitulado *O debate do Estado e da sociedade civil em Gramsci e no Serviço Social*, traz um debate bastante caro ao Serviço Social: as elaborações gramscianas a respeito da sociedade civil. As autoras afirmam que “Há, entre o pensamento gramsciano e as elaborações teórico-metodológicas e ético-políticas do Serviço Social uma íntima interlocução e, uma das principais temáticas dessa ligação se dá por meio de sua concepção de Estado e sociedade civil” (p. 97, neste).

Greice dos Reis Santos e Marina Valéria Delage Vicente Mancini, em *Os intelectuais em Gramsci: uma análise sobre o papel dos/as assistentes sociais*, apresentam um debate frutífero sobre o “intelectual” na perspectiva marxiana e especialmente na perspectiva gramsciana, questionando se o assistente social poderia ser pensado como um intelectual orgânico das classes expropriadas de seus direitos fundamentais. Como afirmam as autoras uma questão a ser debatida e aprofundada.

O ensaio de Maria José da Silva, denominado *Os projetos em disputa do direito à saúde no Brasil: reflexões a partir de Gramsci*, aborda os projetos em disputa na saúde pública e como os dois principais projetos de saúde no Brasil, o privatista e o da reforma sanitária, vem disputando a hegemonia. A autora conclui que é necessário defender a “construção de uma contra-hegemonia, conforme o pensamento gramsciano, ao projeto privatista na saúde, para assim fortalecermos o projeto da reforma sanitária dos anos 1980, que na realidade ainda caminha para conseguir fixar sua concepção de direito à saúde no país” (p. 147, neste).

Encerra o Dossiê o artigo de Clara Barbosa de Oliveira Santos: *A arte como ferramenta para a comunicação militante: um paralelo entre o projeto “Funkeiros Cult” e o pensamento gramsciano*. A autora, tendo como base a perspectiva gramsciana, analisa o projeto “Funkeiros Cults”, criado por estudantes e moradores da periferia. A autora busca demonstrar como o “projeto é uma iniciativa de demasiada importância para desmistificar a noção de ‘intelectual’ como algo elitizado e estritamente acadêmico, entendendo que o projeto ‘Funkeiros Cults’, bem como outros, devem estar atrelados a um projeto societário de superação da ordem do capital” (p. 149, neste).

Na sessão de artigos de fluxo contínuo, apresentamos dois textos que, de forma diferenciada, analisam o território e as particularidades regionais no Brasil.

O primeiro, *“O nosso lugar”: embelezamento de cidades, memória e resistência das/os remanescentes do Projeto Portal da Amazônia/orla em Belém (PA)*, de autoria de Margareth Padinha das Chagas, da professora Joana Valente Santana e do professor Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares, analisou o Projeto Portal da Amazônia em Belém do Pará. A pesquisa demonstrou como o Projeto Orla “reforça a segregação socioespacial, agrava as condições de moradia e a insegurança da posse. A pesquisa revelou, ainda, como o lugar da memória, do vivido e do valor de uso contrapõe-se ao lugar da intervenção, do valor de troca e da cidade mercantilizada” (p. 160, neste).

No segundo, *Crise urbana, desigualdades sociais e a pandemia do novo coronavírus no Brasil*, Ivaneide Duarte de Freitas analisa a crise urbana no Brasil e os rebatimentos da pandemia sobre a classe trabalhadora. A autora conclui que “o advento e espraiamento do Sars-Cov-2 em terras brasileiras agudizam e aprofundam as desigualdades sociais já existentes em nosso território, tornando-se urgente a necessidade de organização política dos(as) trabalhadores(as) na luta pelo direito à vida e pela construção de uma nova ordem social” (p. 180, neste).

O terceiro artigo da sessão de fluxo contínuo, de autoria da professora Raquel Mota Mascarenhas, denominado *A quimera do desenvolvimento sustentável para supressão da pobreza e da crise ecológica*, analisa o modo de produção capitalista na cena contemporânea e a relação entre “pobreza e crise ecológica”. Tendo como metodologia de análise “o método comparado e a pesquisa bibliográfica e documental, o trabalho apresenta considerações em três momentos: a relação entre crise ecológica e pobreza na contemporaneidade; o processo de construção da Agenda 2030 da ONU; desenvolvimento sustentável na América Latina, similitudes e particularidades em Brasil e Cuba” (p. 201, neste).

Segue-se o texto denominado de *Tecnologias de vigilância na assistência social: o velho*

sob o manto do novo, de Gabriele Gomes de Faria, problematiza as novas tecnologias utilizadas no âmbito de assistência social. A autora mostra a retomada do conservadorismo nesta política, e as implicações para profissionais que nela se inserem, especialmente assistentes sociais. A autora questiona sobre a possibilidade destes profissionais serem chamados para “operacionalidade destes mecanismos que se avolumam num cenário de tendências regressivas em ações manipuladoras, fiscalizadoras que envolvem a profissão e que impactam escolhas e organizam a dominação por meio de estratégia passível de reproduzir uma conduta e um pensamento capazes de potencializar a vigia e a dominação” (p. 214, neste).

Em *Mercado de trabalho no Brasil: particularidades da formação social e econômica e a universalidade sistêmica do capital*, Mariana Costa Carvalho traz um estudo acerca da constituição do mercado de trabalho no Brasil, partindo da construção da formação sócio histórica do país, com destaque para o fim do regime escravista e a constituição da força de trabalho livre. A autora conclui que “Na fase atual, de financeirização e crise de realização do valor, as principais marcas do trabalho envolvem maior expressão de informalidade, precarização e flexibilização das relações. Somam-se os elementos estruturantes da formação social e econômica brasileira que aprofundam a superexploração do trabalho e recaem, mais fortemente, na população negra” (p. 236, neste).

O artigo de Vânia Ferreira de Assunção, *Perfil socioeconômico da estudante do curso de serviço social da UFF – Rio das Ostras em 2019: desafios para a formação profissional em um campus precarizado*, partindo de pesquisa quanti-qualitativa, traz uma análise sobre o perfil das estudantes do curso de Serviço Social da UFF-Rio das Ostras e “os dilemas da educação superior em um *campus* de estrutura precarizada e falta das condições necessárias de ensino/aprendizagem, expõem-se suas condições socioeconômicas e sua trajetória estudantil e a organização da sua vida acadêmica” (p. 256, neste).

Já em *O caráter educativo na formação acadêmica dos/as assistentes sociais*, Taciane Couto Gonçalves, tendo como base a pesquisa documental, analisou a presença do caráter educativo do Serviço Social na formação profissional. Para a autora, esta questão ainda aparece pouco explorada e evidenciada. Como conclui a autora: “tão importante quanto estar politicamente ao lado da classe trabalhadora, é colocar a serviço do seu projeto societário nosso saber técnico (ainda que a tarefa educativa vá muito além, difundir e democratizar o saber é também democratizar o poder) e vincular a prática educativa crítica às lutas sociais desenvolvidas pelo conjunto da classe trabalhadora” (p. 301, neste).

O texto denominado *A perspectiva pedagógica do/a assistente social na superação do estigma em drogas*, de Aline Cristina da Paixão Costa, possui como objetivo central trazer

elementos que contribuam para refletir sobre o trabalho profissional do assistente social na superação aos estigmas em drogas, destacando a dimensão pedagógica que este profissional possui. O artigo tem como base a “análise crítica a respeito da atual conjuntura sofrida pela Política de Saúde Mental e na Atenção a álcool e outras drogas, levando em consideração diversos desafios para os/as assistentes sociais com relação aos estigmas” (p. 303, neste).

Finaliza esta sessão o texto de André Viana Custódio e Andréa Silva Albas Cassionato, *A proteção de crianças e adolescentes contra castigos físicos aplicados por pais ou responsáveis*. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, os autores buscaram “estudar as estratégias para o enfrentamento da violência intrafamiliar decorrente dos maus tratos contra crianças e adolescentes pela aplicação de castigos moderados através da contextualização desse tipo de violência a partir da aprovação da Lei Menino Bernardo em 2014, caracterizá-la juridicamente como maus tratos e analisar as diretrizes para enfrentá-la de tal maneira que possa ser identificado se as políticas públicas preveem ações para combate ao problema” (p. 324, neste). O artigo conclui apontando a existência de uma cultura da violência e a fragilidade das políticas públicas para o seu enfrentamento.

Finalmente, encerrando este número, na seção *Entrevistas*, complementando o Dossiê apresentado nesta edição, contamos com a importante colaboração das professoras Ivete Simionatto e Maria Lúcia Duriguetto, que entrevistaram o professor de história do pensamento político na Universidade da Calábria e atual presidente da *International Gramsci Society Italia* (IGS Italia), Guido Liguori. A entrevista traz uma importante contribuição para conhecer de forma mais aprofundada o pensamento de Gramsci. Liguori esclarece que, na escrita gramsciana, “A economia (...) não é negligenciada e a acusação de *politicismo* soa estranha. Em primeiro lugar porque Gramsci no *Quaderni* esclareceu, no entanto, que a hegemonia deve incidir na esfera política, social e cultural, mas em ligação indispensável à econômica, escrevendo entre outras coisas: ‘se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter o seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica’ (Q 13, § 18)” (p. 348, neste).

E na sessão *Tradução dos Clássicos*, como não poderia ser diferente, a prof. Cristina Simões Bezerra nos oferece a tradução de dois textos de Gramsci inéditos no Brasil, publicados em periódicos italianos: *Filantropia, Boa vontade e Organização*, de 1917 e *Cultura e luta de classes*, de 1918, ambos do período pré-carcerário, quando o marxista italiano polemizava vigorosamente, como jornalista.

Desejamos uma boa leitura!

"Gramsci de um século ao outro": sua presença no Serviço Social brasileiro

"Gramsci from a century to the next": his presence in Brazilian Social Work

Ivete Simionatto*

Resumo: O artigo aborda a presença e a apropriação do pensamento de Antonio Gramsci pelo Serviço Social brasileiro nas últimas décadas, com destaque para os anos 2000. Através de pesquisa bibliográfica, indica os principais conceitos incorporados nas produções da área e a contribuição para a tradutibilidade das ideias do pensador italiano no Brasil e na profissão.

Palavras-chave: Serviço Social, Gramsci, marxismo.

Abstract: The article approaches the presence and appropriation of Antonio Gramsci's thought by Brazilian Social Work in recent decades, particularly on the 2000s. Through bibliographic research, it indicates the main concepts incorporated in the productions of the area and the contribution to the translatability of the ideas of the Italian thinker in Brazil and in the profession.

Keywords: Social Work, Gramsci, Marxism.

Recebido em: 04/05/2021
Aprovado em: 20/05/2021



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Doutora em Serviço Social. Professora aposentada e vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Introdução

Antonio Gramsci, preso em 1926 pelo regime fascista, permaneceu encarcerado até sua morte, em 1937. O pronunciamento proferido pela justiça de Mussolini, de “impedir que este cérebro funcione por 20 anos”, não se concretizou. Desde o início de sua prisão, na longa correspondência que manteve com amigos e familiares, expressa a sua vontade de escrever, deixar a mente viva, ocupar-se “intensa e sistematicamente de alguns temas que me absorvessem e centralizassem minha vida interior” (GRAMSCI, 2005: 58). Contrariando a sentença que lhe fora imputada, e mesmo apartado da vida externa e do mundo, Gramsci escreveu na prisão uma das mais importantes obras do marxismo do século XX, que hoje conhecemos como *Cadernos do cárcere*. As privações e os limites impostos pela vida carcerária, as terríveis condições físicas e psicológicas às quais o sujeitaram resultaram em imensas dificuldades para se concentrar, noites de insônia e ansiedade, sentindo a “própria vida” [...] como enrijecida e paralisada”. Gramsci, no entanto, não esmorece, conforme escreve ao irmão Carlo e à mulher Giulia: “Estou convencido de que quando tudo parece perdido, é preciso voltar tranquilamente ao trabalho, recomeçando do início” e “certamente, eu vou resistir” (GRAMSCI, 2005, p.190; 300). Procurando manter vivo seu espírito criativo e subsistir ao embrutecimento intelectual, físico e psíquico a que fora submetido, o comunista sardo traçou um plano de pesquisa com o propósito de escrever algo *für ewig* (para sempre), centrado não somente nas análises de conjuntura, que marcaram suas reflexões pré-carcerárias, mas na ampliação das discussões teóricas, políticas e sociais voltadas a desvendar as novas determinações do capitalismo monopolista do século XX e suas manifestações na formação social italiana.

A trágica jornada de Gramsci, marcada pelo padecimento, mas, ao mesmo tempo, pela imensa capacidade de obstinação e tenacidade na defesa de suas ideias e no combate ao regime fascista, deve nos servir de constante inspiração e fundamento, particularmente num momento como o em que escrevemos este texto, em meio à maior catástrofe sanitária e econômica vivida em âmbito mundial, estando o Brasil no epicentro das atenções internacionais, com o registro oficial, até agora, de mais de 400 mil mortes provocadas pelo SARS-CoV-2. A tragédia humanitária que vivemos, somada às crises orgânica (econômica, social e política) e ambiental, assinala uma das fases mais regressivas da nossa história, resultado do total descaso de um governo reacionário, neofascista, negacionista, preocupado em travar uma “guerra cultural” para impor uma visão de homem e de mundo que dilui a objetividade das desiguais condições materiais na subjetividade fundamentalista, na indiferenciação de classes, na aceitação da pobreza, da vida e da morte, síntese da necropolítica, traço marcante dos regimes autoritários,

como tão bem caracterizou Achille Mbembe.

A pandemia deixará em todos nós as suas marcas. Exaustos, carregamos os sinais do esgotamento e do desespero, com sofrimentos materiais e psíquicos agravados pelo longo tempo de confinamento, no qual o conformismo e a resiliência mesclam-se à revolta e à impotência. Até quando persistirá esta situação não o sabemos, mas em algum momento, como nos mostra a história, o acirramento das contradições deverá despertar a consciência das massas populares e, no curso das lutas de classe, impulsionar, molecularmente, a reorganização das forças dispersas em um projeto de enfrentamento ao atual estado de coisas. Por isso, este também é um tempo de aglutinar energias e não sucumbir ao derrotismo. Este é um tempo de luta e de resistência e, certamente, Gramsci tem muito a nos dizer para a compreensão dos eventos atuais e as desafiadoras contradições da modernidade. Se o seu pensamento foi de grande relevância em períodos anteriores para conhecer a nossa formação sócio-histórica, nossas revoluções “pelo alto”, a contínua e persistente exclusão dos “de baixo”, as expressões do Estado, da sociedade civil, dos intelectuais, das lutas de classe e dos processos de construção da hegemonia, prossegue nos dias atuais como fonte inspiradora diante da trágica situação em que nos encontramos. Como afirmou Carlos Nelson Coutinho (2006, p.146): “Ele foi o intérprete de um mundo que, em sua essência, continua sendo o nosso mundo hoje”.

Conforme indica a ampla literatura, a obra gramsciana foi introduzida no Brasil, de forma mais sistemática, na metade dos anos 1960, e mesmo com a interrupção, causada pela radicalização da ditadura militar, em 1980, como declarou Coutinho, Gramsci já havia se tornado um “cidadão brasileiro”, ou seja, àquela altura o marxista italiano já fazia parte de nossa cultura, integrando o arcabouço teórico de várias áreas do conhecimento, especialmente das Ciências Humanas e Sociais. O Serviço Social não esteve fora deste debate, conforme expressa a significativa literatura publicada dos anos 1980 aos dias atuais. Além de referenciado nas produções intelectuais, está presente nos currículos dos cursos de graduação e de pós-graduação e como recorrência destacada em teses de doutorado e dissertações de mestrado, atestando que seu legado persiste suscitando curiosidade e interesse, estimulando interrogações do passado, dos acontecimentos do presente e das situações desafiadoras que marcam a realidade atual.

O objetivo do artigo é indicar a presença das ideias de Gramsci na área do Serviço Social reconhecidas nas principais produções, as indicações teóricas, as mediações com a particularidade das ações profissionais, os avanços e os desafios nestes tempos de desqualificação do marxismo e, acima de tudo, do pensamento gramsciano. Não tem o propósito de apresentar um mapa das produções elaboradas ao longo de mais de quatro décadas, o que foge ao escopo deste espaço. Não iremos nos deter, portanto, nesta ou naquela interpretação,

mas no conjunto de produções, que se traduz num “capital cultural e científico” coletivo e que, de diversos modos, têm aportado novos elementos para pensar a profissão e a realidade contemporânea. Trata-se de indicar como o Serviço Social, a seu modo, contribuiu e vem contribuindo para a apropriação e a tradutibilidade das ideias gramscianas no Brasil e na profissão.

Um breve itinerário

A introdução das ideias de Gramsci no âmbito do Serviço Social tem como marco o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, através dos cursos de pós-graduação, demarcando um momento fundamental na busca de rompimento com o tradicionalismo profissional. O questionamento das bases teóricas, políticas e ideológicas do estrutural-funcionalismo e da fenomenologia, hegemônicos na profissão, encontrou suporte no pensamento de Gramsci para pensar a realidade brasileira, as questões específicas da área, alavancar a renovação e a revisão de seus referenciais teóricos e de suas mediações com as ações políticas e prático-interventivas. Categorias como Estado, sociedade civil, sociedade política, hegemonia, intelectuais, filosofia da práxis, classes subalternas, nacional-popular, revolução passiva, entre outras, permitiram ao Serviço Social interrogar-se sobre questões relativas às instâncias estrutural e superestrutural, com problematizações relativas não somente à esfera econômica, mas também política, ideológica e cultural (YAZBEK, 2009). As primeiras gerações de pesquisadores, a partir de seus trabalhos de pesquisa desenvolvidos no âmbito da pós-graduação nesse período, possuem o inegável mérito de introduzir um pensador marxista, revolucionário e comunista no Serviço Social, buscando em sua obra conceitos fundamentais para repensar os fundamentos teórico-metodológicos e sua vinculação a um projeto de transformação social em um contexto histórico e político complexo, cerceado pela ditadura militar. Tal perspectiva, compreendida na relação dialética entre estrutura e superestrutura, buscava também distanciar-se das posições reducionistas do economicismo e do marxismo vulgar, originários especialmente da Segunda Internacional, que vicejavam no debate acadêmico e político da época (CARVALHO, 1983). Problema crucial do materialismo histórico, a relação entre estrutura e superestrutura constituiu-se, para Gramsci, no fio condutor para ler a realidade em toda a sua complexidade, sem jamais separar economia e política, cultura e necessidades sociais. É justamente a ótica da totalidade que fornece as ferramentas interpretativas para pensar a transformação social não restrita à esfera econômica, mas também em suas dimensões cultural, política e ideológica, conforme Gramsci argumenta ao longo da sua obra.

A presença de Gramsci no Serviço Social se amplia na década de 1980, com conquistas importantes na discussão teórico-metodológica, com a implantação do currículo de 1982, na direção social da formação e da prática profissionais, afirmadas na disputa da hegemonia com o conservadorismo e o pragmatismo, mas também na atuação e na organização política da categoria. A inovadora contribuição de Gramsci ao marxismo, através da filosofia da práxis, impulsionou o aprofundamento dos estudos sobre o método crítico dialético, a imprescindível unidade entre teoria e prática, entre pensamento e ação (ABREU; CARDOSO, 1989). Defendida por Gramsci como instrumento de combate ao positivismo e suas incrustações no marxismo, a filosofia da práxis configura-se como uma teoria da ação-político cultural necessária para apreender e, ao mesmo tempo, reorganizar o mundo em busca da sua transformação.

Dos anos 1990 aos dias atuais, é possível constatar uma notável ampliação do interesse do Serviço Social pelo pensamento de Gramsci expressa em suas produções teóricas publicadas em livros, capítulos de livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos (teses de doutorado e dissertações de mestrado), trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais. Os conceitos gramscianos são tomados tanto para compreender o movimento geral da sociedade, os projetos societários em disputa, as expressões do Estado e da sociedade civil, o papel e a função dos intelectuais na construção da hegemonia e como chaves analíticas ao desvendamento das diversas expressões da “questão social” e suas refrações na particularidade da profissão. Se é fato, contudo, que Gramsci e seu conjunto categorial estão cada vez mais presentes nas discussões do Serviço Social, as abordagens ou “*Los usos de Gramsci*”, remetendo à expressão de Portantiero, aparecem também de forma indireta e difusa, indicando ainda um “flerte” com o marxista italiano. Dentre as dificuldades mais evidentes, desponta a complexidade da obra gramsciana, composta por um conjunto de notas carcerárias que, se lidas isoladamente, não revelam o fio condutor perseguido por Gramsci na tessitura de seu pensamento, seu método de trabalho e a contextualização do ambiente político e cultural com que está dialogando. Mesmo considerando encontrarmos-nos no campo da tradutibilidade de um pensamento científico-filosófico para uma área profissional, não se pode renunciar ao rigor com que a obra deve ser estudada, evitando incorrer em interpretações redutoras de um pensador em cujas páginas história, filosofia e política, estrutura e superestrutura são dimensões inseparáveis.

Os desdobramentos dos anos 1990 aos anos 2000, com o fortalecimento e a consolidação da pós-graduação, a aprovação das diretrizes curriculares e o projeto ético-

político, impulsionaram fecundos estudos sobre Gramsci e a tradição marxista em um momento de influxo do marxismo nos debates acadêmico e político. Especialmente nos anos 2000, a publicação da nova edição dos Cadernos do cárcere, dos Escritos políticos, das Cartas do cárcere¹ e a tradução do Dicionário gramsciano (1926-1937)² para o português marcam um salto qualitativo no aprofundamento dos estudos, tanto do ponto de vista da ação política quanto de pesquisas filológicas, necessárias para compreender e percorrer o “laboratório gramsciano”. A socialização da obra do pensador italiano também ganhou novo impulso com a criação, em 2015, da *International Gramsci Society (IGS)* – seção brasileira, que tem buscado divulgar o pensamento de Gramsci, promover debates sobre temas de natureza política, cultural, intelectual, histórica e sociológica e congregar pesquisadores de diferentes áreas, fomentando a formação de novos grupos de pesquisa.

No universo das produções do Serviço Social ao longo dos anos 2000, pode-se constatar a ampliação do diálogo com o arcabouço conceitual gramsciano em termos quantitativos e qualitativos³, com investigações tanto da produção pré-carcerária⁴ quanto dos Cadernos do cárcere. Além disso, os estudos que vêm sendo desenvolvidos indicam uma fase promissora de aprofundamento das ideias do pensador italiano, a partir de uma nova geração de pesquisadores que recorrem às fontes originais, como a edição crítica italiana dos Cadernos do cárcere de Valentino Gerratana, de conceituados intérpretes estrangeiros traduzidos no Brasil, a criação e a ampliação de grupos de pesquisa no interior dos programas de pós-graduação, possibilitando a interlocução com diversas áreas do conhecimento.

Um breve balanço dessas quatro décadas da presença e assimilação de Gramsci pelo Serviço Social permite asseverar que a apropriação individual dos pesquisadores ou de grupos de pesquisa tem proporcionado a construção de um “capital cultural científico” coletivo, contribuindo com elementos teóricos inovadores para “uma interpretação mais robusta, mais fundamentada, mais experimentada”, a partir da agregação de novas chaves de leitura, temas e fontes de estudo (GOMES, 2017: 92), que contribuem para ampliar o acervo de conhecimentos na especificidade profissional e de outras áreas, pois

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também, e sobretudo, difundir criticamente

¹ Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Marco Aurelio Nogueira e Luis Sérgio Hentiques.

² Organizado por Guido Liguori e Pasquale Voza e traduzido por Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silvia de Bernardinis.

³ Cf. trabalhos Negri (2017) e SILVA (2018).

⁴ Os principais textos referenciados são os publicados no *L’Ordine Nuovo* como Sindicatos e conselhos (1919), Democracia operária (1919), Democracia e fascismo (1924), O movimento turinense dos conselhos de fábrica (1920) e alguns temas da questão meridional (1926).

verdades já descobertas, ‘socializá-las’, por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral (GRAMSCI, *CC* 1999: 96; *Q*, 1977: 1378).

Se os conceitos gramscianos fundamentaram a compreensão sobre a formação sócio-histórica brasileira, a realidade social, cultural e política, as expressões do Estado e da sociedade civil, a movimentação das classes sociais em diferentes conjunturas, se foram essenciais ao enfrentamento do conservadorismo que historicamente marcou a profissão, seguem de extrema relevância na compreensão da atual crise econômica, moral e política, no combate às posturas antimarxistas, anti-intelectuais e neoconservadoras que grassam nos meios acadêmico e profissional e que tendem ao retrocesso das conquistas do projeto ético-político profissional e de seus princípios emancipatórios.

Tendências teórico-interpretativas e os conceitos predominantes na produção do Serviço Social: avanços, continuidades e desafios

As incursões pela literatura produzida do final dos anos 1970 aos dias atuais permitem asseverar a contínua presença do pensamento de Gramsci nas produções elaboradas na área do Serviço Social, denotando um processo de aprofundamento teórico e conceitual. As categorias Estado, sociedade civil, hegemonia, intelectual orgânico, filosofia da práxis, já presentes nas primeiras aproximações, prosseguiram como eixo central nos períodos posteriores, em conexão a outros temas, como classes subalternas, revolução passiva, guerra de movimento, guerra de posição, bloco histórico, relações de força, vontade coletiva, transformismo, americanismo e fordismo, crise de hegemonia, crise orgânica, fascismo, para mencionar os principais. Tais conceitos são abordados tanto do ponto de vista teórico quanto analítico, para a apreensão dos processos macrossociais, da conformação dos Estados nacionais, com destaque para a particularidade brasileira em diferentes conjunturas, das políticas e direitos sociais, do mundo do trabalho, dos fundamentos do Serviço Social e do fazer profissional.

O tema do Estado ganha centralidade nas produções, compreendido em seu sentido integral ou ampliado, como “o resultado das relações orgânicas entre [...] sociedade política e ‘sociedade civil’”, a primeira referente ao “Estado-coerção”, formado pelos aparelhos de repressão e violência, e a segunda pelos “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, as organizações responsáveis pela elaboração ou difusão das ideologias (GRAMSCI, *CC*, 2002: 139; *Q*, 1977: 2.288). Nas indicações de Liguori (2003: 174), Gramsci “é o autor que melhor apreendeu, no campo marxista, a nova relação entre Estado e sociedade que se realiza na modernidade do século XX, seja sob a forma do Estado fascista ou do keynesiano, do Estado bolchevique ou do Estado socialdemocrata”, o que corresponde às diversas expressões de sua

“ampliação”. Em sua análise, Gramsci combate a concepção reducionista e instrumentalista de Estado disseminada pelas interpretações do marxismo vulgar, recuperando as relações entre estrutura e superestrutura e seu caráter classista. Se o “Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à máxima expansão do próprio grupo” (GRAMSCI, *CC*, 2000: 41; *Q*, 1977: 1.584), não é apenas reflexo do mundo econômico, senão atravessado por inúmeros fatores da economia e da política, das lutas das classes em presença do contexto nacional e internacional.

O Estado, na concepção de Gramsci, não pode, portanto, ser reduzido à mera vontade dos dominantes, não é tão somente um aparelho burocrático-coercitivo, mas resultado de elementos sociais e políticos, de iniciativas privadas, da relação entre economia (infraestrutura) e política (superestrutura), da correlação de forças, das relações sociais de produção e do estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Tal concepção de Estado é mediação fundamental para compreender as políticas sociais, demarcando seu caráter contraditório, dado que não representam somente um instrumento da burguesia para se legitimar no poder e obter o consenso dos dominados, mas também espaços de embates na garantia de direitos e demandas das classes subalternas (CORREIA, 2004; TEIXEIRA, 2006).

Na elaboração gramsciana, o conceito de sociedade civil, designado pelo conjunto dos “aparelhos privados da hegemonia” (Igreja, escolas, sindicatos, organização da cultura em geral, meios de comunicação, partidos etc.), não está apartado do Estado e corresponde ao lugar de confronto de projetos de classe e de disputa da hegemonia. Não representa, portanto, o lugar idílico, homogêneo e apolítico, um terceiro setor situado para “além do Estado e do mercado”, vinculado ao “associacionismo voluntário” e às “virtudes cívicas”, consoante à ótica neoliberal que pautou as reformas realizadas ao longo dos anos 1990 e incrementadas na atualidade. Esta concepção é objeto de análises críticas nas produções do Serviço Social, demarcando, além da despolitização, “deseconomização” e polissemia do conceito, os inúmeros sentidos que lhe são atribuídos na realidade contemporânea, vinculados tanto às tendências de esquerda, pós-modernas, da direita neoliberal, dos organismos internacionais e agências multilaterais (AMARAL, 2002, 2008; SIMIONATTO, 2004; ALMEIDA, 2004, 2008). A contraposição a tais perspectivas é buscada no entendimento da sociedade civil em sentido gramsciano, esfera “em que se desenvolve a luta pela construção de projetos hegemônicos de classe” (DURIGUETTO, 2007).

Uma das grandes tendências presente nas produções do Serviço Social é a utilização do conceito de sociedade civil como chave analítica para pensar a democracia participativa e o

controle social, a exemplo dos conselhos de direitos e de políticas públicas, mecanismos institucionais de participação e de fiscalização das ações estatais e espaços de trabalho dos assistentes sociais. Os conselhos gestores, considerados importantes “trincheiras” na “disputa da hegemonia” (CAVALCANTE, 2008), remetem ao conceito gramsciano de sociedade civil [...] como espaço de luta organizada e articulada das classes subalternas”, que congregam forças à construção de um projeto “contra-hegemônico” (DURIGUETTO, 2008: 99). Destacam-se os trabalhos sobre os conselhos de saúde, de assistência social, criança e adolescente e espaços diversos, como as conferências realizadas nos três níveis de governo, fóruns da saúde, da cidade, do orçamento participativo (BRAVO; CORREIA, 2012; SILVA, 2013; LUSA, 2018), evidenciando a capacidade organizativa da sociedade civil em intervir, interagir e pressionar o grupo no poder na definição e na elaboração das políticas sociais. Enquanto novas institucionalidades das ações públicas, os conselhos “são instâncias em que se refratam interesses contraditórios e, portanto, espaços de lutas e disputas políticas” (IAMAMOTO, 2007: 198).

Outro conjunto de reflexões tem como eixo analítico a concepção de sociedade civil gramsciana vinculada aos movimentos sociais e ao trabalho de organização e mobilização popular (LOLE, 2012). Embora em menor expressão, tal temática coloca-se como um dos desafios à área na produção de conhecimentos e na sistematização de experiências relativas às instituições político-sociais, como sindicatos e partidos políticos (DURIGUETTO & BALDI, 2012; DURIGUETTO, 2014), cujo fim é dar unidade às demandas particulares e aglutinar os interesses comuns da classe, tendo como horizonte a construção de projetos coletivos. As ações profissionais não se confundem com a militância política, mas o conhecimento das estratégias, as formas de organização e de luta das diversas organizações de base das classes subalternas (conselhos locais, de bairro, de grupos específicos etc.) e sua vinculação ao movimento geral das lutas de classes é o que permite, em sentido gramsciano, contribuir para a superação da consciência egoístico-passional e corporativa e para a construção de um projeto nacional-popular (BEZERRA, 2006).

As apreensões dos conceitos de Estado e de sociedade civil em Gramsci presentes nas produções do Serviço Social evidenciam o cuidado com o resgate teórico a partir das fontes originais, sem descurar do nexos teórico-político nas análises sobre a realidade brasileira e suas mediações com a particularidade da profissão. Não obstante os avanços alcançados nessa trajetória, muitas questões ainda são bastante desafiadoras, merecendo registro para pesquisas futuras: a) a concepção de Estado integral em Gramsci, entendido como unidade/distinção entre

sociedade política e sociedade civil, não reduzindo esta última à esfera autônoma do Estado nem identificando Estado e governo em suas expressões conjunturais; b) compreensão da sociedade civil na unidade das relações estrutura-superestrutura, economia e política; c) contraposição à ideia da luta pela hegemonia a formas organizativas particulares onde se desenvolvem as ações profissionais, deslocada da luta de classes, reafirmando-a como espaço de preparação e aprendizado, fundamental à construção da vontade coletiva e da grande política; d) análise da tendência de compreender a sociedade civil como espaços democráticos, não violentos e não coercitivos, o que anula a perspectiva gramsciana das relações desiguais. Conforme expressa Buttigieg (1999), isso não significa considerar Gramsci antidemocrático, mas, justamente, destacar sua contribuição no desvendamento dos limites dos sistemas democráticos burgueses modernos.

A concepção do Estado (sociedade política e sociedade civil) remete a sua relação orgânica com os conceitos de hegemonia, intelectuais, ideologia e classes subalternas. Nas produções do Serviço Social, o conceito de hegemonia é tomado como critério analítico na compreensão dos projetos macrosociedade, na análise da realidade brasileira e de espaços político-institucionais, como também das particularidades da profissão e sua direção social hegemônica marxista, construída no âmbito do projeto ético-político. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009; MARRO, 2006: 212). Tal direção remete ao entendimento do Serviço Social como um “intérprete da hegemonia”, sendo que a condição hegemônica do projeto ético-político só pode ser pensada a partir das elaborações de seus intelectuais e da conexão orgânica entre Serviço Social e história (ADRIANO, 2020).

Do ponto de vista teórico, as produções recorrem aos múltiplos sentidos conferidos à hegemonia por Gramsci nos Cadernos: como “critério histórico-político”, como direção e domínio, direção e hegemonia, como sinônimo de direção política, “às vezes unida, às vezes contraposta a de domínio e coerção” (COSPITO, 2004: 89). A dupla perspectiva: [...] “da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal” (GRAMSCI, CC, 2000: 33 e Q, 1977: 1.576), refere-se às duas naturezas do poder político coexistentes no tempo e no espaço, expressando a movimentação das classes sociais. Gramsci aposta, contudo, na construção do consenso ativo junto às massas, com vistas a ganhar sua adesão em torno de um projeto universalizante, construído coletivamente.

O terreno onde se constrói a hegemonia é a sociedade civil; seu exercício, porém, também ocorre na sociedade política, ou seja, na esfera do Estado, através dos poderes, do

parlamento, da magistratura, da polícia, do governo. Pensando na relação entre estrutura e superestrutura à hegemonia civil ou política, Gramsci agrega também um sentido político-cultural (COSPITO, 2004). É nesta direção que se localiza boa parte das abordagens do Serviço Social na compreensão da hegemonia como "reforma intelectual e moral". Esta, contudo, não está desvinculada de uma reforma econômica, conforme indaga Gramsci (CC, 2000: 19, Q, 1977: 1.561): "pode haver reforma cultural, evolução civil das camadas mais baixas da sociedade sem uma precedente reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico?". Mantém-se, aqui, a compreensão da hegemonia enquanto totalidade, a unificação da estrutura e da superestrutura, da atividade de produção e de cultura, do particular econômico e do universal político. Se a luta pela hegemonia se articula nas "trincheiras e casamatas" do Estado ampliado ou integral, o papel e a função dos intelectuais na mediação entre as classes e o Estado adquirem centralidade nas reflexões gramscianas. Tanto os intelectuais orgânicos como os intelectuais tradicionais expressam os interesses das classes a que estão vinculados e desempenham um trabalho decisivo na disputa da hegemonia, na preparação ideológica, na elaboração de modos de pensar (AMMANN, 1980), "nos processos de formação de uma consciência crítica e de construção de uma concepção de mundo unitária e coerente" (DURIGUETTO, 2014: 275).

Nas trilhas de Gramsci, a construção de uma nova hegemonia está relacionada ao "contato entre os intelectuais e os simples, não para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa" (GRAMSCI, CC, 1999: 103; Q, 1977: 1.383). Da situação de subalternidade pode-se sair quando se assume a consciência do significado do próprio operar, da efetiva posição de classe, da natureza das hierarquias sociais, quando se elabora uma nova concepção de economia, de política, de Estado e de sociedade capaz de provocar a desarticulação da ideologia dominante. Nesse sentido, a hegemonia também se coloca num novo campo de lutas, de alianças, de construção/desconstrução de saberes e experiências, pois, antes de tudo, "toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica" (GRAMSCI, CC, 1999: 399; Q, 1977: 1.331). Hegemonia é, assim, de um lado, vontade coletiva, e, de outro, autogoverno; e esse último se alcança através de um trabalho "de baixo", que incorpora o singular ao coletivo e que, nesse processo, não mantém os grupos subalternos no plano inferior, mas os eleva, torna-os mais capazes de dominar as situações, confere-lhes uma maior universalidade, o que significa, para Gramsci, a realização de uma "reforma intelectual e moral".

Tal como analisou Gramsci, a elevação cultural das massas assume importância decisiva

a fim de que se possam libertar da pressão ideológica das velhas classes dirigentes, elevar-se à condição destas últimas para tornar-se Estado. A batalha cultural apresenta-se, pois, como elemento basilar no processo de construção da hegemonia, da conquista do consenso e da direção político-ideológica por parte das classes subalternas (MOTA, 1995; SIMIONATTO, 1995; IAMAMOTO, 2001; ABREU, 2002; DURIGUETTO, 2007). Exercitá-la consiste, também, na capacidade dos intelectuais e do partido político na formação de uma nova concepção de mundo, de uma proposta transformadora de sociedade a partir "de baixo", fazendo com que toda uma classe participe de um projeto radical, que "envolva toda a vida do povo e coloque cada um, brutalmente, diante da própria responsabilidade inderrogável" (GRAMSCI, *Q*, 1977: 816).

Os assistentes sociais, ao trabalharem com as múltiplas expressões da questão social no atendimento às diversas camadas da classe trabalhadora, em resposta às suas necessidades objetivas e subjetivas, atuam no âmbito do Estado e da sociedade civil, no esclarecimento da população quanto a seus direitos e as formas de acessá-los. Inscreve-se nesse campo a função pedagógica do Serviço Social, como elemento fundamental e necessário à "organização/reorganização da cultura na luta pela hegemonia", o compromisso ético-político e a competência teórico-metodológica para o desvendamento da realidade, a mediação com os processos estruturais e suas expressões conjunturais, a fim de construir respostas mais qualificadas às demandas e à potencialização das ações profissionais (LOPES, ABREU; CARDOSO, 2014; ABREU, 2018).

Nesse eixo, destacam-se as reflexões sobre o tema das classes e grupos subalternos, com maior expressividade a partir dos anos 1990 (ALMEIDA, 1990; YAZBEK, 1993, 2016; CARDOSO, 1995), em articulação com os conceitos de Estado, sociedade civil, hegemonia, ideologia e intelectuais. As mediações buscadas no pensamento de Gramsci iluminam os estudos do Serviço Social sobre as condições de vida materiais e espirituais das classes subalternas e as consequentes formas de subalternidade a que são submetidas historicamente na realidade brasileira. Aprofundar o conhecimento sobre esse campo para onde se dirigem as ações profissionais, conhecer os valores, a cultura, o modo de pensar, a desagregação e o conformismo, mas igualmente as lutas e os impulsos de resistência das classes subalternas, constituem-se em vasto e relevante campo de pesquisa cujo conhecimento produzido torna-se fundamento da ação política e da prática profissional. Trabalhos de natureza filológica despontam no estudo dos conceitos de classes e de grupos subalternos, contribuindo para o aprimoramento teórico e os diversos sentidos que Gramsci lhes atribui ao longo de sua obra (TOLEDO, 2013; SIQUEIRA, 2020).

Inúmeros trabalhos elaborados por assistentes sociais fundamentados no léxico gramsciano não foram aqui contemplados, pelos limites próprios de um breve artigo. É necessário reconhecer, contudo, os inequívocos avanços e as novas veredas interpretativas presentes em produções acadêmicas não publicados ou socializadas que permanecem desconhecidas para a grande maioria dos pesquisadores e profissionais, e acabam por cair no esquecimento. Retomando as reflexões de Gomes (2017), tais produções, embora invisíveis para muitos, revelam o investimento dos orientadores e dos grupos de pesquisa na construção do conhecimento e na formação de novos pesquisadores, sendo este o caminho a seguir a despeito dos drásticos cortes orçamentários na política de Ciência e Tecnologia e a reiterada desqualificação da ciência e da educação, especialmente nas universidades públicas, atingindo diretamente os cursos de pós-graduação, o que significa um retrocesso sem precedentes na história brasileira e na produção da pesquisa nacional.

Considerações finais: Gramsci e o Serviço Social – um permanente tema de pesquisa

O acúmulo de conhecimentos revelado na produção teórica do Serviço Social a partir do pensamento gramsciano, ao longo de quatro décadas, embora não abordado aqui em sua totalidade, revela uma inegável ampliação de estudos e pesquisas que incidem na qualificação teórica, cultural e política e no alargamento do diálogo com outras áreas do conhecimento, especialmente no âmbito das Ciências Humanas e Sociais e das Ciências Sociais Aplicadas. Na grande maioria dos trabalhos, o pensamento de Gramsci é vinculado à ação política, mote perseguido pelo marxista italiano ao longo de suas reflexões. A ação política, contudo, não se desvincula da elaboração teórica, o que vem se revelando no interesse por estudos de natureza filológica. Nessa direção, são procedentes as observações de Guido Liguori (2012), no alerta de que a contextualização histórica e filológica necessita de interlocução teórica e política, unindo a seriedade do estudo e, ao mesmo tempo, a redução da distância entre os “intelectuais” e o “povo”.

No conjunto dos temas abordados, arriscamos indicar alguns dos conceitos gramscianos que retornam hoje ao centro dos debates, a exemplo do conceito de Estado integral e sua mediação com as políticas sociais (sociedade política e sociedade civil). A crise econômica das últimas décadas, agravada a partir de 2008, é potencializada pela crise sanitária em nível global e, no Brasil, pela grave crise política vivenciada desde o golpe jurídico-parlamentar de 2016. Vale lembrar que a Emenda Complementar nº 95, de 2016, estabeleceu um novo regime fiscal, com o congelamento dos gastos públicos por vinte anos, impactando drasticamente as políticas e programas sociais em todas as áreas, ampliando-se a presença do Estado a serviço do grande

capital internacional, dos fundos financeiros especuladores dos títulos da dívida pública, das empresas industriais europeias e norte-americanas e seguradoras e diversos segmentos de capitalistas nacionais vinculados ao capital estrangeiro (BOITO, 2018). Reafirma-se inadiável a contribuição intelectual, através de estudos acerca das lutas por políticas sociais que assegurem as condições de sobrevivência de grande parte da população, em situação de pobreza absoluta, em contraponto às expressões do Estado contemporâneo, dominado pelo capital financeiro e pelo sistema mundial imperialista (CARVALHO, 2020), em que as lógicas neoliberais e privatizantes vêm atestando sua ineficácia no atendimento às necessidades humanas básicas através do mercado. A supressão de direitos e a redução drástica das políticas sociais, em nome de uma crise que atinge todas as classes, sem distinção, têm sido o mote governamental para reduzir ainda mais a oferta de serviços públicos e ampliar o processo de acumulação capitalista. As novas requisições da presença do Estado frente ao desmonte dos sistemas públicos de proteção social e das políticas sociais, especialmente de saúde, educação, previdência e assistência social, apontam para a urgência de pesquisas voltadas a investigar os modos com que as políticas de austeridade neoliberais e ultraneoliberais aumentaram drasticamente a desigualdade, tornando o fundo público um campo de abusiva lucratividade para o capital.

Retomar a questão do Estado é também retomar as relações entre sociedade política e sociedade civil. Nas produções mencionadas, destacam-se os estudos sobre a sociedade civil como espaço contraditório de luta de classes, com maior incidência nas formas organizativas das classes subalternas. São ainda incipientes as reflexões sobre os aparelhos privados de hegemonia da classe burguesa e de seus intelectuais, que atuam na condução da dinâmica do Estado nas diferentes esferas (economia, educação, saúde, políticas sociais em geral), os quais, embora presentes na realidade brasileira desde a Velha República, ganham destaque nos anos 1990 e anos 2000, com forte vinculação aos segmentos populares através do voluntariado, das Organizações Não Governamentais (ONGs) e das organizações empresariais (RIBEIRO, 2020). Compreender e decifrar as expressões da sociedade civil na atual conjuntura é um dos temas desafiadores que Gramsci nos inspira para pensar a reconfiguração da luta de classes e as possibilidades de rearticulação dos movimentos das massas populares.

A luta pela hegemonia é também para Gramsci, uma luta de ideologias (LIGUORI, 2007), tema em foco nos estudos do Serviço Social e suas expressões em vários períodos históricos (AMMANN, 1982; DURIGUETTO, 2019; SIMIONATTO; SILVA, 2020). Ao longo de sua obra, Gramsci dedica-se à compreensão e ao desvendamento da hegemonia burguesa e sua inaudita capacidade na organização da produção e na disseminação e difusão de sua visão de

mundo. A classe burguesa, em cada época histórica, produz e distribui suas ideias através de “um complexo formidável de trincheiras e fortificações”, materializadas nos “aparelhos privados de hegemonia”, cuja função é articular o consenso das massas e sua adesão à concepção de mundo do grupo dominante. Se, à época de Gramsci, no estudo da organização da cultura a imprensa destacava-se como “a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica”, na atualidade os novos meios de comunicação, especialmente midiáticos, emergem como agentes centrais na disputa da hegemonia, com destaque para as grandes corporações da mídia empresarial, que, além da propriedade dos meios de produção, detêm as tecnologias e os instrumentos para organizar, difundir suas ideias e sua concepção de mundo (FERREIRA, 2018).

À luz dos conceitos gramscianos, os estudos referentes à esfera da cultura e da ideologia são absolutamente fundamentais (DURIGUETTO; BALDI, 2019) para compreender a visão de homem e de mundo que vem se formando a partir da cruzada ideológica travada em torno da “guerra cultural” e do neoconservadorismo reacionário, expressos na defesa de extensa pauta conservadora nos costumes, especialmente em temas relativos ao aborto, ao papel da mulher e da família, aos valores religiosos, à pretensa eliminação da ideologia no processo educacional, às relações internacionais, aos direitos humanos, à negação da ciência, sustentáculos do projeto econômico e político do atual grupo no poder. Para Gramsci, é no terreno do senso comum que as classes subalternas incorporam as ideologias dominantes, cuja pretensa verdade se impõe como única, como superstição. E quando o Estado quer criar o consenso em torno de uma “ação pouco popular” [...], cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil” (GRAMSCI, CC, 2000: 265; Q, 1977: 914). Gramsci analisa como a classe burguesa coloca a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a ao seu nível cultural e econômico, e o Estado torna-se, assim, o grande ‘educador’”. Investigar as formas atuais de como o Estado burguês “educa o consenso”, de forma ativa ou passiva, através dos aparelhos privados de hegemonia e dos aparelhos coercitivos, como vem realizando a sua “reforma intelectual e moral”, desestruturando as classes subalternas, que assumem essa visão de mundo como se fosse sua, como uma religião a seguir, onde se mesclam elementos do folclore, do senso comum e das religiões, constitui-se em instigante e necessário objeto de pesquisa.

Ao longo de sua obra, Gramsci dedicou-se à compreensão e ao desvendamento da hegemonia burguesa e sua extraordinária capacidade na organização da produção, da cultura e das novas determinações do capitalismo no século XX, expressas em regimes autoritários como

o fascismo, à derrota do movimento operário, mas igualmente às possibilidades de enfrentamento da crise através de um processo revolucionário. Seu legado torna-se, assim, uma ferramenta imprescindível para compreender as contradições históricas contemporâneas, o retorno de pulsões fascistas, dos nacionalismos populistas e autoritários, dos regimes democráticos liberais e suas formas de representação, fornecendo-nos pistas valiosas para apreender a atual crise econômica, política, ética e moral e suas reverberações no modo de ser das classes dominantes e das classes subalternas, com o acirramento das condições de subalternização potencializadas nestes tempos mórbidos e obscuros. Parafraseando José Paulo Netto, podemos afirmar que o pensamento de Gramsci é quase compulsório para compreender a dinâmica da atual ordem capitalista e pensar os desafios postos ao Serviço Social nesse contexto, buscando em seu legado inspirações não somente para “pensar o velho”, mas também o “novo” que irrompe na história e na política.

Referências

- ABREU, M. M. A questão pedagógica e a perspectiva de hegemonia das classes subalternas. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, 2018.
- ABREU, M.M. A dimensão Pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. *Serviço Social e Sociedade*, n. 79, São Paulo: Cortez, 2004.
- ABREU, M. M.. *Serviço Social e a Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____; LOPES, J. B.; CARDOSO, F. G. O caráter Pedagógico da Intervenção Profissional e sua relação com as Lutas Sociais. Maria Lucia DURIGUETTO, M. L; ABRAMIDES. M. B. (Org.). *Movimentos sociais e Serviço Social - uma relação necessária*. 1ªed.São Paulo: Cortez, 2014.
- _____; CARDOSO, F. G. Metodologia do Serviço Social - a práxis como base conceitual. *Cadernos ABESS*, São Paulo, n.3, p. 1989.
- ADRIANO, A. L. *Hegemonia e serviço social: significações ético-políticas do projeto profissional em debate*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de JANEIRO. Programa de Pós-graduação em Serviço Social (UFRJ), 2020.
- ALMEIDA, B. L. F. *As práticas do Serviço Social: afirmação ou superação da subalternidade*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Programa de estudos Pós-graduados em Serviço Social, São Paulo, 1990.
- ALMEIDA, E. *A Re-significação do Conceito de Sociedade Civil a partir dos Anos 70: uma análise crítica sobre a “nova” sociedade civil*. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 96, Nov. 2008.
- AMMANN, S. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1980.
- AMARAL, A. S. *A categoria Sociedade Civil na tradição liberal e marxista*. MOTA, A. E. (org.). *O mito da Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. *Crise Capitalista e o “Atualização” das Práticas Sociais*. *Revista Temporalis*, Brasília/DF: ABEPSS, n. 6, 2002.
- BEZERRA, C. S. *Globalização e cultura: Caminhos e descaminhos para o nacional-popular*

- na era da Globalização. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Serviço Social (UFRJ), 2006.
- BOITO, A. Reforma e crise política no Brasil. São Paulo: UNESP, 2018.
- BRAVO, M. I. S.; CORREIA, V. C. Desafios do Controle Social na Atualidade. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 109, jan./mar. 2012.
- BUTTIGIEG, J. Sulla categoria gramsciana di “subalterno”. BARATTA, G.; LIGUORI, G. (Org.) Gramsci da un secolo all’altro. Roma, Editori Riuniti, 1999.
- CABRAL, E. A Participação da Sociedade Civil nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente: possibilidades e limites. ANAIS. XIII ENPESS, Juiz de Fora. ABEPSS, 2012.
- CARVALHO, A. M. P. A questão da transformação e o trabalho social. São Paulo: Cortez, 1983.
- CARVALHO, L. Curto-circuito. O vírus e a volta do Estado. Edição Kindle, 2020.
- CARSOSO, F. Organização das classes subalternas: um desafio ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.
- CAVALCANTE, M. Conselho de Saúde e a Socialização da Política de Saúde. ENPESS. XI, 2008, São Luís/MA: ABEPSS, Anais, 2008.
- CORREIA, V. A Relação Estado/Sociedade e o Controle Social: fundamentos para o debate. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 77, mar. 2004.
- COSPITO, G. Hegemonia. FROSINI, F.; LIGUORI, G. Le parole di Gramsci. Roma, Carocci, 2004.
- COUTINHO, C. N. Il pensiero politico di Gramsci. Edizioni Unicopli, Milano, 2006.
- DURIGUETTO, M. L. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. ARAMIDES, M. B; DURIGUETTO, M. L.(Orgs). Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez 2014.
- _____. Ofensiva Capitalista, Despolitização e Politização dos Conflitos de Classe. Revista Temporalis, Brasília/DF: ABEPSS, n. 16, 2008.
- _____. Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- _____. Sociedade Civil, esfera Pública, terceiro Setor: a dança dos conceitos. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 81, Mar. 2005.
- _____.; BALDI, L. A. P. Gramsci e a questão da ideologia na formação da hegemonia. II Conferência Gramsci, Marx e marxismo (II CGRAM). São Luiz, 2019.
- _____.; BALDI, L. A. P. Serviço Social, Mobilização e organização Popular: uma sistematização do debate contemporâneo. Katálysis, Florianópolis: UFSC, v. 15, n. 2, Jul./Dez., 2012.
- FERREIRA, F. D. Mídia e poder político: a disputa entre grupos políticos pelas concessões de canais de televisão sob a oligarquia Sarney no Maranhão. Tese (Doutorado em Políticas Públicas/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.
- GOMES, J. M. A apropriação de Gramsci na pesquisa em educação no Brasil (1976-2012). Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFScar), São Carlos, 2017.
- GRAMSCI, A. Cartas do cárcere. Trad. E organização de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere: O Risorgimento: Notas sobre a história da Itália. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique, Marco Aurélio Nogueira (Org.). v.05, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere: Maquiavel notas sobre o estado e a política. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique, Marco Aurélio Nogueira (Org.). v. 03, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto

- Croce. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique, Marco Aurélio Nogueira (Org.). v. 01, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, A. Quaderni del cárcere. Edizione crítica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 1977.
- IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. V. Trabalho e indivíduo social. São Paulo: Cortez, 2001.
- LIGUORI, G. Gramsci conteso. Editori Riuniti, Roma: 2012.
- _____. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Orgs.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LOLE, A., PEREIRA, DIAS A. V., PAIVA, M. J. de; GOMES, R. L. R. Produção bibliográfica de Gramsci no Brasil: uma análise preliminar. Revista hegemonia e práxis popular. Disponível em <http://igsbrasil.org/praxis/edicao-1/producao-bibliografica-de-gramsci-no-brasil/>. Acesso em 20 de abril de 2021.
- LOPES, J. B; ABREU, M. M; CARDOSO, F. G. O caráter pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas sociais. ARAMIDES, M. B; DURIGUETTO, M. L.(Orgs). Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez 2014.
- LUZA E. Lutas sociais frente às contrarreformas na política de saúde: análise a partir do Fórum catarinense em defesa do SUS e contra as privatizações. Tese de doutorado. Programa de Pós- graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): Florianópolis, 2018.
- MARRO, K. I. Reflexiones preliminares sobre el problema de la hegemonía em el proyecto ético-político del Trabajo Social. Revistas Katálysis. Florianópolis: UFSC, v. 9, n. 2, Jul./Dez. 2006.
- MOTA, A. E. Cultura da Crise e Seguridade Social. São Paulo: Cortez, 1995.
- NEGRI, F. O pensamento de Antonio Gramsci na produção teórica do Serviço Social brasileiro. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.
- PEREIRA, M. S; MARANHÃO, C. Gramsci Antípoda de Marx ou Não? ANAIS ENPESS, IX, 2004, ABEPSS: Porto Alegre. 2004.
- RAMOS, F. P. A morte banalizada em mecanismos de concretização burocrática das políticas públicas. A Terra é Redonda. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/dois-anos-de-desgoverno-thanatos-bolsonaro-e-a-raiz-totalitaria/>. Acesso 23/04/2021.
- RIBEIRO, I. R. Burguesia dependente, bloco no poder e a conformação da hegemonia no Brasil entre 2003 e 2018. Tese de doutorado. departamento de serviço social – ser programa de pós-graduação em política social da Universidade de Brasília (UnB): Brasília, 2020.
- SILVA, A. X. da. Lutas sociais e contradições dos sujeitos políticos coletivos no processo da reforma sanitária brasileira. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2013.
- SILVA, S. A. da. A produção do conhecimento no serviço social brasileiro a partir de Antonio Gramsci: um estudo dos Programas de Pós-graduação na área do serviço social (2010-2015). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.
- SIMIONATTO, I. Sociedade civil e lutas sociais na América Latina: entre a harmonização das classes e as estratégias de resistência. BOSCHETTI, I. et al (Org.). Capitalismo em Crise, Política Social e Direitos. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. Katálysis, Florianópolis: UFSC, v. 12, n1, Jan./jun. 2009.

- _____. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. Florianópolis/São Paulo: UFSC/Cortez Editora, 1999.
- _____, I SILVA, S. A Ideologia e Hegemonia em Gramsci: notas sobre a realidade brasileira. Revista Ammentu, Edizioni di Cagliari: Cagliari, v. 1, 2020.
- SIQUEIRA, M. H. Os conceitos de classes e grupos subalternos em Gramsci: uma revisão de literatura a partir de Joseph Buttigieg e Guido Liguori. II Conferência Gramsci, Marx e Marxismo (II CGRAM), São Luiz, 2020.
- _____; SIMIONATTO, I. Os conceitos de classes e grupos subalternos em Gramsci: uma revisão de literatura a partir de Joseph Buttigieg e Guido Liguori. II Conferência Gramsci, Marx e marxismo (II CGRAM). São Luiz, 2019.
- TEIXEIRA, A. P. Previdência social no Brasil: da revolução passiva à contra-reforma. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Serviço Social (UFRJ), 2006.
- TEIXEIRA, J. B; BRAZ, M. O Projeto Ético-político do Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD/Unb, 2009.
- TOLEDO, A. F. de. A categoria classes e grupos subalternos de Antonio Gramsci e sua teorização pelo Serviço Social brasileiro. Tese (Doutorado). PUC/SP, São Paulo, 2013.
- YAZBEK, C. O significado sócio-histórico da profissão. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD e UnB, 2009.
- _____. Classes subalternas e assistência social. São Paulo Cortez, 1993.

Considerações sobre a questão da política no pensamento de Antônio Gramsci

Considerations on the question of politics in the thought of Antônio Gramsci

Maria Lúcia Duriguetto*
Rodrigo de Souza Filho**

Resumo: O presente artigo trata de tematizar alguns dos fundamentos teórico-analíticos do tratamento da questão da política no pensamento de Gramsci contidos nos Cadernos do Cárcere, em particular Estado integral, hegemonia, catarse, partido e revolução e suas orgânicas relações com as determinações do “mundo da produção” e com a práxis política. Nosso objetivo é apresentar a ideia da política, no sardo comunista, como uma mediação insuprimível para a construção de processos que nos levam à superação da ordem do capital e à construção da “sociedade regulada”, nome que Gramsci usava para se referir ao comunismo.

Palavras-chave: Infraestrutura-superestrutura. Política. Sociedade regulada

Abstract: The aim of this article is to discuss the Gramsci's theoretical grounds about your conception of politic that is found on the Prison Notebooks. We present Gramsci's subjects as Total State, Hegemony, Catharsys, Political Party, Revolution and their organic links with the determinations of the “forces/relations of production” and with the political praxis. Our goal on this article is to demonstrate that the idea of politic is a necessary mediation to set up processes that lead us to overcome the capital order. Furthermore it's a important way to build a regulated society, the name used by Gramsci as reference to communism.

Keywords: Infrastructure-superstructure. Politic. Regulated society

Recebido em: 19/04/2021

Aprovado em: 10/05/2021



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pós-Doutorado pela Universidade da Calábria - Itália. Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Temáticas: Serviço Social; Movimentos sociais; Democracia. Membro do Grupo de Pesquisa "Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas". Bolsista PQ2 CNPq.

** Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Associado da Universidade Federal de Juiz de Fora. Desenvolve estudos e pesquisas na área de Serviço Social e Gestão, com ênfase nos seguintes temas: administração pública, gestão social e política social. Membro do Grupo de Pesquisa "Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas".

Introdução

A questão da *política* é apreendida, por Gramsci, como modalidade de práxis que se desenvolve de forma mais imediata na esfera da superestrutura, nela expressando tanto formas de consciência que tendem a atuar nos conflitos cotidianos – derivando práticas políticas restritas ou o que denominou “pequena política” quanto e, principalmente, como modalidade de práxis que contém o elemento *catártico*, que pressupõe um processo de elevação da consciência formada nas determinações imediatas da vida cotidiana à consciência da universalidade do gênero humano - que ele denominou de “momento ético-político”. O sardo comunista se dedicou a refletir acerca da fundamentação da política, *em sentido amplo*, e dos processos que podem fomentar e induzir ao desenvolvimento dessa segunda acepção de política como forma de elaborar uma crítica radical ao economicismo que imperou na Segunda e Terceira Internacionais. Nosso foco, neste artigo, é apresentar alguns apontamentos sobre essa reflexão¹.

De acordo com Coutinho (2011: 21), as principais contribuições de Gramsci ao desenvolvimento do pensamento marxista não se situam no estrito terreno da crítica da economia política². Embora o marxista italiano jamais tivesse negado a centralidade das relações sociais de produção na explicação da vida social, concentrou sua atenção nas *esferas da política e da ideologia*, elaborando uma articulação na qual as superestruturas ideológicas, longe de aparecerem como simples reflexos passivos da base econômica, têm sua *autonomia relativa* grandemente ampliada. *Sua atenção voltou-se para a questão da política*³ enquanto *esfera com estatuto, legalidade e relevância específicos*. A apreensão da política como sinônimo de *catarse* possibilitou a Gramsci, segundo Coutinho, a elaboração de “uma autêntica ontologia materialista e dialética da práxis política”, que nos permite encontrar na sua obra “uma crítica

¹ Este artigo apresenta uma versão revista e ampliada do artigo *A importância da “política” no pensamento de Gramsci*, publicado pela *Revista Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados/MS, v.4, n.11, p.5-20, mai./ago. 2014. Possui um caráter introdutório e didático ao tema da *questão da política* em Gramsci visando, principalmente, contribuir para a introdução dos/as discentes de graduação e pós-graduação em Serviço Social ao tema.

² Segundo Coutinho (1994: 102), Gramsci partiu do pressuposto de que a “crítica da economia política já havia sido feita”: ele aceita integralmente os resultados dessa crítica, tanto os produzidos pelo próprio Marx quanto, e talvez, sobretudo, os contidos nos desenvolvimentos que ela encontrou na obra de Lênin, particularmente em “O imperialismo, fase superior do capitalismo”. Para o gramsciano brasileiro, o foco da atenção do marxista sardo “está concentrado, sobretudo, na política (nas novas formas de hegemonia burguesa) e não nas determinações econômicas *stricto sensu*” (COUTINHO, 1994: 103).

³ Gramsci, nos Cadernos do Cárcere, desenvolve uma definição *da política* como práxis possibilitadora da emersão e do desenvolvimento de ações conscientes de pertencimento de classe e de luta pela emancipação humana. Trava um importante combate ao estruturalismo de Bukharin, por este focar a determinação estrutural na condução dos processos sociais, que se desenvolveriam independentemente da vontade e da consciência dos homens. Como elucida Coutinho (1994: 104-5), como fiel herdeiro da “dialética histórica de Marx”, para Gramsci “[...] a vida social é produto da ação de sujeitos e, nessa medida, tanto a consciência quanto a vontade dos homens são fatores decisivos (ainda que não absolutos) na construção da objetividade social”.

ontológica da política que, em seus resultados teóricos, cumpre as indicações metodológicas da ‘crítica da economia política’ marxiana [...]” (COUTINHO, 1994: 159).

Assim, tal como em Marx, também em Gramsci, o conjunto das relações sociais de produção constituem determinações que limitam e condicionam historicamente o campo de alternativas que se colocam à ação humana. Gramsci se importará com os elementos de preparação das condições e processos político-ideológicos da práxis revolucionária, uma vez que, de acordo com o método dialético, a vida social, *síntese da estrutura e superestrutura*, é um terreno dinâmico de alternativas, não havendo situação histórica que não possa ser transformada pela livre, consciente e organizada ação humana, a qual se desenvolve nos contextos dos condicionamentos sociais que a determina⁴.

É importante enfatizar que, em Marx, o primado das categorias econômicas decorre do significado central que tem o *trabalho como estrutura fundante da objetivação social e das relações humanas*. Não obstante, as relações econômicas e o complexo categorial que Marx desenvolveu para elucidá-las na sua *crítica da economia política* não podem ser, simplesmente, transferidos mecanicamente para todo o conjunto das inter-relações sociais, notadamente nos complexos categoriais presentes na esfera da superestrutura. O específico destas necessita ser desvelado em suas particulares mediações internas e em suas interligações estruturais com o “mundo da produção”. É este o caminho reflexivo que Gramsci desenvolve em relação à questão da política, *o que em definitivo retira qualquer suposto (e falso) politicismo na sua acepção desta categoria*. A seguir, apresentaremos, de forma sumária e esquemática, eixos de análise que o comunista italiano desenvolveu a partir de sua arguta observação dos processos sócio-históricos desenvolvidos em algumas formações econômico-sociais, notadamente a italiana.

A questão da política nos processos de ruptura com a ordem do capital: estrutura, superestrutura, Estado integral e hegemonia

Nosso objetivo, neste item, é expor elementos do caminho reflexivo que Gramsci trilhou para tematizar, problematizar e prospectar os processos econômico-políticos que perfazem a dinâmica das lutas de classes, caminho que posiciona seu pensamento de forma diametralmente oposta a qualquer derivação reformista e/ou politicista. Portanto, a finalidade última aqui é contribuir no refutamento às interpretações reformistas e/ou politicistas das formulações gramscianas no campo da tradição marxista⁴.

⁴ Por não ser nosso foco aqui, não trataremos, também de refutar, interpretações liberais e “culturalistas” do pensamento de Gramsci, tão em voga no debate acadêmico.

Em nosso entendimento, algumas das questões centrais que fazem com que certos intérpretes tratem Gramsci como reformista e/ou politicista referem-se à forma *não dialética de compreensão do seu pensamento* acerca da relação existente entre estrutura e superestrutura; dos momentos processuais revolucionários, que nominou de “guerra de movimento” e “guerra de posição”; e à forma (equivocada) que se interpreta a questão da sua tematização sobre a questão da *reforma*. Vejamos primeiro este último aspecto.

A *reforma*, na interpretação de determinados autores críticos a Gramsci, vem sempre subordinada à ordem. Ou seja, a reforma é algo que possui como horizonte a sociabilidade burguesa, sendo esta a perspectiva do “novo reformismo burguês” Netto (1992). Não temos dúvida que existe uma acepção de *reforma* que a subsume aos limites do projeto societário burguês em seus diferentes matizes. Portanto, que não implica em perspectivas e processos que coloquem a ordem do capital em questão⁵.

Gramsci rechaça radicalmente essa orientação. Ao tratar da questão da *reforma* ou mais exatamente da “reforma intelectual e moral” além de indicar, claramente, que se trata de um processo de construção de condições para o “desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido de uma forma superior e total de civilização moderna”, explicita que essa construção deva estar vinculada a um programa de reforma econômica. Em outras palavras, ressalta que o “programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda a reforma intelectual e moral” (GRAMSCI, 2000b, p.18-9). Assim, a perspectiva de *reforma* adotada pelo sardo comunista implica o horizonte de uma sociabilidade superior cuja materialização encontra-se fundada nas condições econômicas da vida social. Ou seja, a *reforma* indicada não está parametrizada pela ordem do capital e nem se viabiliza desconsiderando os elementos econômicos (objetivos) da realidade. Portanto, longe de uma concepção reformista e/ou politicista. No entanto, para uma maior apreensão desta concepção, em Gramsci, é necessário evidenciar a questão do par dialético estrutura-superestrutura.

É na crítica à construção especulativa do domínio do universal sobre o particular que Marx desenvolve, em meados de 1843, a sua crítica sobre a natureza do Estado moderno e de sua relação com a sociedade civil, como foi definida na filosofia jurídico-política de Hegel. Nesta, o Estado é miticamente transformado no sujeito real que ordena, funda e materializa a

⁵ As mutações da social democracia europeia na virada do século XIX para o século XX - no que ficou conhecido como “revisãoismo” - em particular nos anos de 1930, com a *Teoria Geral* de Keynes bem como as elaborações teórico-políticas dos chamados liberais democráticos (além de Keynes, as de Beveridge e Marshall) expressam, historicamente, esse movimento revisionista. Cf. Przeworski (1989); Netto (1992).

universalização dos interesses privatistas e particularistas da sociedade civil. É na crítica a essa inversão do universal pelo particular que Marx desenvolve a sua visão do Estado.

Marx, de forma precisa, escreve no “Prefácio” da obra “Para a Crítica da Economia Política” (1859), a real relação que se estabelece entre o Estado e a sociedade civil:

relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de ‘sociedade civil’, seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; mas que a anatomia da sociedade burguesa, deve ser procurada na Economia Política (MARX, 1996: 51).

Para Marx, é na esfera da sociedade civil - que define como a esfera da produção e da reprodução da vida material - que se fundamenta a natureza estatal, e não o contrário, como supunha Hegel. Ou seja, o Estado não funda a dinâmica da sociedade civil, mas a expressa.

na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez (MARX, 1996: 52).

Nos *Cadernos*, Gramsci trabalhará de forma exaustiva esta indicação marxiana posta no *Prefácio*, e não abandonará essa orientação. Assim, em nosso entendimento, três aspectos explicitam a concepção gramsciana em relação às esferas da estrutura e da superestrutura: a relação dialética entre ambas; a determinação central da estrutura; e o significado da superestrutura para a compreensão da dinâmica da vida social.

A relação dialética entre estrutura e superestrutura é evidenciada, principalmente, a partir da concepção de Gramsci de *bloco histórico*. GRAMSCI (2001: 238), destaca que, na totalidade do *bloco histórico*, as “forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais”. Para Gramsci, “a estrutura e as superestruturas formam um bloco histórico” (GRAMSCI, 2001: 250); o *bloco histórico* é a “unidade entre natureza e espírito (estrutura e

superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 2000b: 26). Assim sendo, a realidade social é constituída por essas duas dimensões, não podendo ser pensada ou reduzida uma ou a outra.

Reforçando esta nossa interpretação, Gramsci, a título de análise crítica à formulação de Nikolai Bukharin contida em sua obra *A teoria do materialismo histórico. Manual popular de sociologia marxista* (referida nos escritos do cárcere como *Ensaio Popular*), demonstra que Bukharin reduz a *filosofia da práxis* (como Gramsci nominava a teoria social de Marx) a uma mera sociologia (GRAMSCI, 2001, p.146). Recorre à elaboração marxiana, acima apresentada, para evidenciar a relação dialética existente entre a estrutura e superestrutura, rechaçando qualquer impostação à esfera econômica como causa última.

O trecho do [prefácio ao] *Zur Kritik* contém as expressões “grau de desenvolvimento das forças materiais de produção”, “modo de produção da vida material”, “condições econômicas da produção” e similares, expressões que afirmam certamente ser o desenvolvimento econômico determinado por condições materiais, mas que jamais reduzem essas condições à mera “metamorfose do instrumento técnico”. Croce acrescenta, de resto, que o fundador da filosofia da práxis jamais se propôs uma indagação a respeito da causa última da vida econômica. “Sua filosofia não era assim tão barata. Ele não teria ‘flertado’ em vão com a dialética de Hegel, para logo depois sair buscando causas últimas” (GRAMSCI, 2001: 158).

Portelli (1977: 52-7) apresenta uma análise precisa desta relação ao mostrar que os textos dos *Cadernos* indicam que tanto a estrutura como a superestrutura são momentos determinantes do *bloco histórico*, não obstante a constatação do elemento da estrutura econômica como decisivo:

Essa é a razão por que colocar a questão da primazia de um ou outro elemento do bloco histórico é um falso problema. Se considerarmos a articulação desse bloco, fica evidente que sua estrutura sócio-econômica é o seu elemento decisivo. Mas é não menos evidente que, em qualquer movimento histórico, é a nível das atividades superestruturais que se traduzem e resolvem as contradições surgidas na base. A relação entre esses dois elementos é ao mesmo tempo dialética e orgânica (PORTELLI, 1977: 56).

Nesta direção, Gramsci afirma, em diferentes passagens dos *Cadernos*, que o elemento decisivo do complexo do *bloco histórico* cabe à dimensão estrutural: o “conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 2001: 250). Em outras passagens, como na polêmica com as formulações de Croce sobre a dialética, Gramsci sublinha “a prioridade do fato econômico, isto é, da estrutura como ponto de referência e de impulso dialético para as superestruturas, ou seja, os ‘momentos distintos do espírito’” (GRAMSCI, 2001: 385).

Em outro momento de seus escritos, quando trata da “Análise das situações. Correlação

de forças”, essa determinação surge de forma explícita. Para Gramsci, o primeiro elemento a ser considerado nesse processo de análise é a dimensão ligada à “estrutura objetiva”, para que seja possível “estudar se existem na sociedade as condições necessárias e suficientes para sua transformação”, só depois desse nível de análise se deve avaliar a relação das forças políticas Gramsci (2000b: 40)⁶. Não cabe, nesse sentido, qualquer possibilidade de interpretação mecanicista sobre a relação que se estabelece entre o momento determinante central, a estrutura, e seu reflexo, a superestrutura. “A pretensão [...] de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infra-estrutura deve ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo [...]” (GRAMSCI, 2001: 238). Abrimos, assim, o caminho para o terceiro aspecto que gostaríamos de destacar, o significado da superestrutura na formulação gramsciana.

A superestrutura, na totalidade do *bloco histórico*, apesar de não ser o elemento determinante central, não se configura como simples aparência ou epifenômeno da estrutura. Possui estatuto e legalidade próprios, a partir de seus nexos com a dimensão objetiva da vida social. Dessa forma, a superestrutura é a dimensão em que as contradições da estrutura se manifestam e torna possível sua resolução a partir da práxis (GRAMSCI, 2001: 250-1). É nessa dimensão que os homens tomam consciência de sua posição social e de seus objetivos (GRAMSCI, 2001: 389). Portanto, o significado da superestrutura no pensamento do marxista italiano refere-se, em termos gerais, à centralidade que esta categoria adquire para a ampliação das reflexões sobre a política no seio da tradição marxista.

Não podemos transformar o esforço crítico-analítico de Gramsci para “combater a abstração mecanicista e o fatalismo determinista” (GRAMSCI, 2000b: 300) da vulgata economicista (bem como o ideologismo voluntarista) num pensamento politicista. Os elementos elencados anteriormente, mesmo que apenas pontuados, nos oferecem indicações precisas sobre o significado da estrutura econômica no desenvolvimento do pensamento gramsciano. Nele, a acentuação dada ao significado e importância da esfera da superestrutura só se tornam *honestamente* inteligíveis pelos seus intérpretes a partir desta perspectiva e, neste sentido, essa esfera se configura como uma dimensão essencial para a compreensão da questão da política na obra gramsciana.

A partir desta perspectiva, o marxista italiano empreendeu uma formulação original da concepção de Estado, conservando e superando, por meio de novas determinações, a apreensão

⁶É importante destacar, conforme sinaliza Voza (2014: 537), que Gramsci, de forma progressiva, vai abandonando a metáfora estrutura-superestrutura, “mesmo que por um certo período Gramsci continue a utilizá-la, em sentido fraco e/ou polêmico, contra seus interlocutores ideais”.

sobre o fenômeno estatal desenvolvida no âmbito do pensamento marxiano e da tradição marxista do seu tempo histórico.

Estado Integral

A partir dos conceitos fundantes desenvolvidos por Marx, Engels e Lênin para pensar a sociedade civil e sua relação com o Estado, Gramsci pensa estas categorias a partir de um conjunto de transformações em curso em sua época histórica como a presença de organizações tanto dos trabalhadores quanto do capital no cenário do capitalismo monopolista (partidos políticos, sindicatos); da conquista do sufrágio universal, do fascismo e do nazismo como movimentos de expressão da hegemonia política da burguesia, da complexificação da esfera da cultura, do direito, da ideologia, entre outros.

É com esta configuração da vida social que visualiza uma nova construção das relações de poder e de organização de interesses que fazem emergir uma nova dimensão da vida social, a qual denomina de *sociedade civil*. Essa esfera designaria o espaço em que se manifesta a organização e a representação dos interesses dos diferentes grupos sociais, da elaboração e/ou difusão dos valores, cultura e ideologias⁷. A sociedade civil é parte do Estado, e constitui uma esfera decisiva da luta de classes, na qual os diferentes grupos sociais que se formam a partir de suas inserções no mundo econômico lutam para conservar ou conquistar a hegemonia. Nas palavras de Fontes (2007: 211-2), “o conceito de sociedade civil liga-se ao terreno das relações sociais de produção, às formas sociais de produção da vontade e da consciência e ao papel que, em ambas, exerce o Estado”. Ou seja, “a sociedade civil é o momento organizativo a mediar as relações de produção e a organização do Estado, produzindo organização e convencimento”.

Essa configuração da sociedade civil é incorporada ao seu entendimento do fenômeno estatal. O Estado integral de seu tempo e contexto, preservando a função de coerção (sociedade política) tal como enfatizada por Marx e Engels (1848), também incorpora a esfera da sociedade civil (cuja função é o consenso): “Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 2000b: 331). Portanto, sociedade civil e

⁷ O conceito de *sociedade civil* em Gramsci pertence, assim, ao momento da superestrutura, diferente da formulação marxiana, que identifica sociedade civil com infraestrutura econômica. Entretanto, esse novo conteúdo da esfera da *sociedade civil* não significa seu isolamento com relação à estrutura econômica e nem se transforma no momento predominante da dialética estrutura-superestrutura, como conclui equivocadamente Bobbio (1982: 32). Este, ao fazer uma leitura liberal do conceito de sociedade civil em Gramsci, toma-o exclusivamente como esfera da superestrutura, como se Gramsci conferisse à esfera econômica um papel secundário. Fiel à dialética materialista e historicista marxiana, o pensamento de Gramsci tem na produção e na reprodução da vida material o fator ontologicamente primário para a inteligibilidade da vida social.

sociedade política dão forma e concretude ao que Gramsci nomina de Estado integral.

[...] na noção geral de Estado, entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção) Gramsci (2000b: 244).

Ou seja, a sociedade civil gramsciana faz parte do Estado (*lato sensu*) que, por sua vez, é permeado pelos interesses e conflitos das classes sociais conformadas na estrutura econômica.

A dinâmica que se processa no interior da sociedade política e da sociedade civil revela uma distinção em relação à “função” que exercem na conservação ou transformação das relações de poder entre as classes sociais. Enquanto na *sociedade política* o conjunto das frações das classes dominantes exercem seu poder e sua dominação por meio dos “aparelhos coercitivos de Estado” (aparato estatal administrativo-burocrático, civil e militar), na *sociedade civil* esse exercício do poder ocorre por intermédio de uma relação de hegemonia que é construída pela direção política e pelo consenso. Ou seja, a formação e difusão de um consenso - que incorpora e reflete interesses de classes - necessita de uma base socioinstitucional que possua estrutura e legalidade própria. É essa certa autonomia e independência material e funcional dos organismos sociais “privados” em relação aos do “Estado-coerção” (ou sociedade política) que marca o fundamento da sociedade civil e sua função mediadora entre a estrutura econômica e o Estado em sentido estrito⁸.

Fundamental para o sardo comunista é o entendimento do conjunto de mediações que conformam esse domínio e organizam a manutenção do consentimento, pois a capacidade de direção (que envolve o componente ineliminável da coerção) e de garantia consensuada dos subalternos são elementos fundamentais para a manutenção da *dominação política* da classe que tem a *hegemonia* na estrutura econômica.

Hegemonia

É na apreensão das relações de poder materializadas nos campos do *bloco histórico* em geral e, particularmente, no Estado integral, que Gramsci apreende os conteúdos que materializam as relações de hegemonia⁹, as quais envolvem, dialeticamente, elementos da

⁸Assim, para Gramsci (2000b: 254-5), “por Estado deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho “privado” de hegemonia ou sociedade civil”. Dessa forma, a caracterização da materialidade socioinstitucional da sociedade civil pode ser denominada de “aparelho privado de hegemonia”.

⁹ Como esclarece Gruppi (2000: 1), “o termo *hegemonia* deriva do grego *eghestai*, que significa ‘conduzir’, ‘ser guia’, ‘ser líder’, ou também do verbo *eghemoneuo*, que significa ‘ser guia’, ‘preceder’, ‘conduzir’, e do qual deriva ‘estar à frente’, ‘comandar’, ‘ser o senhor’. Por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Trata-se, portanto, de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o guia e também o comandante do exército”.

superestrutura e da estrutura. Nas palavras de Gramsci:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2000b: 48).

O conceito se refere tanto ao processo em que uma classe torna-se dirigente, quanto à direção que uma classe no poder exerce sobre o conjunto da sociedade. Em outras palavras, a hegemonia expressa a direção e o consenso ideológico (de concepção de mundo) que uma classe consegue obter dos grupos próximos e aliados. A construção de uma nova hegemonia também implica considerar a possibilidade do enfraquecimento do poder de direção e de formação do consenso da classe que detém o poder econômico e político, criando o terreno para o confronto entre uma hegemonia em "crise" e outra que ainda não nasceu¹⁰.

A centralidade reflexiva de Gramsci está em desocultar as mediações pelas quais o Estado – esfera em que se efetiva a unificação e o exercício da dominação da burguesia, como já explicitara a teoria marxiana e Lênin – consolida e reproduz a dominação de classe. Como evidenciado, essa dominação não se materializava somente pela repressão, mas, também, inclui a direção de classe nos complexos da superestrutura pela via da aceitação consensual de suas diretivas pelos setores subalternos. Situa-se, aqui, na reflexão acerca dos processos de manutenção da hegemonia ou de formação de uma nova hegemonia a definição conceitual mais precisa da questão da política em Gramsci, expressa na passagem em que define a “pequena” e a “grande” política. Nos fenômenos afetos à “pequena” política, temos os processos políticos voltados para a manutenção e /ou à justificação das relações de poder das frações da classe dominante¹¹. Já os processos políticos da “grande” política compõem os conteúdos político-organizativos e ideológicos que expressam o que Gramsci denomina, nos Cadernos, de *catarse*.

¹⁰ “Isso nos diz que o conceito de hegemonia é apresentado por Gramsci em toda a sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer” Gruppi (2000, p.3). Se para Gramsci (2000b: 331), “[...] Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados [...]”, torna-se fundamental o entendimento do conjunto de mediações que conformam e esclarecem esse domínio e seu consentimento: como se governa e por que o governado obedece. Segundo Coutinho (1994: 111), muitas das reflexões gramscianas buscam esclarecer essa questão, o que lhe permite desenvolver e introduzir novas determinações nos conceitos de coerção e de consenso.

¹¹ Para Gramsci (2000b: 21), a “pequena política (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas) que compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política”) expressa os processos políticos que legitimam e perpetuam a divisão de classes e de poder político.

Os processos políticos que conformam a “grande” política se materializam por meio das conquistas progressivas de uma unidade político-ideológica das classes subalternas, alargando e articulando seus interesses e necessidades na busca da superação dos seus limites corporativos. Esse é o processo e o momento que Gramsci denomina de “catarse”, isto é, “[...] a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (GRAMSCI, 2001: 53)¹².

2-Lutas de classe e processos políticos: catarse, partido e estratégias revolucionárias

No item anterior, foram explicitadas algumas das principais categorias que fundamentam a concepção da questão da política desenvolvida pelo marxista italiano, a qual encontra nos conteúdos que desenvolveu para os processos de formação da consciência de classe – tratada no que nominou de *catarse* –; na centralidade do *partido* e no seu tratamento das *estratégias revolucionárias* as perspectivas mais diretamente ligadas às condições ideológicas de superação da ordem do capital.

Catarse e a função do partido

Gramsci desenvolve, ao tratar dos processos de formação de consciência que são por ele postos em relevo sob a denominação de *catarse*, a questão da passagem do momento econômico-corporativo ao ético-político, que se efetivaria pela via da ação crítica, classista e organizada das classes subalternas na direção da percepção e da formação de seus interesses universais, que ele chamou de “consciência ético-política”¹³. Segundo Coutinho (1994: 106),

o conceito de catarse tem assim, para Gramsci, uma dimensão claramente política: o momento “catártico” é aquele em que o homem afirma sua liberdade em face das estruturas sociais, revelando que – embora condicionado pelas estruturas e, em particular, pelas estruturas econômicas – é capaz ao mesmo tempo, de utilizar o conhecimento dessas estruturas como fundamento para uma práxis autônoma, para a criação de novas estruturas, ou, como ele diz, para “gerar novas iniciativas”.

Os processos de mediação da formação de consciência econômico-corporativa à ético-política são explicitados, por Gramsci, quando destaca três momentos do grau de

¹² A passagem de uma consciência reivindicatória para uma consciência da totalidade da realidade social está presente no processo que Marx (1982) denomina da transição da “classe em-si” à “classe para-si”; na elevação da consciência sindical à político-universal de Lênin (2010) e na concepção de “catarse” em Gramsci.

¹³ Nas esclarecedoras palavras de Coutinho (1994: 158-9), “em Gramsci, o momento catártico – que ele chega mesmo a conceber como sinônimo de práxis política – é o processo mediante o qual um grupo social supera seus interesses econômicos, meramente corporativos ou “egoístico-passionais”, e se eleva à consciência “ético-política”, à condição de classe universal, capaz de se tornar hegemônica por dar respostas historicamente universais às questões vividas pelo povo-nação e pela humanidade numa época concreta”.

homogeneidade, de organização e consciência ideo-política alcançado pelos grupos sociais subalternos: o primeiro é o momento econômico-corporativo, no qual o grupo profissional toma consciência dos seus interesses e do dever de organizá-los, mas não desenvolveu ainda unidade com o grupo social mais amplo; o segundo é o momento sindicalista, "em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico". O terceiro momento é aquele em que se atinge a consciência de classe ou da fase hegemônica, "em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo [...] e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é fase [...] além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano 'universal' [...]" (GRAMSCI, 2000b: 41).

O desenvolvimento de uma consciência crítica em relação à hegemonia vigente – nas formações sociais em que as superestruturas apresentam uma alta complexidade sócio-institucional e político-ideológica - requer uma intensa "preparação ideológica das massas", um "trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeação de idéias", de construção de uma nova concepção de mundo (de uma "reforma intelectual e moral"). Daí a importância fundamental que Gramsci atribui à função dos intelectuais orgânicos.

Para Gramsci, os intelectuais orgânicos são criados a partir da inserção e da função de cada grupo social na esfera da produção e do conjunto das relações sociais. São os intelectuais "[...] que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...]" (GRAMSCI, 2000a, p.15). Na ação dos intelectuais das classes subalternas, a base do conhecimento para o convencimento está na apreensão das normas ou valores (concepção de mundo, linguagem, senso comum etc.) que informam a práxis cultural e política do indivíduo ou sujeitos sociais (como se dão as formas de consciência e como estas se relacionam e se manifestam com a práxis política) e também nas normas e valores utilizados para o convencimento (que devem ser dirigidos para a formação da *vontade coletiva*). Foi a esse tipo de conhecimento que Gramsci denominou de *ideologia*, ou seja, àquela relação entre conhecimento e ação que é mobilizada para a partilha de valores e ações comuns. Em suas análises, Gramsci (2001: 237) distingue as ideologias que são "historicamente orgânicas", na expressividade dos processos sociais de organização das classes e da ordem social, daquelas que são "arbitrárias", ou seja, que impulsionam de forma pouco duradoura a ação humana. As primeiras formam o terreno no qual os homens adquirem consciência de sua posição de classe, lutam enquanto que as segundas não criam senão ações

individuais em pequenos grupos, expressão da “pequena política”. É na esfera das ideologias orgânicas que se expressa o campo da luta política entre diferentes concepções de mundo pela conquista da hegemonia. É nela o campo da “grande política”. Gramsci situa sua “filosofia da práxis” nesse terreno de luta das ideologias orgânicas e na participação ativa dos setores subalternos na busca da superação e destruição da relação “hegemônica” entre governantes e governados e da formação de uma nova hegemonia.

Para Gramsci, a imposição ou adesão passiva ao consenso dirigido pela classe dominante é resultado do fato de ser a detentora do poder econômico e dos principais portadores e divulgadores de sua hegemonia: o poder estatal e suas organizações na sociedade civil. São inicialmente estas últimas que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes, é exatamente aí que exercem a direção sobre as demais classes.

É no cômputo de uma complexa e progressiva passagem da consciência e da prática “egoístico-passional” para a “ético-política” que se constitui e que se pensa a questão da “grande política” em Gramsci e, correlata a ela, a questão do partido como um tipo particular e central de intelectual orgânico e coletivo. Caberia centralmente ao *partido* operar a superação dos momentos econômico-corporativos dos grupos sociais (que encontram, por exemplo, nos sindicatos as suas expressões) e se tornarem “agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional”. Todos os membros de um partido político são considerados intelectuais, mas o significado forte é para aqueles que exercem uma função que é “diretiva e organizativa, isto é educativa, isto é, intelectual” Gramsci (2000a: 25) Duriguetto (2014: 288).

Nesse campo de discussão sobre a função dos intelectuais, especialmente de determinada função intelectual, a do partido, nos processos de formação de uma consciência ético-política que supere a mera apreensão e ação corporativa, é pertinente destacarmos, novamente, a nota intitulada “Análise das situações. Correlação de forças”. Aqui, Gramsci examina os diversos “momentos” ou “graus” em que se articulam as relações de forças entre as classes sociais, objetivando identificar as situações que “sugerem as operações táticas imediatas, indicam a melhor maneira de empreender uma campanha de agitação política, a linguagem que será mais bem compreendida pelas multidões, etc.” (GRAMSCI, 2000b: 19).

O primeiro nível de análise que examina as relações de força é o econômico, ou seja, é aquele ligado à estrutura objetiva, do grau de desenvolvimento das forças materiais de produção em que se têm os agrupamentos sociais e suas funções e posições na divisão social do trabalho. Trata-se da base objetiva na qual se estabelece, com realismo, a análise da relação e situação política das forças sociais.

É no segundo nível – o das “relações das forças políticas” –, que se estabelece a

identificação do grau de homogeneidade, de organização e consciência ideo-política alcançado pelos vários grupos sociais: o primeiro é o momento econômico-corporativo, no qual o grupo profissional toma consciência dos seus interesses e do dever de organizá-los, mas não desenvolveu ainda unidade com o grupo social mais amplo; o segundo é o momento sindicalista, "em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico". A questão do Estado é posta nesse momento "apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes".

O terceiro momento apresenta

[...] a *fase mais estritamente política*, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em 'partido', entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano 'universal', criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (GRAMSCI, 2000b: 40-1, Grifos nossos).

É nesse terceiro momento, interno às relações das forças políticas, que se pode identificar a formação de uma consciência ético-política de classe, em que está posta a questão da fundação de uma nova hegemonia de classe¹⁴. Como explicita Coutinho (1991, p.105-6), para Gramsci, a possibilidade da construção de uma nova hegemonia está na capacidade de formação de uma vontade coletiva revolucionária dirigida pelas classes subalternas. Nessa construção, o gramsciano brasileiro chama atenção para a centralidade das observações do marxista sardo acerca da necessidade da superação dos movimentos espontâneos pela direção política consciente, ou seja, por "uma síntese político-intelectual que supere os elementos de corporativismo e transforme tais movimentos em algo homogêneo, universalizante, capaz de ação eficaz e duradoura". Para Gramsci, os "sentimentos espontâneos" das massas, prossegue Coutinho, devem ser "educados", "orientados" e é da "unidade da espontaneidade" com a "direção consciente" que se deve desenvolver a ação política das classes subalternas. Essa função de síntese e de mediação caberia aos intelectuais orgânicos do partido, ao "Moderno

¹⁴ A análise das relações de forças é completada por um terceiro nível, identificado por Gramsci como relação de forças militares. A interpretação do significado deste nível de análise das relações de forças abre uma polêmica sobre a estratégia revolucionária defendida por Gramsci, cuja discussão apresentamos, de forma breve, no próximo item.

Príncipe”. Também elucida Coutinho (COUTINHO, 1991: 106) que a “formação de uma vontade coletiva liga-se organicamente ao que Gramsci chama [...] de reforma intelectual e moral”. O Moderno Príncipe deve ser “ao mesmo tempo o organizador e expressão ativa e operante” dessa vontade e trabalhar por uma “reforma intelectual e moral” (GRAMSCI, 2000b, p.18), condição necessária para o processo de criação de uma nova hegemonia das classes subalternas e pela conseqüente criação da nova sociedade “regulada”, termo usado por Gramsci para se referir à criação do “autogoverno dos produtores associados”.

Guerra de posição e guerra de movimento: estratégia e tática no processo revolucionário

Como vimos no item anterior, sociedade civil e a sociedade política formam, no construto teórico-analítico de Gramsci, o Estado integral. Como implicações dessa concepção, Gramsci distingue dois tipos de configuração societal: “ocidental” e “oriental”. Na sociedade “oriental”, há uma hipertrofia dos “aparelhos coercitivos” da sociedade política enquanto os “aparelhos privados” da sociedade civil são pouco desenvolvidos e organizados, não havendo, portanto, equilíbrio entre essas duas dimensões. Por outro lado, na sociedade “ocidental” configura-se a existência de um equilíbrio entre ambas. Essa percepção de Gramsci sobre diferentes tipos de sociedade o levou a definir estratégias revolucionárias diferenciadas para as formações econômico-sociais “ocidentais” e “orientais”¹⁵.

A “guerra de movimento”, caracterizada pelo assalto ao Estado realizado pelos agentes revolucionários, com o objetivo de tomar o poder central e implementar uma nova ordem, era uma estratégia que só poderia ser utilizada em sociedades que possuíam um polo de poder centralizado e nas quais a sociedade civil fosse frágil. Portanto, era uma estratégia revolucionária para o “Oriente”. Nas sociedades capitalistas avançadas, a sociedade civil apresenta-se com autonomia relativa, tanto funcional quanto material, em relação à sociedade política. Por isso, numa sociedade “ocidentalizada”, em que sociedade civil e sociedade política estão em equilíbrio de forças, o poder é exercido por meio da coerção, mas, também, da busca e da manutenção do consenso. Portanto, a estratégia revolucionária, nessa configuração de “equilíbrio”, incorporaria a disputa da hegemonia nos aparelhos privados da sociedade civil, base material através da qual se processa uma das disputas pela hegemonia.

Nesse sentido, para Gramsci, a sociedade civil transformaria-se no espaço privilegiado

¹⁵A distinção entre “ocidente” e “oriente” em Gramsci, não se refere a posições geográficas e nem a períodos históricos demarcados. Na formulação, em nível de abstração mais elevada, o sardo comunista afirma que no “Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil” (GRAMSCI, 2000b: 262).

para o desenvolvimento dos processos organizativos e ideo-políticos de disputa pelo poder, portanto, pela hegemonia. “Guerra de posição” é o nome empregado por Gramsci para definir essa estratégia que propõe, antes da tomada do poder de Estado, a obtenção da hegemonia das classes subalternas – por meio da disputa nos aparelhos da sociedade civil –, visando à conquista progressiva de uma unidade político-ideológica – de uma direção de classe – para constituir um novo *bloco histórico*, o qual, inicialmente, altera a correlação de forças na sociedade e termina por impor a ascensão de uma nova classe ao poder. A construção desta “contra-hegemonia”, em termos nossos, requer, assim, a busca do consenso dos grupos sociais aliados, alargando e articulando seus interesses e necessidades na busca da superação dos limites dos seus interesses corporativos.

A formulação dessas estratégias revolucionárias articuladas à configuração societal existente (“oriental” e “ocidental”) é indicada pelo marxista italiano ao apontar que o conceito de “revolução permanente”, surgido antes de 1848, é adequado a um período histórico quando os aparelhos privados de hegemonia não se encontravam tão desenvolvidos (partidos de massa, grandes sindicatos, organizações culturais diversas). Por outro lado, a partir de 1870, com a “expansão colonial europeia, todos esses elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e robustas; e a fórmula da ‘revolução permanente’ [...] é elaborada e superada [...] com a fórmula de ‘hegemonia civil’” (GRAMSCI, 2000b: 24). Ou seja, a complexificação da sociedade capitalista levou à necessidade de redefinição da estratégia revolucionária a ser adotada: “ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição” (GRAMSCI, 2000b: 24).

No entanto, a hegemonia da estratégia da “guerra de posição” sobre a “guerra de movimento” não significa a supressão desta última no processo revolucionário. A formulação gramsciana apenas sinaliza, o que não é pouco, que a estratégia central da revolução nos países ocidentais se concentraria nos processos que envolvem a “guerra de posição”. Esta relação dialética entre “guerra de posição” e “guerra de movimento” é outro aspecto mal compreendido por intérpretes que imputam a Gramsci uma perspectiva reformista e politicista, na acepção indicada neste artigo.

Conforme elaborado por Gramsci (2000b: 72-73).

nas guerras entre os Estados mais avançados do ponto de vista civil e industrial, a guerra manobrada [ou de movimento] deve ser considerada como reduzida mais as funções táticas do que estratégicas [...]. A mesma transformação deve ocorrer na arte e na ciência política, pelo menos no que se refere aos Estados mais avançados onde a “sociedade civil” tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às “irrupções” catastróficas do elemento

econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna.

Guimarães (1998: 265-6) corrobora com esta interpretação e indica que “em Gramsci, a concepção de revolução em sua dimensão de violência está radicalmente subordinada a sua dimensão diretiva [...]. Pois o processo de construção da hegemonia [...] intrinsecamente deprime o momento de pura força no processo de transformação”.

Dessa forma, entendemos que o marxista italiano não elimina a utilização da “guerra de movimento” no processo revolucionário, sua manutenção, mesmo nas sociedades avançadas, nas democracias modernas, continua válida para a análise e utilização nos processos revolucionários. Entretanto, entendemos que a questão central refere-se à dimensão estratégica da luta que, nessas sociedades, se concentraria na “guerra de posição”. Parece-nos incontestável esta interpretação e não a noção indiferenciada da utilização de uma ou outra estratégia a depender do contexto político. Em outras palavras, a estratégia é a “guerra de posição” e esta estratégia não dispensa, ou melhor, requer a utilização da “guerra de movimento” em determinados momentos do processo revolucionário.

Esta questão de se pensar as estratégias revolucionárias *não em exclusão*, mas, na *materialidade concreta dos processos sócio-históricos* está diretamente relacionada com a correta apreensão que, em Gramsci, há uma distinção “não orgânica”, e sim dialética (de unidade-distinção) entre sociedade política e sociedade civil Liguori (2007: 16)¹⁶. Nesta direção, Gramsci seria sofisticadamente idílico se pensasse que uma transformação revolucionária de um modo de produção e padrão de acumulação poderia se processar somente pela via da organização crítica e classista das classes subalternas e em suas lutas cotidianas por tomadas de posição no seio dos aparelhos privados de hegemonia, sem precisar, em determinadas condições históricas concretas, utilizar o expediente tático da guerra de movimento. Por apreender que o Estado envolve ineliminavelmente uma dimensão coercitiva para a manutenção da hegemonia da classe e frações de classe que detém o poder e a concentração de riqueza na esfera produtiva e, conseqüentemente, na sociedade civil e na sociedade política, que Gramsci não descarta a função tática da “guerra de movimento” na supressão da ordem do capital.

Para finalizar, é fundamental enfatizar que o conjunto da reflexão gramsciana sobre as

¹⁶ Afirma o autor: “Não me parece que desse modo se perca a especificidade da teoria gramsciana da hegemonia, baseada no consenso [...], mas somente que se desminta uma interpretação da mesma em que exista *unicamente* o consenso, só os ‘aparelhos hegemônicos’. A complexidade do papel do Estado (‘integral’) reside no fato de reunir força e consenso num nexo dialético, de unidade-distinção, no qual, em geral, no ‘ocidente’ o elemento do consenso é o que predomina, sem que evidentemente a ‘força’ desapareça. Tal como o demonstram até mesmo os casos extremos do fascismo e do nazismo” (LIGUORI, 2007, p.16-7; grifo do autor).

estratégias revolucionárias tem como escopo a construção da “sociedade regulada” que, como bem analisa Coutinho (1992: 81), se refere ao “processo de extinção do Estado na sociedade comunista sem classe”. Processo que, na formulação gramsciana, expressa o movimento de “reabsorção da sociedade política na sociedade civil”, isto é, um movimento que afirma “como finalidade do Estado seu próprio fim, seu próprio desaparecimento” (GRAMSCI, 2000b: 223).

Uma Consideração Final

Os conteúdos teórico-analíticos e políticos das categorias gramscianas, sumariamente apresentadas neste artigo (estrutura, superestrutura, Estado integral, catarse, hegemonia, guerra de movimento e guerra de posição) evidenciam elementos centrais de como Gramsci refletiu e prospectivou a questão da política – tanto suas bases de manutenção da hegemonia da classe e frações de classe que detém o poder da dominação econômica na esfera da produção e as formas e mediações pelas quais essa dominação se espessa no aparato estatal por meio das esferas da sociedade civil e da sociedade política; quanto por refletir sobre perspectivas ideo-políticas que possam conduzir as classes subalternas à formação de uma consciência ético-política de seus interesses e projetos para a necessária erradicação do aparato estatal e a condução da vida social por uma sociedade regulada pelas necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras livres. Ou seja, em Gramsci, a *questão da política é refletida para explicar a manutenção de hegemonia, mas, também, para fomentar e induzir uma perspectiva revolucionária no conjunto das ações e organizações das classes subalternas.*

Essa perspectiva de *política revolucionária* tratada pelo sardo comunista implica a construção de uma sociabilidade superior cuja materialização encontra-se fundada nas transformações das condições econômicas da produção da riqueza e de sua apropriação privada pelos detentores dos meios de produção. Essa perspectiva *de política revolucionária* tratada pelo sardo comunista implica a derrocada do aparato estatal *integral* e, com ela, as formas de dominação política, de uso da força, de controle e propagação ideológica que legitima a ordem do capital espalhados pelos aparelhos que compõem a sociedade política e a sociedade civil. Essa perspectiva de *política revolucionária* tratada pelo sardo comunista não comporta interpretações que a adjetivam como reformista e/ou politicista. Nem as dos intérpretes que se opõem a Gramsci, portanto, aos antigramscianos, nem aos que se proclamam gramscianos mas que, também, colorem seu pensamento do palatável reformismo e culturalismo.

Referências

BOBBIO, N. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- _____. *Marxismo e Política*. Rio de Janeiro: Cortez, 1994
- _____. *De Rousseau a Gramsci*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- DURIGUETTO, M. L. “A questão dos intelectuais em Gramsci” in *Revista Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 201.
- FONTES, V. “Sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980”; in Lima, J. C. F. e Neves, L. Ma. W. (orgs). *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro J: Fiocruz, 2007.
- GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a, vol. 2.
- _____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b, vol. 3.
- _____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. 1.
- GUIMARÃES, J. *Democracia e marxismo: crítica à razão liberal*. São Paulo: Xamã, 1998.
- LÊNIN, V. I. *O que fazer?* São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LIGUORI, G. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.
- MARX, K. “Para a crítica da economia política”. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo. Editora Nova Cultural, 1996.
- _____. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- _____. MARX, K e ENGELS, F. *Obras Escolhidas*: Rio de Janeiro, v. 1, 1956.
- _____. “Crítica del derecho del Estado de Hegel” In: *Obras de Marx y Engels Vol 5*, 1978.
- NETTO, J.P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- VOZA, P. “Estrutura” In: LIGUORI, G. E VOZA, P (orgs.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2014

Gramsci sobre Vico: A filosofia como uma forma da política*

Gramsci on Vico: Philosophy as a form of politics

Marco Vanzulli**

Resumo: No artigo, propõe-se demonstrar a influência decisiva exercida pelas leituras de Benedetto Croce nas impressões de Gramsci sobre a obra de Giambattista Vico. Para isso, explora-se os trechos dos *Cadernos do Cárcere* onde Gramsci faz referências ao iluminista italiano. Com base nessas demonstrações, argumenta-se que, no movimento de assimilação e afastamento da filosofia de Croce, Gramsci termina por subsumir a filosofia à política em sua elaboração da filosofia da práxis.

Palavras-chave: Antônio Gramsci; Giambattista Vico; Benedetto Croce; filosofia da práxis; filosofia; política.

Abstract: In the article, it is proposed to demonstrate the decisive influence exerted by Benedetto Croce's writes on Gramsci's impressions about Giambattista Vico. For that, it is explored the excerpts from *The Prison Notebooks* where Gramsci makes references to the Italian illuminist. Based on these statements, it is argued that, in the movement of assimilation and departure from Croce's philosophy, Gramsci ends up subsuming philosophy to politics in his elaboration of the philosophy of praxis.

Keywords: Antônio Gramsci; Giambattista Vico; Benedetto Croce; philosophy of praxis; philosophy; politics.

Recebido em: 21/04/2021

Aprovado em: 14/05/2021



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Do original: Capítulo V – Gramsci su Vico. La filosofia come una forma della politica. In: VANZULLI, Marco. *Il Marxismo e L'Idealismo*. Studi su Labriola, Croce, Gentile, Gramsci. Roma: Aracne, 2013. Tradução de Alexandre Aranha Arbia. Revisão Técnica de Ronaldo Vielmi Fortes. A Revista Libertas agradece ao autor, que gentilmente autorizou a tradução e publicação do capítulo neste número.

** É investigador em História da Filosofia da Università degli Studi di Milano-Bicocca. Possui graduação em Filosofia pela Universidade degli Studi di Milano (1994), doutorado em Filosofia pela Université de Nice-Sophia Antipolis (2005). Publicou livros sobre a filosofia de Giambattista Vico, sobre Benedetto Croce, Gentile, Labriola, Gramsci, sobre Marx, ensaios sobre as obras de Feuerbach, Hegel, Machiavelli, e, entre outros, organizou volumes de Vico, Feuerbach, Althusser, e o volume 22 das Opere Complete de Marx e Engels (julho 1870 - outubro 1871).

Introdução

Não se propõe, neste texto, discutir a presença de temas vichianos na obra de Gramsci e, em particular nos *Quaderni del carcere*¹, em termos de uma influência histórico-filosófica direta entre os dois autores. A análise de uma das poucas e esparsas referências gramscianas a Vico revelaria imediatamente a mediação determinante de dois filósofos do neoidealismo italiano, Benedetto Croce e Giovanni Gentile, fundamentais na formação intelectual gramsciana e que, precisamente nos anos de juventude do comunista sardo, empenharam-se em uma nova leitura da obra de Vico, totalmente funcional e compatível com as filosofias idealistas que estavam elaborando².

É certo, como observou Eugenio Garin, que a influência de Vico sobre Gramsci é apenas indireta, e que os temas de Vico presentes nos *Quaderni* são apenas aqueles que haviam se tornado patrimônio comum, quase *topoi*, do chamado “renascimento idealista”; assim, as poucas alusões de Gramsci a Vico parecem genéricas e de segunda mão. A referência de Gramsci a Vico é, além disso, essencialmente Croce, cuja monografia de 1911, embora não a tivesse lido, era por ele de algum modo conhecida³. E de fato, acima de tudo, é através da discussão com Croce que as alusões a Vico e sua obra ganham sentido nas notas dos *Quaderni*.

Não é o caso de incluir Labriola na questão, como se tem feito, sustentando-se que “o desinteresse de Gramsci pela filosofia de G. B. Vico só pode ser considerado formal porque, essencialmente, ao aceitar a concepção de Labriola, Gramsci também assumiu aquela parte do vichismo que interveio na formação do próprio Labriola”⁴. Tal julgamento, aliás, além de envolver a problemática suposição geral de que a herança teórica de um autor pode passar tal e qual, permanecendo “intacta”, a outro (que não lhe estudou diretamente), através da assimilação do pensamento de um terceiro, é aqui complicado pela aceitação de uma pretensa linha de continuidade Gramsci–Labriola; tudo isso a ser demonstrado. Também neste caso, além disso, a mediação croceana, certamente de modo algum neutra e inofensiva, revelar-se-ia ser o elemento decisivo na análise dos textos.

Posto, então, que Vico não é, por assim dizer vichianamente, um “autor” de Gramsci, pretendemos aqui desenvolver uma reflexão sobre a filosofia e sua dimensão prática, a partir das observações esparsas sobre Vico nos *Quaderni del carcere*, que são reveladoras de uma

¹ Cf. resultados preliminares para uma pesquisa desta natureza em E. Garin, *Vico in Gramsci*. Bollettino del Centro di Studi Vichiani 6 (1976), pp. 187-189.

² *La filosofia di Giambattista Vico*, de Croce, surgiu em 1911 (Bari, Laterza, 1980 [1911]); em 1915, os *Studi vichiani*, de Gentile (Firenze, Sansoni, 1968 [Messina, Principato, 1915]).

³ Cf. E. Garin, *Vico in Gramsci*, op. cit., pp. 187-189.

⁴ A. Bertondini, *Gramsci e Labriola*, in A. Caracciolo e G. Scalia (editado por), *La città futura. Saggi sulla figura e a pensiero di Antonio Gramsci*. Milano, Feltrinelli 1959, p-173.

forma específica de ler as figuras da tradição filosófica e a história da filosofia, como expressões de uma particular politicidade essencial da história e das formas culturais. Isso se refere à natureza da relação teoria e prática implícita neste tipo de leitura e, portanto, levanta a questão correlata de qual é, para o comunista sardo, o nexos existente entre o ato político e o mundo histórico em que este se inscreve.

Gramsci sobre Vico

Na leitura gramsciana de Vico, portanto, é a lição de Croce que desempenha um papel fundamental de mediação – mediação que certamente não se limitaria somente a Vico, se de fato, segundo alguns intérpretes, também se impõem à recepção gramsciana do marxismo, o que não seria, justamente por conta da precedência e interposição croceana, a ser considerada componente fundamental para a formação do socialista sardo⁵. Foi de fato escrito que: “Croce é o Hegel do seu marxismo [...] É Croce que impõe a Gramsci todos os temas de sua reflexão. E se ele procura trata-los pela ótica de Marx e de Lênin, eles sempre permanecem sugeridos por Croce. Isso é tão verdadeiro que nosso autor nunca sai da problemática do pensador napolitano, a tal ponto que os limites do pensamento de Gramsci são os próprios limites do pensamento de Croce”⁶. Certamente, as referências a Vico nos *Quaderni del carcere* estão dadas à pesquisa sobre história, ou seja, são substancialmente internas à discussão de Gramsci com Croce: “Outro conceito a ser reduzido de especulativo a historicista é o de ‘racionalidade’ na história (e, portanto, de ‘irracionalidade’), conceito ligado ao de ‘providência’ e de ‘fortuna’, no sentido em que é usado (especulativamente) por filósofos idealistas italianos, especialmente Croce. Será necessário, portanto, ver o trabalho de Croce sobre G. B. Vico em que o conceito de ‘providência’ é precisamente tornado especulativo, iniciando assim a interpretação idealista da filosofia de Vico”⁷. Aqui, a referência a Vico é, como se vê, inteiramente interna àquela obra

⁵ “Idealismo e, não tanto o marxismo, mas o socialismo, aceito como uma necessidade instintiva, mas visto pelo prisma do idealismo de Croce, são os dois componentes iniciais de sua personalidade cultural: mas é o primeiro que prevalece e dá o tom ao pensamento” (M. A. Manacorda, *La formazione del pensiero pedagogico di Gramsci (1915-1926)*, in Petro Rossi (editado por) *Gramsci e la cultura contemporanea. Atti del Convegno internazionale di studi gramsciani tenuto a Cagliari il 23-27 aprile 1967*. Roma, Editori Riuniti - Istituto Gramsci, 1970, vol. I, p. 232). O longo e intrincado corpo a corpo que, nos *Quaderni...*, Gramsci tem de sustentar com o pensamento de Croce, para a definição de um novo marxismo, ou melhor, de uma nova “filosofia da práxis”, é de fato um indício da profunda presença das categorias da filosofia croceana no historicismo gramsciano.

⁶ A.R. Buzzi, *La teoria politica di Gramsci*, tradução italiana de S. Genovali. Firenze, La Nuova Italia, 1973. pp. 109 e 55.

⁷ A. Gramsci, *Quaderni del carcere*, editado por V. Gerratana, Torino, Einaudi, 1975, p. 1089. Encontra-se, nas notas de Gerratana, a seguinte indicação sobre *La filosofia di Giambattista Vico*, de Benedetto Croce, publicada pelas edições Laterza, em 1911, e, em segunda edição, em 1922: “Este livro, que provavelmente Gramsci conhecia, não se encontra, no entanto, entre os livros da prisão. Gramsci certamente tinha em mente os escritos sobre Vico incluídos no volume de Croce, *Saggio sullo Hegel, seguilo da altri scritti di storia della filosofia* [3ª edição revisada, Bari, Laterza, 1927], e em particular o escrito *Fonti della gnoseologia vichiana*, pp. 235-261, onde

de retradução da filosofia especulativa em uma concepção historicista, volta a constituir uma nova filosofia da prática, que se distancie do materialismo vulgar de Plekhanov ou Bukharin, através da recuperação dos elementos válidos, realistas (e, segundo Gramsci, sub-repticiamente deduzidos do materialismo histórico original⁸) presentes na filosofia contemporânea mais avançada, que para Gramsci é precisamente a de Croce. Além disso, Gramsci vincula, como fez Croce, o conceito de “providência”, de Vico, ao conceito hegeliano de “astúcia da razão”⁹, mas a ele se refere como “astúcia da natureza”¹⁰ ou “astúcia da providência”¹¹.

Referindo-se ao ensaio de Ettore Ciccotti, *Elementos de “verdade” e “certeza” na tradição histórica romana*, que apareceu em dois episódios na “Rivista d’Italia” no verão de 1927, e novamente baseado em Croce, Gramsci concorda que as interpretações positivistas de Vico são inválidas. Comentando a interpretação de Ciccotti sobre a conversão do “certo” no “verdadeiro”, ele observa que se trata de “uma sociologia muito positivista; uma interpretação positivista de Vico”. E pouco antes de ele ter observado que “a conversão do ‘certo’ no ‘verdadeiro’ dá origem a uma construção filosófica [da história eterna], mas não a construção da história ‘efetiva’: mas a história só pode ser ‘efetiva’¹². Com isso, Gramsci se refere à questão da unidade da teoria e da prática, ou seja, ao caráter específico de sua filosofia da práxis. À mesma questão está ligado o interesse pelo princípio do “*verum-factum*”, de Vico; lido, precisamente, como a unidade de teoria e prática, unidade que seria, segundo Gramsci, característica fundamental do marxismo que, por sua vez, o teria emprestado do hegelianismo. Assim, “a proposição de Vico ‘*veruni ipsum factum*’” seria mesmo aquela da qual, “nas suas origens hegelianas”, “certamente depende o materialismo histórico”¹³. Aqui, Gramsci relaciona Vico a Hegel, para que ele possa adquirir um horizonte de sentido histórico.

E é de fato centrada sobre a questão da relevância e eficácia histórica do pensamento de Vico a passagem mais importante, sobre o autor, encontrada nos *Quaderni...*, a única a conter um juízo explícito sobre a aurora da *Ciência Nova*: “Que movimento ‘histórico’ real testemunha a filosofia de Vico? Ainda que sua genialidade consista justamente em ter concebido o vasto mundo a partir de um ângulo morto da história, a concepção unitária e cosmopolita do

polemiza com as críticas dirigidas ao livro de Croce sobre Vico” (ibid., p. 2815).

⁸ Cf. Ibid., p. 1209-1210.

⁹ Cf. B. Croce, *La filosofia di G.B. Vico*, op. cit., p. 223.

¹⁰ A. Gramsci, *Quaderni del carcere*, op. cit., pp. 821 e 1228.

¹¹ Ibid., p. 1767.

¹² Ibid., p. 300.

¹³ Ibid., p. 1060. O “texto C” – segundo a nomenclatura dada por Gerratana aos textos transcritos por Gramsci nos cadernos monográficos, que ele mesmo chamou “especiais” – nesta passagem, elimina a referência às “origens hegelianas” e indica apenas que a concepção correspondente ao “*veruni ipsum factum*” “deve estar relacionada com a concepção própria da filosofia da prática” (cf. Ibid., p. 1482).

catolicismo”¹⁴. A genialidade do isolado pensador católico, cosmopolita (e, portanto, não nacional-popular) como todos os intelectuais italianos, é contraposta à “historicidade” do filósofo Hegel, no centro dos eventos que vão de 1789 a 1815, “que chocaram todo o mundo civilizado da época e nos obrigaram a pensar ‘mundialmente’. Que colocaram em movimento a ‘totalidade’ social, todo o gênero humano concebível, todo o ‘espírito’”¹⁵. Portanto, “nisto reside a diferença essencial entre Vico e Hegel, entre deus e Napoleão – espírito do mundo –, entre a pura especulação abstrata e a ‘filosofia da história’, que deveria levar à identificação da filosofia e da história, do fazer e do pensar, do ‘proletariado alemão como único herdeiro da filosofia clássica alemã’”¹⁶.

A filosofia como uma forma da política

Apesar de não ser este o contexto para destacar o caráter complexo – porque marcado pelos dois momentos, de aceitação e refutação, ligados entre si – da relação entre a reflexão gramsciana nos *Quaderni del carcere* e os temas da filosofia croceana, para um comentário sobre essas etapas, contudo, não se pode deixar de partir do papel central atribuído por Gramsci, em suas notas carcerárias, à discussão com Croce, visando a uma reformulação do materialismo histórico na filosofia da práxis. No “Anti-Croce” dos *Quaderni*, portanto, a refundação da filosofia da práxis passa de uma refutação, que se pretende hegeliana, da filosofia croceana. Croce, para Gramsci, “representa o momento mundial hodierno da filosofia clássica alemã”, de modo que “assim como a filosofia da práxis foi a tradução do hegelianismo para a linguagem historicista, também a filosofia de Croce é, em grande medida, uma retradução, em linguagem especulativa, do historicismo realista da filosofia da práxis [...] e é preciso refazer, em relação à concepção filosófica de Croce, a mesma redução que os primeiros teóricos da filosofia da práxis fizeram em relação à concepção hegeliana. Este é o único modo historicamente fecundo para determinar uma retomada adequada da filosofia da práxis, de elevar essa concepção, que, pela necessidade da vida prática imediata veio se vulgarizando, à altura que deve alcançar para resolver as tarefas mais complexas que desenvolvimento atual da luta propõe”¹⁷. Se trata, portanto, “apenas de traduzir em linguagem historicista a linguagem especulativa, ou seja, descobrir se essa linguagem especulativa possui um valor instrumental concreto superior aos

¹⁴ Ibid., p. 504 (texto A) e p. 1317 (texto C).

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Ibid. Segundo Garin, trata-se de “uma página importante para a interpretação de todo o pensamento de Gramsci, e para a distância que ele criou com relação a Croce” (E. Garin, *Vico in Gramsci*, op. cit., p. 188).

¹⁷ A. Gramsci. *Quaderni del carcere*. Op. cit., p. 1233.

valores instrumentais precedentes”¹⁸. A categoria de “instrumentalidade” é fundamental em uma visão pragmática do conhecimento como a de Gramsci. O idealismo (aqui, “concepção subjetiva da realidade”), como filosofia da prática (o primeiro texto de Marx que Gramsci traduziu na prisão foi, precisamente, as *Teses sobre Feuerbach*), concebe o papel ativo das visões de mundo ou ideologias de certos grupos sociais na constituição do mundo social: “a filosofia da práxis está ligada [...] à concepção subjetiva da realidade, na medida em que a inverte, explicando-a como um fato histórico, como uma ‘subjetividade histórica de um grupo social’, como fato real [...], a forma de um conteúdo social concreto e o modo de conduzir o conjunto da sociedade a forjar-se em uma unidade moral”¹⁹. A “concepção subjetiva da realidade” é assim historicizada no papel formativo das concepções filosóficas, nas e sobre as sociedades, como “fatos reais”, ou seja, como *instrumentos* hegemônicos de grupos sociais. A filosofia da práxis, portanto, coloca em relação as diferentes “concepções subjetivas da realidade” na sua “historicidade”, porque toda “concepção subjetiva da realidade” é substituída por “uma nova consciência moral”. “A filosofia da práxis absorve a concepção subjetiva da realidade (o idealismo) na teoria das superestruturas, absorve-a e explica-a historicamente, ou seja, ‘supera-a’, a reduz a um de seus ‘momentos’. A teoria das superestruturas é a tradução, em termos de historicismo realista, da concepção subjetiva da realidade”²⁰. O caráter ativo, de formação do mundo das concepções de realidade deve ser colocado, na compreensão de Gramsci, no foco da luta histórico-social, não como um momento de análise contemplativa ou de espelhamento da verdade, mas como um instrumento hegemônico-cultural de permeação e universalização de um contexto político.

Pragmaticamente, para Gramsci, esta é a distinção entre ideologia e filosofia: a filosofia é tornada a universalização de uma concepção de mundo (de uma ideologia de fato), que, superado o plano imediato da ação econômico-jurídica, difunde-se por todas as instituições da sociedade civil, permeando-as de conteúdo ético-político. Assim: “A história da filosofia, como é comumente entendida, isto é, a história das filosofias dos filósofos, é a história das tentativas e iniciativas ideológicas de uma dada classe de pessoa para mudar, corrigir, aperfeiçoar as concepções existentes do mundo [...] isso é mudar a atividade prática no seu conjunto”²¹. A filosofia de uma época é uma combinação das “concepções de mundo das grandes massas”, daquelas “dos grupos dirigentes (ou intelectuais) mais restritos” e das “ligações entre esses

¹⁸ Ibid., p. 1222.

¹⁹ Ibid., p. 1226.

²⁰ Ibid., p. 1244.

²¹ Ibid., p. 1255.

vários complexos e as filosofias dos filósofos”, “é uma combinação de todos esses elementos, que culmina em uma determinada direção, na qual sua culminação se torna uma norma da ação coletiva, ou seja, torna-se ‘história’ concreta e completa (integral). A filosofia de uma época histórica nada mais é, portanto, do que a ‘história’ dessa mesma época, nada mais é do que a massa de variações que o grupo dirigente conseguiu determinar na realidade anterior: história e filosofia são inseparáveis nesse sentido, formando um ‘bloco’”²². O pensamento, assim concebido em sua eficácia histórica, não apenas perde todo o caráter contemplativo e autorreferencial que comumente lhe é atribuído, mas encontra, ao invés, uma identificação total com a práxis histórica, a ponto de se transformar em uma forma de atividade totalmente homogênea com a evidência histórica em si. O pensamento é entendido como um ato histórico-político. Por isso, Gramsci pensa em Vico como um gênio que, desde “um ângulo morto da história”, foi capaz de elaborar uma visão do “vasto mundo”, mas em uma forma de “pura especulação abstrata”, enquanto Hegel, que pensou entre a Revolução Francesa e Napoleão, foi capaz de erigir aquela “filosofia da história” que, prene de história e *efetividade* histórica, conseguirá identificar filosofia e história, fazer e pensar, e de cuja efetividade será herdeiro o proletariado alemão.

O próprio marxismo é concebido então como um pensamento que é, antes de tudo, uma forma de ação, entendido essencialmente como a ideologia (a “filosofia da práxis”) da transição do capitalismo para a sociedade regulada: “Pode-se mesmo vir a afirmar que enquanto todo o sistema da filosofia da práxis pode se tornar ultrapassado em um mundo unificado, muitas concepções idealistas, ou pelo menos alguns aspectos delas, que são utópicos durante o reino da necessidade, podem se tornar ‘verdade’ após a transição etc. Não se pode falar de “Espírito” quando a sociedade é agrupada, sem necessariamente concluir que se trata de [...] espírito de corpo [...] mas podemos falar dele quando a unificação tiver ocorrido etc.”²³. O materialismo histórico é de fato entendido como uma concepção de mundo funcional à política, e quando sua função política é cumprida, “todo o sistema da filosofia da práxis pode ser ultrapassado”; tornar-se-ão válidas, então, “muitas concepções idealistas, ou pelo menos alguns aspectos delas”, tornar-se-ão então “verdade”, palavra que Gramsci escreve entre aspas, como se para relativizá-la.

Fazendo do materialismo histórico uma *Weltanschauung*, uma “concepção de mundo” adequada à luta comunista, Gramsci deixa de reconhecer seu caráter objetivista e, com isso, sua cientificidade. Não é por acaso que ele aceita pacificamente, como algo adquirido, o caráter

²² Ibidem.

²³ Ibid., p. 1490.

idealista da filosofia da práxis. E nisso, de resto, ele não constitui de forma alguma uma exceção; pode-se revelar assim como todo o marxismo italiano é marcado por esse caráter idealista, e como, portanto, a operação de apresentação e liquidação do materialismo histórico, conduzida na Itália pelo neoidealismo, foi acompanhada de considerável sucesso e influenciou ou, mais precisamente, marcou toda uma geração, instaurando, por meio de uma política cultural na qual a refutação do marxismo era o aspecto central, todo um clima cultural. A lucidez de Gramsci, em ver no revisionismo²⁴ o caráter essencial da filosofia croceana, nele convive com a ideia de que o momento mais elevado da filosofia mundial da época é, justamente, a própria filosofia croceana, uma filosofia especulativa enriquecida pela concretude da filosofia da práxis²⁵. O marxismo de Gramsci é, portanto, marcadamente afetado por todos aqueles temas que constituem a problemática marxiana tal como apresentada por Croce²⁶, e tal apresentação certamente não foi constituída sob a bandeira da abertura do entendimento filosófico do marxismo. Gramsci, no entanto, repensa tudo isso de um outro ângulo político em relação aos seus “mestres” idealistas e, em certo sentido, leva o historicismo imanentístico às suas últimas consequências, ressaltando impiedosamente as incongruências, o elitismo, a razão política pela qual a filosofia idealista falha em dissolver-se efetivamente em ato histórico, em transmutar-se em política, mas continua a ser entendida como posta acima das categorias próprias da história. Gramsci critica Croce e Gentile substancialmente com as armas que eles próprios lhe forneceram e, dessa forma, chega a elaborar uma originalíssima teoria política, exposta nos *Quaderni*. E, no entanto, com isso, não consegue alterar os limites filosóficos de sua problemática inicial. Assim, a primazia atribuída à “concepção subjetiva da realidade” continua a ser entendida como o efeito da superestimação do meio hegemônico cultural, legado de uma original e nunca abandonada ascendência idealista com a proeminência dada ao fazer humano na história²⁷. A filosofia da práxis, na sua versão gramsciana, é assim definida como totalmente

²⁴ “Croce, de 1912 a 1932 (elaboração da história ético-política), tende a permanecer o líder das tendências revisionistas para conduzi-las a uma crítica radical e à liquidação (político-ideológica) também do materialismo histórico atenuado” (Ibid., p. 1207).

²⁵ Cf. Ibid., p. 1209-10.

²⁶ Cf. a este respeito S. Timpanaro, *Sul materialismo*, Milano, Unicopli, 1997 [Pisa, Nistri Lischi, 1970], p. 203-4.

²⁷ Observe-se como se põe, nos *Quaderni*..., a questão da objetividade: “Parece-me um erro demandar da ciência enquanto tal a prova da objetividade da realidade: esta é uma concepção do mundo, uma filosofia, não um dado científico [...]. Na medida em que esta objetividade se estabelece [na ciência], ela se afirma: afirma-se o ser em si, o ser permanente, o ser comum a todos os homens, o ser independente de qualquer ponto de vista que seja meramente particular. Mas isso também é uma concepção de mundo, uma ideologia [...]. O que mais importa, portanto, não é a objetividade da realidade enquanto tal, mas o homem que elabora esses métodos [...], isso é a cultura, isso é a concepção de mundo, isso é a relação entre o homem e a realidade. Procurar a realidade fora do homem, portanto, parece um paradoxo, assim como para a religião é um paradoxo (pecado) buscar a realidade fora de Deus [...]. Sem a atividade do homem, criador de todos os valores, inclusive os científicos, o que seria da objetividade? Um caos, ou seja, nada, o vazio, ainda que o possamos dizer; porque, se se imaginar realmente que o homem não existe, não se poderá imaginar a linguagem e o pensamento” (A. Gramsci, *Quaderni del cárcere*,

inclusiva da própria teórica na esfera da ação, totalmente redutiva da teoria à práxis, da filosofia à política. A *praxis* indica precisamente o momento em que o ideal, em vez de mera elocubração, é efetivo, determinando a fusão dos dois planos, teórico e prático, não mais pensáveis separadamente. A determinação subjetiva, própria do *fazer* humano, constitui-se assim na determinação histórica *tout court*. A “filosofia da práxis”, por isso mesmo, não é aceita como “teoria”, no sentido tradicional do termo. Certamente, o ponto de vista de Gramsci é aquele das classes subalternas, sua perspectiva, a do comunismo, e isso faz com que a vontade coletiva que se realiza na ação torne-se o metro de medida desta fazer humano da história; é precisamente a vontade coletiva o verdadeiro sujeito, e somente a passividade das massas pode deixar amplo campo de ação das vontades sociais parciais antagônicas a ela²⁸.

É este o ponto de vista da praticidade essencial da filosofia da práxis desenvolvida na monografia sobre Gramsci, de Giorgio Nardone, para o qual precisamente “mesmo a categoria que pretende expressar o momento máximo de objetividade não escapa à praticidade, que é nota definitiva de toda certeza [...]. Só a prática, em essência, pode declarar a eficácia de seu instrumento e a verdade de sua condição”; a concepção de mundo e a ideologia “existem apenas em conexão com a vontade coletiva afirmada na ação [...]. Há regularidade histórica na hipótese de que existe uma vontade coletiva capaz de ação regular e permanente [...] Gramsci não encontra a razão suficiente da regularidade histórica em fatos de ordem estrutural”²⁹.

Gramsci traduz, desse modo, a concepção croceana da contemporaneidade de toda historiografia, ideia segundo a qual o passado é sempre lido a partir de preocupações político-políticas do presente; Gramsci traduz, assim, a renúncia croceana ao objetivismo historiográfico, efeito de uma concepção da história desde o início marcada pela prevalência de uma temática neokantiana que separa esfera categorial e empiria do acontecimento, ciência e história³⁰. Em Gramsci, a infidelidade à teoria croceana dos distintos – da qual também, como visto, surge a questão de se traduzir em filosofia da práxis, em termos não especulativos³¹ –,

op. cit., pp. 466-67).

²⁸ Assim, por exemplo, a noção de fatalidade histórica, em Gramsci, dependeria apenas da passividade das massas, sujeito transcendental da história, subjetivação formativa. A ação – política – é a negação da passividade das massas, que rompe todo padrão de previsibilidade histórica construído em modelos de desenvolvimento natural (como no socialismo positivista e reformista). Cf. G. Nardone. *Il pensiero di Gramsci*. Bari: De Donato, 1971, pp. 31-5.

²⁹ *Ibid.*, p. 308, 309 e 329.

³⁰ É este o aspecto irracionalista da filosofia de Croce destacado por Lukács em *A destruição da razão* (Cf. G. Lukács. *La distruzione della ragione* [1954], trad. italiana de E. Arnaud. Torino: Einaudi, 1974 [1959], pp. 19-20). Cf. também R. Racinaro. *La crisi del marxismo nella revisione di fine secolo*. Bari: De Donato, 1978, pp. 42-3.

³¹ “Em uma filosofia da práxis, a distinção certamente não será entre os momentos do Espírito absoluto, mas entre os graus da superestrutura e tratar-se-á, portanto, de estabelecer a posição dialética da atividade política (e da ciência correspondente) como determinado grau superestrutural [...]. A atividade política é, precisamente, o primeiro momento, ou o primeiro grau, o momento em que a superestrutura está ainda na fase imediata de simples

juntamente com sua assimilação de uma concepção não objetivista do saber historiográfico, conduz à identificação entre filosofia, política e economia: “Se essas três atividades são os elementos constitutivos necessários de uma mesma concepção de mundo, necessariamente deve haver, em seus princípios teóricos, conversibilidade de uma em outra, tradução recíproca em sua própria linguagem específica de todo elemento constitutivo: um é implícito no outro, e todos juntos formam um círculo homogêneo”³². A imanência absoluta da realidade significa, para Gramsci, a sua politicidade, é de fato a política que tem proeminência sobre a economia quanto sobre a filosofia, “porque o ato político abarca o passado, o presente e o futuro, pressupõe a economia e implementa a filosofia, funde, em um bloco, a estrutura e a superestrutura, realiza a união da teoria e da prática, a atividade consciente organizada que faz a história”³³. Em sua teoria da tradutibilidade das linguagens científicas, Gramsci propõe a redução à política de todas as filosofias especulativas: “Redução à ‘política’ de todas as filosofias especulativas, a um momento da vida histórico-política; a filosofia da práxis concebe a realidade das relações humanas de conhecimento como um elemento de ‘hegemonia’ política”³⁴. De fato, escreve: “A proposição contida na introdução à *Crítica da economia política*, de que os homens tomam consciência dos conflitos estruturais no terreno das ideologias, deve ser considerada como uma afirmação de valor gnosiológico, e não puramente psicológico e moral. Disto se segue que o princípio teórico-prático da hegemonia tem também um escopo gnosiológico [...]. A realização de um aparelho hegemônico, na medida em que cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato do conhecimento, um fato filosófico. Com linguagem croceana: quando se tem sucesso em introduzir uma nova moral em conforme uma nova concepção de mundo, acaba-se por introduzir, também, essa concepção, ou seja, determina-se toda uma reforma filosófica”³⁵. Segue-se que: “Tudo é política, até mesmo a filosofia ou as filosofias e a única ‘filosofia’ é história em ato, ou seja, a vida mesma. Neste sentido, podemos interpretar a tese do proletariado alemão herdeiro da filosofia clássica alemã”³⁶.

Nesse primado da política, assimilada à história e à filosofia, Gramsci vê o aspecto

afirmação voluntária, indistinta e elementar [...]. O que significa que se pode identificar política e história e, portanto, vida e política. Como, portanto, todo o sistema da superestrutura pode ser concebido como distinções da política, então justifica-se a introdução do conceito de distinção em uma filosofia da práxis. Mas pode-se falar de uma dialética dos distintos e como se pode entender o conceito de círculo, entre os graus da superestrutura?” (A. Gramsci. *Quaderni del carcere*, op. cit., pp. 1568-9).

³² Ibid., p. 1493.

³³ A. R. Buzzi. *La teoria politica di Gramsci*, op. cit., p. 213.

³⁴ A. Gramsci. *Quaderni del carcere*, op. cit., pp. 1244.

³⁵ Ibid., p. 1249-50.

³⁶ Ibid., p. 886.

conclusivo de sua reforma do pensamento de Croce, que não havia conseguido ir tão longe, até a identificação da política com a história e com a filosofia – e que, no entanto, implicitamente, havia realizado exatamente esta identificação: não foi Croce o melhor historiógrafo do transformismo liberal?³⁷ –, e a consequente identificação absoluta da teoria e da prática, capturada pela política em sua identidade. É a política que unifica os termos do historicismo absoluto gramsciano – e, segundo Gramsci, deve ser encontrado na explicitação falha deste termo unificador o pior caráter ideológico do historicismo absoluto croceano –; é a política que explica a diferença entre ideologia e filosofia como uma diferença que não se exprime em termos de verdade, mas que se dá “apenas por graus (quantitativa) e não qualitativamente”, ou seja, em virtude da universalização de uma concepção do mundo, da sua passagem de um nível imediato, econômico-corporativo, a um mais universal, ético-político, em virtude da extensão de sua práxis transformadora. Gramsci considera, assim, ter levado às últimas consequências a noção croceana da contemporaneidade de toda história, empurrando-a precisamente para sua assimilação com a política, à identificação entre ideologia e filosofia³⁸.

Para Gramsci, portanto, a filosofia de Vico é, como “pura especulação abstrata”, passageira, privada de incidência histórica, obra isolada e distante dos centros europeus, dos centros da ação histórica, política e filosófica. A ela Gramsci aplica, assim, somente de modo negativo, a sua definição de história da filosofia – que foi acima abordada – como a história de uma luta ideológica entre concepções de mundo, ou melhor, como a história do aperfeiçoamento das concepções de mundo voltadas a mudar “atividade prática no seu conjunto”; definição que, reduzindo a filosofia a uma “concepção de mundo” e insistindo no seu caráter prático-político, tem o mérito de negar a pretensa autorreferencialidade das filosofias, vinculando-as à realidade histórico-social e compreendendo-as como política, ou seja, como um aspecto superestrutural do conflito social, do conflito entre as “grandes massas” e os “grupos dirigentes”. Não obstante,

³⁷ “[Croce] acredita que está lidando com uma filosofia e está lidando com uma ideologia, acredita estar tratando de uma religião e está lidando com uma superstição, crê que está escrevendo uma história em que o elemento de classe está exorcizado e, ao invés, descreve com grande precisão e método a obra-prima política pela qual uma determinada classe consegue apresentar e fazer aceitar a condição de sua existência e de seu desenvolvimento de classe como princípio universal, como concepção de mundo, como religião, ou seja, descreve em ato o desenvolvimento de um meio prático de governo e de domínio. O erro de origem prática não foi cometido, nesse caso, pelos liberais do século XIX que, na verdade, praticamente triunfaram, alcançaram os fins propostos; o erro de origem prática é cometido pelo seu historiador, Croce, que, depois de distinguir filosofia de ideologia, acaba por confundir uma ideologia política com uma concepção de mundo, demonstrando praticamente que a distinção é impossível, que não se trata de duas categorias, mas de uma mesma categoria histórica e que a distinção é apenas de grau; é filosofia a concepção de mundo que representa a vida intelectual e moral (catarse de uma vida prática específica) de um grupo social concebido em movimento e visto, portanto, não apenas em seus interesses atuais e imediatos, mas também nos futuros e mediados; é ideologia qualquer concepção particular dos grupos internos da classe que se propõem a ajudar a resolução dos problemas imediatos e circunscritos” (Ibid., p. 1231).

³⁸ Cf. Ibid., p. 1241-2.

há nessa impoção um elemento de recusa da maior complexidade do pensamento filosófico, que não é apenas transformação, que não visa a apenas, através dos conceitos, tornar-se uma “norma de ação coletiva”, isto é, tornar-se uma “‘história’ concreta e completa (integral)”. Para Gramsci, “a filosofia de uma época histórica nada mais é do que a ‘história’ dessa época mesma” e, como vimos, a história de uma época é certamente política. A filosofia é política. Mas uma tal identificação resente de um grau de abstração, outra vez croceano, ao remover da consideração da história todos aqueles elos “objetivos” que estão nas “coisas em si”, através da compreensão da ocorrência histórica como uma soma de dados empíricos brutos aos quais se opõem um universo categorial e humano, concebendo a história como aquele relativo, aquele contingente que é, por determinado idealismo, o terreno sobre o qual se exerce o fazer humano criador, o absoluto³⁹, fazendo assim da história apenas o campo de ação da vontade humana, um campo de luta entre concepções de mundo, reduzindo precisamente a história à política, limitando-a ao campo de ação da práxis transformadora, livrando assim a teoria de toda tarefa de representação de conexões reais, de detecção das estruturas ontológicas que da história constituem a realidade; perdendo de vista, finalmente, a compreensão da correlação (ou melhor ainda, a identidade) dos aspectos “pragmáticos” e “teóricos”, em sua distinção. Ou entendendo a sua distinção na única forma possível de “pura especulação abstrata”. Labriola já havia dito que o marxismo certamente nasceu do comunismo, ou seja, do movimento surgido dentro do capitalismo para superá-lo; todavia, ele observou que uma tal doutrina, nascida do comunismo, continuaria verdadeira mesmo que o socialismo não alcançasse o triunfo⁴⁰. Labriola quis dizer que mesmo que o socialismo não se tornasse um movimento social hegemônico ou adquirisse uma maior universalização, mesmo que não fosse mais pensado ou apoiado por ninguém, não perderia, por isso, seu caráter de verdade e objetividade, sua própria dimensão verdadeira, ou seja, teórica. A “filosofia” – e o marxismo, para Labriola, é *também* uma filosofia – não é, em suma, “ideologia”, em nenhum dos sentidos gramscianos do termo, e mantém com ela uma diferença qualitativa e não apenas de grau, embora deva ser entendida como conectada à prática da qual surge e à prática que é capaz de suscitar. Como nunca podemos escapar da determinação da estrutura ontológica da realidade, da história, a identificação gramsciana da filosofia e da política, a redução da primeira à segunda reproduziu o dualismo espírito-matéria herdado do

³⁹ André Tosel observou como a liberdade positiva do ato histórico tornou-se, nos *Quaderni...*, a teoria da unidade de estrutura e superestrutura, ou seja, a teoria do “bloco histórico”. Cf. A. Tosel. *Aux origines de la philosophie italienne contemporaine*. Mauzevin : Trans Europa Repress, 1991, p. 109.

⁴⁰ Das notas do curso de filosofia da história ministrado por Labriola na Universidade de Roma, entre 1894-1895, citado em L. Dal Pane. *Antonio Labriola nella politica e nella cultura italiana*. Torino: Einaudi, 1975 [1935], p. 377.

neidealismo italiano; logo, longe de eliminar todo dualismo, como a filosofia da práxis considerava ter feito, eliminou o dualismo de prático e teórico apenas anulando o segundo no primeiro. Por um lado, a reflexão gramsciana constitui uma contribuição considerável para a compreensão de uma ampla gama de fenômenos da vida política e cultural da sociedade de massas do início do século XX, mas, por outro, para além de Gramsci, a politicidade da filosofia deve ser definida em sua relação com uma ontologia histórica, por meio de uma ampla teorização do nexo entre teoria e prática, renunciando a uma conotação unilateral da política, e talvez limitando, assim como sua autonomia, seu alcance transformador. Um “antivichismo”, portanto, o gramsciano, que “retraduz a inteira concepção em termos de politicidade, atenuando assim o alcance dos ‘apelos’, diminuindo sua importância, porque agora eles não envolvem o econômico, mas apenas o político. Mantendo firme a conotação de ‘necessidade’ do econômico, no nível político, a questão da revolução-restauração é uma espécie de recurso limitado”⁴¹.

Referências bibliográficas

- BADALONI, N. *Il marxismo di Gramsci. Dal mito alla ricomposizione politica*. Torino: Einaudi, 1975.
- BERTONDINI, A. *Gramsci e Labriola*, in A. Caracciolo e G. Scalia (editado por), *La città futura. Saggi sulla figura e a pensiero di Antonio Gramsci*. Milano, Feltrinelli 1959, p-173.
- BUZZI, A.R. *La teoria politica di Gramsci*, tradução italiana de S. Genovali. Firenze, La Nuova Italia, 1973.
- GARIN, E. *Vico in Gramsci*. Bollettino del Centro di Studi Vichiani 6 (1976).
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*, editado por V. Gerratana, Torino, Einaudi, 1975.
- L. DAL PANE. *Antonio Labriola nella politica e nella cultura italiana*. Torino: Einaudi, 1975 [1935].
- LUKÁCS, G. *La distruzione della ragione* [1954], trad. italiana de E. Arnaud. Torino: Einaudi, 1974 [1959].
- MANACORDA M. A., *La formazione del pensiero pedagogico di Gramsci (1915-1926)*, in Petro Rossi (editado por) *Gramsci e la cultura contemporanea. Atti del Convegno internazionale di studi gramsciani tenuto a Cagliari il 23-27 aprile 1967*. Roma, Editori Riuniti - Istituto Gramsci, 1970, vol. I
- NARDONE G. *Il pensiero di Gramsci*. Bari: De Donato, 1971.
- RACINARO, R. *La crisi del marxismo nella revisione di fine secolo*. Bari: De Donato, 1978.
- TOSEL, A. *Aux origines de la philosophie italienne contemporaine*. Mauzevin : Trans Europa Repress, 1991.

⁴¹ N. Badaloni. *Il marxismo di Gramsci. Dal mito alla ricomposizione politica*. Torino: Einaudi, 1975, p. 152.

Como estudar o *Quaderno 25*? Notas propositivas para uma metodologia de pesquisa sobre as classes e grupos subalternos em Antonio Gramsci

How to study *Quaderno 25*? Propositional notes for a research methodology on subaltern classes and groups in Antonio Gramsci

Mirele Hashimoto Siqueira*

Resumo: O artigo problematiza os conceitos de classes e grupos subalternos em Antonio Gramsci a partir da obra carcerária e, particularmente, do *Quaderno 25*. Objetiva propor uma metodologia de pesquisa para estes conceitos, haja vista o caráter dos *Quaderni del Carcere*, isto é, uma obra não sistematizada para a publicação. Nesse sentido, partindo de uma pesquisa bibliográfica na edição crítica italiana dos *Quaderni*, organizada por Valentino Gerratana, evidencia-se a fundamentação teórica do *Quaderno 25*, na medida em que nele Gramsci apresenta as classes e grupos subalternos, bem como sua história desagregada e episódica, como submetidos a iniciativa da classe dominante. Assim, o problema de como “pôr” fim a subalternidade está atravessada pelo estudo destes conceitos, dada a dedicação de Gramsci em investigar as formas de superá-la, rompendo com a subalternidade econômica, mas, sobretudo, cultural que a estrutura.

Palavras-chave: Gramsci, classes subalternas; grupos subalternos; serviço social.

Abstract: The article problematizes the concepts of subaltern classes and groups in Antonio Gramsci from the prison work and, particularly, from *Quaderno 25*. It aims to propose a research methodology for these concepts, considering the character of the *Quaderni del Carcere*, that is, a work not systematized for publication. In this sense, starting from a bibliographic research in the Italian critical edition of *Quaderni*, organized by Valentino Gerratana, the theoretical foundation of *Quaderno 25* is evidenced, in that Gramsci presents the subordinate classes and groups, as well as their disaggregated and episodic history, as submitted to the initiative of the ruling class. Thus, the problem of how to “end” subordination is crossed by the study of these concepts, given Gramsci's dedication to investigating ways to overcome it, breaking with the economic, but, above all, cultural, subordination of the structure.

Keywords: Gramsci; subaltern classes; subaltern groups; social work.

Recebido em: 15/02/2021

Aprovado em: 22/03/2021



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Toledo. Graduada em Serviço Social pela UNIOESTE, *campus* de Toledo. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Introdução

Antonio Gramsci é, certamente, um marxista da virada do século XIX para o século XX que deixou uma vasta riqueza categorial que pode contribuir para a tarefa de compreensão e explicação da realidade. Como um militante inserido diretamente na práxis da vida política italiana, não só se ateve a questão da explicação do real, mas, sobretudo, nas possibilidades concretas de transformá-lo. Afora a sua origem sarda, que se traduz pelas grandes privações que viveu no sul da Itália durante a infância e a juventude e que, posteriormente, permaneceu a sentir na carne e osso em Turim, fez com que o grande sentimento de revolta contra os ricos se transformasse em combustível para alimentar o seu interesse pelas questões políticas – do partido, dos sindicatos, das organizações e movimentos orgânicos junto à classe trabalhadora.

Nesse sentido, militante político, ainda que cerceado fisicamente pelo encarceramento, não cessou sua atividade política no cárcere, tendo na redação dos *Quaderni* uma forma de *resistência*. Desenvolvendo muitas das reflexões do período anterior, não existe, nas páginas da obra carcerária, uma separação entre um Gramsci político e um Gramsci “homem de cultura”. Gianni Fresu (2020), em uma recente biografia intelectual sobre o sardo, é quem nos chama a atenção para essa premissa, afirmando a necessidade de se estabelecer um profundo *quadro de continuidade* entre o 1) jovem Gramsci revolucionário, 2) o dirigente político e 3) o teórico. É certo que estas fases representam momentos distintos de evolução, haja vista que o pensamento gramsciano é marcado por novas direções que vai abarcando maior complexidade, mas esta “tripartição” é meramente metodológica para estabelecermos uma cronologia das fases da vida de nosso sardo. Como indica Fresu (2020), na prática, não há uma ruptura teórico-ideológica na produção intelectual de Gramsci, de tal modo que os *Quaderni* se constituem na mesma tentativa explorada durante toda a sua vida: *compreender e dar respostas para um “mundo grande e terrível”*.

No universo da refinada retomada das reflexões pré-cárcere, encontramos nos *Quaderni* um vasto exercício colocado em movimento por Gramsci: investigar os motivos das sucessivas derrotas da revolução na Itália. Neste contexto, as *categorias gramscianas* ali desenvolvidas para explicar a realidade de seu tempo, ferramentas úteis, inclusive, para uma leitura crítica dos tempos atuais com as devidas mediações, só podem ser compreendidas em sua íntima relação. Por esse motivo é que, por exemplo, a questão do Estado moderno está em relação direta com a questão da hegemonia. De modo semelhante, a questão dos intelectuais nos remete ao partido, a filosofia da práxis, as classes e grupos subalternos. Senso comum, bom senso e ideologia também estão entre as categorias que são diretamente remetidas a este conjunto sistematizado por Gramsci.

Assim é que, no presente trabalho, tendo em vista a *continuidade* da reflexão gramsciana carcerária e pré-carcerária e afirmando a *indissociabilidade* dos complexos categoriais, optamos por realizar uma investigação do *Quaderno 25*, aquele que trata das classes e grupos subalternos. Ainda que não possamos isolar uma categoria no pensamento gramsciano, sabe-se que o sardo estabeleceu *Cadernos* de natureza especial, que se dedicam ao aprofundamento de temáticas específicas.

Em particular, o *Quaderno 25* foi e é alvo de polêmicas. Este fato está relacionado à grande recepção e apropriação, em nível internacional, do pensamento de Gramsci e, sobretudo, da categoria “subalterno”, que teve a sua difusão impulsionada pelo coletivo dos *Subaltern Studies* na década de 1980. Mussi e Goés (2016) destacam que, este coletivo, teve a sua representação principal na figura de Ranajit Guha, que passou a empregar o conceito para realizar uma leitura historiográfica sobre o domínio colonial indiano, atentando para o predomínio no país de uma dominância sem hegemonia, ou seja, a ausência de uma persuasão que fosse capaz de se sobrepor a coerção. O coletivo terá uma nova liderança a partir de 1988, quando Gayatri Spivak e Edward Said passam a assumi-lo, ao passo da aproximação promovida com a teoria pós-colonial. A partir daí, inicia-se um flerte com Foucault e Derrida e tem-se um distanciamento cada vez maior com a figura de Gramsci – que jamais poderia ali se reconhecer.

O fato é que os conceitos de classes e grupos subalternos são, hoje, amplamente utilizados e difundidos. Diversas são as interpretações realizadas, estabelecendo-se uma verdadeira disputa pelo pertencimento de Gramsci. Neste interim, propomos a retomada da investigação dos conceitos a partir da obra carcerária, particularmente, do *Quaderno 25*. Para encaminhá-la, buscamos evidenciar a estrutura particular dos *Quaderni* e a *composição orgânica* do *Quaderno 25*. Com isto, certamente espera-se recuperar o ritmo impresso por Gramsci na elaboração da redação carcerária, ao passo de seu significado para a interpretação de seu tempo histórico.

Em busca do mapeamento semântico do *Quaderno 25*

A obra carcerária gramsciana é caracterizada por uma lógica que lhe é própria. Não sendo destinada a publicação, mas antes se constituindo como uma condição para manter a vitalidade do pensamento e vencer a brutalidade do cárcere, Gramsci foi vítima do fascismo italiano, sendo detido em 8 de novembro de 1926, após uma expedição oficial que revogava os mandatos parlamentares, incluindo o de deputados comunistas (FIORI, 1979).

Inicialmente, sendo condenado a cinco anos de confinamento e, depois, a mais que o triplo da pena inicial, uma vez que era preciso assegurar que aquele cérebro deixasse de

funcionar por 20 anos, Gramsci passará por diversos cárceres. Sendo recolhido inicialmente em *Regina Coeli*, em Roma, o prisioneiro do fascismo terá como destino inicial Ustica, uma ilha com extensão de oito quilômetros quadrados, até ser transferido para *San Vittore*, em Milão, no início de 1927. Terá o seu julgamento realizado em maio de 1928, quando seguirá para Roma. Após a sentença, ficará recluso em *Turi*, em Bari, uma penitenciária especial, devido uma inspeção médica constatar a debilidade de seu estado de saúde (FIORI, 1979).

Gramsci, portanto, iniciará a redação dos *Quaderni* em *Turi* a partir de 1929 – quando lhe é concedida cela individual em agosto de 1928 e permissão para escrever em fevereiro de 1929¹. Para iniciar, optará por realizar os exercícios de tradução, que servia para destravar as mãos, ocupando o preenchimento de quatro (04) cadernos escolares. Os vinte e nove (29) cadernos que preencherá até meados de 1935, totalizando o quantitativo de trinta e três (33) cadernos – quando já terá passado pela clínica de *Formia*, na região do Lazio, e posteriormente se instalado em *Quisisana*, em Roma –, estão organizados a partir de duas naturezas: 1) os *Cadernos miscelâneos* e 2) os *Cadernos especiais*. Os primeiros são constituídos por notas inspiradas em variadas temáticas, cumprindo parágrafos que, em geral, são curtos, assinalando observações e indicações bibliográficas. Os segundos são marcados, ao contrário, por uma redação mais sistemática e “longa” sobre uma determinada temática.

Em conformidade com a divisão realizada por Valentino Gerratana, organizador da edição crítica italiana dos *Quaderni del Carcere*, os *Cadernos miscelâneos* são compostos por notas de *texto A (primeira redação)* e *texto B (única redação)*, enquanto os *Cadernos especiais* são constituídos majoritariamente por notas de *texto C (segunda redação)* e minoritariamente por notas de *texto B*, o que significa dizer que, nos *Cadernos especiais*, Gramsci retoma as notas dos *Cadernos miscelâneos* para acrescê-las, revê-las e, mesmo, modificá-las parcial ou totalmente².

Assim, partindo destas observações preliminares, sumariamente identificadas na *natureza* dos *Cadernos* (miscelâneos e especiais) e na *estrutura* de suas notas (*texto A*, *texto B* e *texto C*), é que a tarefa neste presente interim é realizar um mapeamento do *Quaderno 25*.

¹ O pedido advém da solicitação de Gramsci, como demonstra a carta de 13 de agosto de 1928, endereçada ao irmão Carlo: “É preciso que solicite ao Ministério competente, em nome de minha família (em nome de mamãe e do seu), que sejam tomadas providências para que eu possa ser posto numa cela sozinho, aqui no cárcere [...] Agora estou numa cela com outros [...] mas que sofrem de doenças nos brônquios e nos pulmões. [...] No requerimento, acrescente que meu trabalho passado de intelectual me faz sentir fortemente a dificuldade para estudar e ler que existe quando se está num aposento com doentes, e peça que, ficando sozinho, me autorizem a ter papel e tinta para me dedicar a alguns trabalhos de caráter literário e ao estudo de línguas” (GRAMSCI, 2005: 282).

² Pela indicação que Coutinho (1999) oferece, inspirado na catalogação de Valentino Gerratana, os *Cadernos miscelâneos* são constituídos pelos *Cadernos* 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 14, 15 e 17, e os *Cadernos especiais* pelos *Cadernos* 10, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29.

Mas por onde iniciar esta façanha? Certamente, por algumas anotações de caráter metodológico.

Ao nos determos ao título atribuído por Gramsci ao *Quaderno 25*, podemos identificar esta *primeira anotação*. Intitulado de “*Ai margini della storia (Storia dei gruppi sociali subalterni)*”, o *Quaderno 25* já se nos apresenta como um Caderno de natureza temática e, portanto, como um *Caderno especial* destinado a tratar sobre uma questão já presente na redação gramsciana, mas que está, agora, agrupada e reorganizada sob a insígnia de um “novo” *Caderno* – o *Quaderno 25*. O que isso tem exatamente a nos dizer? Tem a nos dizer *duas premissas centrais*.

A *primeira* delas é que se, como vimos, um *Caderno especial*, por natureza, geralmente é composto por uma estrutura de notas de texto C (com maior frequência) e de texto B (com menor frequência), o *Quaderno 25* retoma as notas anteriores presentes em *Cadernos miscelâneos*, de tal modo que, ao realizar uma busca na integralidade da obra carcerária³, podemos identificar, por exemplo, que a expressão *classes subalternas* se repete por cinquenta e três (53) passagens, *grupos subalternos* por vinte (20) passagens, *grupos sociais subalternos* por oito (09) passagens e *subalternos* por vinte e cinco (25) passagens. A “família de temas” correlatos a *classes e grupos subalternos* é, certamente, mais ampla que a mencionada, já que também envolve expressões como: *subalterno* em vinte e duas (22) passagens, *subalterna* em dezoito passagens (18), *subalternas* em seis (06) passagens, *classe subalterna* em quatro (04) passagens, *grupo subalterno* em três (03) passagens e *grupo social subalterno* e *subalternidade* em uma (01) passagem. O que pretendemos indicar com este panorama é que, embora o *Quaderno 25* se constitua em um *Caderno* temático sobre as classes e grupos subalternos, a reflexão gramsciana sobre estes *conceitos já vinha sendo desenvolvida no contexto geral da obra carcerária*.

Assim, a *segunda premissa* que se pode apontar em relação a este *Caderno especial* de que se põe em análise, é a necessidade de captar as notas de que é constituído a fim de analisar a sua estrutura. Metodologicamente, ao observar a *composição orgânica* do *Quaderno 25*, constatamos que este é um *Caderno* composto por oito (08) notas, com a totalidade de quinze (15) páginas. Todas as oito (08) notas de que está articulado possuem a estrutura de *texto C* (segunda redação). Ademais, a “família de temas” presente neste *Caderno* se constitui a partir da repetição da expressão *classes subalternas* e *subalternos* por uma (01) passagem, *grupos*

³ Optamos por utilizar como referência para a investigação do *Quaderno 25* a edição crítica italiana dos *Quaderni del Carcere* (GRAMSCI, 2014), organizada por Valentino Gerratana, pois esta edição reproduz em sua integralidade a redação gramsciana de textos A, B e C. A edição brasileira organizada por Carlos Nelson Coutinho também apresenta todas as notas do *Quaderno 25* em seu quinto volume, podendo ser utilizada, inclusive, para o estudo, mas reproduz parcialmente as notas de texto A dos *Cadernos miscelâneos*.

subalternos por dezesseis (16) passagens e *grupos sociais subalternos* por sete (07) passagens.

Essa *composição orgânica* do *Quaderno 25*, de natureza especial e estrutura de notas de segunda redação, fornece a *segunda anotação* metodológica indispensável para o estudo do *Caderno*: a necessidade de rastrear, depois de identificada sua natureza e sua estrutura, as notas de primeira redação (ou texto A), correspondente a cada nota de segunda redação (ou texto C). Se assim pudéssemos estabelecer uma lógica metodológica para o estudo do *Quaderno 25*, diríamos: verificar suas notas constitutivas, identificar e classificá-las segundo o tipo de redação (primeira, segunda ou única) e buscar nos *Cadernos miscelâneos* as notas reescritas nos *Cadernos especiais*. Realmente aqui é preciso fazer o *caminho de ida* para refazer o *caminho de volta*. Vejamos então como o *Quaderno 25* se nos apresenta a partir de seu mapeamento semântico.

No § 1 do *Q 25*, intitulado *Davide Lazzaretti*, temos um único registro da expressão *grupos subalternos*, cuja versão é a segunda redação do *Q 3 § 12* e do *Q 9 § 81*. Estas notas originárias, particularmente, a do *Q 3 § 12*, não apresenta nenhuma referência à expressão de *classes e grupos subalternos* e sua “família de temas”; enquanto a localizada no *Q 3 § 12* registra a expressão de *classes subalternas*. O balanço destas conjugações nos indica que, na nota de segunda redação, vemos uma revisão de Gramsci ao substituir a expressão *classes* por *grupos subalternos*.

No § 2 do *Q 25*, intitulado *Criteri metodologici*, Gramsci se utiliza uma vez da expressão *grupos sociais subalternos* e três (03) vezes de *grupos subalternos*. Esta nota é a segunda redação do *Q 3 § 14* em que, novamente, a expressão *grupos subalternos* dá lugar a *classes subalternas* nas três passagens em que estão presentes.

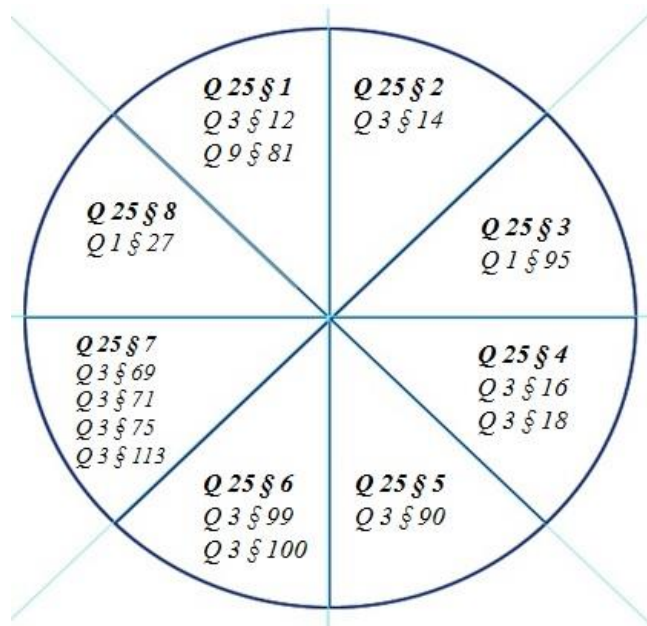
O § 3 do mesmo *Quaderno* consiste em uma breve indicação bibliográfica de Gramsci que, provavelmente, pretendia desenvolver. Afora ela, o parágrafo seguinte do § 4, intitulada de *Alcune note generali sullo sviluppo storico dei gruppi subalterni nel Medio Evo e a Roma*, é repleta de passagens com as expressões em análise: *grupos sociais subalternos* aparece em duas (02) passagens e *grupos subalternos* em quatro (04). Esta nota é também a segunda redação dos *Q 3 § 16* e *Q 3 § 18*, cuja condição anterior se repete: há seis (06) referências à expressão *classes subalternas* e uma à *classe subalterna*.

O § 5 do *Q 25* é intitulado *Criteri metodici* e apresenta uma longa nota postulando alguns pontos de estudo que deveriam ser aprofundados sobre a natureza das classes e grupos subalternos. Há uma vasta presença das expressões nesta nota: oito (08) repetições de *grupos subalternos*, duas (02) de *grupos sociais subalternos* e uma de *classes subalternas* e *subalternos*. As notas originárias deste parágrafo estão dispostas no *Q 3 § 90*, em que há sete

(07) passagens com a expressão *classes subalternas* e uma com *classe subalterna*.

O § 6, intitulado de *Gli schiavi a Roma*, e o § 8, *Scientismo e postumi del basso romantismo*, ambos do Q 25 são, juntamente com o § 3 já mencionado anteriormente, redações gramscianas que não fazem referência as expressões de *classes e grupos subalternos* e sua “família de temas”. Já o § 7 deste mesmo *Quaderno*, intitulado de *Fonti indirette, Le utopie e i così detti romanzi filosofici*, apresenta uma (01) menção a expressão *grupos sociais subalternos*, enquanto suas correspondentes notas de primeira redação, localizadas no Q 3 § 69, Q 3 § 71, Q 3 § 75 e Q 3 § 113, não fazem nenhuma referência às expressões em questão.

Assim é que, sistematizando este conjunto complexo de anotações, poderíamos organizar a seguinte *ilustração* para condensar visualmente o mapeamento semântico do *Quaderno 25* e para, sobretudo, demonstrar a *totalidade* do campo que, minimamente, se deve trabalhar quando se está considerando os conceitos de *classes e grupos subalternos* a partir da obra carcerária gramsciana e o *Caderno* temático que os sintetizam. Ilustrando as oito (08) notas de segunda redação do *Quaderno 25*, Gramsci está reagrupando uma série de notas de primeira redação distribuídas pelos diversos *Cadernos miscelâneos*, de forma que podemos *decompor o complexo* na seguinte síntese:



A partir deste exposto, o que podemos extrair para avançar na análise? *Em que medida este mapeamento semântico do Quaderno 25 nos auxilia no estudo dos conceitos de classes e grupos subalternos?* Poder-se-ia dizer que a sistematização do *Quaderno 25* é indispensável porque deixa Gramsci falar, quer dizer, coloca-o como protagonista (não só porque também o

é) dos conceitos, recorrendo a fonte direta de seu pensamento. Outrossim, ao buscar as reflexões, as sistematizações e as indagações que colocam em pauta os conceitos ao longo do *Quaderno 25*, faz-se um esforço no sentido de buscar as articulações e os nexos internos da obra *carcerária*, evidenciando um todo articulado em que as categorias só podem ser compreendidas em sua inter-relação. Nesse sentido, o mapeamento semântico abre a possibilidade para realizar interpretações, reconstruindo o pensamento gramsciano a partir da fonte viva de seu pensamento.

O *Quaderno 25*: os grupos sociais subalternos às margens da história

Nesta simbiose, o *Quaderno 25*, exercício de retomada, de revisão e de reagrupamento das reflexões, é a expressão da segunda redação de quatorze (14) parágrafos, entre os quais: dois (02) do Q 1, onze (11) do Q 3 e um (01) do Q 9. Mais especificamente, é a condensação dos Q 1 § 27, Q 1 § 95, Q 3 § 12, Q 3 § 14, Q 3 § 16, Q 3 § 18, Q 3 § 69, Q 3 § 71, Q 3 § 75, Q 3 § 90, Q 3 § 99, Q 3 § 100, Q 3 § 113 e Q 9 § 81.

Assim é que, imbuídos da devida apreensão da natureza e da estrutura do *Quaderno 25*, quer dizer, de sua *composição orgânica*, podemos, agora, adentrar na especificidade do conteúdo de suas oito (08) notas: a partir do mapeamento semântico pode-se estabelecer um ponto de partida para a análise e munir-se do rigor metodológico que a pesquisa gramsciana na obra *carcerária* nos exige.

Como é sabido, Gramsci (2014) abre o *Quaderno 25* com uma nota sobre *Davide Lazzaretti*, um líder popular do período pós-*Risorgimento* que se torna eremita depois de ter visões religiosas. Ao fundar uma seita religiosa popular, atuando, sobretudo, na região do Monte Amiata, na Toscana, se pronunciando pela defesa da República, acabou por alarmar o Estado italiano e a Igreja Católica, sendo assassinado em 1878 pelo exército régio italiano sob o pretexto de representar uma “ameaça” (GRAMSCI, 2014).

Mas a indagação que se poderia fazer em relação a esta nota é a seguinte: por que Gramsci escolhe abrir o *Quaderno 25* retomando a figura histórica de *Davide Lazzaretti*? Qual é sua relação com as classes e grupos subalternos? Esta resposta pode ser encontrada ao longo da exposição da nota em questão, quando, ao mostrar a vasta literatura italiana existente sobre o lazzarettismo, Gramsci põe em relevo as revoltas populares, quer dizer, aquela tendência subversiva-popular-elementar que identifica no lazzarettismo e, por conseguinte, que desemboca na valorização da história contada a partir de uma nova perspectiva: *a perspectiva das classes subalternas*.

No caso particular de Lazzaretti, Semeraro (2014) nos indica que as fontes a que Gramsci

resgata para tratar de sua representação na literatura são as mais diversas, mas que, de modo geral, são caracterizadas não por analisar o fenômeno coletivo do lazzarettismo em si, mas sim por aferir uma análise da biografia pessoal dessa figura histórica. São as fontes citadas: artigo de 26 de agosto de 1928, publicado pela *Fiera Letteraria*, de Domenico Bulferetti; *Davide Lazzaretti*, de Andrea Verga; *Pazzi e anormali*, de Cesare Lombroso; *Storia di Davide Lazzaretti, Profeta di Arcidosso*, de Filippo Imperiuzzi; *Davide Lazzaretti*, de Giacomo Barzellotti, ampliada e modificada pela editora *Treves*, mais tardiamente, sob o título de *Monte Amiata e il suo profeta*.

Ademais de se ocupar da análise que Bulferetti realiza da obra de Barzellotti, o problema de Gramsci está em evidenciar como tais literaturas buscam “patologizar”, “barbarizar”, “folclorizar” e “reduzir” os movimentos populares, isto é, os movimentos das classes subalternas. Ao menos *duas passagens* de Gramsci explicitam este argumento. A *primeira* se localiza logo no início da nota:

[...] em vez de estudar as origens de um acontecimento coletivo, e as razões de sua difusão, de seu ser coletivo, isolava-se o protagonista e só se fazia sua biografia patológica, muito frequentemente partindo de motivos não comprovados ou passíveis de interpretação diferente: para uma elite social, *os elementos dos grupos subalternos têm sempre algo bárbaro ou patológico* (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 1: 2279, grifo nosso).

A *segunda passagem* se situa no contexto em que Gramsci está apresentado o julgamento de Bulferetti sob Barzellotti:

É mais simples pensar, porém, que o livro de Barzellotti, que serviu para formar a opinião pública sobre Lazzaretti, seja só uma manifestação de patriotismo literário (como se diz, por amor à pátria!), que levava a tentar esconder as causas do mal-estar geral que existia na Itália depois de 1870, dando, *para cada episódio de explosão deste mal-estar, explicações restritivas, individuais, folclóricas, patológicas, etc.* (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 1: 2279-2280, grifo nosso).

Ao escolher iniciar o *Quaderno 25* expondo o “drama” de Lazzaretti, Gramsci parece querer, portanto, demonstrar que os intelectuais italianos pretendem *reduzir o protagonismo das classes subalternas*. Nesta esteira, a literatura italiana, ao analisar o lazzarettismo, esforçava-se para mostrar a tendência bizarra de que ele se constituía: uma mescla de republicanismo com “elemento religioso e profético” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 1: 2280), no lugar de exaltar a sua tendência subversiva-popular-elementar republicana. Assim, havia um esforço para se ocultar os movimentos populares de tal caráter, haja vista que alimentavam a resistência popular e, mais especificamente, o lazzarettismo, acenava o entusiasmo com a Comuna de Paris. Para Gramsci, os movimentos populares, como foi o próprio movimento liderado por Lazzaretti, deveria ser estudado a partir de uma análise político-histórica e não julgado como um episódio patológico e folclórico. Em oposição a esta perspectiva é que Gramsci opta por valorizar do

lazzarettismo a tendência subversiva-popular-elementar – àquela que destaca o protagonismo das classes subalternas, politizando social e historicamente o movimento.

Liguori (2016) é quem chama a atenção para este fato quando destaca o relevo adicionado por Gramsci na segunda redação do *Q 3 § 12*. Na primeira nota do *Q 25*, a *tendência subversiva-popular-elementar aparece como expressão de um fenômeno organizativo* no interior das massas rurais devido à situação gestada pelo Vaticano no período, quando vetou a participação política dos católicos na vida política do novo Estado. Para Liguori (2016), esta tendência demarca que os grupos sociais subalternos podem se rebelar esporádica e espontaneamente, mas a ausência de uma direção consciente, representada historicamente pela falta de organicidade da própria esquerda italiana junto aos movimentos, acaba por dirimir aqueles com potencial verdadeiramente popular. Isto por que, para Gramsci, os grupos sociais subalternos não podem sair de sua condição de subalternidade por si mesmos, devendo unificar-se sob a vanguarda dos núcleos mais avançados da classe, combinando espontaneidade com direção consciente – como Gramsci já havia indicado em uma nota de redação única com o mesmo título, *Spontaneità e direzione consapevole*, no *Q 3 § 48*.

A segunda nota do *Quaderno 25* explicita algumas questões que se abrem com a nota sobre *Davide Lazzaretti: criteri metodologici* anuncia 1) as *principais características* das classes e grupos subalternos e 2) a necessidade de se (re)fazer sua *história de modo integral*.

No *§ 1* do *Q 25*, Gramsci já nos fornece algumas pistas sobre as características das classes e grupos subalternos quando analisa o lazzarettismo: “[...] no movimento, a tendência republicana estava bizarramente misturada ao elemento religioso e profético. Mas esta confusão é que representa a característica principal do acontecimento, porque demonstra sua popularidade e *espontaneidade*” (GRAMSCI, 2014, *Q 25 § 1*: 2280, grifo nosso). E acrescenta: “Deve-se considerar, além disto, que o movimento lazzarettista esteve ligado ao *non expedit* do Vaticano e mostrou ao governo a *tendência subversivo-elementar-popular* [...]” (GRAMSCI, 2014, *Q 25 § 1*: 2280, grifo nosso).

Ao iniciar a segunda nota do *Q 25*, Gramsci demonstra que as classes e grupos subalternos comportam uma tendência subversivo-elementar-popular – como àquela a que se refere no *§ 1*, no que diz respeito ao caráter do movimento lazzarettista. No entanto, como já adverte na abertura da segunda nota, a história das classes e grupos subalternos é *desagregada e episódica*, já que estas sofrem sempre a iniciativa da classe dominante. Diante desta constatação, como então explicar a tendência subversivo-elementar-popular que tais classes comportam e, ao mesmo tempo, justificar sua história desagregada e episódica?

Pode-se explicar pela seguinte afirmação gramsciana na segunda nota: “É indubitável que,

na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas *esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes [...]*” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 2: 2283, grifo nosso). Isso significa dizer que, apesar de comportar uma tendência subversivo-elementar-popular, as classes e grupos subalternos são forçados pela classe dominante a permanecer no constante estado de *espontaneidade*, em que, mesmo naqueles momentos que se manifestam por intermédio de rebeliões e insurgências, não são capazes de levar até as últimas consequências uma “vitória permanente” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 2: 2283). *A espontaneidade das classes e grupos subalternos não é aqui, portanto, desenvolvida pela classe dominante, mas, ao contrário, é reforçada por ela, ou seja, a classe dominante tende a manter as classes e grupos subalternos em sua condição de espontaneidade e, mesmo, impedir a sua superação.* Com isto, Gramsci não está descartando o elemento espontâneo de tais classes e grupos, mas advertindo a necessidade de seu encontro com uma direção consciente, como já nos alertou Liguori (2016). A expressão deste encontro pode ser ilustrada, inclusive, no próprio movimento lazzarettista – ainda que tenha se constituído por uma mescla bizarra entre o republicanismo e o elemento religioso e profético.

A respeito desta nota, Liguori (2016) também nos indica que, sendo a segunda redação do § 14 do Q 3, Gramsci substituiu o título da primeira da nota de primeira redação (*Storia della classe dominante e delle classi subalterne*) por um novo título (*Criteri metodologici*), advertindo algumas questões preliminares para seu estudo.

Ademais, ainda como desdobramento da primeira nota do Q 25, o § 2 do mesmo Caderno é uma advertência para a necessidade de se fazer a história de modo integral. Uma vez que as classes e grupos subalternos são condicionados pela iniciativa dominante e sofrem com sua passivação, é preciso que qualquer traço de iniciativa autônoma seja valorizado. Nas palavras de Gramsci, esta iniciativa autônoma deve ser “[...] de valor inestimável para o historiador integral [...]” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 2: 2284).

Ora, a literatura italiana produzida sobre o lazzarettismo evidencia uma história contada a partir da perspectiva da classe dominante, pois, como vimos no Q 25 § 1, há uma tentativa constante em patologizar, barbarizar e marginalizar o movimento. Para Gramsci, era necessário produzir outro tipo de literatura, aquele tipo que põe em evidência a *história das classes e grupos subalternos*, contando sua história de modo integral, ou seja, *de modo não desagregado e episódico*. Por esse motivo, o historiador integral é também aquele que reconhece e valoriza as insurgências das classes subalternas, registrando e evidenciando suas lutas na relação com a classe dominante e com os fatos históricos, conferindo-lhes um protagonismo real, porque antes

verdadeiro e concreto.

Numa palavra: seja nas relações sociais concretas, seja na historiografia produzida, Gramsci parece advertir que as classes e grupos subalternos tendem sempre a ser marginalizados pela classe dominante. É a partir daí que no § 4 do *Q 25* destaca o protagonismo das classes e grupos subalternos da Idade Média romana, *refazendo a história a partir de sua perspectiva e, portanto, devolvendo-lhe seu protagonismo historicamente negado.*

Ao citar o ensaio de Ettore Ciccotti, *Elementi di “verità” e di “certezza” nella tradizione storica romana*, Gramsci quer retomar alguns aspectos do desenvolvimento histórico das classes populares nas Comunas italianas. Destacando a solidariedade das classes populares na Idade Média, estas se organizavam coletivamente nos tempos de guerra, mas também de paz, como assinala nosso sardo:

Os combatentes permaneciam unidos até mesmo na paz, seja para a prestação de serviços, seja, posteriormente, com crescente solidariedade, para a obtenção de seus próprios fins. Surgem os estatutos das “Sociedades de Armas”, que se constituíram em Bolonha, como parece, por volta de 1230, e emerge o caráter de sua união e seu modo de constituição. [...] Além de sua função política de defesa externa da Comuna, tinham o fim de assegurar a cada homem do povo *a proteção necessária contra as agressões dos nobres e dos poderosos* (GRAMSCI, 2014, *Q 25* § 4: 2284-5, grifo nosso).

Com esta afirmação, Gramsci indica que, ademais das classes populares da Idade Média das Comunas italianas se organizarem pelo princípio da solidariedade para combater o inimigo externo, como é visto por meio da fundação da própria “Sociedade das Armas”, tais classes também passam a se organizar com o objetivo de defender-se das demais classes – *dos nobres e dos poderosos*. Isso significa dizer que Gramsci está pondo em evidência a capacidade de unificação das classes e grupos subalternos daquele período histórico na medida em que valoriza seu protagonismo na constituição da Comuna. Tal hipótese é reforçada ao longo da nota, que explicita a complexidade com que esta vai se constituindo sob a solidariedade e a organização das classes populares:

acrescentavam às obrigações civis e sociais, além do juramento, uma exigência religiosa, com a assistência comum à missa e a celebração de ofícios divinos, ao mesmo tempo que outras obrigações comuns, como as de socorrer os membros pobres, sepultar os mortos, etc., próprias das piás congregações, tomavam a união cada vez mais duradoura e estreita [...] Originalmente, os *milites* entram nestas sociedade em pé de igualdade com os *pedites*, nobres e homens do povo, ainda que em menor número. Mas progressivamente os *milites*, os nobres, tendem a se afastar [...] E, à medida que o movimento de emancipação se firma, ultrapassando também os limites e a forma destas sociedades, *o elemento popular postula e obtém a participação nas funções públicas mais relevantes* (GRAMSCI, 2014, *Q 25* § 4: 2285, grifo nosso).

Quando se afirma a constituição de uma Comuna em que a organização é dada segundo

os interesses dos *pedites*, homens do povo, e não dos *milites*, nobres, como indica Gramsci, e na medida em que os *pedites* assumem as funções públicas de administração, pode-se dizer que, atribui-se ao povo, *o papel de verdadeiro partido político* (GRAMSCI, 2014).

Para garantir maior eficiência a essa administração, como continua Gramsci, podia-se eleger um “capitão do povo” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 4: 2285) – uma figura centralizada responsável pelo desenvolvimento das ações na Comuna. Entretanto, na medida em que este não fosse capaz de colocar em movimento as reformas desejadas pelo povo, se tornava legítimo a constituição de uma organização coletiva e independente e, por conseguinte, à parte do “capitão do povo” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 4: 2285), para promover uma nova obra legislativa a partir de uma deliberação por autoridade própria que *subordinava e submetia a classe dominante*, como aconteceu em Bolonha, Siena e Florença (GRAMSCI, 2014).

Semeraro (2014) indica que esta nota do § 4 torna explícita a *organização de uma vontade coletiva* das classes populares da Idade Média romana, destacando sua centralidade na composição de suas leis e da própria Comuna em geral. Se conjugarmos esta passagem com o *Quaderno 13*, que trata de “*Maquiavel, a política e o Estado Moderno*”, temos que a organização e a unificação das classes populares realmente só se tornou possível porque estas estavam se constituindo em partido, como já havia assinalado Gramsci, quer dizer, temos um povo que, *promovendo uma reforma intelectual e moral, organiza sua vontade coletiva* – daí que seu sentido amplo de partido político e daí que as ferramentas para a constituição de um *poder político popular*, como evidenciou o § 4 sobre o desenvolvimento histórico das Comunas italianas, protagonizadas pelas classes populares, e resgatado por Gramsci.

Gramsci parece, portanto, realizar esta digressão para evidenciar o que deve estar na base das associações do Estado moderno: a capacidade de organização, de reivindicação e, sobretudo, de unificação das classes e grupos subalternos. Assim como valorizou as instituições dos grupos sociais subalternos da Idade Média romana, sublinha a *potencialidade* das associações modernas, mesmo que não se constituam da mesma essência que àquelas do período medieval: “O Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à *hegemonia ativa* do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, *renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura*” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 4: 2287, grifo nosso).

Com isto, o sardo pretende indicar que, apesar do “método de analogia histórica” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 4: 2285-6) ser útil como um “critério de interpretação” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 4: 2286), deve-se estabelecer as devidas mediações. Para Gramsci, há uma diferença fundamental entre as instituições das classes e grupos subalternos do período medieval

e da contemporaneidade. Enquanto os grupos subalternos da Idade Média possuíam instituições próprias e uma vida a parte que se insubordinava ao Estado, chocando-se, inclusive, com ele, as instituições modernas e a ditadura contemporânea a que elas servem, abole qualquer autonomia das classes e grupos subalternos. *A tendência é a absorção e/ou incorporação delas a atividade estatal*, fato que elimina, portanto, aquele fenômeno do duplo governo da Idade Média, quando, em períodos de crise, abria-se o antagonismo entre o governo dominante e o governo subalterno com suas respectivas instituições. Na ditadura contemporânea, ao contrário, a tendência é a *centralização de toda a vida nacional*, tornando-a totalitária. Liguori (2016) é quem destaca o reforço acrescentado por Gramsci a esta anotação, quando evidencia a segunda redação do *Q 3 § 16* e do *Q 3 § 18*: no *§ 4 do Q 25*, não apenas a ditadura contemporânea passa a abolir as formas de autonomia das classes e grupos subalternos, mas esta abolição é também legal, ou seja, para impedir o desenvolvimento do duplo governo, na contemporaneidade, tem-se o reconhecimento legal de algumas organizações dos trabalhadores, fato que abole a autonomia das classes e grupos subalternos porque, sendo legal (dentro da ordem), “freia” a possibilidade de uma transformação revolucionária.

Em sua redação, como assinala Semeraro (2014), Gramsci realiza o movimento de promover reflexões teóricas a partir de fatos históricos, como fez na nota sobre *Davide Lazzaretti*. Assim é que aqui também resgata o desenvolvimento histórico das classes e grupos subalternos no período comunal italiano para abrir o terreno de sua reflexão teórica sobre as suas características. O *§ 2 do Q 25, Criteri metodologici*, e o *§ 5 do Q 25, Criteri metodici*, estão em continuidade direta na síntese de Gramsci.

Certamente, o *Q 25 § 5* é a elucidação da necessária “vitória permanente” (GRAMSCI, 2014, *Q 25 § 2*: 2283), já apontada por Gramsci no *Q 25 § 2*, quando trata da história desagregada e episódica das classes subalternas. Aqui, somada a constatação de que *as classes e grupos subalternos carecem de unificação*, a história dos Estados e de grupos de Estados é sempre a história das classes dirigentes unificadas historicamente. Mas o que esta afirmação elucida na reflexão gramsciana?

Elucida o fato de que, o Estado, “[...] resultado orgânico das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e ‘sociedade civil’ [...]” (GRAMSCI, 2014, *Q 25 § 5*: 2288), só poderá se constituir na unidade histórica das classes e grupos subalternos quando estes se constituírem em Estado, de tal modo que a sua “vitória permanente” (GRAMSCI, 2014, *Q 25 § 2*: 2283) está condicionada a sua unificação e a conquista de sua autonomia integral. Nas palavras de Gramsci:

As classes subalternas, por definição, *não são unificadas e não podem se*

unificar enquanto não puderem se tornar “Estado”: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil, é uma função “desagregada” e descontínua da história da sociedade civil e, por este caminho, da história dos Estados ou grupos de Estados (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 5: 2288, grifo nosso).

A história *desagregada e episódica* das classes e grupos subalternos só pode ser superada com a superação da subalternidade em direção à unificação de tais grupos no Estado, *daí que o “tornar-se Estado”* (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 5: 2288), *reclamado por Gramsci*, exigindo a organização coletiva e ativa das classes subalternas na práxis política, gestando, por intermédio de uma direção consciente, sua própria consciência histórica. O tornar-se Estado é, pois, um movimento das classes e grupos subalternos que, despidendo-se do estado desagregado e episódico de sua atuação, deve unificar-se, deixando de se constituir enquanto subalterno na medida em que se torna dirigente e dominante pela conquista de sua autonomia integral e funda um novo Estado.

Neste interim é que Gramsci lista uma série de “critérios” que possibilitaria “medir” sua luta em direção à necessária unificação, *tendo em vista pôr fim a subalternidade*:

1) a formação objetiva dos grupos sociais subalternos, através do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica, assim como sua difusão quantitativa e sua origem a partir de grupos sociais preexistentes, cuja mentalidade, ideologia e fins conservam por um certo tempo; 2) sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas destas formações para impor reivindicações próprias e as consequências que tais tentativas têm na determinação de processos de decomposição e de renovamento ou de nova formação; 3) o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos; 4) as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações de caráter restrito e parcial; 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas nos velhos quadros; 6) as formações que afirmam a autonomia integral, etc. (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 5: 2288).

São estes “critérios” que o historiador integral (retomando o mesmo argumento do Q 25 § 2) deve estar atento na (re)construção da história das classes e grupos subalternos com vista a sua unidade histórica. Para Gramsci, o *Risorgimento* italiano poderia servir de exemplo para a análise da correlação de forças em uma batalha histórica, pois demonstra a capacidade dos grupos subalternos elevarem a condição de dirigentes e dominantes:

Podem-se construir muitos cânones de investigação histórica a partir do exame das forças inovadoras italianas que guiaram o *Risorgimento* nacional: estas forças tomaram o poder, unificaram-se no Estado moderno italiano, lutando contra determinadas outras forças e ajudadas por determinados auxiliares ou aliados; para se tomarem Estado, deviam subordinar a si ou eliminar as primeiras e ter o consenso ativo ou passivo das outras. Portanto, o estudo do desenvolvimento destas forças inovadoras, *de grupos subalternos a grupos dirigentes e dominantes*, deve investigar e identificar as fases através das quais elas adquiriram a autonomia em relação aos inimigos a abater e a

adesão dos grupos que as ajudaram ativa ou passivamente, uma vez que todo este processo era necessário historicamente para se unificarem em Estado (GRAMSCI, 2014, *Q 25 § 5*: 2289, grifo nosso).

O desafio para conquistar a autonomia integral e promover a unificação das classes e grupos subalternos, tornando-se Estado é, portanto, *duplo*: 1) possuir autonomia em relação às classes e grupos a combater, isto é, *ser dominante em relação às classes e grupos adversários*, e; 2) obter o consenso de outras classes e grupos existentes, isto é, *ser dirigente das classes e grupos aliados*. Com esta nota, Gramsci certamente declara o interesse em estudar as classes e grupos subalternos tendo em vista buscar respostas para pôr fim a sua própria subalternidade – categoria que, sendo consenso, estabelece o par conceitual hegemônico/subalterno, terreno fértil sugerido pelo *Quaderno 25*.

Na continuidade de sua exposição e seguindo o movimento de resgatar os fatos históricos e realizar as reflexões teóricas, Gramsci transcreve o § 6 do *Q 25*, intitulado de *Gli schiavi a Roma*. Ao retomar a história dos grupos subalternos, particularmente do núcleo de escravos contra Espártaco, a partir do livro de Tenney Frank, *Storia economica di Roma*, constata que os revoltosos tiveram uma “[...] sobrevivência provável, uma vez que não foram destruídos: ou se assimilaram à população nativa ou a substituíram diretamente” (GRAMSCI, 2014, *Q 25 § 6*: 2290).

Mas o destaque que deve ser conferido à referida nota se encontra em seu segundo parágrafo quando Gramsci analisa uma proposta realizada por um senador em que sugeria a utilização de uma vestimenta diferenciada pelo núcleo de escravos de Roma com o objetivo de identificá-los. Esta proposta foi recusada pelo Senado, pois se temia “[...] que eles se tornassem perigosos, ao se darem conta de seu grande número” (GRAMSCI, 2014, *Q 25 § 6*: 2290, grifo nosso).

Vê-se que esta nota em questão não faz nenhuma referência à expressão de *classes e grupos subalternos* e a sua “família de temas”. No entanto, é possível aqui indicar, como hipótese levantada, que o § 6 está em articulação direta com as demais notas já transcritas por Gramsci neste *Quaderno*. De que maneira então é possível observar esta articulação?

Quando Gramsci ressalta que os escravos se “tornariam perigosos ao se darem conta de seu número” (GRAMSCI, 2014, *Q 25 § 6*: 2290), e quando afirma que, “neste episódio, estão contidas razões político-psicológicas” (GRAMSCI, 2014, *Q 25 § 6*: 2290), o sardo parece evidenciar a potencialidade das classes e grupos subalternos quando estes tomam consciência de sua capacidade de colocar em xeque o poder exercido pelo grupo dominante. Esta capacidade se expressa primeiro *quantitativamente*, porque é quando os escravos se dão conta de seu

número, e, posteriormente, *qualitativamente*, já que, por razões político-psicológicas, adquirem consciência de sua subalternidade, mediada por sua expressão numérica, desencadeando uma ruptura com a dominação instituída que se inicia por uma “[...] série de manifestações públicas: as procissões religiosas, as passeatas, as assembleias populares, as paradas de todo tipo e também, em parte, as eleições (a participação nas eleições de alguns grupos) e os plebiscitos” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 6: 2290).

Finalmente, os dois últimos parágrafos do Q 25, expressos no § 7 e § 8, apresentam algumas indicações de Gramsci, adquirindo o caráter de registro de observações. No § 7, intitulado de *Fonti indirette. Le Utopie e i così detti romanzi filosofici*, Gramsci lista uma série de literaturas das quais seria interessante torná-la campo exploratório de pesquisa para desvendar as aspirações das classes e grupos subalternos. A literatura expressa “[...] as aspirações mais elementares e profundas dos grupos sociais subalternos, inclusive os mais baixos [...]” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 7: 2290). Por outro lado, uma parte desta literatura também “[...] expressa os interesses dos grupos dominantes [...] e tem caráter retrógrado e reacionário” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 7: 2291). A esta “última” parte da literatura, Gramsci a denomina de *utopias*. Já àquela primeira “parte”, que busca as aspirações mais elementares, a denomina de romances ditos filosóficos, em que há “[...] livros que atribuem a países longínquos e pouco conhecidos, mas existentes, determinados costumes e instituições que se querem contrapor aos do próprio país” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 7: 2291). A esses romances filosóficos, para Gramsci, está a riqueza de capturar e de registrar as rebeliões das massas populares, sendo, em suas palavras, os precursores dos jacobinos franceses. Novamente aqui é possível observar a escolha de Gramsci em valorizar os romances filosóficos, quer dizer, a história contada a partir “de baixo”, já que expressa a perspectiva das classes subalternas.

O § 8, *Scientismo e postumi del basso romanticismo*, é composto por apenas um parágrafo, em que Gramsci menciona a tendência da sociologia de esquerda na Itália. Para a referida tendência, a criminalidade era explicada “naturalisticamente”, sendo considerada produtora da barbárie. Assim desqualificando as rebeliões e insurreições das classes subalternas e apresentando-as como bárbaras, *decorrente da criminalidade nata de tais classes e grupos*, a sociologia da esquerda atribuía uma explicação considerada “científica” a estes fenômenos. Por isso, Gramsci parece transcrever esta nota para demarcar sua posição divergente em relação a tendência, haja vista que todo o *Quaderno* está dedicado a defesa de não patologização e barbarização dos movimentos das classes subalternas, mas, senão sua valorização enquanto traço de iniciativa autônoma com valor inestimável.

Considerações Finais

A popularidade que os conceitos de classes e grupos subalternos adquiriram hoje, bem como seus usos ou abusos, para lembrar Edmundo Fernandes Dias (1994), no discurso corrente, por vezes não é capaz de explicar o fundamento teórico implícito a estes conceitos. Seja pela leitura apressada da obra gramsciana, seja pela mera adaptação dos termos na frase, classes e grupos subalternos vêm sendo utilizados como sinônimo de “classes baixas”, “classes inferiores” ou ainda “classes à margem da sociedade”.

Recorrer a fonte direta do pensamento gramsciano é urgente para evitar os reducionismos a que estes conceitos (e outros) vêm sendo empregados, valorizando a verdadeira tessitura da reflexão de Gramsci – fundada no laboratório da experiência real da práxis política de toda sua vida. Assim é que o *Quaderno 25* apresenta a subalternidade como um estado impulsionado pela classe dominante para manter sua dominação, agora estendida a dominação cultural, isto é, subjetiva. Esta dominação tende a passivizar e segregar as lutas e organizações coletivas das classes e grupos subalternos. Pela iniciativa da classe dominante, procura-se romper com qualquer traço de iniciativa autônoma de tais classes e grupos.

Por esse motivo, analisando o seu estado desagregado e episódico e anotando que lhes falta uma organicidade e uma direção consciente, Gramsci investiga as classes e grupos subalternos, suas características e suas representações na literatura italiana para evidenciar a necessidade de pôr fim a subalternidade – motivo pelo qual o sardo também se dedica a sua investigação.

O estudo destes conceitos e a proposição de uma metodologia de pesquisa do *Quaderno 25* teve como objetivo reiterar o *necessário retorno a Gramsci*, valorizando o conjunto categorial que oferece nas páginas da sua obra carcerária para a compreensão e explicação da realidade. Mantendo-se atual por permitir uma leitura aproximativa de nossa realidade, mais exatamente, dos mecanismos atuais de dominação e exercício do poder, Gramsci inspira-nos a rebelar quando nos damos conta de nosso constante estado de subalternidade.

Nessa perspectiva, para o Serviço Social brasileiro, estudar Gramsci e, particularmente, seus conceitos de classes e grupos subalternos, é fundamental para desvelar os mecanismos de dominação que forçam a reprodução deste estado no contexto das relações sociais atuais. Despossuídos de uma articulação interna e ausentes de uma organicidade, o desafio que se coloca é promover a organização de tais classes e grupos, capaz de reivindicar por seus interesses imediatos e mediatos. A ruptura com a (re)produção da subalternidade na sociedade capitalista só se torna possível na medida em que os subalternos se tornarem Estado, quer dizer, romper com a imposição dos interesses burgueses que só fazem legitimar, no âmbito do Estado

integral, a exploração do trabalho pelo capital.

É assim que, fazendo a opção por um projeto político, particularmente, um projeto societário, o Serviço Social é profissão que se desenvolveu, bem como se maturou historicamente, assumindo um compromisso com a classe trabalhadora. Ao construir um projeto profissional crítico que declara a defesa *pelo aprofundamento e ampliação da democracia, pela liberdade como valor ético central, pela emancipação dos indivíduos sociais e construção de uma nova ordem social sem exploração e dominação de classe, etnia e gênero*, torna-se explícito o compromisso da profissão com uma ordem diversa da sociedade burguesa. Assim é que, a escolha por um projeto societário alternativo, também perpassa pela luta contra a subalternidade, visto que o pleno desenvolvimento das potencialidades e o encontro com o humano genérico de cada um, só se torna possível na medida em que toda condição de opressão, dominação e exploração seja ceifada – eis o desafio posto, eis a luta que nos espera.

Referências

- COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* (volume 1). Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição de Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos. *Ideias: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, Ano I, nº 1, jan./jun., 1994*, p. 111-137.
- FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Tradução de Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FRESU, Gianni. *Antonio Gramsci: o homem filósofo*. Tradução de Rita Matos Coitinho; Prefácio de Marcos del Roio; Posfácio de Stefano G. Azzarà. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GRAMSCI, Antonio. *Cartas do cárcere*. Volume 1: 1926-1930. Tradução de Luiz Sérgio Henriques; Organização de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. 4. ed. Torino: Einaudi, 2014.
- LIGUORI, Guido. Subalterno e subalterni nei “Quaderni del Carcere”. *Internacional Gramsci Journal*, v. 2, n. 1, 2016, p. 89-125.
- MUSSI, Daniela; GOÉS, Camila. Antonio Gramsci no centro e na periferia: notas sobre hegemonia e subalternidade. *Internacional Gramsci Journal*, v. 2, n. 1, 2016, p. 271-328.
- SEMERARO, Giovanni. Gramsci e os movimentos populares: uma leitura a partir do Caderno 25. *Educação Social, Campinas*, v. 35, n. 126, jan./mar., 2014, p. 61-76. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v35n126/04.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

Carta ao comunista sardo

Letter to the Sardinian communist

Ana Livia Adriano*

Resumo: Na diversidade que compõe a tradição marxista – cujo ponto de conexão parece residir na perspectiva totalizante de compreensão da vida social e da história como um constructo humano atravessado por antagonismos e possibilidades concretas de transformação – o pensamento de Antônio Gramsci parece atestar atualidade e significativa relevância, na depuração destes tempos brutos, brutalmente desigual e exigente de lucidez, firmeza e organicidade teórica e política. Muitos estudiosos, jovens e mais experientes, no Brasil e no mundo, dedicam-se a compreender o pensamento e a vida deste autor e, a partir destas incursões, contestando as armadilhas dos dogmatismos e dos revisionismos, desvelar o presente, em sua dinamicidade e processualidade histórica. Para tanto, é necessário estabelecer como núcleo medular – mas não exclusivo – destas reflexões, a obra gramsciana; o tempo de Gramsci. Este texto – de natureza propedêutica ao estudo da obra gramsciana – é um esforço de síntese da apreensão das potencialidades e asperezas que peculiarizam os diálogos que construímos – enquanto sociedade e profissão – com o comunista sardo, os quais parecem conservar como fio de unidade, a conexão vital e necessária que a obra deste autor tem com os de baixo, na crítica radical e contumaz a este mundo terrível. Exatamente por procurar enfrentar tal esforço via apreensão do estabelecimento dos referidos diálogos, então travados por dentro da obra gramsciana, o presente texto assume a forma de uma carta – afinal, cartas costumam dizer muito sobre quem as recebe.

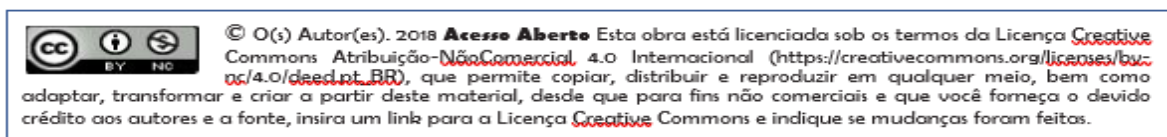
Palavras-chave: Antonio Gramsci; marxismo; tradutibilidade

Abstract: In the diversity that makes up the Marxist tradition - whose point of connection seems to reside in the totalizing perspective of understanding social life and history as a human construct traversed by antagonisms and concrete possibilities for transformation - Antonio Gramsci's thought seems to attest to the present and to link, in the purification of these rough times, brutally unequal and demanding of lucidity, firmness and theoretical and political organicity. Many scholars, young and more experienced, in Brazil and in the world, dedicate themselves to understand the thought and the life of this author and, from these incursions, contesting as traps of dogmatism and revisionism, unveil the present, in its dynamism and historical procedurality. Therefore, it is necessary to establish these reflections as the medullary nucleus - but not exclusive - the grammatic work; Gramsci's time. This text - of a propaedeutic nature to the study of the grammatic work - is an effort to synthesize the apprehension of the potentialities and harshness that characterize the dialogues that we have built - as a society and profession - with the Sardinian communist, which seem to preserve as a thread of unity, vital and necessary connection that the work of this author has as the ones below, in the radical and persistent criticism of this terrible world.

Keywords: Antonio Gramsci; marxism; translatability

Recebido em: 28/02/2021

Aprovado em: 13/05/2021



* Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF/ Niterói).

Camarada Antonio Gramsci,

Te escrevo de um tempo sombrio, em que barbárie anda de mãos dadas com a estupidez, caucionando a morte e a indiferença como suas principais insígnias. A crise sanitária que há mais de um ano atravessa vários países do mundo – contabilizando aproximadamente 120 milhões de pessoas infectadas no mundo pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2) e um crescimento vertiginoso de óbitos (2 milhões e 600 mil mortes) – associa-se ao recrudescimento da crise do capital e de um dos seus componentes essenciais, a desigualdade social. Evidenciando um ordenamento político-econômico marcado por uma assombrosa exponenciação do capitalismo financeiro nos moldes ultraliberal, a pandemia amplificou o metabolismo antissocial do capital (ANTUNES, 2020) e, por conseguinte, o seu potencial destrutivo. “Nestes tempos de crise estrutural e destruição, a melhor imagem dessa formação societal é de uma totalidade completamente deformada” (ANTUNES, 2020: 12). As condições de vida e trabalho alteraram-se brutalmente nos últimos meses e as manifestações da questão social receberam novos contornos, aprofundando as velhas estruturas que a sustentam. À fome, pobreza, desemprego, informalidade e adoecimento associa-se o esgotamento dos sistemas de saúde no mundo, o distanciamento social, o adoecimento físico e psíquico, o aumento da violência doméstica, a inserção do *home office* em todas as esferas produtivas, um processo de precarização da vida dos trabalhadores que tem como protótipo maior a “uberização”¹. O crescente trabalho intermitente e as relações de trabalho individualizada e invisibilizada travestem-se “de prestação de serviços e obliteram as relações de assalariamento e exploração do trabalho” (ANTUNES, 2020: 20), de forma que a uberização, atravessa vários segmentos dos trabalhadores, dentre eles o trabalho docente (cuja face mais premente dessa precarização é o ensino à distância e, nos contornos mais atuais, o ensino remoto emergencial). Na formação dos intelectuais e da cultura, a hegemonia do grande capital parece produzir uma regressividade ideopolítica na realização da política e de outras formas de consciência crítica.

No Brasil, as faces da pandemia são muito mais perversas. Além do extermínio da juventude negra, das mulheres, dos militantes, dos mais pobres, a morte se instaura explicitamente como uma estratégia de poder. Morre-se de fome, de desespero, de desamparo. Os ratos que invadiram a peste de Orã, narrada por Camus, adquirem forma humana e visibilidade no poder e sentem um certo gozo em continuar matando por asfixia. Diferentes da

¹ “Uberização do trabalho, distintos modos de ser da informalidade, precarização ilimitada, desemprego estrutural exacerbado, trabalhos intermitentes em proliferação, acidentes, assédios, mortes e suicídios: eis o mundo do trabalho que se expande e se desenvolve na era informacional, das plataformas digitais e dos aplicativos” (ANTUNES, 2020: 09).

tua narrativa², os ratos aqui não ascendem à montanha para convencê-la a produzir insumos para a humanidade; ao contrário, desprezam com escárnio a vida, de forma que falta oxigênio na natureza; falta oxigênio nos hospitais; falta oxigênio nas relações sociais. A asfixia, cuja sensação mínima conhecias bem através das crises respiratórias, é uma estratégia genocida e naturalizada. As configurações de uma burguesia amorfa, que odeia os pobres e alimenta-se historicamente do autoritarismo, encontra nos ecos antidemocráticos do neoliberalismo o terreno de expansão de seus tentáculos de extinção de direitos e recrudescimento da intolerância e da barbárie. A ousadia dos que tentam compreender sua morfologia, suas complexidades e potencialidades reclama uma certa apreensão dos traços de continuidade e de ruptura que sincroniza o presente, bem como exige o afastamento de uma espécie de “romantização” do passado – em que o saudosismo ou o presenteísmo fratura a consciência histórica, à medida que nem sempre nos permite compreender os sentidos que o passado atribui a “uma continuidade coletiva de experiência” (HOBSBAWM, 2013: 38) – que nos possibilite identificar que nos sentidos deste suporta-se e comporta-se o futuro. Nessa tarefa, a sua obra é atual e indispensável. Sua atualidade se atesta à medida em que a história em ato, a política, se coloca como condição para se “chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período” (estrutura e superestrutura), como afirmas no Q13.

Há algum tempo desejamos enviar-te notícias, mas só recentemente criamos condições para escrever-te. Há aproximadamente meio século, convivemos contigo. Nesse período, teus escritos, elaborações teóricas, tua trajetória singular vêm se tornando de conhecimento público e, por conseguinte, apresentados sob diversos matizes. És presente nas maduras ou propedêuticas reflexões construídas por pesquisadores, educadores e militantes nos vários espaços de possíveis elaborações teórico-políticas: os partidos, os movimentos sociais, os sindicatos, a universidade, as categorias profissionais. A propósito, como não nos conhecemos, é necessário e conveniente que circunscrevamos algumas particularidades nossas: somos latino-americanos. Habitamos as terras brasileiras. Carregamos em nossas veias – ainda abertas³ – o sangue, as tradições⁴ e as lutas dos povos originários, da floresta, dos indígenas do Peru, da Bolívia, do México, da Nicarágua, dos mapuches argentinos e chilenos e, principalmente, dos Guaranis, Tabajaras e Kaiowás brasileiros; em nossos corpos ainda encontram-se fíncadas as

² Em 1931, Gramsci escreve em uma carta a Giulia, uma história sobre a sua cidadezinha e solicita que esta seja narrada a Délio, seu filho. Esta história ganhou ilustração e foi recentemente publicada pela Editora Boitempo, com o título *o Rato e a Montanha*.

³ Alusão ao livro *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano (1979).

⁴ As tradições vinculam-se, aqui, à compreensão da cultura em sentido amplo, isto é, “como concepção do mundo”; a linguagem, a produção literária, artística; a forma de viver de um povo (Q16 e 26).

marcas dos chicotes que açoitaram os negros anos a fio e, da nossa garganta, ecoam os gritos dos “de baixo”: das mulheres que historicamente são submetidas às mais aviltantes formas de violações e violências; das crianças que morrem de fome; dos jovens que tem o presente exterminado; dos que rompem as fronteiras geográficas fugindo da fome, da violência e da falta de esperança; daqueles que não são livres para lutar e amar; dos que desafiam o poder e a vida, com seus corpos, corações e mentes. Como canta Neruda, “Somos povo, povo inumerável. [Temos] em nossa voz a força pura para atravessar o silêncio e germinar nas trevas”. Vimos atravessando a noite escura, com as dores da opressão e a força dos oprimidos. Nesta, as nervuras das mãos entrelaçam-se, humanizam-se.

Algumas peculiaridades do teu *Mezzogiorno* (salvaguardada as diferenças abissais da formação social dos continentes e países) se fazem presentes entre nós. Deste lado dos trópicos, *a questão nacional*⁵ vem atravessada por uma modernização que conservou as “pesadas heranças do escravismo, autoritarismo e clientelismo” (IANNI, 2004: 33), desembocando na questão do campo, do nordeste, na escravidão, na pobreza extrema, na débil burguesia brasileira (em relação aos centros do poder capitalista⁶) e em suas vias não clássicas de ascensão ao poder, na fragilidade democrática produzida pelo alijamento dos trabalhadores nos processos decisórios do país, na presença da Igreja Católica como organizadora de um conformismo conservador (nas mais variadas vezes, reacionário) e no recrudescimento, em forma e conteúdo, da questão social. Aqui, a luta de classes se faz mediante altos processos de reforma, coerções, perseguições das organizações dos trabalhadores e a “concessão” de direitos que se organizam como produtores de consensos, retirando dos trabalhadores, por vezes, uma capacidade político-organizativa que nem sempre consegue responder com a mesma ferocidade às ofensivas do capital, mas sempre andou de mãos dadas com a luta pela liberdade. Nas encruzilhadas da história, Dandara, Zumbi, Marighella, Chico Mendes, Marielle, Margarida, Apolônio e muitos tantos outros lutaram – assim como ti – com corações, corpos e mentes pelo

⁵ Num ensaio provocativo, Pereira evoca a questão meridional, problematizada por Gramsci nos escritos juvenis e atribuída como título de um ensaio incompleto, de 1926, para analisar a obra de Celso Furtado, especificamente o debate sobre o Nordeste brasileiro. Diz Pereira (2009, p.60): “Furtado faz uma leitura similar à que Gramsci fizera cerca de três décadas atrás. Todavia, os dois autores tiram conclusões distintas do mesmo diagnóstico. O primeiro conclui que a revolução ‘marxista leninista’ é inviável; o segundo repensa a forma da revolução. Na base do argumento de Furtado há duas premissas: a) o regime de Stálin é o resultado da materialização do projeto marxista: progresso econômico ao custo da liberdade e b) o marxismo era incapaz de dar respostas democráticas à problemática social das sociedades ocidentais complexas. São duas simplificações. A primeira parece comum a um texto *engajado*, produto e parte constituinte de um tempo de forte agitação política como o Brasil no pré-64. A segunda seria facilmente evitada com uma leitura dos escritos do pensador italiano. Parece que Furtado nunca esteve tão perto de Gramsci quanto no exame dessa questão e ao mesmo tempo bem distante quanto às conclusões que dela extrai”.

⁶ Cf. Fernandes (2009).

direito de sermos livre! Milhares de pessoas em nosso continente escarnam e atualizam cotidianamente o mito de *Antígona*, clamando: *Onde estão os nossos mortos? Sob quais condições foram exterminados?* São vítimas da violência oficial do capital formalizada por um Estado que extermina os que sequer tem o *direito ao delírio*, para aludirmos uma vez mais a Galeano – pobres, negros, jovens, crianças, militantes políticos. Como vês, Camarada Gramsci, este mundo permanece crescentemente *grande e terrível*⁷. E, a tua obra, muito nos ajuda a decifrá-lo e enfrentá-lo.

Muito vem sendo dito sobre ti e teus escritos, os quais sempre parecem nos dar respostas e contribuir para formulação de outras tantas perguntas sobre a história, o contemporâneo⁸. Graças ao esforço, a dedicação e a qualificada intervenção teórico-política dos teus companheiros de partido, amigos e familiares, tua obra vem sendo preservada na Itália e no mundo. Certamente, esta preservação não se dá sem tensões e equívocos⁹. Portanto, intencionando organizar, publicizar e sistematizar teus documentos, dois grandes projetos/instituições de fôlego foram construídos: a *Fondazione Gramsci*¹⁰, em 1950, e a *International Gramsci Society*¹¹ (IGS), em 1989. Ambas possuem ramificações, criadas por pesquisadores, nas diversas partes do mundo e tem como função precípua afirmar a vitalidade do teu pensamento neste mundo perverso, desigual e contraditório. Alguns dados parecem

⁷ Carta à Tatiana, de 12 de março de 1927 (GRAMSCI, 2005: 125).

⁸ Nessa esteira, é significativo o número de estudos que tentam *traduzir* conceitos chaves da obra gramsciana para a análise dos determinantes históricos da formação social brasileira e latino-americana. Estado, sociedade civil, cultura, intelectuais, hegemonia ganham relevo na agenda dos pesquisadores. Expressa na polêmica síntese de “ditadura sem hegemonia”, a revolução passiva é tomada como chave analítica para entender as particularidades assinaladas.

⁹ Para compreender as tensões e disputas que se processaram entre o Partido Comunista Italiano (tendo como expoente Togliatti), as lideranças da União Soviética e a família de Gramsci, sugerimos ler a preciosa apresentação de Coutinho (1999) à edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere* e a apresentação de Gerratana (1978) à edição italiana.

¹⁰ Eis o texto de apresentação do *site* da Fondazione Gramsci: “Em 1950, foi constituída em Roma a Fundação Antonio Gramsci (denominada, em 1954, de Instituto Gramsci), com o propósito de organizar a obra, os documentos do pensador italiano Antonio Gramsci e impulsionar a pesquisa sobre a história do movimento operário na Itália e no mundo. O núcleo original do patrimônio foi constituído, em particular, de livros e revistas que pertenciam a Gramsci aos quais foram acrescidos, no início dos anos sessenta – momento da constituição do arquivo – os manuscritos originais dos *Quaderni del carcere* [Cadernos do Cárcere] e das *Lettere* [Cartas]. Em 1982, nasce a Fondazione Instituto Gramsci que herda e cuida do patrimônio documental e bibliotecário do Instituto. E, desde 1994, a Fondazione conserva, também, o acervo histórico do Partido Comunista Italiano (PCI), preservando a documentação desde o ano de sua fundação (1921) até o ano de sua extinção (1991). Em maio de 2016, a Fundação recebeu uma nova denominação: Fondazione Gramsci Onlus” <https://www.fondazionegramsci.org/fondazione/storia/> [livre tradução].

¹¹ A Sociedade Internacional Gramsci (IGS) foi fundada em outubro de 1989, na Conferência Internacional *Gramsci nel mondo*, realizada em Formia, Itália. O objetivo da IGS é facilitar a comunicação e a troca de informações entre o grande número de pessoas que estão interessadas, em todo o mundo, na vida e obra de Antonio Gramsci, como também na atualidade de seu pensamento para a cultura contemporânea. (Ver: http://www.internationalgramscisociety.org/about_igs/index.html). No Brasil, a IGS foi criada em maio de 2015, num seminário realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). <http://igsbrasil.org/carta-de-criacao-igs-brasil/> e vem se apresentando como um catalisador de vontades coletivas, à medida que propicia espaços de formação e de difusão da obra de Gramsci e de sua vitalidade histórico-analítica.

atestar a atualidade das tuas ideias: segundo a *Bibliografia Gramsciana* (1922-1988)¹², catalogada e sistematizada sob a curadoria de Francesco Giasi e Maria Luisa Righi e em colaboração com a *Internacional Gramsci Society*, és o autor com a maior bibliografia já catalogada, comportando mais de vinte mil documentos traduzidos em quarenta e um idiomas. Provocada por essa internacionalização, em 2007, a pesquisa *Estudos Gramscianos no mundo*¹³, realizada e publicada pela *Fondazione Gramsci* em colaboração com a editora Il Molino, publica e traduz para o italiano “em volumes antológicos, ensaios retirados da extensa bibliografia internacional” dedicada a ti nas várias partes do mundo. Com relação aos nossos dados, o *Mapa bibliográfico de Gramsci no Brasil* apresenta, “em agosto de 2016, um total de 1.214 (uma mil duzentas e quatorze) obras, compreendendo 706 (setecentos e seis) livros, capítulos de livros e artigos científicos publicados, e 508 (quinhentas e oito) teses e dissertações defendidas” (DEL ROIO; GOMES; LOLE, 2017: 25), destacadamente produzidas nas áreas de educação, saúde e Serviço Social (tendo esta última uma apropriação peculiar da tua obra, demarcada prioritariamente, mas de forma não exclusiva, pelas elaborações teórico-políticas resultantes de uma possível tradutibilidade).

Os teus escritos juvenis (circunscritos nos artigos para a imprensa operária, nas reflexões partidárias e nas correspondências com amigos, companheiros e familiares) te contrariaram e *não morreram ao final do dia*. A tuas *Cartas do cárcere*¹⁴, aliás, ganharam um importante prêmio de literatura, ainda nos anos 1940. E, sabe aquela experiência revolucionária de ensino, em Ustica? Foi enredo de um filme, que tem como título *Gramsci 44*¹⁵. Apesar de algumas – e

¹² Ver <https://www.fondazionegramsci.org/presentazione-studi-gramsciani/>

¹³ “A produção científica estrangeira não é fácil de acessar para não especialistas, pois é publicada principalmente em periódicos dedicados aos mais diversos campos disciplinares: história; filosofia; economia política; relações internacionais; estudo de literatura, cinema ou de cultura em geral; teoria política; lei; pedagogia; psicologia; antropologia; lingüística; medicina; teoria e organização da informação. As contribuições vêm principalmente das Américas e da Europa, mas as contribuições de outras áreas do mundo, como Índia, Japão, mundo islâmico e China, também são muito substanciais. Nos últimos anos, testemunhamos o florescimento de uma literatura gramsciana também em países emergentes, como Indonésia, Coreia do Sul ou África do Sul” [livre tradução].

¹⁴ As *Cartas* de Gramsci foram publicadas na Itália em 1947, antes da publicação dos *Cadernos*, os quais só viriam a ser publicados nos anos posteriores, 1948-1951, e ganharam o prêmio Viareggio. Cf. Prefácio às *Cartas* da edição brasileira (GRAMSCI, 2005: 13).

¹⁵ Lançado em 2017, o *docudrama Gramsci 44*, dirigido por Emiliano Barbucci, retrata os 44 dias em que Gramsci esteve preso na Ilha de Ustica. Lá, junto com outros trinta prisioneiros políticos criaram uma escola aberta para a comunidade, com cursos básicos de cultura geral. Bordiga dirigia a parte científica e, Gramsci, a parte histórico-literária. Numa carta enviada à Sraffa aos 21 de dezembro de 1926, Gramsci relata a experiência na expectativa de que ela os ajude a “passar o tempo, sem nos embrutecermos e sendo úteis para os outros amigos”. Nos depoimentos do filme, Gramsci é lembrado por sua generosidade, inteligência e acolhida para com a população e os presos comuns. Um dos episódios bizarros relatados nas *Cartas* à Tatiana, com algum humor, é também registrado no filme. Trata-se da prisão de um porco, que andava solto na vila e havia sido aprisionado por infringir a lei. No filme, esta história é lembrada e se expande ao tomarmos conhecimento de que não só o porco fora preso, mas, também, sua dona, que teve como testemunha da prisão, seu filho criança. E é essa criança, hoje com as marcas de uma longa vida, quem recorda o episódio e o abraço que Gramsci lhe deu naquela ocasião, o qual reverbera em

esperadas – críticas estéticas que recebeu, a película é uma homenagem valiosa a ti e aos teus companheiros e, certamente, ficarias emocionado com os testemunhos dos que participaram desse processo e ainda vivem naquelas paragens. Como registra a sinopse italiana do filme, “Ustica, remota e negligenciada, ainda espera pacientemente no porto, que o barco do continente chegue”. Aqueles que puderam experienciar aquela escola jamais esqueceram-na; assim como não esquecemos, também, do inacabado ensaio sobre a *Questão Meridional*, o qual tornou-se objeto de grandes debates e reflexões, principalmente para pensar a questão da hegemonia. Quanto aos *Quaderni*, estes tiveram uma vida atribulada (BIANCHI, 2008: 297)¹⁶, mas à medida em que são desvelados teórico-politicamente são, também, palco de grandes e necessárias divergências analítico-interpretativas. Logo após a tua morte, uma mobilização enorme foi realizada na tentativa de preservá-los e publicá-los. Coube a Togliatti a primeira edição dos teus escritos, nos anos 1940, a qual denominou de edição temática¹⁷. Em 1975, Valentino Gerratana organizou uma nova edição dos *Quaderni*, denominada de edição crítica, em que apresenta um cuidado filológico na edição, enumerando e datando os cadernos e parágrafos e classificando teus textos em A, B e C¹⁸.

Na Itália, toda a tua obra vem recebendo um monumental projeto editorial nos últimos anos, denominado *Edizione Nazionale delle opere di Antonio Gramsci*¹⁹. Esta edição objetiva preencher as lacunas e controvérsias dos escritos juvenis, das *Cartas* e dos *Cadernos*. Adensam-se, por sua vez, as possibilidades para os *estudos filológicos e hermenêuticos* (LIGUORI;

suas memórias até hoje. Assim eram (são) os fascistas: bestiais e bárbaros; assim é Gramsci: generoso e humano.

¹⁶ Salvos das prisões de Mussolini, os *Quaderni* foram conduzidos para uma segunda prisão. “A operação de edições dos escritos gramscianos no imediato pós-guerra e a combinação teórica e política de seu autor pelas lideranças do PCI tiveram um efeito duradouro” (BIANCHI, 2008: 297). Para um maior debate sobre os *Cadernos*, sua difusão e edições, sugerimos ver, também, Baratta (2004), Badaloni (1991), Coutinho e Teixeira (2011).

¹⁷ Togliatti agrupou os escritos carcerários por temas, a partir dos seguintes títulos: *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce; Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura; Il Risorgimento; Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo Stato moderno; Letteratura e vita nazionale e Passato e presente*. Conforme Coutinho (1998, p.32), no Brasil “a radicalização da ditadura militar em dezembro de 1968 impediu o prosseguimento do projeto originário, que previa ainda a publicação de *Il Risorgimento* e de *Passato e presente*”.

¹⁸ Os textos denominados por Valentino Gerratana de *A* são aqueles de primeira redação, os quais foram transcritos ou reescritos por Gramsci posteriormente, configurando os denominados textos *C*, os textos que compõem os *Cadernos Especiais*. Todos os textos *B*, de redação única, estão na nova edição dos *Cadernos*, cumprindo uma lacuna da edição temática, que os suprime (COUTINHO, 1998).

¹⁹ “I manoscritti carcerari di Gramsci sono stati pubblicati prima in modo parziale e tematico da Felice Platone e poi da Valentino Gerratana, in ordine cronologico e in forma completa, a parte l'esclusione delle traduzioni svolte da Gramsci tra il 1929 e il 1932. A partire da *L'officina gramsciana*, Gianni Francioni ha proseguito e corretto il *restauro filologico* intrapreso da Gerratana, giungendo a formulare i criteri in base ai quali è stata avviata, nell'ambito dell'Edizione nazionale degli scritti di Gramsci, una nuova pubblicazione dei *Quaderni del carcere*”. (<https://journals.openedition.org/laboratoireitalien/1049>). Já foram publicados dois volumes do *Epistolário* (*Cartas* de 1906 a 1922 e *Cartas* de 1923), um volume dos escritos pré-carcerários dedicado à Revolução Russa e à ambiência da III Internacional e quatro *Quaderni di Traduzione*, sob a responsabilidade de Giuseppe Cospito. Soma-se a este montante, o *Dizionario Gramsciano* (1926-1937), organizado por Liguori e Voza, em 1996, e publicado no Brasil em 2017.

VOZA, 2017: 35) sobre a tua obra, o que certamente nos dará a possibilidade de “recompor a ordem cronológica da escrita, preservando a unidade de cada Caderno e rearranjando os blocos de parágrafos no interior destes” (BIANCHI, 2019: 11).

Esse universo de substanciosas palavras conserva, ainda, alguns “silêncios” entre nós, os quais estão atrelados à difusão/editoração de tua obra. Ainda não a conhecemos em toda extensão e intensidade. Os cadernos de tradução – que produziste no cárcere para “destravar as mãos”²⁰ – ainda não estão disponíveis em sua totalidade ao leitor brasileiro, bem como os volumes já publicados da Edição Nacional. No Brasil, a recepção de tuas “ideias foi uma possibilidade”²¹ que se desenvolveu com inteireza a partir das décadas de 1960 e 1970. Curiosamente, “aquele, que se transformaria, a partir dos anos setenta, em um dos autores estrangeiros mais lidos e discutidos no Brasil – não somente pelos marxistas –, era, até o final dos anos cinquenta, um quase desconhecido entre nós” (COUTINHO, 2009: 37). As primeiras referências a ti foram feitas topicamente em artigos de jornais e livros, entre as décadas de 1920 a 1950, nos quais, trotskistas, imigrantes italianos, antifascistas debatiam sobre a conjuntura internacional, o fascismo, o Partido Comunista Italiano (PCI), a luta pela liberdade dos presos políticos da Itália, a Internacional, etc. Conhecíamos tímidos dados acerca de tua trajetória, das condições de preso político, do vínculo com Croce, das agruras do cárcere, de tua posição de *homem do partido* (tão difundida entre nós a partir dos anos 1940) e, das tuas fragilidades físicas. Te tomávamos, por um “homem franzino e infeliz [...] que resistiu tanto nas cadeias de Mussolini, verdadeiro túmulo dos vivos”²² e só a partir dos anos 1960²³ pudemos conhecer as

²⁰ Cf. *Carta à Tatiana*, de 9 de fevereiro de 1929. Após um longo tempo sem poder escrever e tendo sua correspondência reduzida a uma carta por semana, Gramsci consegue receber autorização para escrever, bem como cadernos e caneta.

²¹ Secco (2002) afirma que esta possibilidade se instaura pela emergência de centros políticos e intelectuais que difundiam o pensamento de Gramsci, embora a descoberta do Gramsci intelectual só se realize no Brasil nos anos 1960. Quanto à participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o autor destaca que a ausência do partido na difusão das ideias gramscianas justifica-se, em grande medida, pelo alinhamento deste à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Sobre a recepção de Gramsci no Brasil consultar Simionatto (1995), Secco (2002), Coutinho (2009).

²² Cf. o artigo de G. Rosini publicado pelo *O Homem Livre*, que foi o primeiro sobre Gramsci no Brasil e referia-se “ao martírio do condenado à morte lenta e implacável” (SECCO, 2002: 15).

²³ Coutinho (2009) elenca dois ciclos no processo de recepção das obras de Gramsci no Brasil. O *primeiro*, localiza-se nos anos 1960, mediante a ruptura com os manuais soviéticos no PCB e a “[...] ambígua – e, a longo prazo, insustentável – coexistência entre ‘marxismo ocidental’ na cultura e ‘marxismo-leninismo’ na política” (COUTINHO, 2009: 38). O *segundo ciclo* localiza-se a partir da segunda metade dos anos 1970, ultrapassando as fronteiras do PCB e inserindo-se nas universidades e nas lutas dos trabalhadores por democracia e contra o arbítrio. Assim: “Esta difusão, como veremos, superou a linha estreitamente política, manifestando-se, também, no pensamento social em geral, sobretudo, dentro das universidades. Mas, também como proposta declaradamente política, o ‘gramsciano’ brasileiro prosseguiu a sua marcha: começou a expandir-se em diversos setores da esquerda, a qual, talvez pela primeira vez no Brasil, se tornava, finalmente, majoritariamente constituída – pelo menos, desde a fundação do Partido dos Trabalhadores, o PT, em 1980 – por personalidades, partidos e movimentos sociais situados fora do PCB” (COUTINHO, 2009: 40).

filigranas de tua história, escritos, memórias. Talvez tenhamos tido, ao nos aproximarmos mais de ti, a mesma reação do amigo de Único²⁴ e, assim, ficado como “Mário sobre a ruínas de Cartago” meditando sobre as ilusões perdidas (o que certamente te arrancaria algum riso). Ou talvez esse espanto não tenha se consolidado, se recordarmos que já nos primeiros artigos sobre a tua vida publicados no Brasil, como o de Otto Maria Carpeaux, em 1966, te tomam como indispensável aos que “apreciam a heresia, *the right to dissent*, em suma: a liberdade”. Como vês, Antonio, compreendemos, desde quando possível, que a liberdade é a tua substância! E esse vínculo orgânico entre vocês te tornou infinitamente maior do que o cárcere.

Como afirma Aricó (1988: 45), “todos somos, em certo sentido, tributários do seu pensamento, ainda que alguns não o sejam ou não estejam dispostos a reconhecê-lo”. Em um continente com determinantes históricos, econômicos e político-culturais diversos te tornaste rapidamente um de nós, a ponto de muitas vezes esquecermos tuas raízes meridionais – pois sabes bem que quase sempre a intimidade produz excessos, negligências e imprecisões. Na resistência ao autoritarismo, aos golpes de Estado, bem como na luta pela democracia e no entendimento desta, tu foste/és indispensável! No debate sobre Estado (e, por conseguinte, das imbricações entre sociedade política e sociedade civil); na compreensão das *vias não clássicas* de poder da burguesia; no debate sobre o revisionismo, o idealismo e o reformismo; na luta contra o capital; nos vínculos entre democracia e socialismo e, sobretudo, na apropriação dos fundamentos da *filosofia da práxis*, o teu pensamento é referenciado. “E se há razões para pensar que as incertezas nas quais se debatem as correntes de esquerda colocam em questão a atualidade de tais formulações” (ARICÓ, 1988: 175), impossível é conceber que as construções de novas respostas às perguntas estruturais desta sociedade “possam encontrar-se mais aquém e não mais além do seu pensamento” (ARICÓ, 1988: 175).

Isso não significa dizer que reproduzimos uma espécie de sacralização das tuas ideias a ponto de aprisionar-te mais uma vez (estratégia da qual discordarias frontalmente). Significa “tomá-lo como fonte de problematização. Não se trata de reificar sua teoria, de dar a ela o estatuto de verdade. Pelo contrário. [...] atualizar historicamente essa teoria é evitar sua declamação” (DIAS, 1996: 112). Nesta perspectiva, destacamos a importância, no final dos

²⁴ Numa *Carta à Tatiana*, de 19 de fevereiro de 1927, Gramsci (2005: 118) escreve: “Não sou conhecido fora de círculo bastante restrito; por isso meu nome é estropiado de todos os modos mais inverossímeis: Gramasci, Granusci, Grámisci, Granisci, Gramásci e até Garamáscon, com todos os matizes mais bizarros.” Relata ainda que encontrou um grupo de operários turinenses, do qual, Único, “um formidável tipo de anarquista ultraindividualista”, por sua vez, apresenta Gramsci a um amigo, preso político e comum, e, este, pergunta: “– Gramsci, Antonio? – Sim, Antonio, respondi. – Não pode ser, replicou, porque Antonio deve ser um gigante e não um homem tão pequeno”.

anos 1990, da nova edição dos *Cadernos do cárcere* publicada pela Civilização Brasileira, sob a coordenação do Prof. Carlos Nelson Coutinho, na qual alarga as possibilidades de conhecer, problematizar e atualizar historicamente tua obra. Nesta publicização dos *Cadernos*, fez-se a opção por uma edição “temático-crítica”²⁵ (COUTINHO; TEIXEIRA, 2011) na qual conserva os *Cadernos Especiais* da edição de Gerratana, mantém os mesmos critérios de numeração das notas “miscelâneas” e, após cada “caderno especial”, as agrupa de acordo com as temáticas priorizadas por estes. Essa nova publicização dos *Cadernos* em língua portuguesa assinala um indiscutível avanço na apropriação do teu pensamento. No entanto, é importante destacar que “a supressão dos textos A torna a publicação dos textos originais incompleta, bem como os limites de seu aparelho crítico, muito além daquele elaborado por Gerratana” (BIANCHI, 2008: 46)²⁶.

O fato é que nos últimos anos é possível perceber “um sensível aumento das investigações nas quais seu pensamento é o próprio objeto da pesquisa”²⁷ (BIANCHI, 2008: 17). Para essa empreitada, reivindica-se a filologia ou, como vem se denominando, uma “virada filológica” marcada por um cuidado analítico que permite “a leitura atenta e em sua integralidade, não de maneira seletiva e oportunista”, como afirma Buttigieg (2017: 25)²⁸. A recomposição do “ritmo do pensamento” possibilita um apuramento maior da “história interna dos *Cadernos*” e instaura necessárias e fecundas reflexões capazes de qualificar cada vez mais a disputa com as interpretações de tendências liberais, cristãs e social-democratas, que muito te afastam da *filosofia da práxis*. Nesse processo, alguns conceitos são redefinidos, interpretações

²⁵ A nova edição brasileira da obra de Gramsci no Brasil, nos anos 1990-2000, comporta seis volumes dos *Cadernos do cárcere*, dois volumes dos *Escritos Políticos (1919-1926)* e dois volumes das *Cartas do Cárcere*, sob a responsabilidade de Carlos Nelson Coutinho, principal organizador deste grande projeto editorial, com a contribuição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Afirma Coutinho (1999: 16): “Todos os seis volumes previstos terão como eixos os “cadernos especiais”, aqueles nos quais Gramsci retomou e reescreveu seus apontamentos iniciais, agrupando-os segundo temas mais ou menos orgânicos. Todos esses “cadernos especiais” serão assim reproduzidos tal como se encontram na edição Gerratana, que reproduz os próprios manuscritos gramscianos. Após cada “caderno especial”, o leitor brasileiro encontrará sempre uma parte intitulada ‘Dos cadernos miscelâneos’ (que são aqueles onde Gramsci reuniu fragmentariamente apontamentos sobre temas variados), na qual estarão contidas as notas ‘miscelâneas’ relacionadas com o tema do ‘caderno especial’ em questão. Essas notas ‘miscelâneas’, de resto, serão dispostas em ordem cronológica, com a indicação de sua proveniência nos respectivos cadernos. O local dessas partes ‘miscelâneas’ (com exceção do uso da ordem cronológica) não se afastará excessivamente daquele proposto na velha edição temática”.

²⁶ “Os méritos da presente edição são inegáveis. Os mais evidentes dizem respeito à publicação, pela primeira vez em português, de boa parte da produção carcerária, notadamente dos textos que compunham o *Quaderno 19* sobre o *Risorgimento* italiano (...) que permite compreender o conceito de hegemonia no pensamento gramsciano e os limites da capacidade de direção das classes dominantes” (BIANCHI, 2008: 44).

²⁷ Cf. Bianchi (2008); Francioni (1984); Frosini (2003), Liguori (1996), entre outros.

²⁸ Nas palavras do referido autor: “Quanto mais se estudam os escritos de Gramsci de perto – particularmente os escritos carcerários que, por muitas razões, incluindo sua forma única exigem cuidado filológico e hermenêutico – mais cedo se abandona o mau hábito de procurar nele uma fórmula pronta para interpretar ou explicar situações políticas e sócio-culturais imediatas” (BUTTIGIEG, 2019: 25).

são (des)absolutizadas e uma possível aristocracia dos teus intérpretes é tensionada na medida que a complexidade de tuas reflexões, o caráter fragmentário e inconcluso do teu texto e a universalidade que o mesmo comporta, exigem uma atmosfera radicalmente democrática e com clara direção teórica e política. O Gramsci comunista, militante, que muito nos ensina sobre a *filosofia da práxis* e nos provoca a alargar “as fronteiras do possível”, não pode ser negligenciado diante de qualquer rigorosidade filológica. Mais ainda: ousamos dizer que o uso da filologia como recurso aos estudos gramscianos só adquire validação se compreendermos que esta exige como fundamento a política²⁹; a sistematização da “história em ato”, a exposição do movimento da totalidade.

Nessa perspectiva, o estudo rigoroso dos teus escritos gravita em torno de duas frentes indissociáveis e desafiadoras: *a da tradutibilidade*³⁰ e *a da criticidade*. Ambas exigem acuidade analítica dos diversos determinantes históricos, políticos e culturais que atravessam a tua obra sob a compreensão de que nenhuma “tradutibilidade é perfeita” e que traduzir é “instituir uma perspectiva hegemônica” (FROSINI, 2017b). Portanto, uma pertinente questão faz-se necessária: que tempos são esses que te traduzem e reivindicam as tuas interpretações? Ainda é o tempo do capital. Como diz Drummond, “tempo de divisas e de gente cortada”. Mas, também, tempo de resistências; de recompor a história resistindo ao seu componente estrutural de violência e opressão. Muito se processou na história desde 1937. No *Breve século XX* (HOBSBAWM, 1995), aquele imperialismo clássico se sofisticou. A humanidade conviveu com as expressões mais aviltantes da barbárie (em que a história parecia estar ameaçada) e, não na mesma intensidade, testemunhou a (des)romantização das utopias. Uma Segunda Guerra Mundial – que dizimou 85 milhões de pessoas, 6 milhões de judeus –; uma Guerra Fria, que dividiu o mundo e colocou os mais pobres cada vez mais no alvo da luta amesquinhada da burguesia pela busca incessante de lucros; a URSS que, ao realizar a revolução proletária a gravitou, posteriormente, no fortalecimento da órbita do capital e da barbárie; as mudanças no desenvolvimento das forças produtivas que deixam os ricos cada vez mais ricos, com capacidade de controlar o mundo em seus satélites e robôs, em detrimento da miséria e precarização das condições de vida dos trabalhadores, nos dizem muito sobre o fortalecimento do imperialismo.

²⁹ "A 'experiência' do materialismo histórico é a própria história, o estudo dos fatos particulares, a 'filologia' [...] A 'filologia' é a expressão metodológica da importância dos fatos particulares entendidos como 'individualidades' definidas e precisas" (Gramsci apud LIGUORI; VOZA, 2017: 247).

³⁰ No Q11, § 12, Gramsci afirma: “uma grande cultura pode traduzir-se na língua de outra grande cultura, isto é, uma grande língua nacional historicamente rica e complexa pode traduzir qualquer outra grande cultura, ou seja, ser expressão mundial. Mas, com um dialeto não é possível fazer a mesma coisa”.

Como assinala Hobsbawm (1995: 27), “a destruição do passado é um dos fenômenos mais característicos do final do nosso século”. Há muito não se escreve cartas, há muito não se canta a Internacional e já faz alguns anos que o teu partido se dissolveu, dando lugar, não sem tensões, ao Partido Democrático de Esquerda. Uma nova forma de liberalismo foi encontrada, produzindo grandes transformações no processo de produção e nas relações sociais. O capitalismo assumiu feições financeirizadas, as quais exponenciam a capacidade do capital de acumular lucros, sustentada na processualidade de uma crise estrutural, cuja forma e conteúdo, atualizam a desigualdade e, nesse mesmo movimento, a necessidade do seu contraditório: a vitalidade do pensamento marxiano e da tradição marxista, em seus componentes da economia política, da totalidade e da perspectiva da revolução. A fábrica se complexifica, ganha contornos difusos e o “fenômeno americano” constitui-se como resposta à queda tendencial da taxa de lucro, atualizando as questões assinaladas por ti no Q22, *Americanismo e Fordismo*. Na esfera da cultura, a “imediatez da vida social planetariamente mercantilizada é proposta como a realidade – e, não por acaso, a distinção epistemológica clássica entre *aparência* e *essência* é desqualificada” (NETTO, 2012: 420 – grifo no original). No mundo dos intelectuais, o *lorianismo*³¹ ainda é uma peculiaridade proeminente, embora não devamos esquecer a grandiosidade teórica e política de muitos companheiros que pensam o mundo vinculados organicamente com a tua perspectiva de transformação – e se apresentam como referência de texto e de vida, nestas tortas reflexões. Os sons, as palavras, os traços e as formas acusam que, na arte, assim como na vida, “ficou chato ser moderno”. O efêmero, o molecular e o descontínuo, se convertem na “pedra de toque da nova ‘sensibilidade’: o *dado*, na sua singularidade empírica, desloca a totalidade e a universalidade, suspeitas de ‘totalitarismo’” (NETTO, 2012: 420 – grifo no original).

Do lado de cá, morremos aos montes, todos os dias e todas as horas, e a parca e inconsistente democracia que construímos parece explodir no penhasco do grande capital. A bestialidade do capital se reveste de uma política reacionária efetivada por uma direita ultraconservadora que, diante de sua formatação torpe, vem sendo denominada, no Brasil, de neofascista. Nestas terras viceja um governo que não tem nenhum pudor de matar em nome de quem quer que seja para confiscar o Estado a seu favor e reproduzir as históricas práticas de golpes. Tais estratégias parecem corroborar os teus escritos políticos, nos quais afirmas que o

³¹ “Todo período tem o seu *lorianismo* mais ou menos completo e perfeito, e cada país tem o seu”, afirma Gramsci no Q28 (p.263). Ao que parece, essa afirmação não só é atualíssima como preocupante do ponto de vista de sua concretude. As interpretações da obra de Gramsci também são afetadas pela perspectiva do *lorianismo*, tendo expressão, sobretudo, nas abordagens que o vinculam ao liberalismo, ao stalinismo, ao reformismo e até ao fascismo!

fascismo é a ilegalidade da violência capitalista, uma profunda decomposição civilizatória. Derrotá-lo exige a formação e o recrudescimento de uma *vontade coletiva* direcionada a uma ampla reforma intelectual e moral. Por isso, resistimos com arte, com humor, com conhecimento crítico e com o fortalecimento de partidos e movimentos que aglutinam homens e mulheres que, corajosamente, ocupam as ruas, as terras, os corações e as mentes na tarefa de transformar o mundo. Nesse conjunto, localiza-se o serviço social.

Enquanto uma profissão octogenária, o Serviço Social construiu em meio as contradições societárias que a atravessam, elaborações singulares e coletivas dos intelectuais e das entidades políticas da categoria profissional, com a perspectiva de apreender criticamente o mundo e as relações sociais. Na medida que nos incursionávamos no marxismo e na tua obra, construímos recursos teóricos e políticos para compreender o vínculo orgânico do Serviço Social com a história. Tal vínculo nos permite sustentar um projeto de profissão que tem como distintivo histórico a vinculação com as classes subalternas e a referencialidade da *filosofia da práxis*, de forma que *o projeto ético-político é a interpretação mais original que o Serviço Social realizou acerca da tua obra, imprimindo tradutibilidade ao conceito de hegemonia.* Certamente essa afirmação necessita de mediações que esse escrito não nos possibilitará realizar. O importante é demarcar que o projeto profissional representa o esforço de “traduzir” a *filosofia da práxis* político-praticamente na profissão, tendo como elemento caucionante a afirmação da história, em sua substancialidade humana e em seu movimento de afirmação e negação, circunscrita na organicidade da luta de classe e na temporalidade das últimas quatro décadas.

Essa referencialidade nos possibilitou, portanto, compreender o Serviço Social como um intérprete da hegemonia, um elaborador de uma consciência crítica e vontade coletiva, cuja competência política e teórica criou condições para formular uma interpretação político-prática desse conceito (validada pela articulação com as lutas dos trabalhadores). Isto é, o projeto ético-político. O solo histórico que fundamenta essa interpretação tem seu componente seminal nas construções profissionais, deslindadas a partir da década de 1980, as quais tinham como finalidade histórica romper o conservadorismo e o tradicionalismo profissional. A busca por uma redefinição profissional processada no Movimento de Reconceituação e no processo de renovação do Serviço Social colocou a vinculação com as lutas das classes subalternas como uma possibilidade à profissão, ao mesmo tempo que introduz a *filosofia da práxis* como referência para pensar a história, os seus antagonismos e seus movimentos nela. É com esse acúmulo e condições históricas que a profissão formula um conjunto de reflexões, ações e posicionamentos coletivos que a colocam como um dos fermentadores da crítica às relações

sociais e às forças sociais na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que se apresenta como um grande interlocutor das classes subalternas, dos movimentos erráticos e fragmentados que atravessam a sua história e formulação de consciência. A defesa de uma ‘história integral’, como assinala Gramsci, caucionada na “crítica da própria ideia de ‘desenvolvimento histórico’, porque a história é por ele assimilada à política, isto é, a uma série de dinâmicas que adquirem ‘necessidade’ somente na prática de sua própria afirmação e de seu prevalecer (nunca definitivo)” (FROSINI, 2013: 36).

O ético-político se opõe, nesse percurso, ao econômico-corporativo, num processo em que se coloca como sujeito político de seu tempo através da crítica radical aos antagonismos da sociedade burguesa e da conexão com as necessidades dos subalternos. Extrapolar a consciência individual e conectar-se às lutas que ultrapassam a pequena política, isto é, a “política dos corredores”, que deixam à sombra a potencialidade e necessidade histórica da política, é a realização do ético-político; realização esta que se revela como fundamental para as vinculações do Serviço Social com a hegemonia. Nas últimas décadas, o Serviço Social processou, em suas fronteiras, uma reforma intelectual e moral que tem como sustentação a conexão com as lutas sociais, a defesa da democracia e de valores emancipatórios e afirmação da crítica e da *filosofia da práxis* como referencial principal para a realização desta. Tal processamento ocorre num país cuja formação social é marcada por componentes históricos característicos das revoluções passivas, isto é, o alijamento da participação das massas e uma pré-história de nação que, como analisa Coutinho (2011: 35), “não residem na vida das tribos indígenas que habitavam o território brasileiro antes da chegada de Cabral: situam-se no contraditório processo de acumulação primitiva do capital, que tinha o seu centro dinâmico na Europa ocidental”.

O desenvolvimento do capital em sua plenitude requer fontes de dominação, controle de necessidades e de liberdade, bem como o desenvolvimento de um aparato científico e tecnológico necessários à sua reprodução econômica, política, social e ideológica que eleva o grave potencial destrutivo do capital, à medida que o monetarismo neoliberal assume a posição de orientador ideológico da sua reorganização. Um novo estágio do desenvolvimento do capitalismo anuncia uma nova racionalidade de acumulação e controle que se apresenta como irracional e perigosa, uma vez que, o que está ameaçado não é uma área, um país ou região do planeta, “mas o controle de sua totalidade por uma superpotência econômica e militar hegemônica, com todos os meios – incluindo os mais extremamente autoritários e violentos – à sua disposição” (MÉSZÁROS, 2011: 52). A defesa da violência, do terror e da barbárie se apresenta como expressão máxima do imperialismo hegemônico. O domínio faz-se sob o discurso de defesa da *democracia, dos direitos humanos, da igualdade, da participação social*

e autonomia da sociedade civil (MÉSZÁROS, 2004) associado à retórica de uma democracia que contempla apenas a escassa socialização da participação política e da garantia das liberdades necessárias ao fortalecimento da acumulação capitalista.

Tais contradições impactam nas formas de ser do Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, mediante as exigências de produtividade, da precarização das condições de trabalho (em seus salários, regimes de contratação, requisição de uma produtividade exacerbada, consequências provocadas pela lógica da financeirização das políticas sociais), no processo de formação profissional (mercantilização do ensino superior, ataque frontal aos cursos e professores que fomentam reflexão crítica, os cortes nas pesquisas, desqualificação da atividade científica e o recrudescimento da lógica do auto financiamento das universidades públicas) e na organização política da categoria (dela requisitando fôlego crítico, lucidez para analisar o presente e, ao depurar suas contradições, ser presença na história afirmando a vitalidade das referências teóricas e políticas que a profissão acumulou e que também atribuem substancialidade à hegemonia profissional. Substancialidade esta que se concentra na defesa de uma história integral, em que a política e a filosofia se condensam na história como percurso e fundamento das classes subalternas.

O grande descompasso entre a produção da riqueza e a sua apropriação altera cada vez mais e medularmente a luta de classes, exigindo dos trabalhadores de todo o mundo lucidez e unidade, na luta anticapitalista. Certa vez lembraste que o fascismo e o comunismo não são fenômenos tipicamente italianos; ao contrário, estão disseminados no mundo (obviamente, a problematização das condicionalidades contemporâneas que atravessam ambos – fascismo e comunismo – não será objeto desta carta, considerando as múltiplas complexidades desse debate). O aspecto nodal dessa afirmação reside em apontar que, se lutar por uma existência justa, igual, em que a desumanização não seja o catalisador das relações sociais é uma questão de sobrevivência histórica, esta luta não prescinde do teu pensamento.

Penso que a leitura desse escrito já tomou considerável tempo, de modo que aborrecer-te com minha escrita pífia, que empobrece memórias e fatos tão substanciosos da história, não se coloca nas intencionalidades mais remotas. No entanto, não poderia deixar de escrever-te depois da intimidade construída com a leitura das tuas *Cartas*. *Cartas* estas que, certamente, contarão com o meu regresso. Ali, um Gramsci absurdamente humano reside nas entranhas de cada palavra. Choramos diante do teu amor por Giulia e por tua mãe (que te tratavam como Nino); nos emocionamos profundamente com a saudade de Délio e Giuliano e a preocupação que tinhas com a forma pela qual serias lembrado por eles; sentíamos raiva quando brigavas com Tatiana e atribuía a ela incompreensões e exigências; emitíamos sorrisos curtos com as

narrativas do cultivo de plantas, do teu santo padroeiro e as histórias (em sua maioria não risíveis) que contavas para alegrar a Tatiana e a ti mesmo. Choramos mais uma vez com o teu esgotamento físico, a tua lúcida análise do cárcere: a rotina e impactos psíquicos, como a perda paulatina da capacidade de sorrir ou de ser paciente. Lembramos do testemunho de Graciliano Ramos (2008) – ao afirmar que no cárcere não é um brinquedo literário; é a vida às avessas –, bem como da dura análise de Primo Levi (1988: 153), de que “não é humana a experiência de quem viveu dias nos quais [enquanto homem] foi apenas uma coisa ante os olhos de outro homem”. E, indignadamente, nos emocionamos. Após a leitura do último adeus, apreendemos quão humano tu te fazes neste mundo intensamente *grande e terrível. Grazie Tantissimo!* Em nome de todos os que estão nas trincheiras das lutas anticapitalistas, de ontem e de hoje. Abraços intensos nos Camaradas Marx, Lenin, Trotsky, Mariátegui, Lukács, Hobsbawm, Engels, Marighella, Leandro Konder, Rosa, Flora, Alexandra, Neruda, Carlos Nelson Coutinho, Edmundo Dias, Octavio Ianni, Florestan, e tantos muitos de nós. Nas divergências que os unem no diverso, ninguém solta a mão de ninguém “na luta por uma terra sem amos”.

Referências

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Tese (Doutorado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.
- ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2016.
- ARICÓ, José. La cola del diablo: itinerário de Gramsci en América Latina. Buenos Aires: Punto Sur, 1988.
- BARATTA, GIORGIO. As rosas e os cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci. São Paulo: DP&A, 2004.
- BIANCHI, Alvaro. O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.
- _____. Arqueomarxismo: comentários sobre o pensamento socialista. São Paulo: Alameda, 2013.
- BRAZ, Marcelo.(Org.) Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- BUTTIGIEG, Joseph. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- COSPITO, Giuseppe. Sulla Categoria gramsciana di ‘subalterno’. In: BARATTA, Giorgio; LIGUORI, Guido (Orgs.). Gramsci da un secolo all’altro. Roma: Riuniti, 1999. p. 27-38.
- _____. Struttura e sovrastruttura nei “Quaderni” di Gramsci. *Crítica Marxista*, Roma, n.3-4, p.98-107, 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1981.
- _____. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____. Apresentação à edição brasileira. In: GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

- _____. A presença de Gramsci no Brasil. Em Pauta, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 22, p. 17-44, 2009.
- _____; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- DEL ROIO, Marcos. Gramsci contra o Ocidente. In: AGGIO, Alberto (Org.). Gramsci: a vitalidade de um pensamento. São Paulo: Editora da UNESP, 1998a. p. 103-118.
- _____. O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo. São Paulo: Ícone, 1998b.
- _____. Gramsci e a emancipação do subalterno. São Paulo: Editora da UNESP, 2018.
- _____. Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926). 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DIAS, Edmundo Fernandes. O outro Gramsci. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Xamã, 2000.
- D'ORSI, Angelo. Gramsci: una nuova biografia. Milão: Feltrinelli, 2018.
- FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Globo, 2009.
- FRANCIONI, Gianni. L'Officina Gramsciana: ipotesi sulla struttura dei "Quaderni del Carcere". Nápoles: Bibliopolis, 1984.
- FROSINI, Fabio; LIGUORI, Guido. Le Parole di Gramsci: per un lessico dei Quaderni del Carcere. Roma: Carocci, 2004.
- GALEANO, Eduardo. O Livro dos Abraços. São Paulo: L&PM, 1997.
- _____. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GERRATANA, Valentino. Apresentação à edição brasileira. In: GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. A questão meridional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. Cadernos do cárcere. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- _____. Quaderni del Carcere: Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2007.
- _____. Cadernos do cárcere. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- IANNI, Octavio. Imperialismo e cultura. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. A idéia de Brasil moderno. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). Dicionário Gramsciano. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MÉSZÁROS, István. Filosofia, Ideologia e Ciência Social. São Paulo: Boitempo, 1993.
- _____. O século XXI: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.
- NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. A questão regional no pensamento de Antonio Gramsci e Celso Furtado. Topoi Revista de História, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 10, n. 18, p. 48-66, jan./jun. 2009.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. Los usos de Gramsci, Introducción a Antonio Gramsci - Escritos Políticos (1917-1933). México: Cuadernos Pasado y Presente, 1977.
- SCHLESENER, Anita Helena. Gramsci, a Revolução Russa e as estratégias de construção da hegemonia. In: ARECO, Sabrina; BIANCHI, Alvaro; MUSSI, Daniela (Orgs.). Antonio Gramsci: filologia e política. Porto Alegre: Zouk, 2019. p. 165-176.

SECCO, Lincoln. Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas idéias. São Paulo: Cortez, 2002.

SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

THOMAS, Peter. The Gramscian Moment: Philosophy, Hegemony and Marxism. Leiden: Brill, 2009.

VACCA, Giuseppe. Vida e pensamento de Antonio Gramsci: 1926-1937. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. São Paulo: Cortez, 1993.

A atualidade de Gramsci no Brasil e a contribuição do pensamento Carlos Nelson Coutinho

Considerations on the question of politics in the thought of Antônio Gramsci

Cristina Simões Bezerra *

Resumo: O artigo relembra a trajetória e presta uma homenagem a Carlos Nelson Coutinho, um dos mais destacados tradutores difusores da obra de Gramsci no Brasil. Pondera a respeito da atualidade da obra gramsciana para pensar os problemas do presente, assim como evidencia a contribuição de Carlos Nelson para, a partir das elaborações do marxista italiano, interpretar e alterar as bases da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Antonio Gramsci; Carlos Nelson Coutinho; marxismo; Serviço Social

Abstract: The article redeems the trajectory and pays tribute to Carlos Nelson Coutinho, one of the most outstanding translators of Gramsci's work in Brazil. It ponders about the actuality of Gramscian work to think about the problems of the present, as well as evidences the contribution of Carlos Nelson to, from the elaborations of the Italian Marxist, interpret and change the bases of Brazilian society.

Keywords: Antonio Gramsci; Carlos Nelson Coutinho; Marxism; Social Work

Recebido em: 05/06/2021
Aprovado em: 07/06/2021



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Professora associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora voluntária da Escola Nacional Florestan Fernandes.

Introdução

Foi na metade dos anos 1990, no marco do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que tive a oportunidade de conhecer Carlos Nelson Coutinho, quando fui encaminhada para sua orientação. Eu, que já o conhecia como um dos grandes marxistas estudiosos da formação social brasileira, não pude sentir maior alegria. Desde então, com ele, sua coerência e sua enorme generosidade, aprendi que o que eu gostaria de estudar tinha um nome: era a perspectiva nacional-popular de uma cultura.

Aprendi também que um marxista italiano, que eu pouco conhecia pelos meus anos de graduação, chamado Antonio Gramsci, havia elaborado, em seus anos na prisão, importantes reflexões que se tornariam um norte para o tema que tanto me inquietava. Aprendi que a cultura é uma fonte inesgotável de conhecimento, sabedoria e que, através dela, podemos compreender a formação social de um país e os enfrentamentos que se constroem neste processo. Descobri, enfim, que sem um vínculo orgânico entre “intelectuais” e “povo”, não se transforma uma sociedade nem se possibilita a crítica necessária para a formação de um novo sujeito histórico. Enfim, com Carlos Nelson, nas experiências de orientação de mestrado e, posteriormente, no doutorado, contrai uma dívida intelectual que jamais poderei saldar.

O que apresentamos aqui não tem a pretensão de ser um profundo artigo sobre suas elaborações teóricas. Desde sua partida precoce, em 2012, muito já se produziu e se debateu sobre suas principais categorias de análise e suas profundas contribuições para a abordagem sobre a realidade brasileira. O texto que segue, neste número especial da Revista Libertas, em que a riqueza do pensamento gramsciano é abordada, é uma despretensiosa homenagem a este grande intelectual brasileiro e ao seu legado, sobretudo no que se refere à recepção de Gramsci em nosso país e a importância de suas categorias para a análise da formação social brasileira.

A formação intelectual de Carlos Nelson Coutinho e sua importância na recepção de Gramsci no Brasil

A configuração contemporânea da sociedade brasileira e a complexidade da sociabilidade burguesa nos dias atuais têm gerado, de forma incontestada, uma contínua procura pelo pensamento gramsciano como uma das possibilidades de compreensão das relações sociais em construção e da luta de classes no atual contexto. Neste universo, no que se refere à realidade brasileira, o nome de Carlos Nelson Coutinho surge como um de seus principais intérpretes a partir de categorias inspiradas em Gramsci ou mesmo orientadas por uma tradutibilidade à nossa formação social. Nosso objetivo, portanto, é realizar um breve resgate da importância de Carlos Nelson para a construção do que ele mesmo chamava de uma “imagem do Brasil” a

partir da orientação teórico-metodológica gramsciana.

Carlos Nelson Coutinho nasceu em 1943, na Bahia, onde se formou em Filosofia em 1964. Foi militante do movimento estudantil e, já em 1960, estava filiado ao Partido Comunista Brasileiro. Na metade desta década, foi para o Rio de Janeiro, onde se profissionalizou como tradutor. Carlos Nelson possui mais de 50 obras de tradução, que incluem autores como Lefebvre, Lukács, Sanchez Vasquez, Walter Benjamin, Agnes Heller e Gramsci, o qual foi um capítulo a parte de sua vida. A atual edição da obra de Gramsci no Brasil é considerada, por diversos especialistas, como a melhor edição em língua latina publicada fora da Itália. Foi membro ativo da IGS, organização internacional reconhecida pela contribuição no processo de atualização e debate do pensamento gramsciano. Como um dos principais intérpretes do legado gramsciano, Carlos Nelson participou de vários colóquios e eventos acadêmicos sobre Gramsci em países como Argentina, Itália, França e também Brasil. O hábito da leitura e do estudo, que alimentou desde a juventude, foi o que permitiu a ele a produtividade que apresentou e que tanto valorizamos.

Em 1976, por sua atuação política durante a ditadura militar, foi obrigado ao exílio, passando por países como Itália, Portugal e França. Em dezembro de 1978, volta ao Brasil e, em 1982, afasta-se do Partido Comunista (PCB). Na segunda metade da década de 80, filia-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), onde, nas áreas da cultura e das relações exteriores, teve o papel fundamental de fazer o contraponto e mostrar possíveis soluções para o partido e para o Brasil. Em 2005, durante o governo Lula, saiu do PT para ser um dos fundadores do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Como podemos perceber, fiel ao aprendizado acerca das principais categorias gramscianas, Carlos Nelson Coutinho vivenciou o partido político como o “moderno Príncipe”, o principal intelectual orgânico coletivo no conjunto de relações em uma sociedade, mesmo com tantos descaminhos políticos, como a brasileira.

Iniciou sua carreira universitária tardiamente, em 1980, primeiro na Faculdade Bennett, no Rio de Janeiro e depois como professor, na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde ingressou por concurso público de livre docência. Foi membro de vários conselhos editoriais e diretor da Editora da UFRJ. Aqui vale uma importante observação acerca da formação de Carlos Nelson: ao contrário de muitos intelectuais brasileiros, sua formação é primeiro política e militante, antes de ser acadêmica. Isso quer dizer que, ao ser incorporado à academia e ao trabalho docente, Carlos Nelson traz, para dentro deste espaço, a dinamicidade da vida social, ou seja, uma imensa carga de questões e embates a serem problematizados e re-produzidos, no âmbito da teoria, permitindo um salto qualitativo significativo na aproximação entre as ideias marxistas e a realidade brasileira.

Sua obra, de caráter absolutamente precoce, inicia-se em 1962/ 1963, com artigos científicos e com a publicação de seu primeiro livro em 1967, *Literatura e Humanismo*. Depois, de sua vasta obra, podemos destacar: *Estruturalismo e Miséria da Razão* (1972), *Cultura e Sociedade no Brasil* (1990), *A dualidade de poderes* (1985), *Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político* (1999), além de inúmeros ensaios e artigos elaborados em aproximadamente cinco décadas. Dentre estes, vale destacar o polêmico *A democracia como valor universal* (1979).

Carlos Nelson Coutinho e a compreensão da realidade brasileira: perseguindo uma “imagem do Brasil”

Desde muito jovem, quando ainda militava no PCB, a grande preocupação de Carlos Nelson foi entender a realidade brasileira para transformá-la. Para isso, foi um grande estudioso do Brasil e de seus intelectuais. Assim, sempre fiel ao método e à teoria crítica, encontramos em sua obra a necessidade premente de reforçarmos esta ideia: sem teoria revolucionária não existe ação revolucionária: sem entendermos a realidade, não poderemos transformá-la.

Assim, podemos insistir que, neste trajeto, Carlos Nelson Coutinho se apropria de duas categorias marxistas para pensar o Brasil, problematizando-o enquanto realidade em luta, crise e transformação. A questão norteadora era: de que forma o Brasil se modernizou e por que caminhos se tornou capitalista? A primeira destas categorias foi “via prussiana”. A forma como o capitalismo resolve a questão da propriedade feudal da terra diz de que capitalismo estamos falando: na Alemanha, segundo Lenin, seguiu-se uma via reformista, adaptando-se o novo modo de produção emergente à rotina, às tradições, às propriedades rurais (*Junkers*) e aos interesses capitalistas.

Em resumo, em países que trilharam por esta via, o capitalismo não precisou fazer as reformas tradicionalmente necessárias para sua instauração, tais como, por exemplo, a reforma agrária, para se desenvolver. Foi possível, e até conveniente, manter formas de trabalho baseadas na coerção extraeconômica e nos vínculos de dependência e de subordinação. Além disso, reforça-se a violência aberta e a intromissão na vida privada do trabalhador. O velho proprietário rural continua a ocupar postos privilegiados no aparelho do Estado da nova ordem capitalista e a lógica de uma opressão e exploração pré-capitalistas continuam como nortes para a ação das novas classes dominantes. Ao nos desafiar a pensar a realidade brasileira por esta perspectiva, Coutinho nos desafia: o que isso nos ainda diz sobre a realidade brasileira de hoje?

É aqui que vemos nosso autor recorrer, numa análise que se tornou histórica e rica de determinações, à categoria revolução passiva, elaborada por Gramsci para analisar a realidade

italiana, seu processo de unificação e de constituição como sociedade burguesa. Segundo este autor italiano, a revolução passiva se constitui num processo onde, ao menor sinal de subversivismo, mesmo que esporádico, das classes dominadas ou subalternas, na direção do questionamento da ordem vigente, as classes dominantes respondem com um processo onde vigora uma transformação pelo alto, sem a participação dos setores populares, em que alguma mudança acontece, na perspectiva reformista, para que o poder daquelas primeiras seja restaurado, sem constituir um elemento revolucionário.

Segundo COUTINHO, processos de revolução passiva, geralmente ocorridos em realidades de capitalismo dependente e tardio, tendem a gerar duas causas-consequências. Em primeiro lugar, são realidades onde a sociedade civil se constitui mais frágil, se confrontando com uma sociedade política mais forte, e com constantes retrocessos no seu processo de ocidentalização, ou seja, de equilíbrio entre as esferas civil e política. Consequentemente, a utilização dos instrumentos de coerção e repressão é muito mais recorrente, por parte do Estado, a despeito das forças de consenso e legitimidade. São sociedades, portanto, que vivem permanentes crises de hegemonia.

Outra causa-consequência destes movimentos de revolução passiva é o chamado transformismo, isto é, processos de “assimilação pelo bloco no poder das frações rivais das próprias classes dominantes ou até mesmo de setores das classes subalternas”. Coutinho se debruça em reconhecer processos, na realidade brasileira, em que, de forma molecular ou grupal, ocorre esta cooptação e esta incorporação à “classe política” conservadora-moderna, acabando por tornar ainda mais marcada pelo desequilíbrio a relação entre sociedade civil e sociedade política no Brasil.

A partir deste breve resgate das propostas coutinianas sobre a análise da realidade brasileira a partir de categorias marxistas, sobretudo gramscianas, resta-nos problematizar o que tudo isso nos diz sobre a contemporaneidade brasileira. Dentre tantos temas, poderíamos pensar a constituição de nossa sociedade civil e, sobretudo, as relações da mesma com a esfera da política strictu sensu. Seria o caso de pensarmos, por exemplo, nossa relação entre movimentos sociais e partidos políticos. Na compreensão crítica, podemos pensar os primeiros como aparelhos privados de hegemonia inseridos no desenvolvimento da sociedade civil, contendo demandas diretas e, muitas vezes, imediatas, da população. Na proposição de Carlos Nelson Coutinho, a partir de Gramsci, estes espaços não seriam suficientes para as grandes transformações necessárias na correlação de forças de uma sociedade como a brasileira, mas isso não diminui sua importância, uma vez que sua atuação contribui fundamentalmente para a superação da consciência sindical econômico-corporativa.

Carlos Nelson investe, sobretudo, na importância da discussão e da atuação dos partidos políticos, reconhecendo-os como o grande intelectual orgânico coletivo, tão necessário a uma sociedade como a brasileira. Tendo sido protagonista de uma militância partidária ativa durante toda a vida, Carlos Nelson insistia na função dirigente, organizativa, educativa e intelectual desses aparelhos “privados de hegemonia”. Enquanto tais, deveriam assumir a tarefa histórica de tornar sua base de militância “mais culta”, ou seja, mais capaz de fazer a crítica da realidade em que vive e de forjar alternativas para a construção da vida social. Devem ser capazes de fazer com que sua base supere primeiramente o senso comum e depois a consciência sindical, corporativa, alcançando o nível ético político, ou seja, capaz de construir um projeto para uma sociedade. Aqui nos vem mais uma provocação que, certamente, a obra de Carlos Nelson nos deixa: qual é o projeto de sociedade que queremos?

Podemos, nesta direção, exemplificar este caminho teórico-metodológico e político de Carlos Nelson, observando um tema que nos é muito caro: temos muito material de Carlos Nelson sobre os movimentos sociais e os partidos políticos, mas a verdade é que Carlito nunca se deteve em estudar, por exemplo, a questão agrária e a reforma agrária no Brasil. Mas isso não significa dizer, entretanto, que este tema não lhe era importante. Muito pelo contrário, tenho certeza de que nosso autor acreditava e defendia que a solução da questão agrária no Brasil era um dos elementos-chave para se pensar a realidade brasileira a partir de uma perspectiva de superação da sociedade capitalista.

Mais do que isso, Carlos Nelson defendia que era necessário conjugar esta demanda de uma parte significativa da sociedade com as demandas mais amplas, que apontassem para a realização de um novo movimento de lutas na sociedade. Certa vez, perguntado porque apoiava o MST, Carlos Nelson respondeu:

Eu apoio o MST, antes de mais nada, porque o MST é o mais importante movimento social brasileiro, porque defende causas justas como a distribuição da propriedade agrária, o fim do monopólio da terra e porque sabe articular essa luta de setores da população com os interesses gerais da sociedade brasileira, colocando, no horizonte da sua luta, a necessidade de construir uma outra ordem social, mais justa, mais solidária, mais humana e mais livre.

Eis aqui, sem dúvidas, a perspectiva dialética do autor ao analisar os diferentes níveis de luta e articulação em nossa sociedade e, sobretudo, as superações necessárias para que, de fato, nossa ação política traga resultados efetivos para as lutas pela hegemonia em nossa sociedade. De forma inquestionável, um outro caminho de análises onde a obra de Carlos Nelson nos parece imprescindível é na análise sobre a cultura brasileira. Neste caminho de aprendizados e reavaliações, é importante delimitar mais claramente o que abordaremos dentro da ampla concepção de cultura. Optamos por analisar, em seu interior, as manifestações

intelectuais e artísticas da sociedade brasileira, tendo consciência de que estamos abordando um entre os vários aspectos possíveis e assumindo o risco de certo reducionismo. Cultura, com toda certeza, é muito mais que isso.

É nosso interesse centrar esforços na análise do período que se iniciou a partir da metade da década de 1970 e esta opção não foi aleatória. Neste momento, vemos surgir uma sociedade civil mais complexa e mais articulada, que se organizou e deu continuidade à tentativa de equilibrar sua relação com o Estado. Foi o momento da abertura política, do afrouxamento da censura, da reorganização dos movimentos sociais. Por todos os poros, o Brasil parecia novamente pautar, em sua agenda política, os desafios da democracia, da liberdade, da cidadania. Acreditamos que também na cultura isso esteve presente.

Entendemos que, no entanto, não é possível analisar este período sem recorrermos a todo o movimento cultural que marcou os “incríveis anos 60”. Percebemos que, como em vários aspectos da vida social brasileira, os anos 60 foram uma referência indiscutível para a produção cultural. Sem dúvida, foram anos de “erros e correções”, mas sem a análise dos quais a história da cultura brasileira viveria uma lacuna insuperável. Gestaram-se então importantes experiências que, como afirmava COUTINHO, aproximavam-se de uma perspectiva cultural nacional e popular, que tinham o objetivo (ou a pretensão) de unir militância política e produção cultural em uma única prática, capaz de fazer da arte um “instrumento revolucionário” nas mãos do povo. Embora estas experiências não sejam consideradas amplamente “vitoriosas” por aqueles que as analisam, não há dúvidas de que suas propostas ficaram para a cultura brasileira como um referencial permanente que traz influências até os dias de hoje.

Continuando nossa proposta, afirmamos que a dinâmica interna e externa do regime civil-militar que vigorava no país desde 1964 foi substancialmente modificada a partir de meados dos anos 70. Por diversos motivos, a cultura e toda a sociedade civil brasileira viram chegar um momento de abertura objetiva, capaz de trazer mudanças substanciais que permitiram que COUTINHO caracterizasse o Brasil de então como um país potencialmente “ocidental”, segundo categorias gramscianas. Esta “ocidentalização” se processa no Brasil, enfrentando limites e retrocessos típicos de um país que rompeu com a ditadura civil-militar, mas não com o autoritarismo e a arbitrariedade e como a cultura, através de suas manifestações artísticas, foi capaz de incorporar estas novas determinações

Como o leitor pode perceber, Carlos Nelson Coutinho participa, de forma intensa, da história que contei nestas páginas, seja como orientador, como intelectual ou como referência para nossos estudos. Com ele, sempre, aprendi tanto... lições sobre Gramsci, lições sobre política, lições sobre afeto, lições sobre paciência histórica... Carlos Nelson foi um companheiro

de grandes expectativas e projetos de revolução numa perspectiva nacional-popular.

Na história do pensamento social brasileiro, tão dilacerado pela prática da conciliação de pontos de vista contraditórios e pelo ecletismo, Carlos Nelson é responsável por um capítulo essencial no que se refere à incorporação das ideias marxistas. Para descrever esta importância, gostaria de recorrer a dois grandes teóricos brasileiros que assim o descrevem:

Carlos Nelson Coutinho foi, desde o início, uma figura de exceção: mergulhou, de corpo e alma, no universo de Lukács, para voltar à tona em condições de extrair todas as consequências de uma reflexão filosófica rigorosa, intransigente. Ele sempre soube que não se pode fazer filosofia com a mesma desenvoltura com que se pode fazer uma salada. Apoiado em Lukács, educado nas formulações rigorosas do pensador húngaro, Carlos Nelson Coutinho podia ler Gramsci sem se iludir quanto às limitações do grande teórico italiano; ao mesmo tempo, entretanto, encontrava em Gramsci os estímulos de que precisava para escapar a algumas esquematizações demasiado fechadas da filosofia lukacsiana. Então, o movimento do seu pensamento lhe permitiu ir além dos horizontes tanto de Lukács como do próprio Gramsci, ultrapassando as fronteiras do leninismo. (1990 - Leandro Konder)

Ainda nessa direção, José Paulo Netto nos desperta a atenção:

A inflexão teórica (e ideológica) do pensamento de Carlos Nelson, visível no trânsito de Lukács a Gramsci e materializada no fim da década de 70, nada tem a ver com os modismos próprios de certa camada de intelectuais. Correspondeu a uma evolução imanente da sua intenção analítica, condicionada pelos quadros sócio-políticos do país. "Animal em mutação", como se autodefine, Carlos Nelson não quis sacrificar a ampliação de seu campo de problemas a uma abstrata petição de coerência. Ao contrário, e conscientemente, tem procurado realizar um concreto princípio marxiano de pesquisa: a máxima fidelidade do sujeito ao objeto. Um fato é incontestável: com o autor, a nossa visão de cultura e de Brasil se enriquece, torna-se polêmica e crítica, transforma-se. Com Carlos Nelson, aprende-se. (1990 - José Paulo Netto).

Em suma, estamos diante de um grande intelectual, sensível e responsável pelas questões de seu tempo, que foi capaz de construir debates fundamentais e, muitas vezes, polêmico, para nos ajudar a “pensar o Brasil”.

Referências

- COUTINHO, C. N. **Cultura e Sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- _____. **Democracia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. **Gramsci; um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- _____. **Marxismo e Política**. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. O conceito de política nos Cadernos do cárcere. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A de P (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

O debate do Estado e da sociedade civil em Gramsci e no Serviço Social

The debate about the State and the civil society in Gramsci and in the Social Work

Emilie Faedo Della Giustina*
Danuta Estrufika Cantóia Luiz**

Resumo: Há, entre o pensamento gramsciano e as elaborações teórico-metodológicas e ético-políticas do Serviço Social uma íntima interlocução e, uma das principais temáticas dessa ligação se dá por meio de sua concepção de Estado e sociedade civil. Sendo assim, o objetivo do presente artigo é desenvolver alguns apontamentos reflexivos acerca desses conceitos na obra gramsciana e sua instrumentalização à profissão. Através de revisão de literatura, arguimos nesta sistematização, por meio da referência gramsciana ampla, metodológica e analítica de sociedade, das relações entre Estado e sociedade civil, sua influência por meio de categorias modernas de envolvimento prático, de desenvolvimento da autonomia, de socialização da política, de novos fundamentos ético-políticos na gestão da vida social, por parte das classes subalternas como protagonistas potencial que são e sujeito preferencial da ação profissional do/a assistente social.

Palavras-chave: Gramsci; serviço social; Estado; sociedade civil.

Abstract: There's, between the Gramscian thought and the theoretical, methodological, ethic and politic elaborations of the Social Work an intimate dialogue and, one of the principal themes of these connection is through his conception of State and civil society. Therefore, the aim of the presente article is develop some reflexions about these concepts into the Gramscian work and its instrumentalization to the profession. Through literature review, we have sistematize, besides the Gramscian referencial, methodological and analytical of society, the relations between State and civil society, and its influency throuth modern categories of pratical envolviment, of development, of autonomy, of socialization of the politic, of new ethical and political fundaments in conducting the social life, by the subalterns class as potencial protagonists that they are and preferencial subjects of the professional acting of the social worker.

Key-words: Gramsci; social work; State; civil society.

Recebido em: 24/02/2021

Aprovado em: 25/05/2021



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora do magistério superior da Universidade Federal Fluminense (UFF-Niterói).

** Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do magistério superior da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Introdução

O presente texto foi elaborado a partir das discussões realizadas em uma das mesas do ciclo de debates “Conversas gramscianas no Serviço Social”, realizado no âmbito do Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (NEFSS/ESS-UFF)¹.

O pretendido foi desenvolver alguns apontamentos reflexivos acerca dos conceitos de Estado e sociedade civil na obra gramsciana e sua interlocução com o Serviço Social.

Há que se tomar, como ponto de partida, o pressuposto acerca do pensamento gramsciano de que, discorrer sobre qualquer uma de suas categorias centrais nos leva de forma direta a relacioná-la com as demais categorias de seu legado, articuladas de tal modo em seu método de análise, em um ritmo de pensamento que as congrega em uma perspectiva de totalidade. Ou seja, debater Estado e sociedade civil em Gramsci remete intrinsecamente às categorias hegemonia, relação de forças, bloco histórico, estrutura e superestrutura, organização da cultura, filosofia da práxis, intelectuais, subalternidade, dentre outras.

Esse legado, com raízes orgânicas no marxismo e na realidade estudada pelo autor, está manifesto em nosso projeto ético-político, nas diretrizes curriculares, no debate da profissão, por meio dessas mesmas categorias que o autor desenvolveu, ou com categorias muito próximas a estas. Há, ainda, uma significativa influência deste referencial na base teórico-metodológica e ético-política da profissão – em especial nestas duas categorias (ético-político), pois, intrínsecas à tradição gramsciana.

Os estudos gramscianos se referem a fenômenos de amplo espectro: movimentos de classe, movimentos históricos que envolvem as relações entre Estado, sociedade, economia, cultura, política, etc. Fundamentado, dentre outros, no pensamento de Marx, no desenvolvimento do materialismo histórico dialético e suas elaborações em filosofia da práxis; contextualizado em um determinado momento histórico (final do século XIX e início do XX, na Itália sob o domínio do fascismo), seus estudos referem-se a fenômenos de massas e movimentos revolucionários das classes operárias desse período. Mas, também, são constituídos de categorias, elementos e análises que não se limitam a amplos fenômenos e nos instrumentalizam em estudos de nível “molecular” (GRAMSCI, 2017) sem com isso perder a totalidade de seu estudo, nem a totalidade da sociedade em que o fenômeno se situa. Ou seja, seus estudos e seu método analítico também nos instrumentalizam para a dimensão que está próxima do fazer profissional.

¹ Todas as mesas do ciclo de debates estão disponíveis em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLkkYlmr1Au4-uOE85tcJBd13CbB2FpBaa>.

Nas abordagens de contato direto com as classes subalternas, vários profissionais/intelectuais podem ser parceiros importantes num empreendimento de busca de um outro tipo de racionalidade que não a dominante. O Serviço Social é uma destas profissões que, pela proximidade com a classe subalterna e com as manifestações da questão social, através de seu trabalho profissional iluminado por referências críticas, incluso o gramsciano, pode implementar ações nesta perspectiva e contribuir com a elevação social, cultural e política dos segmentos populares com os quais trabalha.

Tomamos, então, a referência gramsciana como fundamentação teórico-prática que valoriza as ações e a presença de segmentos populares da sociedade civil no enfrentamento das mazelas da questão social, a fim de discutir a posição do Serviço Social como um possível elemento que pode contribuir nesse processo de busca e construção coletiva.

As reflexões desenvolvidas neste artigo estão organizadas nos seguintes subitens: apontamentos acerca dos conceitos de Estado e sociedade civil no pensamento gramsciano; elementos para um diálogo de aproximação com o Serviço Social; e considerações finais.

Apontamentos acerca dos conceitos de Estado e sociedade civil no pensamento gramsciano

Primeiramente, tomemos em consideração o contexto em que Gramsci desenvolve sua teoria do Estado. O autor considera a questão política da emergência das massas no seu cenário histórico contemporâneo, citadas especialmente as contradições dos tempos modernos, marcados pelo crescimento da riqueza que não produz prosperidade, mas pobreza generalizada.

No contexto de elaboração e atuação política da Europa na primeira metade do século XX, em que se pensava que a saída para a crise histórica vivida surgiria da afirmação de um Estado forte, Gramsci, rejeitando as soluções do fascismo e criticando as tendências à centralização do poder, sustentava que uma nova civilização só poderia vir à luz pelo ingresso na história das massas livre e democraticamente organizadas.

Conforme explica Semeraro (1999), a experiência da I Guerra Mundial (1914-1918) minou as relações entre as massas populares e as ideologias dominantes, enfraquecendo a credibilidade nos métodos tradicionais da política baseada na força e na prepotência. Não se podia mais pensar em administrar o poder unicamente apoiado sobre os sistemas coercitivos, de modo que o protagonismo e as aspirações à democracia, crescentemente demonstrados pelos movimentos que despontavam das iniciativas populares, favorecia uma expansão da sociedade civil e revolucionavam a concepção do Estado.

As complexas e diversificadas manifestações de democracia popular se tornavam, portanto, os novos espaços dentro dos quais se fazia necessário repensar a política e

elaborar os novos termos da hegemonia. Por isso, fazia-se necessário alargar a concepção de Estado e de sociedade. Não se podia mais pensar a sociedade civil como sendo uma realidade privada, de caráter exclusivamente econômico, agindo à parte da estrutura pública do Estado.

Então, entendendo o novo protagonismo do Estado, no séc. XX, tanto no campo econômico quanto na organização da sociedade e na criação do consenso, o conceito de Estado Integral indica uma relação de unidade-distinção entre Estado e sociedade civil – compreensão do que é o Estado “no significado integral: ditadura + hegemonia” (GRAMSCI, 2017b: 252).

O que Gramsci desenvolve, é uma noção de Estado que vai além das duas principais perspectivas predominantes no seu tempo, o economicismo e o estatismo. Consciente das transformações históricas, ao tratar das relações entre sociedade política e sociedade civil, procurou evitar equívocos tanto de caráter economicista e liberal, quanto de caráter organicista e totalitário. Os primeiros, identificados com o economicismo liberal, relacionam o Estado com o governo e o separam da sociedade civil, considerando esta como um setor autônomo, regulado por normas "naturais" de liberdade econômica. As outras confusões derivam dos sistemas totalitários que visam identificar Estado e sociedade civil, unificando "ditatorialmente" os elementos da sociedade civil no Estado. Neste caso, hegemonia e ditadura são unificados, o consenso é obtido pela força e todas as manifestações sociais acabam centralizadas e dominadas pelo Estado (LIGUORI, 2007).

Essas duas posições, que no tempo de Gramsci eram representadas pelo liberalismo de Croce e pelo fascismo de Gentile, além de aparentemente alternativas, mantinham laços comuns e se completavam reciprocamente. As elaborações acerca do conceito de Estado Integral buscam se diferenciar dessas abordagens e, para evitar os perigos do "economicismo" e do "estatismo", o autor defende uma relação dialética de identidade-distinção entre sociedade civil e sociedade política, como duas esferas distintas e relativamente autônomas, mas inseparáveis na prática.

Em síntese, a sociedade civil, composta de organismos privados e voluntários, indica a "direção", enquanto a sociedade política, estruturada sobre aparelhos públicos, se caracteriza mais pelo exercício do "domínio". Desse modo, o Estado moderno não pode mais ser entendido apenas como um sistema burocrático-coercitivo. Suas dimensões não podem limitar-se aos instrumentos exteriores de governo, mas abarcam também a multiplicidade dos organismos da sociedade civil em que se manifesta a livre iniciativa dos cidadãos, seus interesses, suas organizações, sua cultura e valores, e onde, praticamente, se estabelecem as bases do consenso e da hegemonia (LIGUORI, 2007).

Sendo assim, o conceito de sociedade civil é o meio através do qual Gramsci enriquece,

com novas determinações, a teoria marxista do Estado. Tomada como âmbito particular da subjetividade e de suas múltiplas expressões, a sociedade civil não é apenas o território exclusivo da burguesia, reservado para as suas iniciativas econômicas e a estruturação da sua hegemonia no mundo moderno. O autor percebe que esse espaço pode, também, transformar-se em uma arena privilegiada onde as classes subalternas organizam suas associações, articulam suas alianças, confrontam seus projetos ético-políticos e disputam o predomínio hegemônico (SEMERARO, 1999).

Para a perspectiva gramsciana, a sociedade civil é, antes de tudo, o extenso e complexo espaço público não-estatal, lugar de grande importância política onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver as suas convicções e a lutar por um novo projeto hegemônico que poderá levar à gestão democrática e popular do poder (LIGUORI, 2007).

O que quer dizer que Gramsci vê esses dois planos dialeticamente unidos no conceito de Estado Integral, que representa sua contribuição específica à teoria do Estado. Uma postura dialética de que “[...] a distinção entre sociedade política e sociedade civil é puramente metodológica, não orgânica, e, na vida histórica concreta, sociedade civil e sociedade política são uma mesma coisa”, o Estado (GRAMSCI, 1975: 455).

Contudo, é importante destacar que tal nexos de unidade-distinção ocorre sob a hegemonia do Estado – há um protagonismo deste. Liguori (2007) didaticamente nos ajuda a compreender que a “ampliação” do conceito de Estado ocorre em duas direções: uma nova relação entre política e economia; e uma nova relação entre sociedade civil e sociedade política.

Acerca da primeira “ampliação”, na relação entre política e economia, toma-se como elementar que o Estado continua sendo considerado como expressão da situação econômica – não a produz, mas é expressão dela. Trata-se de uma concepção segundo a função produtiva das classes sociais, própria do marxismo mas, sem incorrer em uma aplicação simplista, de mecanicismo econômico. Pois, a consciência da não separação “ontológica” entre os diversos níveis da realidade histórico-social (economia, política, cultura) não se torna, porém, ausência de distinção (LIGUORI, 2007).

O Estado, em sentido “amplo”, comporta duas esferas principais: a sociedade política (também chamada de “Estado em sentido estrito” ou “Estado-coerção”), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência; e a sociedade civil, formada pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, partidos políticos, sindicatos, organizações profissionais, organização material da cultura, etc.

Embora insista sobre a diversidade estrutural e funcional das duas esferas superestruturais, Gramsci não perde de vista o momento unitário: trata-se de uma distinção metodológica e não orgânica. E, a complexidade do papel do Estado Integral reside no fato de reunir força e consenso num nexó dialético, no qual, em geral, no “ocidente” o elemento do consenso é o que predomina, sem que evidentemente a “força” desapareça.

O autor desenvolve suas elaborações considerando o novo papel que o político assume no séc. XX. Por isso, é considerado o maior estudioso marxista das superestruturas, das quais investiga a importância, a complexidade, as articulações internas. Sem perder de vista o papel determinante da estrutura, ainda que no contexto de uma concepção dialética de relação entre ambas (LIGUORI, 2007).

Para ilustrar a segunda “ampliação” do conceito de Estado, a relação entre sociedade política e sociedade civil, citamos a carta escrita a Tatiana, em 07 de setembro de 1931:

Este estudo leva também a certas determinações o conceito de Estado, que é entendido habitualmente como sociedade política (ou até como aparato coercitivo para enquadrar a massa popular, segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento) e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através das organizações assim chamadas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.) [...] (GRAMSCI, 2005: 82).

Organizações “assim chamadas” privadas, portanto, não *propriamente* privadas. Ou seja, o Estado aparece como o sujeito da iniciativa político-cultural, embora agindo por meio de canais explicitamente públicos ou de canais formalmente privados. Desse modo, os aparelhos hegemônicos, aparentemente “privados”, na realidade fazem plenamente parte do Estado e, portanto, nos permite falar em Estado “ampliado”.

O fato de que tais organismos voltados para a formação do consenso estejam articulados dialeticamente ao Estado permite dizer que Gramsci propõe uma leitura forte da morfologia do poder na sociedade contemporânea. Um poder hegemônico no qual nenhum dos dois aspectos (força e consenso, domínio e direção) pode ser cancelado.

A leitura da sociedade civil como conteúdo ético do Estado dá subsídios para compreensão da nova morfologia do Estado no século XX. Conforme o Caderno 8, parágrafo 2: a classe dominante põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se “educador” (GRAMSCI, 2017b: 266).

E, na famosa redação-síntese do Caderno 6, parágrafo 88: “na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (nesse sentido, seria

possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção)” (GRAMSCI, 2017b: 239). O Estado se torna educador e educa para o consenso: “é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 2017b: 226). Atravessado, desse modo, pela luta de classes, em processos que nunca são unívocos, tanto o Estado quanto a sociedade civil são constituídos por essa disputa.

Mas, se esses processos não são unívocos, o Estado que se constitui como instrumento de uma classe, lugar de luta pela hegemonia e processo de unificação das classes dirigentes, é também o lugar em que as classes subalternas lutam para manter a própria autonomia e, às vezes, para construir uma própria hegemonia, alternativa à dominante, disputando com a classe no poder as “trincheiras” pelas quais se propaga ideologia e senso comum.

Gramsci confere uma ênfase particular à criatividade e à capacidade de iniciativas que devem aprender a desenvolver as classes subalternas. Estas, além de preocupar-se em resistir à opressão, são chamadas a buscar formas para sair da submissão e inventar os termos de uma nova sociedade. Nisso reside o caráter revolucionário de seu pensamento.

Desse modo, a conquista do poder do Estado, nas sociedades complexas do capitalismo, deve ser precedida por uma longa batalha pela hegemonia e pelo consenso no interior e através da sociedade civil, isto é, no interior do próprio Estado em sentido Integral (COUTINHO, 2007).

Em seu conjunto, o pensamento gramsciano está voltado para municiar as organizações das classes subalternas que lutam para conquistar a sua liberdade e a sua hegemonia. Lembramos a caracterização feita por Semeraro (2020), destacada na primeira mesa do referido ciclo de debates, de que os Cadernos são um “*projeto singular de teoria política popular*”.

E, contrariamente ao que por vezes se pensa, Gramsci não é o teórico do Estado, mas um intelectual-militante das classes trabalhadoras em movimento na sociedade civil e em busca de uma cidadania construída na participação e na autonomia. Sua defesa não é em favor de um Estado que apenas distribua benefícios e proteção, mas para elevar intelectual e moralmente camadas cada vez mais amplas da população, ou seja, “para dar personalidade ao amorfo elemento da massa” (SEMERARO, 1999).

Sem ficar prisioneiro do “pessimismo” e da impotência diante dos sistemas “onipotentes” de dominação, Gramsci confia no “otimismo da vontade” e na capacidade de iniciativa e de organização que surgem das classes dos trabalhadores na dinâmica da história.

As novas perspectivas que Gramsci confere à dinâmica da sociedade civil revolucionam, portanto, não apenas a concepção tradicional de política e de Estado, mas destituem de

fundamento qualquer visão centralizadora de poder e dissolvem toda pretensão de construir a hegemonia pelo alto, valendo-se da força, do poder econômico ou das manipulações demagógicas.

Ao apostar no potencial mobilizador da sociedade civil, desloca o eixo principal da ação política do âmbito das instituições burocrático-administrativas para o terreno criativo das diversas organizações sociais dos setores populares e rompe o horizonte que se quer apresentar como "fim da história" (SEMERARO, 1999).

Elementos para um diálogo de aproximação com o Serviço Social

A partir das categorias sociedade civil e Estado é que traçamos alguns elementos para um diálogo que as aproxime do Serviço Social enquanto profissão interventiva na realidade social.

Observamos nos apontamentos do item anterior que os argumentos gramscianos residem na potencialidade dos movimentos políticos e sociais ou do conjunto de organizações da sociedade civil, em seus contextos histórico-culturais, na função decisiva na construção de um projeto de sociedade que contemple novas práticas de poder e política e que se constitua numa contra hegemonia por parte das classes subalternas.

Trazendo essa dimensão de instrumentalização que o pensador nos oferece, de interiorização dos seus fundamentos e das suas orientações, que podem se expressar na atuação profissional, e especificamente, fazendo um recorte, na relação entre Estado e sociedade civil, se abre uma gama de possibilidades para materializar esses fundamentos teórico-práticos. Destacamos, a seguir, algumas destas possibilidades.

Primeiramente, em nível de formação profissional, trata-se de uma alternativa teórica e metodológica para o/a estudante de Serviço Social visualizar uma perspectiva oposta ao neoliberalismo que apregoa um Estado mínimo (distante de sociedade civil, esta transformada ideologicamente em “terceiro setor” e em refilantropia). Como vimos, a proposta gramsciana da relação entre Estado e sociedade civil é de proximidade, de uma “simbiose” entre ambos para gerir a vida social.

Como já citado anteriormente, a peculiaridade dialética do pensamento de Gramsci impede uma “distinção orgânica” entre Estado e sociedade. A distinção que ele faz no texto é “puramente metodológica” (GRAMSCI, 1975). A distinção elaborada por Gramsci tem caráter metodológico, de análise, de separação didática como esferas com vidas próprias, mas totalmente entrelaçadas, pactuadas: Estado e sociedade civil como estrutura e superestrutura,

de produção econômica e política configurando um *modus operandi* da sociedade, do “bloco histórico”.

É um paradigma possível de ser visualizado e que coaduna com os valores apregoados pela nossa profissão: sociedade civil + sociedade política = resulta num Estado de forma ampliada (GRAMSCI, 2017b: 239). Esta é uma fórmula diversa do paradigma neoliberal e a qual temos como referência na profissão.

Pensando em termos contemporâneos, um modelo de Estado que se aproxima com essa possibilidade de participação, de inserção da sociedade civil em seu interior, se configura como um Estado democrático garantidor de direitos sociais, humanos, políticos. Mas, lembremos das palavras do professor Semeraro (2020), quando faz um alerta neste sentido, de que “não podemos ter medo em afirmar a proposta do Gramsci *integral* – que é a mudança estrutural profunda, criação de uma nova civilização”. Continua o professor: “não devemos nos acanhar [...] é um projeto humanizador”²

Esta possibilidade de concepção acerca do Estado se constitui num fundamento que subsidia o/a assistente social para compreender o verdadeiro papel do Estado e da sociedade civil, da relação entre ambos, da estrutura e superestrutura – na configuração do bloco histórico. Estado e sociedade civil - são duas categorias que o Serviço Social transita no interior delas, então compreendê-las criticamente é fundamental: o Serviço Social palmilha nestas duas categorias – é o chão da sua prática profissional.

Tendo a “fórmula” em que a sociedade civil é co-partícipe da gestão da vida social, há que se investir no fortalecimento desta sociedade civil em valores democráticos, emancipatórios: na elevação do senso comum ao bom senso, como diria Gramsci, como um “*devir histórico*”. (GRAMSCI, 2017)

Com esta diretriz de sociedade civil co-partícipe da gestão da vida social, podemos afirmar que: temos vários avanços com os direitos inscritos na Constituição Federal de 1988 e nas legislações infraconstitucional; foram avanços conquistados pela participação, fortalecimento e luta de segmentos da sociedade civil brasileira; foram processos, momentos de elevação da sociedade civil e do estabelecimento de relações mais estreitas com o Estado brasileiro.

Mas, também, sabemos que temos muitos ranços históricos expressos que cerceiam estes avanços, pois sociedade civil não é bloco único, monolítico, mas composto de diferentes

²Ciclo de debates “Conversas gramscianas no Serviço Social”, realizado no âmbito do Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (NEFSS/ESS-UFF). Disponível em <https://www.youtube.com/playlist?list=PLkkYlmr1Au4-uOE85tcJBd13CbB2FpBaa>.

forças e tendências. Com isso, podemos visualizar também, a partir do referencial gramsciano, movimentos por hegemonia e contra hegemonia no âmbito da realidade brasileira.

Há marcadamente uma tendência conservadora a se fazer hegemônica na cultura brasileira através de vários mecanismos, alguns expostos por Chauí (2001: 89-90):

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou aquilo que alguns estudiosos designam como ‘cultura senhorial’, a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. [...] A divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem.

Temos assistido essa hegemonia da cultura brasileira sendo aflorada na conjuntura recente (com um “manto protetor de signo de nação una” – conjuntura que exigiria um artigo somente para o tema) e, nesse movimento por hegemonia e contra hegemonia, no qual configuram diferentes segmentos de uma mesma sociedade civil, o Serviço Social, enquanto profissão, tem posição definida ética e politicamente e se faz presente na edificação de conquistas que precisam ser fortalecidas com valores contra hegemônicos a esse quadro sociocultural histórico.

Portanto, é neste movimento contraditório, real, de luta por hegemonia que as conquistas sociais vão sendo edificadas a duras penas. É possível então afirmar que “[...] mesmo diante de um quadro social pleno de contradições, é possível empreender esforços para enfrentá-lo, pois a realidade é dialética, a contradição é sua constante e a hegemonia é uma construção histórica” (LUIZ, 2013: 16).

Na perspectiva gramsciana, não cabe ao Estado, exclusivamente, o comando, a ação política, a gestão da vida social, mas devendo ser gerida também pela sociedade civil. E aqui emerge o tema das políticas públicas/sociais como um dos eixos que os articulam nesta tarefa coletiva.

Apesar do tema das políticas públicas não ser uma categoria utilizada no início do século XX (período dos escritos de Gramsci), mas, por se tratar de ações do Estado, de relações com a sociedade civil, circunscrevem-se às elaborações desenvolvidas pelo autor.

Portanto, é um tema que pode ser analisado e referendado também pelos fundamentos

gramscianos. Para ilustrar tal questão, cabe exemplificar com uma pesquisa realizada³, tomando como parâmetro o Mapa da Bibliografia de Gramsci no Brasil, elaborado pela *International Gramsci Society* do Brasil – IGS-BR. Nesta, indagou-se, inicialmente, quais as principais categorias teóricas gramscianas presentes nas produções de conhecimento citadas no respectivo mapa. E, diante de tais categorias, questionou-se, se estas categorias estabeleciam ou não relações com políticas públicas e práticas sociais, que é o tema central do Núcleo de Pesquisa Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais (BOUTIN et al., 2018).

Dentre os dados analisados na pesquisa, destacamos aqui o tema das políticas públicas. A pesquisa demonstrou que este está presente de maneira significativa nos artigos que utilizam Gramsci ou autores gramscianos como referência e que puderam aproximá-los e traçar suas análises a partir deste referencial. Foi possível identificar que estas expressam as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade, portanto, plenos de referencial gramsciano.

As políticas setoriais identificadas na amostra foram: educação; políticas regionais de incentivo econômico; políticas de promoção social e inclusão social; orçamento participativo; políticas públicas de saúde; políticas públicas e crítica ao neoliberalismo; e o programa Bolsa Família. E, o que se destaca na direção arguida pelos autores pesquisados, é o entendimento de um tipo de Estado que acolha demandas e práticas sociais presentes nos contextos estudados – e que este se amplie para as mesmas.

O Serviço Social é uma das áreas identificadas na pesquisa realizada nos artigos disponíveis no Mapa/IGS- BR e que fazem uso do referencial gramsciano, mas, à frente do Serviço Social há as áreas de Ciência Política, Educação, História, Sociologia, Ciências Sociais, Relações Internacionais.

Em síntese, os dados desta pesquisa nos apontam que contemporaneamente o referencial gramsciano é presente em temas que se desdobram da relação Estado sociedade civil, como por exemplo, no tema políticas públicas – que é um campo de trabalho privilegiado dos assistentes sociais.

E, na sequência da nossa abordagem, podemos articular a esta temática a proximidade do referencial gramsciano com relação ao exercício profissional que o assistente social desenvolve, identificando a potencialidade das práticas socioeducativas, de participação dos grupos com os quais a profissão trabalha, podendo contribuir na instrumentalização das formas

³ Pesquisa realizada pelo núcleo de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas – Núcleo Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais, publicada em Revista Emancipação/ UEPG, disponível em <https://revistas2.uepg.br//index.php/emancipacao/article/view/11205>.

organizacionais – como por exemplo os conselhos gestores, identificados como “importantes trincheiras na busca pela contra hegemonia, necessitando de uma ampla luta organizada para tanto”(SIMIONATTO, 2020)⁴.

Além dos conselhos, podemos indicar diversos coletivos, organizações e movimentos que o Serviço Social tem como campo de atuação. Nestes campos de atuação profissional – junto a essas organizações, que estão imersas em correlação de forças e de luta por hegemonia, estabelecem-se “relações pedagógicas”, no dizer de Gramsci (GRAMSCI, 2017). Estas perpassam toda a sociedade: as relações entre indivíduos, entre intelectuais, governantes e governados, dirigentes e dirigidos e que servem para manter ou alterar uma determinada situação.

Com isso, Gramsci (2017: 318) conclui: “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação” mas que, também, entre as diversas forças que a compõem existe uma “relação ativa” entre as partes, entre os indivíduos e o ambiente cultural: o ambiente que o indivíduo quer modificar, assim como o ambiente que reage sobre ele, numa mútua relação pedagógica de trocas e influências.

Um solo fértil (ainda que não exclusivo) para o estabelecimento dessas trocas, dessas relações sócio pedagógicas, é a sociedade civil em suas variadas formas de organização, que se constituem em força política motriz para o estabelecimento de um novo tipo de política e de hegemonia. E não convertida em figura central do mercado, numa autorregulação, ou em Estado, numa regulação mínima, como quer o pensamento liberal moderno. Mas, em relação, num pacto entre estrutura e superestrutura, referindo-nos a movimentos de amplo espectro.

E, no movimento que engloba a possibilidade das práticas sociais e profissionais desenvolverem alternativas pedagógicas contra-hegemônicas, entre outros fatores, faz-se necessário que se criem, no âmbito da sociedade civil, aparelhos privados de hegemonia capacitados e fortalecidos pela elevação do senso comum a auto constituição de uma consciência crítica e do seu protagonismo social, a fim de contribuir na construção de uma nova cultura.

Nesse eixo teórico-argumentativo, trabalhamos com o pressuposto de que o Serviço Social pode mediar, na instância de sua prática profissional, ações sócio pedagógicas que contribuam com grupos e segmentos das classes subalternas, com as quais trabalha nesse desafiante enfrentamento.

⁴ Ciclo de debates “Conversas gramscianas no Serviço Social”, realizado no âmbito do Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (NEFSS/ESS-UFF) disponível em <https://www.youtube.com/playlist?list=PLkkYlmr1Au4-uOE85tcJBd13CbB2FpBaa>.

A função pedagógica desempenhada pelo assistente social inscreve a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras da 'cultura'. A cultura entendida como atividades que incidem nos processos de formação de um 'um modo de pensar, sentir e agir [...] no sentido gramsciano, como sociabilidade (ABREU; CARDOSO, 2009: 594).

Um detalhe importante para o/a assistente social em seu exercício profissional qualificado para contribuir no desenvolvimento de atividades educativas é ter uma formação e uma capacitação profissional permanentes (vinculadas aos seus valores ético-políticos).

A partir dos elementos aqui apontados, sem maximizar a prática profissional diante da práxis social mais ampla, mas valorizando o possível, o real e o concreto próximos de seu âmbito de atuação, argumentamos que é pela prática profissional que o/a assistente social materializa e demonstra os seus fundamentos, a sua teleologia: seja na ação com indivíduos, grupos, organizações, na defesa de direitos, seja no planejamento, gestão e execução de políticas públicas sociais, seja na pesquisa social (LUIZ, 2013). E, esta, se qualificada e comprometida ética e politicamente buscará contribuir com processos socioeducativos contra hegemônicos ao quadro desigual que configura a sociedade brasileira.

Considerações finais

Através de sua prática profissional o Serviço Social contemporâneo, sem desvincular-se da totalidade contraditória de sua autonomia relativa e de todas as determinações que o cercam, possui condições para contribuir e tem contribuído nesse enfrentamento cotidiano e processual.

A exemplo, tem empreendido esforços teóricos e práticos nas últimas décadas para implementar a concepção de assistência social expressa na LOAS e com ela os caminhos da gestão democrática, participativa e descentralizada. Também em marcar a presença da sociedade civil junto ao Estado (o qual aqui pode ser entendido como os vários municípios em que os/as assistentes sociais trabalham), na defesa da presença e da capacitação permanente de segmentos não governamentais para a gestão social.

Este movimento empreendido pelos profissionais nos seus espaços de trabalho pode ser configurado como um movimento que contribui para uma elevação de níveis de subalternidade, do não-conhecimento sobre gestão pública, do que é uma gestão partilhada, do que é um conselho gestor, para um conhecimento crítico da importância da presença da sociedade civil nestes espaços. Certamente este movimento tem sido potencializado pelos assistentes sociais que têm feito essa defesa nos municípios do Brasil afora.

Assim como na assistência social, os profissionais têm contribuído para imprimir ações

desta natureza nas várias políticas sociais setoriais em que atuam, potencializando essas possibilidades.

Iamamoto (2002: 33), nos alerta para o desafio de fazer avançar essa perspectiva na profissão, tornando-se “[...] fundamental estimular inserções sociais que contemham potencialidades de democratizar a vida em sociedade, conclamando e viabilizando a ingerência de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública”. E também Abreu (2011): que seja um público não burguês, que seja de fortalecimento das classes subalternas na correlação de forças nos diferentes espaços da relação da sociedade política e sociedade civil.

Tais alertas, chamadas, que as autoras fazem, coadunam com pressupostos gramscianos e com o caminho que percorremos que cerca a elevação intelectual e cultural, de conhecer/pensar coerente e criticamente a realidade; e sobre esta elevação, o desenvolvimento de práticas profissionais e sociais diferenciadas que enfrentam o pensamento tradicional nas mais diversas instâncias e áreas de atuação do Serviço Social – gênero, meio ambiente, assistência social, enfrentamento a violências, saúde, educação, criança e adolescente, as relações entre Estado e sociedade civil, entre tantas outras áreas.

Ou seja, o caminho que seguimos de proximidade de Gramsci e o Serviço Social, além da sua referência ampla, metodológica-analítica de sociedade, das relações entre Estado e sociedade civil, é delimitado pelas categorias modernas de envolvimento prático, de desenvolvimento da autonomia, de participação, de politização, de responsabilidade pela construção coletiva, da socialização da política e do poder, de novos fundamentos ético-políticos na gestão da vida social, por parte das classes subalternas como protagonistas em potencial que são.

Consideramos que este se mostra um caminho possível, principalmente, diante de um quadro de tantas adversidades e, o referencial e o projeto gramscianos nos dispõem fundamentos e instrumentos para tanto.

Referências

- ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. 4ª ed. São Paulo : Cortez, 2011
- ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gonçalves. Mobilização social e práticas educativas. In: ABEPSS; CFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009, p. 593-608.
- BOUTIN, A. C. B. D., SCHEIFFER, C. S., SOUZA, C. G. de, LUIZ, D. E. C., BISCAIA, F. R., ALVES, G. A., JUNIOR, M. I.; SILVA, S. C. e. (2018). Perfil quantitativo das categorias teóricas gramscianas dos artigos do Mapa do International Gramsci Society do Brasil. *Emancipação*, 18(2), 386-398.
- CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. 3ª ed. São Paulo : Perseu

- Abrano, 2001.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. Carta de 7 de setembro de 1931 a Tatiana Schucht. In: GRAMSCI, Antonio. Cartas do cárcere, v. 2 (1931-1937). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. Quaderni del carcere: edizione critica dell'Istituto Gramsci. Turim: Giulio Einaudi, 2001 [1975].
- _____. Cadernos do Cárcere. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017a.
- _____. Cadernos do Cárcere. Volume 3 [recurso eletrônico]: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: Em questão: atribuições privativas do (a) assistente social. Brasília : Abepss, 2002.
- LIGUORI, Guido. Roteiros para Gramsci. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). Dicionário Gramsciano (1926-1937). 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LUIZ, Danuta Estrufika Cantóia. Emancipação e Serviço Social: a potencialidade da prática profissional. 2ª Ed. Ponta Grossa : Editora UEPG, 2013.
- SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- _____. Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- _____. Tornar-se dirigente. O projeto de Gramsci no mundo globalizado. In: COUTINHO, C.N. E TEIXEIRA, A.P.(ORG). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p 275 -289, 2003.
- _____. UFF. Conversas Gramscianas no Serviço Social em 13/08/20. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ZAJU3W9Xo4U&t=6715s&ab_channel=EscoladeServi%C3%A7oSocialUFF . Acesso em 17/02/2021.
- SIMIONATTO, Ivete. UFF. Conversas Gramscianas no Serviço Social em 10/09/20. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=igbYT24qk2E&ab_channel=EscoladeServi%C3%A7oSocialUFF . Acesso em 17/02/2021.

Os intelectuais em Gramsci: uma análise sobre o papel dos/as assistentes sociais

The intellectuals in Gramsci: an analysis of the role of social workers

Greice dos Reis Santos*
Marina Valéria Delage Vicente Mancini**

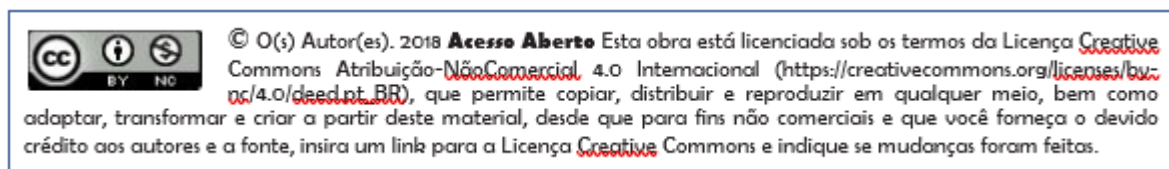
Resumo: O presente artigo aborda a contribuição de Antonio Gramsci – e do marxismo – acerca do conceito e da função dos intelectuais. A partir disso, busca saber se o/a assistente social, enquanto profissional que trabalha com a classe expropriada de seus direitos fundamentais, pode assumir ou não a função de intelectual orgânico. Todo o processo de investigação gira em torno dessa questão que, ao nosso modo de ver, precisa ser aprofundada.

Palavras-chave: pensamento gramsciano; intelectual; assistente social

Abstract: This article discusses the contribution of Antonio Gramsci - and Marxism - about the concept and function of intellectuals. Based on this, it seeks to know whether the social worker, as a professional who works with the expropriated class of their fundamental rights, can assume the role of organic intellectual or not. The entire investigation process revolves around this issue, which, in our view, needs to be deepened.

Keywords: gramscian thinking; intellectual; social worker

Recebido em: 01/03/2021
Aprovado em: 02/06/2021



* Mestra em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG (UFJF).
Doutoranda em Serviço Social na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ (UFRJ).

** Mestra em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG (UFJF).
Doutoranda em Serviço Social na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ (UFRJ).

Introdução

O conceito de intelectual recebeu a atenção de Marx nas reflexões que produziu em *A ideologia alemã*, juntamente com Engels, assim como na *Miséria da Filosofia*. Em quase toda a sua obra, ao tratar o campo das ideias, da ideologia e da ciência, Marx discutiu a presença do intelectual na vida social (SIMIONATTO, 2011).

Todavia, de acordo com Simionatto (2011), a discussão (sobre os intelectuais) presente nas obras mencionadas e, também, no próprio *Manifesto Comunista*, não está diretamente vinculada ao nível da militância política, mas essencialmente voltada para a busca do conhecimento, para o desenvolvimento de uma reflexão crítica, forte e adensada.

O problema dos intelectuais, que aparece nas entrelinhas dos escritos de Marx e Engels, desenvolveu-se e acentuou-se nos escritos de Kautsky, Lênin, Trotsky e, sobretudo, Gramsci. Mesmo considerando a importância desses estudos, Simionatto (2011) concorda que Gramsci foi o único marxista que tratou a fundo essa questão. Desde os seus escritos iniciais, é possível verificar no pensamento gramsciano uma acentuada preocupação com o tema da cultura e dos intelectuais, que vai se adensando no curso de suas formulações teóricas. Inclusive, a temática em voga (a história e o papel dos intelectuais) tornou-se ponto determinante para que Gramsci chegasse a sua elaboração sobre o conceito de Estado (LIGUORI, 2007).

Para Duriguetto (2014: 267),

A questão dos intelectuais ocupa uma posição estratégica nos escritos do comunista sardo. Ela é tratada, no desenvolvimento de suas análises, em relação aos processos de formação da hegemonia e ao conceito de Estado. Em Gramsci, os intelectuais e sua função no âmbito da vida social não são conceituados como sujeitos e ações distantes das determinações do mundo real, como um grupo “autônomo e independente”.

A partir das experiências vividas no campo da militância política e da compreensão da importância da cultura na construção de um novo projeto social, Gramsci coloca em evidência o problema dos intelectuais como momento fundamental da estratégia na luta pelo socialismo (SIMIONATTO, 2011).

Articulado a isso, ganha preocupação no pensamento do autor a questão da hegemonia que, conforme veremos adiante, diz respeito à capacidade que deve ter o proletariado de não limitar sua ação aos mecanismos de coerção, mas de fundamentá-la sobre a aceitação e o consenso das massas trabalhadoras. Assim sendo, enquanto outro componente fundamental na luta pelo socialismo, a hegemonia deve ser disputada e conquistada pelos trabalhadores; para isso, a atuação dos intelectuais faz-se estritamente necessária.

É importante observar que, para desenvolver seus estudos no campo marxista, Gramsci promoveu um desenvolvimento original de alguns dos conceitos mais elementares de Marx,

Engels e Lenin. Isso significa que, ao tomar como ponto de partida o núcleo central do pensamento desses autores, o comunista italiano superou dialeticamente muitas de suas formulações, não para negá-las, antes para reafirmar e aprofundar as suas teses fundamentais. Nessa direção, Gramsci conservou a base central do marxismo, na mesma medida em que a desenvolveu (COUTINHO, 2012).

Como exemplo, podemos citar as análises do autor sobre o Estado moderno que – desde o último terço do século XIX – tem as suas funções redefinidas e complexificadas, em função da transição de uma fase à outra do capitalismo¹. É assim que, ao captar mudanças importantes no papel do Estado, Gramsci amplia dialeticamente as suas determinações, procurando pensá-lo a partir da dinâmica do desenvolvimento das relações capitalistas.

Não à toa, devemos justificar a importância do pensamento gramsciano para o Serviço Social brasileiro a partir, principalmente, da década de 1980. Nesse momento, enquanto legatário da intenção de ruptura, umas das vertentes do processo de renovação, o Serviço Social estabelece uma linha de interlocução orgânica com o pensamento marxiano e marxista². Conforme esclarecido por Netto (2011: 131):

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das condições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, [...], procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimidade prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

Segundo Netto (2011), ao envolver a profissão como um todo, a partir de um processo global, a renovação implicou a construção de um pluralismo profissional (teórico, ideológico e político), além de inserir o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea, como protagonista que tenta romper com a subalternidade (intelectual).

O acúmulo teórico-crítico da profissão tem sua gênese nesse processo pelo qual passa o Serviço Social no bojo da autocracia burguesa e sua crise³. Mas é, certamente, por volta dos

¹ Na segunda metade do século XIX, devemos ressaltar que três processos fundamentais ocorreram, os quais, fomentaram a passagem para um novo estágio do capitalismo, esses processos foram: as evoluções técnicas e científicas (avanços nos campos da física, biologia e química), o aparecimento dos monopólios e a transformação do papel dos bancos. Para Netto e Braz (2012: 190), “Ao longo do capitalismo concorrencial, a classe capitalista foi se diferenciando em razão do volume de capital nas mãos de cada capitalista – existiam grandes, médios e pequenos capitalistas. A concorrência entre eles, como observamos, era desenfreada e, naturalmente, os grandes capitalistas tinham maiores chances de levar a melhor na luta que todos travavam entre si. Na segunda metade do século XIX, especialmente na sequência imediata da crise de 1873, esse quadro está estruturalmente modificado: as tendências do capital que já conhecemos, à concentração e à centralização, confluíram na criação dos modernos monopólios”.

² O termo marxiano é inerente ao pensamento do próprio Marx, já que faz referência às suas análises e formulações. Os estudos marxistas, enquanto expressão do legado marxiano, são aqueles que vieram depois de Marx – a exemplo de Engels, Lênin, Gramsci, dentre outros – cujas análises estão fundamentadas em seu pensamento.

³ Para maior aprofundamento e contextualização da temática, sugerimos a leitura da obra *Ditadura e Serviço*

anos 1982-1983, que nós teremos um momento de amadurecimento da vertente denominada intenção de ruptura⁴. Favorecida pela conjuntura de transição democrática, a proposta de rompimento com o tradicionalismo, por meio de um arcabouço teórico diferenciado, penetra e enforma os debates da categoria profissional, dando o tom da sua produção intelectual, com rebatimentos expressivos na formação de quadros profissionais e nas organizações representativas dos/as assistentes sociais (NETTO, 2011).

Dois tempos foram fundamentais à construção do projeto de ruptura no âmbito da profissão:

Quaisquer que sejam os progressos da investigação acerca do desenvolvimento do Serviço social no Brasil a partir da década de sessenta, a elaboração do grupo de Belo Horizonte permanecerá como um marco [...]. Com equívocos maiores ou menores, aquele trabalho configurou a primeira elaboração cuidadosa, no país, sob a autocracia burguesa, de uma proposta alternativa ao tradicionalismo preocupada em atender a critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de apontar ao Serviço Social uma fundamentação orgânica e sistemática [...] que pretendia expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas.

Outra é a relevância da reflexão de Yamamoto: seu trabalho sinaliza a maioria intelectual da perspectiva intenção de ruptura – ponto de inflexão no coroamento da consolidação acadêmica do projeto de ruptura e mediação para o seu desdobramento para além das fronteiras universitárias. Trata-se de uma elaboração que, exercendo ponderável influência no meio profissional, configura a primeira incorporação bem-sucedida, no debate brasileiro, da fonte “clássica” da tradição marxiana para a compreensão profissional do Serviço Social (NETTO, 2011: 275-6).

Então, como o/a leitor/a poderá constatar, é a partir da renovação e, especificamente, da intenção de ruptura, que o pensamento marxiano ganhará maior expressividade no Serviço Social brasileiro e, nesse campo de interlocução, o diálogo aberto com as formulações gramscianas. Especificamente, ao estudar a circulação e assimilação do pensamento de Gramsci no quadro teórico do Serviço Social brasileiro, Silveira Jr (2021: 19-20, grifos do autor) observa que:

[...] na realidade latino-americana, onde o estudo de Gramsci adquire consistência justo nas crises das ditaduras, ganha ímpeto a sua absorção como

Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64 elaborada por José Paulo Netto.

⁴ O processo de renovação assumiu três principais direções, que conformaram, respectivamente, as perspectivas: modernizadora, de reatualização do conservadorismo e a que se propôs como intenção de ruptura. Essa última foi aquela que manifestou “a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (reformismo conservador)” (NETTO, 2011: 159). Para tanto, além da crítica aos substratos do tradicionalismo, tornou-se necessária a apropriação de um arcabouço teórico diferenciado. Na sua evolução e explicitação, a intenção de ruptura recorreu progressivamente à tradição marxista; desde a sua emergência inicial – configurada no célebre “*Método Belo Horizonte*” (entre 1972 e 1975) – até o momento da sua consolidação acadêmica e espraiamento para o conjunto da categoria profissional, na década de 1980.

um teórico da democratização da “sociedade civil”, em confronto com os estados “autoritários”, etc. Esses são elementos de determinação que nosso quadro de análise histórico-política recorre para apreender as condicionantes mais significativas que informam as modalidades de interpretação de Gramsci no próprio Serviço Social. [...].

Um estudo exploratório das mais significativas construções teóricas do Serviço Social vinculadas à ‘intenção de ruptura’ nos permitiu verificar que as elaborações de Gramsci foram apropriadas pelo quadro teórico-crítico profissional, formulado após finais de 1970, em três dos seus eixos principais: 1) *na análise da natureza do estado e das políticas sociais (ou serviço sociais)* [...]; 2) *na identificação do caráter desse agente profissional assalariado*, ou seja, na determinação da sua inserção específica no circuito da produção-reprodução social [...]; 3) *na interpretação sobre o papel (ou funcionalidade) do Serviço Social na reprodução social* [...].

A partir desse panorama, buscaremos apreender, em primeiro lugar, a questão dos intelectuais; de modo geral, a discussão proposta terá como base central as determinações presentes na obra “*Cadernos do Cárcere*” que, apesar de ter sido elaborada em fragmentos e não revisada pelo autor, expressa as formulações de maturidade de Gramsci⁵. Na sequência, o objetivo é pensar se o/a assistente social – enquanto trabalhador/a inserido/a na divisão social e técnica do trabalho – pode cumprir ou não o papel de intelectual orgânico.

A partir da reflexão em tela, esperamos que o debate seja adensado de maneira que consiga suscitar posteriores contribuições e/ou questionamentos, imprescindíveis ao campo do conhecimento e à intervenção prática. Dito isso, convidamos o(a) leitor(a) a permanecer conosco para que chegue às suas próprias conclusões.

A questão dos intelectuais em Gramsci

A questão dos intelectuais assume posição estratégica nos escritos carcerários de Antonio Gramsci e, de modo geral, é declaradamente atravessada por duas interrogações fundamentais, estritamente conectadas entre si. “Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem sua própria categoria especializada de intelectuais?” (GRAMSCI, 2004: 15). Como “identificar e definir os limites ‘máximos’ da acepção de ‘intelectual’?” (GRAMSCI, 2004, p.18). Em relação à primeira questão, Gramsci esclarece:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da

⁵ Para superar as falsas interpretações instituídas entre as categorias gramscianas e revalorizar o caráter dialético do pensamento de Antonio Gramsci, é imprescindível uma leitura que reconheça o caráter fragmentário de sua obra, as fontes as quais ele utiliza e o tempo de sua produção (BIANCHI, 2008: 173).

indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da “confiança” dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.). Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa. (GRAMSCI, 2004, p.15-6).

Para Gramsci, trata-se de intelectuais como categoria orgânica, da qual – a exemplo dado pelo autor – o/a empresário/a faz parte, na medida em que deve ter certa capacidade técnica, que extrapola o campo econômico em sentido restrito. Mas, como o próprio autor esclarece, todo grupo social, emergindo da história da estrutura econômica, encontrou “categorias intelectuais preexistentes”, que se apresentam como representantes de uma continuidade histórica anterior, não colocada em discussão nem mesmo pelas mais complexas mudanças sociais e políticas (GRAMSCI, 2004: 16). Gramsci cita como exemplo os eclesiásticos (como categoria de intelectuais) que, durante muito tempo, concentraram em suas mãos alguns serviços essenciais.

Segundo interpretação de Pasqueale Voza (2017), apresentada no *Dicionário Gramsciano* (organizado por ele e Guido Liguori), esse primeiro núcleo de reflexão, no entanto, somente pode ser esclarecido em conexão com a resposta que Gramsci fornece à segunda questão: *de que modo identificar e definir os limites “máximos” da concepção de “intelectual”?*

O erro metodológico mais comum é buscar o caráter da atividade intelectual no que é intrínseco a ela; ao contrário, esse caráter deve ser apreendido no conjunto geral das relações sociais. A título de esclarecimento, Gramsci (2004) cita o caso do operário ou proletário que “não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais”. O autor acrescenta: “não existe trabalho puramente físico”; isso significa que “em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora”. Como o próprio marxista indica, o/a empresário/a (e outro conjunto de profissionais) pela sua própria função, deve possuir em certa medida algumas

qualificações de caráter intelectual, embora sua figura social seja determinada não por elas, mas pelas relações sociais gerais que caracterizam efetivamente a sua posição na indústria (GRAMSCI, 2004, p.18).

Com base nessa linha de raciocínio, podemos dizer que a figura social do empresário, do proletário (e outros) é determinada, diretamente, pelo conjunto das relações sociais. Essa constatação, no entanto, não anula o entendimento de que esse mesmo profissional detém qualificações de caráter intelectual. Mas, vejamos: deter não é o mesmo que exercer. Essa diferenciação, salvo erro nosso, é determinante para avançarmos na problematização do tema em questão. Pois, se de um lado, todo e qualquer profissional detém qualificações de caráter intelectual, de outro lado, não (necessariamente e/ou diretamente) ele exerce essa atividade. Dito isso, parecem pertinentes duas novas questões: *quem é o intelectual, na acepção gramsciana, e que função ele exerce no conjunto das relações sociais?*

Na reflexão do sardo comunista, a dimensão intelectual está presente em todas as atividades profissionais, mesmo nas mais degradadas e mecânicas (GRAMSCI, 2004). O autor acrescenta:

todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. (GRAMSCI, 2004: 18-9).

Em Gramsci, a distinção entre intelectuais e não intelectuais refere-se à imediata função social desempenhada por esse segmento em específico, o que nos permite afirmar que inexistem não intelectuais, antes graus diferenciados de atividade especificamente intelectual (DURIGUETTO, 2014). Ou seja, na medida em que cada indivíduo utiliza em grau mais ou menos elevado sua capacidade cerebral, todos os homens podem ser considerados intelectuais, ainda que não exerçam essa função. Nas palavras do marxista italiano:

por intelectuais, deve-se entender [...] todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo [...]. Para analisar a função político-social dos intelectuais, é preciso investigar e examinar sua atitude psicológica em relação às classes fundamentais que eles põem em contato nos diversos campos: têm uma atitude “paternalista” para com as classes instrumentais ou se consideram uma expressão orgânica destas classes? Têm uma atitude “servil” para com as classes dirigentes ou se consideram, eles próprios, dirigentes, parte integrante das classes dirigentes? (GRAMSCI, 2002: 93).

Tendo como base o exposto, Gramsci não considera os intelectuais como um grupo autônomo e independente, mas os apresenta como parte integrante das relações sociais, como pertencentes a uma classe social e com a função de organizar e representar os interesses dessa classe no conjunto da vida social.

Para o autor, a função dos intelectuais define-se pela conservação ou construção de projetos hegemônicos de classe. Nesse sentido, a definição e a função dos intelectuais estão organicamente vinculadas à configuração do Estado no sentido integral. De maneira clássica e resumida, mas nem por isso menos importante, no *Caderno 6*, Gramsci (2000: 244) explicitará sua concepção, segundo a qual “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” ou como afirmará mais adiante “Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia)” (GRAMSCI, 2002: 257). Em uma de suas notas, o italiano afirma:

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos vulgarmente “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico” (GRAMSCI, 2004: 20-1).

Em Gramsci, o conceito de “sociedade política” assume contornos bem precisos. Refere-se ao Estado no sentido restrito, isto é, aparelho governamental responsável pela administração direta e pelo exercício legal da coerção, também denominado nos *Cadernos* de “Estado Político” ou “Estado-governo”. Nessa perspectiva, “mais complexa é a definição do conceito de sociedade civil” (BIANCHI, 2008: 177-8).

Enquanto para Marx e Engels “sociedade civil” expressa o conjunto das relações econômicas capitalistas (e/ou base material); para Gramsci, ao contrário, o termo refere-se a uma esfera ou dimensão da superestrutura⁶. Segundo o sardo comunista, a “sociedade civil” é entendida como o “conjunto de organismos vulgarmente ‘privados’⁷, dentre os quais podemos citar: escolas, igrejas, associações políticas, culturais e sindicais. Por meio destes “organismos”, responsáveis por propagar valores, cultura e ideologias, o Estado organiza e educa o consenso

⁶ Ao longo de suas reflexões, Gramsci é preciso em afirmar a relação dialética entre estrutura e superestrutura. No caderno 10, ele diz: “[...] para as classes fundamentais produtivas (burguesia capitalista e proletariado moderno), o Estado só é concebível como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção” (GRAMSCI, 2001: 427). Nas palavras do marxista italiano (2001: 389), “entre estrutura e superestrutura existe um nexo necessário e vital” e é, precisamente, o conceito de “bloco histórico” que apreende a unidade entre uma e outra dimensão defendida pela filosofia da práxis (GRAMSCI, 2001: 370).

⁷ Conforme esclarece Liguori (2007), Gramsci coloca o adjetivo “privado” entre aspas, para mostrar que tais organismos, aparentemente “privados”, fazem parte do Estado, na medida em que possuem uma indiscutível dimensão pública.

de que necessita para garantir a hegemonia⁸ do grupo dominante sobre toda a sociedade.

De acordo com Gramsci (2004: 20), não é imediata “a relação entre os intelectuais e o mundo da produção [...], como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, [...], pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’”. Assim sendo, no interior do “Estado integral”, os intelectuais/funcionários são aqueles que mediatizam a manutenção da hegemonia de determinada classe ou fração de classe.

A partir dessa interpretação, Gramsci buscou observar as funções “organizativas” e conectivas assumidas pelos intelectuais no processo de produção de hegemonia. No entanto, parece-nos equivocado deduzir que os intelectuais exercem, tão somente, funções de consenso. A título de aprofundamento, seguem as anotações de Gramsci (2004: 21), no Caderno 12:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. Esta colocação do problema tem como resultado uma ampliação muito grande do conceito de intelectual, mas só assim se torna possível chegar a uma aproximação concreta à realidade.

A atuação do intelectual, portanto, se dá nos dois grandes planos superestruturais analisados por Gramsci – sociedade política e sociedade civil. Isso significa que o intelectual tanto pode atuar para garantir o consenso e a aceitação das massas populares, quanto para discipliná-las em momentos de crise no comando e na direção, cujo consenso é espontaneamente perdido. Em outra passagem do texto carcerário, o sardo comunista chega a fazer o seguinte esclarecimento:

O exercício ‘normal’ da hegemonia, [...] caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem a que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos

⁸ De acordo com Gramsci (2000: 48), para o exercício da hegemonia, é fundamental considerar os interesses dos diferentes grupos sociais sobre os quais ela será exercida, pois, somente assim, um equilíbrio de compromissos é formado. “O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. História da “opinião pública”: naturalmente, elementos de opinião pública sempre existiram, mesmo nas satrapias asiáticas; mas a opinião pública como hoje se entende nasceu às vésperas da queda dos Estados absolutistas, isto é, no período de luta da nova classe burguesa pela hegemonia política e pela conquista do poder” (GRAMSCI, 2000: 265).

da opinião pública – jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2000: 95).

A questão política dos intelectuais, uma vez articulada ao problema da hegemonia e do Estado, convoca Gramsci a ir além da distinção entre intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais, (re)direcionando a sua atenção para a função dos grandes intelectuais na vida dos Estados (GRAMSCI, 2001). Em um diálogo extenso com Benedetto Croce, a respeito do assunto, Gramsci afirma:

o pensamento de Croce deve ser apreciado como valor instrumental e, assim, pode-se dizer que ele atraiu energeticamente a atenção para o estudo dos fatos de cultura e de pensamento como elementos de domínio político, para a função dos grandes intelectuais na vida dos Estados, para o momento da hegemonia e do consenso como forma necessária do bloco histórico concreto (GRAMSCI, 2001: 283).

Para Croce, todavia, os intelectuais não devem se rebaixar ao nível das massas, mas compreender que uma coisa é a ideologia – instrumento prático para governar – e outra é a filosofia e a religião. Nessa linha de raciocínio, ele defende que “os intelectuais devem ser governantes e não governados, construtores de ideologias para governar os outros e não charlatães que se deixem picar e envenenar pelas próprias serpentes” (GRAMSCI, 2001: 284).

Em outra direção, Gramsci reafirma a importância dos grandes intelectuais fundamentarem as suas ações numa perspectiva popular e de massa, com caráter mundial. Para o comunista italiano, em todo caso, “o grupo portador das novas ideias não é o grupo econômico, mas a camada dos intelectuais” (GRAMSCI, 2011: 428). Assim sendo, o grande intelectual (na vida dos Estados) deve deixar de lado a posição de homem de gabinete - que estuda os fatos do passado – para tornar-se, do ponto de vista atual, participante das lutas de seu tempo (GRAMSCI, 2011: 449).

No caderno 11, especificamente, Gramsci faz uma observação da maior importância:

deve-se notar que em todos os países, ainda que em graus diversos, existe uma grande cisão entre as massas populares e os grupos intelectuais, inclusive os mais numerosos e mais próximos à periferia nacional, como os professores e os padres. E isso ocorre porque o Estado, ainda que os governantes digam o contrário, não tem uma concepção unitária, coerente e homogênea, razão pela qual os grupos intelectuais estão desagregados em vários estratos e no interior de um mesmo estrato (GRAMSCI, 2001: 112).

Nesses termos, Gramsci denuncia a cisão entre as massas populares e os grupos intelectuais, em função da desagregação desses grupos em vários estratos. O marxista aponta um problema que, do ponto de vista prático-político, deve ser enfrentado por todos aqueles e aquelas que compõem a camada de intelectuais, inserida na vida dos Estados ou fora dela.

Inclusive, nas anotações que faz sobre o ensaio popular, ainda no Caderno 11, Gramsci (2001: 114) busca pensar o ponto de partida da ação intelectual:

§ 13. Um trabalho como o Ensaio popular [18], destinado essencialmente a uma comunidade de leitores que não são intelectuais de profissão, deveria partir da análise crítica da filosofia do senso comum, que é a “filosofia dos não-filósofos”, isto é, a concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio. O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o “folclore” da filosofia e, como o folclore, apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconseqüente, conforme à posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia. Quando na história se elabora um grupo social homogêneo, elabora-se também, contra o senso comum, uma filosofia homogênea, isto é, coerente e sistemática.

Nesse sentido, Gramsci sustenta que a ação intelectual deve partir do conhecimento solto e fragmentário, ou seja, do senso comum, em primeiro lugar, da religião, em segundo e, por último, dos sistemas filosóficos elaborados por grupos intelectuais tradicionais. Ao ensinar um aluno, por exemplo, é preciso partir daquilo que ele já conhece, da sua experiência filosófica “(após lhe ter demonstrado que ele tem uma tal experiência, que é um “filósofo” sem o saber)”, para que a partir desse conhecimento ele consiga elaborar criticamente o próprio pensamento (GRAMSCI, 2011: 119).

Como o próprio autor sinaliza, “uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes”. Todavia, “este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de debandadas e de reagrupamentos; e, neste processo, a “fidelidade” da massa [...] é submetida a duras provas” (GRAMSCI, 2001: 104).

Feitas, então, essas considerações mais gerais sobre os intelectuais, cabe agora pensarmos a distinção, operada por Gramsci, entre intelectual tradicional e intelectual orgânico. Afinal, o que particulariza um e outro no conjunto da vida social, prática e política? A esse respeito, com base nas formulações gramscianas, Simionatto (2011) coloca a necessidade de pensarmos o conceito de intelectual a partir de dois critérios: “pelo lugar e função que exerce na estrutura social e pelo lugar e função que desempenha em um determinado processo histórico” (SIMIONATTO, 2011: 58).

Os intelectuais tradicionais são aqueles que sobreviveram ao desaparecimento do modo de produção anterior e, atualmente, não se encontram organicamente ligados a nenhuma das classes fundamentais. É válido lembrar que:

Todo grupo social “essencial”, [...], emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais e modificações das formas sociais e políticas. A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo [...] alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a escola, a instrução, a moral, [...]. A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária, com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade. Mas o monopólio das superestruturas por parte dos eclesiásticos [...] não foi exercido sem luta e sem limitações; e, por isso, nasceram, sob várias formas (que devem ser pesquisadas e estudadas concretamente), outras categorias, favorecidas e ampliadas pelo fortalecimento do poder central do monarca, até o absolutismo. Assim, foi-se formando a aristocracia togada, com seus próprios privilégios, bem como uma camada de administradores, etc., cientistas, teóricos, filósofos não eclesiásticos, etc (GRAMSCI, 2004: 16-7).

Conforme esclarecido por Gramsci, essas diferentes categorias de intelectuais tradicionais “sentem com ‘espírito de grupo’ sua ininterrupta continuidade histórica e sua ‘qualificação’, eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante”. Essa posição assumida pelo conjunto dos intelectuais tradicionais sustenta-se numa postura idealista, tendo em vista que “os intelectuais tradicionais acreditam ser ‘independentes’, autônomos, dotados de características próprias, etc” (GRAMSCI, 2004: 17).

Segundo Simionatto (2011), essa autonomia reclamada pelos intelectuais tradicionais refere-se ao fato de que, na formação de um novo bloco histórico, perderam a base social à qual estavam vinculados organicamente. Esses intelectuais possuem “espírito de corpo” e, portanto, formam uma casta. Porém, Gramsci nega essa interpretação na medida em que considera os intelectuais como parte integrante do conjunto das relações sociais.

De forma clara e sintética, Duriguetto e Montañó (2010: 112) afirmam que:

o intelectual tradicional se vincula a instituições que o capitalismo herda de formações sociais anteriores (como as Igrejas e o sistema escolar); pertence assim a uma entidade não diretamente classista (como o professor universitário, vinculado a um aparelho de hegemonia), podendo ele apresentar uma orientação conservadora ou revolucionária.

Para Simionatto (2011), seguindo essa mesma linha de raciocínio, o intelectual tradicional não é apenas de tipo conservador e reacionário. Ele também pode ser revolucionário se, na passagem de uma formação histórica à outra, passar a defender os interesses da classe subalterna.

Em razão de sua força política, econômica e cultural, é verdade que as classes dominantes possuem uma enorme capacidade de conquistar intelectuais. “Uma classe

dominante é tanto mais forte e mais sólida em sua dominação quanto mais é capaz de assimilar os intelectuais mais importantes das classes subalternas” (SIMIONATTO, 2011: 59). Todo e qualquer grupo que almeja o poder tem, desta forma, a necessidade de conquistar intelectuais a fim de fortalecer a sua hegemonia.

Aos intelectuais caberia a função de operar para a “organicidade de pensamento” dos grupos sociais subalternos, ou seja, contribuir para uma relação coerente entre teoria (concepção de mundo) e ação. A possibilidade da construção coerente dessa relação estaria em um atuar “orgânico” dos intelectuais nesses grupos, ou seja, de elaborarem e tornarem coerentes os princípios e os problemas que os “simples” colocam com a sua atividade prática. É dessa relação orgânica entre os intelectuais e os “simples” que nasce a elaboração de uma concepção de vida superior ao senso comum, uma elaboração superior dos grupos subalternos da própria concepção do real (DURIGUETTO, 2014: 276).

De acordo com Duriguetto e Montaño (2010: 112), “[...] o intelectual orgânico, criado por cada classe social, pertence organicamente a uma classe (tanto ao proletariado como a burguesia, como um dirigente sindical, ou um administrador de uma empresa) que serve para lhe dar consciência e conquistar ou manter sua hegemonia”.

Para Gramsci, o intelectual orgânico possui a tarefa permanente de organizar politicamente a classe e ajudá-la na luta pela construção da hegemonia. Para viabilizar esse processo, porém, o intelectual precisa provocar, no interior da classe a que está organicamente vinculado, uma tomada de consciência de seus interesses (SIMIONATTO, 2011).

O caráter orgânico do intelectual depende da sua relação com a classe a que pertence. “Estar vinculado organicamente a uma classe não significa agir de fora, externamente, de maneira mecânica. Significa, sim, participar efetivamente de um projeto junto às classes fundamentais: burguesia ou proletariado” (SIMIONATTO, 2011: 63).

É oportuno notar, em concordância com a autora, que a origem de classe de um intelectual pode ser diferente e até mesmo antagônica à classe a que está organicamente vinculado. Por exemplo, um intelectual orgânico da classe trabalhadora pode tornar-se um intelectual orgânico da burguesia ou vice-versa. É a classe, o grupo, a empresa é que criam os seus próprios intelectuais. Desta forma, tanto a burguesia quanto o proletariado podem produzir os seus. Esse entendimento, conforme veremos na seção seguinte, será determinante para pensarmos o/a assistente social como intelectual (orgânico) de uma ou outra classe, a depender do direcionamento das suas ações e do seu compromisso ético-político.

De acordo com Gramsci, os intelectuais da classe burguesa são os comissários do grupo dominante. Além de organizadores da função econômica, eles são portadores da hegemonia que a classe dominante exerce na sociedade civil, seja por meio das diversas organizações culturais

(escola, Igreja, TV, rádio, cinema, imprensa de maneira geral), seja por intermédio dos partidos políticos, que assumem a função de assegurar o consenso das grandes massas de acordo com os valores estabelecidos pela ordem burguesa.

Como informado, o proletariado também pode produzir os seus intelectuais, a fim de contribuir para a construção da sua hegemonia e, assim, aspirar à direção da sociedade. O partido político exerce, nesse processo, um papel central para que a classe proletária se apresente como concorrente da hegemonia burguesa. De acordo com Simionatto (2011), Gramsci pensa o partido como instituição que, enquanto “intelectual coletivo”, viabiliza a passagem da “classe em si” para a “classe para si”⁹; trata-se de uma instituição ético-política que possui a permanente tarefa política de organizar a classe e orientá-la na luta pela construção da hegemonia. Nas palavras de Gramsci (2004: 25):

Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais é uma afirmação que pode se prestar à ironia e à caricatura; contudo, se refletirmos bem, nada é mais exato. Será preciso fazer uma distinção de graus; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual. Um comerciante não ingressa num partido político para comerciar, nem um industrial para produzir mais e com custos reduzidos, nem um camponês para aprender novos métodos de cultivar a terra, ainda que alguns aspectos destas exigências do comerciante, do industrial, do camponês possam ser satisfeitos no partido político. [...] Para estas finalidades, dentro de certos limites, existe o sindicato profissional, no qual a atividade económico corporativa do comerciante, do industrial, do camponês encontra seu quadro mais adequado. No partido político, os elementos de um grupo social económico superam este momento de seu desenvolvimento histórico e se tornam agentes de atividades gerais, de carácter nacional e internacional.

Em sentido amplo, o intelectual necessita provocar, no interior da classe a que está organicamente vinculado, a tomada de consciência dos seus interesses, além disso, participar na formação de uma concepção de mundo autônoma e homogênea. Já que a concepção de mundo do proletariado está marcada pela ideologia de outras classes sociais, fica evidente a importância da atuação do intelectual na formação dessa nova concepção de mundo.

Segundo Gramsci (2001: 110),

para todo movimento cultural que pretenda substituir *o senso comum* e as velhas concepções de mundo, far-se-á necessário: “1) não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literariamente a sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) trabalhar de modo incessante para elevar intelectualmente camadas

⁹ Enquanto a “classe em si” diz respeito à mera existência de uma classe, a “classe para si” é aquela que, consciente de seus interesses e inimigos, se organiza para a luta (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010: 97). Nesse movimento, os intelectuais “concebem a si mesmos como os árbitros e os mediadores das lutas políticas reais, os que personificam a “catarse” do momento económico ao momento ético-político, isto é, a síntese do próprio processo dialético [...]” (GRAMSCI, 2001: 293).

populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para se tornarem seus “espartilhos. Esta segunda necessidade, quando satisfeita, é que realmente modifica o “panorama ideológico” de uma época.

Sendo assim, pensar a formação e o papel dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora significa traçar o caminho para um projeto de sociedade sem classes ou, nos termos de Gramsci, “sociedade regulada”. Nesse processo, conforme apreendido por Simionatto (2011), o intelectual precisa ultrapassar a sua figura tradicional de especialista de um saber objetivo, para tornar-se um organizador da classe e, portanto, seu persuasor permanente.

Até aqui, embora não esteja esgotada a questão dos intelectuais, foram reunidos os elementos essenciais à compreensão do debate. A partir de agora, é imperativo refletir sobre as contribuições de Gramsci para o trabalho do/a assistente social, a partir do conceito de intelectual orgânico.

O assistente social como intelectual orgânico: uma questão a ser discutida

O surgimento do Serviço Social, como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, está relacionado com a questão social¹⁰, em um determinado contexto histórico, marcado pelo capitalismo monopolista (Netto, 2009). Fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho, a questão social atinge visceralmente a vida dos sujeitos que se veem impelidos a lutar pelos direitos sociais.

O Serviço Social é a profissão requisitada para trabalhar com as expressões da questão social que, por sua vez, torna-se pública em razão das reivindicações e mobilizações dos trabalhadores por condições dignas de sobrevivência; exatamente no início do século XX, quando podemos registrar o redimensionamento do Estado brasileiro que – para amenizar os conflitos de classe e, fundamentalmente, garantir a estrutura de desenvolvimento econômico – passa a implementar uma série de políticas sociais.

Na década de 1930, enquanto prática institucionalizada, o Serviço Social nasce no dilema de servir ao poder dominante, haja vista que, na divisão social e técnica do trabalho, a profissão deve ter a capacidade de responder às expressões da questão social, porém, para

¹⁰ Como afirma Iamamoto (2007: 156) “A gênese da questão social na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos”. A questão social abarca a gama das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento antagonístico das relações sociais. Ela é também, uma arena de lutas políticas e culturais na concorrência entre projetos societários, apoiados por diferentes interesses de classe na execução e direção das políticas sociais e econômicas, as quais trazem consigo particularidades históricas nacionais.

reduzir conflitos, gerenciar a pobreza e criar estratégias de enfrentamento aos problemas sociais.

Nas palavras de Yamamoto (2011: 18):

o Serviço Social surge como parte de um movimento mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no ‘mundo temporal’ [...]. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa.

A revolução de 1930 ocorrida no Brasil inaugura um período de intervenção social da Igreja que visava uma reaproximação com o Estado. É assim que as atividades da caridade tradicional ganharam uma nova configuração, contando não apenas com famílias da burguesia paulista e carioca, mas também com o aporte do Estado, o que possibilitou a realização de obras sociais mais abrangentes.

Nesse período, registra-se uma atuação do Serviço Social brasileiro numa perspectiva de caráter mais doutrinário do que científico. Na sua “fase inicial”, o Serviço Social tradicional adotou um posicionamento moralizador em face das expressões da questão social, com um fazer profissional pautado no disciplinamento e controle da força de trabalho (IAMAMOTO, 2011).

Somente a partir dos anos 1960, no curso da autocracia burguesa no Brasil, nós assistiremos ao processo de erosão do Serviço Social “tradicional”. Tal processo, como muito bem explicado por Ortiz (2010), se prolongará por, pelo menos, três décadas, suscitando um redimensionamento e um amadurecimento profissional indubitável.

Registra-se nesse momento, como indicado na introdução do presente trabalho, o processo de renovação da profissão, enquanto expressão do Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano. Sem delongas, é importante esclarecer que esse movimento questionou o papel dos assistentes, na divisão do trabalho, bem como a condição e a posição dos países latino-americanos no contexto de dominação burguesa, fundamentada no grande monopólio internacional (ORTIZ, 2010). A reconceituação viu-se diante de ditaduras burguesas no continente, que visavam uma modernização conservadora das economias locais, objetivando a manutenção da ordem monopolista do capital. Inclusive, no Brasil, temos em 1964 a instauração do golpe civil-militar e várias são as transformações sofridas pela sociedade brasileira nesse contexto.

Para garantir a reprodução do capital, o Estado que se estrutura face ao regime ditatorial é, essencialmente, “antinacional e antidemocrático”, passando a enfrentar a “questão social” com repressão e políticas sociais compensatórias. Esse ambiente promove profundas mudanças

no interior do Serviço Social que se vê diante de novas demandas.

O fato central é que, no curso da ditadura, mudou o perfil do profissional exigido pelo mercado de trabalho; a partir daquele momento, tornou-se necessário um assistente social “moderno” com um desempenho onde traços “tradicionais” fossem substituídos por procedimentos “racionais” (NETTO, 2011: 122). Produzir esse profissional implicava mudar a sua base de formação e a política educacional da ditadura se encarregou de fazer isso. A ditadura refuncionalizou e expandiu as agências de formação dos/as assistentes sociais (NETTO, 2011).

Portanto, é no bojo do processo de renovação do Serviço Social que vai se instaurar no ambiente profissional um pluralismo teórico, ideológico e político. É exatamente a partir da vertente intenção de ruptura (uma das direções desse processo) que nós teremos a adoção do marxismo como referência analítica (NETTO, 2011).

A partir dos anos 1980 e avançando nos anos 1990, o Serviço Social passa a se apropriar não só do pensamento de Marx, mas também das contribuições de Antonio Gramsci, Agnes Heller, Georg Lukács, E. P. Thompson e outros. Com base nesse referencial, os/as assistentes sociais iniciam a construção de um projeto profissional coletivo que fosse capaz de fornecer subsídios necessários à reformulação da formação profissional, partindo do entendimento de que esta deveria instrumentalizar o/a assistente social para uma prática efetiva e comprometida com o seu usuário, isto é, com os interesses do trabalho e da classe trabalhadora.

Foi, portanto, na conjuntura sócio-histórica de crise da autocracia burguesa e, concomitantemente, de luta pelo Estado de direito e defesa da democracia política que se efetivaram iniciativas coletivas de elaboração de um projeto profissional voltado aos interesses dos trabalhadores e à crítica ao conservadorismo. No entanto, sob a égide das iniciativas do capital, em sua dinâmica de dominação econômica e ideológica, a nível mundial e nacional, os anos 1990 são emblemáticos. A partir dessa década, verifica-se o aprofundamento das reformas neoliberais, aliadas ao conservadorismo na política e ampla propagação do pragmatismo, individualismo e competitividade como estilos de vida contemporâneos (IAMAMOTO, 2007).

Apesar dos avanços obtidos no ambiente profissional – em função da aprovação da Lei de Regulamentação da profissão (Lei n.8662) e do atual Código de ética dos/as assistentes sociais, ambos em 1993 – com a conjuntura adversa do neoliberalismo, o Serviço Social tem enfrentado, de forma permanente, o desafio de decifrar as lógicas do capitalismo contemporâneo, em relação às mudanças no mundo do trabalho e consequente desmonte dos sistemas de proteção social. Estamos falando de lógicas que reforçam e aprofundam a desigualdade social, na mesma medida em que operam a despolitização da abordagem da questão social.

Inserido nesse movimento contraditório, os/as assistentes sociais se veem confrontados pelo conjunto das transformações societárias e desafiados a compreender e intervir nas novas manifestações da questão social, que denunciam a precarização do trabalho, das políticas e dos serviços sociais, que atingem fundamentalmente os trabalhadores.

O/a assistente social, no contexto presente, é o profissional que tem atuado por intermédio de políticas sociais, cada vez mais tímidas e com recursos reduzidos; apesar disso, tem em sua profissão um projeto ético-político que vislumbra, enquanto horizonte, outra sociedade, livre da exploração do trabalho, marcada por relações sociais verdadeiramente humanas (JACINTO, 2017: 88).

O(A) assistente social, tendo diante de si este horizonte, também é um(a) trabalhador(a), vivenciando a mesma necessidade de sobrevivência, tendo também que lutar pelos próprios direitos, vivendo também as condições do trabalho assalariado, estranhado, alienado, atuando através de políticas sociais precarizadas, focalizadas, minimizadas. Como esperar desse(a) profissional que seja o(a) organizador(a) das massas, persuasor(a) permanente, especialista a serviço das classes dominadas? Pode-se dizer, portanto, que o primeiro desafio é a própria conjuntura que vivenciamos, pois o projeto ético-político do Serviço Social vai contra a corrente do ideário neoliberal que rege a sociedade atual.

Desta forma, a ação profissional do/a assistente social tanto pode favorecer os interesses e/ou as necessidades das classes subalternas, quanto pode legitimar o poder das classes dominantes e, nesse sentido, aprofundar as desigualdades e as redes de subalternização.

Se de um lado, na sociedade capitalista, imperam valores e ações destrutivos dos homens, de outro, estão presentes valores emancipatórios, sobretudo, anticapitalistas. Essa mesma sociedade apresenta um campo minado de resistências e lutas travadas no cotidiano de uma conjuntura desfavorável para os trabalhadores, os/as quais necessitam de maior organização para terem força na arena política.

Jacinto (2017: 89), ao pensar no trabalho desenvolvido pelo(a) assistente social, afirma:

que cada vez mais é requisitado a atuar junto aos segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora, para contribuir na necessária redução das desigualdades socioeconômicas, por meio de viabilização de serviços, benefícios, programas sociais, laudos, pareceres, avaliações sociais, a partir de estratégias, ações e instrumentos. É a partir da legitimidade profissional que o(a) assistente social, através da mesma ação de responder às requisições institucionais, pode favorecer os interesses da classe trabalhadora. Trata-se de reafirmar a condição de classe, que se expressa também na pobreza imposta à classe trabalhadora, com a destituição do direito de usufruir da riqueza socialmente produzida.

Nesse sentido, de acordo com a autora, o trabalho do/a assistente social pode caminhar na direção de contribuir com a consciência de classe dos/as trabalhadores atendidos, buscando meios para o enfrentamento das manifestações da questão social, de forma coletiva,

compreendendo o caráter coletivo, não no sentido da quantidade, mas da qualidade do potencial de aprendizagem que as lutas sociais por efetivação dos direitos contêm.

O/a profissional, ao trabalhar com as classes sociais, pode atuar como potencializador/a das transformações sociais. A dimensão de sua prática é o coletivo, a classe social, especialmente as classes populares, com as quais deve construir alianças expressivas. Nessa direção, são necessárias ações que venham fortalecer a luta e a resistência da classe trabalhadora; sob essa perspectiva, as atividades socioeducativas devem levar as camadas populares a desenvolverem coletivamente suas próprias formas de posicionamento diante das relações sociais vigentes e de analisá-las e explicá-las. Isso demanda um processo – longo e permanente – de conscientização.

Voltando ao nosso ponto de partida, é coerente afirmar que o/a assistente social, a depender do lugar e da função que exerce no conjunto das relações sociais e do lugar e da função que desempenha em um determinado processo histórico, bem como de seu direcionamento ético-político, pode atuar como intelectual, seja das classes dominadas, seja das classes dominantes. Gramsci não considera os intelectuais como um grupo autônomo e independente, mas os apresenta como parte integrante das relações sociais, como pertencentes a uma classe social e com a função de representar e organizar os interesses dessa classe.

Para o marxista, cabe aos diferentes intelectuais:

mergulhar na vida prática, tornar-se um organizador dos aspectos práticos da cultura, se quiser continuar a dirigir; deve democratizar-se, ser mais atual: o homem do Renascimento não mais é possível no mundo moderno, quando participam da história, ativa e diretamente, massas humanas cada vez maiores (GRAMSCI, 2001: 434).

Disso podemos concluir que – para ser dirigente e organizador – o intelectual deve manter-se atento e sintonizado à realidade de seu tempo. No caso dos/as assistentes sociais (mas, não exclusivamente), é preciso compreender a lógica de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, decifrar a atuação e o papel do Estado, a configuração e a estruturação da gestão pública (a incluir: quadro de pessoal, fundo público, orçamento, conjunto de leis, regras e normas, organização e hierarquia, dentre tantos outros elementos); além disso, estar atento, principalmente, à dinâmica da luta de classes.

Como visto, a tônica do tempo presente é a retirada de direitos articulada ao desmonte dos sistemas de proteção social, em razão da canalização, cada vez mais expressiva, de recursos públicos para o capital privado¹¹. Nesse cenário, a classe trabalhadora é fortemente impactada,

¹¹ Para maior aproximação com a temática sugerimos algumas referências: Salvador (2010); Behring (2008); Souza Filho (2016).

já que parte das suas necessidades deixa de ser atendida. Do ponto de vista imediato, ainda na sociedade de classes, é imprescindível reivindicarmos a universalização e o aprofundamento de direitos. Contudo, a médio e longo prazo, é urgente a organização da classe trabalhadora para fins de superação da ordem social do capital. O intelectual, seja ele coletivo ou não, deve ser um mediador desse processo; por isso, a sua presença na luta de classes é um elemento determinante central.

Para Gramsci, como destacado anteriormente, o intelectual orgânico tem o permanente papel de organizar politicamente a classe a que está vinculado e ajudá-la na luta pela construção da hegemonia. Todavia, estar vinculado organicamente a uma classe (burguesia ou proletariado) significa participar efetivamente do seu projeto (SIMIONATTO, 2011). Sob essa perspectiva de análise, se o/a assistente social, nos diferentes espaços de trabalho, cumpre essa tarefa, poderíamos dizer, não à toa, que ele pode assumir ou vir a assumir o papel de intelectual orgânico. Aliás, essa não seria uma forma de resistir e enfrentar o tempo presente?

No código de ética, de 1993, fica estabelecido como um dos princípios fundamentais da conduta do/a assistente social a “*opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero*” (BRASIL, 2012: 24). Disso podemos concluir que a nossa ação e conduta deve ser efetivada nessa direção e, portanto, consubstanciada nesse princípio. Assim sendo, uma ação comprometida com a luta anticapitalista, exige uma atuação orgânica por parte desse profissional. Isso significa que, para resistirmos às diferentes formas de exploração impostas pelo capital, nós teremos que buscar meios de articulação com os diferentes sujeitos sociais, entendendo a importância da organização popular.

Considerações Finais

Tomando como referência as considerações de Pasquale Voza (2017: 431), é oportuno sinalizar que, dentre as demais, a noção de intelectual orgânico foi a mais sujeita “(talvez ainda mais do que a noção de hegemonia)” a equívocos de interpretação, gerando uma série de simplificações e “reduções”.

De modo geral, como procuramos mostrar, o intelectual orgânico é aquele que atua como organizador permanente da classe a que está vinculado; no entanto, é equivocado atribuir ao intelectual – de modo geral e, mais especificamente, ao intelectual orgânico – a mera vontade

e capacidade de produzir consenso. Ora, trabalhar para elevar intelectualmente camadas populares não é um processo imediato, uma vez que é preciso partir do conhecimento solto e fragmentário. Nesse movimento, cujo ponto de partida é o senso comum, o consenso não é um efeito adicional, mas está incorporado, de formas diferentes, na função conectivo-organizativa desse intelectual.

Como afirmado anteriormente, tanto as classes dominantes quanto as classes dominadas podem produzir os seus intelectuais, que estabelecem uma relação orgânica com a classe que representam. “Gramsci atribuiu essa função ao partido político, instância organizativa particular de atuação dos intelectuais na defesa de um projeto político de classe emancipador” (DURIGUETTO, 2014: 292).

Apesar disso, com base nos apontamentos gramscianos, entendemos que o/a assistente social, assim como outros profissionais, no desenvolvimento de seu trabalho, pode contribuir com o estímulo à consciência crítica, com o desvelamento da realidade social, com a instrumentalização para a organização popular e o protagonismo dos sujeitos sociais. Embora esse profissional não seja capaz de empreender a transformação social de forma isolada (por tratar-se de uma tarefa coletiva e, sobretudo, da classe trabalhadora), acreditamos – sem nenhuma pretensão idealista – que o/a profissional pode configurar-se como intelectual orgânico das classes subalternas, se o seu compromisso ético-político estiver afinado aos interesses dessa classe e, junto a ela, apreender estratégias para a conquista da hegemonia, um processo que se faz e refaz em cada ação, em cada reflexão, em cada nova descoberta.

No intuito de concluirmos, gostaríamos de frisar, que o artigo apresentado não ultrapassa os limites de uma introdução que possui como finalidade central provocar o leitor ao debate, especificamente, os/as assistentes sociais inseridos na academia e, sobretudo, na prática profissional.

Referências

- BIANCHI, A. O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.
- BEHRING, E. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; SANTOS, S. M. de. M. dos. S.; MIOTO, R. C. T. M.; (Orgs). Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei nº 8662 de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a regulamentação da profissão. – 10ª edição revisada e atual. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em: 01 de junho de 2021.
- COUTINHO, C. N. Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

- DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. In: Serviço Social e Sociedade, n. 118, p.265-293, abr./jun. 2014.
- GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.
- _____. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.
- _____. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.
- _____. Cadernos do Cárcere. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.
- IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- JACINTO, A. G. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. R. Katál., Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 84-92, jan./abr. 2017.
- LIGUORI, G. Roteiros para Gramsci. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. p. 13-57.
- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez, 2010.
- NETTO, J. P. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, J.P; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.
- ORTIZ, F. G. O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- SALVADOR, E. Fundo Público e Seguridade Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVEIRA JR. A. A. Gramsci no Serviço Social: o debate do significado social da profissão. 1. ed. Recife: Ed. do autor, 2021.
- SIMIONATTO, I. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SOUZA FILHO, R. de. Fundo Público e Políticas Sociais no Capitalismo: considerações teóricas. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n 126, 2016, p. 318-339.
- _____. de.; DURIGUETTO, M. L. A importância da “política” no pensamento de Gramsci. In: Revista Educação e Fronteiras On-Line. Dourados/MS: Ed. UFGD, maio/agosto. 2014, n.11. v.4.
- VOZA, P. Intelectuais. In: LIGUORI, G; VOZA, P. (Orgs). Dicionário gramsciano (1926-1937). 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

Os projetos em disputa do direito à saúde no Brasil: reflexões a partir de Gramsci

Projects in dispute over the right to health in Brazil: reflections from Gramsci

Maria José da Silva*

Resumo: O ensaio trata do direito à saúde no Brasil a partir do pensamento de Gramsci, com destaque para o conceito de hegemonia. Assim, apresentamos os projetos em disputa em torno deste direito e as determinações que influenciam no fortalecimento de um ou outro projeto. Dessa forma, evidenciamos os projetos da reforma sanitária, o projeto privatista e o projeto da reforma sanitária flexibilizada. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica. O processo investigativo revelou a importância do pensamento gramsciano para compreender como são construídos os processos de hegemonia em uma dada estrutura social, e demonstrou a hegemonia do projeto privatista em relação ao direito à saúde no Brasil, sendo necessária a construção de processos contra-hegemônicos vinculados ao projeto da reforma sanitária dos anos 1980, com a finalidade de fortalecer o direito à saúde enquanto direito público e de cidadania.

Palavras-chave: direito à saúde; reforma sanitária; hegemonia; contra-hegemonia; Brasil.

Abstract: The essay deals with the right to health in Brazil based on Gramsci's thought, highlighting the concept of hegemony. Thus, we present the projects in dispute around this right and the determinations that influence the strengthening of one or the other project. In this way, we highlight the health reform projects, the privatist project and the flexible health reform project. This is a bibliographic research. The investigative process revealed the importance of Gramscian thought to understand how the processes of hegemony are built in a given social structure, and demonstrated the hegemony of the privatist project concerning the right to health in Brazil, pointing to the need to build counter-hegemonic processes linked to the health reform project of the 1980s in order to strengthen the right to health as public and citizenship right.

Keywords: right to health; health reform; hegemony; counter-hegemony; Brazil.

Recebido em: 23/02/2021

Aprovado em: 04/05/2021



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Assistente social na Secretaria de Saúde da Prefeitura do Recife, Especialista em Saúde Mental pela Universidade de Pernambuco e Mestranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.

Introdução

Ao refletirmos sobre as políticas e os direitos sociais no modo de produção capitalista, é necessário que levemos em consideração a natureza contraditória de tal relação, visto que ao mesmo tempo em que os direitos representam conquistas no âmbito da emancipação política e da reprodução social das classes subalternas, também contribuem para o processo de expansão e acumulação do capital, sendo assim elemento fundamental para a manutenção das suas relações sociais de produção.

Quando particularizamos a discussão no âmbito do direito à saúde no Brasil, constatamos a presença de distintos projetos que disputam o direcionamento que será dado ao mesmo. Desse modo, temos o projeto da reforma sanitária, o projeto privatista e o projeto da reforma sanitária flexibilizada (BRAVO, 2009). Além disso, ao analisarmos o processo histórico, evidenciamos como a estrutura e a superestrutura se articulam para dar base de sustentação aos projetos que em determinado período foram hegemônicos, constatando assim uma significativa vantagem para os projetos que estiveram vinculados aos interesses do capital, difundindo uma concepção de direito à saúde como mercadoria.

Nesse sentido, partindo da compreensão das disputas que ocorrem em torno das concepções de mundo e conseqüentemente de direitos sociais, que possuem como terreno material a sociabilidade capitalista e suas limitações, objetivamos refletir sobre a constituição do direito à saúde no Brasil a partir do pensamento de Gramsci, com destaque para os conceitos de hegemonia em relação a construção de uma contra-hegemonia. Para que, com as reflexões tecidas, possamos contribuir com o fortalecimento do projeto da reforma sanitária brasileira dos anos 1980, a expansão da consciência sanitária no país e uma concepção de direito à saúde aventada na noção de direito público e de cidadania.

Os projetos em disputa do direito à saúde no Brasil

Neste tópico, trataremos sobre a constituição do direito à saúde no Brasil, tendo por base a discussão que problematiza os projetos em disputa em torno da sua real efetivação. Portanto, realizaremos uma historicidade do processo, procurando apreender as determinações centrais que permitiram o fortalecimento de um ou outro projeto ao longo do tempo.

A década de 1970 no Brasil foi marcada pela intensificação dos ditames da autocracia burguesa às forças democráticas que se posicionavam contrárias às suas arbitrariedades e violências (FERNANDES, 1975). Posteriormente, em meados da década de 1970 e início da década de 1980, observamos o princípio do período de erosão do regime ditatorial, sob um

processo de transição lenta, gradual e segura, bem como, presenciamos a efervescência política forjada pelos movimentos sociais que lutavam pela democracia e melhores condições de vida para a população, inclusive, pautando bandeiras anticapitalistas. Nesse contexto, temos o processo de redemocratização da sociedade brasileira, quem tem como um dos marcos cruciais a Assembleia Constituinte, culminando com a aprovação da Constituição Federal (CF) de 1988. Dentre os avanços que foram conquistados nesse período, destaca-se a conquista dos direitos civis e políticos por toda a sociedade, mas, sobretudo, a universalização dos direitos sociais a toda população, haja vista o histórico brasileiro de negações de direitos às classes subalternas.

Nessa perspectiva, ressaltamos o Movimento de Reforma Sanitária Brasileira (MRSB), que emerge na década de 1970 e, em toda sua multiplicidade e diversidade de estratégias, também foi uma força potente nas lutas contra a autocracia burguesa. Considerando a ausência de processos efetivamente democráticos no país, que é permeado por características de uma democracia restrita típica (FERNANDES, 1975), devemos enfatizar que o ato realizado por Sérgio Arouca na 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), ao proferir a frase “Democracia é saúde”, demonstra a construção de um processo democrático e popular, incluindo a participação de inúmeros sujeitos políticos nesse evento que representa um marco na luta pela conquista do direito à saúde.

Podemos afirmar que o grande feito desta conferência foi ter articulado setores populares que lutavam pelo direito à saúde orientando-se por uma perspectiva político-emancipatória. A concepção de saúde do MRSB partia da determinação social, pensando “além do acesso aos serviços de saúde propriamente ditos, enfatizando as determinações inerentes às relações sociais capitalistas, marcadas pela desigualdade e pela alienação, adversas a uma vida saudável” (ROSADO; FREITAS, 2020: 371).

Portanto, este direito está entre os que foram conquistados e universalizados legalmente nesse processo, pois, é a partir do artº196 ao artº200 da CF de 1988, que ele passa a integrar o sistema de seguridade social brasileiro, sendo reconhecido como direito de todo cidadão e cidadã, tendo o Estado como o principal responsável pela sua efetivação, com um modelo organizativo pautado na descentralização e a garantia da participação social nos processos consultivos e deliberativos.

Entretanto, segundo Rosado e Freitas (2020), é necessário ressaltar que antes de possuir as características inscritas na CF de 1988, a política de saúde no Brasil era pautada por uma concepção previdenciária atrelada ao viés do seguro, assistencialista e filantrópica, destacando-se um modelo de atenção à saúde centrada na assistência médica individual, sob uma lógica

privatista. Em outros termos, os contribuintes/segurados¹ da previdência social tinham acesso aos serviços públicos de saúde e medicação pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS); as ações do Estado destinadas à coletividade ficavam restritas às campanhas e muitas vezes reproduziam uma orientação higienista; e as outras parcelas das classes subalternas, que não estavam na condição de segurados, eram atendidas por iniciativas filantrópicas.

As políticas públicas no modo de produção capitalista são frutos de embates entre as classes sociais e possuem natureza contraditória, visto que ao mesmo tempo em que expressam avanços para as classes subalternas no âmbito da emancipação política², também favorecem os interesses do capital, no sentido de reprodução da força de trabalho. Concordamos com Rosado e Freitas (2020) que, para analisar o direito à saúde na sociedade capitalista contemporânea, é preciso considerar as contradições inerentes à sociabilidade do capital. Haja vista que nesse modelo de sociabilidade é impossível a plena expansão dos direitos sociais, por sua própria lógica de funcionamento, que se funda na propriedade privada e impõe a todas as esferas da vida um caráter de valor de troca, demonstrando assim a incompatibilidade com a lógica dos direitos sociais sustentados numa perspectiva de cidadania. Mas, como expresso anteriormente, para a conservação desse sistema, é necessário que se garantam níveis mínimos de sobrevivência às classes subalternas, para que se atenuem os conflitos e seu potencial revolucionário, bem como, também se garanta minimamente viva a força de trabalho para expansão dos seus lucros e acumulação.

As relações sociais forjadas pelo modo de produção capitalista implicam diretamente nas condições de saúde e de adoecimento dos sujeitos, de modo que, é fundamental compreender o processo saúde-doença-cuidado sustentado na concepção da determinação social, pois, a depender de qual classe social o sujeito pertença, esta será uma determinação

¹“Tal condição abrange os assalariados com carteira assinada, os quais contribuem compulsoriamente para a previdência social; os trabalhadores sem vínculo empregatício inscritos na previdência social como contribuintes individuais, os que não têm renda, mas optam por pagar contribuição (segurado facultativo), além de algumas categorias (trabalhadores rurais e pescadores artesanais) que foram incluídas como segurados especiais, independente de pagamento de contribuição” (ROSADO; FREITAS, 2020: 370).

² Karl Marx (2010: 54), reconhece a importância da emancipação política à luta das classes subalternas, mas também aborda as suas limitações na sociabilidade do capital. Visto que “toda emancipação é redução do mundo humano e suas relações ao próprio homem. A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral. Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forces propres” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política”.

fundamental que influenciará em suas formas de adoecimento, assim como o acesso ou não aos bens e serviços produzidos pela humanidade que influenciam diretamente na saúde e qualidade de vida.

A concepção acima está inscrita na CF de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Saúde (LOS) 80.080/90, que reconhece os fatores biológicos inerentes à saúde, mas recusa-se a reiterar práticas e concepções biologizantes da vida, defendendo que “a saúde resulta, dentre outros fatores, das condições de alimentação, moradia, saneamento, meio ambiente, trabalho, renda, educação, atividade física, transporte, lazer e acesso aos bens e serviços essenciais” (ROSADO; FREITAS, 2020: 373). Além disso, o Art. 2º da LOS 80.08/90 afirma que:

A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. § 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1990, s/p.).

É inegável que o direito à saúde, materializado sobretudo no Sistema Único de Saúde (SUS), é fruto de um importante momento de luta da classe trabalhadora brasileira e expressa uma concepção emancipatória de saúde e direito social. No entanto, é justamente esta perspectiva inscrita nos princípios e diretrizes do sistema de saúde que o torna alvo de ofensivas desde a sua regulamentação. Posto que, na sociabilidade do capital as necessidades humanas e todas as dimensões da vida assumem a forma mercadoria, ou seja, é necessário que a saúde também se torne um bem mercantilizado, para que assim o capital obtenha todo seu potencial lucrativo. Isto vem ocorrendo, principalmente, através da venda e da compra direta de serviços de saúde, a exemplo dos planos privados de saúde, ou através da medicalização da vida. Em ambos os processos a saúde está sustentada numa lógica curativa e medicalizante (ROSADO; FREITAS, 2020).

Nessa trilha histórica, entramos no período inaugurado pelo retorno ao regime democrático e as expectativas para que se materializassem as conquistas inscritas na CF 1988. Porém, o que observamos a partir dos anos finais de década de 1980 e início dos anos 1990, foi uma conjuntura mundial marcada por mais uma etapa da crise estrutural do capitalismo (MÉSZAROS, 2009), culminando no processo de reestruturação produtiva sustentada na acumulação flexível (HARVEY, 1993) e no advento da hegemonia do neoliberalismo como doutrina econômica, política e ideológica dos Estados. Além disso, presenciamos a derrocada dos Estados de bem-estar social nos países de economia central como mais uma expressão da crise do capitalismo, e a queda do Muro de Berlim, em 1989, expressando uma vitória

ideológica do capitalismo em relação às experiências socialistas (ROSADO; FREITAS, 2020) (ANTUNES, 1998). Dessa forma, seria questão de tempo para que os impactos de tais mudanças da geopolítica internacional chegassem aos países periféricos e dependentes da América Latina, a exemplo do Brasil.

Desse modo, o Consenso de Washington, em 1989, é um marco econômico-político que impôs a adoção do receituário neoliberal aos países dependentes, necessitando de sujeitos políticos que o implementasse. No Brasil, o porta-voz inicial desse processo foi o ex-presidente da república Fernando Collor de Melo (1990-1992) afastado do cargo por um processo de *impeachment*, seguido por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que durante seus oito anos de governo aplicou rigorosamente a agenda dos organismos mundiais, expressa, principalmente, na contrarreforma do Estado (BEHRING, 2003), de cunho neoliberal, proposta pelo Plano Diretor da Reforma do Estado de 1995.

O ideário neoliberal, congregado no Estado brasileiro, tem a justificativa de realizar uma revisão na organização e no escopo da máquina estatal, alegando ser necessário promover algumas reformas para possibilitar certa estabilidade econômica do Estado. Incentiva-se, assim, o alargamento da iniciativa privada e as desregulamentações em direitos que atingem as políticas públicas e afetam, principalmente, a classe trabalhadora que mais necessita utilizar os bens e serviços públicos (ROSADO; FREITAS, 2020: 378).

Em relação à saúde, Bravo, Pelaez e Pinheiro (2018) identificam três projetos distintos e antagônicos que disputam a orientação da política de saúde no Brasil até o presente momento. De modo que, o projeto da Reforma Sanitária, formulado a partir das décadas de 1970 e 1980 por diversos sujeitos políticos, congregava as lutas populares e posicionamentos políticos críticos ao modelo médico assistencial previdenciário, hegemônico no país até a construção do SUS. Este projeto tinha apoio das universidades e entidades que pensavam a saúde coletiva no Brasil (Centro Brasileiro de Estudos em Saúde – CEBES e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO); também foi influenciado pelo processo da reforma sanitária italiana; e “pelo novo pensamento em saúde latino-americano, que, por essa época, discutia e formulava um novo referencial para a explicação do processo saúde-doença, o modelo da determinação social” (BRAVO; PELAEZ; PINHEIRO, 2018: 9).

O projeto privatista, fortalecido no período da ditadura civil-militar, possui uma lógica que compreende a saúde como fonte de lucros a ser explorada pelo mercado, congregando setores privados nacionais e internacionais através da articulação em torno de um amplo “complexo financeiro industrial médico, hospitalar, farmacêutico e de insumos” (BRAVO; PELAEZ; PINHEIRO, 2018: 10). A partir da década de 1990, os contornos que caracterizam a contrarreforma do Estado e o projeto privatista na política de saúde,

perpassam a atuação do setor privado na gestão e execução dos serviços públicos de saúde. Dessa forma, este formato nomeado de “Novos Modelos de Gestão”, expressos através das Parcerias Público-Privadas (PPPs), Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS) e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), entre outros, expõem formas de expropriação que através de “subvenções e isenções fiscais, avança sob o fundo público como uma nova forma de garantia de acumulação de capital” (BRAVO; PELAEZ; PINHEIRO, 2018: 10).

O último projeto identificado denomina-se de projeto da reforma sanitária flexibilizada, neste é feito um rearranjo das propostas elaboradas pelo projeto da reforma sanitária dos anos 1980, articulando-os às exigências impostas pela política macroeconômica difundida pelo Consenso de Washington, ou seja, impõe uma nova forma estatal de regulamentação da economia, desmonte progressivo e subfinanciamento das políticas públicas, culminando com a implementação de um “SUS possível”. Este projeto se destacou nos governos petistas, embora, também nesses mesmos governos, tenha havido avanços substanciais na política de saúde (BRAVO, 2009). As características desse projeto pautam-se em:

Arranjos institucionais, mecanismos gerenciais e responsabilização dos profissionais para a adequação da política de saúde às exigências de uma política de rebaixamento da proposta inicial do Projeto da Reforma Sanitária, mesmo que isso envolva concessões que contrariam os interesses dos trabalhadores e o pleno usufruto do direito à saúde (BRAVO; PELAEZ; PINHEIRO, 2018: 10).

Enfatizamos que esses projetos não são implementados de forma linear ou contínua, o que constatamos é uma hegemonia histórica do projeto privatista, com um curto momento de hegemonia do projeto da reforma sanitária flexibilizada.

No entanto, destacando-se o momento desencadeado a partir do golpe institucional midiático³ orquestrado em 2016, que destituiu Dilma Rousseff do cargo de presidenta da república, temos observado um avanço desenfreado de ataques aos direitos da classe trabalhadora, dentre eles, o direito à saúde. Essa conjuntura também nos revelou a emergência de um conservadorismo reacionário de caráter filo-fascista na sociedade brasileira (MOTA; RODRIGUES, 2020). As autoras também sustentam a tese da funcionalidade ideopolítica desse conservadorismo ao processo de intensificação do

³ De acordo com Mascaro (2018: 8), o golpe de 2016 além de revelar os limites da forma política na hegemonia da forma mercadoria, “trouxe à tona um governo de homens brancos ricos, sem representação de mulheres, negros, nem minorias, que passou diretamente a uma agenda neoliberal de choque, com ataques frontais aos direitos dos trabalhadores, à previdência social, aos sindicatos, à educação, à saúde, empreendendo privatizações e arrochos, com recessão e desemprego”.

ultraneoliberalismo no gerenciamento da crise estrutural do capital.

Concordamos com Soares (2018) ao afirmar que o processo de contrarreforma da política de saúde é posto em marcha desde os anos 1990, levando em consideração as características mencionadas anteriormente. Todavia, a voracidade regressiva que vem ocorrendo após o golpe de 2016, sob o governo de Michel Temer, coloca em cheque princípios basilares do SUS. Acrescentamos ainda que nessa fase da contrarreforma há uma explicitação da “articulação efetiva com o setor empresarial de saúde” (BRAVO; PELAEZ; PINHEIRO, 2018: 16), de modo que, o Estado brasileiro foi instrumentalizado em favor dos interesses privatistas da saúde, suprimindo o compromisso com a construção de uma política de saúde voltada para a coletividade.

Outro aspecto a ser destacado do governo Temer é a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95, em 2016, que impôs um:

“Novo Regime Fiscal”, e estabeleceu um limite para as despesas primárias por um período de 20 anos, cujo montante no orçamento será o do ano anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Ao definir um teto para despesas discricionárias, impede aumento de recursos para investimentos, saúde, educação, ciência e tecnologia, infraestrutura. Além de vetar a abertura de crédito suplementar ou especial, também implodiu a regra de vinculação orçamentária de aplicações mínimas nas áreas de saúde e educação. Como o teto não pode atingir as despesas obrigatórias como previdência social e benefício de prestação continuada (BPC), o draconiano ajuste fiscal quer aprovar a contrarreforma da previdência, desvincular os benefícios e reduzir seu valor, além de ampliar o tempo de contribuição e suprimir os direitos para cortar os gastos (TEIXEIRA; BOSCHETTI, 2019, s/p).

De fato, podemos afirmar que no governo Temer houve uma intensificação da contrarreforma do Estado, expressa sobretudo nos documentos “Uma Ponte para o Futuro” (2015), “Travessia Social” (2016) e na aprovação da EC 95. No que se refere ao direito à saúde, aprofundou-se o antagonismo em relação ao projeto da reforma sanitária, permanecendo a hegemonia dos interesses privatistas e seu processo de espoliação dos bens públicos, em que a mediação articulada deixa de ser o acesso pela via do direito público para o fortalecimento da cidadania pelo consumo (MOTA, 1995).

Bravo, Pelaez e Menezes (2020) ao analisarem o projeto de governo de Jair Bolsonaro na época das eleições de 2018, e realizando um breve balanço do primeiro semestre do seu mandato no que se refere ao setor saúde, afirmam que permanece o projeto de aceleração das contrarreformas ultraneoliberais já iniciadas no governo Temer, subordinando ainda mais o SUS aos interesses do mercado. Destaca-se ainda o “extremo liberalismo econômico; temor das mobilizações; e desprezo pela participação da maioria, ou seja, pela democracia, com ataques

às instâncias de participação e controle social” (BRAVO; PELAEZ; MENEZES, 2020: 195). Além disso, é neste governo que foi aprovada a contrarreforma da previdência, em 2019.

De modo geral, as reflexões das autoras acima evidenciam a defesa aberta e irrestrita do projeto privatista na saúde do atual governo, no entanto, também revelam as inconsistências do mesmo para abordar a complexidade da política de saúde nacional. Essa falta de aprofundamento é demonstrada desde o programa de governo, que dedicou apenas quatro páginas ao tema, sem sequer mencionar o SUS, bem como, nos desdobramentos seguintes já enquanto grupo dominante. Merece destaque a fala do ministro da saúde Henrique Mandetta, em 2019, ao pronunciar-se em defesa da responsabilidade estatal na garantia do direito à saúde, ao mesmo tempo em que tratava das “necessárias” articulações com o setor privado. Sendo assim, concordamos com Bravo, Pelaez e Menezes (2020: 200):

Se, por um lado, a afirmação de que não haverá retrocessos na máxima constitucional do direito de todos e dever do Estado na saúde pode ser avaliada positivamente, a defesa de um setor privado forte e a não proposição de mais recursos orçamentários para o SUS são preocupantes, pois não contribuem para o fortalecimento do SUS e seu componente público e estatal. A primeira afirmação o diferencia do ministro Barros, no governo Temer, para o qual o SUS não cabia na Constituição, mas a defesa de um setor privado forte e a não ampliação de recursos orçamentários o aproximam deste.

Por fim, ao longo deste tópico refletimos sobre a constituição do direito à saúde no Brasil, expondo os projetos que estão em disputa em torno do mesmo, sustentando também a tese de que a saúde constitui-se como uma mercadoria altamente rentável para capital e, por isto, suas constantes investidas a partir de diversas frentes para a continuidade da hegemonia do projeto privatista no setor. De modo que, é no reconhecimento dessa hegemonia que se abrem possibilidades de construir uma contra-hegemonia, que esteja conectada com o projeto da reforma sanitária hegemônico nos anos 1980.

O pensamento de Gramsci e suas contribuições ao fortalecimento do projeto da reforma sanitária

Neste tópico, refletiremos sobre como as formulações de Antônio Gramsci (1891-1937) podem contribuir com a construção de uma contra-hegemonia alinhada ao fortalecimento do projeto da reforma sanitária brasileira dos anos 1980 e, conseqüentemente, do direito à saúde. Destacamos que as reflexões do pensador sardo partem da compreensão de que a estrutura econômica da sociedade, ou seja, as relações de produção, irão incidir diretamente nas demais relações sociais, isto é, na reprodução social, determinando certo tipo de superestrutura jurídica, estatal e política, afinal, toda relação de produção é uma relação social (GRUPPI, 1980).

Ademais, salientamos que o pensamento gramsciano insere-se hegemonicamente no terreno da política e da ideologia, de forma que, sua teoria do Estado ampliado ou integral (sociedade política, sociedade civil, hegemonia, ditadura, coerção, consenso, dominação, direção, entre outros aspectos) nos permite refletir sobre uma diversidade de temas, sem que percamos de vista as determinações estruturais em sua relação dialética com a superestrutura.

Nesse sentido, para fins analíticos do presente ensaio, nos detemos a refletir sobre o conceito de hegemonia do autor, compreendendo que esta:

Caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública- jornais e associações-, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2007: 95).

Em outras palavras, o conceito de hegemonia refere-se a capacidade que um grupo social tem de influenciar culturalmente outros grupos com suas concepções de mundo e valores. Para tal, é necessário situar a sociedade política como classe dominante que “exerce seu poder e sua dominação por uma ditadura através dos “aparelhos coercitivos de Estado” (MONTÃO; DURIGUETTO, 2010: 46), bem como, a sociedade civil, em que o “exercício do poder ocorre por intermédio de uma relação de hegemonia que é construída pela direção política e pelo consenso” (MONTÃO; DURIGUETTO, 2010: 46). Nesse sentido, são utilizadas tanto forças coercitivas, em que há a manutenção do *status quo* pelos usos dos aparelhos coercitivos do Estado (aparato militar, direito etc), como de estratégias de consenso, sejam eles ativos ou passivos, por meio dos aparelhos privados de hegemonia, a exemplo dos grandes partidos e sindicatos de massa, escolas, organizações culturais, movimentos sociais, mídia, etc.

Com o exposto, podemos afirmar que o terreno de disputa pela hegemonia está localizado, sobretudo, na sociedade civil, devido a maior permeabilidade da disputa pelas ideias e concepções de mundo. A sociedade política pode ser classe dominante, mas precisa que a sua legitimidade esteja presente entre as classes subalternas, para tornar-se também classe dirigente.

Segundo Coutinho (2011), nas palavras de Gerratana, Gramsci elaborou uma “teoria geral da hegemonia”, que situa as disputas que envolvem o processo de busca pela hegemonia vinculados tanto aos interesses proletários, quanto aos burgueses, visto que toda classe para tornar-se dominante e dirigente deve possuir a hegemonia em determinando tempo histórico. Assim, a hegemonia em Gramsci é um conceito estratégico e analítico, pois possibilita analisar as diferentes formas com que as classes tornam-se dirigentes em cada tempo histórico, mas também é um conceito central para pensar sua estratégia de transição para a sociedade regulada.

Além disso, reiteramos que, para Gramsci, a hegemonia do proletariado e a hegemonia da burguesia não possuem as mesmas formas, nem os mesmos instrumentos, pois:

Partindo da noção de que hegemonia em Gramsci implica o consenso (ou seja, direção e não dominação), Gerratana desenvolve ulteriormente essa formulação, ao afirmar que a principal distinção entre as duas formas de hegemonia é que, enquanto a burguesa se baseia num consenso passivo (ou manipulado), a do proletariado tem necessidade de um consenso ativo (COUTINHO, 2011: 145).

Um componente fundamental nas formulações gramscianas sobre hegemonia refere-se à função da ideologia, visto que esta também tem o papel de estabelecer o consenso das classes dominantes entre as classes subalternas, que de forma geral possuem interesses antagônicos, mas os interesses do primeiro grupo aparecem como interesses gerais, pela hegemonia que possuem. Assim, a ideologia é “o grande cimento do bloco histórico” (GRUPI, 1980: 82). Tal coesão edifica-se em um processo de hegemonia que é disseminado pelos intelectuais orgânicos e sua função pedagógica, visto que estes, a partir do reconhecimento de sua inserção e vinculação a algum grupo na sociedade, cumprem a uma função educativa para manter ou criar relações de hegemonia a partir dos interesses de uma determinada classe. Dessa forma, “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica” (GRAMSCI, 1991: 37) e necessita de sujeitos que tratem de elaborar e difundir a concepção de mundo que articula dialeticamente a estrutura e superestrutura a que se vincula.

É a partir desta compreensão ideopolítica que afirmamos a importância de avançarmos na construção de uma contra-hegemonia à hegemonia do projeto privatista na política de saúde brasileira. No primeiro tópico constatamos como os elementos da estrutura, ou seja, da produção, em seu momento de crise estrutural, sob os ditames da agenda ultraliberal, impõem uma concepção privatista e mercantilizada do direito saúde.

A difusão dessa concepção na saúde se dá por diversas vias, mas destacamos a máxima difundida no terreno da sociedade política, de que o preconizado na CF de 1988 e nas leis orgânicas da saúde é impossibilitado de ser efetivamente implementado, pois não cabem no orçamento do Estado. Recordemos o discurso falacioso do ministro da saúde do governo Temer, Ricardo Barros, que logo ao assumir a pasta, afirmou que o país não teria capacidade financeira de garantir o acesso universal à saúde, sendo necessário repensar os direitos garantidos constitucionalmente. Enfatizamos que este ministro teve sua campanha para deputado federal financiada por um consórcio de planos privados de saúde, bem como, uma de suas primeiras propostas enquanto ministro se relacionava a criação de planos de saúde populares (BRAVO; PELAEZ; PINHEIRO, 2018). Nota-se o papel desse sujeito enquanto difusor da hegemonia do projeto privatista na saúde, utilizando-se do espaço que ocupava na sociedade política

para ampliar o consenso em torno da disseminação da “cultura política da crise” (MOTA, 1995).

Nesse processo, acrescenta-se também o papel da mídia hegemônica, que rotineiramente veicula imagens de um SUS sucateado, precário e superlotado, que submete a população à condições degradantes de atendimento, contribuindo assim para o fortalecimento de uma concepção de direito à saúde que oculta seu caráter universal e o expõe como destinado apenas aos paupérrimos que não conseguem acessá-lo pela via do consumo. Ao apresentar somente as problemáticas do SUS, a mídia oculta a questão central do subfinanciamento estrutural do sistema, bem como, a amplitude e complexidade do mesmo, que é composto não só pela assistência à saúde, mas por uma amplitude de ações e programas de promoção e prevenção à saúde vinculadas à vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, vigilância ambiental e saúde do trabalhador, sob organização de redes de atenção à saúde descentralizadas e hierarquizadas, entre outros.

Em relação a isto, Gramsci já indicava o papel da mídia na formação da opinião pública vinculada à hegemonia política dos grupos dirigentes (GRAMSCI, 2001), que, nesse caso articula-se à difusão de um sistema de saúde público que não consegue atender as necessidades da população, quando, na verdade, o que está implícito é a divulgação de interesses vinculados ao setor privatista na saúde. Não obstante, também destacamos o fortalecimento das mídias contra-hegemônicas e vinculadas aos interesses das classes subalternas⁴.

Diante do exposto acima, torna-se urgente a construção de processos contra-hegemônicos à hegemonia privatista na política de saúde. Visto que a compreensão de que a reforma sanitária brasileira está em construção, demonstram-se possibilidades de seguir na trilha da ampliação da consciência sanitária e efetivação do direito à saúde, atuando tanto na sociedade civil, quanto na sociedade política. Dessa forma, se na atual conjuntura a permeabilidade dos interesses das classes subalternas nas vias institucionais encontram-se limitadas em virtude da dominação exercida pela sociedade política hegemônica e seu conservadorismo, é fundamental que no terreno da sociedade civil não se recue na defesa de uma saúde 100% pública, estatal e de qualidade.

Assim, enfatizamos a necessidade do fortalecimento de estratégias que articulam a defesa do direito à saúde enquanto direito de cidadania, desde as que se vinculam diretamente aos espaços de controle social democrático institucionalizados, bem como as que são construídas nos espaços das associações locais e comunitárias. Destacamos a importância dos

⁴ Para mais informações é possível acessar o site do Mapa do Jornalismo Independente (PÚBLICA, 2021) e conhecer diversos grupos que constroem uma contra-hegemonia à mídia hegemônica.

diversos movimentos sociais e coletivos que pautam a saúde a partir de sua determinação social e à relacionam com suas pautas. Salientamos ainda a defesa da participação social a partir de uma concepção de educação popular em saúde, ou seja, conectada com a consciência crítica das contradições sociais e seus impactos na saúde, assim como, articulada com os saberes e práticas elaborados pelas classes populares e subalternas ao longo da história.

Para finalizar, pontuamos o papel fundamental que a Frente Nacional Contra Privatização da Saúde vem desempenhando na defesa do direito à saúde e do projeto da reforma sanitária. Assim:

Esta Frente é um importante mecanismo de articulação dos movimentos contra-hegemônicos na saúde. Tem o caráter anticapitalista e suprapartidário, e tem articulado a ela vinte e três (23) fóruns ou frentes de saúde estaduais, além de entidades, movimentos sociais, centrais sindicais, sindicatos, partidos políticos e projetos universitários, que objetivam defender o SUS público, estatal, gratuito e para todos, além de lutar contra a privatização da saúde e pelos princípios da Reforma Sanitária dos anos 1980 (BRAVO; PELAEZ; MENEZES, 2020: 205).

Acrescenta-se ainda que na construção dessa contra-hegemonia inserem-se uma diversidade de propostas que materializam a luta deste movimento, das quais comungamos a defesa, assim reiteramos a:

Revogação imediatista das contrarreformas e retrocessos do governo Temer: Contrarreforma Trabalhista, Terceirização Irrestrita e Emenda Constitucional 95/2016 - que institui o Novo Regime Fiscal e congela por vinte anos os gastos sociais - e retirada da PEC 287 da Reforma da Previdência Social; [...] - Pela estatização completa do sistema de saúde com a proibição do capital estrangeiro na saúde, o fim dos subsídios públicos aos serviços privados de saúde e a revogação das leis que instituem e regulamentam as Fundações Públicas de Direito Privado, as Organizações Sociais, as OSCIPS, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares -EBSERH e as parcerias público-privadas; Pela ampliação imediata do financiamento público do SUS, em todas as suas áreas de atuação. Nesta direção, tem-se defendido a utilização de no mínimo 10% do Produto Interno Bruto (PIB) Para a saúde por parte da união, além do cumprimento do gasto de no mínimo de 12% de arrecadação por parte dos estados e de 15% de arrecadação por parte dos municípios, garantindo o investimento público e financiamento exclusivo da rede pública estatal de serviços; [...] - Inversão do modelo de saúde com valorização da promoção e prevenção, garantindo a defesa das unidades básicas de saúde bem equipadas com equipes completas e resolutivas e atendimento a todas as pessoas por local de moradia e/ou trabalho assegurando encaminha para unidade de maior complexidade sempre que necessário; - Contra a mercantilização da educação e da formação em saúde, com defesa do ensino público, gratuito e de qualidade que garanta formação em saúde alinhada a um projeto voltado a atender aos interesses da classe trabalhadora a partir de um entendimento crítico do projeto da Reforma Sanitária (BRAVO; ANDREAZZI, 2019: 432-3).

Considerações Finais

As reflexões tecidas neste ensaio nos possibilitaram problematizar a historicidade da constituição do direito à saúde no país a partir da demonstração dos projetos em disputa. O projeto privatista tornou-se hegemônico a partir da autocracia burguesa e foi incorporando distintas características ao longo do tempo, no entanto, em nenhum momento deslocou-se da ofensiva à concepção de direito público e de cidadania, destacando-se na atualidade por estar conectado com a voracidade da agenda ultraneoliberal e conservadora para os direitos sociais e trabalhistas. O projeto da reforma sanitária flexibilizada teve destaque nos governos petistas e caracterizou-se pela incorporação de algumas demandas do MRSB, mas que de forma geral refuncionalizou a perspectiva radical emancipatória, presente na proposta inicial do movimento, inclusive, incorporando ao governo sujeitos políticos de referência para o movimento, explicitando uma posição de transformismo. Já, o projeto da reforma sanitária dos anos 1980, em que pese sua concepção emancipatória de direito à saúde, o protagonismo no processo de redemocratização do país e a inserção dos seus principais princípios no arcabouço legal, ainda necessita da construção de muitas mediações para efetivar-se no terreno da sociedade política e na sociedade civil.

Em síntese, concluímos com a defesa da construção de uma contra-hegemonia, conforme o pensamento gramsciano, ao projeto privatista na saúde, para assim fortalecermos o projeto da reforma sanitária dos anos 1980, que na realidade ainda caminha para conseguir fixar sua concepção de direito à saúde no país. Por fim, por compreendermos que a história está sempre em construção, todo tempo é precioso e de tarefas aos que sabem que o “velho precisar morrer, para o novo nascer”.

Referências

- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- BEHRING, E. R. Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, da organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm> Acesso em: 25. Jan. 21.
- BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais e de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: <https://servicos2.sjc.sp.gov.br/media/116799/microsoft_word_-_lei_n_8142.pdf>. Acesso em: 25. Jan. 21.
- BRAVO, M. I. S.; PELAEZ, E. J.; DE MENEZES, J. S. B. A Saúde nos governos Temer e

- Bolsonaro: Lutas e resistências. *SER Social*, Brasília v. 22, n. 46, p. 191-209, 2020.
- BRAVO, M. I. S; PELAEZ, E; PINHEIRO, W. As contrarreformas na política de saúde do governo Temer. *Argumentum*, Vitória, v. 10, n. 1, p. 9-23, jan./abr.2018.
- BRAVO, M. I. S; ANDREAZZI, M. F. S. Política de saúde e a formação dos trabalhadores no sistema único de saúde. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.19, n.2, p. 421-436, ago./ dez. 2019.
- BRAVO, M. I. S. Política de saúde no Brasil. In: Mota, Ana Elizabete et al. *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- COUTINHO, C. N. De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- Gruppi L. Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM Editores, 1980.
- HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1993.
- MARX, K. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MASCARO A. L. Crise e golpe. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MONTÃO, C.; DURIGUETTO, M. L. Estado, Classe e Movimento social. São Paulo: Cortez, 2010.
- MOTA, A. E; RODRIGUES, M. P. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. *Katálysis*, v. 23, n. 2, p. 199-212, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n2p199/43246>. Acesso em 25. Jan. 2021.
- MOTA, A. E. Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- PÚBLICA. Agência de Jornalismo Investigativo. O mapa do jornalismo independente. Disponível em: <<https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>> Acesso: 25. Jan. 21.
- ROSADO, I. V. M; FREITAS, G. A. As contradições do direito à saúde no capitalismo: apontamentos da realidade brasileira. *SER Social*, Brasília, v. 22, n. 47, jul./dez, p. 368-388, 2020.
- SOARES, R. Governo Temer e contrarreforma na política de saúde: a inviabilização do SUS. *Argumentum*, Vitória, v. 10 n. 1, p. 24-32, 2018.
- TEXEIRA, S. O; BOSCHETTI, I. S. Implicações do ajuste fiscal para a assistência social. IN CISLAGHI, J. Mesa Coordenada Ajuste fiscal e seguridade social: Retrocessos e desafios em tempos de ofensiva conservadora. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: PPGPP, 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_199_1995cbc6c9a8fde9.pdf. Acesso em 15. jan. 2021.

A arte como ferramenta para a comunicação militante: um paralelo entre o projeto “Funkeiros Cults” e o pensamento gramsciano

Art as a tool of militant communication: A connection between the “Funkeiros Cults” Project and the gramscian thinking

Clara Barbosa de Oliveira Santos*

Resumo: O artigo discute a atualidade das reflexões de Gramsci para a construção da militância revolucionária mundialmente. Utilizando aspectos de seu pensamento, compara-se com um exemplo da realidade latinoamericana, no Brasil: o projeto “Funkeiros Cults”, criado por estudantes e moradores da periferia, que tem como objetivo disseminar, em uma linguagem acessível e relacionado ao meio cultural do funk, os livros acadêmicos e ficcionais considerados mais complexos e, por isso, são automaticamente associados a uma elite minoritária. Conclui-se que o tal projeto é uma iniciativa de demasiada importância para desmistificar a noção de “intelectual” como algo elitizado e estritamente acadêmico, entendendo que o projeto “Funkeiros Cults”, bem como outros, devem estar atrelados a um projeto societário de superação da ordem do capital.

Palavras-chaves: Pensamento gramsciano; comunicação militante; Funkeiros Cults; intelectual orgânico.

Abstract: The article discusses the relevance of Gramsci's reflections for the construction of revolutionary militancy worldwide. Using aspects of his thinking, a comparison with an example of the Latin American reality, in Brazil, is done: the “Funkeiros Cults” project, created by students and residents of the ghetto, which aims to disseminate, in an accessible language and related to the cultural environment of funk, academic and fictional books considered more complex and, therefore, are automatically associated with a minority elite. It is concluded that this project is an initiative of far too important to demystify the notion of “intellectual” as something elitist and strictly academic, understanding that the “Funkeiros Cults” project, as well as others, must be linked to a societal project of overcoming capital order.

Keywords: Gramscian thinking; militant communication; Funkeiros Cults; organic intellectual.

Recebido em: 18/12/2020

Aprovado em: 26/04/2021



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Especialista em Saúde Mental pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU/UFJF). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

Introdução

Na atual conjuntura de crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002), somada à pandemia de Covid-19, que traz para esta crise um determinante sanitário (GOUVÊA, 2020), faz-se necessário refletir com cuidado para atuar nesta realidade. Para isso, recorre-se ao método materialista histórico dialético (MARX; ENGELS, 2007) que toma pressupostos reais com a finalidade de analisar a realidade concreta, dominada pela ideologia burguesa. Mas não só isso: para além de recorrer ao pensamento marxiano, é de suma importância buscar outros pensadores da tradição marxista, sendo Gramsci um dos mais destacados. Em sua obra, Gramsci (2001) atualiza as elaborações de Marx analisando as condições materiais de seu tempo – a Itália fascista dos anos 1920. Hoje, com o recrudescimento de governos de caráter protofascista não só no Brasil, mas em âmbito internacional (PINHEIRO-MACHADO, 2019), é fundamental realizar o mesmo movimento que Gramsci fez para entender os fenômenos sociais que ocorreram em seu país.

Levando estes elementos em consideração, o seguinte trabalho pretende analisar estratégias militantes para comunicar um projeto diverso à ordem burguesa, partindo de um exemplo artístico de comunicação militante para transformar a realidade – o projeto “Funkeiros Cults”, criado por estudantes e moradores da periferia, que objetiva divulgar, de maneira acessível e relacionada ao meio cultural do funk, os livros acadêmicos e ficcionais considerados mais complexos e que, logo, são associados a produtores de conhecimento dos espaços universitários, vistos como os reais “pensadores” e “intelectuais”.

Para concretizar o objetivo deste artigo serão explicitados, com muita brevidade e sem intenção de esgotar o assunto, aspectos trabalhados no pensamento gramsciano, tais como o papel dos intelectuais; a formação da consciência de classe; o binômio “grande política”/ “pequena política”; a literatura e o projeto nacional-popular.

O papel do intelectual na transição para a consciência social

Uma das grandes inovações dos escritos de Gramsci (2001) tem relação com sua compreensão do que é o *intelectual*. Fazendo uso do método materialista histórico dialético, para este teórico e militante, todos os homens e mulheres são intelectuais, ou seja, são capazes de difundir conhecimento. Junto a esta difusão, o intelectual também tem a habilidade de dirigir e coordenar; de ser uma liderança política e, ao liderar, forma ética e politicamente os sujeitos (GRAMSCI, 2001). Mas o que isso tem a ver com a construção da consciência de classe e com o saber popular? O intelectual, diferente dos restritos grupos de elite, parte do pressuposto que o *sensu comum* – o nível acrítico da consciência – possui importância e validade. É a partir do

senso comum que o intelectual atua para extrair o que é chamado de *bom senso*, uma consciência ético-política, que compreende a necessidade e urgência da transformação social.

Esta organização da consciência dos sujeitos, importante demarcar, parte de uma inquietação de Gramsci em compreender como a burguesia exerce seu domínio – portanto, sua hegemonia (DANTAS e PRONKO, 2018) – e como os trabalhadores, conformados em classe social organizada, devem entender este processo para, assim, construir um projeto societário *contra hegemônico*. Por isso, Gramsci considera a hegemonia como um processo – não algo dado e em estabilidade –, e o senso comum como um espaço de disputa política das classes e frações de classe antagônicas. Inclusive, no Caderno 11 (GRAMSCI, 2001), ele enumera a postura que deve ser tomada ao longo do processo de politização:

1) não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literalmente a sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) trabalhar de modo incessante para *eleva intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas*, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para se tornarem seus ‘espartilhos’. Esta segunda necessidade, quando satisfeita, é a que realmente modifica o “panorama ideológico” de uma época (GRAMSCI, 2001: 110, grifo meu).

Neste trecho, aparece um elemento importante a respeito da formação desta consciência de classe: não há um *rebaixamento intelectual*; *uma inferiorização do conhecimento das massas*. Realiza-se a construção de um pensamento e de uma ação crítico-político junto às massas, “[...] para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais” (GRAMSCI, 2001: 103).

Só desta forma, segundo Gramsci, uma corrente filosófica e seus intelectuais possuem legitimidade, quando “[...] jamais se esquece de permanecer em contato com os ‘simples’ [...]” (GRAMSCI, 2001: 100). Assim, constrói-se uma vontade coletiva (COUTINHO, 2008), em que ocorre uma elevação da consciência das camadas populares junto a um convencimento do horizonte revolucionário e socialista, sendo um “momento ontologicamente constitutivo da realidade social” (COUTINHO, 2008: 36).

Logo, no pensamento gramsciano, para que uma revolução social ocorra – a superação do sistema capitalista e a instauração de uma sociedade socialista, como defendido pelo teórico – é necessário que haja concomitantemente, portanto sem secundarizar, uma reforma intelectual e moral. Isso significa a construção de uma “nova cultura”, partindo das condições materiais e históricas colocadas, que valorize os elementos calcados na cultura nacional, mas não de maneira nacionalista, e sim dialogando com um processo de internacionalização desta

revolução.

O “nacional-popular”, a discussão de literatura em Gramsci e a luta política

No Caderno 21, parágrafo 5, Gramsci (2002) coloca que, na Itália, a noção de “popular” é muito restrita ideologicamente, uma vez que esta construção foi feita com ausência do povo, nomeando este fenômeno de uma “tradição de casta, que jamais foi quebrada por um forte movimento político popular ou nacional vindo de baixo” (GRAMSCI, 2002: 42). Gramsci traz como exemplo a produção da literatura do período, desconectada da realidade do povo e que disseminava produções estrangeiras livrescas e “antinacionais”, ou seja, que não valorizavam aspectos do povo italiano. Para este teórico, isso demonstrava o caráter cosmopolita da Itália, que encarnava um modo de vida burguês e uma padronização desterritorializada e desculturalizada, sem vínculo real com o “povo-nação”. Mais: sem produzir intelectuais realmente populares/do povo. Nas palavras dele:

Os intelectuais não saem do povo, ainda que acidentalmente algum deles seja de origem popular; não se sentem ligados ao povo (à parte da retórica), não o reconhecem e não sentem suas necessidades, suas aspirações e seu sentimentos difusos; mas são, em face do povo, algo destacado, solto no ar, ou seja, uma casta e não uma articulação (com funções orgânicas) do próprio povo. A questão deve ser estendida a toda cultura nacional-popular e não se restringir apenas à literatura narrativa: o mesmo deve ser dito do teatro, da literatura científica em geral (ciências naturais, história, etc.). [...] Esses livros estrangeiros, quando traduzidos, são lidos e procurados, obtendo freqüentemente enorme sucesso. Tudo isso significa que toda a "classe culta", com sua atividade intelectual, está separada do povo-nação, não porque o povo-nação não tenha demonstrado ou não demonstre se interessar por esta atividade em todos os seus níveis, dos mais baixos (romances de folhetim) aos mais elevados, como o atesta o fato de que ele procura os livros estrangeiros adequados, mas sim porque o elemento intelectual nativo é mais estrangeiro diante do povo-nação do que os próprios estrangeiros (GRAMSCI, 2002: 43).

O incômodo de Gramsci com a questão da literatura justificava-se por este aspecto estar conectado à construção de uma hegemonia nova (MUSSI, 2010), algo que não se dava mecanicamente pois, como já fora dito, ele entendia hegemonia como fruto de um processo determinado pela correlação de forças entre classes, assim como a atividade literária relaciona-se com a forma como o mundo da cultura se forjou até então. Desta maneira, a literatura não é uma questão menor no pensamento de Gramsci: essa era considerada como uma *atividade*, que possuía papel fundamental no novo equilíbrio de forças – o momento “nacional-popular” (GRAMSCI, 2002). Neste sentido, a construção de uma literatura popular era necessária, já que traria concretude para a formação intelectual das massas, tratando-se de uma produção literária que dialogasse, descrevesse e espelhasse o modo de vida das camadas populares. Assim, “os

heróis da literatura popular, quando entram na esfera da vida intelectual popular, se separam de sua origem literária e adquirem a validade de personagem histórico” (Gramsci *apud* MUSSI, 2010: 140).

O nacional-popular seria um *anseio das próprias camadas populares*, constituído por uma série de aspectos – dentre eles, a literatura – que conformam características fundamentais e particulares de uma determinada nação, porém, não somente isso: há também os elementos constitutivos da classe trabalhadora deste país, unida e disposta a construir uma hegemonia que não se restrinja às fronteiras territoriais de uma nação, se expandindo internacionalmente. O nacional-popular não é sinônimo, portanto, de um ufanismo/nacionalismo: caminha para a construção estratégica de um projeto societário internacionalista alternativo ao capital.

Cabe ressaltar a importância do debate sobre “grande política” e “pequena política”, uma vez que possui associação com as elaborações de Gramsci acerca da construção de uma contra hegemonia por parte da classe trabalhadora. Aliaga (2013), em seu texto acerca da objetividade científica no pensamento de Gramsci, coloca que “o objeto por excelência da ciência política não pode consistir meramente nas formas superestruturais, nas disputas parlamentares e na ‘pequena política’, ela deve se referir a *terrenalidade da política* e por esta razão descer ao mundo das relações sociais de forças” (ALIAGA, 2013: 21, grifos meus). Partindo daí, reafirma-se que a construção da política, para Gramsci, tem o intuito de compreender a relação estabelecida entre dominantes e dominados. Por isso, grande política/pequena política são indissociáveis e inelimináveis de sua obra.

É no âmbito da pequena política que se localiza o cotidiano político, o “corriqueiro”, as disputas pontuais parlamentares, alianças eleitorais etc. Estas disputas têm sua importância, entretanto, não contêm o potencial de transformar a sociedade em sua totalidade. Já a grande política é a dimensão em que há a possibilidade da construção de uma nova sociabilidade, mudando radicalmente e pela via da luta dos trabalhadores, a base da formação social.

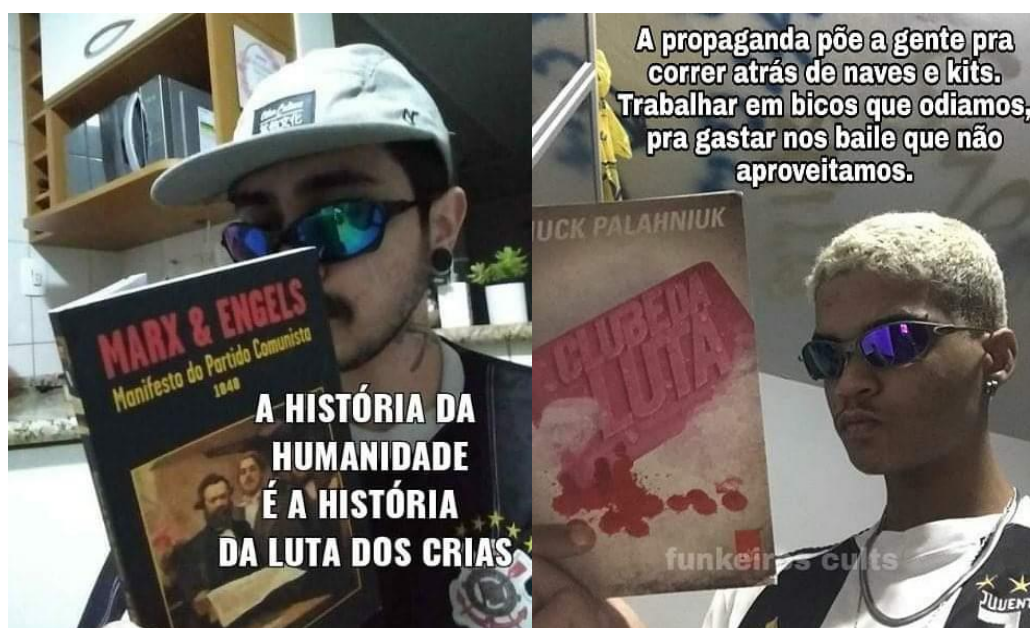
Assim, quando Aliaga (2013) traz sobre a terrenalidade da política, a autora dimensiona sobre a importância de não abandonar a prioridade da grande política, tendo-a na ordem do dia. A pequena política não pode ser anulada pois o cotidiano é incompressível, porém, é tarefa da maior importância para a classe trabalhadora não perder de vista a construção da grande política, não mergulhando estritamente na pequena política, uma vez que não é nesta última que se alcança a emancipação humana. O horizonte desta classe não pode ser a redução da luta política à esfera de meras disputas parlamentares. Entretanto, constitui-se como grande política da burguesia submeter organizativamente e praticamente os trabalhadores nesta lógica – a pequena política seria, para a classe dominante, uma “grande política da conservação”:

Portanto, *é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política [...].* Ao contrário, é coisa de diletantes pôr as questões de modo tal que cada elemento de pequena política deva necessariamente tornar-se questão de grande política, de reorganização radical do Estado. Os mesmos termos se apresentam na política internacional: 1) a grande política nas questões relacionadas com a estatura relativa de cada Estado nos confrontos recíprocos; 2) a pequena política nas questões diplomáticas que surgem no interior de um equilíbrio já constituído e que não tentam superar aquele equilíbrio para criar novas relações (GRAMSCI, 2017: 22-3, grifos meus).

Considerando estes breves apontamentos, parte-se para a análise de um exemplo, à luz do pensamento de Gramsci, de concretização do papel do intelectual na contemporaneidade: o projeto “Funkeiros Cults”.

Os “Funkeiros cults”, a politização da literatura e o intelectual orgânico

Criado em maio de 2020, em meio à pandemia da Covid-19, o projeto brasileiro “Funkeiros Cults” foi uma idealização de Dayrel Azevedo, jovem de 21 anos e residente de Manaus. Fazendo uso de memes, do sarcasmo e de imagens de alguns artistas famosos do funk, decidiu levar adiante a ideia do trabalho político unido ao humor: “Desejava mostrar mesmo pessoas reais do cotidiano da periferia. Foi quando resolvi postar uma foto minha lendo o livro 'A Metamorfose' e a página viralizou” (UOL, 2020)¹. A página no Instagram, neste período, cresceu, o projeto se expandiu para outras plataformas e, hoje, possui mais de 47000 seguidores no Facebook². Seguem algumas imagens já feitas:



¹ Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/06/22/funkeiros-cults-faz-humor-com-memes-de-pensadores-e-gurias-da-quebrada.htm>.

² Consulta realizada no dia 19 de novembro de 2020.



Fonte: página do Facebook *Funkeiros Cults*

Na matéria, Dayrel coloca que, apesar de fazer uso do humor para divulgar o projeto, a crítica por trás desse parte de experiências de racismo vivenciadas por ele, assim como a dificuldade de uma maioria não compreender que funkeiros e moradores da periferia podem ser considerados símbolos e referências de cultura (UOL, 2020). Uma das figuras do meio do funk utilizadas em seu projeto, Thiago Soares (conhecido como “Chavoso da USP”), disse: “Ver pessoas com a minha aparência, com o meu estilo, falando sobre literatura e ciências humanas é muito importante. O meme é fácil de viralizar porque tem uma linguagem simples, uma mensagem curta e direta. É um ótimo jeito de divulgar esses livros e suas ideias centrais” (UOL, 2020).

Além da página no Facebook, foi criado um grupo dos “Funkeiros Cults” na mesma rede social, tendo a democratização da educação como um de seus norteadores. Vários são os relatos de moradores e estudantes jovens da periferia que conseguem fazer uso do grupo como uma forma de estudar e compreender obras consideradas complicadas e concebidas como “clássicas” (UOL, 2020). Apesar do tempo histórico distinto, vale demarcar que a preocupação com a atividade literária é ainda tão atual quanto no tempo de Gramsci, pois a cultura não emerge como algo natural, mas sim a partir de um conjunto de relações sociais determinadas pelo devir histórico.

Tomando as especificidades da formação sócio-histórica brasileira, país de capitalismo periférico, a marca da dependência não se explicita apenas na dimensão político-econômica, mas também na *dependência cultural aos grandes centros*. O Brasil construiu uma política cultural em torno de uma lógica imperialista, distanciando-se dos países latinoamericanos e moldando uma proximidade com as produções norte-americanas (BETHELL, 2009). Estes aspectos ideológicos fundamentam a vida dos sujeitos brasileiros – ideologia refere-se, aqui, no

sentido negativo, tal como em Marx e Engels (2007) – e a superestrutura impõe este modo de vida ao conjunto da sociedade.

Estes elementos dialogam com a resistência (pejorativamente) em relação ao funk como uma produção de cultura nacional e popular, no sentido de fazer parte da construção de um projeto de nação, portanto, da consolidação de uma identidade específica, além de evidenciar que a “intelectualidade” é associada a espaços de produção acadêmica, ainda elitistas – algo que pode ser relacionado à crítica de Wood (1999) aos pós-modernos, sobre como esses depositam nos acadêmicos uma centralidade; um papel de vanguarda – na ação histórica, demonstrando que a luta política é algo para pequenos grupos “que pensam cientificamente”, já que “os velhos políticos (o movimento trabalhista, em particular) foram ‘dobrados’ para sempre pelo consumismo capitalista” WOOD, 1999: 15). Gramsci (2001) representa uma oposição a esta militância exclusiva ao espaço acadêmico:

Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teórico-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. Mas este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de debandadas e de reagrupamentos e, neste processo, a “fidelidade” da massa (e a fidelidade e a disciplina são inicialmente a forma que assume a adesão da massa e a sua colaboração no desenvolvimento do fenômeno cultural como um todo) é submetida a duras provas. [...] mas todo progresso para uma nova “amplitude” e complexidade do estrato dos intelectuais está ligado a um movimento análogo das massas dos simples, que se eleva a níveis superiores de cultura e ampla simultaneamente o seu círculo de influência, com a passagem de indivíduos, ou mesmo de grupos mais ou menos importantes, para o estrato dos intelectuais especializados (GRAMSCI, 2001: 104-105).

A politização da literatura, como atividade e ferramenta da militância, no entanto, vem ocorrendo mesmo com a situação vivenciada de recrudescimento do conservadorismo nacionalmente (PINHEIRO-MACHADO, 2019) e internacionalmente, sendo que isso não é novo: ganhou visibilidade por conta das redes sociais – as experiências de educação popular e o próprio trabalho de Paulo Freire (1987 e 1996) são exemplos de iniciativas como essa. Isso significa que o “funkeiro cult” é uma figura com presença e relevância histórica: existe, resiste, e seu status de “cult”, na realidade – e na minha percepção –, é redundante, uma vez que, de acordo com o próprio Gramsci, “todos os homens são filósofos.” (GRAMSCI, 2001: 93).

A popularização dos intelectuais tem como premissa a necessidade de formar quadros políticos advindos das massas, que não desprezam a democracia e não colocam freios às mobilizações de cunho transformador. Associar política à uma elite, em Gramsci (2001), é

reducionismo da ciência política, além de desconsiderar essa como algo *intrínseco* à produção e reprodução da vida humana – a nomenclatura mais coerente, para o teórico, seria *intelectuais orgânicos*, em oposição aos intelectuais tradicionais: “‘Orgânicos’, ao contrário, são os intelectuais que fazem parte de um organismo vivo e em expansão. Por isso, estão ao mesmo tempo conectados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade” (SEMERARO, 2006: 377). Além disso, não só estaria interligado às massas, mas vive e considera o seu tempo histórico, junto ao modo de produção em que se insere. Por isso, o intelectual orgânico tem este papel atuante em todos os espaços que ocupa, possuindo uma relação dialética com a construção do “nacional-popular”.

Semeraro (2006) traz em um dos seus trabalhos o desafio do intelectual orgânico em um momento histórico marcado pelo ideário pós-moderno, com o esvaziamento do trabalho de base ético-político e de projetos encabeçados por sujeitos coletivos. Aos intelectuais orgânicos – especialmente aos partidos políticos socialistas, que encabeçam um projeto de coletivo de transformação radical –, hoje, cabe se apropriar das novas ferramentas e plataformas trazidas com a revolução tecnológica, saber “manejar a arte da aparência”, porém, em serviço da organização dos subalternos, não se restringindo à pequena política, à burocracia, aos cargos e à esfera da luta sindical, *se atualizando para responder à atual crise política*, como aponta o autor:

Hoje, as novas ferramentas à disposição dos intelectuais não devem ser menosprezadas. Embora Gramsci esteja aberto ao novo, não o aceita acriticamente. Assim como o trabalhador deve se modernizar, tornando-se cientificamente especializado e tecnicamente habilidoso até as fronteiras mais avançadas do conhecimento e da produção, sem cair na mecanização e na escravidão do sistema, também o intelectual deve estar atualizado e desenvolver pesquisas inovadoras, sem se deixar “taylorizar” e comprar. Mas não é suficiente se defender do risco de revolução passiva inerente a toda modernização. O intelectual orgânico popular, para Gramsci, *deve alcançar as fronteiras mais avançadas do conhecimento e da tecnologia sem nunca perder a referência às lutas hegemônicas da sua classe*. Além disso, também para não estagnar em um marxismo dogmatizado, [citando Baratta] é necessário promover a sua “traducibilidade” [...]. *Os intelectuais orgânicos aos dominados, ao contrário, estão convencidos de que “a verdade é revolucionária”. Portanto, não abdicam a formar consciências críticas e a construir um “bloco histórico”* (uma articulação dialética) entre estrutura e superestrutura (economia e cultura), entre sociedade civil e sociedade política, de maneira a superar a relação vertical entre governantes e governados e a separação entre intelectuais e massa (SEMERARO, 2006: 384-5, grifos meus).

Frisar o papel de intelectual desempenhado por estes jovens, como no exemplo mencionado dos “Funkeiros Cults”, decorre da importância de demonstrar que existe cultura

construída pelas camadas populares, sendo que essa tem como objetivo apresentar a realidade deste setor para, enfim, mudá-lo. É uma cultura que não rebaixa intelectualmente a classe, compreendendo a determinação social destes sujeitos circunscrita ao capital. É tarefa nossa – da classe trabalhadora em seu conjunto – usar esta arte como ferramenta para aproximação; para comunicar e estabelecer vínculos com estes sujeitos, assim como devemos aliá-la a um projeto revolucionário.

Considerações Finais

Apesar de breve, este trabalho buscou demonstrar a continuidade da pertinência do marxismo para a reflexão e atuação na realidade social. Fazendo uso do pensamento de Gramsci e de alguns dos elementos mais importantes de sua obra – também explicitados de forma sucinta –, objetivou-se traçar uma relação entre arte, militância e a construção do projeto socialista. A partir da iniciativa dos “Funkeiros Cults”, projeto cultural brasileiro que tem disseminado obras da literatura com didática e humor, fazendo alusão ao meio do funk, percebeu-se paralelos com aspectos das elaborações de Gramsci, atualizados ao momento histórico, bem como a reiteração do papel intelectual desempenhado por todos os sujeitos, sem um caráter seletivo. Como disse Semeraro (2006: 388): “Em tempos pós-modernos, os intelectuais ‘orgânicos’ não se tornaram obsoletos, mas encontram-se diante de novas tarefas”.

Mesmo sendo um projeto novo, o “Funkeiros Cults” vem mobilizando uma quantidade enorme de usuários nas redes sociais, em sua maioria jovens, para debater arte e política em consonância com a concretude da vida nas periferias do país – circulando informações de suma importância para organização dos subalternos fora dos grandes conglomerados de comunicação –, contradizendo o estereótipo do jovem como um sujeito apolítico e acrítico (CASSAB, 2010).

Demonstra-se, assim, que a construção da “grande política”; a luta por uma sociabilidade que supere o capitalismo, é feita conjuntamente à “pequena política”, devendo ser constantemente lembrada e somada à *intransigência* com a ordem vigente (Gramsci *apud* SADER, 2012), tendo como estratégia o socialismo, que também permanecerá em constante modificação, como disse Gramsci em *O Relojoeiro* (1917): “Não seremos conservadores, nem mesmo sob o socialismo, mas queremos que o relógio da revolução não seja um fato mecânico, um estranhamento, e sim a audácia do pensamento que cria mitos sociais sempre mais elevados e luminosos” (GRAMSCI, 2020, s/p).

Referências Bibliográficas

- ALIAGA, L. A objetividade do conhecimento científico: notas gramscianas para a construção de uma concepção de ciência e de ciência política. In: *Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina "Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro"*, 2013.
- BETHELL, L. O Brasil e a ideia de "América Latina" em perspectiva histórica. *Revista Estudos Históricos*, v. 22, n. 44, p. 289-321, 2009.
- CASSAB, C. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. *Locus: Revista de História*, v. 17, n. 2, 2010.
- COUTINHO, C. N. O conceito de vontade coletiva em Gramsci. *Revista Katálysis*, v. 12, n. 1, p. 32-40, 2009.
- DANTAS, A. PRONKO, M. Estado e dominação burguesa: revisitando alguns conceitos. In: *Hegemonia burguesa na educação pública*, p. 73-96, 2018.
- FACEBOOK BRASIL. Funkeiros Cults. Disponível em: <https://www.facebook.com/Funkeiros-Cults-102300904839843>. Acesso em 19 nov. 2020.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOUVÊA, M. M. A culpa da crise não é do vírus. In: MOREIRA, E. et al (orgs.). *Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais*. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, p. 19-28, 2020.
- GRAMSCI, A. *O relojoeiro*. Publicado em 18 ago. 1917. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/08/18.htm>. Acesso em 20 nov. 2020.
- _____. *Cadernos do cárcere*, volume 1: introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce / Antonio Gramsci; tradução de Carlos Nelson Coutinho. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 6.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 93-114, 2001, v. 1.
- MARX, K. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)* / Karl Marx, Friedrich Engels; supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano – São Paulo: Boitempo, 2007. p. 25-117.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. São Paulo/Campinas: Boitempo/Editora da Unicamp, 2002.
- MUSSI, D. Política e Literatura nos Cadernos do Cárcere: notícias de uma pesquisa. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 1, n. 1, 2010.
- PINHEIRO-MACHADO, R. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.
- SADER, E (org.). *Gramsci: Poder, Política e Partido*. 2a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012;
- SEMERARO, G. Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, 2006.
- VICENZO, G. Funkeiros cults faz humor com memes de pensadores e gírias da quebrada. UOL. Publicado em 22 jun 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/06/22/funkeiros-cults-faz-humor-com-memes-de-pensadores-e-girias-da-quebrada.htm>. Acesso em 19 de nov. 2020.
- WOOD, E. M. O que é a agenda "pós-moderna"? In: WOOD, E. M.,; FOSTER, J. B. *Em defesa da História*. Zahar, 1999.

"O nosso lugar": embelezamento de cidades, memória e resistência das/os remanescentes do Projeto Portal da Amazônia/orla em Belém (PA)

"Our Place": embellishment of cities, memory and resistance of the remnants of Portal da Amazônia/Orla Project in Belém (PA)

Margareth Padinha das Chagas*

Joana Valente Santana**

Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares***

Resumo: Este artigo apresenta resultados de pesquisa que investigou impactos econômicos, sociais e culturais na vida de moradoras/es remanescentes atingidas/os pela intervenção urbanística Orla, que compõe o Projeto Portal da Amazônia em Belém do Pará. A pesquisa foi orientada pelo método do materialismo histórico e dialético e contou com levantamento bibliográfico, documental e de campo. Foram entrevistados/as 39 moradores/as não removidos/as pelo referido Projeto. Durante a pesquisa, pôde-se perceber a memória dos/as moradores/as como forma de resistência às lógicas do projeto, tensionando os discursos oficiais de resgate do contato com o rio e de democratização da orla. Verificou-se que a implementação do Projeto Orla reforça a segregação socioespacial, agrava as condições de moradia e a insegurança da posse. A pesquisa revelou, ainda, como o lugar da memória, do vivido e do valor de uso contrapõe-se ao lugar da intervenção, do valor de troca e da cidade mercantilizada.

Palavras-chave: embelezamento; cidade; memória; remanescentes; portal da Amazônia.

Abstract: This article features results from a research that investigated economic, social and cultural impacts on the lives of residents and remnants affected by the urban intervention *Orla* (Waterfront in Portuguese) which is a part of the *Portal da Amazônia Project*, em Belém do Pará. The research was oriented by the *Dialectical Materialism Method* and had a bibliographic, documentary and field survey. About 39 Residents not removed by the referred Project were interviewed. During the research, the memories of the residents are perceived as a form of resistance to the logics of the Project, tensioning the official speeches of rescuing contact with the river and the democratization of the waterfront. Data suggests that the implementation of the *Orla Project* reinforces socio-spatial segregation, aggravates housing conditions, and the insecurity of ownership. The research also revealed how the place of memory, experience, and use value is opposed to the place of intervention, exchange value, and the commoditized city.

Keywords: embellishment; city; memory; remnants; portal da Amazônia.

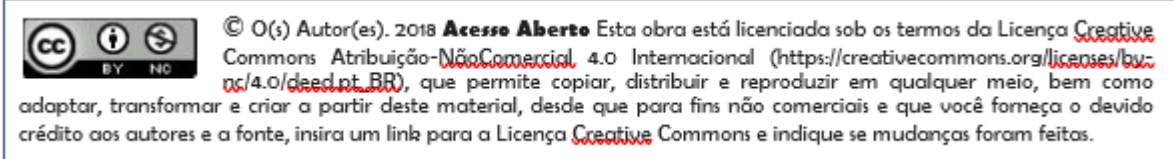
* Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará/UFPA; Assistente Social na Prefeitura Municipal de Abaetetuba-Pará

** Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ; Docente da Faculdade e do Programa em Serviço Social, da Universidade Federal do Pará/UFPA.

*** Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS; Professor Visitante no Programa em Serviço Social, da Universidade Federal do Pará/UFPA.

Recebido em: 08/12/2020

Aprovado em: 30/03/2021



Introdução

Destruíram a parte de um bairro onde se prendiam as lembranças de um morador, algo morre junto com as paredes ruídas, os jardins cimentados. Mas, a tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas: só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada. [...]. Quando não há resistência coletiva os indivíduos se dispersam e são lançados longe, as raízes partidas. Podem arrasar as casas, mudar os cursos das ruas; as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas? [...]" (BOSI, 1979: 370-1).

O presente artigo buscou registrar parte dos resultados de uma pesquisa de dissertação de mestrado em Serviço Social, na qual problematizou-se como vivem as/os moradoras/es remanescentes atingidas/os pela intervenção urbanística Orla, que compõe o Projeto Portal da Amazônia em Belém do Pará. O objetivo desta pesquisa foi investigar os impactos econômicos, sociais e culturais nas vilas¹ e passagem atingidas². Para isso, foi necessário analisar os elementos constitutivos do projeto executado; quantificar os imóveis remanescentes a partir do cadastro realizado pela Secretaria Municipal de Habitação de Belém em 2008; traçar o perfil socioeconômico das/dos moradoras/es; verificar quais políticas sociais (saúde, trabalho, habitação, saneamento e segurança) foram ou não acessadas pelos sujeitos atingidos; além de registrar e interpretar as percepções de 39 moradores remanescentes, os quais representam a amostra de um universo de 76 imóveis que permaneceram na área após a intervenção.

Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, quando foram realizadas entrevistas no período de outubro a dezembro de 2017 com a aplicação de um formulário³ aos moradores remanescentes maiores de 18 anos⁴.

¹ As vilas situam-se entre "cortiços", "casas precárias", conjuntos loteados ou alugados, segundo a lógica capitalista por seus proprietários (RODRIGUES, 2007: 77).

² Vilas: Gigi, Passarinho, Valério Amorim, Santos; e passagem Osvaldo de Caldas Brito.

³ Com prévia autorização dos moradores entrevistados mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

⁴ Das vilas e passagem cadastradas no perfil socioeconômico realizado pela SEHAB (BELÉM, 2008b), que são identificadas também no Plano de Reassentamento Portal da Amazônia/Orla (BELÉM, 2008a) e no Projeto Técnico Social Portal da Amazônia/ Orla sub-bacia 1 (BELÉM, 2007).

Nos interstícios das entrevistas com aplicação do formulário, muitas moradoras e moradores sentiam a necessidade de relatar as suas memórias da comunidade e do bairro do Jurunas para elucidar as respostas ou contextualizar na história do lugar os problemas hoje vivenciados. O fato de uma das autoras deste artigo ter sido uma moradora das vilas – ainda possuindo família no bairro – também contribuiu para o estabelecimento de uma relação de pesquisa que possibilitasse o compartilhamento de lembranças e memórias do lugar.

É necessário ressaltar que o processo investigativo levou ao estabelecimento de uma rede de participantes de pesquisa composta em sua maioria por mulheres⁵. Isso significa que embora as falas e trechos de entrevistas expressem os pontos de vista de um universo de homens e mulheres, a afinidade e empatia que emergem do processo de pesquisa fizeram com que algumas moradoras escolhessem a pesquisadora de campo como ouvinte de suas narrativas sobre o bairro e suas transformações. Logo, a maioria das falas apresentadas, neste artigo, é de mulheres.

Este trabalho considera a memória das moradoras remanescentes a partir do conceito de memória coletiva, apresentado por Soares (2016) a partir de Eckert e Rocha (2005). Parte-se do entendimento de que a memória não é uma mera recordação do passado, mas a reconstrução desse passado com vistas a uma ação transformadora na sociedade. Logo, a memória desses moradores está bastante relacionada a questões relevantes no presente, na medida em que estes conferem sentidos e significados às suas experiências no passado para se articularem em torno de seus projetos individuais e coletivos para o presente e para o futuro. A construção dessa memória coletiva está impregnada de uma forte experiência de classe partilhada por sujeitos de origens semelhantes – migrantes do interior do estado – e que se encontram sujeitos às mesmas condições de vida na cidade capitalista, ou seja, a moradia em casas tipo palafitas em áreas sem infraestrutura urbana e sujeitas à ação das marés, tal como eram as margens do Rio Guamá e parte do Bairro do Jurunas anteriormente à intervenção do Projeto Orla.

Ao fazer referência aos processos de migração, ocupação do solo, conquista do território e ao trabalho na cidade, esta memória também pode atuar na construção de resistências contra as políticas públicas pontuais, seletivas e verticalizadas que foram pensadas para a área em questão. Quando evocam suas antigas práticas e a relação com seu lugar de pertencimento, os moradores indicam que a política implementada não dialoga com as particularidades e singularidades do lugar onde houve a intervenção.

Ao mesmo tempo, a pesquisa foi guiada pelo método do materialismo histórico e

⁵ Das 39 pessoas entrevistadas, 34 foram mulheres e 05 homens.

dialético, haja vista que a análise da realidade estudada busca apreender criticamente os dados coletados durante a pesquisa, seguindo a perspectiva de totalidade articulando as categorias analíticas: universalidade, particularidade e singularidade. Sposito (2014) destaca que a cidade é resultado de um processo histórico complexo, que reúne elementos de contextos econômicos, políticos, sociais e culturais, o que nos remete ao método histórico e dialético quando trata a realidade concreta como síntese de múltiplas determinações, da inter-relação de elementos universais, particulares e singulares que permitem a compreensão da totalidade de um fenômeno, de sua essência e de suas múltiplas determinações.

Logo, não é possível compreender a memória dos moradores e moradoras deslocada dos processos de embelezamento urbano e segregação socioespacial que caracterizam as cidades capitalistas na contemporaneidade. As teorias críticas utilizadas para discutir esses processos permitem maior aproximação da realidade pesquisada, partindo da realidade concreta de moradores da cidade capitalista na Amazônia. A dialética, nesse caso, persegue esta articulação entre universal e singular, que se expressa no particular, possibilitando ultrapassar o invólucro fenomênico e chegar à essência da realidade e suas mediações.

Este artigo se divide em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira aborda a mercantilização do espaço urbano, discutindo a intervenção urbanística Orla do Portal da Amazônia como materialização da lógica capitalista de embelezamento de cidades e os custos para os sujeitos atingidos. Trata-se, portanto, do lugar da intervenção, isto é, do valor de uso ao qual é agregado valor de troca a partir das ações do Projeto Orla. A segunda seção trata da memória das remanescentes do Projeto Portal da Amazônia/Orla, ressaltando a resistência por meio da memória coletiva das moradoras das vilas e passagem estudadas, ou seja, a construção do que elas chamam de "o nosso lugar".

1. A cidade mercadoria: o lugar da intervenção

Sob a responsabilidade da Prefeitura de Belém o Projeto de intervenção urbanística Portal da Amazônia desdobra-se em duas modalidades⁶: o Projeto Orla e o Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova⁷ (PROMABEN), que em sua primeira etapa

⁶ Malheiro (2009), tendo por base o Relatório de Impacto Ambiental/RIMA do Programa de Recuperação Urbano-Ambiental da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (2007), ressalta que os projetos inter-relacionados: Orla – “que objetiva a construção de uma plataforma com largura de 70 metros e duas pistas, com três faixas em cada sentido que irá das proximidades do Arsenal de Marinha até a Universidade Federal do Pará –; e o PROMABEN – “que é o projeto de macrodrenagem da bacia da Estrada Nova, que prevê a macro e microdrenagem da bacia da Estrada Nova” (MALHEIRO, 2009: 104-5).

⁷ Especificamente com relação à Bacia Hidrográfica da Estrada Nova – BHEN, localizada na Orla sul de Belém, Cruz (2012: 162) ressalta que os bairros que compõem a BHEN, localizam-se “na parte central da cidade”, cujas histórias se confundem com a história de ocupação das margens do rio Guamá, a partir da expansão econômica de

concentra-se na Avenida Bernardo Sayão. Segundo informações contidas nos documentos do Departamento Social da Secretaria Municipal de Habitação de Belém (SEHAB)⁸, por meio do Plano de Reassentamento e do Projeto de Trabalho Técnico Social, a referida intervenção Orla está inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, na modalidade Urbanização de favelas e no Programa de Erradicação de Palafitas (BELÉM, 2008a: 04).

O Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) previa melhoria das condições de vida dos moradores atingidos, estimando beneficiar diretamente 360 famílias (contempladas com unidades habitacionais distribuídas em 45 blocos com 8 apartamentos) e 1.140 famílias indiretamente, com ações de: “mobilização comunitária, educação ambiental, geração de trabalho e renda, entre outras”, a serem desenvolvidas no decorrer da execução do Projeto, objetivando com essas ações amenizar impactos sofridos devido às “mudanças culturais, econômicas, estruturais e sociais que as famílias que moram próximas ao rio”, iriam sofrer (BELÉM, 2008a: 07). Cruz (2012: 228), destaca que “até dezembro de 2011, só tinham conseguido entregar 16 unidades”, que correspondem a apenas 2 blocos de apartamentos entre 45 que deveriam ser entregues em 2012. Até novembro de 2018, estas mesmas 16 unidades continuam sendo as únicas entregues⁹.

Os estudos e relatórios técnicos realizados acerca da intervenção Orla trazem o discurso de embelezamento¹⁰. Trata-se de uma retórica que também faz referência à *qualidade de vida* e que estende-se para além dos moradores de Belém, acompanhando a tendência global de expressivos investimentos de governos locais em operações de renovação ambiental e revitalização que se tornam as referências simbólicas espetaculares da cidade. Sobre esta tendência, Sánchez (2009: 190) afirma que “o estímulo ao civismo urbano pode encobrir o desprezo pela participação substantiva do cidadão”. Ou seja, os ideais de sustentabilidade, qualidade de vida e embelezamento de cidades, somados aos discursos produzidos com base no

Belém, que se dá em diferentes momentos históricos. A referida bacia é constituída por 4 sub – bacias (BELÉM, 2007: 01-02). Segundo o Relatório de Impacto Ambiental a BHEN tem extensão de 9, 54 Km²; sendo a terceira maior bacia da cidade, apresentando 72,72% do solo alagáveis pela maré; área onde moram cerca de 200.000 pessoas, representando 15,60% da população belenense.

⁸ O Projeto estava sob a responsabilidade técnica da Secretaria Municipal de Urbanismo – SEURB, no entanto, como esta secretaria não dispunha de uma equipe técnica social, a Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, ficou responsável pelo Plano de Reassentamento e Projeto de Trabalho Técnico Social - PTTS.

⁹ Para os moradores que aguardam as demais unidades uma longa espera – de mais de dez anos – que ocasiona desdobramentos de uma complexa situação por residirem em casas alugadas, com recursos do auxílio aluguel insuficientes devido à valorização da área e com recorrentes atrasos no repasse realizado pela Prefeitura Municipal de Belém.

¹⁰ Registra-se que ao longo da Orla encontram-se *outdoors* com o seguinte texto: “Uma linda cidade! Um lindo rio! Um lindo lugar! Portal da Amazônia: Meu paraíso” (Pesquisa de campo, 2017).

planejamento estratégico, despertam *um amor pela cidade*, ou melhor, pela imagem mercantilizada da cidade que camufla a realidade concretamente contraditória entre embelezamento e segregação. Para a autora, o atual estágio do capitalismo é realizado através da produção de um novo espaço que atende às exigências da acumulação capitalista, seguindo os preceitos da agenda neoliberal. Nesse sentido, o embelezamento de cidades pode ser compreendido como um processo que está “evidenciando a importância que vem adquirindo o *city marketing* como instrumento das políticas urbanas” (SÁNCHEZ, 2009: 171).

Abrir “janelas” para o rio (PONTE, 2005) foi uma das justificativas – tanto no meio técnico-burocrático quando na mídia de massas – para implementação da intervenção urbanística Orla do Portal da Amazônia, que se deu com a propagação da imagem construída acerca de uma das metrópoles da Amazônia, a Belém do “Grão Pará” e sua relação com as águas urbanas. Trata-se de um discurso aparentemente coerente de “devolução” da orla (PONTE, 2005) e de resgate de uma idealizada identidade ribeirinha negada pelo processo de urbanização centralizada, pois, a priori, assim se deu a urbanização de Belém, quando suas áreas mais baixas e margens dos rios não haviam despertado interesse das frações de classe dominante – que determina a produção do espaço urbano – e do Estado capitalista que a legitima.

A apropriação de espaços antes relegados à invisibilidade, segundo Sánchez (2009), segue uma tendência mundial de intervenções urbanas com fins mercadológicos. Para a autora:

Alguns governos locais vêm investindo expressivos recursos em projetos de revitalização de áreas, em operações urbanísticas de renovação ambiental ou em obras de arquitetura espetacular, instrumentais na construção da imagem da cidade que está se renovando dentro de um projeto de “desenvolvimento sustentável” [...]. Alguns casos parecem referenciais desse urbanismo que se pretende irradiador da modernização desta virada de século, pautada em parâmetros globais: a revitalização da área portuária em Buenos Aires com o projeto Puerto Madero que transformou antigos galpões num complexo gastronômico e turístico internacional (SÁNCHEZ, 2009: 178-9).

O trecho acima exemplifica as convergências entre uma tendência global de intervenção nas cidades e a experiência particular do que vem ocorrendo na orla de Belém. A “produção da metrópole como negócio” (CARLOS et al, 2015: 44-5) tem como base primeira a apropriação do espaço, pois este é fundamental à reprodução do sistema capitalista. Contudo, a lógica econômica engloba tanto aspectos materiais quanto imateriais da vida cotidiana. É nesse sentido que o Projeto Portal da Amazônia se refere ao potencial turístico da sua área de abrangência. Embora este traga um discurso que aparentemente viria a atender as condições materiais e imateriais de existência dos sujeitos atingidos direta e indiretamente, o mesmo segue a lógica capitalista de embelezamento de cidades, cujo o intuito é vender a imagem da cidade à qual se agrega o valor de mercadoria (VAINER, 2002).

Para Maricato (2010), a cidade contemporânea assume um novo papel, haja vista o intuito de torná-la uma “cidade global”, segundo as necessidades da “reestruturação produtiva, de acordo com o ideário neoliberal” (MARICATO, 2010: 65). Portanto, o significado atribuído à cidade depende muito da forma como é apreendida pelos sujeitos sociais, da conjuntura histórica vivida e do espaço natural que possui. Para Vainer (2002), estes significados atribuídos à cidade, conforme o contexto e a perspectiva, são o que diferencia uma cidade de outra, assim como os espaços dentro de uma única cidade.

Esta “geografia da desigualdade” – que Raquel Rolnik (2015) põe em evidência – é permeada de discursos de acessibilidade à moradia e medidas incorporadas da lógica financeira do mercado capitalista. Esse processo reforça a mercantilização estrutural da sociedade e se perpetua por meios estratégicos transformando a cidade em mercadoria e, conseqüentemente, a própria moradia em ativo financeiro.

Pelas razões expostas até agora, em projetos como o Portal da Amazônia, a presença dos discursos sobre embelezamento, contato com a natureza e qualidade de vida não se traduzem, na prática, em maior segurança sobre o direito à moradia digna e segurança em relação à posse da moradia e dos territórios de pertencimento. Rolnik (2015), como relatora da ONU-Habitat, teve a possibilidade de observar em diferentes países a realidade concreta das nuances da face mais contraditória do sistema capitalista no que diz respeito às condições da precariedade habitacional e insegurança da posse, o que rebate diretamente na vida dos mais pobres entre os pobres. Para a autora:

Fundamentalmente, a insegurança da posse é uma questão de economia política – leis, instituições e processos de tomada de decisão relacionados ao acesso e ao uso da moradia e da terra são atravessadas pelas estruturas de poder existentes na sociedade. Assim, tanto as formas de gestão do solo como as estratégias de planejamento urbano têm enorme incidência sobre as possibilidades de acesso – ou bloqueio – à terra urbanizada para os moradores de menor renda. É no interior desta trama jurídico-administrativa que se tecem os mecanismos de inclusão/exclusão da cidade (ROLNIK, 2015: 151-2).

Os remanescentes da intervenção urbanística Orla – embora tenham recebido a concessão de uso coletivo para fins de moradia emitida pela Superintendência de Patrimônio da União (SPU) – expressam a preocupação com a insegurança da posse, considerando que residem em áreas próximas ao Rio Guamá que correspondem a terrenos pertencentes à União. Cruz (2012), no que diz respeito aos “loteamentos periféricos” e “favelas”, destaca a questão da “legalidade” e o “risco de despejo e remoção”¹¹ (CRUZ, 2012: 113-4) como elementos que permeiam o

¹¹ “Em tempos de capitalismo financeirizado, em que a extração de renda sobrepõe-se ao mais-valor do capital produtivo, terras urbanas e rurais tornaram-se ativos altamente disputados. Isso tem produzido consequências dramáticas especialmente – mas não exclusivamente – nas economias emergentes. As dinâmicas que acompanham

cotidiano dos moradores dessas áreas, sobretudo diante de grandes projetos como o Portal da Amazônia, os quais geram incertezas a respeito da permanência da população local no bairro em função das obras. Rolnik (2015) indica que estas incertezas correspondem tanto a riscos diretos como as políticas oficiais de remanejamento e reassentamento dos projetos em questão, quanto a riscos indiretos representados pelo aumento do custo de vida na área após a intervenção e pela destruição supostamente acidental de residências em função das obras.

Sobre essa questão, Santos (2012) argumenta que as ações e intervenções pontuais em assentamentos precários não provocam uma mudança real e profunda que dê segurança da posse da casa às frações de classe trabalhadora.

[...]. A melhoria eventual das condições de residência de parcelas das populações urbanas mais pobres não lhes garante nem mesmo a propriedade da casa ou dos terrenos. Os pobres continuam migrantes dentro da cidade. A propriedade da casa ou do terreno é a propriedade de uma mercadoria dentro de uma sociedade mercantil (SANTOS, 2012: 98).

A imagem do "migrante dentro da cidade" (SANTOS, 2012: 28) é bastante significativa para interpretar a perspectiva dos moradores sobre os impactos das intervenções realizadas nos espaços urbanos onde se localizam os assentamentos precários. Afinal, em geral estes terrenos foram espaços ocupados por frações empobrecidas das classes trabalhadoras e segregados por não terem valor financeiro para o mercado, muitas vezes devido à insalubridade e falta de infraestrutura para implementação de empreendimentos imobiliários. Para o caso do Portal da Amazônia, o resultado das obras do projeto transformou as vilas remanescentes em enclaves dentro de uma área da cidade que tende a se valorizar cada vez mais. Nesse contexto, a segregação se expressa pelo contraste entre a orla reconfigurada, o bairro e as vilas remanescentes, o que acaba reforçando para os moradores a referida condição de "migrantes dentro da cidade".

Assim, o espaço urbano belenense reproduz a lógica de embelezamento de cidades, tornando a capital paraense uma cidade mercadoria (VAINER, 2002) por meio de intervenções urbanísticas que reforçam o processo de segregação socioespacial e gentrificação, provocando não apenas a remoção forçada de moradores pelo mercado com aval do Estado, mas também a sua permanência segregada nas vilas remanescentes. No entanto, mesmo essa permanência é incerta devido à precarização de suas condições de vida e de moradia (CRUZ, 2012; SANTANA, 2013; SOARES, 2016).

Oliveira (2017) destaca que a cidade de Belém segue a tendência de produção de espaços

a liberalização dos mercados de terras estão aumentando a pressão do mercado sobre territórios controlados por comunidades de baixa renda. Isso ocorre num contexto global em que a terra urbanizada não está disponível para os grupos mais pobres. [...]” (ROLNIK, 2015: 152).

segregados destinados às frações empobrecidas da classe trabalhadora¹². Tais intervenções têm apresentado inúmeras falhas e lacunas¹³ que acabam desarticulando as estratégias de sobrevivência cotidianas de moradoras e moradores segregados socialmente no espaço, que buscam garantir o direito à moradia e o direito à cidade. Como foi discutido ao longo desta seção, estes projetos reproduzem modelos universais de intervenção que ignoram o processo de construção social dos lugares pela população local. A seção a seguir trata deste processo, enfocando a memória de moradoras sobre o lugar que construíram para viver na cidade.

2. A cidade da memória: "o nosso lugar"¹⁴

Era uma vida boa, porque assim, organizada, cada um, ..., pelo menos em casa, a gente tinha a nossa casa, o meu pai mandava a gente recolher o lixo, não deixava jogar, não deixava jogar no rio, por que ele veio do interior então ele sabia que do rio o pessoal pescava, bebia água, fazia tudo, então ele tinha maior cuidado, pena que o esgoto tinha que ser no rio, mas ele tinha dizia 'um dia quem sabe ...', não tinha alternativa, mas cuidava, não deixava jogar muita coisa no rio, porque ele dizia se jogar uma garrafa vai passar anos, se dirá se for uma garrafa de vidro se quebrar vai prejudicar ainda mais, ele tinha consciência dessas coisas, ele veio do interior então ele tinha consciência que não podia estragar o rio porque era de lá que vinha o peixe, de lá que vinham as coisas boas, para gente poder se alimentar, tínhamos e temos a identidade ribeirinha até hoje, por isso eu fico triste quando eu vou aí para Orla eu vejo um 'bucado' de entulho no rio, eu fico aborrecida (Moradora B, Pesquisa de Campo Vila Passarinho, 2017).

Este pequeno trecho revela como o Projeto Orla desconsiderou a trajetória de moradores que estrategicamente fizeram de uma área considerada imprópria para moradia, pelas condições físicas do solo, o seu lugar. A fala mostra a existência de uma relação dos moradores e moradoras com o rio, o que foi negado pela política pública implementada. Relatos¹⁵ como este emergiram no processo de pesquisa, quando foi possível apreender das moradoras entrevistadas elementos constitutivos da gênese histórica das vilas que margeiam a Baía do Guajará e o Rio Guamá, localizadas nas áreas de baixadas próximas ao centro da cidade de Belém. Entre elas ficava evidente o descontentamento em relação à *desconsideração real*¹⁶ da participação dos

¹² Conforme estudos sobre as intervenções urbanísticas nas áreas de baixada de Belém, tais como os de Rodrigues (1996), Trindade Jr. (1997), Abelém (1988), Portela (2005) e Costa et. al. (2006).

¹³ Malheiro (2009) destaca que embora a intervenção Orla tenha realizado estudo e relatório de impacto ambiental, não o fez considerando o Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001), que exige para intervenções urbanísticas no porte do referido projeto, o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, previsto nos artigos 36, 37 e 38 cujo objetivo é “[...], democratizar o sistema de tomada de decisões sobre os grandes empreendimentos a serem realizados na cidade, dando voz a bairros e comunidades que estejam expostos aos impactos” de tais obras (MALHEIRO, 2009: 111-2).

¹⁴ Expressão presentes nas falas das/dos moradoras/es entrevistadas/os.

¹⁵ Alguns gravados outras anotados no diário de campo.

¹⁶ Pontua-se, que o termo “desconsideração real”, é utilizada com o intuito de enfatizar, que os documentos da Prefeitura Municipal de Belém, assim como das agências financiadoras do projeto, reiteram a participação como

sujeitos diretamente impactados: "Até agora *não pedem a opinião de ninguém, podiam perguntar para os antigos* para saber como é, e como não é" (Moradora C, Pesquisa de Campo, Passagem Osvaldo Beira-Mar, 2017).

Sobre a necessidade de conferir estatuto epistemológico às memórias dos mais velhos, Marilena Chauí (1979: XVIII, grifo no original) questiona: "Mas, se os velhos são os guardiões do passado, por que *nós* é que temos que lutar por eles? Porque foram desarmados" evidenciando que a autora, do referido trabalho expõe "uma ferida aberta em nossa cultura: a velhice oprimida, despojada e banida (...)". Ademais, ressalta a autora:

Todavia, a memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubados suportes materiais, nem só porque o velho foi reduzido à monotonia da repetição, mas também porque uma outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos (CHAUÍ, 1979: XIX).

O registro da memória dos "velhos" remanescentes das vilas atingidas pela intervenção Orla não estava entre os objetivos iniciais da pesquisa. Entretanto, no decorrer da investigação foi percebido que a memória dos/as antigos/as moradores/as da área é um instrumento de resistência para evitar que o "trionfalismo" desse "grandioso" projeto não sufocasse as vozes desses sujeitos que ainda lutam pelo direito à moradia e pelo direito à cidade.

Sobre a forma como os moradores das margens dos rios de Belém – especificamente da orla do Rio Guamá – estabelecem a relação com seu local de moradia, Wilm et al. (2012: 312) ressaltam que o fato da maioria ser migrante de cidades ribeirinhas localizadas no interior do estado do Pará confere uma dinâmica particular que integra elementos urbanos e rurais no cotidiano de seus moradores que vivem nessas áreas. Esses elementos apareceram nas entrevistas realizadas com moradores das vilas remanescentes do Projeto Orla.

A memória das moradoras da área do Portal da Amazônia se insere à temporalidade¹⁷ de longa duração na qual estão situados não apenas os momentos históricos do antes e depois da intervenção Portal da Amazônia, mas também do processo de urbanização das zonas baixas e ribeirinhas de Belém como um todo. Tomando os dados qualitativos obtidos nas entrevistas com as/os moradoras/es remanescentes do Projeto Portal da Amazônia¹⁸, destacou-se o

princípio, requisito, diretriz para que o referido projeto de intervenção urbanística fosse executado. No entanto, na pesquisa de campo, e nos estudos realizados até então, verifica-se que a participação das/dos moradoras/es impactados diretamente e indiretamente, mostra-se pontual e meramente burocrática, para que a referida intervenção fosse realizada.

¹⁷ Yamamoto (2015: 130) ressalta: "A desigualdade de temporalidades históricas tem na feição antidemocrática assumida pela revolução burguesa no Brasil um de seus pilares. As soluções políticas para as grandes decisões que presidiram a condução da vida nacional têm sido orientadas por deliberações 'de cima para baixo' e pela reiterada exclusão das classes subalternas, historicamente destituídas da cidadania social e política".

¹⁸ Executado inicialmente nos bairros da Cidade Velha e Jurunas em Belém do Pará.

considerável tempo de moradia na área¹⁹, o que possibilitou aos interlocutores da pesquisa o resgate, em suas memórias, de características da ocupação e uso de espaços urbanos que tocam elementos particulares²⁰ da cidade na Amazônia, e aspectos singulares da realidade vivida, isto é, da vida concreta.

Observou-se que as participantes da pesquisa apresentadas nesta seção fazem parte de uma primeira geração de migrantes de cidades ribeirinhas²¹. Estas mulheres chegaram à capital paraense ainda crianças, trazidas por seus pais, estes em busca de trabalho, estudo, tratamento de saúde e direitos que não conseguiam exercer diante das dificuldades encontradas nas áreas rurais. De acordo com seus relatos, muitos dos moradores mais antigos das Vilas e Passagem estudadas²² já haviam falecido, sendo destacadas em suas falas e expressões as histórias singulares de luta e resistência que “os mais jovens desconhecem” e que “irá se perder” (Moradora B, Pesquisa de Campo, Vila Passarinho, 2017). Logo, percebe-se uma preocupação das moradoras entrevistadas diante do risco de perda da história e da memória da ocupação desta porção segregada da cidade.

Segundo Bosi (1979: 362): "As lembranças que ouvimos de pessoas idosas têm assento nas pedras da cidade presentes em nossos afetos, de uma maneira bem mais entranhada do que podemos imaginar". A ausência de relatos da história oficial sobre este bairro confere ainda mais importância aos documentos orais sobre a vida concreta de trabalhadoras/es que fazem, ainda hoje, do ato de morar um ato de resistência e de luta pelo direito à cidade²³.

O processo de urbanização da capital paraense manifesta uma relação dúbia com o que aparece nos documentos oficiais do Projeto Orla – RIMA/Orla (BELÉM, 2006); Projeto de Trabalho Técnico Social (BELÉM, 2007) e Plano de Reassentamento (BELÉM, 2008a) – como a idealização de uma “identidade ribeirinha”. Esta relação ambígua da cidade com o que se chama de “identidade ribeirinha” aparece em diferentes tempos históricos, muitas vezes refletindo os interesses das classes dominantes e do Estado sobre as frentes de expansão urbana em Belém ao longo do tempo. Seguindo esta lógica, Belém teria crescido seguindo os contornos

¹⁹ Tendo como dado geral quantitativo 82,61% das/dos entrevistadas/do residindo há mais de 20 anos nas quatro vilas e na passagem estudadas.

²⁰ Rios, Igarapés e áreas baixas sob influência da maré.

²¹ Que não terão seus nomes citados nos trechos transcritos, das entrevistas realizadas na pesquisa de campo, resguardando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –TCLE.

²² Vilas: Santos; Passarinho; Valério Amorim; Gigi e Passagem Osvaldo Beira Mar.

²³ Conforme subsídio elaborado pelo CFESS (2016: 6), a “questão urbana e o direito à cidade”, têm sido destacados nas “deliberações dos Encontros Nacionais, que, por mais de uma década, têm dedicado atenção a esta problemática, por identificar os valores táticos e estratégicos que a mesma possui para as lutas da classe trabalhadora e, igualmente, por compreender que a temática envolve um conjunto importante de espaços de atuação profissional.”

dos rios, mas posteriormente “virou as costas” para estes, caracterizando um processo de urbanização centralizada que relegou os rios urbanos e partes baixas da cidade ao abandono pelo poder público e à segregação das classes trabalhadoras em assentamentos precários nas áreas alagadas e/ou alagáveis da cidade (PONTE, 2006).

Em contraposição a esta cidade que segundo os discursos oficiais teria crescido de costas para o rio, destaca-se a importância do rio e da diversidade dos moradores do Jurunas²⁴, bairro cuja formação ocorreu paralela ao Rio Guamá. O espaço do Jurunas foi ocupado espontaneamente por uma população constituída: “[...] em sua maioria, [por] indígenas, mestiços de índios e negros ou cabocos, que faziam do bairro sua área de trabalho e que comumente estavam ligadas a ofícios marítimos ou de agricultura” (WILM et al., 2012: 313).

Cruz (2012) afirma que o principal elemento para compreensão do processo de ocupação e adensamento populacional do bairro do Jurunas²⁵, está na “dinâmica de povoamento das áreas denominadas de baixadas” (CRUZ, 2012: 166), tornando-o a partir dos anos 1970, um dos bairros mais populosos de Belém devido à sua localização na área central da cidade. O Jurunas apresentava um território alagadiço, entrecortado por igarapés, o que tornava mais baratos os terrenos comercializados para frações da classe trabalhadora que priorizavam a fixação da moradia próxima ao local de trabalho. Ressalta-se que as complexidades geradas a partir da dinâmica de ocupação das áreas de baixadas, a ausência de políticas públicas e a precarização das condições de vida dos moradores do bairro levou – além das estratégias voluntárias de enfrentamento dos problemas sociais urbanos – à organização de lutas coletivas que culminaram com a criação dos centros comunitários, entidades estratégicas para a luta pelo “Direito de Morar e pelo Direito à Cidade” (CRUZ, 2012: 167-8).

Bosi, em “Memória e Sociedade” (1979), a partir da memória dos moradores entrevistados descreve os “bairros de trabalhadores” (BOSI, 1979: 368) onde as crianças ocupavam as várzeas do Tietê, que posteriormente foram ocupadas pelas fábricas e prédios de apartamentos. Destaca-se que a ocupação de várzeas e áreas próximas a córregos não é uma exclusividade da região norte do Brasil. Da mesma forma, há ressonâncias entre as narrativas dos moradores de Belém e de São Paulo, pois nos dois lugares se fala dos jogos de futebol nos campinhos de várzea, das brincadeiras e festas, da pesca, da chegada das fábricas, da fundação das ruas, dos esforços coletivos pela melhoria das condições de vida no bairro, da chegada da

²⁴ De acordo com Penteadó (1968), o bairro do Jurunas localiza-se na “Zona Sul” da cidade, juntamente com os bairros: Batista Campos, Cremação, Condor e Guamá. Considerando uma “tridivisão” do espaço urbano de Belém (início da segunda metade do século XX): bairros das zonas sul, leste e norte. “levando em consideração as condições do sítio dos bairros, da população, enfim, os característicos funcionais” (penteadó, 1968: 295).

²⁵ Entre as/os entrevistadas/os 51,28% declararam ser originário de outro município e 41,02% do Jurunas.

infraestrutura urbana por parte do Estado e também das pressões pela saída desses moradores quando estas áreas se valorizam.

Com saudosismo, os moradores das Vilas relatam que o lazer “nunca faltou”. Em conversas informais – na maioria das vezes após a aplicação do formulário de pesquisa quando o gravador era finalmente desligado – as moradoras contavam que havia uma arena no final da Vila Santos, aterrada com serragem e caroços de açaí, onde as crianças e adultos costumavam brincar e jogar bola. Uma das entrevistadas contou que “lá no final da Vila havia uma serraria”, “a comunidade era organizada”, “tinha uma escolinha para as crianças”, “todo ano se festejava o mês junino”, assim como outras datas comemorativas ao longo do ano (Moradora **D**, Pesquisa de Campo, Vila Santos, 2017).

Nas Vilas Palmito, Passarinho e Valério Amorim as falas das/os 39 moradoras/es entrevistadas/os permitiram identificar que os nomes atribuídos para as mesmas têm uma ligação com o “primeiro morador da Vila”, considerado o “dono da Vila”. Dessa forma, na Vila Passarinho conta-se que um senhor conhecido pelo apelido “Passarinho” possuía algumas casas construídas sobre às margens do rio, as quais alugava, enquanto outras casas foram cedidas aos seus familiares. No “final da ponte” havia um depósito de bananas que eram trazidas por ribeirinhos das ilhas próximas à cidade, sendo o produto vendido nas feiras do Ver-o-Peso, da Conceição (Fernando Guilhon) e em outras feiras próximas (Moradora **B**, Pesquisa de Campo, Vila Passarinho).

Com o tempo, as casas foram vendidas para outros moradores que chegavam à capital do estado em busca de melhores condições de vida. Segundo a filha do senhor “Passarinho” (Moradora **B**), entrevistada durante a pesquisa de campo, a vila que leva o nome de seu pai foi sendo formada da seguinte maneira: “[...] meu pai veio em busca de trabalho, ele veio servir o exército, quando ele veio de Cametá, comprou a casa pelo valor mais em conta, aí foi construindo a vila, as casas.” Conta ela que seu pai deu parte das casas da vila para os filhos. Outra parte foi alugada e, posteriormente, vendida. Em falas como essa é ressaltada a história vivida e coletiva, pois segundo Bosi: “Os vínculos podem persistir mesmo quando se desagregou o núcleo onde sua história teve origem. Esse enraizamento num solo comum transcende o sentimento individual” (BOSI, 1979: 344).

As Vilas Valério Amorim e Palmito, assim com a Vila Gigi, também tem seus nomes relacionados aos seus moradores mais antigos, os quais construíram, além da casa que lhes serviria de moradia, outras que foram alugadas e depois vendidas. Acerca da Vila Santos, a moradora **A** relatou sobre a proximidade entre o local de moradia e o local de trabalho, sobre a área alugada com existência de pontes que não mais existem e sobre as estratégias dos próprios

moradores para contornar os problemas sociais urbanos diante da ausência de políticas públicas:

O Projeto Portal da Amazônia mudou alguma, não sei dizer muita coisa, eu fico aqui nessa casa não saio pra canto nenhum. Se mudou ou não, eu acho que melhorou, *faz uns 40 anos que vim pra cá*, quando vim era alugado, aluguei da Dona Aurora. *A metade trabalhava na CATA*²⁶, a CATA contratava muitos moradores que moravam aqui. *Antes a vila era alugada*, era cheio, andava em cima da ponte. A manutenção da ponte era a CATA, *a água buscava em uma torneira pública* lá perto do presídio, a pavimentação quem fez foi a prefeitura. Eu acho que é melhor o portal, não sei trouxe algo ruim ainda (Moradora E, Pesquisa de Campo, Vila Santos, 2017)

Com relação ao abastecimento de água para consumo doméstico, as moradoras contam que existia três torneiras públicas para atender as Vilas. Antes disso havia uma torneira nas proximidades do antigo presídio São José (hoje o ponto turístico “Pólo Joalheiro São José Liberto”), para onde os moradores das vilas caminhavam cinco quarteirões. Com o tempo, conseguiram com que fossem instaladas torneiras públicas dentro das vilas em três pontos estratégicos, atendendo aproximadamente três vilas cada uma. Atualmente as casas possuem abastecimento de água pela Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), mas isso aconteceu devido a pressões da comunidade organizada para que a rede de água fosse implementada.

A antiga Vila Tabaranã localizada ao lado da Companhia Amazônia Têxtil de Aniamgem (CATA) possuía algumas casas que foram compradas pela portuguesa Aurora dos Santos e, por esse motivo, passou a ser conhecida por Vila Santos. A nova proprietária construiu outras casas que também alugava, todas de madeira, sendo grande parte de seus inquilinos operários da CATA. Outros moradores inquilinos trabalhavam nas feiras próximas e tinham origem interiorana, encontrando na área casas em preços de acordo com o que poderiam pagar. Com relação à dinâmica de migração à capital paraense e à busca por trabalho, uma das entrevistadas, moradora da Vila Santos destaca:

Trabalhei em casa de família de 1964 à 1969. Eu saí de casa em 1964, em doze de abril de 1964, vim da cidade de Igarapé-Miri para Belém, minha família veio depois, viemos morar na vila no dia 04 de outubro de 1972. O Igarapé compreendia toda Vila Santos, com pontes de estiva, torneira pública. Meu pai chegou a fazer três pontes, a água invadia as casas, os próprios moradores aterraram a rua e parte do que era a orla naquele tempo.

Eram mais de 30 casas alugadas, Aurora dos Santos e o esposo, só tinham um casal de filhos. A senhora Aurora e seu esposo foram assassinados, o filho que morava com eles foi para Portugal e não retornou, e os moradores acabaram ficando nas casas – o casal morava na Rua 28 de setembro, atravessando a Praça da República, próximo ao Hospital Ordem Terceira –, *a maioria das casas eram alugadas para os trabalhadores da CATA. Como minha família*

²⁶ Antiga empresa existente na área chamada Companhia Amazônia Têxtil e Aniamgem – CATA.

que veio de Abaeté²⁷, em busca de trabalho, de um lugar para morar; aqui dava para pagar (Moradora F, Pesquisa de Campo, Vila Santos, 2017).

A moradora de 74 anos informou que fora operária da CATA, onde trabalhou durante 18 anos, passando por diversos setores: na bobina, costurando saco, entre outros. No total eram quatro pessoas da família que lá trabalhavam: “a CATA era nossa mãe”, dizia ela. Eram “2.800 operários, trabalhando em quatro turnos” (Moradora F, Pesquisa de Campo, Vila Santos, 2017). O trabalho de Soares (2016) também evidenciou esta relação entre local de trabalho e local de moradia em outros bairros de Belém, a exemplo da Sacramenta. Neste bairro, muitas fábricas foram instaladas para aproveitar o escoamento das mercadorias pelo trilho do trem que passava pela estrada da Sacramenta, além de aproveitar as vantagens locacionais de proximidade com a água para o despejo dos seus dejetos industriais. Tal como ocorrera no Jurunas com a CATA, no bairro da Sacramenta algumas empresas também ocuparam terrenos nos arredores não urbanizados da cidade, atraindo grande número de trabalhadores migrantes que iam se estabelecendo nas áreas baixas e alagadiças em volta das fábricas.

Isto certamente remete ao trabalho de Engels (2008) sobre a situação da classe operária nas cidades industriais na Inglaterra do século XIX, quando são descritas as habitações dos operários em torno das fábricas. Esta proximidade já era vista por Engels como o favorecimento da venda da força de trabalho, na medida em que a casa garantia a reprodução das condições materiais de existência dos trabalhadores e maximizava a exploração da força de trabalho, pois assim não seriam necessários deslocamentos para a fábrica com grandes perdas de tempo e de energia para os operários.

De acordo com as moradoras da Vila Santos, em parte do terreno em que hoje se localiza a CATA, funcionava um anexo da serraria São Bernardo, que doou por um período serragem para aterrar²⁸ alguns trechos da Vila. Até o final da primeira década dos anos 2000 ainda era possível visualizar na área um campo feito com aterro de serragem que servia como espaço de lazer para os moradores. No entanto, o aterro com serragem causava insegurança aos mesmos devido à instabilidade do solo, particularmente no período das chuvas. Ainda assim, o campo construído a partir do aterro de serragem era o espaço de lazer mais apreciado das crianças e demais moradores da área, sendo citado por todas as entrevistadas.

Após o início da intervenção Orla do Portal da Amazônia, parte dos moradores foi

²⁷ Município de Abaetetuba (PA).

²⁸ Segundo Cruz (2012), a situação de abandono vivenciada nas ocupações (“historicamente objeto de disputas e lutas sociais”) do bairro do Jurunas, particularmente pela população de baixa renda, fez com que esta buscasse estratégias com o intuito de amenizar as dificuldades enfrentadas, tendo como exemplo, “os mutirões de moradores em prol das melhorias das melhorias coletivas, aterrando ruas com caroços de açaí, com cascas de castanhas, serragens das estâncias etc.” (CRUZ, 2012: 166-7).

indenizada. Outros moradores foram reassentados e outros removidos. Alguns vivem há dez anos em auxílio aluguel à espera das unidades habitacionais que não foram entregues. Finalmente, as participantes desta pesquisa são remanescentes das vilas que não foram desapropriadas. Entre estes há aqueles que ainda vivem sem rede de esgoto e em condições precária de moradias. Logo, este mosaico de experiências evidencia os impactos da remoção de residências da área e a fragmentação do grupo de moradores em decorrência desse processo. Quando relembram os processos de migração, ocupação do solo e trabalho, as moradoras evocam conquistas alcançadas enquanto um projeto coletivo da classe trabalhadora na cidade, em contraposição à atual desarticulação política observada nas comunidades.

Ainda assim, o projeto coletivo ainda motiva preocupações de ordem ética entre as diferentes categorias de moradores criadas pela intervenção. A pesquisa captou que uma das maiores inquietações dos moradores remanescentes diz respeito à preocupação com os/as moradores/as que foram retirados da área. Essa preocupação ocorre não apenas por empatia com seus antigos vizinhos, mas também pelo temor que os remanescentes ainda sentem de serem eventualmente removidos, o que configura um aspecto da insegurança da posse – conforme assinala Rolnik (2015) – sobre a moradia e o território.

Nesse sentido, ressalta-se a afirmativa de Bosi (1979: 371): “Podem arrasar as casas, mudar os cursos das ruas; as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas?”. O vínculo referido não diz respeito meramente a um apego afetivo, mas às vivências da sociabilidade e ao projeto de vida comum que as/os moradoras estabelecem entre si e com o lugar onde moram. Não se trata apenas do passado vivido, mas também da possibilidade de um futuro em comum caracterizado pela perda das referências simbólicas e materiais do bairro, como se expressa nas falas a seguir:

[...], *quando eu vou pra orla eu vejo um bocado de entulho*, o pessoal passa e joga garrafa, não tão nem aí quem vai caminhar. “Tu vai segunda feira?” Não vou, tem muito lixo, muita garrafa de água. Se botasse uma campanha pra pegar a garrafa [...]. (Moradora **B**, Pesquisa de Campo, Vila Passarinho, 2017). Olha, eu vou te falar uma coisa, eu não quero sair de dentro da minha casa, pra ir pra um bairro pior do que esse, tem feira perto da gente, tem supermercado e pra gente ir para outro bairro que não tem nada disso, *eu vou ficar aqui na minha casa*, então eles se viram com isso aí; a gente tem que conversar porque *eu não vou sair assim* (Moradora **G**, Pesquisa de Campo, Vila Santos, 2017).

Os dois relatos acima sinalizam a contradição entre os discursos que legitimaram a intervenção Orla – isto é, os discursos sobre as janelas para o rio, sobre a reaproximação da natureza e sobre qualidade de vida – e a situação da classe trabalhadora que habita nas vilas remanescentes. A presença de lixo e entulho na orla e também na entrada das vilas é um

indicativo, entre outros, de que o Projeto Orla não necessariamente se traduz em benefícios aos moradores da área, tanto para os que foram forçados a se mudar, quanto para aqueles que permanecem no local. Além disso, sobretudo no segundo trecho, observa-se que a dificuldade de se identificar com as políticas implementadas na orla soma-se ao temor dos moradores sobre a perda da moradia e a sua consequente desterritorialização representada pela mudança para bairros distantes da orla, o que caracteriza mais uma vez a insegurança da posse (ROLNIK, 2015).

Esta seção procurou apresentar o lugar da intervenção da perspectiva da população impactada, visto que suas memórias apresentam a cidade vivida para além de lógicas que a transforma em mercadoria, isto é, apresentam o bairro e as vilas como aquilo que chamam de "nosso lugar". Pois no processo de implementação do Projeto Orla a cidade vivida foi ignorada, na medida em que se desconsideraram as histórias de vida de moradoras e moradores, seus vínculos com o lugar e com a vizinhança, assim como suas estratégias pelo direito de morar que configuraram um projeto de vida da classe trabalhadora na cidade que se contrapõe à mercantilização dos territórios e à privatização dos espaços públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A síntese de Malheiro (2009: 11), “da metrópole inventada à cidade esquecida”, ressoa ao longo de todo processo de construção do estudo que deu origem a este artigo, por representar a realidade vivida pelas famílias atingidas e impactadas pela intervenção Orla, uma vez que se verifica a situação de abandono da área pelo poder público e o reiterado processo de segregação da população pobre segundo a lógica da cidade capitalista. Considera-se que o Projeto Portal da Amazônia/Orla intenta fomentar essa invenção de metrópole como fetiche do embelezamento para vender uma determinada imagem da cidade em detrimento da garantia dos direitos à cidade e à moradia dos sujeitos atingidos direta e indiretamente pelo empreendimento.

A partir dos dados apresentados e tendo como referencial de apreensão da realidade o método histórico crítico e dialético, é possível inferir que as/os moradoras/es remanescentes impactadas/os pela intervenção urbanística Orla do Portal da Amazônia, localizados entre a nova rua – com a duplicação da Estrada Nova pelo PROMABEN – e o rio com a nova Orla, vivem a segregação e são invisibilizados tanto pelo poder público como por aqueles que usufruem da Orla. Ou seja, as moradoras e moradores arcam com os custos do embelezamento da cidade. Observou-se, diante das incertezas e inseguranças geradas, a lógica que permeia as intervenções urbanísticas em assentamentos precários, pois estes projetos, ao invés de trazer a qualidade de vida reiterada nos documentos e discursos oficiais, agravam as condições de vida

e de existência dos sujeitos impactados. A insegurança da posse ainda é reforçada pelo abandono das obras e pela falta de saneamento que precarizam ainda mais suas condições de vida.

A "orla do lado de cá dos tapumes"²⁹ que separam a área de visitação turística das vilas e passagem onde frações da classe trabalhadora residem expressam a gritante disparidade entre as classes sociais no sistema capitalista evidenciadas por Marx e Engels (1989) desde o século XIX. A segregação socioespacial divide a cidade, expressando espaços sem cidadãos (SANTOS, 2012), o que no caso dos moradores do Projeto Orla/Portal da Amazônia também se manifesta na sua invisibilidade e no seu silenciamento. Daí sua necessidade de resistir dizendo quem são e como chegaram naquele que chamam de "nosso lugar".

Assim, um dos desdobramentos da pesquisa foi o compromisso ético de ouvir, registrar e dar visibilidade às histórias das moradoras entrevistadas. Considerando que a história move as engrenagens da luta cotidiana pela sobrevivência e pela transformação da realidade, notou-se a preocupação das moradoras com "o desconhecimento dos mais jovens com o que irá se perder" e a afirmativa contundente que acompanha todas as suas narrativas: "eu vou ficar aqui na minha casa". Essas duas frases ligam passado e presente, com vistas a uma ação no futuro, que é a permanência no local de moradia.

A memória oficial do Projeto Orla, expressa nos documentos da Prefeitura de Belém e nos discursos que legitimam a intervenção, busca construir um lugar esterilizado das contradições da sociedade de classes, da política e da cultura. Este lugar da intervenção que nega a memória das moradoras é demolido pelo lugar da memória, do vivido e do valor de uso que se contrapõe à orla transformada em mercadoria e em valor de troca, irreconhecível às remanescentes como o seu lugar.

Referências

- ABELÉM, A. G. *Urbanização e Remoção: Porque e Para Quem?* Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ NAEA/UFPA, 1988.
- BELÉM. *Plano de Reassentamento: Portal da Amazônia/Orla (CONTRATO 222.629-71/2008)*. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, BELÉM, 2008a.
- _____. Secretaria Municipal de Belém. *Relatório do Levantamento Sócio-Econômico da Estrada Nova*. Belém: SEHAB, fevereiro e março de 2008b.
- _____. Prefeitura Municipal de Belém. *Relatório de Impacto Ambiental – RIMA: Bacia da Estrada Nova/ Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia Estrada Nova – PROMABEN*. A ENGESOLO ENGENHARIA LTDA. Belém, 2007.
- _____. Prefeitura Municipal de Belém. *Relatório de Impacto Ambiental – RIMA: Orla da*

²⁹ Termos utilizados pelos/as moradores/as das vilas estudadas para designar seus locais de moradia invisibilizados que existem por trás dos tapumes das obras habitacionais abandonadas no Projeto Orla.

- Estrada Nova*. J.G.P. Consultoria e Participação Ltda. São Paulo, junho de 2006.
- _____. Secretaria Municipal de Habitação. *Projeto de Trabalho Técnico Social – Portal da Amazônia/ Orla sub-bacia 01*. Programa de Aceleração do Crescimento. Belém, 2007.
- BOSI, E. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- BRASIL. *Estatuto da Cidade*. Lei Nº. 10.257 de 10 de julho de 2001.
- CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I.P. (Orgs.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social, *Atuação de assistentes sociais na Política Urbana subsídios para reflexão*. Brasília (DF): 2016.
- CHAUÍ, Marilena. Apresentação. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p. XVII-XXXV.
- COSTA, M. das G. F. et al. (Orgs.). *Impactos Sócio-Econômicos do Projeto de Macrodrenagem; o reassentamento CDP e os reatamentos diferenciados em homens e mulheres*. Belém: Editora Graphitte, 2006.
- CRUZ, S. H. R. *Grandes Projetos Urbanos, Segregação Social e Condições da Moradia em Belém e em Manaus*. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. *O Tempo e a Cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- ENGELS, F. *A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Tradução B. A. Schumann; Edição José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2008.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- MALHEIRO, B. C. P. *Portos, Portas e Postais: experiências, discursos e imagens produzindo a Orla fluvial de Belém (PA)*. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade de Federal do Pará, Belém, 2009.
- MARICATO, E. Globalização e política urbana e desenvolvimento na periferia do capitalismo. In: SANTOS JR., O. A. dos S.; RIBEIRO, L.C. de Q. (Orgs.). *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2010.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. In: FERNANDES, F. (Org.). *Marx e Engels*. São Paulo: Ática, 1989.
- OLIVEIRA, A. B. *Impactos Socioeconômicos nas Estratégias de Sobrevivência das famílias reassentadas pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- PENTEADO, A. R. *Belém – Estudo de Geografia Urbana*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968. (Coleção Amazônica, série José Veríssimo, 1º e 2º volume).
- PONTE, J. P. X. A orla de Belém: intervenções urbanística, ações políticas e devolução do espaço. In: LOBATO, C. C. Q et al. (Org.). *Um olhar sobre aspectos da infra-estrutura e do Planejamento Urbano em Belém do Pará*. Belém: CESUPA, 2005.
- PONTE, J. P. X. Sustentabilidade, desenvolvimento e planejamento urbano: reconfiguração das margens fluviais de Belém. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.8, n.1, p.27-44. mai., 2006.
- PORTELA, R. S. *Participação Popular no Ideário da Reforma Urbana: possibilidades e limites para adoção de novos paradigmas*. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.
- RODRIGUES, A. M. Desigualdade socioespaciais – A luta pelo direito à cidade. *II Workshop do Grupo de Estudos Urbanos (GEU)*. Dezembro de 2006, em Brasília, D.F. *Cidades*, v. 4, n. 6, 2007, p. 73-88.
- RODRIGUES, E. *Aventura Urbana: Urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém*. Belém:

- Editora NAEA/UFPA, 1996.
- ROLNIK, R. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SÁNCHEZ, F. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. In: ACSERALD, H. (Org.). *A duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- SANTANA, J. V. *Gestão de Cidades no Brasil: Estratégias e Orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento*. Campinas - SP: Papel Social, 2013.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 7. ed. 1. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SOARES, P. P. de M. A. *Memória Ambiental da Bacia do UNA: Estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém (PA)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- SPOSITO, M. E. B. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo: Contexto, 2014.
- TRINDADE JR. S.C. da. *Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém*. Belém: UFPA/NAEA, 1997.
- VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico Urbano. In: ARANTES, O. et al. (Orgs.). *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- WILM, L.; COSTA, M.; RODRIGUES, C. I. A beira e o bairro: usos e apropriações do espaço urbano no Jurunas. In: SILVA, L. de J. D. da; PONTE, J. P. X.(Orgs.). *Urbanização e ambiente: experiências de pesquisa na Amazônia Oriental*. Belém: Paka-Tatu, 2012. p. 311-330.

Crise urbana, desigualdades sociais e a pandemia do novo coronavírus no Brasil

Urban crisis, social inequalities and the new coronavirus pandemic no Brazil

Ivaneide Duarte de Freitas*

Resumo: O artigo resgata alguns elementos determinantes do processo sócio-histórico que marcam o desenvolvimento das cidades no Brasil. Com isso, busca analisar quais os rebatimentos da crise urbana na vida da classe trabalhadora no contexto atual da pandemia do novo coronavírus. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa de revisão bibliográfica, ancorada na perspectiva teórico-crítica da realidade social que busca, a partir da interlocução com autores/as que tratam sobre a temática, contribuir com o debate sobre a produção da segregação social e espacial no território urbano, a luta de classes pelo direito à cidade, e, os desafios emergentes da crise capital-pandêmica. Conclui-se que o advento e espraiamento do Sars-Cov-2 em terras brasileiras agudizam e aprofundam as desigualdades sociais já existentes em nosso território, tornando-se urgente a necessidade de organização política dos(as) trabalhadores(as) na luta pelo direito à vida e pela construção de uma nova ordem social.

Palavras-chaves: questão urbana; pandemia; desigualdades sociais.

Abstract: The article retrieves some determinant elements of the socio-historical process that mark the development of cities in Brazil, thus seeking to analyze the repercussions of the urban crisis in the life of the working class in the current context of the new coronavirus pandemic. This is a research with a qualitative approach to bibliographic review, anchored in the theoretical-critical perspective of social reality, which seeks, through dialogue with authors who deal with the theme, to contribute to the debate on the production of social segregation and spatial in urban territory, the class struggle for the right to the city and the challenges emerging from the capital-pandemic crisis. It is concluded that the advent and spread of Sars-Cov-2 in Brazilian lands aggravate and deepen the social inequalities that already exist in our territory, making the urgent need for political organization of workers in the struggle for the right to life and for the construction of a new social order.

Keywords: urban question; pandemic; social differences.

Recebido em: 07/01/2021

Aprovado em: 30/03/2021



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-~~Non~~Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Assistente Social – Centro de Referência em Assistência Social CRAS/Parnamirim/RN; graduada em Serviço Social (Estácio Ponta Negra); especialista em Políticas Sociais Integradas (Estácio); mestranda em Serviço Social pelo PPGSS/UFRN

Introdução

A produção e reprodução das cidades se constitui como elemento histórico da expansão do capital na sociedade capitalista. O suposto progresso das cidades no Brasil e no mundo revela a marca de um sistema de produção excludente, que por sua natureza aglutina elementos de um desenvolvimento desigual e combinado. Se por um lado a construção de grandes metrópoles forjaram espaços de lazer, produção e consumo, por outro lado, também geram um processo de despossessão (HARVEY, 2012) que excluiu desses espaços a grande massa de trabalhadores e trabalhadoras.

Na década de 1980 os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil conquistaram *juridicamente* direitos inéditos na história do país, os quais se expressam na constituição de 1988. Apesar da promessa legítima de efetivação da função social da terra na carta constitucional e das conquistas posteriores no Estatuto das Cidades e em outros mecanismos legais, o que se percebe é que há uma luta constante e desigual para a efetivação do direito à cidade. Sem desconsiderar os avanços jurídicos, na prática a classe trabalhadora tem sofrido sucessivas derrotas que se manifestam no contínuo crescimento das áreas irregulares e ilegais que formam as periferias, bem como na segregação socioespacial das cidades, o que nos revela que os direitos constitucionais ainda carecem de efetivação.

Como bem afirmou Harvey (2012: 73) “vivemos num mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito”. Desse modo, na sociedade capitalista as necessidades humanas de imensos contingentes que vivem nas periferias urbanas, sem emprego e sem meios de sobrevivência são essencialmente relegadas a um segundo plano, priorizando-se a todo custo as necessidades de reprodução do capital, o que impacta profundamente nas conquistas democráticas da década de oitenta, as quais tem sido, além de minadas, progressivamente desconstruídas.

O direito à cidade transcende o acesso à moradia, se expressando como direito coletivo a um espaço ambientalmente saudável que propicie qualidade de vida às gerações presentes e futuras, bem como o acesso a bens e serviços construídos em conjunto. Também é direito, a construção de espaços de organização política, os quais tornam-se mais do que nunca indispensáveis para fazer frente aos obstáculos que tem perpassado a vida cotidiana das populações urbanas na atualidade. Portanto,

Ocupar a cidade como espaço público e acessá-la em sua totalidade significa a ultrapassagem de um ato meramente pessoal/individual para um processo político, coletivo e de resistência às formas discriminatórias e ao complexo universo da desigualdade social, que produz e legitima lugares para determinados indivíduos; que obstaculiza a diversidade humana e que naturaliza a exploração do trabalho e as práticas de dominação ideológica e

cultural. (SILVA; SANTOS, 2015: 507).

O que não deixa de ser um desafio nos dias que correm, tendo em vista que a pandemia do novo coronavírus chega como algo inesperado, avassalador e destrutivo, sobretudo para os segmentos mais pauperizados. Segundo os dados oficiais do Ministério da Saúde, já são mais de 300 mil mortes em um intervalo temporal de pouco mais de um ano, isso sem contar as subnotificações. As perspectivas são assombrosas, recessão econômica, crescimento da fome e do desemprego, além da ampliação das desigualdades sociais, processos que já se expressam no cotidiano da vida do povo brasileiro.

Na perspectiva de contribuir com o tema, elencamos alguns elementos para reflexão, na certeza de que estes não esgotam o debate, mas que podem auxiliar na compreensão de algumas questões e no levantamento de novas indagações. Para tanto, o artigo está dividido em duas partes, na primeira, buscamos fazer um breve resgate histórico sobre o desenvolvimento das cidades no Brasil, apontando algumas considerações sobre a luta dos movimentos sociais e as conquistas jurídicas expressas na constituição de 1988, e, no Estatuto da Cidade através da Lei nº 10.257/2001.

Também indicaremos alguns desafios para efetivação do direito à cidade, destacando alguns aspectos relacionados à crise urbana que envolvem segregação, desigualdades sociais, econômicas e de gênero, levando em consideração a conjuntura de aprofundamento de crise do capital que se desdobra a partir da década de 1970. Na segunda parte, trataremos mais especificamente da pandemia do Sars-Cov-2, e suas implicações para a classe trabalhadora, sobretudo para as populações mais vulneráveis que vivem em áreas periféricas da cidade.

Desenvolvimento urbano no Brasil e a luta pelo direito à cidade

A princípio as cidades surgem e se constituem enquanto espaços essencialmente administrativos e subordinados ao campo, passando posteriormente a se situar como lugar referencial de comercialização de mercadorias. (Lefebvre *apud* SODRÉ; MARTINS, 2016: 55). Com o desenvolvimento da sociedade capitalista, sobretudo a partir da revolução industrial, as cidades passaram a se constituir geograficamente como lugar de produção e reprodução social. Harvey (2012) situa a urbanização como um fenômeno histórico de classes, cuja concentração e extração de mais-valor, bem como a contínua expansão da produção de excedentes se perpetuam até os dias atuais.

Os grandes investimentos em obras de infraestrutura urbana e engenharia civil são, segundo Harvey, alternativas para aplicação de “excedentes ociosos” de capital e de força de

trabalho. O autor argumenta que o processo de urbanização, assim como gastos militares, desempenhou um papel particularmente ativo no processo de reprodução do capital e cita exemplos como a reconstrução de Paris na década de 1850 e Nova York pós-1945, sinalizando suas grandes obras de infraestrutura e a transformação da estrutura urbana em grandes centros industriais de consumo e de lazer, os quais além de absolver um enorme quantum de capital e trabalho, também foram responsáveis pela produção de uma certa “estabilidade social”. As transformações realizadas nas cidades se deram por intermédio de instituições financeiras e da criação de um sistema de crédito, o que resultou na expansão da dívida urbana. Ademais, a urbanização delas trouxe consigo o aumento/crescimento de subúrbios em suas imediações, segregando as camadas sociais mais pauperizadas que trabalharam e construíram os centros urbanos, mas que não tiveram acesso ao direito à cidade.

No Brasil, o processo de urbanização assume características peculiares devido às particularidades de sua formação sócio-histórica de base colonial escravocrata, forjada a partir de um modelo político patrimonialista e de uma economia agroexportadora. De acordo com Maricato (2010) a urbanização em terras brasileiras teve início século XIX, e só foi possível a partir de dois processos, o da suposta abolição da escravidão, e, da privatização das terras mediante a Lei das Terras de 1850. Entretanto, foi apenas nas primeiras décadas do século XX, com advento da industrialização, que se pôde perceber efetivamente a expansão dos centros urbanos a partir de um desenvolvimento desigual, excludente e combinado.

O rápido crescimento populacional urbano forjado a partir da chegada dos imigrantes, da libertação dos escravos, e, dos brancos empobrecidos, que buscavam reconstruir suas vidas em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, resultou no crescimento de cortiços e moradias insalubres. Sem o devido planejamento em obras de infraestrutura e saneamento básico, os centros urbanos tornaram-se *locus* de concentração da pobreza e proliferação de doenças.

Desse modo, a fama do Brasil por suas costas pestilentas corria o mundo prejudicando a exportação de mercadorias, o que impulsionou o poder público a conduzir reformas urbanas que tiveram início no Rio de Janeiro, mas se desdobraram para demais cidades do país. Maricato (2010: 29) afirma que as reformas urbanas eram completamente higienistas combinado “*saneamento com embelezamento e segregação territorial*”, e que as famílias pobres eram despejadas sem que houvesse o mínimo de diálogo, pois a pobreza, e tudo que remete a ela, não fazia parte do projeto dominante de modernização das cidades brasileiras.

Destarte, esse modelo de desenvolvimento urbano, imbricado na segregação social e territorial, se desenvolve no Brasil a partir do século XX e se sustenta até os dias atuais. Assim como em Paris em 1850, cidades brasileiras como o Rio de Janeiro, em 1906, também

realizaram obras de modernização do centro histórico com excedentes dos capitais vindos do café. Como afirma Maricato (2010) foi sob o domínio do café que o crescimento urbano/industrial se iniciou, e as reformas urbanas faziam parte de um leque de medidas consubstanciavam uma nova fase histórica no país. A reforma urbana do Rio de Janeiro, também chamada de *Regeneração*, foi a mais importantes da época, tendo em vista que esta cidade, além de ser a capital federal, era um dos principais centros comerciais do país. Ela se consuma na perspectiva de responder a crise econômica, apaziguar os conflitos sociais, ativar os capitais ociosos excedentes do café e extrair mais valor através da exploração da massa de trabalhadores que até então encontravam-se desempregados.

Assim, as cidades brasileiras vão se desdobrando historicamente em grandes centros comerciais e, vinculado a esse processo se encontra o consequente aumento/crescimento de subúrbios, favelas, periferias e moradias autoconstruídas em áreas de preservação ambiental, ocupadas majoritariamente pelas camadas de trabalhadores empobrecidos que, quando são expulsos dos centros urbanos, não conseguem promover a manutenção familiar devido o encarecimento do custo de vida, remetendo-se a um processo constante de gentrificação, ou como diria Harvey (2012: 83) “acumulação por despossessão¹”. O termo usado pelo autor parte da compreensão de que o processo de “acumulação primitiva” mediante a expropriação de terras e das condições necessárias a manutenção autônoma da vida pelos trabalhadores, bem como da expansão geográfica para realização do valor é constante e necessário para a ampliação do capital, nesse processo o Estado moderno atua tanto na formalização dessa prática, bem como na criação de novas formas expansionistas de acumulação na contemporaneidade.

Harvey (2012) se utiliza do exemplo do método de Haussmann para apontar como a burguesia e o Estado, seja através da violência ou de mecanismos legais, retira dos trabalhadores a posse de suas terras sob a justificativa da modernização das cidades, deslocando-os para as suas margens. De acordo com o autor, a produção de espaços e lugares dando origens a novas geografias urbanas resultam inevitavelmente no deslocamento e na despossessão de massas de trabalhadores empobrecidos, o que o autor vai chamar de “reflexo feio da absorção de capitais”. (HARVEY, 2011: 146). Obviamente que esse processo não se dá sem variadas formas de resistências, das quais os movimentos sociais urbanos são cada vez mais expressivos na disputa por uma geografia urbana socialmente mais justa.

Nesse movimento contraditório, as cidades tornam-se cada vez mais alvo de objetivação pelo capital enquanto negócio lucrativo, reverberando na negação das necessidades

¹ Para compreender melhor o conceito de despossessão trabalhado por Harvey consultar: HARVEY (2011).

habitacionais das massas. A burguesia e o poder público se unificam para valorização do espaço urbano e mercantilização deste, atendendo aos interesses de reprodução do capital. Por seu turno, desde o início do século XX, a questão urbana já se expressava como sequela da questão social, os baixos salários dos trabalhadores refletiam a precariedade de suas condições de vida e moradia, provocando descontentamento das massas e suscitando na emergência de movimentos sociais e organizações de greves que, apesar de ter como resposta do Estado a dura repressão, culminou também na conquista de alguns direitos, como a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), previdência, salário mínimo, entre outros, alcançados no governo populista de Getúlio Vargas. (MARICATO, 2010).

Conforme a autora supradita, foi a partir do governo populista de Vargas que se deu início, ainda que timidamente, à construção de uma política habitacional no Brasil. Contudo, o que se percebe no decorrer da história é que nem o mercado e nem o Estado resolveram os problemas habitacionais do país, muito menos as desigualdades sociais que se perpetuam no desenvolvimento das cidades brasileiras, mesmo porque essas desigualdades são estruturais e inerentes a esse sistema de produção. E, portanto, “a escassez de moradia não é um acaso; é uma instituição necessária que só pode ser eliminada, com repercussões sobre a saúde, etc., quando a ordem social da qual ela se origina for revolucionada desde a base. (ENGELS, 2015: 31).

Assim sendo, a classe dominante vai criando alternativas necessárias à reprodução e ampliação do capital sem necessariamente resolver suas contradições, desviando-se dos problemas conjunturais e atuando na imediatividade dos problemas cotidianos gerados pela formação das cidades capitalistas. Por exemplo, a necessidade de mão de obra nas indústrias e centros urbanos promoveu o desenvolvimento de transportes coletivos, assim os trabalhadores eram, e são, empurrados para áreas cada vez mais longínquas, atendendo às necessidades de extração de excedente sem, contudo, *ofuscar o brilho das cidades, relegando-se a pobreza da convivência habitacional dos centros urbanos.*

Por conseguinte, com o desenvolvimento das forças produtivas e com o advento da industrialização pesada no período autocrático burguês, a produção de bens duráveis (automóveis, aparelhos domésticos), e, a migração da população do campo para as capitais e regiões metropolitanas, em busca de melhores condições de vida, fazem surgir nas cidades novas organizações de modos de vida. Nesse sentido, estas refletiram em mudanças culturais, econômicas e sociais, além de aprofundar as desigualdades entre centro e periferia.

De acordo com Brito (2006), foi no contexto histórico da década de 1960 que a população das cidades ultrapassou a do campo, ocorrendo um célere crescimento populacional

no espaço urbano mediante um intenso fluxo migratório que se intensificou a partir de 1970. Maricato (2020) aponta ainda que essa população que veio para a cidade não foi recebida por nenhuma política pública e foi se instalando como pôde, ocupando áreas de proteção ambiental, áreas de risco, de drenagem de água de chuva etc., forjando o que se conhece atualmente por cidade ilegal.

Por seu turno, durante o período do Regime Militar, que se estendeu entre os anos de 1964 até 1985, houve um misto de repressão e concessão possibilitando o atendimento de algumas demandas populacionais por parte do Estado, o qual buscara de certo modo algum tipo de legitimidade política e governamental. Conforme o CFESS (2016), nesse período o Estado impulsionou o setor de construção civil a partir da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), possibilitando a ampliação da construção de casas e conjuntos habitacionais. Contudo, essas possibilidades não atingiram as camadas sociais mais pobres, ademais, o controle dos gastos públicos e a prestação de contas careciam de maior transparência.

Maricato (2000) aponta que a conjuntura anteposta favoreceu a expansão imobiliária privada com moradias baseadas em edifícios e apartamentos, remodelando as imagens das cidades. Essas habitações, em larga medida, eram destinadas às famílias de classe média e alta através do crédito financeiro, o que favoreceu também a especulação imobiliária. A autora também menciona situações resultantes desse processo de desenvolvimento urbano, como a concentração da pobreza urbana, os impactos ambientais, a concentração populacional em regiões de alagados, morros, várzeas e até mesmo planícies marcadas pela pobreza homogênea, além do crescimento da violência urbana, sobretudo a partir da década de 1980.

No contexto em tela, a partir do aprofundamento da questão social, vários movimentos sociais emergiram na cena política brasileira. Entre eles, movimentos urbanos, movimentos de bairros, movimentos de luta por moradia, associações de moradores, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, entre outros, que reivindicavam tanto a restituição da democracia como também o acesso à terra, ao trabalho, à moradia digna e aos demais direitos necessários ao exercício da cidadania.

É, portanto, nessa conjuntura que o debate sobre o direito à cidade é travado a partir da luta dos brasileiros pela reforma urbana, ou seja, pelo acesso à moradia e à terra urbana de forma democrática (CFESS, 2016). Com o esgotamento do Regime Militar, os resultados das disputas políticas pós reabertura da democracia se expressaram na inclusão dos artigos 182 e 183 na carta constitucional de 1988, os quais versam sobre a política urbana, promovendo de forma inédita as bases legais para o possível cumprimento da função social da terra urbana.

O Estatuto da Cidade – Lei 10257 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e

183 da constituição, traz inúmeros avanços ao tratar do uso do solo urbano, expressando em suas diretrizes: a garantia do direito a uma cidade ambientalmente sustentável e mais igualitária, tanto para quem nela vive hoje como para as gerações futuras, a partir de uma gestão democrática e participativa, garantindo os serviços de infraestrutura que seus cidadãos necessitem. Ademais, aponta instrumentos indispensáveis como a gestão orçamentária participativa e o Plano Diretor, Lei municipal que permite o desenho e materialização dos objetivos da reforma urbana, entre outros.

Esses instrumentos jurídico-normativos abrem caminhos para que a população possa finalmente participar dos rumos da política urbana no Brasil, com intencionalidades de imprimir a esta os interesses da maioria, ou seja, da grande massa de trabalhadores, os quais, em larga medida, são os mais prejudicados na divisão territorial do espaço urbano. Contudo, trilhar esse caminho nunca foi fácil, e nem é, principalmente porque existe uma luta de classes que permeia esse processo. Ademais, o solo urbano tem sido cada vez mais visto como a galinha dos ovos de ouro do capital, espaço de sua reprodução e ampliação.

Cabe ressaltar que a partir da década de 1970, o capital adentra em uma crise estrutural que se arrasta até os dias atuais, sendo esse fenômeno comum a todos os países em escala global, ainda que em períodos históricos e geograficamente distintos. Como resposta do capital a mais uma de suas crises, se processa uma combinação entre reestruturação produtiva, advento ideológico e dominante do ideário neoliberal, e, a hegemonia do capital financeiro, culminando no aprofundamento da questão social.

No Brasil, país periférico de economia dependente, a crise do capital chega com mais força a partir da década de 1980, sendo esta considerada por muitos como a década perdida para a economia. Isto soa contraditório justamente pelo fato de que, diante desse aprofundamento de crise, se consumou constitucionalmente uma gama de direitos sociais e até mesmo universais, como é o caso da saúde pública. É nesse movimento contraditório de luta de classes por interesses distintos que se formam as bases para entrada dos postulados neoliberais no Brasil, situado historicamente a partir da década de 1990, consolidando a “estratégia de dominação da classe burguesa e de seus aliados para responder à crise vivida na década de 1980” (BRETTAS, 2017: 60).

Com base nas análises da autora supradita, não houve, portanto, um movimento de desmonte dos direitos sociais no Brasil como ocorrera nos países europeus que consolidaram o Estado Social (*Welfare State*). Pelo contrário, o que há aqui é um emaranhado de lutas políticas, historicamente desiguais, onde ao mesmo tempo em que se pretende afirmar os direitos sociais e colocá-los em prática a partir de mecanismos legais, também se busca, por outro lado, minar

sua efetivação e desmontar juridicamente o que já foi constituído, sob uma perspectiva ideológica de que tais direitos promovem excessos de gastos à esfera estatal. As análises de Brettas são cruciais para entendermos a conjuntura pós constituição de 1988, bem como os limites e possibilidades para implementar os pressupostos elencados no Estatuto das Cidades. Diz a autora,

Não podemos desconsiderar os limites trazidos pela luta de classes para a implementação deste projeto de restauração burguesa. O neoliberalismo não se deu por uma aplicação direta e mecânica de um receituário vindo de fora. Ele esbarrou em lutas e resistências da classe trabalhadora que, apesar de ter sentido fortemente uma desarticulação, havia resultado em uma Constituição Federal com definições que não puderam ser ignoradas e foram, de alguma maneira, implementadas. (BRETTAS, 2017: 62).

Como mencionado anteriormente, as lutas políticas entre classes são incontestavelmente desiguais, dado que a burguesia, não à toa chamada de classe dominante, possui, além dos meios de produção sob sua tutela, também o apoio do Estado. Sendo este, compreendido aqui como capitalista, cuja função é manter as bases de dominação e exploração na ordem do capital. Assim sendo, a classe trabalhadora não conseguiu barrar as medidas de reestruturação do capital, sendo implementadas no âmbito social verdadeiras contrarreformas que têm impactado significativamente nas diversas políticas sociais. Como afirma Brettas (2017: 62) as tensões dos trabalhadores não foram capazes de ofuscar a força do projeto burguês e o “Estado dependente brasileiro, em sua fase neoliberal, acentua sua capacidade de tornar lucrativas as ações privadas na prestação de serviços públicos”. Ou seja, os direitos sociais, como o acesso à moradia, tornam-se cada vez mais direcionados para a esfera privada sendo estes oferecidos no âmbito do mercado sob respaldo financeiro do Estado.

Para compreender melhor essa questão e a disputa de interesses que permeiam o solo urbano é preciso identificar as necessidades sociais e econômicas que envolvem as classes em conflito. Maricato (2010) nos expõe essas questões de forma bastante didática ao apontar que para a classe trabalhadora o solo urbano tem valor de uso, já para o capital, sobretudo o imobiliário, este mesmo solo tem valor de troca.

Dito de outro modo, os trabalhadores necessitam da cidade para moradia, transporte, lazer, serviços de infraestrutura, acesso a equipamentos de saúde, assistência, educação, entre outros serviços básicos necessários à manutenção de sua subsistência. Já o capital imobiliário tem interesses na expansão de seus lucros e vê a cidade como mercadoria, fonte de expansão do valor, seja pela produção e mercantilização de imóveis ou meramente pela especulação imobiliária.

Isto posto, há uma terceira esfera que atua na mediação desses dois polos, o Estado. Mas

este, por sua natureza, tende a atender com mais frequência os interesses do capital, desse modo a luta política na esfera estatal se faz constante, pois as obras de infraestrutura hegemonicamente realizadas por ele, bem como as normas de regulamentação do solo urbano, podem valorizar determinado espaço. Assim, a variedade de preço dos imóveis está intimamente ligada à sua localização e às oportunidades que ele oferece a partir dos serviços coletivos existentes na localidade (MARICATO, 2010). Os imóveis, ainda que construídos com materiais da mesma qualidade, variam de preço em tempo e espaço, sendo, portanto, a segregação um instrumento importante para o capital.

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. (MARICATO, 2003: 152).

Além da segregação pelas condições econômicas, há ainda a segregação devido à orientação sexual e identidade de gênero, tão bem apresentada por Silva e Santos (2015) em um artigo intitulado “O sol não nasce para todos”. As autoras expõem um panorama que reflete cidades doentes, que violam direitos, que agredem e violentam os sujeitos por não fazerem parte de uma tal “heteronormatividade”.

Ademais, sem respeitar a diversidade sexual existente na sociedade, criam-se espaços segregados de consumo que possam atender as demandas da população LGBT², o que as autoras vão chamar de “cidade do consumo” para um determinado “mercado Gay”, forjado a partir de uma “cultura de guetização” estabelecida pelo capital para satisfazer suas necessidades de acumulação. Assim, os sujeitos com maior poder aquisitivo podem frequentar boates, restaurantes, cafés, lojas de moda e outros espaços sem temer a insegurança de conviver em espaços coletivos que não lhes imprimam pertencimento.

As autoras também apontam inúmeros contrassensos entre a cidade que se pretende e a cidade que se tem, dos quais são expressão: as dificuldades de participação política e coletiva no desenvolvimento urbano, dificuldades de acesso a equipamentos públicos, falta de acesso a transporte público de qualidade e a preço acessível, e, o crescimento dos chamados

² A sigla engloba: Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis, todavia existem sujeitos que se identificam com outras categorias. Atualmente a sigla mais usada é LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual, + outros grupos e variações de sexualidade e gênero), sua ampliação se deu na perspectiva de alcançar um maior número de sujeitos, aumentar a representatividade do movimento e de suas bandeiras de luta.

assentamentos ilegais, ou seja, moradias construídas em locais sem regularização, muitas vezes em áreas de preservação ambiental ou em locais perigosos por serem áreas suscetíveis a desmoronamentos, enchentes e outros desastres naturais. Cabe ressaltar que a apropriação de terra irregular ainda é muito comum no Brasil, tendo em vista que a carência habitacional, sobretudo para os segmentos mais pobres, ainda é gritante e os trabalhadores, muitas vezes sem alternativas, acabam por se apossar de terras e autoconstruir suas moradias. Assim,

As cidades contemporâneas são verdadeiras bombas prestes a explodirem pela via da violência, pela segregação dos espaços; pela situação dramática em que se encontram os indivíduos que estão sem teto; pelas práticas dos especuladores imobiliários; pelo acirramento da violência contra a mulher; da homofobia, transfobia e lesbofobia que obstaculizam o direito à cidade da população LGBT e pelo contínuo processo de aumento do desemprego; de demolição dos direitos e dos valores éticos-morais. (SILVA; SANTOS, 2015: 513).

Desse modo, os desafios enfrentados pela classe trabalhadora no cotidiano da vida urbana são imensos. A reestruturação do capital e o desenvolvimento das forças produtivas agudizam ainda mais as desigualdades sociais atingindo todas as esferas da vida social, política, econômica, cultural e ambiental. Apesar de alguns avanços conquistados nos governos petistas, como a criação do Ministério das Cidades e as Secretarias Nacionais de Desenvolvimento Urbano, a construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, o fortalecimento da gestão democrática e participativa, a criação e fortalecimento de programas como Bolsa Família, Minha Casa Minha³ Vida, Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros, embora relevantes, não foram suficientes para resolver os problemas de carência habitacional, nem reduzir as desigualdades sociais existentes no país.

Como afirma Silva e Santos (2015: 509) “As determinações classistas evidenciam a desigualdade social e o não direito à cidade”. Progressivamente os interesses do capital vão se sobrepondo às necessidades sociais, despontando em uma crise de valores humanitários sem precedentes. A pandemia do Sar-Cov-2, que avassala o mundo nos dias que correm, põe em evidência o que verdadeiramente importa para a classe dominante, a reprodução do capital em detrimento das vidas humanas. Assim, a combinação entre crise do capital e pandemia traz resultados catastróficos para a vida da classe trabalhadora, assunto sobre o qual nos debruçaremos com mais atenção no item a seguir.

³ Existem críticas contundentes ao programa “Minha Casa Minha Vida” pelo fato deste se centrar muito restritamente a construção de moradias. Além disso, ainda que se direcione em certa medida as camadas populares, o programa não coadunava com as questões referentes a mobilidade urbana e ao acesso aos equipamentos provenientes do espaço urbano provocando uma rachadura com o direito à cidade. (CFESS, 2016).

Pandemia, crise urbana e o esgarçamento da questão social.

Entende-se por pandemia a disseminação de uma doença em escala global, evidenciada por um surto que começa em determinada região, mas que se espalha devido ao tráfego de pessoas, por todos os países ou na maioria deles. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) a COVID-19 é a doença infecciosa causada por um novo coronavírus – Sars-Cov-2, identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. O espalhamento rápido desse vírus e as proporções que ele atingiu a nível mundial fez com que o diretor-geral da referida instituição, Tedros Adhanom, declarasse no dia 11 de março de 2020, que estamos vivenciando mais uma pandemia. (PAHO, 2020).

No Brasil, o primeiro caso de COVID-19 registrado oficialmente pelo Ministério da Saúde (MS) foi em 26 de fevereiro de 2020, um homem de classe média com 61 anos de idade, residente da cidade de São Paulo, que tinha feito uma viagem para Itália. Já a primeira morte registrada pelo MS foi de uma diarista de 57 anos chamada Rosana Aparecida Urbano, moradora de uma das regiões mais pobres da cidade em tela.

Nesse contexto, não é mera coincidência que no mundo globalizado em que vivemos doenças viróticas se espalhem com frequência, dado o fluxo contínuo de pessoas pelas diversas partes do globo, assim como não é coincidência que essa propagação se dê inicialmente por pessoas de maior poder aquisitivo, cuja condição econômica possibilita o intercâmbio internacional. Assim sendo, o Sars-Cov-2 desembarca em terras brasileiras tendo a burguesia como seu principal hospedeiro, se espraiando no território e, por conseguinte, contaminando a classe trabalhadora, atingindo com robustez os segmentos mais pauperizados.

Cada país buscou lidar com a pandemia de forma específica, entretanto, o que se percebe é que a natureza metabólica e estrutural da sociedade capitalista, onde impera a ganância e a cede incontrolável pelo lucro, não permite que as nações respondam de forma positiva às necessidades econômicas, sociais e sanitárias da grande massa da população. Como já mencionado, a crise que se arrasta desde 1970, provocou mudanças de ordem estrutural, as quais rebatem profundamente nas respostas dadas à emergência de saúde pública que se estabeleceu nos dias que correm. O desemprego, o aprofundamento das desigualdades sociais e a destruição dos direitos expressam a face pandêmica do capital (Antunes, 2020).

É inadmissível que os Estados Unidos da América, maior potência econômica do mundo, seja o país com o maior número de mortos e um dos mais atrasados na resposta assistencial à saúde de seus habitantes. Isso revela o sistema de saúde excludente do país, bem como a postura política e econômica adotada, que se reflete negativamente na vida dos segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora, dentre os quais, negros, mulheres,

migrantes, entre outros, que morreram em casa por não terem condições financeiras de ir aos hospitais em busca de assistência à saúde. Felizmente, a partir da gestão de Joe Biden, que se iniciou em janeiro de 2021, o país tem mostrado alguns avanços no que concerne as medidas sanitárias de combate ao vírus e tem tentado reverter positivamente o cenário crítico em que se encontra a nação.

No Brasil, os reflexos da pandemia assumem proporções devastadoras, escancarando não só a crise econômica, política e cultural em que o país já se encontrava, e ainda se encontra, mas também a desigualdade social gritante que impera historicamente no nosso território. Antunes (2020) afirma que a aglutinação entre crise e pandemia provocam, além dos altíssimos índices de mortalidade, a ampliação da miserabilidade e o empobrecimento da classe trabalhadora. Segundo o autor, antes da pandemia mais de 40% dos brasileiros já viviam na informalidade laboral, o que se agrava profundamente com a recessão provocada pela crise pandêmica, que atinge não só o Brasil, mas todos os países em escala global.

A princípio, com a inexistência de vacinas e de medicamentos comprovadamente eficazes no combate à COVID-19, as principais medidas de enfrentamento e controle da propagação do novo coronavírus, indicadas pelas autoridades sanitárias, foram o distanciamento social, a higienização corriqueira das mãos com água e sabão ou álcool em gel, e, o uso de máscaras. Desse modo, com a propagação aligeirada do vírus no Brasil, assim como em outros países, se fez necessário tomar medidas que evitassem aglomerações, expressas principalmente na ampla redução da produção e de serviços não essenciais, culminando no fechamento de estabelecimentos comerciais, indústrias, shoppings centers, bares e restaurantes, cinemas, teatros, casas de show, entre outros, agravando a situação de desemprego, que como apontou Antunes, já era trágica.

A crise que se abate na conjuntura atual aprofunda também a crise política, colocando em evidência as ações destoantes entre governo federal, governos estaduais e até mesmo os municipais. Além dos problemas sanitários, econômicos e sociais que o país enfrenta, o governo fascista e ultraliberal, comandado pelo presidente Jair Bolsonaro, responde a realidade a partir de um discurso negacionista e obscurantista, se utilizando de frases como “é apenas uma gripezinha”, “todos vamos morrer um dia”, “temos que deixar de ser um país de maricas”, “vamos deixar de mimimi” e tantas outras. Assim, ele revela uma postura anticidência, contrária ao isolamento social e claramente direcionada, ainda que isso custe muitas vidas, ao retorno imediato dos trabalhadores ao mercado para retomada das atividades econômicas e comerciais.

Apesar do processo de imunização ter se iniciado no Brasil desde o mês de janeiro do corrente ano, de acordo com a logística do governo federal, esse processo se estenderá

praticamente até o final de 2021, ademais estamos vivenciando atualmente o pior momento da pandemia em decorrência da nova variante do vírus que circula no país, o que nos indica que distanciamento social ainda é a medida mais segura para evitar o contágio e salvar vidas.

A tragédia da realidade capital-pandêmica se expressa na contradição entre fazer isolamento social e morrer de fome, ou sair para trabalhar correndo o risco de se contaminar e acabar morrendo pela doença, além da possibilidade de transmitir aos seus familiares. É isso que Antunes (2020: 14) vai chamar de “trabalho sob o fogo cruzado.” O autor, então, questiona “como ficarão em isolamento social os/as desempregados/as, os/as informais os/as trabalhadores/as intermitentes, os uberizados, os subutilizados e os terceirizados...?”, nos provocando a reflexão de quão vulnerável e desprotegida se encontra a classe trabalhadora brasileira, que têm sofrido duros golpes expressos na Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência, Lei da terceirização total, e, a Emenda Constitucional 95 de 2016, que congela os gastos com saúde, educação e assistência por vinte anos.

O contexto reverbera também na intensificação do trabalho daqueles que ainda conseguem manter seus empregos, notadamente são ampliadas as formas de trabalho mediadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), expressas em larga medida no trabalho remoto, em *home office* e, principalmente, por intermédio de empresas de aplicativos. Antunes (2020) afirma que a expressão das TICs na vida da classe trabalhadora é a ampliação da precarização do trabalho e da burla dos direitos sociais, tendência que se esparrama para todas as esferas das cadeias produtivas, atingindo atualmente com mais profundidade o setor de serviços.

Sob um olhar mais específico no âmbito da saúde, compreende-se que a pandemia está imbricada no intercâmbio entre as esferas biológica e social, emergindo como resultado da aglutinação de vários processos que se expressam nos Determinantes Sociais de Saúde (DSS), resultantes da estrutura dinâmica do modo de produção capitalista.

Souza (2020) cita alguns elementos que estão presentes no processo de unificação da determinação social da saúde, do qual emerge a pandemia da COVID-19, dentre os quais podemos citar a prioridade da esfera econômica retardando as respostas de saúde pública, fragilização dos sistemas públicos de saúde, reflexo do subfinanciamento; priorização do Estado na ajuda financeira ao capital em detrimento da população economicamente mais vulnerável; intensificação da disseminação de informações falsas na mídia, em especial via internet, o que se convencionou chamar de *fake news*; a desigualdade econômica entre as classes sociais; e, por fim, a ética burguesa do individualismo agudizada nos moldes neoliberais.

Conforme o autor supracitado a pandemia não é responsável pela calamidade pública

instaurada, mas sim o próprio *modus operandi* da sociedade capitalista e sua natureza destrutiva, sendo o Sars-Cov-2 apenas mais um elemento soerguido das bases objetivas do capital mundializado. Destarte, o que se evidencia no Brasil é a incapacidade de respostas às necessidades básicas da população, expressas no campo da saúde pela insuficiência de profissionais capacitados, bem como pela escassez de materiais básicos como EPIs, máscaras e luvas, além de leitos de UTI e respiradores, reflexo da corrosão e desfinanciamento do SUS nos últimos anos.

Cabe ressaltar que a crise pandêmica atinge com mais profundidade as populações mais vulnerais que vivem no espaço urbano, o que não quer dizer que a COVID-19 não atinja a população da zona rural, mas que as cidades, sobretudo as metrópoles, possuem particularidades – problemas pré-existentes que se aprofundam e se agudizam com a chegada do vírus. Uma das preocupações que se tornou evidente, sendo exposta corriqueiramente na mídia, foi a situação vivenciada pela população que mora nas favelas.

Essas comunidades possuem alta densidade populacional e vivenciam carências básicas como falta de água potável, saneamento básico, serviços de infraestrutura precários, insuficiência no acesso às políticas públicas, além de moradias com cômodos pequenos e grande número de moradores, tornando essa população mais exposta ao coronavírus (COSTA, 2020). Diante dessa realidade, como dizer para esses sujeitos que eles têm que fazer isolamento social e higienizar as mãos com frequência?

Ademais, com o advento e espraiamento da pandemia no país, os serviços de transporte urbano tornaram-se ainda mais precários e reduzidos, sobretudo, e contraditoriamente, a partir da intensificação das medidas de isolamento social, restando como opção aos trabalhadores(as), vivenciar os riscos oferecidos pela aglomeração em transportes públicos lotados que certamente ficaram ainda mais demorados, ou arriscar perder o emprego, sua única fonte de sobrevivência.

Como afirma Maricato (2020) os problemas de mobilidade urbana não são novos, sua precariedade se reflete atualmente em poluição ambiental, números exorbitantes de acidentes de trânsito⁴, alto custo das passagens e tempo de vida perdido dentro desses transportes, tendo em vista que a distância percorrida entre moradia e trabalho nos faz perder horas no trânsito.

Outro elemento importante é o adoecimento psicológico e as agressões nos domicílios, tendo como principal motivação o machismo (estrutural). António Guterres, chefe da ONU, atestou preocupação diante desses fenômenos, como consequência do isolamento social, em que ele observa o aumento de casos de violência contra mulheres e crianças, suicídio, depressão, ansiedade. A escassez de delegacias especializadas em violência contra a mulher aprofunda

⁴ Existem estudos que apontam que durante o período mais intenso do isolamento social foram reduzidos tanto os índices de poluição ambiental como os acidentes de trânsito.

o problema (no Brasil), já que são apenas 21 e apenas Rio de Janeiro e São Paulo possuem esses estabelecimentos fora da capital. (COSTA, 2020:165-6).

O autor afirma ainda que a letalidade do COVID-19 é maior entre os negros, os quais moram predominantemente nas favelas e periferias das cidades. Essa população historicamente oprimida, além de sofrer os impactos da pandemia, tem sido alvo de toda sorte de violação de direitos. Chacinas e violência policial nos morros e favelas já não são mais novidades no noticiário midiático, muito menos a morte de crianças e adolescentes em operações policiais. Ademais, tem se ampliado os casos de vítimas fatais atingidas por bala perdida e por inúmeras situações de violência vivenciadas nesses espaços, refletindo o descaso do poder público e a ausência do Estado nas favelas e periferias das cidades. Nas palavras de Costa (2020: 166) “A violência contra as favelas expressa o DNA escravista brasileiro ainda presente na sua estrutura republicana”.

Outro segmento muito vulnerável à situação de pandemia é a população que vive em situação de rua, grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, utilizando-se dos logradouros públicos e das áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como das unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009). Como dizer para essa população ficar em casa? Os desafios enfrentados por esses sujeitos são imensos, sobretudo pela carência e dificuldade de acesso a emprego e a serviços socioassistenciais. Muitos não têm sequer documentos de identidade pessoal, muito menos comprovantes de residência fixa, os quais são exigidos para consultas em unidades de saúde e/ou na inserção em programas assistenciais.

São milhares de pessoas sós ou com familiares morando nas ruas, calçadas, praças, marquises, baixos de viadutos ou em outros locais, sem nenhuma proteção física adequada, sujeitas a riscos de assassinatos, doenças, agressões, discriminação e outras situações de violação da dignidade humana. Há que se considerar também a diversidade de grupos que compõem a população em situação de rua. Se, por um lado, a condição de estar sem moradia a torna homogênea, por outro, esconde um conjunto diferenciado de grupos particulares que possuem características, necessidades, condições e perspectivas diferentes. Há idosos que não conseguirão mais entrar no mercado de trabalho, não possuem proteção previdenciária e que necessitam de uma moradia permanente. Há grupos de famílias com filhos que demandam cuidados e serviços específicos. Há pessoas com sofrimento mental que precisam de tratamento de saúde e moradias especiais. Há outros grupos como: dependentes químicos; com necessidades especiais como os deficientes; de mulheres sós e grupos com diversas orientações sexuais, como os que fazem parte dos grupos LGBT (KOHARA E VIEIRA, 2020).

Os autores apontam ainda que a situação de vida dessa população converge para a

fragilização da saúde tornando-as mais suscetíveis ao adoecimento. Ademais, são populações socialmente estigmatizadas tanto pela comunidade em geral, como pelos próprios agentes públicos que nem sempre estão preparados para lidar com esses sujeitos. Um exemplo notório e recente do trato repugnante do poder público com a população em situação de rua foi a expulsão de forma violenta dos indivíduos que vivem na Cracolândia na cidade de São Paulo, tanto o atual prefeito, Bruno Covas, quanto o governador do estado, João Doria, protagonizaram medidas desumanas que mais se aproximam de políticas higienistas dessa população do que propriamente do combate ao uso de crack e outras drogas.

Cabe ressaltar que as políticas de saúde, previdência e assistência social, as quais compõem o tripé da seguridade social no Brasil, foram imprescindíveis nesse momento de pandemia. Apesar do processo de desmonte que vinham sofrendo, seria impensável passar por esse momento sem suporte dessas políticas na consumação dos direitos sociais inerentes à vida. Milhares de brasileiros, por exemplo, solicitaram o seguro-desemprego e acionaram mecanismos de proteção social disponíveis aos segurados da previdência. E o SUS, ainda que com todas as suas carências, possibilitou assistência à saúde a milhões de usuários, em especial aos trabalhadores empobrecidos e aos desempregados.

A assistência social, por sua vez, promoveu um trabalho fundamental e mais do que nunca se mostrou indispensável na vida dos segmentos mais vulneráveis do nosso território, esteve presente na organização e viabilização do acesso ao Auxílio Emergencial⁵ – programa instituído pelo governo federal a partir do mês de abril de 2020, destinado a garantia de um benefício financeiro no valor de R\$600,00 aos sujeitos que correspondessem aos critérios estabelecidos na proposta, passando ao valor de R\$300,00 reais nos quatro últimos meses, com data de vigência prevista até dezembro de 2020. Em 18 de março de 2021 foi instituído um novo Auxílio Emergencial⁶, serão 04 parcelas disponibilizado a partir do mês de abril que irão variar entre 150,00 e 375,00 a depender da composição familiar. A redução progressiva do valor do auxílio representa um retrocesso, tendo em vista que vivenciamos o prior momento da pandemia e o acirramento da crise econômica em todo país.

Apesar de insuficiente, o Auxílio Emergencial teve um peso bastante significativo para

⁵ Informações sobre critérios de adesão, acessar o DECRETO Nº 10.316, DE 7 DE ABRIL DE 2020, que regulamenta o auxílio emergencial de que trata o art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.316-de-7-de-abril-de-2020-251562799>> Acesso em: 10 dez 2020.

⁶ As regras para adesão ao novo Auxílio Emergencial estão presentes na Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.039-de-18-de-marco-de-2021-309292254#:~:text=Art.%201%C2%BA%20Fica%20institui%C3%ADdo%20o,abril%20de%202020%20e%20do>> Acesso em: 29 mar 2021.

suprir as necessidades de reprodução social de uma extensa camada da classe trabalhadora. Muitos desafios foram produzidos na distribuição desse subsídio, como a geração de filas quilométricas nas agências da Caixa Econômica Federal, o que acabou expondo os brasileiros à contaminação pelo vírus. Além disso, houve grandes dificuldades de acesso pelos segmentos paupérrimos que, em larga medida, não tinham expertise no manuseio e/ou acesso às tecnologias necessárias à solicitação do benefício. Desse modo, também provocando, ampliação das demandas nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), pela busca de repostas pela negação do benefício, bem como pela necessidade de solicitação deste.

Os trabalhadores e trabalhadoras dessas políticas, que por hora ganharam visibilidade inclusive pela mídia, sempre estiveram na linha de frente e não mediram esforços no enfrentamento das mazelas da questão social, as quais foram aprofundadas no contexto de pandemia, se afastando, inclusive, de suas famílias e arriscando cotidianamente suas vidas para dar respostas às necessidades mais fundamentais da humanidade, que se expressam sobretudo no direito à vida.

Desse modo, portanto, não podemos aceitar as palavras do ministro da economia, Paulo Guedes, ao dizer, em uma fala infeliz, na reunião ministerial do dia 22 de abril, que colocou uma “granada no bolso do inimigo⁷”, se referindo à retenção do ajuste salarial do funcionalismo público por dois anos. Assim como não podemos aceitar essa deformação que se materializou com a Emenda Constitucional 109⁸ aprovada em março de 2021, que ativa gatilhos para contenção de gastos públicos, vedando a contratação de novos servidores, progressões salariais, benefícios, abonos, etc., congelando os salários dos trabalhadores federais, estaduais e municipais, por até 15 anos, sucateando ainda mais funcionalismo público, algo impensável para o momento de crise que vivenciamos, donde os brasileiros necessitam ainda mais de políticas públicas afetivas para o atendimento de suas necessidades econômicas, sociais e de saúde.

Portanto, juntemo-nos às várias iniciativas de movimentos sociais e organizações da sociedade civil que tem se unido em solidariedade de classe com vistas a superar os desafios postos pela crise capital-pandêmica. A título de exemplo temos as mobilizações organizadas pela Frente Brasil Popular e pela Frente Povo Sem Medo⁹, cujas propostas, além de prover

⁷ Reunião ministerial. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nfgv7DLdCqA>>

⁸ A EC. 109 segue na mesma esteira da PEC 95, congela gastos com o funcionalismo público, pondo a conta do novo Auxílio Emergencial nas costas dos servidores, para maior aprofundamento acesse: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc109.htm>.

⁹ Fazem parte dessas frentes um conjunto de organizações compostas por: partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, entidades estudantis, entre outros. A campanha “Vamos Precisar de Todo Mundo” está disponível no site: <https://todomundo.org/?page_id=161>

acesso à alimentação e materiais de higiene para aqueles que mais precisam, buscam, a partir de articulações políticas, denunciar o descaso do Estado e exigir medidas concretas que possibilitem o acesso aos direitos sociais.

Considerações finais:

O desenvolvimento das cidades no Brasil carrega em seu âmago a segregação territorial e o aprofundamento das desigualdades sociais entre ricos e pobres. As cidades passam a ser cada vez mais um lugar privilegiado de uma minoria que se utiliza desse espaço como fonte de acumulação de riqueza e reprodução ampliada do capital. O uso e a ocupação do solo perpassam por questões econômicas, políticas e culturais que estão impregnadas na raiz da formação patrimonialista do Estado Brasileiro.

Portanto, apesar dos avanços constitucionais e jurídicos que preveem a função social da terra, na prática, há uma grande dificuldade em se efetivar o direito à cidade e uma divisão mais justa e igualitária do espaço urbano. Desse modo, historicamente os sujeitos que vivenciam situações de pauperização, sobretudo negros(as), mulheres, imigrantes, LGBTQs e outras minorias sociais que vem sendo expelidos para áreas periféricas, empurrados para as franjas das cidades e obrigados a se virar sem o suporte do Estado.

A pandemia do novo coronavírus, além de escancarar as desigualdades já existentes provocadas pelo próprio sistema de produção, também as agudiza, resultando não só na morte de milhares de vidas brasileiras, mas na ampliação da pobreza, da miséria, do desemprego e da precarização das condições de vida dos trabalhadores. Felizmente, desse cenário também tem brotado esperanças como movimentos de mulheres, de negros, movimento dos trabalhadores por aplicativos, movimentos de bairros, associações de moradores, entre outros, que tem se organizado politicamente e se mobilizado nas comunidades em ações de solidariedade de classe na luta contra o vírus e contra a fome.

Como afirma Antunes (2020: 22), “A questão crucial *imediate* dessa era das trevas é a preservação da vida”. Portanto, é urgente colocar como pauta fundamental na agenda de lutas da classe trabalhadora, a construção de uma nova ordem societária, sem exploração e opressão de classe, etnia e gênero, pois não há possibilidades de desfecho positivo pós pandemia diante da manutenção da sociabilidade do capital.

Referências:

ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

- BRASIL, Política Nacional para a População em Situação de Rua. DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20para,que%20lhe%20confere%20o%20art.> Acesso em: 24 nov. 2020.
- _____. Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/@@search?SearchableText=Informa%C3%A7%C3%B5es+covid-19>> Acesso em: 03 dez. 2020.
- _____. DECRETO Nº 10.316, DE 7 DE ABRIL DE 2020, que regulamenta o auxílio emergencial de que trata o art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.316-de-7-de-abril-de-2020-251562799>> Acesso em: 10 dez 2020.
- _____. Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021. Institui novo ajuste fiscal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc109.htm> Acesso em: 29 de mar 2021.
- _____. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.039, DE 18 DE MARÇO DE 2021. Institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.039-de-18-de-marco-de-2021-309292254#:~:text=Art.%201%C2%BA%20Fica%20institui%C3%ADdo%20o,abril%20de%202020%20e%20do>> Acesso em: 29 mar 2021.
- BRETTAS, Tatiana. CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E FINANCEIRIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL. ano 17, n. 34, Brasília (DF): Temporalis, 2017.
- BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. ESTUDOS AVANÇADOS v. 20 n. 57, 2006.
- CFESS. *Atuação de assistentes sociais na Política Urbana: subsídios para reflexão*. 5 Série. Brasília (DF): Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, 2016.
- COSTA, Reginaldo Scheuermann. **Pandemia e crise capitalista: a situação das favelas. Para além da quarentena:** reflexões sobre crise e pandemia. (orgs) LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima R. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.
- ENGELS, Friedrich. *Sobre a Questão da Moradia*. Tradução de Nélio Schneider. 1 Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O direito à cidade*. n. 29. São Paulo: Lutas Sociais, 2012. p. 73 – 89.
- KOHARA, Luiz; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. População em situação de rua e o direito à moradia em tempos de Covid-19. BrCidades -15/04/2020. Disponível em: <<https://jornalgnn.com.br/cidades/populacao-em-situacao-de-rua-e-o-direito-a-moradia-em-tempos-de-covid-19/>> Acesso em: 24 nov. 2020.
- MARICATO, Ermínia. URBANISMO NA PERIFERIA DO MUNDO GLOBALIZADO: metrópoles brasileiras. vol.14 no.4. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000400004&script=sci_arttext&tlng=pt; Acesso em: 08 nov. 2020.
- _____. *Metrópole, legislação e desigualdade*. In: ESTUDOS AVANÇADOS, vol. 17, nº48, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>> Acesso em: 01 out. 2020.
- _____. *Habitação e Cidade*. 7ª ed. São Paulo: Atual Editora, 2010.
- _____. *As cidades e a pandemia*. Evento do ciclo "Economia, trabalho e proteção social".

Instituto de Economia da Unicamp. Transmitido ao vivo em 15 de jul. de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=biYaH_ZR_wU; Acesso em: 26 nov. 2020.

PAHO - Pan American Health Organization. Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS; Organização Mundial de Saúde – OMS. Atualizado em 16 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>> Acesso em: 16 nov. 2020.

SODRÉ, Maiara Tavares; MARTINS, Solismar Fraga. *A relação entre rural e urbano na ótica de Henri Lefèbvre: um estudo sobre o papel das tríades lefèbvrianas na configuração espacial contemporânea*. v. 4, n. 6. NORUS, 2016.

SOUZA, Diego de Oliveira. *A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social*. 25(Supl.1): Ciência & Saúde Coletiva, 2020. p. 2469-2477.

SILVA, Andréa Lima da. *A morada do(a) “Teimoso”(a): as práticas sócioambientais de resistência em Mãe Luiza/Natal, um território insustentável*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

SILVA, Andréa Lima; SANTOS, Silvana Mara de Morais. “*O sol não nasce para todos*”: uma análise do direito à cidade para os segmentos LGBT. v. 17, n. 37. Brasília: SER Social, 2015. p. 498-516

A quimera do desenvolvimento sustentável para supressão da pobreza e da crise ecológica

The chimera of sustainable development for suppression of poverty and the ecological crisis

Raquel Mota Mascarenhas*

Resumo: Esse artigo, sob o suporte teórico-metodológico marxista, analisa as particularidades contemporâneas do modo de produção capitalista e as possibilidades de sua superação. Para isso, reflete acerca da relação entre “pobreza e crise ecológica”, considerando o paradigma da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), e apresenta elementos assertivos da hipótese de que países norteados por projetos societários divergentes – Brasil e Cuba, capitalista e socialista, respectivamente – apresentam distintas programáticas de gestão socioambiental em território latino-americano. Assim, utilizando o método comparado e a pesquisa bibliográfica e documental, o trabalho apresenta considerações em três momentos: a relação entre crise ecológica e pobreza na contemporaneidade; o processo de construção da Agenda 2030 da ONU; desenvolvimento sustentável na América Latina, similitudes e particularidades em Brasil e Cuba.

Palavras-chaves: capitalismo contemporâneo; crise ecológica; pobreza.

Abstract: This article, under the support Marxist theory, aims to analyze contemporary particularities of capitalist production mode and possibilities overcoming. For this, reflects on relationship between "poverty and ecological crisis", considering the paradigm Agenda 2030 United Nations (UN), and presents assertive elements hypothesis that countries guided by divergent societal projects - Brazil and Cuba, capitalist and socialist, respectively - present different socio-environmental management programs in Latin American territory. Thus, using comparative method and bibliographical and documentary research, the work presents considerations three moments: the relation between ecological crisis and poverty in contemporaneity; the process building UN Agenda 2030; sustainable development in Latin America, similarities and particularities in Brazil and Cuba.

Keywords: contemporary capitalism; ecological crisis; poverty.

Recebido em: 22/05/2020
Aprovado em: 26/11/2020



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição- Não-Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto; doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo; Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Introdução

Ao observar a relação entre “pobreza e crise ecológica”, visou analisar o processo de enfrentamento da pobreza em Brasil e Cuba nos marcos da crise ecológica atual, considerando a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Para tal, utilizo o aporte teórico e metodológico marxista (MARX, 1977); as técnicas de pesquisa bibliográfica (GIL, 2002) e o método comparado (ZEMELMAN, 2003).

Essa contribuição possui relevância social e científica, pois a Agenda 2030, inscrita no documento *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* apresenta a ação global hegemônica constituída por “governos, parlamentos, o Sistema das Nações Unidas e outras instituições internacionais, autoridades locais, povos indígenas, sociedade civil, os negócios e o setor privado, a comunidade científica e acadêmica” (ONU, 2017: 16). Além disso, por ter sido pactuada em 2015, a Agenda 2030 consiste em um marco recente que carece de maior estudos, com os quais pretendo contribuir ao observar as similitudes e distinções da gestão pública adotada nos países latino-americanos. Entendo, portanto, que países norteados por projetos societários divergentes – Brasil e Cuba, capitalista e socialista, respectivamente – apresentam diferenças de gestão socioambiental, que se expressam, por exemplo, no entendimento da *pobreza*, da *questão ambiental* e da *política social*. Assim, além dessa introdução o trabalho apresenta três momentos: a relação entre crise ecológica e pobreza na contemporaneidade; o processo de construção da Agenda 2030 da ONU; desenvolvimento sustentável na América Latina, similitudes e particularidades em Brasil e Cuba.

Pobreza e crise ecológica na contemporaneidade

O capitalismo visa produzir *valor* em detrimento da emancipação humana, através da *lei geral de acumulação capitalista* (MARX, 1989), que fundamenta a *reprodução e acumulação de capital*. Desde a fundação, na etapa clássica, passando aos “anos de ouro” e a fase imperialista, o capitalismo é entrecortado por crises, mas essa atinge uma dimensão estrutural a partir da década de 1970, caracterizada por um quadro de barbárie social e ambiental inédita. Acerca dessas implicações, entendo que a crise ecológica atual consiste na particularidade contemporânea da “questão ambiental”¹, cuja gênese está na ruptura do metabolismo entre humanidade e natureza, que consiste no “[...] retorno dos componentes da

¹ Usa-se a aspas para demonstra que a questão ambiental não se trata de um fenômeno natural e sim historicamente construído (MOTA; SILVA, 2009).

terra consumidos pelo homem, sob forma de alimentos e vestuários, à terra, portanto, a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo” (MARX, 1996: 132). Essa ruptura é imersa a relações de produção capitalistas que imperam via a propriedade privada dos meios de produção, sendo o desenvolvimento das forças produtivas tangenciado pelo fim de obter lucro. Assim, a reprodução de capital inviabiliza a manutenção da vida na biosfera e “[...] destrói simultaneamente a saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida espiritual dos trabalhadores rurais” (MARX, 1996: 132). Logo, o capital é um limite à vida, que se expressa no plano político – à exemplo da permuta da poluição industrial para os países periférico – e no plano econômico, transformando degradações em mercadorias, principalmente, via capitalização da natureza (CHESNAIS; SERFATI, 2003).

Embora a gênese da questão ambiental esteja *pari passu* à emergência do capitalismo, no tempo contemporâneo sua manifestação está particularizada via “[...] o aumento da poluição do ar e da água, a destruição da camada de ozônio, o acúmulo de lixo, o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, o avanço da desertificação etc.” (SILVA, 2010: 162). Igualmente, seu enfrentamento a partir final do século XX, é provocado por diversas organizações da sociedade e se constitui via *estratégia hegemônica do desenvolvimento sustentável*, cujos “ principais sujeito da construção [...] são os organismos internacionais” (SILVA, 2010: 177).

Essa estratégia, iniciada na década de 1970 e consolidada na década de 1990, se materializa de duas formas, diretamente articuladas: o discurso ideo-político e a programática teórico-metodológica (SILVA, 2010). A primeira compreende um discurso que se pretende consensual, requerendo para si o status de única alternativa possível para reestabelecer o equilíbrio no metabolismo entre humanidade e natureza, em contraponto ao socialismo real e ao estado de bem-estar social. Para tal, tem-se um receituário do agir individual sustentável, “[...] criando-se no plano ideológico o fetiche da humanização do capital, a partir das mudanças atitudinais” (SILVA, 2010: 238). A segunda refere-se a programática de organismos multilaterais, liderados pela ONU, cujo norteamento teórico-metodológico, a todo tempo, envolveu a pobreza como causa da degradação ambiental, a partir de “[...] duas concepções distintas: a tese do “círculo vicioso”, que se fez hegemônica até início dos anos 1990 e a do “duplo caminho”, que ganha centralidade no debate ambiental daí em diante” (SILVA, 2010: 34).

A tese do círculo vicioso, de origem neomalthusiana, expressa pelo Clube de Roma no relatório *Limits to growth*, de 1972, expõe que a degradação ambiental advém de um desequilíbrio entre população e quantidade de recursos naturais, responsabilizando os países

pobres e sua grande população. Consideram que “os pobres são sujeitos e vítimas do processo de dilapidação da natureza”, pois demandam mais recursos ao mesmo tempo em que vivenciam áreas de maior degradação. Assim, propõem políticas para redução de natalidade, entendendo que reduzir pobreza é reduzir o quantitativo de pobres (SILVA, 2010).

A tese do duplo caminho, emerge do desenvolvimentismo e se solidifica no Relatório Brundthland “Nosso Futuro Comum”, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987. Nessa, a pobreza é vista como possível consequência da falta de acesso aos recursos naturais, que pode, ou não, ocasionar a destruição desses. Assim, tem-se uma abordagem dual para a estabilização ecológica via a sustentabilidade ambiental e social, alcançada através do combate à pobreza (SILVA, 2010). Essa tese, tônica desde a década de 1990, entende a “questão ambiental” como consequência do subdesenvolvimento a ser superado via “o desenvolvimento sustentável [...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem as suas” (ONU, 1991: 46).

Entendo, em contraponto a essas duas teses, que a sustentabilidade significa que há relações interdependentes de cooperação entre os seres vivos para manutenção da vida e da biodiversidade (BOOF, 2017). Logo, nego essa perspectiva hegemônica, que concebe o desenvolvimento sinônimo de defesa das condições de reprodução do sistema capitalista; assim quando há certo ganho de sustentabilidade, se faz a partir do aprisionamento à técnica, proporcionando que “[...] a sustentabilidade ambiental (ou a existência de algumas iniciativas nesta direção) se faz em detrimento da sustentabilidade social” (SILVA, 2010: 201). Então, ao expor novas matérias primas e técnicas, o desenvolvimento sustentável é útil ao capital, por reduzir a improdutividade decorrente da insuficiente recomposição da biosfera, mas, para tal, “exigem cada vez mais sacrifícios humanos em nome do progresso técnico” (SILVA, 2010: 235). Ou seja, “[...] “a sustentabilidade ambiental” vem sendo, progressivamente, subordinada aos imperativos do mercado e atrelada à competitividade empresarial: mercantilização dos recursos naturais, a gestão ambiental empresarial e a reciclagem dos resíduos sólidos” (SILVA, 2010: 186). Enquanto “[...] a “sustentabilidade social” vem sendo tratada a partir do desenvolvimento de políticas compensatórias – sobretudo através dos programas de transferência de renda” (SILVA, 2010: 187). Tem-se, dessa forma, uma conjuntura em que a crise ecológica se soma a globalização da pobreza que marcam levantes populares por melhores condições de vida. Esses dois elementos, portanto, associados a conceituação do desenvolvimento sustentável, colaboram para que a política social seja norteadas pela privatização, descentralização e focalização nos pobres (BEHRING, 2011).

Como consequência direta das mediações abordadas até aqui, tem-se o processo de

internacionalização do combate à pobreza que “[...] expressa mais um conjunto de iniciativas orquestradas internacionalmente pelas organizações econômicas multilaterais do que um grupo de mecanismos pontuais de enfrentamento da questão social concebidos separadamente em escala nacional” (MAURIEL, 2009: 64). Essa *estratégia*, de fundamentação teórico-metodológica liberal, a partir das teorias de *desenvolvimento como liberdade* de Sen (2000); *capital social* de Coleman (2000) e *capital humano* de Schultz (1973), está organizada em três eixos: a) conceitos de pobreza e de pobre; b) entendimento das causas da pobreza; c) recomendações de políticas para combate à pobreza (UGÁ, 2008). A partir desses colaboradores, a pobreza é vista como consequência direta das escolhas pessoais, que impedem a aquisição de recursos e rendimentos; logo, o pobre é responsabilizado pelo seu bem-estar, que deve ser obtido via mercado, e visto como um não sujeito; e, conseqüentemente, as políticas sociais públicas, com orçamento reduzido, devem, principalmente, ofertar serviços nas áreas de saúde, educação, trabalho e renda, concessão de microcrédito, e, excepcionalmente, serviços para proteger da miséria, fome e morte. O que configura uma *estratégia dual* para o alívio da pobreza, combinando “[...] focalização nos pobres e empréstimos para promoção de bem-estar com uma ênfase na importância do crescimento e reforço dos mecanismos de mercado” (MAURIEL, 2008: 215). O processo de *internacionalização do enfrentamento da pobreza* trata-se de uma orientação teórico-metodológica e ideo-política da gestão de recursos, próprios de uma *estratégia hegemônica*² (AUTOR, 2014) que visa a manutenção do capitalismo, uma vez que ignora a pobreza enquanto uma expressão da “questão social”³. Observa-se, portanto, que “[...] o equacionamento da relação entre meio ambiente e pobreza, premido pela lógica da acumulação capitalista, far-se-á sempre limitado ou não se fará” (SILVA, 2010: 204), através de programáticas, como, recentemente, a Agenda 2030 da ONU e os ODS.

O processo de construção da Agenda 2030 da ONU

O processo de construção da *estratégia hegemônica* de desenvolvimento sustentável tem sua protoforma na década de 1950, quando a preocupação com o meio ambiente se amplia diante aos crimes⁴ ambientais. Entretanto, somente na década de 1970, torna-se alvo de discussão e intervenção da ONU, que protagoniza marcos centrais rumo a Agenda 2030:

² Consideramos como uma *estratégia*, pois se insere em arena de disputa, e de forma *hegemônica* por deter predominância no processo de *enfrentamento* da pobreza, enquanto uma expressão da “questão social” (AUTOR, 2014) e da crise ecológica, particularidade da “questão ambiental” (SILVA, 2010).

³ Colocamos aspas na expressão *questão social* para diferenciá-la da apropriação que dela foi feita pelo ideário burguês que a nega como consequência do ordenamento capitalista (NETTO, 2001).

⁴ Assume-se a palavra crime para se contrapor as expressões de “acidente”, “tragédia”, “desastre”, por defender que tais fatos possuem responsáveis e não apresentam caráter eventual.

Conferência sobre o Meio Ambiente Humano (1972); Estratégia de Conservação Mundial (1980); Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987); Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (1992); Cúpula do Milênio (2000); Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável (2002); Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável (2012); Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável (2015) (PNUMA, 2004).

Na década de 1970, tem-se o primeiro marco, a *Conferência sobre o Meio Ambiente Humano*, em Estocolmo, de 1972, que cunha a *Declaração de Estocolmo*, expondo que a proteção ambiental não pode ser usada como pretexto para que se desacelere o progresso econômico de países emergentes, sendo a primeira *soft law* sobre desenvolvimento sustentável. Além disso, recomenda a criação, ocorrida em 1972, do *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* (PNUMA, 2004).

Posteriormente, na década de 1980, a *Estratégia de Conservação Mundial*, publicada em 1980, por PNUMA, União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e Fundo Mundial para a Natureza (WWF), reafirma a Declaração de Cocoyoc, de 1974, em que a degradação ambiental é vista como consequência dos impactos destrutivos do uso exacerbado de recursos pelos ricos e da luta pela sobrevivência dos pobres, indicando o enfrentamento a partir de esforços de longo prazo, que considerem a integração entre meio ambiente e desenvolvimento (PNUMA, 2004). Além disso, a *Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Comissão Brundtland*, criada em 1983, apresenta em 1987, o relatório *Nosso Futuro Comum* consolidando o conceito de desenvolvimento sustentável baseado na tese do duplo caminho.

Seguindo, na década de 1990, por sua vez, tem-se a *Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento* – conhecida também como Cúpula da Terra, Rio-92 ou Eco-92. Realizada em 1992, esta é a maior conferência desde 1970, sendo responsável por ascender o desenvolvimento sustentável a um pacto global, por via da *Agenda 21 Global* “*Cuidando do Planeta Terra: uma estratégia para o futuro da vida*” – uma programática de ações mundiais afim de que “se integrem as preocupações relativas a meio ambiente e desenvolvimento” (ONU, 1992, p.1).

A consolidação do desenvolvimento sustentável enquanto estratégia hegemônica se dá no século XXI, quando a *Cúpula do Milênio*, em 2000, produz o relatório *Declaração do Milênio*, elencando os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (ODM)⁵, para “promover um

⁵ ODM: 1. Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2. Alcançar a educação primária universal; 3. Promover a igualdade de gênero e capacitar as mulheres; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças; 7. Assegurar a sustentabilidade ambiental; e 8. Desenvolver

desenvolvimento verdadeiramente sustentável”, no marco do “apoio aos princípios do desenvolvimento sustentável, enunciados na Agenda 21” (ONU, 2000: 10). Com o encerramento do prazo para alcance dos ODM, realiza-se a *Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável* (Rio +20), em 2012, cujo relatório *O Futuro que queremos*, aponta lineamentos que darão forma, na Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, em 2015, ao documento intitulado *Transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o desenvolvimento Sustentável*. Essa última programática, em síntese, estima a construção de “um mundo em que a democracia, a boa governança e o Estado de Direito, bem como um ambiente propício em níveis nacional e internacional, são essenciais para o desenvolvimento sustentável, incluindo crescimento econômico inclusivo e sustentado, desenvolvimento social, proteção ambiental e erradicação da pobreza e da fome” (ONU, 2017: 4). Pra tanto, o documento estabelece dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁶ (ODS) – dentre os quais o *ODS 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares* – a serem concretizados por via da *Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável* – uma programática aplicável a todos, mas respeitando as “realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento e [...] as políticas e prioridades nacionais”. Portanto, o documento estabelece que os ODS “envolvem todo o mundo, igualmente os países desenvolvidos e os em desenvolvimento” (ONU, 2017: 3), sendo os países membros da ONU, todos seus signatários, dentre eles Brasil e Cuba.

Similitudes e particularidades em Brasil e Cuba

A Agenda 2030 da ONU entra oficialmente em vigor em primeiro de janeiro de dois mil e dezesseis, passando a nortear o planejamento local e global de países em todo o globo. Assim, há a ratificação dos norteamentos teórico-metodológicos que constituem o pacto em torno do desenvolvimento sustentável, construído desde a década de 1950 e absorvidos pela agenda dos governos nacionais e da sociedade civil, porém não de forma homogênea.

No que tange ao Brasil trata-se de um país de território continental, sendo o maior da América Latina, e o quinto do mundo. É o único país latino americano cuja língua oficial não é o espanhol, e sim o português. Apresenta mais de duzentos e sete milhões de habitantes, com predominância urbana e maioria do sexo feminino e da raça/etnia negra. Em relação a sua

uma parceria global para o desenvolvimento (ONU, 2000).

⁶ ODS: 1. Erradicação da pobreza; 2. Fome Zero; 3. Boa saúde e bem-estar; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de gênero; 6. Água limpa e saneamento; 7. Energia acessível e limpa; 8. Emprego digno e crescimento econômico; 9. Indústria, inovação e infraestrutura; 10. Redução da desigualdade; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Combate as alterações climáticas; 14. Vida de baixo d’água; 15. Vida sobre a terra; 16. Paz, justiça e instituições fortes; 17. Parcerias em prol das metas (ONU, 2017).

formação histórico social, destaca-se que se trata de um país com muitas pessoas pobres, pois apesar de apresentar uma boa taxa de crescimento econômico, com um dos maiores montantes de Produto Interno Bruto (PIB) e taxa de renda per capita de nível médio, caracteriza-se pela ausência da divisão equitativa da riqueza coletivamente produzida que se manifesta na desigualdade e grande concentração de renda (MOREIRA; BRAGA; TOYOSHIMA, 2017). Nesse sentido, apesar da redução a um sétimo da pobreza e à metade da extrema pobreza, entre os anos de 2001 a 2015 (ONU, 2015), essencialmente, não houve alteração no que tange “[...] a prioridade da política econômica que continua voltada para os interesses de mercado em detrimento das reformas estruturais necessárias para a real superação do grave fenômeno da pobreza e essenciais para engendrar um processo de desenvolvimento sustentável” (MOREIRA; BRAGA; TOYOSHIMA, 2017: 4). Além disso, apresenta um processo recente de redemocratização, após a ditadura militar de 1964 a 1985, em que se deu a promulgação da constituição federal em 1988, indicando traços da socialdemocracia europeia e ratificando uma sociedade baseada na propriedade privada, própria do capitalismo. Sendo que, em seguida, na década de 1990, têm-se a adoção de medidas neoliberais, dando início as contra-reformas (BEHRING, 2003), e do alinhamento político e programático a *estratégia hegemônica* do desenvolvimento sustentável (SILVA, 2010). Essa última se expressa, por exemplo, na formulação da Agenda 21 brasileira (SILVA, 2010); na adesão ao horizonte dos ODM (BRASIL, 2014); no pareamento ao processo de internacionalização do combate à pobreza (MAURIEL, 2008) com a elaboração do Plano Brasil Sem Miséria, do Programa Fome Zero e do Programa Bolsa Família, entre outros; e por fim, a colaboração e alinhamento à Agenda 2030⁷.

O alinhamento do governo brasileiro a programática hegemônica do desenvolvimento sustentável ocorre desde o início de sua discussão e se desdobra nos momentos seguintes, como se pode observar, por exemplo, em quatro documentos. O primeiro, trata-se do documento *Negociações da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: Elementos Orientadores da Posição Brasileira*, cunhado em 2014, com o objetivo de “[...] orientar os negociadores brasileiros nas discussões do Grupo de Trabalho Aberto sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, constituído no âmbito da Assembleia-Geral das Nações Unidas (GTA-ODS, 2014: 9). O documento se constitui a partir da contribuição do *Grupo de Trabalho Interministerial sobre a*

⁷ Colaboração expressa no documento “NEGOCIAÇÕES DA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015: ELEMENTOS ORIENTADORES DA POSIÇÃO BRASILEIRA” (<http://www4.planalto.gov.br/ods>) e na participação do IBGE presidindo a Comissão de Estatística das Nações Unidas, para aferir os ODS (<http://www.brasil.gov.br>).

Agenda Pós-2015, da sociedade civil, e de entidades municipais. Neste, defende-se que “convém preservar o caráter transversal da dimensão ambiental, bem como a referência equilibrada às três dimensões que integram o conceito de desenvolvimento sustentável, tal como consagrado na Declaração do Rio e nos Acordos Multilaterais Ambientais” (GTA-ODS, 2014: 9). Por sua vez, a declaração mencionada trata-se do Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO + 20) em que se assume o “[...] compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a promoção de um futuro econômico, social e ambientalmente sustentável para o nosso planeta e para as atuais e futuras gerações” (ONU, 2012: 3). Com a consolidação da Agenda 2030, o Governo Federal, por meio da Secretaria de Governo, cria a *Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, em outubro de 2016, via o Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016. Além disso, uma vez constituída, passou a ser regulamentada pela Portaria nº 81, de 11 de outubro de 2017, que dispõe acerca do *Regimento Interno da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (BRASIL, 2017a), sendo determinado que ela possui natureza consultiva e finalidade de “[...] internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas”. Além do âmbito governamental, têm-se as organizações da sociedade civil, como por exemplo, a *Estratégia ODS* e o *Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030*⁸.

Diante a isso, o Brasil situa-se alinhado à estratégia hegemônica de desenvolvimento sustentável cunhada pela ONU na Agenda 2030, visto que corrobora com seu conceito de desenvolvimento sustentável e elenca a promoção de políticas públicas, a mudança no padrão de consumo e a inovação tecnológica como meio de melhoria socioeconômica e ambiental, sem mencionar a necessidade de transformação das relações sociais capitalistas.

Em relação a Cuba, trata-se de um país de território insular, o maior em população no Caribe, com mais de onze milhões de habitantes, de predominância urbana e maioria do sexo masculino. Elementos importantes de diferenciação à formação social brasileira se dão, principalmente, após 1959, com o triunfo da revolução. Nesse momento, o país declara-se socialista, tendo o apoio da URSS, e aplica “[...] seu programa de medidas sociais iniciais de amplo alcance popular como as de reforma agrária, alfabetização, eliminação de despejos em moradias, entre outras” (GARCÍA, 2013: 165, tradução nossa). Este visou enfrentar mazelas, citadas por Fidel em seu discurso de defesa pelo assalto ao quartel Moncada (CASTRO, 2011).

⁸ Ambas se constituem como organização representativa composta por sociedade civil, setor privado, governos locais e academia, visando debater e propor ações para concretizar os ODS no Brasil.

Isto é “a Constituição da República de Cuba define o Estado cubano como um estado socialista dos trabalhadores para o gozo do bem-estar individual e coletivo, baseado na justiça social e na solidariedade humana” (GARCÍA, 2013: 165). Entretanto, com o colapso do bloco soviético, há um recrudescimento do bloqueio econômico, orquestrado pelos Estados Unidos desde 1967, levando a ajustes, mas sem abandono do caráter socialista e da planificação centralizada (GARCÍA, 2013). Isso possibilitou a garantia de atuais baixos índices de pobreza, como expõe o relatório *Los Objetivos de Desarrollo del Milenio Cuba Edición 2015*, da Oficina Nacional de Estadística e Infomación (CUBA, 2017). Nesse, constata-se que em 2014 o país apresentava destacáveis índices sociais, como: taxa de emprego de 97,3%; taxa de alfabetização de 100%; taxa de incidência de HIV na população de 15 a 24 anos de 0,09%; ausência de desnutrição infantil (CUBA, 2017).

Observado esses pontos, pode-se considerar que o modelo cubano de sustentabilidade social e ambiental se inicia na década de 1970, mas passa a ter maior investimento a partir da *Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento*, em 1992, quando Fidel alerta que “uma importante espécie biológica corre o risco de desaparecer devido à rápida e progressiva liquidação de suas condições naturais de vida: o homem” (CASTRO, 2017, tradução nossa). Esse clamor foi assimilado pelo povo cubano, que passa a construir uma programática contra hegemônica de desenvolvimento sustentável, que se expressa inicialmente em três documentos: i) *Ley n.81 del Medio Ambiente*, de 1997; ii) *Estrategia Ambiental Nacional 1997-2010*; e iii) *Estrategia Nacional de Educacion Ambiental* (EDITORIAL MONTEVERDIA, 2017, tradução nossa).

A *Ley n. 81*, em vigor, define como objeto “estabelecer os princípios que regem a política ambiental e as normas básicas que regulam a gestão ambiental do Estado e as ações dos cidadãos e da sociedade em geral, a fim de proteger o meio ambiente e contribuir para a consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável do país”. Essa define o *desenvolvimento sustentável* como “processo de elevação sustentada e equitativa da qualidade de vida das pessoas, através do qual se busca o crescimento econômico e a melhoria social, em uma combinação harmoniosa com a proteção ambiental, para que as necessidades das gerações atuais sejam atendidas, sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras” (CUBA, 1997, tradução nossa).

Acerca do segundo e terceiro marco, são inicialmente concebidos de forma separada, sendo depois integrados, sendo que, atualmente, a educação ambiental trata-se de um dos projetos que compõe a *Estrategia Ambiental Nacional 2016-2020* (CUBA, 2016), que é a “expressão da política ambiental cubana, na qual se refletem suas projeções e principais

diretrizes” (CUBA, 1997).

Concernente com esse desenvolvimento histórico, no 7º Congresso do Partido Comunista (PCC) foi aprovado dois documentos centrais para o entendimento da estratégia cubana de desenvolvimento sustentável. O primeiro compreende o *Proyecto de Conceptualización del Modelo Económico y Social Cubano de Desarrollo Socialista*, em que “a conceituação aborda, como nunca antes para Cuba, a categoria da sustentabilidade como elemento substancial da base do desenvolvimento do país” (DUQUE, 2016, p.1, tradução nossa). Esse documento corrobora a construção de uma sociedade próspera e sustentável, conforme definida pelo VI Congresso do PCC, em 2011, no documento *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*⁵⁶. Desse modo, define que o objetivo estratégico do modelo cubano

é impulsar e consolidar a construção de uma sociedade socialista próspera e sustentável em termos econômicos, sociais e ambientais, comprometida com o fortalecimento dos valores éticos, culturais e políticos forjados pela Revolução, de forma soberana, independente, socialista, democrática, próspera e sustentável (CUBA, 2017: 6).

O segundo documento, o *Proyecto Plan Nacional de Desarrollo y Económico y Social hasta 2030: Propuesta de Visión de la Nación, Ejes y Sectores Estratégicos* define seis eixos estratégicos de ação: governo eficaz e socialista; integração social, transformação produtiva e inserção internacional; infraestrutura; potencial humano; ciência, tecnologia e inovação; recursos naturais e meio ambiente; e desenvolvimento humano, justiça e equidade. Isto é, trata de apresentar a sistematização do Sistema Nacional de Planificação, incluindo as estratégias, objetivos e ações econômicas, políticas e sociais, ou seja, “[...] constituirá a principal ferramenta para alcançar os objetivos essenciais que se afirmam na Conceituação do Modelo Económico e Social de Cuba de Desenvolvimento Socialista” (CUBA, 2017: 16).

Considerações Finais

A estratégia hegemônica de desenvolvimento sustentável constitui um pacto global hegemônico em que os países da periferia do capitalismo, como Brasil e Cuba, são vistos como centrais para alcançar a sustentabilidade social e ambiental por via do combate à pobreza e incremento tecnológico, muitas vezes, atribuindo a esses a responsabilidade de seu empobrecimento e degradação ambiental.

Ao analisar países periféricos que são signatários da Agenda 2030, observamos que esse alinhamento não se dá de forma passiva – como no caso do Brasil, que contribui ativamente para a elaboração da Agenda 2030 – nem tão pouco de forma subserviente – como no caso de

Cuba, que constrói o desenvolvimento sustentável a partir de um alinhamento ídeo-político divergente da Agenda 2030. Além disso, é possível inferir que embora ambos os países sejam signatários, Brasil e Cuba assumem distintos projetos societários, capitalista e socialista respectivamente, que culmina em uma gestão socioambiental divergente na América Latina. Assim, em Cuba a melhoria nos índices socioambientais é produto de um projeto socialista que prioriza o desenvolvimento humano, buscando um equilíbrio entre sociedade e meio ambiente, enquanto no Brasil tem-se uma estratégia centrada em políticas sociais compensatórias de combate à pobreza.

Assim, é possível aferir que a redução dos índices de pobreza e da degradação ambiental – como, por exemplo, apresentado no Relatório Final dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ONU, 2015) – são melhorias pontuais e majoritariamente decorrentes de incremento técnico e políticas sociais compensatórias. Pois, o deterioramento da condição de vida humana e do meio ambiente trata-se de um processo profundo e em curso, que requer uma mudança planetária anti-capitalista capaz de fundar uma forma nova de organizar a sociedade global.

Referências

- A estratégia BEHRING, Elaine Rosseti. Brasil em contra-reforma. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. Política Social no capitalismo tardio. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Brasília: IPEA, 2014.
- BOFF, Leonardo. Os impasses da expressão “Desenvolvimento sustentável”. In: Brasil. Agenda 21 e sustentabilidade. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2017.
- CASTRO, Fidel. A história me absolverá. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, n.16, 2003.
- COLEMAN, James. Social Capital in the Creation of Human Capital. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. (Org.). Social Capital: a Multifaceted Perspective. Washington, D.C., The World Bank, 2000.
- CUBA. ASAMBLEA NACIONAL DEL PODER POPULAR. LEY N. 81 DE 11 DE JULIO DE 1997.
- CUBA. Estrategia Ambiental Nacional 2016-2020. Havana: ONE, 2016.
- CUBA. Los Objetivos de Desarrollo del Milenio Cuba Edición 2015. Havana: ONE, 2015.
- CUBA. VI CONGRESO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. LINEAMENTOS DA POLÍTICA ECONÓMICA E SOCIAL DO PARTIDO E A REVOLUÇÃO. 2011.
- CUBA. VII CONGRESO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA TABLOIDE ESPECIAL. PCC, 2016.
- EDITORIAL MONTEVERDIA. La Estrategia Ambiental Nacional 2016-2020: en la búsqueda de un socialismo próspero y sostenible. Monteverdia, v. 10, n. 1, 2017.
- GARCÍA, Rita Castiñeiras. CUBA: LA CUESTIÓN SOCIAL Y LAS POLÍTICAS SOCIALES EN CUBA. In: GARCIA; M. L. T.; RAIZER, E. C. A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano. Vitória: EDUFES, 2013.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOLDSTEIN, Fred. Low-wage capitalism: colossus with feet of clay. New York: World View

- Forum, 2008.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I, vol. II. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- _____. O capital: crítica da economia política. Livro I, vol. I. São Paulo: nova cultural, 1996.
- _____. Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Sociais, 1977.
- MASCARENHAS, R. CRÍTICA A CONCEPÇÃO HEGEMÔNICA DE “ERRADICAÇÃO DA POBREZA”. 2014. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- MAURIEL, Ana Paula. Combate à pobreza e desenvolvimento humano. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- _____. Relações internacionais, política social e combate à pobreza. Em pauta, Rio de Janeiro, v.6, n.23, 2009.
- MOREIRA, Renata Couto; BRAGA, Marcelo José; TOYOSHIMA, Silvia Harumi. CRESCIMENTO E DESIGUALDADE. Anais do 38º Encontro Nacional de Economia, 2010. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/000-cc7b8226e1f2d18e0d2072469dddcee.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- MOTA, Ana Elizabete; SILVA, Maria das Graças e. A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v.19, n.2, 2009.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. Temporalis, Porto Alegre, n.3, 2001.
- ONU. Organização das Nações Unidas. Agenda 21. Nova York: UNIC, 1992.
- _____. Comissão Mundial sobre meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- _____. Declaração do Milênio. Nova York: UNIC, 2000.
- _____. Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2015. Nova York: UNIC, 2015.
- _____. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://nacoesunidas.org>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- PNUMA. Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente. Perspectivas do Meio Ambiente Mundial 2002 GEO-3. Brasília: IBAMA/PNUMA, 2004.
- SCHULTZ, Theodore William. O capital humano. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Maria das Graças e. Questão ambiental e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Cortez, 2010.
- UGÁ, Vivian Dominguez. A questão social como “pobreza”. Tese (Doutorado em Ciências Humanas), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- ZEMELMAN, Hugo. Alguns reflexiones metodológicas a partir del problema de las investigaciones comparativas. In: Krawczyk, N. R.; Wanderley, L. E. América Latina. São Paulo: Cortez, 2003.

Tecnologias de vigilância na assistência social: o velho sob o manto do novo

Surveillance Technologies in Social Assistance: The Old under the Mask of the New

Gabriele Gomes de Faria*

Resumo: O artigo problematiza as novas tecnologias enquanto instrumentos gerenciais que adentram no âmbito da assistência social, demarcando traços sutis de controle sobre os mais pobres. Assim, o estudo objetiva adensar o debate sobre um possível chamado do serviço social à operacionalidade destes mecanismos que se avolumam num cenário de tendências regressivas em ações manipuladoras, fiscalizadoras que envolvem a profissão e que impactam escolhas e organizam a dominação por meio de estratégia passível de reproduzir uma conduta e um pensamento capazes de potencializar a vigia e a dominação. Recorremos à tradição marxista por meio de pesquisa bibliográfica, bem como da análise documental, em que se percebe que, diante das evidências de uma clara ideologia conservadora, elementos nem sempre explícitos colocam requisições constrangedoras, acrílicas, apoiadas em tecnologias cuja aderência a práticas retrógradas se afirmam como trato à questão social.

Palavras-chaves: assistência social, novas tecnologias; controle da pobreza.

Abstract: The article discusses new technologies as management tools that engage in social assistance, delineating subtle traits of control over the poorest people. Thus, it aims at broadening the debate on a possible call for social service to operating these mechanisms that grow in a scenario of regressive tendencies in manipulative, supervisory actions that involve the profession and impact choices and organize domination by means of a strategy capable of reproducing a conduct and thought capable of strengthening surveillance and domination. The Marxist tradition has been used by means of bibliographical research, as well as documental analysis, in which it is perceived that, in view of the evidence of a clear conservative ideology, elements that are not always explicit place embarrassing, uncritical requests, supported by technologies that adhere to retrograde practices as dealing with the social question.

Keywords: social assistance; new technologies; poverty control.

Recebido em: 21/08/2020

Aprovado em: 17/01/2021



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação ESS/UFRJ, mestre em Política Social-UFF, assistente social da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro e assistente social da Prefeitura de Armação dos Búzios.

Introdução

Pensar as políticas sociais para além da mediação de conflitos implica referenciá-las como processo de disputa política pelo excedente econômico e pela redução das manifestações mais agudas da pobreza. Assim estão postas as necessidades que a sociedade capitalista tem apontado, reiterando o que ora se coaduna com a realidade brasileira, adestrada pelo pensamento conservador e reacionário que estigmatiza os indivíduos que estão “pobres” como irresponsáveis, com tendência a serem “fraudulentos”, “negligentes” e “mentirosos”.

Tal movimento reflete um modelo de sociedade construído com redundâncias e ausência de mediações teóricas que forjam determinações político-econômicas e sócio-históricas particulares e envolvem representações morais e classificações que não se dão naturalmente, mas atravessadas por um conjunto de interesses das classes dominantes, em que as intervenções carregam cariz limitado, uma perspectiva de reforma moral com vistas a manter presente a submissão de uma classe pela outra.

Tal submissão garantiu(te) mecanismos de subsistência à classe trabalhadora, refletindo uma concepção da realidade posta no Brasil sob condições indignas e bastante vinculadas ao histórico escravista e às gradações de transição para o capitalismo. Nele, o homem livre é coagido a vender o único produto que lhe resta — sua mão de obra — sob pena do estigma da vagabundagem sobre os resistentes, restando ao escravo a troca de sua força de trabalho por comida e moradia. Em última instância, caso não o fizesse, nem “homem” seria considerado, ademais, seria perseguido por capitães do mato; hoje em dia, perseguidos pela viatura da polícia, que “tem o aval” para exterminar o pobre e o preto (SOUZA, 2017: 83).

Nesta perspectiva, ao longo de sua formação, a sociedade brasileira foi atravessada por enorme concentração de renda, reiterando, portanto, ano após ano, fantasmas do passado, quer nos privilégios concedidos às minorias, quer no acesso a direitos, a exemplo da configuração das políticas sociais, que portam, ainda hoje, características restritivas, setoriais e emergenciais, com traços conservadores e tangenciados por práticas fragmentadas e subalternizadas.

Assim, apesar da gradativa expansão das intervenções no campo social entre as décadas de 1930 e 1990, os diferentes mecanismos de dominação e estigmatização destinados aos pobres, aos doentes, aos miseráveis e aos necessitados sempre se fizeram presentes. Estes elementos são fundamentais para a compreensão da limitada inclusão posta no processo de construção da cidadania na sociedade brasileira, denotando para nós o quanto tais mecanismos vão assegurar a produção do capitalismo, sem, contudo, deixar de mencionar as oportunidades punitivas deflagradas por certas concessões à classe trabalhadora.

A alteração deste quadro histórico por outro mais aproximado do campo dos direitos

previstos na Constituição federal de 1988 pode ser considerada um movimento novo, mas logo tencionado pela agenda capitalista, que encontrou no espaço estatal um grande guardião das condições de valorização do capital que, sob a justificativa de conter a crise, promove um desvio de direção do Estado social, desregulamentando conquistas.

Contudo, num movimento contraditório ao cenário, observa-se que, no campo da assistência social, o governo vem implementando, desde a década de 1990, Programas de Transferência de Renda (PTRs) enquanto estratégias de enfrentamento da extrema pobreza. Entretanto, o marco para esta política foi em 2004, período em que se avança na consolidação de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ainda com algumas orientações de nítido caráter conservador, especialmente no que tange às vigilâncias que incidem na localização, no conhecimento e no monitoramento das formas de vulnerabilidade da população presente nos diversos territórios (PNAS, 2005: 93), recolocando-se, assim, a possibilidade de práticas ideologicamente velhas.

A criação de diversos PTRs — cujo objetivo é a seleção dos mais pobres — aponta para uma intervenção passível de questionamentos, com programas concorrentes sobrepostos e com ausência de coordenação. Contrapondo-se a essa lógica, o governo federal criou o Cadastro Único para Programas Sociais¹, base exclusiva e obrigatória para a concessão de programas do governo federal e principal referência para a identificação das famílias em situação de pobreza no Brasil.

Nessa empreitada, há um incremento de modernas tecnologias de informação que cruzam seus dados com os do Cadastro Único não apenas no que tange ao registro de pessoas, mas no tocante ao monitoramento, controle automatizado no campo de diversas políticas, sobretudo, no campo da assistência social, via Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD)², que, ao lançar mão de tal base de dados como instrumento e fonte de informação para a vigilância socioassistencial, cumpre a função, no âmbito do SUAS, de definição, identificação e mensuração de fatores de vulnerabilidade específicos (BRASILIA, 2008 p.14).

Estes mecanismos ora adotados para a focalização e classificação dos mais pobres traz

¹ O Cadastro Único é uma base de informações que pode ser usada pelos governos municipal, estadual e federal para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando a análise das suas principais necessidades, além de evitar a sobreposição de programas (Decreto nº 3.877, de 24 de Julho de 2001).

² Ferramenta que possibilita a consulta da realidade socioeconômica das famílias cadastradas no CadÚnico, contendo informações do núcleo familiar e dos seus integrantes, das características do domicílio e das formas de acesso a serviços públicos essenciais e também dados de cada um dos componentes da família. Permite a consulta às várias formas por meio de tabulação cruzada de variáveis, frequência simples ou busca por nome ou Número de Identificação Social (NIS) (BRASIL, 2015: 52).

à baila a tarefa do monitoramento de um grupo específico que, a exemplo do CadÚnico, vai ser mapeado e vigiado a partir da operacionalização da vigilância socioassistencial. Contudo, os termos “vigilância” e “monitoramento” não se apresentam como uma completa novidade, visto que, no âmbito da saúde, já havia uma preocupação precedente de vigilância epidemiológica que inicialmente se destinava à *observação sistemática e ativa de casos suspeitos ou confirmados de doenças transmissíveis e de seus contatos* (BRASILIA, 2002: 11). Nesta feita, a vigilância e o monitoramento nos termos da saúde pressupunham a patrulha dos indivíduos. Na década de 1990, este conceito se altera em consonância aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Lei nº 8.080/90:

conjunto de ações que proporciona o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos (BRASILIA, 2002: 12).

Deste modo, ficam evidentes protocolos de controle, recomendações de operacionalização aos fatores condicionantes, em territórios específicos, a populações determinadas, tendo como base conhecer o comportamento ou a história das doenças, bem como detectar ou prever alterações de seus fatores condicionantes.

Já, no sistema de Vigilância Socioassistencial, a busca ativa se incumbe dos mais pobres, que devem integrar o cadastro específico do seu perfil, para que, então, sejam diretamente observados. Nesta feita, a realidade vivenciada não necessariamente garantirá o acesso aos direitos, mas a reiteração das distinções sociais de cunho tradicional a favor da manutenção da ordem e moralização nas intervenções, as quais possivelmente se colocam ao profissional de serviço social, que, enquanto mão de obra requisitada no campo da assistência social, pode estar operando instrumentos necessários à organização vigente, mesmo que sob o discurso de garantia de direitos ao qual hegemonicamente somos chamados. Tal mandato é, portanto, tencionado neste cenário permeado por novas condições que nos colocam em uma crise de legitimidade, posto os múltiplos mecanismos consensuais que se erguem.

Nossas hipóteses partem, então, das seguintes questões, que serão problematizadas à luz de autores, legislações, instruções normativas e operacionais: estas novas tecnologias alimentam a base de dados que mapeia a pobreza e que se assenta numa perspectiva de controle? Estaria o serviço social administrando tal processo e reforçando normas e modos de pensar necessários?

Nesta lógica, pretendemos, na primeira sessão, analisar a relação entre o conservadorismo ideológico da formação brasileira e como este permeia as ações de enfrentamento da pobreza. Na segunda sessão, apresentamos a lógica que orienta o

enfrentamento da pobreza no campo da política de assistência social e de que modo instrumentos gerenciais — a exemplo do Cadastro Único e do sistema de Vigilância Socioassistencial mediante o advento tecnológico da área — têm trazido à cena mecanismos para mapear, identificar e vigiar os mais pobres por meio do refino da focalização e chave de acesso aos programas sociais, isto com o pretense discurso de desenvolver os objetivos inscritos na Constituição federal de 1988, que garantem o acesso aos direitos. Todavia, entendemos que estes buscam definir qual é a “cara da pobreza” no Brasil, dinamizando, assim, mecanismos de gestão e controle da pobreza sob bases informatizadas do governo. Na sessão seguinte, buscamos identificar como tais instrumentos deixam brechas para a identificação da pobreza como um “problema social”, de modo a naturalizar as relações sociais assentadas no antagonismo entre classes, tratando as expressões da “questão social” como uma doença a ser controlada por meio de conteúdos políticos presentes no caldo da cultura brasileira e perceptíveis em instrumentos ambíguos postos em um contexto de austeridade, de elementos fascistas, em que o Estado vem endurecendo sua intervenção com traços punitivos. Já, na última sessão, pretendemos, a partir destes novos mecanismos, refletir sobre o papel do serviço social diante deste chamado. Por fim, não menos importante, apresentamos a síntese e pontuamos dilemas.

Enfrentamento da pobreza

A instituição da proteção social no Brasil vinculou-se determinadamente ao ideal de desenvolvimento e crescimento econômico do País, não tendo demonstrado qualquer preocupação com as populações excluídas³ desse processo. Neste cenário, o “*Welfare State*” brasileiro, que figura entre as décadas de 1930 e início de 1960, é caracterizado por políticas sociais populistas atravessadas pelo corporativismo e incapazes de uma atuação reivindicatória mais consistente para a melhoria do sistema protetivo (VIANNA, 2000: 55).

Mesmo com as transformações operadas pela Constituição federal de 1988, o ranço histórico em tais processos faz-se presente via controle para o desenvolvimento. Isso porque a tendência no Brasil é a manutenção das desigualdades e da pobreza, que se aloca nas análises de Jessé Souza (2017) como referência de uma sociedade que, montada na escravidão, não fazia distinção clara de quem era e de quem não era gente, naturalizando, portanto, a miséria.

³ Sem espaço aqui para as discussões sobre “exclusão social” e suas polêmicas, nos cabe ressaltar, no entanto, a importância de uma análise que leve em consideração o processo de produção capitalista, em que as expressões da questão social não são novas neste sistema, que tem por base a exploração do trabalho e a apropriação privada dos meios de produção, em que o capital em sua lei tendencial, de um lado, acumula riqueza, de outro, aglutina a massa de trabalhadores despossuídos (MARANHÃO, 2009).

Pensando a natureza político-cultural da pobreza, Netto (2007: 142) sinaliza que esta não é só tangenciada pelo econômico; o autor defende que, nos diferentes padrões de formação econômico-social, a desigualdade e a pobreza estiveram presentes como protoformas insupríveis da dinâmica capitalista. Alinhados a este pensamento, Barros, Henriques e Mendonça (2000: 124) pensam a viabilidade do Brasil na erradicação da pobreza. Em suas análises, os autores definem pobreza como “*situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico*”. Tais autores confirmam, inclusive, a ideia de Netto (Idem) de que os exames sobre pobreza e desigualdade não se esgotam ou se reduzem a aspectos socioeconômicos, ao contrário, devem ser vistos considerando diversos elementos político-culturais que as vinculam, sendo a produção capitalista polarizadora da riqueza e da pobreza.

Sendo assim, a tese de que, por meio do crescimento econômico, o pauperismo seria enfrentado é refutada por Netto (2007: 144), tendo em vista que, para isso acontecer, teríamos que ter combinado um crescimento longo, expressivo, com políticas distributivistas e inflação baixa. Dessa forma, poderíamos observar efeitos consubstanciais na redução da pobreza. Outrora, assim como Barros, Henriques e Mendonça (2000), o autor apresenta ser o Brasil campeão mundial da desigualdade de distribuição de renda, sendo este um fator determinante e imediato da pobreza (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000: 138).

Segundo Guimarães (2008: 203), a estrutura de renda brasileira está vinculada sobremaneira à estrutura de poder, em que pese a renda ser distribuída de maneira desigual, o que pressupõe a existência de uma estrutura de poder que se utiliza de artifícios de opressão e violência para se sustentar — tal como percebemos na sociedade outrora escravista — e que se perpetua ao longo da história mediante compromissos firmados entre público e privado. Assim, coube ao público tornar factível o projeto do setor privado via uso da violência, não apenas no sentido de crime hediondo, mas de crime no mundo desenvolvido. Isto pressupõe o aumento do desemprego, da exploração, dos ganhos ilícitos, mecanismos que implicam em delito, mas que são legitimados via “*pedagogia da hegemonia*”⁴, que, nos termos de Neves e Sant’Anna (2005), engendra estratégias de dominação via força, consentimento ou restrição, estimulando a pequena política em detrimento da grande política. Essa discussão implica no olhar para trás,

⁴ Com inspiração Gramsciana, Neves e Sant’anna (2005) lançam mão deste conceito ao analisar como o sistema capitalista, pelo aumento da exploração do trabalho, recria a realidade sob sua direção, já que os fundamentos da ordem social não podem e nem devem ser postos em xeque. Para isso, uma série de mecanismos ideológicos legitima o fortalecimento desta hegemonia que busca e com sucesso optem, consentimento e adesão das classes subalternas em torno de ideias e práticas postas através de uma nova relação entre Estado e sociedade, para dar curso a políticas vinculadas aos interesses capitalistas; entre elas, a mais cara a classe trabalhadora, quer seja: a desmobilização de sujeitos políticos coletivos.

pois é desta naturalização da sociedade que a tradição conservadora retira respostas ético-morais, que, segundo Netto (2006: 50), vão individualizar as manifestações da “questão social”, descolando-as da lógica cultural e das tendências econômico-sociais próprias da ordem monopólica⁵. Estas tendências convivem no mesmo espaço, dando consistência às intervenções do projeto burguês, que apresenta as sequelas da chamada “questão social” nos indivíduos como fruto da preguiça, o que justifica um saudosismo a velhas práticas de moralização, apologia ao eugenismo, militarização nacionalista, posturas autoritárias e antidemocráticas ora tomadas em nome do progresso.

Em vista destes elementos – determinantes para o entendimento de como a pobreza foi vista na formação histórica –, Barros, Henriques e Mendonça (2000: 139) entendem que a redução das desigualdades deve ser a prioridade das políticas de combate à pobreza no País, haja vista que a miséria, segundo argumento dos autores, reage melhor aos esforços de igualdade do que aos de aumento do crescimento econômico, opção contrariada na experiência brasileira, que indica acreditar na segunda hipótese.

Neste meandro sinuoso, a Constituição federal de 1988 pretendeu promover algum esforço de igualdade via mecanismo de universalização de direitos. Apesar de previstos, os dispositivos legais “não falavam por si só”, portanto precisavam de projetos de lei que deveriam torná-los um direito real de fato, mas que, em função das inúmeras resistências conjunturais, não se hesitou em descumpri-lo. Assim, a assistência social concedida e executada assemelhava-se mais à caridade do que a um direito até 1993, quando, depois de movimentos de resistência de sujeitos sociais, aprovou-se a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Nesta, a política é reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado. Contudo, o neoliberalismo à brasileira seguiu um padrão clássico de retirada estatal, acendendo processos privatizantes, cortes unidimensionais nos gastos sociais, apoio à filantropização, ao voluntariado, à satanização do setor público que enraíza velhas práticas de parceria entre Estado e sociedade, que engendram “*novas estratégias da pedagogia da hegemonia*” (NEVES; SANT’ANNA, 2005). Aqui — com o apoio ativo da sociedade — consolidou-se o projeto neoliberal por meio da criação de condições ideais para a reprodução de interesses burgueses.

Partindo deste princípio, a assistência social, que, historicamente, foi a política renegada, a partir de 2004, com a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, passa a ser pensada em

⁵ Comte e Durkheim dão o tom daquilo que a ordem monopólica utiliza enquanto discurso científico para legitimar o tratamento ou o “não tratamento” das expressões da questão social em âmbito público e privado afixando problemas sociais em questões morais, “disfunções” que, portanto, devem se localizar na coesão e controle, postulados fundamentais para a estratificação social (NETTO, 2006: 51).

grande medida como estratégia de enfrentamento à pobreza; com isso, ganha evidente relevância em contexto de crise. Evidencia-se, portanto, uma função posta a tal política bastante vinculada à reprodução da força de trabalho e de manutenção da população não trabalhadora, logo, corretora da “questão social” inserida na órbita do *fetichismo* — tal qual demarcado por Mota (2009: 31-32) —, ou seja, como objeto inanimado que assume o protagonismo no enfrentamento das desigualdades, transformando *cidadão em consumidor; trabalhador em empreendedor; desempregado num cliente da assistência social*.

Deste modo, para além das novas roupagens da própria definição de “questão social”, seu enfrentamento também implica na introdução de outras modalidades via políticas compensatórias, empurrando sujeitos desempregados ou subempregados para o campo da assistência social, como se esta situação fosse resultante de comportamentos “ociosos” e “vadios”, associando a condição social em que estão inseridos — fruto da contradição capital/trabalho — a uma decisão voluntária. Entendemos este como um dos componentes da ideologia colonial presente ainda nos dias atuais, que, segundo Guimarães (2008), deixa à mostra o ranço, ainda atual ao público, da política de assistência social, em que se reproduz o mito de atrelar uma ação vinculada a um direito social ao assistencialismo, caracterizado por intervenções políticas e sociais nebulosas perpassadas por vários interesses em disputa.

Do lugar sombrio de subjugação clientelista e paternalista que historicamente marcou as intervenções neste campo, tal política se expande, sobretudo pelos PTRs, com a clara função econômica e social de reabilitar aqueles mais pobres e evitar que assumam impulsos violentos via coesão, integração e controle, num claro movimento reacionário. Neste desenho, toma vulto uma estratégia destinada a impactar o consumo e o acesso aos mínimos sociais de subsistência para a população pobre, ao passo que o trabalho assalariado deixa de ser o principal meio de acesso às necessidades básicas.

Tal orientação põe em pauta a polêmica relação da pobreza apenas à má distribuição de renda, negando seu conteúdo de classe. Nesta dialética, o que ora está posto é a lógica que integra a racionalidade da reprodução e a acumulação do capital, logo, permeada por tensões e conflitos à medida que vai integrar funções econômicas, políticas e ideológicas. A partir desta polêmica, Pastorini (2014: 212) vai pensar as políticas sociais como concessões do Estado e, na mesma proporção, conquistas por parte da classe trabalhadora. Assim, a função que se debate não é somente a de reprodução do capital, mas, pegando o gancho da “concessão”, a sua racionalidade instrumental para a coesão e aceitação da ordem estabelecida por meio da autorresponsabilização dos indivíduos por seu “fracasso”.

Mecanismos de enfrentamento e mapeamento da pobreza

A implementação de PTRs no Brasil seguiu orientações de organismos internacionais e ganhou notoriedade em terras tupiniquins com o projeto de Lei nº 80/1991, do então senador Eduardo Suplicy, que apresentou a proposta do Renda Mínima com vistas a garantir o direito mais elementar, o direito à vida. Sem prioridade, a discussão sobre renda mínima foi retomada somente em 2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso, apresentando uma proposta de ação distributivista em nível nacional, mas com contornos liberais. Em 2003, no governo Lula, unificaram-se PTRs, entre eles, quatro principais programas já existentes no governo precedente: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás⁶ e, compondo o carro-chefe, o Programa Bolsa Família (PBF), que, neste processo de unificação, inclui o CadÚnico como meio de gerenciamento e otimização dos recursos por parte do governo federal. Tal cadastro é processado pela Caixa Econômica Federal, que, além de operar o recurso dos programas de transferência de renda, atribui um número de identificação, o Número de Identificação Social (NIS), a cada pessoa da família.

Toma vulto, então, o PBF, focalizado nas famílias que vivem em situação de pobreza. O Programa — pensado de modo descentralizado — constituiu-se em uma política intersetorial, criando bases de cooperação entre os entes federados corresponsáveis pela implementação e pelo controle desta PTR. O PBF teve como contrapartida o cumprimento, pelas famílias, de condicionalidades para a permanência no Programa, o que ainda hoje é assunto polêmico, já que o acesso a serviços de saúde e a permanência na escola são mecanismos insuficientes para o rompimento do processo aviltante em que os sujeitos se encontram, artifício este vinculado às estruturas social e econômica desiguais desta sociedade e que pressupõem a garantia de outros elementos, tais como: transporte, saneamento, habitação, educação de qualidade, emprego.

Além disso, tal exigência torna-se ainda mais polêmica se considerarmos que essas condicionalidades estão postas via acesso a serviços previstos constitucionalmente, mas que, apesar de o serem, seguem deficitários, enquanto as transferências de renda acontecem sem qualquer vinculação salarial, sendo, portanto, pífiyas, porém ocorrendo mensalmente. Isso

⁶ Bolsa Escola: destinava-se às crianças e aos adolescentes de 6 a 15 anos de idade, e cada família tinha o direito de receber R\$ 15,00 por criança até, no máximo, três filhos. Bolsa Alimentação: implantado em 2001, objetivava, por meio de uma complementação da renda familiar, criar uma rede de proteção com vistas à redução de deficiências nutricionais e mortalidade infantil entre os grupos mais pobres. Auxílio Gás: criado em 2002 para atender famílias pobres com uma transferência de R\$ 7,50 por mês, cujo repasse ocorria bimestralmente. Cartão Alimentação: instituído em 2003 para combater a fome e as suas causas estruturais, configurava uma ação no âmbito do Fome Zero – estratégia adotada pelo governo federal com o objetivo de assegurar o direito à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos, ou seja, a população mais vulnerável à fome. Disponível em SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2018).

implica em pensar sobre o compromisso com serviços parcos e pauperizados para a população mais pobre, além da sua total vinculação aos ajustes econômicos recomendados pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, os quais orientam o enlace do Estado e, nele, o fundo público aos interesses capitalistas.

É importante destacar que, ao longo dos anos, o desenho operacional do PBF foi sendo aprimorado, e sua focalização, refinada a um público bem específico, no qual ocorre um processo classificatório da pobreza que, segundo Kerstenetzky (2006), tem relação com compensar algo que falta, o que reitera nossa análise de que o pensamento conservador se reatualiza⁷ naturalizando a não universalização e explicando o focal pelo viés do uso eficiente dos poucos recursos, demarcando ainda um caráter minimalista que, segundo Boschetti (2016: 164), não previne ou supera a situação de pobreza, além de configurar-se como uma armadilha que pode impedir inclusive que os beneficiários melhorem seus rendimentos. Nesta dinâmica, o CadÚnico, ao acompanhar o amadurecimento deste novo modelo de enfrentamento da pobreza, figura como ferramenta que caracteriza as famílias de baixa renda, além de ser o principal instrumento de seleção destas para os programas federais.

Com a entrada de tais informações em bases informatizadas – por cruzamento com outros bancos de dados – e a verificação da ausência de informações dos cadastrados no Programa de Integração Social (PIS), no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e no Contribuinte Individual (CI), gera-se então, um NIS junto à Caixa Econômica numa nítida tentativa de “pegar em flagrante” aqueles com algum vínculo produtivo que por ventura não o tenham informado ou aqueles que não estão no perfil dos diversos programas para que possam integrar o CadÚnico⁸. Sendo assim, fica latente a referência aos registros no mercado de trabalho fazendo-nos supor que caberá um NIS àqueles desempregados nunca regulamentados, como se o fato de não terem um emprego formal fosse escolha do próprio sujeito.

O CadÚnico irá, assim, abrigar informações individuais, do grupo familiar e das condições de vida daqueles mais pobres, dados estes coletados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) – porta de entrada do SUAS – que disponibilizam sua estrutura física e de recursos humanos para a execução do Cadastro. Logo, cabe ao CRAS cadastrar,

⁷ Com base nessa perspectiva evada de um pragmatismo de viés conservador, cabe destacar que o direito é concebido como outorga, além de acompanhar a residualidade dos recursos, as ações figuram como compensatórias abandonando o debate da universalização em face do “discurso de crise” que toma o fundo público, já a acumulação permanece predatória, o lucro central e a democracia torna-se incomoda. Tais determinações tem alimentando, sobretudo via instrumentos operativos, ações de cunho integrador que incidem sobre personalidades e individualiza problemas sociais, sendo a ordem, o eixo das intervenções (NETTO, 2006: 51).

⁸ Tais programas serão apresentados mais à frente.

remeter, arquivar, recadastrar os usuários, porém sem qualquer ingerência sobre o processo de seleção das famílias.

Identificadas e caracterizadas as famílias de baixa renda, o governo pode então traçar o “mapa da pobreza”, utilizar tais informações para implementar políticas públicas, bem como conceder acesso aos benefícios de Tarifa Social de Energia Elétrica (via desconto na tarifa dos cadastrados); à inclusão no Programa Minha Casa Minha Vida – que auxilia na compra da casa própria –; à inserção no Benefício de Prestação Continuada, vinculado à política de assistência social e destinado a portadores de necessidades especiais e idosos com renda per capita de ¼ do salário mínimo; à Carteira do Idoso, que possibilita desconto de, no mínimo, 50% em passagens interestaduais; à isenção da taxa de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); entre outros.

Tais programas nascem com um foco vinculado à população de baixa renda, coadunando com esta unicidade cadastral que inferimos converter-se em “identidade da pobreza” e/ou credencial para acessar programas, serviços e benefícios. Isto traz à baila a perspectiva de controle e monitoramento dos pobres via CadÚnico, o que limita as suas potencialidades enquanto instrumento que pudesse subsidiar políticas eficazes, porém com potencial mecanismo de vigilância. Vale salientar que o cruzamento destes dados com outros já existentes e confiáveis — a exemplo do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS); do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); do Censo Demográfico; da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD); e o recente cadastro para o auxílio emergencial⁹ que cruza seus dados com o CadÚnico — põe em cena um novo paradigma para entender, monitorar e localizar socialmente uma determinada população, ora amplamente datificada¹⁰ e, por que não, vigiada?

No caso específico do CadÚnico, ao integrar uma nova orientação tecnológica de gestão conforme aponta o manual para o SUAS (BRASÍLIA, 2006), ele tenciona mapear um grupo *desfiliado* nos termos de Bourdieu ([1979] 2008), fazendo deste “estado social” uma característica individual, passível de formas de classificação e dominação. Nesta lógica, para além de empenhado em prestar “assistência necessária” e descobrir os “pobres”, está, sobretudo, o interesse em monitorar a trajetória de vida sob pretexto de acompanhar o desenvolvimento das famílias via “*doutrina da conciliação*” (GUIMARÃES, 2008: 219).

⁹O auxílio emergencial configura-se em um benefício financeiro destinado a trabalhadores informais, autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pelo novo coronavírus (COVID-19), totalizando 107 milhões de cadastrados. Disponível em DATAPREV (2020).

¹⁰A datificação diz respeito à nova tendência de transformação da ação social em dados quantificados com informações pessoais do cidadão, com vistas ao monitoramento e à análise preditiva (DJICK, 2017).

Tal conceito mostra como a conciliação se coloca como uma estratégia fulcral adotada secularmente para manter compromissos das minorias sobre as maiorias; ou seja, neste caso específico, acanhadas concessões se fazem necessárias para então manter determinados privilégios e protótipos de poderes. Assim, sobretudo aqueles mais pobres são envolvidos pelo canto da sereia por meio de práticas políticas que envolvem pensamento e ação para alcance do controle e dominação.

De tal modo, para além de ter seu espaço institucional atravessado por novas tecnologias gerenciais, a política de assistência social tem a possibilidade de conhecer as demandas e efetuar cruzamento de dados por meio de aplicativos da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e da REDESUAS, entre os quais merecem destaque os *Relatórios de Informações Sociais*, que contêm informações do Bolsa Família, das ações e dos serviços da assistência social; o *DataSUAS*, que possui dados sobre equipamentos, recursos humanos e institucionalidade da assistência; o *MI Social*, que possibilita a organização dos programas e serviços; e o *Identificação de Localidades e Famílias em Situação de Vulnerabilidade* (IDV), que agrega indicadores de pobreza. Tais ferramentas, ao lado do CadÚnico, pretendem mapear e caracterizar a pobreza, subsidiando, assim, o sistema de Vigilância Socioassistencial.

A Vigilância Socioassistencial prevista na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 12.435/11) ganha presença no conteúdo da Norma Operacional Básica do SUAS de 2012, marcando espaço entre as três funções da política de assistência social: Proteção Social; Vigilância Socioassistencial; e Defesa de Direitos. A partir de uma abordagem específica para a produção de conhecimentos aplicados ao planejamento, a Vigilância pretende organizar esforços para:

A produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos); pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono; crianças e adultos, vítimas de formas de exploração, de violência e de ameaças; vítimas de preconceito por etnia, gênero e opção pessoal; vítimas de apartação social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência; vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semirresidências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários. Os indicadores a serem construídos devem mensurar no território as situações de riscos sociais e violação de direitos (BRASIL, 2005: 39-40).

As funções da Vigilância Socioassistencial pressupõem prerrogativas de monitoramento, mapeamento e aprimoramento dos serviços, ao passo que intencionam incluir indivíduos ou famílias, além de ambicionar identificar quem, quantos são e por que não estão

incluídos. Fica, assim, responsável pela geração dos dados primários da assistência social, bem como pela prerrogativa de conhecer a pobreza instrumentalizada também pelo CadÚnico, que é uma referência para mapeamento das desproteções.

O que vem norteando o nosso exame é a indagação de se tais instrumentos se configuram apenas como parte do processo inovador de gestão, objetivando melhores resultados, haja vista alguns indícios que nos remetem a traços conservadores que permeiam a política de assistência social. Entre os elementos sinuosos estão: 1- as metas estabelecidas tanto para usuários, via condicionalidades de critérios excludentes, quanto para trabalhadores do SUAS (via cobrança de produtividade). Tais tendências vão abrir lacunas para o juízo de valores, cujas expressões da “questão social” são apreendidas como “vagabundagem” e “falta de comprometimento”, de maneira a culpabilizar os sujeitos por suas trajetórias; e 2- o mapeamento da pobreza nos territórios, clássica tendência de estigmatização dos destinatários dos programas em que “vulnerabilidade e risco” fazem ressurgir a ideia do gueto como lócus do perigo. Ou seja, a condenação já se dá automaticamente pelo território de residência que, em grande medida, vai imprimir nesta dinâmica moralizações, reproduzindo ideias conservadoras dos usuários dos programas sociais como pessoas com tendências desviantes, desintegradas e perigosas, tal qual denota a fala do ministro Paulo Guedes, na reunião ministerial do dia 9 de junho de 2020, quando, ao apresentar estratégias econômicas utilizadas pelo governo no cenário pandêmico da COVID-19, revela fala tendenciosa aos beneficiários datificados pelo Auxílio Emergencial do governo federal: “Hoje são 40 milhões de brasileiros sem garantias. Sabemos quem eles são! Digitalizamos CPFs e temos o endereço de cada um.” (BRASIL, 2020).

As novas tecnologias digitais que emergiram nas duas últimas décadas demarcam, segundo Bezerra (2017), a presença de um “germe” que obstaculiza potencialidades e denuncia formas opressoras e controladoras presentes nelas e admitidas pela população em nome do acesso, imprimindo uma relação dialética entre proteção e opressão, sobretudo, no enfrentamento da questão social.

Ao analisar o potencial da tecnologia da informação, Veloso (2011: 74) nos dá pistas para a compreensão de que a inovação tecnológica é difundida como algo que potencializa a eficácia do trabalho, que traz resolutividade às possíveis limitações. Contudo, em geral, há um ocultamento do seu conteúdo ideológico, bem como da base social na qual essa inovação se desenvolve, que a simplifica com abordagens apressadas, reducionistas, que não ponderam o contexto em que se desenvolvem e nem para o interesse de quem. Deste modo, torna-se salutar estar atento às “maravilhas tecnológicas” que integram hoje os processos de trabalho e que trazem em seu bojo ideias conservadoras que em grande medida vão responsabilizar os

indivíduos por sua má sorte.

As análises empreendidas demonstram que a utilização de novos procedimentos protetivos assinala um discurso de maior cuidado com os fatores sociais sob a perspectiva da eficiência e efetividade, mesmo em um cenário em que a política social sofre fortes desregulamentações. Outrossim, importa estarmos atentos para processos sociais não tão comprometidos com a “qualidade”, quer seja para encobrir, quer seja para ignorar o real, indicam traços de uma organicidade para dominação capaz de influenciar comportamentos individuais, sobretudo no cenário que se descortina de ideias alienantes, de construção de culpabilizações desumanizantes que rechaçam o diferente e exacerbam o ódio.

A retomada do conservadorismo na assistência social

É notório o crescimento exponencial da assistência social nos últimos anos. Igualmente, a mesma notoriedade segue acompanhada de problemas, haja vista que, por muitas vezes, o papel da assistência social tem ficado subjugado aos programas de transferência de renda. A visibilidade da assistência social e do CadÚnico tem nítida vinculação com a expansão do Bolsa Família, por meio do uso do insulamento burocrático da assistência social, conforme apontaram os estudos de Faria (2011) reiterados pelo Censo Suas 2014, o qual assinala que 60% dos CRAS realizam cadastramento e atualização do Cadastro. Destes, 52,6%, no próprio órgão gestor da assistência e 29%, nos domicílios das famílias (BRASÍLIA, 2015), em muitos casos, negligenciando as propostas do SUAS — cujas ações firmam novas perspectivas para a política de assistência social.

De todo modo, tais atos, hoje acompanhados de mecanismos gerenciais, aparecem enquanto responsabilidades descritas na PNAS 2004 e na NOB/SUAS 2012, as quais pressupõem que tais informações produzidas façam sentido, ou seja, potencializem a proteção dos sujeitos que utilizam os serviços, programas e benefícios socioassistenciais. Assim, os sistemas tecnológicos são tomados neste campo como mecanismos centrais, com contornos normativos, que, a priori, indicam o uso da tecnologia voltada para a defesa dos direitos, mas que trazem em seu bojo uma mística que impede o reconhecimento do real escamoteando, disfarçando o ato de vigiar, de classificar que nos remete ao conservadorismo. Isso, sobretudo, se considerarmos o cenário político e econômico de orientações recessivas centradas no equilíbrio fiscal, com cortes constantes das despesas ameaçando conquistas, portanto não correspondente a esta intenção primeira, quer seja, qualificar e ampliar o acesso.

Nesta feita, a verdadeira política social que se apresenta é coadjuvante da eficiência econômica, bastante vinculada à orientação mercadológica que, por sua vez, afasta-se da noção

de universalização de direitos, desvincula-se da equidade e da redução das desigualdades, devido à sua natureza focalista. Para isso, se readéqua às políticas sociais com vistas a criar condições ao projeto conservador e de austeridade. Sendo assim, o ponto nefrágico seria ter claro quem se pretende atender através de informações, classificações e vigilância dos grupos marginalizados, logo, público-alvo do controle e mapeamento dos dados produzidos pelos diversos instrumentos presentes no sistema de informação.

Estas tendências gerenciais, para além de inovadoras neste campo também são acompanhadas de um caráter regressivo que retoma na política de assistência social o lugar da não política, numa lógica histórica de controle dos pobres e moralização da pobreza, via um padrão normativo tradicional da ideologia do mando, em que aqueles mais pobres são alvos fáceis. Segundo Boschetti (2016 p. 165), ao que tudo indica, a assistência social, ao lado de outras prestações, vai reabilitar a atividade econômica e tornar os pobres mais produtivos e menos perigosos por meio de sua institucionalidade endógena, ou seja, direcionada por uma programática ultraneoliberal em ascensão, num campo inesgotável do tradicionalismo apoiado em discursos e velhas práticas, valendo-se ainda da religião, de padrões de família para conservar antigas hegemonias e um modelo de sociedade funcional ao capital.

Rotineiramente, o direito neste campo se constitui como outorga, e as antigas formas de julgar os pobres os fazem culpados por sua precária situação, como se pobreza fosse sua opção (COUTO, 2015). Nesta dinâmica, ideias de mapeamento, controle, identificação e vigilância assentam-se como termos pejorativos que remetem à invasão de privacidade e à punição de seguimentos, que parecem não ter direito a ter a vida salvaguardada. Os quais precisam ter comportamentos supervisionados e moldados nos equipamentos da assistência social, que rotineiramente trabalha regras homogeneizadas, oferta de atividades tangenciadas pela padronização comportamental e que, por meio de tabulação cruzada, materializa a vigilância.

Assim sendo, há notoriamente uma relação de complementariedade entre as ações assistenciais e de controle das populações mais empobrecidas, em que se dará maior fiscalização do poder público, não com vistas a ofertar medidas protetivas, mas, de acordo com Wacquant (2001), de propagar o “senso punitivo” pela vinculação da pobreza à violência. Diante de um conservadorismo latente, a condução da política de assistência social tem indicado abrir brechas para subserviência a um modelo velho sob o manto do novo, que tenta homogeneizar a vida na sociedade pelo percurso da estigmatização dos destinatários dos programas assistenciais, considerados “desintegrados” à ordem e com “tendências desviantes”.

Destarte, não foi possível o SUAS isolar-se das contrarreformas, tampouco é possível atingir prerrogativas de um sistema único sem a materialidade necessária para sua incorporação

na agenda política da sociedade civil e de lutas dos usuários, sobretudo, a partir da PEC nº 241/16, a qual prevê o congelamento dos gastos por 20 anos, e que já sinaliza 35% de queda do orçamento desde a implantação do regime fiscal. Assim, a política de assistência social traveste-se de desesperança num cenário fragilizado, em que, com frequência, é ocupada de conceitos gerenciais, focalizados e ultraconservadores. Tais conceitos colocam-se como um perigo real para tal política que tentou legitimar elementos de uma política pública via conquistas postas pelo SUAS, mas que, diante do panorama que se descortina de crise ascendente e aumento da extrema pobreza, insiste em não garantir provisões, bem como em apresentar-se com características voluntarista, fragmentada e amenizadora de conflitos por meio da integração pelo consumo.

O Serviço Social diante deste chamado

Soluções barbarizantes para a vida social se alocam no atual cenário, no qual, em nome da “modernidade”, refuncionalizam-se estratégias para a legitimidade do capital financeiro, que encontra no Estado um parceiro importante. Ao disponibilizar o fundo público a interesses particularistas, o Estado inviabiliza direitos, mercantiliza acessos e trata de produzir um mascaramento bastante eficiente com a ampliação e a manutenção de arranjos próprios de uma sociedade dividida em classes. Nesta sociedade, interesses dominantes tratam de promover induções ideológicas que, nos termos de Meszáros (2014: 65), impõem uma *forma de consciência social* que tratará de equalizar e conduzir tendências em que dominados são vistos como percursos do caos e da desordem. Nesta lógica, a gestão da pobreza direciona-se para a extrema indigência via mecanismos sutis de controle e criminalização dos pobres.

O assistente social chamado a intervir nas expressões da questão social tem nos serviços sociais sua retaguarda material para o exercício profissional. Nesta lógica, depara-se com um cenário de demandas crescentes, difíceis de serem resolvidas, tendo em vista não haver serviços plenos. Ainda assim, nossos usuários precisam desses serviços para sobreviver, mesmo que em condições aviltantes. Tudo isso faz deste profissional, nesta era desumanizante, um *potencial administrador da miséria*, nos termos de Netto (2007), quer seja pelas novas condições de trabalho, quer seja pelo salário, quer seja pelo uso de instrumentos que auxiliam e subsidiam a organização vigente a partir daquilo que interessa à racionalidade liberal via ações estatais nos moldes de uma cidadania burguesa de legitimidade formal do direito de todos. Na prática, põem-se em pauta atuações que autorresponsabilizam indivíduos e que impactam a divisão sociotécnica do trabalho no qual se insere o assistente social, por meio da generalização de tarefas, do abandono da razão, numa lógica reducionista e procedimental. Essa lógica reforça

possibilidades de interpretações conservadoras, naturalizando papéis demarcados de gênero, apropriando-se do tempo das mulheres, reiterando, portanto, a passivação, causando estranhamento do trabalho profissional, logo, a exumação de aspectos que acreditávamos estarem superados entre a categoria e que dizem respeito à despolitização da questão social ante o crescimento do tradicionalismo via políticas repressivas, apoiadoras da ideia de “Nação”, moralistas e segregadoras.

Ao se apresentarem nas políticas sociais, entre elas, a de assistência social, estas complexas determinações presentes em face do movimento de reestruturação capitalista de cunho neoliberal — sobretudo no setor de serviços, mais mercadorizado pela lógica do capital e no qual se inserem os assistentes sociais — avolumam requisições de trabalho para este profissional diametralmente tencionadas por aquilo que Sposati (2017: 52) caracterizou (tomando emprestado o termo cunhado por Ricardo Antunes) como a “*nova morfologia do trabalho dos assistentes sociais*”, cuja desproteção, insegurança, assédio moral e exigências cada vez maiores - justificadas por vezes pela sofisticação da gestão - se vinculam ao controle e aos cortes dos gastos públicos.

Esta nova racionalidade *empresarial*¹¹ — orientada pelo mercado e por uma moralidade subserviente articulada à globalização financeira do capitalismo — transforma o Estado em uma grande empresa capitalista isenta de responsabilidades, deixando os sujeitos expostos a riscos dos quais não podem escapar. Isso é emblemático para pensar a política de assistência social e, nela, o controle de condicionalidades, a lógica produtivista da atualização cadastral, cuja autoexploração e a culpabilização se estabelecem com o intuito de reforçar o controle e de justificar o subfinanciamento que desafia a materialidade do SUAS, ressignificando um ambiente de ideias regressivas ora atravessadas por modernas tecnologias reveladoras de uma ofensiva ideopolítica. Tais tecnologias submetem os profissionais a estratégias sutis de intensificação do trabalho, num modelo de gerenciamento que opera com quadro técnico reduzido, com vínculos frágeis de trabalho, refreados pela rotinização, pela ausência de criatividade posta por uma padronização procedimental que, apesar do potencial para produzir informações estratégicas aos profissionais, pode estar conduzindo os trabalhadores aos dilemas da alienação e do estranhamento.

Ainda nesta linha, Veloso (2014: 93) nos dá pistas nessa direção ao apresentar os

¹¹ Dardot e Laval (2016: 191) destacam que as políticas neoliberais em curso refuncionalizam o poder governamental, imprimindo uma nova racionalidade vinculada à mundialização e à financeirização do capital, em que o Estado se impõe como fonte de autoridade articulada a “novas bases, novos métodos, novos objetivos” impregnados em uma racionalidade política e social de estilo gerencial denominado pelos autores de “governo empresarial”.

resultados preliminares da pesquisa “Cadastro Único: o potencial da tecnologia da informação para o acesso ao Programa Bolsa Família”, na qual demonstra que o CadÚnico — apesar de ser parte do trabalho dos assistentes sociais e gerador de informações que podiam potencializar a gestão — não possibilita aos profissionais entrevistados nesta pesquisa filtrar esses dados cadastrados, denotando um fazer vinculado à digitação ou à mera produção de dados, trazendo à baila a ameaça do assistente social como tarefeiro e mero executor. Outrossim, como instrumento de seleção das famílias mais pobres, dinamiza a entrada destas em ações que, na prática, denotam um caráter controlador, fiscalizador e moralizador via atividades desenvolvidas, como oficinas, cursos ou quando precisam cumprir condicionalidades para se manterem nos programas.

Conforme já apontamos, o revestimento que porta esta racionalidade, via novas tecnologias presentes no processo de trabalho do assistente social, direciona determinados mecanismos que mantêm as condições de desigualdades ao passo que reiteram a manipulação de condutas, triagem, seleção dos mais pobres entre os pobres, denotando o quão imersa em contradições encontra-se a prática profissional, que aprisiona seus agentes a políticas focalizadas, orientadas por perversos critérios de elegibilidade particularizando o processo de hegemonia do capital, em que a atuação que deveria emplacar resistência vem aceitando, em nome da instabilidade, o uso de ferramentas gerenciais para otimização do tempo, “eficácia dos recursos” sem apreensão do viés dominante e residual, mas empreendendo julgamentos arbitrários ao lançar mão de procedimentos imediatos que aviltam processos emancipatórios e reforçam modos de pensar necessários a dominação burguesa, exacerbando produtivismos e reprodução ideológica de um ideário conservador, no qual para manter determinado status se conserva determinadas sociabilidades, ora mediadas por novas tecnologias, operadas muitas vezes por assistentes sociais.

Considerações Finais

Os traços herdados da formação social brasileira demonstram, segundo apontamentos de Braz (2017: 102), que, para além da intolerância racista, o que está posto é o ódio aos pobres. Na mesma direção, Jéssé Souza (2017: 66) vai dizer que a “ralé brasileira” que antes compunha-se de negros, mestiços, mulatos, hoje configura-se por negros e mestiços de todas as cores, mostrando que a antiga “raça condenada” transforma-se em “classe condenada”, objeto de políticas com tendência de *focalização da focalização* (SOUZA, 2017).

Estas políticas também são atravessadas por um imperioso residualismo e conservadorismo reacionário que conspira contra os avanços democráticos para determinar um

lugar social para as pessoas mapeadas, identificadas e classificadas a partir de números e lugares, preferencialmente aqueles estratos mais inferiores.

Diante deste reverso, a política de assistência social — em tempos de um SUAS altamente minimizado para todos os serviços tipificados — encontra nas novas tecnologias a possibilidade de moralização, estratificação social e predição comportamental. Assim, imprime uma ideologia do possível no enfrentamento da pobreza com vistas apenas a mitigar os impactos das expressões da questão social, sobretudo no contexto que ocorria durante o fechamento deste trabalho, no qual, em vista da crise exacerbada pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19) — que atinge a população de forma desigual —, desponta um aprofundamento de uma “recidiva assistencialista” que refilantropiza a assistência social, recoloca debates acerca da precarização de seus trabalhadores, da entrega de cestas básicas com viés clientelista, eleitoreiro, além de trazer à cena um público desconhecido que não frequentava os equipamentos antes da pandemia — dando visibilidade à informalidade e ao discurso ideológico do empreendedor — e que, portanto, não integravam o mapeamento produzido pelo CadÚnico, mas que passam a ser mapeados via solicitação de auxílio emergencial. Este auxílio assinala, no auge da pandemia, a proeminência do mapeamento rápido de um público que precisa ser vigiado e que, ao engrossar as demandas desta política já sucateada, cheia de rearranjos, com estrutura fragilizada — mas atravessada por modernas tecnologias —, pode deparar-se com uma ação de profissional despolitizada, passível de reprodução do controle, exclusão, enquadramento da população e manutenção da ordem via sutis mecanismos conservadores de produção de convencimento como importantes e necessários para todos.

Estes elementos — próprios desta dinâmica ultraneoliberal em curso — põem em escalada um conservadorismo reacionário cujos traços penetram a profissão e colidem com um horizonte progressista, restaurando um tradicionalismo pautado em argumentos modestos, de pouco trato intelectual. Tal fato desdobra um arsenal cultural imperativo ao tratamento das expressões da questão social com viés culpabilizador e responsabilizador dos sujeitos pelas suas necessidades concretas, em que as novas tecnologias de vigilância sob aparente neutralidade imprimem direção, ocultando as reais intenções, rotineiramente burlando aspectos éticos, independentemente de consentimentos, influenciando condutas profissionais e legitimando valores conservadores.

Diante de um cenário amedrontador em que muitos recuam, o desvendamento do cotidiano torna-se fundamental para apreender a dinâmica social e encontrar alternativas, tendo em vista que um apreender parcial só pode ser evitado pela prática política. Assim, avançar junto à vanguarda profissional que não recua é uma exigência ética e de luta política para

tencionar os novos tempos, para desvendar o uso das tecnologias e para reivindicar uma tecnologia aditiva, criadora potencial de uma lógica democrática que satisfaça necessidades sociais, e na qual o assistente social se insira enquanto executor e planejador de ações condizentes com aquelas inscritas no projeto ético-político da profissão.

Referências

- BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol.15, n. 42, p. 123-142, fev. 2000.
- BEZERRA, Arthur Coelho. Vigilância e Cultura Algorítmica no novo regime global de mediação da informação In: *Perspectivas em ciência da Informação* vol. 22 n. 4 Belo Horizonte out./Dec. 2017 Disponível: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362017000400068&script=sci_arttext&tlng=pt> acesso em 19/7/2020
- BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência social e trabalho no Capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2016
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.
- BRASIL. Decreto n. 3.877 de 24 de julho de 2011 – Institui o Bolsa Família. *Diário oficial da República federativa do Brasil*. Brasília. DF 25/7/2001, P. 68.
- BRASIL. Decreto nº 6.135 de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único. *Diário oficial da República federativa do Brasil*. Brasília. DF 27/6/2007, P. 3
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *CapacitaSUAS Caderno n.3. Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social*. Brasília, 2015.
- BRASIL. Lei 12.435 de 6 julho de 2011- Dispõe sobre a organização da Assistência Social. *Diário oficial da República federativa do Brasil*. Brasília DF 7/7/2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Censo SUAS 2014: análise dos componentes sistêmicos da política nacional de assistência social - Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015. 176 p. ISBN: 978-85-60700-96-7.*
- BRASÍLIA. *Política Nacional de Assistência Social/PNAS 2004*. Brasília: MDS, Brasília, nov. 2005.
- BRASILIA. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial*. Ministério de Desenvolvimento Social. 2008.
- BRASÍLIA. *Norma Operacional Básica do SUAS: Construindo as bases para a implantação do Sistema único da Assistência Social*. Brasília: MDS, 2005
- BRASILIA. *Trabalho Social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral – PAIF*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília-DF, 2012. BRASIL-MDS, 2007.
- BRASILIA. *Guia de vigilância epidemiológica / Fundação Nacional de Saúde*. 5. ed. Brasília: FUNASA, 2002.
- BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.
- COUTO, Berenice Rojas. *Assistência Social: Direito Social ou Benesse?* In: *Serviço Social e Sociedade* nº 124. Out./dez. 2015 Cortez: São Paulo
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

- DATAPREV. Dataprev e Ministério da Cidadania lançam portal de consulta da situação do auxílio emergencial. Disponível em <https://portal2.dataprev.gov.br/dataprev-e-ministerio-da-cidadania-lancam-portal-de-consulta-da-situacao-do-auxilio-emergencial>. Acesso em 15 de jul. 2020.
- DIJCK, José Van. Cofiamos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social. In: MATRIZES, São Paulo, v. 11, n.1 p. 39, abr. 2017,
- FARIA, Gabriele. A implementação do Programa Bolsa Família e suas repercussões na Política de Assistência Social de Armação dos Búzios. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Política Social da Universidade Federal Fluminense, 2011
- GUIMARÃES, Alberto Passos. As classes perigosas: banditismo urbano e rural. Editora UFRJ. Rio de Janeiro, 2008
- KERSTENETZKY, Celia Lessa. Políticas Sociais: focalização ou universalização? Economia Política, vol. 26, nº 4 (104), pp. 564-574, outubro-dezembro/2006
- MARANHÃO, César Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação crítica ao conceito de exclusão social. In: O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e sociedade. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009
- MARSHALL, Thomas Humprey. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro. Zahar, 1967.
- MARX, Karl. Sobre a Questão Judaica. São Paulo, Boitempo, 2010.
- MDS-SNAS-SENARC. Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília-DF, jun. 2006.
- MÉSZÁROS, István. O poder da Ideologia. Tradução Magda Lopes e Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MOTA, Ana Elisabete (Org.) O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e sociedade. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009
- NETTO, José Paulo Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo. 2006
- _____. Desigualdade, pobreza e Serviço Social In: Revista em Pauta - Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. nº19, 2007.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley; SANT'ANNA, Ronaldo. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.
- RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Orgs.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2017.
- SANTOS, L. G. dos. A informação após a virada cibernética. In: SANTOS, L. G. dos et al. Revolução tecnológica, internet e socialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 9-35.
- SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2018). Conheça o programa Bolsa Família. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em 20 fev. 2018.
- SILVA. Maria Liduína (org) Serviço Social no Brasil: História de Resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.
- SOUZA. Jessé. A elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017
- VELOSO, Renato. Serviço Social, Trabalho e Tecnologia da Informação. In: Revista em Pauta n.27 v.9 p.71-90 jul. 2011
- _____. A centralidade do cadastro único na proteção social brasileira. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. In: Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome, v.2: Transferência de renda. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

- WACQUANT, Loic. As prisões da miséria. Tradução, André Telles – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.
- VIANNA. Maria Lucia Teixeira. A americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil: Estratégias de bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro: Revan: UCAM, IPUERJ, 1998.

Mercado de trabalho no Brasil: particularidades da formação social e econômica e a universalidade sistêmica do capital

Labor Market in Brazil: particularities of social and economic formation and the systemic universality of capital

Mariana Costa Carvalho*

Resumo: Este artigo discute os elementos principais da formação social e econômica brasileira reproduzidos no mercado de trabalho, com ênfase no fim do regime escravista e constituição da força de trabalho livre. Trata-se de pesquisa qualitativa de base documental, reunindo triangulação de dados primários e secundários, abarcando revisão bibliográfica e apreciação de elementos histórico-concretos do mercado de trabalho, tendo como fonte órgãos oficiais de produção de indicadores sócio-econômicos. Na fase atual, de financeirização e crise de realização do valor, as principais marcas do trabalho envolvem maior expressão de informalidade, precarização e flexibilização das relações. Somam-se os elementos estruturantes da formação social e econômica brasileira que aprofundam a superexploração do trabalho e recaem, mais fortemente, na população negra.

Palavras-chaves: Formação Social e Econômica; Sistema Escravista; Força de Trabalho; Informalidade; Mercado de Trabalho.

Abstract: This article discusses the main elements of Brazilian social and economic formation reproduced in the labor market, with an emphasis on the end of the slavery regime and the constitution of the free labor force. It is a qualitative research based on documents, bringing together triangulation of primary and secondary data, encompassing a bibliographic review and an appreciation of historical and concrete elements of the labor market, based on official bodies that produce socio-economic indicators. In the current phase, of financialization and the crisis of realization of value, the main marks of work involve a greater expression of informality, precariousness and flexible relations. The structuring elements of Brazilian social and economic formation are added, which deepen the overexploitation of work and fall, more strongly, on the black population.

Keywords: Social and Economic Formation; Slave System; Workforce; Informality; Labormarket.

Recebido em: 15/09/2020

Aprovado em: 24/11/2020



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Doutora em Serviço Social pela UERJ. Professora do Magistério Superior do Quadro Efetivo no Curso de Serviço Social - Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Introdução

A discussão deste artigo integra pesquisa de doutorado em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)¹ e seu objetivo é entender as particularidades históricas brasileiras reproduzidas no mercado de trabalho.

Como supostos teóricos partimos: 1) do reconhecimento das diferenças entre o desenvolvimento capitalista originário e o desenvolvimento capitalista na América Latina, dando relevo à crítica dos conceitos de subdesenvolvimento e dependência na divisão internacional do trabalho; 2) da relação entre “padrão de produção” e “forma de regulação do trabalho”, em que a mudança do padrão de produção de valor nos ciclos capitalistas provoca reviravoltas no trabalho, aprofundando a exploração da força de trabalho e o estranhamento do trabalhador; e 3) embora a precarização² das relações de trabalho e o desemprego sejam tendências mundiais, os impactos recaem mais fortemente sobre os países periféricos e dependentes, como é o caso dos países na América Latina, dada a histórica desestruturação de seu mercado de trabalho e a dependência de capital estrangeiro.

Como principais expressões fenomênicas do mercado de trabalho brasileiro na atualidade situamos o aumento expressivo do desemprego, informalidade³ crescente, precarização e flexibilização das relações de trabalho. Sendo que a informalidade e a precarização se apoiam na diminuição dos custos da produção (tempo gasto e custo com trabalhador), a partir da flexibilização das relações do trabalho.

O que a pesquisa apontou é que o avanço do processo de precarização do trabalho recai, mais fortemente, sobre a população negra, dada a herança colonialista e racista do Brasil, reforçando que o processo social impingiu uma particularidade na transição da força de trabalho livre no Brasil e ressaltando a relação entre a particularidade da formação social e econômica e a universalidade sistêmica do capital.

O artigo está organizado em duas partes: resgate histórico dos elementos principais da formação social econômica brasileira que se relacionam, em especial, com a formação de um mercado de força de trabalho livre no Brasil; e análise sucinta das principais expressões fenomênicas do mercado de trabalho no Brasil entre 1980 e 2018, possibilitando a identificação

¹ Tese intitulada “Trabalho no Brasil: tendências históricas e as novas exigências de realização do valor”, defendida em julho de 2019 e realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

² Chamamos de precarização o processo de “institucionalização” da instabilidade do trabalho caracterizado pelo crescimento da informalidade. Segundo Pochmann (2002), chama-se de precarização do trabalho a qualidade dos trabalhos criados a partir dos anos 1980 e 1990, no contexto das dificuldades de realização do valor.

³ A informalidade refere-se à atividade laborativa realizada pelo trabalhador sem direitos trabalhistas e sem proteção social. De acordo com Amaral (*el ali*), refere-se ao trabalho precário, ou seja: parcial, tempo determinado, não registrado, não-regulamentado.

da reprodução das heranças históricas.

A economia agroexportadora escravista e a transição para a força de trabalho livre: heranças históricas para a formação do mercado de trabalho no Brasil

As formações coloniais americanas como integrantes da reprodução do sistema capitalista, a partir do século XVI, engendrou formas típicas de trabalho, entre elas, o regime escravista que alimentou a expansão mercantil do capitalismo europeu, significando que a colonização do Brasil e o sistema de escravidão compõem um processo amplo e complexo de produção e reprodução do capital.

De acordo com Mello (1998), o nascimento do capitalismo na América Latina, relaciona-se com o surgimento das economias exportadoras organizadas com o trabalho assalariado, portanto, a economia colonial organiza-se para cumprir a função de instrumento de acumulação primitiva de capital.

No final do século XIX, inaugura-se nova etapa do desenvolvimento da América Latina, a partir da constituição das “economias primário-exportadoras”. As exportações representariam o único crescimento autônomo da renda e, por isso, o setor externo constitui-se como o centro de dinamização da economia local. É um modo de “crescimento para fora”, que aponta para as economias latino-americanas com o “modelo primário-exportador”, caracterizado pela especialização dos setores externo (fonte de dinamismo) e pelo setor interno dele dependente⁴.

Não obstante, para o aprofundamento e expansão do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, houve a necessidade de superar o regime de trabalho escravista em favor do trabalho livre – no sentido de viabilizar as possibilidades de extração de mais-valor.

Kowarick (1994) destaca que uma condição para o surgimento do capitalismo urbano-industrial típico, é a geração de lucros através da confecção de bens para o mercado, a partir da apropriação privada dos meios e instrumentos de produção. Mas, para que se concretize, os processos de produção devem estar articulados de forma que se crie excedentes mediante modalidade específica de subjugação do trabalhador – livre e socialmente expropriado de bens.

⁴ Visão difundida pela CEPAL desde 1960 que alcançou variados intérpretes dos destinos nacionais, merecendo crítica, já que estas análises cepalinas não questionaram a natureza capitalista das economias exportadoras. Segundo Mello (1998), a *differentia specifica* entre a economia primário-exportadora e a economia colonial era no modo de inserção das economias nacionais latino-americanas na *nova divisão internacional do trabalho que se vai estruturando a partir da Revolução Industrial*. Torna-se necessário rejeitar o formalismo proposto pelo paradigma cepalino, que diagnostica o Brasil com duas e não com uma economia primário-exportadora: a apoiada no trabalho escravo; e a organizada com o trabalho assalariado (MELLO, 1998: 30, grifos do autor).

A formação de um mercado de força de trabalho livre, no Brasil, foi um percurso histórico longo e tortuoso, sendo que a transição ensejou muitos conflitos e resistência. O trabalho escravo mostrou-se inviável, não tanto pela ausência de uma população expropriada, mas para impedir que o contingente de indivíduos pobres utilizasse sua liberdade para reproduzir-se de forma autônoma (KOWARICK, 1994).

Barbosa (2008) destaca que o Brasil colônia possuiu, entre 1531 e 1855, cerca de 4 milhões de escravos, se incluirmos os escravos nascidos no país, o número chega a 12 milhões. O tráfico funcionava como crédito, pois assegurava a rentabilidade do negócio organizado pelos europeus. “Terra e trabalho não funcionavam aqui como variáveis independentes, já que eram acionados pelas forças motrizes do capitalismo concorrencial” (BARBOSA, 2008: 36).

No regime escravista existia oferta de trabalho elástica a ponto de exceder, fato que seria impossível num mercado de trabalho *strictu sensu*, ou seja, a existência de demanda sem a criação de desemprego. Nessa direção, Barbosa (2008) coloca a questão da dificuldade de compatibilizar a existência dessa oferta elástica de trabalho, inserida na produção de mercadorias (de valor de troca), com a inexistência da possibilidade de geração de mais-valor relativo, de fluxo de renda e de uma ética para o trabalho.

As estratégias econômicas levaram a vários padrões de relações sociais entre senhores e escravos. Estes não se constituíam como vendedores e compradores de força de trabalho, assim, era inviabilizada a construção de “estratégias racionais de mercado”, por isso, considera Barbosa (2008) não se conformou um espaço público de manifestação dos interesses dos grupos sociais; aos proprietários de escravos, não interessava aumentar a oferta potencial de força de trabalho; a mercadoria não aparece fetichizada e, sim, como produto alienado do trabalho; o custo da reprodução da força de trabalho escrava era determinada por características fisiológicas, não contando com interferências políticas; e os escravos não se aproveitavam de possíveis condições favoráveis de demanda.

Sobre esse aspecto, Oliveira (2013) ressalta que o escravismo passa a constituir, em verdade, um entrave para a industrialização, devido ao elevado custo da reprodução do escravo. Então, a industrialização significará a tentativa de acabar com o custo da reprodução do escravo, que era um bem de produção, pois era propriedade dos dominantes.

Nessa direção, a reprodução da força de trabalho surge como uma preocupação, pois no escravismo as unidades produtivas estão condenadas à produção extenuante de excedente, apropriado pela esfera comercial. Ou seja, enquanto na formação social capitalista cria-se uma superpopulação relativa, na formação social escravista há tendência de diminuição absoluta da população escrava, o que impõe obstáculos a sua expansão (BARBOSA, 2008).

Após 1880, o regime de trabalho escravo se mostra estreito para realizar uma acumulação que demandava, de forma crescente, um mercado de trabalho volumoso e fluido. Nesse processo de transição para o trabalho livre, existe uma condição prévia ao acesso à terra. A partir do início da crise do sistema escravocrata, torna-se necessário impedir que os homens livres tenham acesso à propriedade da terra, tendo sido promulgada a Lei de Terras, de 1850, que restringia a aquisição de terras devolutas através da compra. Não por coincidência, a Lei de Terras é promulgada no mesmo período do fim do tráfico negreiro (KOWARICK, 1994). Dessa forma, expropriar os meios de produção, ou as terras comuns, era uma das condições de limitar a autonomia dos indivíduos, induzindo à procura por trabalho livre.

Barbosa (2008) destaca que de forma paralela ao mundo do trabalho escravo, forma-se uma “massa amorfa e inorgânica de homens livres”, “a massa popular”, “os desclassificados, inúteis e inadaptados”, que eram indivíduos não inseridos no núcleo da economia⁵. Nessa pesquisa, pudemos conhecer uma interpretação muito interessante de Pochmann (2002), que sugere, hipoteticamente, a possibilidade desses desgarrados serem *os ancestrais* dos trabalhadores informais de *viração*, que tocam a vida pulando de uma atividade desqualificada para outra nos serviços das cidades, como agregados, distantes do núcleo da economia.

Num longo processo, desenvolvido até o século XIX, foram criadas as condições para o “salto do capitalismo” no Brasil, desembocando em duas linhas orientadoras, “[...] uma que convergia o “senhor agrário” em marginal e depois o transformava em sujeito das transações econômicas e outra que aproveitava da autonomização política e da criação, ao menos potencial, de uma economia, de um Estado e de uma sociedade nacionais” (BARBOSA, 2008: 43).

Na formação social na colônia, o comando do escravismo era por senhores de terras e, lentamente, isso foi alterado por transformar-se num entrave para o pleno desenvolvimento das formas capitalistas de produção, sendo no final do século XVIII, a população residente no Brasil de quase 3 milhões, sendo quase a metade formada por livres e libertos. O traço comum dos libertos era a “desclassificação em relação às necessidades da grande propriedade agroexportadora” (KOWARICK, 1994: 27) e eram *desclassificados* porque a ordem escravocrata impediu que surgissem alternativas que os fixassem produtivamente.

Com a escravidão materialmente condenada a partir de 1850, o empreendimento cafeeiro buscou substituir o trabalho cativo sem, entretanto, apoiar-se da desacreditada força de

⁵ No período colonial, o “pertencimento à pobreza” caracterizava-se pelo ato de implorar pela caridade, sendo o assistencialismo voltado, exclusivamente, para os incapacitados para o trabalho. Os demais eram considerados “vagabundos” ou “preguiçosos” e o eram por escolha e não devido a estrutura produtiva e social. Nesse contexto, a ação do Estado, era a de disciplinamento para o trabalho (BARBOSA, 2008).

trabalho nacional. Era mais viável importar trabalhadores que já eram expropriados – material e culturalmente, do que subjugar trabalhadores livres e libertos. Assim, a equação elaborada foi importar força de trabalho empobrecida da Europa⁶ livre (KOWARICK, 1994).

Inicia-se a chamada “parceria de endividamento”, em que o empreendimento cafeeiro adiantava os custos da passagem e o custeio inicial (KOWARICK, 1994), sendo que, paulatinamente, o Estado absorvia responsabilidades nesse processo, providenciando, portanto, a socialização dos custos da mobilidade dessa força de trabalho, a despeito do crescente número de trabalhadores livres e libertos nacionais, deixados ao léu.

Somente nesta pesquisa pudemos compreender esse processo de formação do exército ativo e inativo para o trabalho no país, na particularidade da experiência histórica nacional, que se distingue daquela estudada por Marx, na Inglaterra. A lei de terras de 1850 foi nossa lei sanguinária à semelhança do cercamento dos campos ingleses, porque forjou coletivo de força de trabalho. A violência do escravismo não foi atenuada com o acerto da dívida social, nem na República; nem no ciclo de substituição das importações, a partir de 1930, que marca, de fato, a constituição do mercado de trabalho nacional. Os negros e descendentes continuam, em sua maioria, vagando pelas cidades nas piores ocupações, relações e condições de trabalho, mesmo que incluídos, a partir dessa segunda fase, no exército industrial de reserva.

Foi criado um aparato legal para coagir os colonos a cumprirem os contratos de trabalho e a utilização da força de trabalho estrangeira foi equacionada com o intuito de levar o trabalhador ao endividamento. O sistema legal, somado ao domínio quase-senhorial, reforçava a violência necessária para essa relação que se estabelecia. “O trabalhador estrangeiro, mais fácil e lucrativo, poderia ser transformado, por meio da imigração subsidiada, em mercadoria para o capital” (KOWARICK, 1994: 72).

A abundância de força de trabalho propiciada pela imigração, materialmente e culturalmente expropriada, possibilita a deterioração dos salários. E, mais ainda, cria condições de desarticulação da resistência da força de trabalho, já que acirra a concorrência entre os trabalhadores.

Após 1857, a parceria cedeu lugar a outras modalidades para a contratação da força de trabalho, particularmente com o salário mensal. Outras modalidades foram o pagamento por contrato de ajuste, regime de colonato e o transporte de trabalhadores endividados oriundos,

⁶ Entre 1872 e 1881, entraram no Brasil cerca de 218 mil imigrantes e as principais nacionalidades eram: alemães (37%), portugueses (32%) e italianos (28%). Entre 1884 e 1887, entraram no país 146 mil imigrantes, sendo que 53 mil foram para São Paulo, região que concentrava as grandes fazendas cafeeiras. Entre 1888 e 1890, vieram 304 mil imigrantes (KOWARICK, 1994).

principalmente, da China e da Índia (BARBOSA, 2008).

Existia reservatório de força de trabalho não-escrava. Mas, inexistia lei que incitasse esses trabalhadores livres a serem contratados. Soma-se, ainda, “[...] a crença por parte dos fazendeiros – certamente infundada, embora componente essencial de sua ideologia – de que o elemento nacional era essencialmente “vadio” e “preguiçoso”” (BARBOSA, 2008: 106-7).

A força de trabalho imigrante já se mostra abundante, e um aspecto importante é que “a liberdade de trabalho não poderia se confundir com direitos coletivos, na acepção dos formuladores da nova política trabalhista”. Aliás, “essa visão *laissez-fairiana* já estava presente na constituição de 1824” (BARBOSA, 2008: 137).

Nesse sentido, pudemos apurar que o processo de construção do mercado de trabalho no Brasil não ocorreu de forma espontânea ou linear e carregou a herança da escravidão, mesmo que com características distintas entre as regiões do país. Contou, ainda, com a dura intervenção do Estado e o autoritarismo dos quase-empregadores (BARBOSA, 2008).

Curiosamente, os livres e libertos, no Brasil, não participaram do trabalho regular e disciplinado nas fazendas de café até 1888. Após esse período, só foram absorvidos em áreas em que os imigrantes não estiveram presentes. E esse processo social impingiu uma particularidade na transição da força de trabalho livre, no Brasil: a heterogeneidade da composição da força de trabalho, incluindo a continuidade na absorção da força de trabalho estrangeira. O dado é alarmante, pois no início do século XX, em São Paulo, 92% dos trabalhadores na indústria eram estrangeiros (KOWARICK, 1994).

Kowarick destaca que “[...] reproduziu-se o quadro da exclusão social para o braço nacional, de modo especial para o negro e o mulato, que tinham estampadas na pele todas as arraigadas pechas que se concentravam na sua imprestabilidade para o trabalho” (KOWARICK, 1994: 114-5).

As novas demandas dos países cêntricos deu novos rumos à economia nacional, exatamente porque, agora, a requisição passava pela produção de alimentos e matérias-primas em massa pelo conjunto das periferias, porque a produção em massa gera preços baixos. Esse objetivo exige das periferias a generalização das relações mercantis, ou seja, a mercantilização das forças de trabalho e, gradativamente, de suas formas de vida social. E, só o trabalho assalariado poderia significar a ampliação dos mercados e, ao mesmo tempo, produção mercantil complementar em massa (MELLO, 1998: 45).

Para Neto (2015), a instauração dessas relações, genuinamente capitalistas, mediadas pelo capital industrial, aprofundaria a necessidade de subordinar a consciência operária ao processo de produção, fato que não implicou no desconhecimento da possibilidade

doproletariado avançar do desenvolvimento da consciência de classe.

A ideologia difundida de que a classe industrial paulistana brotou do trabalhador que soube administrar bem suas finanças não passava de mecanismo ideológico para amortecer a luta de classes. Isso em parte brota do fato de que a grande indústria no país também passou pela mediação da manufatura e das pequenas oficinas, ou seja, a existência de pequenos setores de manufatura, em que os produtos vinham ao mundo pela mediação do envolvimento de toda a família no processo produtivo. Isso servia para difundir a ideologia de que o patrão era também operário (NETO, 2015: 201-2).

Aqui, basta chamar atenção para a ideologia presente, que “chama” o trabalhador para uma participação mais direta no processo produtivo, difundindo falsa ideia de que o operário possui as mesmas condições que o patrão. Outro aspecto refere-se à participação ativa do Estado que, na fase analisada por Neto (2015), coube aos seus aparelhos institucionais o forte auxílio do financiamento da imigração e a propagação e fortalecimento da ideologia “empreendedora”.

De acordo com Neto (2015), a exploração do trabalho escravo e do colono possibilitou uma acumulação que transformou o fazendeiro em industrial e o banqueiro estrangeiro no principal agente do processo de industrialização.

A ótica de Neto (2015) sobre esse aspecto da imigração foi muito fértil para a pesquisa, pois pudemos entender que a relação entre indústria e imigrante acaba por colaborar para forjar um exército de reserva que possibilita que o capital controle a força de trabalho existente: a força de trabalho nativa, caracterizada pela acusação de vadiagem e mendicância; e a força de trabalho imigrante. Juntas, forneciam as bases para o advento do trabalho assalariado.

Isso nos levou a entender a ilação de Barbosa (2008), quando diz que a constituição de um mercado de trabalho, no Brasil, foi uma atividade complexa que exigiu a elaboração de políticas públicas relacionadas à regulação da aquisição de terra, desescravização e, de forma paulatina, a regulamentação do trabalho livre, além do incentivo à importação de força de trabalho, entre outras práticas de natureza pública e privada.

Chama a atenção dos estudiosos do tema a presença marcante e decisiva do Estado em todas as etapas da construção do mercado de trabalho no país. Sobre as muitas ações vale destacar: decretou o fim do tráfico de escravos; assegurou a desescravização de forma paulatina; financiou a imigração de força de trabalho estrangeira; enveredou na defesa do liberalismo federalista; e tomou para si a *questão social*, o que retirou a desigualdade social do confronto direto das classes, sem eliminá-la, mas, permitindo a reprodução ampliada do capital em escala nacional (BARBOSA, 2008).

De acordo com Fernandes (2005), a lentidão das mudanças deita raízes no fato histórico de que uma nação se constitui numa trajetória não linear, mas por “zigzagues”. No Brasil,

não foi diferente e o processo abrangeu duas fases: “1º) a ruptura da homogeneidade da ‘aristocracia agrária’; 2º) o aparecimento de novos tipos de agentes econômicos, sob a pressão da divisão do trabalho em escala local, regional ou nacional” (FERNANDES, 2005: 45).

Os senhores rurais, nas palavras de Fernandes (2005), aburguesaram-se e desempenharam uma função que ele considera análoga à função de alguns segmentos da nobreza europeia, no período da expansão do capitalismo. Sendo os representantes mais característicos do “espírito burguês”, os negociantes a varejo e por atacado, funcionários públicos, banqueiros, empresários da indústria nascente e artesãos por conta própria. Esses estratos possuíam uma identificação superficial com o mundo moral da aristocracia agrária ou, ainda, baseavam-se em situações de lealdade pessoal ou de interesse. São esses os homens que projetaram “os toscos móveis capitalistas do velho ‘senhor rural’ no horizonte cultural da ‘burguesia’ emergente e que iriam encarnar, portanto, o ‘espírito burguês’” (FERNANDES, 2005: 46).

Eles se afirmam, num primeiro momento, pelo élan de “modernizador”, compondo-se assim, através de compromissos tácitos, com as elites da “aristocracia agrária”. Mais tarde, porém, evoluem para opções mais definidas e radicais, embora dissimuladas, pelas quais tentam implantar no Brasil as condições econômicas, jurídicas e políticas que são essenciais à plena instauração da ordem social competitiva. Em nenhum dos dois momentos esse “espírito burguês” exige a defesa implacável dos direitos do cidadão (FERNANDES, 2005: 46).

A Independência, pondera Fernandes (2005), foi a primeira revolução social ocorrida no Brasil, marco definitivo do fim da “era colonial” e de inauguração da “época da sociedade nacional”. O autor considera a Independência uma *transação política pacífica, inteligente e segura*, instaurando a formação de uma sociedade nacional, com elementos revolucionários e conservadores, sendo peculiar o descaso com direitos sociais na construção da nação.

O liberalismo no país era peculiar, pois, respondia a uma clara função de mobilização de consenso de classe para dinamização econômica, mas *de costas* para a autonomia do processo de dominação interno. Tratavam-se de “requisitos econômicos, sociais e políticos que condicionavam a associação livre, mas heteronômica do Brasil às nações que controlavam o mercado externo e as estruturas internacionais de poder” (FERNANDES, 2005: 54). Isso dará contornos especiais ao mercado de trabalho e à proteção social pública no país, reproduzindo, historicamente, uma estruturação limitada.

A democracia restrita será medular na dinâmica política e social da nação, ao longo da sua história republicana. As mudanças ocorridas entre a sociedade colonial e a sociedade imperial, em primeiro lugar, na diferenciação no papel político do senhor que passa a ser senhor-

cidadão, pressupondo nova dimensão de poder, cujas possibilidades de mando do senhor transcenderão os limites anteriores do seu domínio, alcançando o poder político; paralelamente, desencadeia o surgimento de formas de socialização que transformam privilégios sociais comuns em solidariedade social e associação política; o que, em conjunto, provoca a redução do espaço social em que as garantias sociais estabelecidas de forma legal poderiam ter vigência. Esses elementos impõem as limitações históricas da Independência, desdobrando-se numa dominação senhorial sobre a nação o que explicaria, a nosso ver, as consequências sobre o mercado de trabalho.

A democracia é um recurso necessário para o equilíbrio e continuidade da dominação do Estado, não se constituindo em condição geral da sociedade. Destarte, para a construção da ordem social nacional, era necessária a extinção do estatuto colônia; ao mesmo tempo, a sociedade nacional não se constituiria sem agregar a herança colonial mencionada. O patrimonialismo, que se constituiu em domínio do Estado, possibilitou que os estamentos senhoriais tivessem a oportunidade de ter privilégio político e prestígio social. Assim, domínio e nação mesclaram-se de forma estrutural na sociedade brasileira. O Estado nacional independente era liberal somente nos fundamentos, pois, na prática, era instrumento de dominação patrimonialista. Portanto, da colônia para a nação, houve garantia do monopólio de poder político aos estamentos – patrimonialismo.

Nessa realidade, o Estado garantirá a eficácia da dominação política dos estamentos senhoriais, visível em dois sentidos: vai orientar-se para o fortalecimento da iniciativa privada (liberalismo econômico); e assumirá importantes encargos para a garantia da força de trabalho escrava que, naquele momento, eram relevantes para a formação de uma estrutura econômica para uma sociedade nacional. Temos, dessa forma, os elementos que gestarão uma economia urbana nacional, que é estruturada sobre um sistema econômico agrário, escravista e dependente. Os mesmos fatores que condicionaram a transformação dos senhores rurais em aristocracia agrária, constituirão e delimitarão o mercado nacional.

A presença do trabalho escravo e sua importância histórica para a viabilidade simultânea da produção agrária e da ordem estamental, porém, condicionam e determinam evoluções inexoráveis. O trabalho livre não nasce, aqui, sob o signo de um mercado que divide e opõe, mas, ao mesmo tempo, valoriza e classifica. Surge como expressão das convenções e das regularidades imperantes na sufocante ordem social escravocrata e senhorial brasileira. Em vez de fomentar a competição e o conflito, ele nasce fadado a articular-se, estrutural e dinamicamente, ao clima do mandonismo, do paternalismo e do conformismo, imposto pela sociedade existente, como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo (FERNANDES, 2005, p 228).

Diante dessa sagaz compreensão de Fernandes (2005) – associada às contribuições de

Kowarick (1994), Oliveira (2013 a), Mello (1998), Barbosa (2008) e Neto (2015) - esperamos estarem entendidas as referências da pesquisa sobre os elementos centrais da formação social e econômica brasileira, que atravessam as relações de trabalho, no país.

Seguidamente, demonstraremos alguns dos desdobramentos desses fundamentos sobre o delineamento histórico do mercado de trabalho brasileiro.

Expressões fenomênicas do mercado de trabalho brasileiro entre os anos 1980 e 2018

Na literatura sobre os estudos do trabalho, é consensual que os anos de 1980 marcam o período de consolidação do mercado nacional urbano de trabalho brasileiro. A partir daí, proliferam-se novas formas de trabalho, caracterizadas pela flexibilização das relações de trabalho e alargamento da informalidade, além do aumento expressivo do desemprego. Por isso, tornou-se relevante, para a pesquisa, tomar a década como um marco para a coleta de dados e análise comparativa sobre os desdobramentos posteriores, em especial, pelos intensos desdobramentos da crise mundializada do capital e seus fortes impactos para o trabalho.

Recorremos a dados de órgãos oficiais de pesquisa e afins, para identificar linhas centrais da evolução do trabalho no país, no referido período, identificando as características principais, e comparando a evolução, nos três decênios e um octênio: 1980-1989; 1990-1999; 2000-2009; 2010-2018. Esta análise possibilita apreender as particularidades das conjunturas brasileiras e a sua relação com ciclo de acumulação capitalista, em termos sistêmicos.

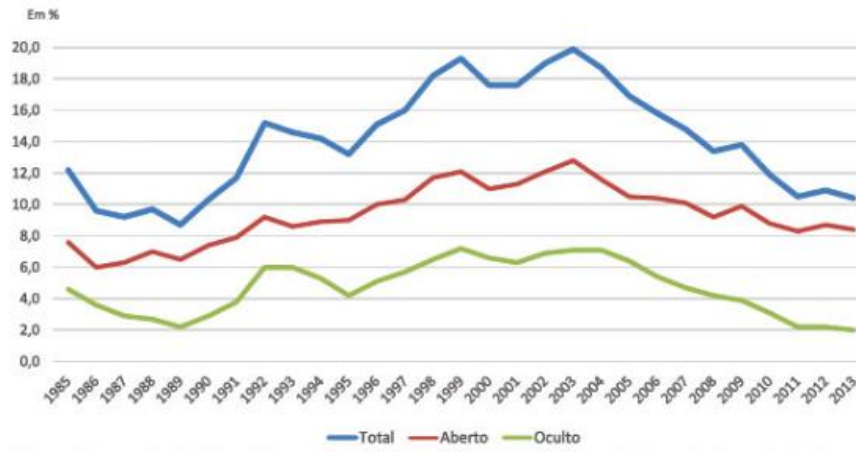
As fontes dos dados primários utilizadas foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED (realizada pela Fundação Seade e DIEESE) e RAIS (realizada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social).

No decênio 1980 a 1989, o padrão de desenvolvimento do capitalismo está na fase particularizada pela financeirização do capital e crise de realização do valor, que impõe a necessidade, imperiosa, de cortes de investimentos nas políticas sociais e de novas regulações para o trabalho. Em conjunto, essas medidas intensificam o aumento das desigualdades estruturais do país.

Esse período caracteriza-se por profunda crise econômica; alto endividamento externo; permanência de forte fluxo migratório do campo para cidade; curva demográfica em estágio avançado; aumento do desemprego e da informalidade; aumento da desigualdade da renda do trabalho; crescimento das mulheres no mercado de trabalho; início do declínio do setor da indústria (desindustrialização) e, concomitante, aumento de vagas no setor de serviços e comércio (sem aumento dos ganhos para os trabalhadores). Em síntese, o decênio marca o esgotamento do período desenvolvimentista no Brasil (1930 a 1979).

O gráfico 01 traz as taxas de desemprego entre os anos de 1985 e 2013 da região metropolitana de São Paulo, ficando visível o crescimento, na segunda metade dos anos 1980:

Gráfico 01- Taxas de Desemprego, segundo tipos, da Região Metropolitana de São Paulo (1985 a 2013)



Fonte: PED, 2013.

Os dados sobre a distribuição da força de trabalho, a partir dos grandes setores de atividade econômica, demonstram que, no início da década de 1990, houve queda do setor da indústria e elevação no setor de comércio, sendo a queda no setor da indústria um forte sinal da crise, já que é o primeiro atingido pelas crises. A evolução desses dados, e dos outros setores entre 1960 e 2010, pode ser verificada na tabela 01 abaixo:

Tabela 01 - Distribuição da força de trabalho, segundo os grandes setores de atividade econômica (em %) – Brasil (1960-2010)

Setores de atividade econômica	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Agricultura, pesca e pecuária	55,2	45,4	30,0	22,8	18,7	11,3
Construção civil	3,3	6,0	7,6	6,7	7,1	8,1
Indústria, mineração e utilidades públicas	10,1	12,8	17,9	16,5	14,4	14,7
Comércio, transporte, comunicação e hospitalidades	14,4	14,9	17,7	20,5	24,3	26,2
Financeiro, imobiliário e negócios	1,7	2,2	5,7	6,6	6,5	9,2
Administração pública e defesa	3,1	4,3	4,4	4,9	5,4	6,0
Educação, saúde e assistência social	2,5	4,4	6,1	8,0	9,7	10,6
Serviços domésticos	4,2	8,3	6,1	6,8	7,7	7,7
Outros serviços	5,5	1,7	4,5	7,2	6,2	6,1

Fonte: COMIN, 2015.

Os dados acima sinalizam que, como modo de vida, a sociedade brasileira universalizou o trabalho (tipicamente capitalista), generalizando a mercantilização da produção e da reprodução social. Fazem isso, sem, no entanto, contar pelos dados anteriores de desemprego e garantir o emprego para todos os expropriados dos meios de trabalho, ao longo desses cinquenta anos.

Particularmente à questão da diferenciação de cor, no âmbito da força de trabalho, reforça o perverso legado da escravidão no período da colonização e a posterior segregação imposta aos não brancos⁷, na medida em que se verifica marcas profundas na hierarquia da estrutura ocupacional, materializada na histórica inserção subalternizada dos não brancos no mercado de trabalho.

Por outro lado, a questão do sexo ganha proeminência, nessa transição histórica da força de trabalho, pois, o crescimento das mulheres no mercado de trabalho é relevante, sendo reduzido feminino as ocupações mais baixas (trabalho doméstico) – legado do patriarcado, enquanto o reduzido masculino é, e continua sendo, o emprego industrial moderno. Nos anos 1960, mais de 95% dos técnicos e supervisores do trabalho manual eram homens; ao longo de 5 décadas, a participação feminina pouco aumentou nessa área, não chegando a 15%, em 2010 (COMIN, 2015).

O decênio 1990-1999 é marcado pela intensificação das contrarreformas do Estado brasileiro, da reestruturação produtiva e do neoliberalismo do capital, sob o regime da acumulação flexível; abertura ao fluxo de comércio e capitais internacionais; alto volume de privatizações de empresas públicas; transferência de execução de funções públicas para esfera privada; forte recessão entre 1990 e 1992, sendo esse processo revertido entre o final 1993 e 1997 (sem recomposição da dinâmica dos anos 1970); crescimento do trabalho por conta própria, do emprego sem carteira assinada e das organizações do terceiro setor; sinais de um componente estrutural para o desemprego e a informalidade; e intensificação do fenômeno da redução do emprego industrial e aumento do emprego nos setores de comércio e de serviços.

As taxas de desemprego aberto dos primeiros anos da década de 1990 não foram mais elevadas que as taxas do início dos anos 1980, entretanto, o desemprego aberto começou a dar sinais de um componente estrutural importante.

A busca pela valorização do valor leva ao aumento da produtividade do trabalho e esse aumento da produtividade precisa ser realizado com um gasto de tempo cada vez menor, repercutindo, diretamente no preço da força de trabalho; na quantidade de emprego; e na qualidade das relações de trabalho. Os custos do deslocamento dos fatores da crise de realização do valor são absorvidos pela força de trabalho, dado o aprofundamento dos mecanismos de

⁷ Optamos por trabalhar com a categoria “não brancos”, já que as instituições pesquisadas utilizam categorias distintas, assim, essa escolha deve-se a necessidade de optar por uma categoria que abarque as distintas formas de abordagem das instituições. Cabe ressaltar que a categoria “não brancos”, nesta pesquisa, não desconsidera a discriminação racial existente, principalmente pela população negra. A cor é uma variável bastante relevante para a análise, pois, há de se considerar a centralidade que os elementos particulares da formação social e econômica brasileira possuem para esta tese, sendo a escravidão uma dessas marcas.

exploração.

A partir do levantamento de dados do mercado de trabalho, observamos que as soluções para a crise envolveram: a diminuição do ganho real do trabalho; o aumento do desemprego; e a precarização dos vínculos de trabalho.

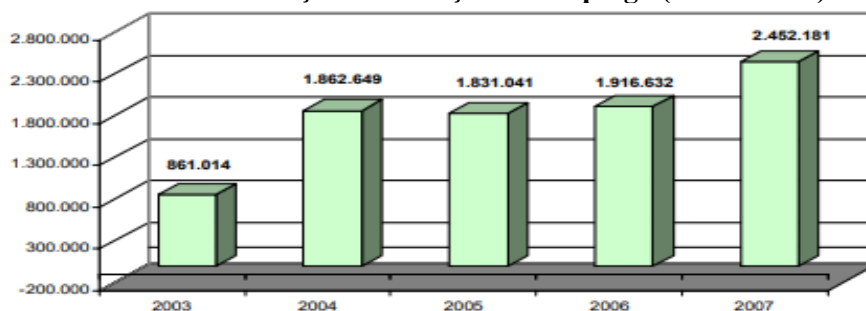
A lógica imanente desse processo envolve a diminuição do tempo de trabalho pago que, no emprego formal celetista envolve considerar os gastos do capital com a remuneração e os direitos trabalhistas convencionais (férias, descanso semanal, jornada diária, hora extra, auxílios doença, indenizações, entre outros quesitos). Ao fim, a crise expressa, na recessão econômica e no desemprego, favorecendo o disciplinamento em torno da aceitação do aumento da apropriação do trabalho não pago.

No decênio 2000-2009, há a diminuição do fenômeno identificado nos períodos anteriores dos fluxos migratórios e desemprego que, conjuntamente com aceleração moderada do crescimento econômico, execução de políticas redistributivas sobre o mercado de trabalho e políticas sociais, levam à relativa redução das desigualdades sociais; há um significativo crescimento econômico entre 2004 e 2010 (que se estende até 2014) sem, entretanto, romper com a desestruturação do mercado de trabalho e a estrutural concentração de renda; o crescimento dos empregos formais ocorreram de forma concomitante ao crescimento do trabalho informal, sendo este superior ao primeiro, demonstrando o crescimento mais elevado da informalidade que dos empregos formais; permanência da queda nas taxas de fertilidade; expansão do ensino formal; crescimento das mulheres no mercado de trabalho e maior escolaridade, porém, com a persistência dos salários mais baixos que dos homens; e *boom* de *commodities* (principalmente, soja e minérios).

Os dados e estudos consultados, na pesquisa, mostram que o período de 2004 a 2008 teve intenso aumento do emprego formal. E em 2007, houve um fato inédito, desde o início da elaboração das estatísticas da RAIS, em 1985: o número de empregos formais criados, em 2007, foi superior a 2 milhões.

O gráfico 02, abaixo, ilustra a geração de empregos, no Brasil, no total de atividades entre o período de 2003 a 2007:

Gráfico 02 - Evolução da Geração do Emprego (2003 a 2007)



Fonte: RAIS/MTE, 2007

Importante observarmos que no período com maior número de empregos criados no país, mais da metade não possuíam vínculo empregatício, reforçando os aspectos de fragilidade e precariedade da situação para o trabalhador.

O octênio 2010-2018, por sua vez, caracteriza-se pela intensificação do desemprego, informalidade, ausência da regulação pública e intensa automação no trabalho; revisão da legislação trabalhista para flexibilizar as relações de trabalho; apesar do curto período de manutenção de taxas mais positivas na economia – entre 2010 e 2014 (iniciada em 2004) – não houve aumento dos ganhos do trabalho, nem de direitos trabalhistas; a partir de 2014, tivemos crescimento do número de trabalhos precários e regressão dos direitos trabalhistas conquistados; forte recessão entre 2015-2016; e, a partir de 2017, há redução das taxas negativas. Todavia, muitas das vagas ocupadas são marcadas pela precarização e flexibilidade das relações de trabalho; permanece o crescimento dos setores de serviços e comércio e o decréscimo do setor da indústria.

O país chegou, no mês de maio de 2019, com o assustador número que 5,2 milhões de pessoas procurando trabalho há um ano ou mais, sendo que esse grupo representa 38,9% dos 13,4 milhões de desempregados no país (IBGE, 2019).

Aspectos do mercado de trabalho, reproduzidos do decênio anterior ganharam expressão nesse último período, são eles: precarização; terceirização; ausência de regulação pública e intensa automação no trabalho.

Uma dinâmica nova no mercado de trabalho é representada pelas atividades baseadas na “economia compartilhada”, que envolvem o uso de aplicativos na rede internacional de computadores (internet) para comprar e vender serviços, invisibilizando relações de trabalho.

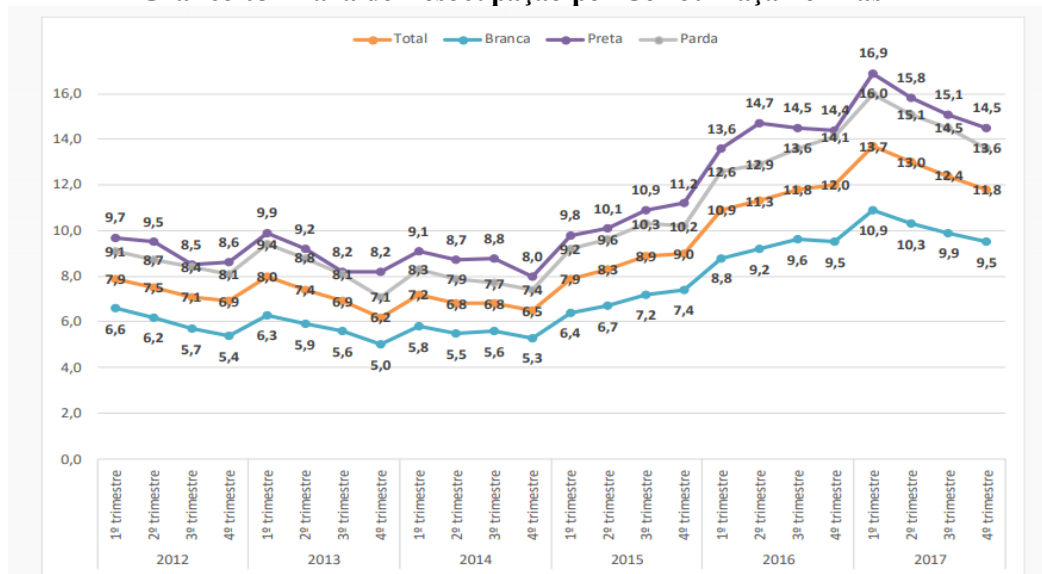
Isso ganhou expressão com o transporte de pessoas, serviços de entrega e variados outros serviços que podem ser acionados por meio de aplicativos, localizando o prestador na região em que o consumidor se encontra; já existem serviços estéticos, médicos e de cuidados

veterinários desse porte⁸.

Os dados deste octênio, 2010-2018, sinalizam que os índices mais elevados de desocupação atingiram a população mais jovem (entre 14 e 17 anos), com ensino médio incompleto, não brancos. As mulheres continuam sendo mais afetadas pelo desemprego e com salários mais baixos que os homens, ainda que possuam maior escolaridade e que tenham tido maior incremento de emprego, em 2014.

As taxas de desocupação, com recorte de cor, sinalizam que, no 4º trimestre de 2017, 63,8% dos desocupados, no país, eram não brancos (sendo que 11,9% respondiam por pretos), enquanto os brancos representavam 35,6%. O gráfico 03 abaixo mostra essa evolução:

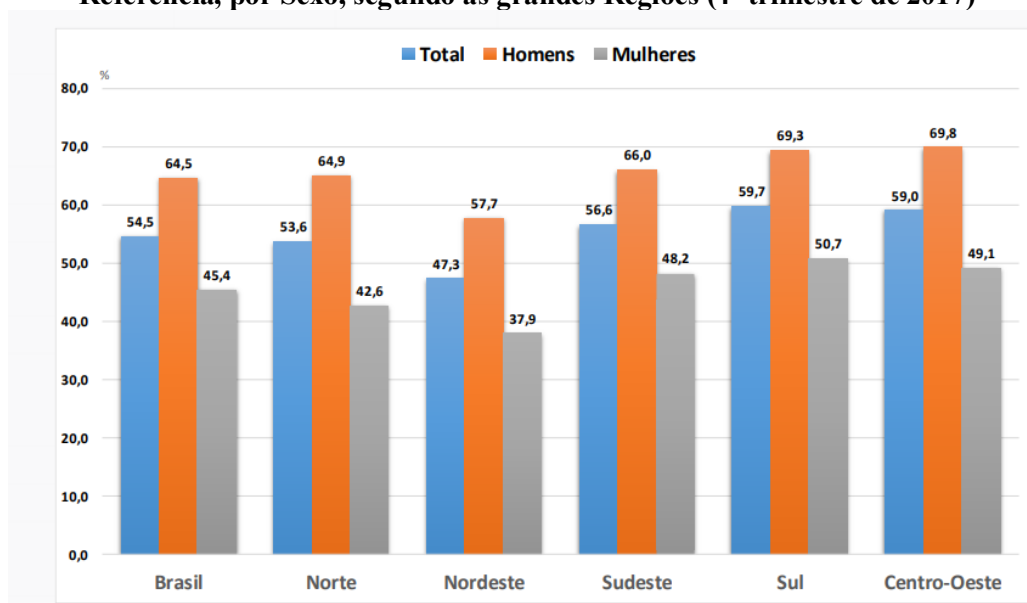
Gráfico 03 - Taxa de Desocupação por Cor ou Raça no Brasil



Fonte: IBGE, 2018.

Sobre as taxas de desocupação por sexo, esse levantamento da PNAD (IBGE, 2018) demonstra que as mulheres continuam sendo maioria na taxa de desocupados, ainda que tenha ocorrido aumento dos homens, conforme demonstra o gráfico 04 abaixo, com dados nacionais:

⁸ O fenômeno vem sendo chamado de “uberização do trabalho”, em referência à primeira e mais pujante empresa transnacional norte-americana, nomeada Uber, que possui milhões de motoristas cadastrados que trabalham de forma autônoma e precarizada, encobrendo relações de trabalho.

Gráfico 4 - Taxa de Desocupação das Pessoas de 14 anos ou mais de Idade, na semana de Referência, por Sexo, segundo as grandes Regiões (4º trimestre de 2017)

Fonte: IBGE, 2018.

Novamente, os dados confirmam uma situação que persiste no mercado de trabalho brasileiro: ainda que haja períodos de aumento de vagas de trabalho, as ofertas continuam priorizando os níveis mais baixos de escolaridade, assim como, perpetuam a diferença salarial entre homens e mulheres, em detrimento de ganho mais elevado para o primeiro grupo, ainda que a inserção das mulheres, no mercado de trabalho, seja maior.

Outro aspecto muito importante, refere-se ao aumento de empregos formais para não brancos (em especial, pardos e pretos, respectivamente), demonstrando um forte recorte de sexo e cor para o preenchimento das vagas criadas: homens não brancos. Isso não é tão relevante, se considerarmos a qualidade das relações de trabalho e renda dessas ocupações.

Outros elementos verificados, na composição da força de trabalho na atualidade no Brasil, são o gradual processo de envelhecimento e a trajetória de elevação da escolaridade, apontando que os postos formais de trabalho têm absorvido uma força de trabalho mais qualificada. Contudo, sem elevação salarial. O que demonstra que a precarização também atinge os postos formais mais escolarizados.

Outras considerações apontadas, na pesquisa, referem-se às reformas propostas no governo Temer, com destaque para a aprovação da Lei da Terceirização (Lei Nº 13.429/2017), a Reforma Trabalhista (Lei Nº 13.467/2017) e a proposição da Reforma da Previdência. Em conjunto, significam a diminuição das garantias do Estado e a maior fragilização dos vínculos de trabalho, reforçando as negociações individuais e impactando severamente na organização dos trabalhadores (ação dos sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, entre outros).

Isso posto, na fase pesquisada, houve aumento da precarização do trabalho, intensificada

pela execução de um projeto societário que materializou a flexibilização das relações e a significativa retração do Estado na regulação do trabalho. Não houve diminuição da desigualdade e concentração de renda, muito menos garantia de direitos à população, que possibilitasse encontrar condições de sobrevivência no mercado de trabalho. Ao contrário, houve intensificação das contradições existentes, reforço dos elementos particulares da formação social e econômica e mobilização do Estado para a criação de aparato legal que respondesse não à demanda dos trabalhadores, mas o imperativo da lógica do valor.

Chegamos na consideração de que o Brasil – economia dependente e periférica –, a partir da década de 1980, é atingido pela crise do capital, caracterizada pela crise de realização do valor que se constitui, nas palavras de Marx (2013), no movimento característico do modo de produção capitalista: “Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro”. Como desdobramentos dessa crise, há intenso desemprego e as formas de trabalho existentes e os postos criados passam a ser, fortemente, caracterizados pela informalidade, precarização e flexibilização das relações.

Soma-se a esse quadro, a apropriação dos elementos históricos principais da formação social e econômica brasileira como aportes da intensificação da superexploração do trabalho e do rebaixamento do valor da força de trabalho.

Considerações Finais

A pesquisa possibilitou conhecer melhor as relações entre padrão de produção de valor e reviravoltas no trabalho, além de identificar as formas históricas particulares reproduzidas no mercado de trabalho, em fase de financeirização do capital e crise de realização do valor. A partir do argumento da modernização do trabalho, há a defesa da flexibilização das relações de trabalho que, em verdade, materializam o aumento do desemprego e da precarização, assim como, a diminuição dos direitos trabalhistas.

Consideramos a formação capitalista brasileira como dependente e periférica, que conferiu características de intensificação da superexploração do trabalho e, conseqüente, rebaixamento do valor da força de trabalho – conforme tese de Marini (2001). Somam-se, nesta análise, aspectos como os tradicionais acordos e arranjos políticos entre as elites das classes dominantes e o papel ativo do Estado – legado do patrimonialismo –, que possibilitam a manutenção da dominação; a propagação da ideologia empreendedora; patriarcado; e, que os impactos dos processos históricos de precarização do trabalho recaem, mais fortemente, na população negra – legado da escravidão.

No Brasil, a trajetória do trabalho foi construída por regimes assentados na lógica da informalidade e precarização, com aparato legal para a flexibilização das relações de trabalho

existentes e criando outras, abarcando experiências de trabalho com formas de produção distintas e as tornando funcionais à manutenção da lógica de busca pelo valor.

Os anos recentes, no Brasil, materializam o projeto iniciado na década de 1980: o esgotamento do período desenvolvimentista no Brasil – 1930 a 1979, intensificada pela execução de um projeto societário que perseguiu a retração do Estado na regulação do trabalho e na flexibilização das relações. Projeto desenvolvido em sentido contrário da redução das desigualdades sociais e da concentração de renda, reforçando as históricas contradições do país e reproduzindo os elementos particulares da formação social e econômica.

Referências

- AMARAL, Manoela Falcão do; DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz A. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. Caderno CRH, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211-229, Mai/Ago. 2004. Disponível em <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18490>>.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. A formação do mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: Alameda, 2008.
- CARVALHO, Mariana Costa. Trabalho no Brasil: tendências históricas e as novas exigências de realização do valor. 2019. 287 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- COMIN, Alvaro A. Desenvolvimento econômico e desigualdade no Brasil: 1960-2010. In ARRETCHE, Marta (Org.) Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, CEM, 2015.
- FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5. Ed. São Paulo: Globo, 2005.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 5,2 milhões de pessoas procuram trabalho no país há um ano ou mais. 2019. Disponível em <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/05/16/pnad-ibge-trabalhadores-procurando-emprego.htm>>. Acesso em 19 de maio de 2019.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Mercado de Trabalho Brasileiro. 4º trimestre de 2017. 23 de fevereiro de 2018. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/08933e7cc526e2f4c3b6a97cd58029a6.pdf>.
- KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- MARINI, Ruy Mauro. TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.) Vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- NETO, Artur Bispo dos Santos. Capital e trabalho na formação econômica do Brasil. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.
- OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- PED. Pesquisa de Emprego e desemprego. SEADE. Fundação do Sistema Estadual de Análise

- dos Dados. Taxas de Desemprego, segundo tipos, da Região Metropolitana de São Paulo (1985 a 2013). 2013. In GARCIA, Lucia; GONZAGA, Leila Luiza. Pesquisa de Emprego e Desemprego: trinta anos de acompanhamento do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo. Estudos Avançados. V. 28. Nº 81. São Paulo Mi/ago. 2014. Disponível em < <http://www.scielo.br/img/revistas/ea/v28n81/a09gra01.jpg>> Acesso em 19 jan. 2019.
- POCHMANN, Marcio. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- RAIS. Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego. Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais – 2007. RAIS 2007. Disponível em < <ftp://ftp.mtps.gov.br/pdet/rais/2007/nacionais/3-principaisresultados.pdf>> Acesso em 23 jan. de 2019.

Perfil socioeconômico da estudante do curso de serviço social da UFF – Rio das Ostras em 2019: desafios para a formação profissional em um *campus* precarizado*

Socioeconomic profile of the student of the social service course at UFF - Rio das Ostras in 2019: challenges for professional training in a precarious campus

Vânia Ferreira de Assunção**

Resumo: Este texto objetiva publicizar e analisar as informações sobre o perfil socioeconômico da discente de serviço social da Universidade Federal Fluminense (UFF) – Rio das Ostras, coletadas por meio de pesquisas quanti e qualitativa realizadas no primeiro semestre de 2019. Após breve apresentação do *campus* e do curso, a fim de situar os dilemas da educação superior em um *campus* de estrutura precarizada e falta das condições necessárias de ensino/aprendizagem, expõem-se suas condições socioeconômicas e sua trajetória estudantil e a organização da sua vida acadêmica. São feitas, ainda, sempre que possível, comparações com dados de outras pesquisas.

Palavras-chaves: perfil discente; serviço social; universidade.

Abstract: This text aims to publicize and analyze information about the socioeconomic profile of the student body of social service at the Universidade Federal Fluminense (UFF) - Rio das Ostras, collected through quantitative and qualitative research conducted in the first semester of 2019. After a brief presentation of the campus and the course, in order of placing the dilemmas of higher education on a precarious campus and lacking the necessary teaching / learning conditions, their socioeconomic conditions, the student trajectory and the organization of the academic life of the students. Whenever possible, comparisons are made with data from other surveys.

Keywords: student profile; social service; university.

Recebido em: 16/07/2020

Aprovado em: 27/10/2020



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Exposição de resultados da pesquisa Perfil do Estudante de Rio das Ostras, realizada em 2019 pela equipe: alunas Deborah Minatelli de Oliveira, Elyn M. Fragoso, Heloisa Helena L. de A. Mota (bolsista), Kathelyn Cristina S. de Abreu (bolsista), Letícia Santos Pinheiro, Patrícia Lizete da Silva (bolsista), Sabrina Ribeiro Rangel; e os Profs. Drs. Vânia Noeli Ferreira de Assunção (coord.) e Juan Retana Jimenez. Agradeço ao antropólogo Adrian Ribaric por ter gerado os gráficos para este artigo, a Lucas da Costa Brandão pelos comentários e a Cristina Maria Brites pelas informações históricas sobre o *campus*.

** Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, campus Rio das Ostras. Coeditora da Verinotio - Revista de Filosofia e Ciências Humanas.

Introdução

A pesquisa sobre o Perfil da Estudante de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) – *Campus* Universitário de Rio das Ostras (Curo) surgiu de uma preocupação dos corpos discente e docente com o agravamento de algumas questões que impactam negativamente o desempenho das estudantes. Assim, por exemplo, com a persistência da crise econômica e social no país, verificou-se o crescimento do absenteísmo, parcialmente explicado pelas estudantes por dificuldades financeiras e outros dilemas diante dos quais as estruturas da universidade se mostraram claramente insuficientes ou mesmo omissas.

Em vista destes e de outros problemas, formou-se uma equipe para realizar a pesquisa. Elaborou-se um questionário com 68 perguntas fechadas, as quais abordaram um perfil básico (identidade étnico-racial, orientação sexual, religiosidade etc.), dados socioeconômicos, saúde, ativismo e posicionamento político, cultura e lazer, trajetória estudantil e organização da vida acadêmica. O questionário, anônimo, foi posto em uma plataforma *on-line* (TypeForm) e testado com as estudantes da equipe e outras voluntárias. Paralelamente aos ajustes posteriores, iniciou-se a campanha de informação e sensibilização do estudantado para participar da pesquisa. Durante a primeira quinzena de junho de 2019, as turmas foram conduzidas, em horário de aula, ao laboratório de informática do Instituto de Humanidades e Saúde do Curo para responder à pesquisa, sob supervisão da equipe responsável. Análise preliminar dos dados serviu como parâmetro para a elaboração de um roteiro semiestruturado com 15 perguntas a serem feitas em duas entrevistas qualitativas grupais, realizadas em setembro de 2019, das quais participaram seis estudantes cada. Os resultados foram disseminados entre a comunidade acadêmica em diversos formatos e ocasiões, como parte das preocupações éticas que nortearam a realização da pesquisa e que incluíam o respeito à vontade expressa da estudante e ao seu anonimato, além da devolutiva das informações¹.

Neste artigo, propomo-nos a apresentar os principais dados socioeconômicos e educacionais sobre o perfil da discente de serviço social do Curso². Iniciamos apresentando o *campus* e, em seguida, expomos as principais informações sobre estes temas coletadas nas pesquisas quanti e qualitativa, além de compará-los com outras pesquisas. Por fim, apresentamos alguns apontamentos conclusivos.

¹ Slides com os resultados completos, cartilha ilustrada e vídeo de divulgação (realizado pelo NEC, na pessoa de Romano Bruni) estão disponíveis em: <<http://ihs.sites.uff.br/perfildiscentesservsocial2019-i/>>. Também foi realizada reunião devolutiva com as estudantes durante a Agenda Acadêmica (com mediação de estudantes e professor do curso de psicologia, dada a preocupação com as questões de saúde mental que surgiram, cf. ASSUNÇÃO, no prelo) e apresentação prévia dos resultados aos professores em reunião de Colegiado do curso.

² Outros dados, como informações de saúde, raciais e de gênero, serão apresentados em Assunção (no prelo).

O campus da UFF em Rio das Ostras

Sabe-se que a universidade é uma instituição bastante recente no Brasil, em consonância com sua constituição histórica tardia, lenta e incompleta (MENDONÇA, 2000; DURHAM, 2003; BETTIOL, 2010; SILVEIRA; BIANCHETTI, 2016; MARTINS, 2009; GTPE/ADUFF, 2013; ASSUNÇÃO, 2004). Aqui, não houve instituições de ensino superior durante todo o período colonial, política deliberada da Metrópole portuguesa, que reservava à Colônia apenas escolas de formação de profissionais liberais. Assim, as instituições superiores autônomas surgiram tardiamente no Brasil, apenas a partir de 1808, com a chegada da Corte portuguesa, objetivando formar quadros para o aparato burocrático do Estado.

As universidades são ainda mais recentes, datando dos anos 1930, quando as transformações econômicas e a urbanização do país as tornaram imprescindíveis. Naquele período o Brasil ingressou definitiva e tardiamente na fase de industrialização, mas de um tipo que não rompeu com a estrutura agrária, com a subordinação ao mercado externo nem com a superexploração da força de trabalho. Porém, mesmo retardatária e limitada, essa industrialização suscitou grandes mudanças para um país até então rural, ainda que sem mudar as suas estruturas, modificações acompanhadas de fortes debates sobre o caráter da modernização que então se instituiu. Tais debates chegaram ao auge no início dos anos 1960, com a proposta de reformas de base, nas quais se incluía a universitária, então uma necessidade do próprio capital.

Nesse contexto é que se formaram o sistema universitário estadual paulista e a rede de universidades federais, esta, a partir da fusão ou encampação de instituições já existentes, vindo a se caracterizar como aglomerados de cursos superiores, com pouca ou nenhuma vinculação entre si. Ambos os movimentos respondiam a uma pressão pela expansão do ensino superior decorrente das transformações socioeconômicas pelas quais o país vinha passando, que levaram as classes médias a encarar a formação universitária como uma forma de ascensão social. Nesse processo, as elites niteroienses e cariocas, com apoio do movimento estudantil, mobilizaram-se pela criação de uma universidade pública local já no final dos anos 1950. Foi, então, fundada a Universidade Federal do Rio de Janeiro (Uferj), resultante da incorporação das escolas federais de Medicina, Farmácia e Odontologia, Direito e Medicina Veterinária; e que agregou três estaduais (Engenharia, Enfermagem e Serviço Social) e duas particulares, a de Filosofia e a de Ciências Econômicas (cf. UFF, 2020). Em 1965, ainda em meio a seu atribulado processo de institucionalização, a Uferj foi renomeada como UFF.

Marcada desde cedo pela interiorização – o curso de serviço social de Campos dos Goytacazes foi criado já em 1962 e desde 1972 existe um polo avançado da UFF no Pará –, a

instituição intensificou seu processo de descentralização a partir de 2003, confluindo com a política do governo federal. No bojo desse processo, a UFF e a Prefeitura assinaram um protocolo de intenções para criar Polo Universitário de Rio das Ostras (Puro), processo que foi repetido em outras localidades do Estado. Foi realizado um estudo de viabilidade polêmico, que não incluiu temas como a assistência estudantil, não mencionou a necessidade de articulação para solucionar problemas de deslocamento dos estudantes, não apresentou critérios consistentes para a escolha dos cursos ofertados e, ainda, embora tenha mencionado problemas de restrição do financiamento da universidade pelo Estado, foi favorável ao Puro (cf. CARVALHO, 2016, pp. 148 ss). Foi assinado um convênio, com validade até 2010, pelo qual a Prefeitura cedeu uma escola municipal para funcionamento temporário do polo e se comprometeu a construir o complexo de instalações permanentes de 29 mil m² até 2006 na Zona Especial de Negócios (ZEN). A Prefeitura arcava também com bolsas para os professores (vindos da sede, já que os cursos do Puro eram então considerados uma extensão dos de Niterói) e para parte dos servidores técnicos-administrativos. Com isso, o Executivo municipal também podia participar das decisões acerca dos assuntos do polo. Houve, de fato, uma convergência entre as propostas da UFF e as da municipalidade, já que ambas estavam sustentadas na formação de trabalhadores para o mercado de trabalho local, mantendo-se uma articulação política de caráter bastante tradicional na realidade brasileira.

No primeiro semestre de 2004 foi realizado o primeiro vestibular e tiveram início as aulas no Polo. No mesmo ano, porém, além de mudanças políticas locais, houve problemas com a prestação de contas dos recursos por parte da UFF, o que levou o Tribunal de Contas do Estado (TCE) a suspender o convênio, e, por conseguinte, à interrupção temporária dos cursos do Puro. Alguns estudantes fizeram transferência para Niterói, para dar continuidade à graduação, mas outros se mobilizaram (principalmente os de serviço social) e conseguiram que o Ministério Público interviesse, de forma que o TCE revogou sua própria decisão. Com a retomada dos repasses da Prefeitura, as atividades do Puro foram reiniciadas no segundo semestre de 2006, quando houve os primeiros concursos públicos para professores. Mas em 2007, quando os docentes estavam debruçados na elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos, adveio outra profunda modificação.

O então presidente Luís Inácio Lula da Silva já havia efetivado modificações no ensino superior, via instrumentos como a Lei de Inovação Tecnológica, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), ambas de 2004, e o Programa Universidade para Todos (ProUni), de 2005, entre outras medidas, quando, em abril de 2007, lançou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Seu

objetivo era a ampliação do acesso e da permanência no ensino superior, em cursos de graduação presenciais, aproveitando a estrutura física e os recursos humanos existentes nas universidades federais.

Percebendo diversos problemas anunciados no projeto do Reuni³ – p.ex., o acréscimo de recursos previsto era limitado a 20% das despesas de custeio e pessoal, mesmo diante das ambiciosas metas, e ainda assim condicionado à capacidade orçamentária e operacional do MEC –, a comunidade acadêmica criticou o projeto, resistiu à forma como estava sendo proposto e sugeriu debates mais amplos. Em Rio das Ostras os professores, servidores e estudantes, após discutirem amplamente o tema entre 2007 e 2008, rejeitaram a proposta em reunião do antigo Conselho do Puro. Diante da resistência interna, depois de sofrer derrotas em reuniões anteriores, a Reitoria realizou nova reunião do Conselho Universitário, inusitadamente, no Palácio da Justiça de Niterói, com forte apoio policial e exclusão não só dos estudantes, como também de sindicalistas e até de membros do Conselho que eram contrários à adesão (GTP/ADUFF, 2013; SILVA, 2015). Nessas circunstâncias, o projeto foi aprovado e a UFF finalmente aderiu ao Reuni – foi uma das últimas universidades federais a fazê-lo.

Com isso, em abril de 2007, foi assinado o Acordo de Metas n. 44 entre a UFF e a Secretaria de Educação Superior. As tarefas da universidade foram detalhadas no seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2008-2012, cujo eixo central era a expansão e a melhoria qualitativa dos cursos, em consonância com o escopo do Reuni e com o Acordo de Metas (SILVA, 2015: 154). Uma comissão mista foi implementada pela Portaria n. 37.981, de abril de 2008, para planejar, programar, implantar e acompanhar o projeto de expansão e reestruturação da UFF.

Nesse ínterim, em 2008 o projeto pedagógico do serviço social de Rio das Ostras foi aprovado e o curso ganhou autonomia acadêmica em relação ao de Niterói. Entretanto, o número de professores era muito pequeno e o curso dependia da vinda de alguns professores-bolsistas da sede para funcionar. Em 2009 o MEC reconheceu o curso, contudo, apontou fragilidades em relação ao corpo docente e à infraestrutura, muitos dos quais nunca superados.

O prazo para efetivação do Reuni era de cinco anos, no decorrer dos quais o dinheiro para financiamento da expansão acabou. Em 2011 houve a proibição de concursos para preenchimento de vagas docentes já previstas, apesar da ampliação das vagas do vestibular. Um balanço entre o número de alunos ingressantes após a expansão e o número de servidores e professores contratados demonstra uma redução real do custeio estudantil, o que implicou uma

³ Não é nosso objetivo analisar as políticas educacionais do governo federal. Remetemos os interessados no tema à bibliografia mencionada ao final do texto.

intensificação do trabalho dos professores, uma precarização de suas condições de trabalho e um aligeiramento do processo formativo (GTP/ADUFF, 2013; SILVA, 2015; CARVALHO, 2016).

Para completar o quadro, em 2010, mudanças políticas também levaram a Prefeitura de Rio das Ostras a alegar não ter condições para cumprir sua parte no trato. Dos prédios originalmente pensados, foram construídos apenas o da moradia estudantil, o SPA e o Multiuso, mas os blocos A, B e C não saíram do papel, apesar dos aditivos contratuais. Com isso, há crônica insuficiência de espaço – pelo que se prioriza a realização de disciplinas obrigatórias em prejuízo das optativas e de atividades como grupos de estudo – e algumas salas de aula, centro acadêmico e outras atividades ainda funcionam em contêineres. O número de professores de serviço social está abaixo do previsto no projeto pedagógico do curso, mesmo com a intervenção do MP em 2010 que obrigou a instituição a abrir mais vagas docentes. Os próprios pareceristas indicados pelo MEC para a avaliação do curso anotaram em seu relatório, citando vários exemplos, a precariedade e insuficiência das dependências físicas do curso. Com as insalubres condições de funcionamento do *campus* e a infraestrutura urbana e de serviços bastante deficitária no município, o corpo docente do curso sofreu de alta rotatividade (50% entre 2005 e 2014) e houve dificuldade para preenchimento de vagas com o nível de qualificação requerido nos concursos (cf. CARVALHO, 2016: 165).

Em 1961, a recém-criada Uferj contava com apenas 60 docentes, 170 funcionários e 3 mil alunos. Atualmente, a UFF é a universidade federal com maior número de alunos matriculados na graduação (46.032, dos quais 35.527 em cursos presenciais), quinta colocada na graduação presencial e primeira na graduação a distância (UFF, 2020). Em Rio das Ostras, são 420 vagas para seis cursos. No curso de serviço social havia, no primeiro semestre de 2019, 23 professores e 234 alunas matriculadas⁴. Vamos conhecê-las melhor no próximo item.

O perfil socioeconômico da estudante de serviço social da UFF – Rio das Ostras

Das 234 estudantes com matrícula ativa no curso no primeiro semestre de 2019, 183 (77,8%) responderam à pesquisa: são 162 mulheres (88,5%) e 21 homens (11,5%) distribuídas em faixas etárias dos 17 aos 70 anos. A grande maioria (69,4%) é solteira e não tem filhos (75%).

Neste item, apresentamos os dados quantitativos e as informações qualitativas apuradas na pesquisa acerca das condições econômicas e da trajetória estudantil das nossas estudantes,

⁴ Pela ampla maioria de mulheres, usamos o artigo feminino para referir o corpo discente do curso.

bem como focamos na organização de sua vida acadêmica. Expomos, assim, a renda familiar e pessoal e as disparidades raciais de renda; a escolaridade dos pais; a situação ocupacional, a jornada de trabalho e o vínculo empregatício; e, por fim, algumas das condições de moradia. No que respeita à trajetória estudantil, abordamos a modalidade de ensino médio cursada e o ano de conclusão e a modalidade de ingresso na universidade. No tocante à organização da vida acadêmica, apresentamos o quantitativo de participação em atividades extraclasse, os hábitos de estudo, a cobertura assistencial e os fatores, referidos pelas estudantes, que impactam negativamente sua vida acadêmica.

1 Condições socioeconômicas

Iniciando a exposição dos dados socioeconômicos, principiemos pela renda familiar (soma dos rendimentos de todos os membros da família) mensal.

Tabela 1: Renda familiar mensal, incluindo a das estudantes (em sm), 2019

Renda Familiar		%
Até 3	Menos de um	6,6
	Um	4,4
	Mais que um a 2	27,2
	Mais que 2 a 3	23
	Subtotal	61,2
Acima de 3	Mais que 3 a 5	20,8
	Entre 5 e 10	14,7
	Acima de 10	3,3
	Subtotal	38,8
Total		100

Fonte: Elaboração própria (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019).

O maior contingente, 27,2%, situa-se no nível de renda familiar entre um e dois salários mínimos, enquanto 23% têm renda familiar entre dois e três sm. Ao todo, 61,2% das alunas têm renda familiar de até três sm. Por outro lado, 69,4% das estudantes residem em casas com três ou mais pessoas, o que nos leva, num cálculo grosseiro, a cerca de terço das alunas vindo de domicílios em que até três salários mínimos sustentam três pessoas ou mais, o que dá um salário mínimo ou menos por pessoa⁵, classificando o grosso do nosso corpo estudantil como público-

⁵ Como o interesse da nossa pesquisa era ter um panorama geral e o mais amplo possível, as faixas de renda foram agregadas em blocos, dificultando o cálculo exato dos valores da renda familiar e da renda *per capita*. As opções para a quantidade de moradores por domicílio também foram agrupadas em faixas de 1-2, 3-4 e 5 ou mais pessoas, mais um empecilho para o cálculo da renda *per capita*. Segundo o Fonaprace, “53,5% dos (as) graduandos das IFES estão na faixa de renda mensal familiar *per capita* de ‘Até 1 SM’ e 70,2% na faixa de renda mensal familiar *per capita* de ‘Até 1 e meio SM’” (FONAPRACE, 2019: 31). “A renda média nominal familiar *per capita* dos (as) discentes é de R\$ 1.328,08, muito próxima da renda nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente no Brasil, que, em 2018, é de R\$ 1.373,00” (FONAPRACE, 2019: 30). É forçoso acrescentar, porém, que o ensino superior ainda é elitizado no país, dado que os mais pobres não chegam à universidade e uma parcela nem mesmo termina o ensino médio.

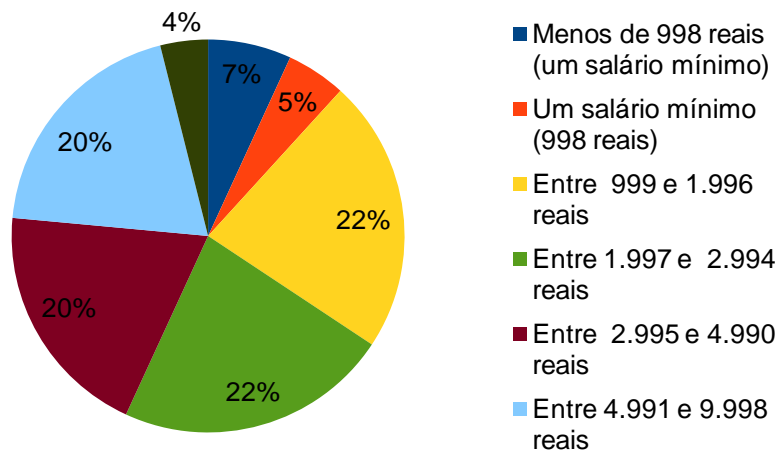
alvo das políticas universitárias assistenciais⁶. O terceiro maior grupo, 20,8%, recebe entre três e cinco sm. Observa-se que 6,6% têm renda familiar mensal de menos de um sm (possivelmente, de famílias em situação de pobreza/extrema pobreza incluídos em programas assistenciais federais).

Segundo a pesquisa da Andifes, nas Ifes 50,9% dos estudantes vêm de famílias com renda mensal familiar bruta de até três sm. Esses valores são desigualmente distribuídos pelo país, ficando em 42,1% no Sudeste (FONAPRACE, 2019: 26). Nossas estudantes estão, portanto, mais de 10 pp acima do indicador nacional, ou mais de 19 pp se considerado o índice regional, no quesito quantidade de estudantes que recebem até três sm. Segundo Ristoff, metade da população brasileira tinha renda familiar de até três sm, mas entre os estudantes das IES públicas (dos três níveis de governo) esse indicador caía para 25%, e para 23% entre os que estudam em instituições privadas: “Em outras palavras, o *campus* brasileiro (...) tem cerca da metade de seus estudantes oriunda desta faixa de renda mais baixa” (RISTOFF, 2016: 32), de maneira que os índices verificados nesta pesquisa em Rio das Ostras estão bastante acima. Ristoff lembra, porém, que os dados são desiguais entre os cursos: mesmo com o impacto das políticas de inclusão, medicina tem seis vezes mais estudantes ricos do que a população brasileira, enquanto as licenciaturas em geral estão no mesmo nível desta; e vêm de famílias com renda de até três salários mínimos apenas 9% dos médicos em formação, mas somam 48% entre os alunos de pedagogia. No caso do curso de serviço social, tomando-se o conjunto das instituições de educação superior (privadas e públicas, dos três níveis de administração), ele só apresenta o dado desagregado das faixas de renda mais alta: no primeiro ciclo do Enade 12,9% dos estudantes vinham de famílias com renda superior a 10 sm, caindo para 8,4% no segundo e a 1,8% no terceiro (RISTOFF, 2016: 32), indicador que é de 3,3% na UFF – Rio das Ostras.

O estudantado da UFF reproduz as disparidades raciais de renda encontradas na sociedade? Comparemos a renda familiar entre negras e brancas.

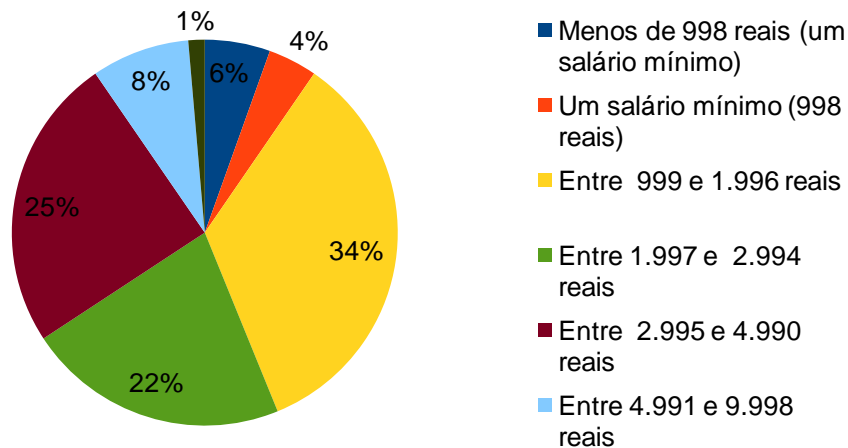
⁶ Em 2008 foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) cujo objetivo é “democratizar as condições de permanência; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais durante a estada na universidade; reduzir a retenção e evasão; e promover a inclusão social por meio da educação” (SILVA; FERNANDES, 2017: 6.099). O Plano tem como público-alvo prioritário estudantes com renda familiar per capita de 1,5 sm ou menos. Uma análise do Pnaes foi feita por Imperatori (2017).

Gráfico 1: Renda familiar bruta das estudantes brancas, 2019



Fonte: Adrian Ribaric (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019).

Gráfico 2: Renda familiar das estudantes negras, 2019



Fonte: Adrian Ribaric (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019).

O percentual de brancas com renda familiar menor ou igual a um sm é ligeiramente superior ao das negras (7% x 6%; 5% x 4%). Na faixa de um a dois sm há uma distância de 12 pp: 22% das brancas e 34% das negras estão nessa situação. Na faixa de dois a três e de três a cinco sm há proximidade numérica (22%; 20% a 25%). Entre as brancas e negras que vivem com de cinco a 10 sm há uma distância razoável, de 12 pp: 20% a 8%, respectivamente. A diferença cai no nível acima de 10 sm (1% das negras e 4% das brancas).

Investiguemos, agora, a escolaridade dos pais. Trata-se de um tema importante para, primeiro, verificar se há uma progressão geracional no acesso ao nível superior de estudos; segundo, porque, como é sabido, a escolaridade dos pais – em especial, das mães – tem impactos muito grandes sobre a saúde, a empregabilidade e a renda e a educação dos progêneros (IPEA,

2020). Ademais, alunos de famílias abastadas se “relacionam com os conteúdos escolares de forma naturalizada, como uma extensão do que já vivenciam em seu contexto familiar e social”, enquanto os mais pobres “usufruem da escola como o principal acesso à cultura” (SILVA; FERNANDES, 2017: 6.102).

Na nossa pesquisa, 31,7% dos pais/responsáveis masculinos têm ensino médio; em segundo lugar ficaram os que têm o ensino fundamental incompleto (18%) e em terceiro os que têm ensino superior completo (14,2%). No caso das mães/responsáveis femininas, em primeiro lugar (32,2%) ficou a opção ensino médio, em segundo (18,6%) ensino fundamental incompleto e terceiro (13,1%), empatadas, ensino superior completo e incompleto.

Quadro 1: Comparação entre escolaridade de pais/responsáveis das Ifes (2018) e das estudantes, 2019

Escolaridade pais/responsáveis			%
UFF – Rio das Ostras	Mãe	Ensino fundamental completo	9,3
		Ensino médio completo	32,2
		Ensino superior completo	13,1
		Ensino superior incompleto	13,1
	Pai	Ensino fundamental completo	11,5
		Ensino médio completo	31,7
Instituições federais de ensino superior	Mãe	Ensino fundamental completo	3,1
		Ensino médio completo	28,8
		Ensino superior completo	20,5
	Pai	Ensino fundamental completo	4,2
		Ensino médio completo	26,2
		Ensino superior completo	16,2

Fonte: Elaboração própria (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019; FONAPRACE, 2019).

No caso da pesquisa do Andifes, a opção ensino médio completo também ficou em primeiro lugar (28,8% para mães/responsáveis femininas e 26,2% para pais/responsáveis masculinos), seguida do ensino fundamental incompleto (20,2% e 24% respectivamente) e do superior completo (20,5% e 16,2%). Neste caso, a diferença positiva em termos de escolaridade das mães/responsáveis femininas está clara. Chama a atenção o número de pais (11,5%) e mães (9,3%) com apenas o fundamental completo na nossa pesquisa, em comparação com as demais Ifes (4,2% e 3,1%, respectivamente), praticamente o triplo. No ensino médio a diferença, maior que 4 pp, beneficia a UFF. Já no ensino superior a diferença volta a ser positiva para o conjunto das Ifes, especialmente no caso das mães, mas se nota na pesquisa que ora se apresenta um grande número (quase o triplo das Ifes) de mães com superior incompleto, que pode também estar em andamento. O que se evidencia, em síntese, é que pelo menos 79% das nossas estudantes da UFF atingiram um grau de estudos que não foi acessível para seus pais. Quando

se toma o conjunto dos cursos de serviço social do país, porém, este indicador é ainda mais significativo: apenas 2,8% dos estudantes deste curso eram filhos de pais com nível superior, quando em arquitetura, p.ex., eram 48,9% (cf. RISTOFF, 2016: 49).

Vejamos agora a autonomia financeira das estudantes.

Tabela 2: Situação financeira pessoal das estudantes do curso, 2019

Alternativa que melhor descreve situação financeira	%
Não tem renda própria e depende de outras pessoas	54,6
Tem renda própria e contribui para o sustento da família	13,7
Tem renda, mas recebe ajuda financeira	13,7
Família é sustentada principalmente pela renda da discente	7,1
Não tem renda própria e depende de programas assistenciais governamentais	6
Tem renda própria e não necessita de ajuda financeira	4,9
Total	100

Fonte: Elaboração própria (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019).

A maioria absoluta das estudantes (54,6%) não tem nenhuma renda pessoal, dependendo da família e/ou outras pessoas para se manter. Têm renda e recebem ajuda financeira 13,7%, mesmo percentual das que têm renda própria e contribuem financeiramente para o sustento da família. A renda da estudante é o principal sustento da família no caso de 7,1%. Por outro lado, 6% das estudantes dependem de programas e projetos assistenciais para sobreviver, índice muito próximo daqueles que recebem menos de um sm, tratando-se provavelmente do mesmo grupo. Segundo a pesquisa da Andifes, ser o principal mantenedor do grupo familiar “é uma condição de 15,5% dos (as) estudantes. A ampla maioria depende da família para sua subsistência” (FONAPRACE, 2019: 98).

Para ir ampliando o quadro socioeconômico, passemos à situação ocupacional.

Tabela 3: Situação ocupacional das estudantes do curso, 2019

Situação ocupacional		%
Não trabalha		33,3
Trabalha	Formalmente	25,1
	Informalmente	17,5
	Subtotal	42,6
Está procurando emprego		13,7
Faz estágio remunerado		1,6
Faz estágio não remunerado		8,8
Total		100

Fonte: Assunção *et. al.* (2019).

Um terço das alunas não trabalham, enquanto 42,6% estão inseridas no mercado de trabalho⁷. Destas, 25% trabalham formalmente e 17,5%, informalmente. Outros 13,7% estão

⁷ O questionário de pesquisa inadvertidamente não tinha a opção “aposentado ou “inativo”.

procurando emprego. O estágio em serviço social é obrigatório, e 8,8% das alunas estão vinculadas a esta etapa da formação de forma não remunerada, enquanto 1,6% faz estágio remunerado. Compare-se com a média de desocupação no Brasil em 2019: 11,9% (IBGE, 2020c). Na pesquisa da Andifes, 29,5% são inativos, 29,9% ocupados e 40,6%, desocupados, o que alcança quase meio milhão de estudantes (FONAPRACE, 2019: 86).

Passemos aos dados relativos ao setor econômico em que se inserem as alunas.

Tabela 4: Setor econômico de trabalho das estudantes, 2019

Setor econômico		%
Não trabalha		51,4
Trabalha em:	Educação privada, comércio, banco, transporte, hotelaria, logística, <i>call center</i> e outros serviços	13,7
	Governo federal, estadual ou municipal	10,9
	Indústria	3,8
	Na própria residência (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, carpintaria etc.), informalmente	3,3
	Faz tarefas domésticas em residência de outras pessoas (cozinheiro/a, mordomo/governanta, jardineiro, babá, lavadeira, faxineiro/a, acompanhante de idosos/as etc.)	2,7
	Profissional liberal	2,7
	Trabalha fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, feirante, ambulante, guardador/a de carros, catador/a de recicláveis)	2,7
	Do lar (sem remuneração)	1,1
	Construção civil	0,5
	Outro	7,1
	Subtotal	48,5
Total	100	

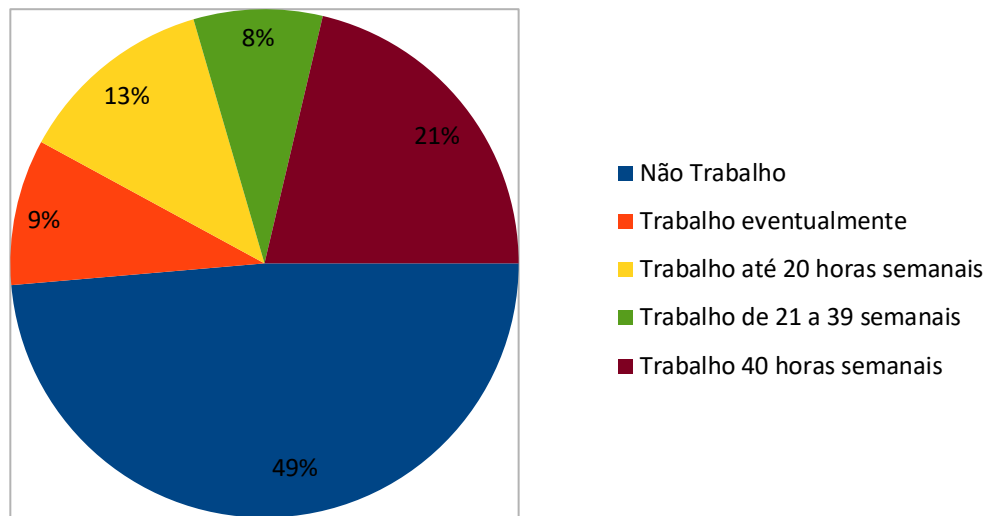
Fonte: Elaboração própria (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019).

Responderam não trabalhar 51,4%⁸. Das que trabalham, 13,7% atuam no setor de serviços. Outros 10,9% trabalham nos diversos níveis do governo, um tipo de inserção normalmente associado à fraqueza da economia local (quando mais gente empregada na administração pública, menor a pujança econômica e as opções de trabalho que traz). 8,7% prestam serviços em casa ou fora dela, pelo menos 6% informalmente. Apenas 3,8% trabalham no setor industrial, enquanto 2,7% são profissionais liberais. As donas de casa são uma ínfima minoria de 1%. Não houve ninguém inserido no setor primário (pesca/piscicultura, agropecuária, extrativismo).

A jornada de trabalho está assim distribuída:

⁸ Curiosamente, a percentagem dos que declaram não trabalhar foi variando nas diversas perguntas sobre o tema. Acreditamos que uma parte da diversidade de respostas deve-se à situação das estagiárias – 10,4% do todo –, que aparentemente se inseriram ora em uma, ora em outra categoria. Ademais, possivelmente as alunas tiveram dificuldade de se encaixar nas opções ou de entender a pergunta.

Gráfico 3: Jornada de trabalho das estudantes, 2019



Fonte: Adrian Ribaric (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019).

Em relação à jornada, dentre as que trabalham, 21% têm jornada de 40h semanais ou mais, contra 13% que têm de até 20h. As que trabalham eventualmente são o terceiro maior grupo, com 9%, ficando por último (8%) que tem jornada entre 20h e 40h. Na pesquisa da Andifes, a maior parte dos graduandos trabalha mais de 20h a 40h (43,6%), seguidos dos que têm jornada de até 20h (32,1%) e acima de 40h (24,3%) (FONAPRACE, 2019: 92). Os números dos que têm jornada de trabalho acima de 40h são próximos nas duas pesquisas, mas os demais números são bastante dessemelhantes, apresentando uma distância que vai além de 35 pp. Para além das questões metodológicas, os dados parecem sugerir uma grande diferença na jornada dos dois grupos estudantis.

Quanto ao vínculo empregatício, o quadro encontrado é:

Tabela 5: Tipo de vínculo de trabalho das estudantes do curso, 2019

Vínculo		%
Não trabalha		52,3
Trabalha	Trabalhadora assalariada sob a CLT	12,7
	Trabalhadora informal	12,8
	Autônoma ou profissional liberal	7,7
	Funcionária pública municipal estatutária	5,5
	Funcionária pública municipal contratada	4,4
	Microempresária ou microempreendedora	0,5
	Outras	4,5
	Subtotal	47,7
Total	100	

Fonte: Elaboração própria (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019).

Entre as que trabalham, os dois maiores grupos, empatados com 13,7%, são o das assalariadas contratadas pela CLT e o das trabalhadoras informais. Outras 7,7% são autônomas ou profissionais liberais, 5,5% são funcionárias municipais estatutárias e outras 4,4% trabalham

para as Prefeituras sob contrato temporário (modalidade precarizada bastante comum no interior, ademais, moeda de troca política). No Brasil, em 2019, a “informalidade – soma dos trabalhadores sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, empregador sem CNPJ, conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar – atingiu 41,1% da população” (IBGE, 2020c). Já a pesquisa da Andifes constatou 31,7% dos estudantes trabalhando com carteira assinada, 24,4% estagiários e 17% de funcionários públicos; e 20% tinham vínculos precarizados: trabalhadores sem carteira assinada ou com contrato temporário em empresa, organização social ou órgão estatal (FONAPRACE, 2019, pp. 89-90).

Correlacionando a renda familiar ao vínculo de trabalho das alunas, temos:

Quadro 2: Relação entre vínculo de trabalho e renda familiar das estudantes* (em %), 2019

Vínculo	- 1 sm	1 sm	1-2 sm	2-3 sm	3-5 sm	
Procurando vaga	8	12	48	8	44	
Trabalha	Informalmente	9,3	3	18,7	31	25
	Formalmente	6,5	4,3	19,6	34,8	21,7

Fonte: Elaboração própria (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019). *Apenas as três faixas mais significativas.

Entre as desempregadas, 48% estão na faixa de renda familiar entre um a dois sm, mas outros 44% têm renda familiar de três a cinco sm. O outro maior grupo é o de estudantes que trabalham formalmente: 34,8% têm renda familiar de dois a três sm.

Comparemos esses dados com a jornada de trabalho:

Quadro 3: Relação entre jornada de trabalho e renda familiar das estudantes* (em %), 2019

Renda	Não trabalha	Trab. eventual	40h ou mais
- 1 sm	50	25	16,7
1 sm	75	23	12,5
1-2 sm	60	8	18
2-3 sm	31	9,5	31
3-5 sm	42,1	10,5	28,9

Fonte: Elaboração própria (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019). *Apenas as três faixas mais significativas.

Nesta pergunta, as respostas para quem não trabalha congregam a grande maioria dentre todas as faixas. Chama a atenção o fato de 28,9% das que têm jornada de 40h ou mais terem renda de três a cinco sm.

Quanto à propriedade da moradia, a situação está assim caracterizada:

Tabela 6: Situação de moradia das estudantes, 2019

Situação do local em que mora	%
Paga aluguel	38,3
Da família	27,9
Imóvel próprio quitado	13,1
Imóvel próprio parcelado	8,2
Moradia cedida	4,9
Pensão, hotel ou república	2,7
Moradia estudantil	2,2

Outras	2,7
Total	100

Fonte: Elaboração própria (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019).

A maior parte do corpo discente (38,9%) paga aluguel, o que certamente compromete um valor importante das finanças familiares. O segundo grupo mais numeroso (27,5%) é o que reside em imóvel da família, o que é explicado pela faixa etária majoritária das discentes. Em distante terceiro lugar estão as que têm imóvel próprio quitado (13,1%), seguido pelas que estão pagando seu imóvel (8,2%).

2 Trajetória estudantil e vida acadêmica

A ampla maioria (73,2%) das nossas estudantes concluiu o ensino médio tradicional, 13,7% cursaram a modalidade técnico-profissionalizante, 7,1% se formaram em magistério e 4,9% fizeram EJA. Na pesquisa da Andifes, 81,1% dos universitários cursaram ensino médio padrão, uma diferença de 7,9 pp a menos que os da UFF, mas apenas 1,1% fizeram magistério, e 2,3%, EJA (FONAPRACE, 2019: 106).

Tabela 7: Perfil educacional anterior das estudantes, 2019

Perfil educacional anterior		%
Modalidade de ensino médio	Tradicional	73,2
	Técnico-profissionalizante	13,7
	Magistério	7,1
	EJA/supletivo	4,9
	Outra	1,1
	Total	100
Tempo de conclusão do ensino médio	Há até 5 anos	54,1
	Entre 5 e 10 anos	18,6
	Acima de 10 anos	27,3
	Total	100
Graduação anterior	Concluiu	6
	Não concluiu	94
	Total	100

Fonte: Elaboração própria (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019).

Coerentemente com a faixa etária predominante, a maioria (54,1%) concluiu o ensino médio nos últimos cinco anos, enquanto 18,6% concluíram entre cinco e dez anos, e 27,3%, há mais de dez anos – um dado que não deixa de ser significativo. Apenas 6% já têm outra graduação.

Quanto à forma de ingresso, 53% entraram por ampla concorrência, e 41% por ações

afirmativas⁹. Estes advêm, maciçamente, de escolas públicas¹⁰, já que as cotas exigem esse qualificador (com exceção dos estudantes bolsistas de escolas particulares). No conjunto das Ifes o indicador de cotistas é de 41,9%, e o de ingressantes por ampla concorrência, 58,1% (FONAPRACE, 2019: 110): há 5pp a mais de ingressantes por ampla concorrência que na nossa pesquisa, mas os cotistas são praticamente o mesmo percentual.

As ingressantes se incluíram nas seguintes cotas:

Tabela 8: Modalidade de ingresso das estudantes cotistas, 2019

Modalidade	% total
Cota baixa renda/escola pública	16,9
Cota racial/escola pública	13,1
Cota racial/baixa renda/escola pública	10,4
Cota para deficientes/escola pública	0,5
Cota para deficientes/baixa renda/escola pública	0,5
Total cotistas	41,4

Fonte: Elaboração própria (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019).

A maior parte das cotistas (16,9%) ingressou pela modalidade baixa renda; em segundo lugar vêm as que entraram por cota racial (13,1%) e por cota racial + baixa renda (10,4%).

Um cruzamento entre identidade étnico-racial e modalidade de ingresso indica:

Quadro 4: Identificação étnica x modalidade de ingresso das estudantes, 2019

Autodeclaração	Ampla concorrência	Modalidade > %	%
Branco	67,6	L1	29
Negro	36,2	L2	25,9
Pardo	18,7	L6	50
Indígenas	57,2	L1, L2, L6	14,3

Fonte: Elaboração própria (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019).

A maioria absoluta de brancas (67,6%) e indígenas (57,2%) ingressou por ampla concorrência, e outros 36,2% das negras também, número que cai abaixo de um terço apenas para as pardas (18,7%). Tomando-se somente o universo de cotistas, 29% das brancas

⁹ “A principal via de entrada dos alunos [da UFF] nos cursos de graduação, até o ano de 2012, foi o concurso vestibular. A partir do ano de 2013, a UFF passou a participar do SiSU (Sistema de Seleção Unificada) com o quantitativo de suas vagas de ingresso nos cursos de graduação como Processo de Seleção Principal (PSP). Manteve, contudo, os Processos Seletivos Alternativos - PSA (Transferência, Reingresso e Mudança de Curso ou Localidade), a fim de otimizar as vagas geradas com a evasão.” (UFF, 2020: 131) Desde 2016, 50% das vagas nos cursos de graduação é destinado a estudantes de escolas públicas, como determina a Lei 12.711/2012, distribuídos entre negros, pardos, indígenas e deficientes.

¹⁰ Tomando o conjunto das instituições de ensino superior (públicas dos três níveis de governo e privadas), segundo Ristoff, 60% dos estudantes dos cursos com três ciclos do Enade vêm de escolas públicas; são números importantes, mas ainda deficitários, quando se lembra que 87% das matrículas do ensino médio são em escolas públicas (RISTOFF, 2016: 37). As licenciaturas, com destaque para pedagogia (78%) e história (66%), estão mais próximos deste percentual, enquanto medicina (11%) é o mais distante. Quanto ao serviço social, curso que tem o menor percentual de alunos ricos, surpreendentemente, houve um decréscimo no número de estudantes provenientes de escola públicas de 59,6% em 2002 para 40,6% em 2012, mas o curso ainda tem quatro vezes mais estudantes de escolas públicas do que medicina.

ingressaram pela modalidade baixa renda, as indígenas restantes se dividiram igualmente entre três linhas, 25,9% das negras, por baixa renda + cota racial (outros 24,1% entraram por cota racial independente de renda) e 50% das pardas, por cota racial independente de renda.

O percentual das estudantes que não tinham o serviço social como primeira opção é de 62,8%. Cerca de um quarto (25,1%) escolheram-no por ser um curso noturno, 21,3% pela pontuação no Enem, 14,8% para formação política/militância e 10,9% por indicação de assistentes sociais. Assim, 56% optaram pelo curso por motivos alheios a ele, enquanto 25,7% o procuraram especificamente. Na pesquisa da Andifes este dado é totalmente oposto: o curso em que está matriculado corresponde à primeira opção de 82,9% dos graduandos (FONAPRACE, 2019: 121).

O ingresso, entretanto, embora importante, é só uma parte do problema do acesso, que inclui ingresso, permanência e qualidade de formação (SILVA; FERNANDES, 2017: 6.095). Depois que o estudante consegue entrar na universidade, há que se preocupar com seu acolhimento, sua inserção, sua participação, determinantes para a permanência, a satisfação com o curso e a suficiência do desempenho. Estão aí envolvidas questões amplas, variadas, que passam pela subjetividade, por condições de trabalho e vida, familiares e outras:

A faixa etária do(a) estudante – às vezes muito jovem, com pouca maturidade para identificar ou compatibilizar gostos e oportunidades na universidade; o capital cultural do(a) discente; a expectativa do próprio estudante e de seus familiares; o nível de exigência e as dificuldades encontradas para se adaptar à Universidade e ao próprio curso escolhido; as oportunidades no mercado de trabalho e sobretudo as condições materiais que se dispõe (se precisa trabalhar ou não; como pode se manter); enfim, tudo isso tem implicações sobre o percurso estudantil e o perfil acadêmico. (FONAPRACE, 2019: 122)

Por outro lado, o Censo da Educação Superior constata que a “participação discente em atividades e programas acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão, bem como sua cobertura por programas de assistência estudantil”, estão “associados a maiores índices de conclusão e menores índices de evasão” (*apud* FONAPRACE, 2019: 138). Mais: os estudantes mais engajados nas atividades dos cursos que seguem e que se sentem menos pressionados têm melhores resultados em termos de saúde mental (cf. GRANER; RAMOS CERQUEIRA, 2019, pp. 1.329-30).

Na nossa pesquisa, as alunas reconhecem os eventos e atividades acadêmicas como espaços formativos importantes, bem como o lugar de destaque que têm no curso:

(...) a diferença de uma faculdade particular, que só tem atividade dentro de sala (...). Aqui a gente tem palestras o dia todo. Várias coisas.

E é um curso engajado, que está sempre se atualizando (...), sempre quando rola uma discussão, por exemplo, que está acontecendo na Abepss, que rola uma nova orientação sobre a questão da grade, a gente discute aqui.

Vejamos a situação das estudantes no tocante à participação nas atividades propostas pelo curso:

Quadro 5: Participação em atividades extraclasse pelas estudantes, 2019

Tipo de atividade	%
Eventos acadêmicos promovidos pelo curso e/ou pelo Curo	67,8
Grupos de estudo	26,2
Não participa	22,4
Projetos de extensão, como bolsista ou voluntária	14,7
Projetos de pesquisa, como bolsista ou voluntária	8,2

Fonte: Elaboração própria (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019). Múltiplas escolhas eram possíveis.

Em termos de envolvimento na vida acadêmica extraclasse, mais de dois terços (67,8%) participam de alguma forma das atividades promovidas pelo curso ou pelo Curo (semanas acadêmicas, Semana Afro, palestras etc.). Um quarto (26,2%) participa de grupos de estudos, e 22,4% não participam de nenhuma atividade extraclasse. Menos de 15% são extensionistas e menos de 10% se envolvem com pesquisas, enquanto as engajadas em outras atividades (monitoria, mobilidade acadêmica, empresa júnior etc.) são uma minoria irrisória, abaixo de 3% cada.

Na pesquisa da Andifes, os números são bastante distintos: a participação total chega a um total de 45,1% dos estudantes. Em primeiro lugar estão os que participam de pesquisas (13,2%), seguido por estágio não obrigatório (13,1%), extensão (8,7%) e monitorias em disciplinas (8,3%), além dos discentes que participam de outros programas (10,7%) (FONAPRACE, 2019: 128).

Como vimos, à escolha pelo curso segue-se uma série de questões objetivas e subjetivas relacionadas a permanência e desempenho. As relações com os colegas e com os professores, o engessamento e a insuficiência da estrutura e do pessoal, as dificuldades materiais ou de apreensão do conteúdo têm sido a realidade de muitos estudantes, especialmente os trabalhadores. Não é incomum que haja, portanto, abandono, evasão ou transferência, principalmente no final do primeiro e do segundo semestres. Ocorrem, ainda, questões pessoais, familiares e/ou de trabalho que podem exigir um trancamento de matrícula temporário.

Iniciando a prospecção dos problemas enfrentados pelas participantes da pesquisa, surpreendeu-nos o quantitativo das que estão desperiodizadas: 19,1%, percentual maior do que o número de matriculadas no primeiro período (16,4%). A pesquisa qualitativa apontou os mais diversos motivos – de opções por cursar menos disciplinas para se dedicar melhor a elas a trancamentos temporários, relacionados a questões de trabalho, de saúde ou familiares¹¹.

¹¹ Tomando-se especificamente os trancamentos de matrícula, a pesquisa da Andifes chegou aos seguintes dados:

Quanto ao desempenho, pode estar relacionado, além da qualidade da formação anterior, aos hábitos de estudo. Expomos a seguir os dados sobre este tema:

Tabela 9: Hábitos de estudo e leitura acadêmica das estudantes, 2019

Tempo dedicado ao estudo (por semana, em média)	%	% Andifes	Hábitos de leitura acadêmica (em média)	%
De 1h a 5h	60,1	32,2	Leem a metade dos textos sugeridos	32,2
De 6h a 10h	24	36,3	Leem mais da metade dos textos	25,7
			Leem todos os textos	18,6
Mais de 10h	9,3	25,5	Leem menos da metade	14,2
Só assistem às aulas	6,6	*	Leem somente os indicados para prova	7,7
			Não leem	1,6
Total	100	100	Total	100

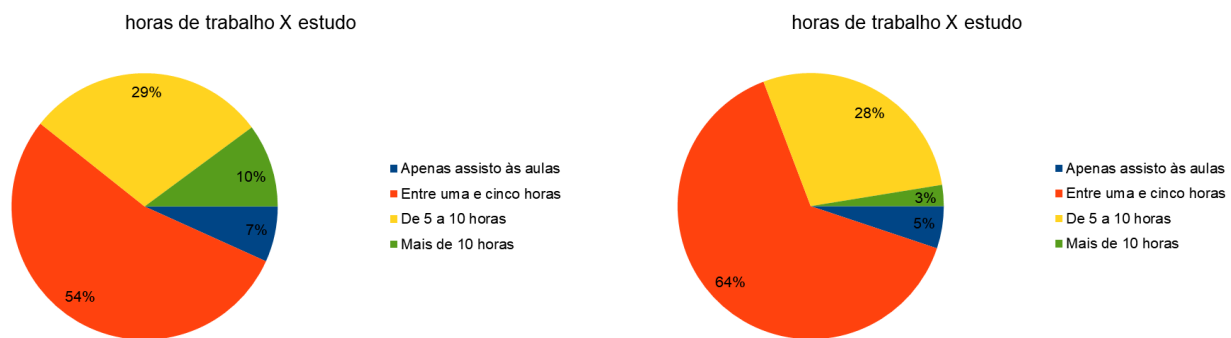
Fonte: Elaboração própria (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019; FONAPRACE, 2019: 126). * Na pesquisa da Andifes a alternativa era “menos de 5 h”, o que inclui os que não estudam.

Evidencia-se que 54,1% das alunas do curso leem menos da metade dos textos indicados pelo professor, variando entre as que só leem o que será cobrado na prova (7,7%) às que leem até metade do total (32,2%). Apenas 18,6% leem todos os textos, enquanto 1,6% não lê nada.

Em relação às horas dedicadas ao estudo extraclasse, 60,1% das estudantes estudam entre 1h e 5h semanais, outras 24% estudam de 6h a 10h, e 9,3%, mais de 10h. Há um grupo de 6,6% que não estuda. Na pesquisa da Andifes, os graduandos que estudavam até 10h eram 68,5%, contra 84,1% das alunas da UFF, 15,6 pp de diferença; nossas alunas 60% estudam até 5h, quase 28 pp a mais que os do conjunto das Ifes.

Há relação direta entre as horas reservadas para estudo e a jornada de trabalho?

Gráfico 4: Horas de estudo das que não trabalham, 2019 Gráfico 5: Horas de estudo das que trabalham +40 h, 2019



Fonte: Adrian Ribaric (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019).

As que dedicam de 1h a 5h ao estudo são 10pp a mais entre as que trabalham 40h ou

22,1% trancaram devido a trabalho, 17,2% a saúde, 11,2% a insatisfação com o curso, 10,3% a impedimento financeiro, 8% a dificuldade de aprender, 4,7% a maternidade e 2,2% a risco de jubramento; as mulheres trancaram mais por impedimento de saúde, dificuldade de aprendizagem e licença maternidade, enquanto os homens mencionaram mais insatisfação com o curso, trabalho, impedimento financeiro e risco de ser jubilado (FONAPRACE, 2019: 183).

mais em comparação com as que não trabalham. As que estudam de 5h a 10h apresentam praticamente o mesmo percentual. As que estudam mais de 10h são 5pp a mais entre as que não trabalham, e as que só assistem às aulas são 4 pp a mais no mesmo grupo. As diferenças mais significativas estão no grupo que estuda de 1h a 5h, em benefício das que trabalham mais; já as que não estudam ou estudam mais de 10h têm oscilação diferente nos dois grupos. As que só assistem às aulas são 7% entre as que não trabalham/trabalham entre 21h e 39h; 0% entre as que trabalham 20h; 5% entre as que trabalham mais de 40h; e 18% entre as que trabalham eventualmente, mais que o dobro das outras faixas. As que estudam entre 1h e 5h, mais numerosas, são 54% das que não trabalham, 53% das que trabalham eventualmente, 70% das que trabalham até 20h, 80% entre as que trabalham entre 21h e 39h e 64% das que têm jornada de mais de 40h. As que estudam mais de 10h são 3% entre as que têm jornada de 40h, 6% entre as que trabalham eventualmente, 10% entre as que não trabalham, 13% entre as que trabalham 21h a 39h e 17% entre as que têm jornada de 20h.

A averiguação da cobertura da assistência estudantil revela que 60,7% nunca participaram de seleção para bolsa ou auxílio, enquanto 24% participaram e não foram contempladas¹² e 15,3%, uma vez selecionadas, receberam algum tipo de bolsa ou auxílio. As contempladas mencionaram os seguintes projetos/programas:

Quadro 6: Bolsas ou auxílios concedidos às estudantes, 2019

Bolsa ou auxílio	%	Bolsa ou auxílio	%
Bolsa acolhimento	13,7	Bolsa permanência	1,6
Bolsa de desenvolvimento acadêmico	13,1	Estágio obrigatório remunerado	1,1
Auxílio-alimentação	12	Iniciação científica	1,1
Apoio transporte	10,9	Auxílio-creche	0,5
Auxílio-moradia	7,7	Auxílio-saúde	0,5
Monitoria	6,6	Programa material didático	0,5
Moradia estudantil	2,7	Outro	2,2
Bolsa apoio emergencial	2,2		

Fonte: Elaboração própria (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019). Eram possíveis múltiplas escolhas.

Questão anterior já revelara que as bolsistas de extensão são apenas 4,9%, e as de pesquisa, 1,6% do total de estudantes. Vemos, agora, confirmarem-se os baixíssimos índices de atendimento: as duas bolsas mais concedidas são acolhimento (13,7%) e desenvolvimento acadêmico (13,1%), seguidas pelo auxílio-alimentação (12%, lembrando que não há restaurante universitário no *campus*) e auxílio-transporte (10,9%, quando 37,5% das estudantes não residem em Rio das Ostras e 27,3% do total vêm para a UFF de ônibus; problema que terá ainda mais impacto quando do estágio obrigatório, não remunerado quase na totalidade dos casos). O

¹² Apesar de a soma de não concorrentes e não contemplados chegar a 84,7%, na questão seguinte, quando se indagou quais foram as bolsas ou auxílios já recebidos, apenas 62,3% assinalaram a opção “não se aplica”.

auxílio-creche foi recebido por uma estudante (0,5%), mas 24,5% das alunas (45 pessoas) têm filhos (possivelmente nem todos atendam aos nos critérios para concessão).

Para o conjunto das Ifes, o percentual dos que haviam usufruído de bolsa ou programa de assistência estudantil chega a 30% e os mais citados foram auxílio-alimentação (aqui incluindo acesso aos restaurantes universitários, num total de 17,3%); transporte (bolsa, isenções ou auxílios financeiros, com 8,2%); bolsa permanência (7,6%) e moradia (acesso à moradias estudantis, a bolsas ou auxílios financeiros, com 7,5%) (FONAPRACE, 2019: 130). Como se vê, são percentuais também baixos, mas ainda assim mais altos do que os encontrados na nossa pesquisa.

Aprofundando a pesquisa da vida acadêmica das estudantes, buscamos saber quais são os empecilhos ao seu bom desempenho. Os dados vêm a seguir.

Quadro 7: Fatores que impactam negativamente o desempenho das estudantes, 2019

Fatores externos à universidade	%	Fatores internos à universidade	%
Problemas financeiros	39,3	Dificuldade de aprendizagem	23,5
Jornada de trabalho	35	Metodologia de ensino	18,6
Distância casa-faculdade	26,8	Infraestrutura do curso/unidade	13,7
Problemas familiares	25,7	Poucas atividades práticas	12,6
Problemas de saúde	22,4	Relação professor-aluno	11,5
Horário de trabalho	18,6	Grade curricular pouco flexível	10,4
Falta de base teórica	15,3	Ausência de orientação acadêmica	8,2
Necessidade de cuidar de filho/parente	14,8	Desinteresse pelas disciplinas	6,6
		Relação com colegas	6
		Desinteresse pelo curso	5,5
		Atuação da coordenação	4,4

Fonte: Elaboração própria (com base em ASSUNÇÃO *et. al.*, 2019). Múltiplas escolhas eram possíveis.

Problemas financeiros (39,3%) e jornada de trabalho (35%) ocupam os primeiros lugares. A distância entre a residência e a faculdade, problemas familiares, dificuldades de aprendizagem e problemas de saúde tiveram porcentagens entre 27% e 22%. Divididos entre aqueles que estão mais afeitos à universidade e os que não poderiam ser solucionados intramuros acadêmicos, percebe-se que os quatro primeiros colocados são da segunda categoria (problemas financeiros, jornada de trabalho, distância entre a casa e a faculdade, problemas familiares). O quinto – dificuldade de aprendizagem – tem, possivelmente, muita relação também com o histórico escolar anterior das estudantes e de suas famílias (e, portanto, da sua defasagem cultural). O sexto tem uma grande probabilidade de ser externo (problemas de saúde) e em sétimo lugar empatam um exterior (jornada de trabalho) e um interno (metodologia de ensino).

As dificuldades que mais afetam o desempenho acadêmico dos estudantes do conjunto das Ifes foram a falta de disciplina de estudo (28,4%), as dificuldades financeiras (24,7%), a

carga excessiva de trabalhos estudantis e os problemas emocionais (ambos com 23,7%) e o tempo de deslocamento para a universidade (18,9%) (FONAPRACE, 2019: 158). À Andifes 86,1% dos discentes reportaram alguma dificuldade comprometedora para estudar – e apenas 13,9% não. As opções apresentadas nos formulários de ambas as pesquisas foram diferentes, embora próximas, levando a algumas inferências possíveis. As dificuldades financeiras ficaram em primeiro lugar na nossa pesquisa e em segundo no conjunto das Ifes, mas com quase 15 pp a mais para a primeira. Infere-se que a falta de disciplina para estudo – primeiro lugar na pesquisa da Andifes – esteja diluída, nos dados relativos à UFF, entre falta de base teórica e dificuldade de aprendizagem. A distância ou o tempo de deslocamento entre a casa e a faculdade também aparecem em ambas.

Na parte qualitativa da nossa pesquisa procuramos aprofundar o conhecimento sobre os problemas enfrentados pelas estudantes no decorrer de sua vida universitária. Os relatos corroboram os achados quantitativos. Vejam-se, por exemplo, depoimentos relativos às condições subjetivas e materiais de estudo:

(...) como eu estudei na escola pública a vida inteira, eu descobri que eu não sabia estudar (...) no começo eu achava que eu sabia, não sabia, isso com certeza me prejudicou.

(...) falta bagagem teórica ainda (...).

(...) a maioria das pessoas não tem uma casa silenciosa pra estudar, que é o meu caso.

A distância entre a casa ou o trabalho e a universidade também apareceu como responsável por algum desestímulo:

(...) muita gente que mora em outra cidade, e acho que não é nem pelo tempo que se gasta em transporte, mas desmotiva muito as pessoas.

Bem assim, a assistência estudantil insuficiente, com menções explícitas à falta de bolsas e à inexistência de um restaurante universitário, aqui exemplificadas:

Eu acho que essa é uma dificuldade que mais atrapalha com certeza a formação, que a universidade não tem uma assistência estudantil, não tem uma estrutura que a gente precisa.

A falta e/ou insuficiência da estrutura e do pessoal na instituição foi um dos temas mais presentes nos comentários sobre os fatores que trazem impactos negativos ao desempenho estudantil. Assim, a falta de um serviço reprográfico, o tamanho diminuto do auditório e a insuficiência do espaço físico do *campus*, a demora e a burocracia para manutenção, a sobrecarga da equipe de limpeza. As comunicações internas segmentadas e informações represadas entre os cursos e entre os dois institutos que compõem o Curo também foram lembradas.

Outras questões, estas mais internas ao curso, foram mencionadas: a pouca diversidade de projetos de pesquisa e extensão, a baixa oferta de disciplinas optativas, o horário em que termina a aula (por conta do horário do transporte, mas também pelo deslocamento para casa em ruas desertas). A flexibilização da exigência de presença nas aulas foi solicitada – em explícita comparação com a EaD, que já é utilizada em várias instituições, mesmo com a ressalva quanto à diferença de qualidade. Enquanto os professores substitutos receberam questionamentos em termos de qualificação, de continuidade do trabalho e de didática, os professores efetivos foram largamente elogiados pela qualificação e pelo bom relacionamento com as alunas:

(...) falta de tudo, não vamos dizer de quase tudo que falta, [que] a faculdade não tem para oferecer, salvamos aí o quadro de professores, que é muito bom. Isso aí não tem que questionar.

Eu acho que os professores, pelo menos todos que eu já tive, foram professores, pra mim, preparadíssimos naquilo que fazem, dedicados àquilo que eles se propuseram a fazer, assim, os professores me davam orgulho de fazer parte das aulas, quando eu crescer quero ser igual a eles.

Bom, o quadro de professores eu acho excelente. Essa facilidade com que a gente tem acesso também, aos professores, eu acho isso legal. [Se] Quiser conversar é só chamar, marcar uma hora, eu acho isso bacana.

O segundo ponto positivo é a relação com os professores também, que eu acho que a gente tem uma relação muito boa com os professores, eles têm uma postura muito diferente do que eu vejo em outros cursos e até mesmo no curso de serviço social de outras universidades, como a UFRJ, a relação com os professores é muito mais complicada, e não é tão acessível assim, não é tão horizontal como eu vejo aqui. Aqui a relação é muito boa com os alunos.

Interessante registrar que, mesmo que nas qualitativas essa visão positiva dos professores fixos tenha sido unânime, os dados quantitativos revelam que, para 11,5% das estudantes, a relação professor-aluna dificulta sua aprendizagem.

Um dos pontos citados com maior insistência num dos grupos entrevistados foi o estágio obrigatório. Além de reclamarem de mudanças de professores supervisores e de critérios entre etapas (oficina de estágio para estágio, estágio I para II etc.), a própria política de estágio é vista como excludente, anacrônica, não calcada na realidade local:

Quando a gente entra a gente não sabe que vai chegar esse momento, eu quando entrei no curso não sabia que tinha que fazer estágio da forma como é.

(...) eu acho que a política de estágio acaba que... acho que muita gente deve sair do curso em algum momento. E além dessa questão de ter que fazer estágio, tem a carga horária e tudo mais, tem a questão que é diário de campo, plano de estágio, é isso, é aquilo, é aquilo outro, quem trabalha não sei [como dá conta].

E a gente que tem que pagar passagem pra vir pro estágio. Por exemplo, eu faço em Macaé, eu fiquei revoltada, porque a passagem aumentou (...) alguns centavos, parece não fazer a diferença, mas para a gente faz muita diferença, porque eu peço para minha mãe o dinheiro.

Sinto que a nossa política de estágio se estagnou no tempo. Mudanças foram vindo, por exemplo, Rio das Ostras não tem mais vaga de estágio, (...) a área de onde é a própria universidade não tem mais vaga de estágio. Eu acho que tem que pensar em novas estratégias.

Considerações Finais

Apresentamos, neste texto, os principais subsídios para entender o perfil socioeconômico das estudantes de serviço social da UFF – Rio das Ostras, a partir de pesquisa quantitativa e entrevistas qualitativas. Com dados e informações, sempre que possível comparados a outras pesquisas, pudemos quebrar alguns estereótipos e, ainda, reafirmar algumas preocupações. É importante deixar claro que este perfil, no que tem de avanço e no que traz de desafios, é a resultante de uma diversidade de elementos: as condições socioeconômicas e familiares, o histórico escolar anterior, a subjetividade de cada estudante e a própria instituição universitária, cujo histórico resumimos aqui. Alguns apontamentos conclusivos:

Nosso corpo discente se situa mais nas faixas mais baixas de renda comparativamente ao conjunto das Ifes: mais de 60% ganham até três sm. A grande maioria não tem renda própria e depende da família, sendo bastante afetada pelo desemprego e pela informalidade. Quase 40% pagam aluguel. Há variação entre as faixas de remuneração das que trabalham formal e informalmente, não sendo possível depreender que o vínculo signifique aumento ou diminuição da renda. O mesmo ocorre com a jornada de trabalho. No tocante às desigualdades raciais, há proximidade dos indicadores em vários estratos; diferença notável, de 12 pp, é verificada na faixa de um a dois sm (maior presença de negros) e 5 a 10 sm (maior presença de brancos). Quanto ao nível de estudo dos pais, os números são bastante próximos e variam de maneira que não se pode classificar em maior ou menor pelo sexo, mas é possível afirmar que quase 80% estudaram mais que os progenitores.

Na maioria, nossas estudantes concluíram ensino médio tradicional nos últimos cinco anos, embora mais de um quarto (27,3%) tenha concluído há mais de dez anos. Trata-se de um público mais velho que terminou atrasado o ensino médio e/ou adiou o ingresso na universidade, escolhas condicionadas, muitas vezes, aos problemas estruturais da educação presentes no período de sua formação básica. Mais da metade entrou pela ampla concorrência, mas os cotistas são 41% que, somados aos egressos de escolas públicas que ingressaram por

ampla concorrência, indicam uma presença significativa de estudantes de escolas públicas, provavelmente majoritária. A ampla concorrência foi a modalidade de ingresso da maioria absoluta de brancas e indígenas, mas também de 36,2% das negras. Já as pardas optaram menos pela ampla concorrência (18,7%) e 50% entraram por cotas raciais.

Sumariando alguns dos desafios para a formação profissional, iniciemos pela descoberta de que 62,8% das estudantes não tinham o serviço social como primeira opção e 56% optaram pelo curso por motivos alheios a ele. Como trabalhar com um corpo discente do qual dois terços não tinham o desejo de seguir o curso no qual estão ou não tinham identidade com a área? Uma importante questão para os professores e o alunado.

Como se sabe, a formação em serviço social é eminentemente bibliográfica, mas nossa pesquisa revelou que não chegam a 20% as alunas que leem todos os textos indicados; 54% leem menos da metade. O grosso do corpo estudantil estuda até 5h por semana. Curiosamente, não houve correlação entre estudar poucas horas e ter jornadas de trabalho mais longas: em geral, as que trabalham eventualmente apresentam piores indicadores do que as que têm jornada de 40h. Nossa hipótese é que de tais estudantes estão imersas em problemas de sobrevivência, busca de trabalho ou afins. Quando aditadas ao histórico escolar e aos anos de estudo dos pais, entre outros dados, constatamos que o estímulo à leitura e ao hábito do estudo impõem-se como outros desafios com os quais temos de lidar, nem sempre com as melhores armas.

Ficou evidente na exposição que parte importante das nossas estudantes qualifica-se para cobertura de auxílios estudantis. Entretanto, no que respeita aos auxílios e bolsas, a grande maioria nem mesmo participa das seleções e apenas 15,3% das estudantes já foram contempladas, embora tenha ficado comprovado que o corpo discente é formado majoritariamente por estudantes de baixa renda. Os índices de atendimento são baixos: acolhimento, desenvolvimento acadêmico, auxílio-alimentação e auxílio-transporte são os únicos auxílios ou bolsas que estão acima de 10% de atendimento. Há, portanto, uma forte demanda reprimida, o que talvez explique o alto índice de pessoas que nem chegam a participar das seleções, e se pode inferir com razoabilidade que a insuficiência dos auxílios e bolsas institucionais dificulta a permanência das estudantes no curso. Nem sempre o acolhimento do corpo docente e dos colegas discentes, a eventual identificação com o curso e a realização, a duras penas, de eventos e projetos diversos são suficientes para manter a aluna na universidade e fazê-lo com bom desempenho; assim, para além do acesso, a permanência e o desempenho são outros desafios postos aos profissionais envolvidos na formação da assistente social, bem como às próprias estudantes, nas condições específicas do *campus* e da própria cidade de Rio das Ostras.

Há, ademais, muitos problemas que pioram o desempenho que são sociais no sentido lato, de maneira que a vida extramuros universitários cobra um grande preço da estudante. Para além dos já citados, lembramos aqui os que dizem respeito à defasagem cultural das estudantes, relatada por elas mesmas e que ganha contornos dramáticos em face dos hábitos de estudo. Alguns dos problemas citados como específicos do curso – como a pouca oferta de disciplinas optativas – têm que ver, em larga medida, com problemas do próprio *campus*, como a falta crônica de espaço. O baixo número e a pequena diversidade de projetos de extensão e de pesquisa também estão relacionados ao número insuficiente de professores e à alta rotatividade que houve por um período da história do curso. Os professores substitutos também foram um recurso bastante utilizado por um tempo, pelo mesmo motivo, mas também pela opção pela qualificação do seu corpo docente, com as licenças legais para cursar doutorado, o que leva a 100% de doutores atualmente. Por outro lado, como o quadro de professores permanentes já se estabilizou, as estudantes conseguem perceber uma maior qualificação e estabelecer relações mais ajustadas com eles. Há, por fim, que avaliar com cuidado as queixas relativas ao estágio obrigatório: trata-se de um momento crucial do curso, pelo próprio impacto com a realidade que oferece, mas que tem sido distorcido pelas condições em que se realiza nos últimos anos. Assim, outro grande desafio é atender ao recomendado no projeto ético-político do curso, com uma formação rigorosa, ética e engajada, ao mesmo tempo em que se enfrentam problemas tão básicos como o financiamento do deslocamento para os campos de estágio e da alimentação nesse período, por exemplo.

Concluindo, podemos afirmar que houve uma diversificação do público que ingressou no curso, mas a universidade não se preparou com o devido cuidado para recepcionar tais estudantes e suas necessidades específicas. Não chega a ser uma surpresa, pois o nível superior foi elitizado durante boa parte de nossa história, que a inserção destas novas classes tenha ocorrido dessa forma, com as iniciativas voltadas a acolhimento, permanência e aproveitamento largamente insuficientes. A reforma da universidade foi direcionada ao interesse mais imediato do próprio capital (especialmente, formação de força de trabalho e inovação tecnológica), e a universidade, apresentada como ilusória possibilidade de ascensão e/ou controle social dos jovens desocupados.

Os desafios são grandes, como visto. No pêndulo entre o necessário e o possível, manifesta-se um sentimento de frustração e impotência, mas aqui e ali se é surpreendido positivamente com o que se consegue efetivar em situação tão adversa.

Referências

- ASSUNÇÃO, Vânia N. F. O perfil sociocultural da estudante do curso de serviço social da UFF – Rio das Ostras em 2019: limites, precariedade e algumas conquistas, *no prelo*.
- _____. *et al. Pesquisa perfil do estudante de serviço social da UFF – Rio das Ostras*. Rio das Ostras, 2019. Disponível em: <<http://ihs.sites.uff.br/perfildiscentesservsocial2019-i/>>.
- _____. A constituição do capitalismo industrial no Brasil: a vida colonial. *Verinotio – Revista on-line de Educação e Ciências Humanas*, São Paulo, n. 1, ano 1, out. 2004. Disponível em: <<http://verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/40/30>>.
- CARVALHO, Clarice da Costa. Cap. V. In: *Os rumos da política de ensino superior no Brasil e o projeto expansionista da UFF- uma análise a partir do campus de Rio das Ostras*. Tese (Doutorado) apresentada à UFRJ, 2016.
- DURHAM, Eunice R. *O ensino superior no Brasil: público e privado*. Documento de trabalho 3/03. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior. São Paulo: USP, 2003.
- FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis. *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das* Ifes – 2018*. Brasília: Andifes, 2019.
- GTPE/ADUFF. *Caderno de expansão e condições de trabalho docente*. Niterói: Aduff, maio 2013.
- IBGE. *Desemprego cai para 11,9% na média de 2019; informalidade é a maior em 4 anos*. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26741-desemprego-cai-para-11-9-na-media-de-2019-informalidade-e-a-maior-em-4-anos>>, acessado em 30 mar. 2020c.
- IMPERATORI, Thaís K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.
- IPEA. *Escolaridade da mãe impacta no nível de alfabetismo e emprego dos filhos*. 23 nov. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35191&catid=9&Itemid=8>, acessado em 4 abr. 2020.
- MARTINS, Carlos B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.
- SILVA, Hellen C. X.; FERNANDES, Maria C. da S. G. Permanência universitária: para além da assistência econômica. *XIII Educere – Congresso Nacional de Educação*, 2017. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24627_11978.pdf>.
- SILVA, Matheus C. Cap. III. In: *O Reuni na UFF: da precarização das condições de trabalho à luta nos campi!* Dissertação (Mestrado) apresentada à UFF, 2015.
- SILVA, Matheus T.; MARTINS, Valter. Reforma curricular e serviço social reconceituado: a trajetória do curso de serviço social de Campos dos Goytacazes. *Vértices*, Campos dos Goytacazes/RJ, v.21, n.3, p. 417-430, set./dez. 2019.
- SILVA, Renata M.; BOROWSKY, Micheli M. A implantação do Reuni na UFF: ampliação de direitos ou precarização do ensino superior? *Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.*, Santa Maria, v. 7, n. 16, set./dez. 2018, p. 91-110.
- SILVEIRA, Zuleide S.; BIANCHETTI, Lucídio. Universidade moderna: dos interesses do Estado-nação às conveniências do mercado. *Revista Brasileira de Educação* v. 21 n. 64 jan.-mar. 2016.
- UFF. *Relatório de autoavaliação institucional 2020*. Niterói, mar. 2020.

O caráter educativo na formação acadêmica dos/as assistentes sociais

The educational character in the academic training of social workers

Taciane Couto Gonçalves*

Resumo: O presente artigo contou com uma pesquisa documental e trata do caráter educativo do trabalho dos/as assistentes sociais a partir de uma análise da formação profissional. Acredita-se que uma das razões pelas quais o tema não vem sendo o de maior preocupação e investimento intelectual entre os/as profissionais deve-se a sua ausência nas orientações gerais, construídas pelas entidades da própria profissão, para a formação acadêmica e atuação profissional. A leitura de alguns documentos de cursos situados na região leste da ABEPSS possibilitou identificar que o tema está subsumido nos próprios documentos normativos do Serviço Social (no caso, nas diretrizes curriculares e currículos plenos).

Palavras chave: Serviço Social; caráter educativo; formação profissional.

Abstract: This article counts on a documentary research and deals with the educational character of the work of the social workers from an analysis of the professional formation. It is believed that one of the reasons why the subject is not of the greatest concern and intellectual investment among professionals is due to its absence in the general guidelines, built by the entities of the profession itself, for academic training and professional performance. The reading of some documents from courses located in the eastern region of ABEPSS made it possible to identify that the subject is subsumed in the normative documents of the Social Service (in this case, in the curriculum guidelines and full curricula).

Keywords: Social Service; educational character; professional qualification.

Recebido em: 16/06/2020

Aprovado em: 17/01/2021



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Introdução

O presente artigo tece algumas reflexões sobre como o Serviço Social brasileiro, a partir da proposta pedagógica para seus cursos, tem tratado do caráter educativo do trabalho do/a assistente social. A pertinência de tal reflexão justifica-se na compreensão de que tal aspecto do nosso trabalho profissional foi descoberto graças a influências de cunho teórico (com a aproximação da teoria social crítica) como também político e social (aproximação das lutas e organizações sociais das classes subalternas). Além de ser um elemento de grande potencial quando se pretende defender uma formação em consonância com os interesses da classe trabalhadora.

Optou-se por estruturá-lo em três partes em que, num primeiro momento, o/a leitor/a poderá se aproximar da compreensão, da qual compartilha a autora, sobre educar e sobre o caráter educativo do trabalho de assistentes sociais. Destacamos se tratar de um tema já conhecido no universo da produção intelectual do Serviço Social, apesar de pouco explorado, e de relevância, como defenderemos no texto.

A seguir, será feita uma retomada da elaboração das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social nos documentos de 1996, 1999 (de autoria, totalmente autônoma, da própria categoria profissional) e na resolução oficial de 2002 (resolução do Ministério da Educação). Além desse resgate ser importante para apresentar os elementos constituintes principais desses documentos, permite retomar algumas disputas que permearam a consolidação das diretrizes da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social).

Por fim, busca-se identificar se o caráter educativo do exercício profissional é um elemento abordado nestes documentos e, caso seja, de que forma aparece definido e/ou caracterizado nos mesmos. À análise se soma os currículos plenos dos cursos de algumas instituições públicas de ensino superior dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo (região leste da ABEPSS)¹. É um recurso do qual se lançou mão para trazer mais elementos à discussão, afinal, os currículos dos cursos são, geralmente, mais detalhados, contendo as ementas das disciplinas e a bibliografia utilizada nas mesmas.

¹ Por questões metodológicas foram eleitas algumas das instituições de ensino superior que oferecem o curso de Serviço Social, minimamente estruturados e filiados à ABEPSS, e que disponibilizam o projeto pedagógico e/ou a grade curricular do curso em seus respectivos *sites*. A expectativa era a de que pelo currículo pleno das Escolas/Faculdades de Serviço Social destas universidades se perceberia se é um tema presente, estimulado ou não a ser debatido desde a graduação.

Sobre o chamado caráter educativo do trabalho profissional

A consciência é intrínseca a toda ação humana, esteja esta ação empenhada na transformação de algo tangível ou intangível (como o é a própria consciência). Não é diferente quando se pensa o trabalho desenvolvido por assistentes sociais (uma ação consciente de alguém que atua junto a outro alguém manipulando, para isso, recursos, meios e instrumentos sob orientação de um fim) e mesmo sabendo o quanto isso pode soar óbvio ao/à leitor/a pretendo apenas reforçar o quanto interessa àqueles/as que historicamente contratam nossa força de trabalho o potencial que o uso do nosso saber e fazer profissional tem ao incidir sobre o modo de agir e pensar daqueles/as com os/as quais nos relacionaremos ao prestar e implementar determinados serviços e orientações sociais em nosso cotidiano de trabalho.

As pessoas educam-se a todo momento afinal, entendemos aqui ser a educação “uma atividade mediadora no seio da prática social global”² (SAVIANI, 1985: 77), experiência cotidiana de troca, de diálogo, de transmissão de saber, que não se limita a um período estrito de letramento ou ilustração e que mesmo tendo no ensino formal escolarizado sua principal referência e local privilegiado, vai muito além do mesmo.³

Ainda que carregue, contraditoriamente, o potencial da negação e superação (no sentido de construir tanto uma leitura crítica da realidade social como uma proposta de transformação da mesma), nos marcos da sociedade de classes, a educação tente a cumprir o papel de internalizar valores e ideias que legitimam o *status quo*. Em termos de hegemonia, uma internalização bem sucedida e que garante uma aceitação ativa, principalmente dos indivíduos que integram as classes subalternizadas, é estrategicamente pertinente a ponto de relegar a segundo plano o uso da violência (relegar sem nunca abandonar, afinal, persuasão e repressão caminham juntas em relações hegemônicas⁴).

² Enquanto mediadora, não se justifica por si mesma. Sua razão estaria muito mais na sua finalidade e, principalmente, no como se desdobra no conjunto das práticas sociais. Ou seja, no efeito que tem para além da atividade educativa (Saviani, 1985).

³ “No início do processo histórico de humanização do homem pelo trabalho, a educação realizava-se como decorrência imediata da produção material e da apropriação coletiva dos meios de existência humana. Nesse período, anterior à divisão social do trabalho, a produção e reprodução da vida social se realizava em níveis tão pouco desenvolvidos que não exigia outras formas de educação que não a do simples convívio” (SAVIANI; DUARTE, 2015: 41). Isso muda à medida que se complexificam a divisão social do trabalho e a sociedade de classes, demandando a existência de instituições especializadas na elaboração e transmissão de saberes que, por sua vez, expressarão as contradições próprias das relações sociais em que se inscrevem. Mas o fato é que se torna necessário considerar e analisar a organização do trabalho para compreender a forma assumida pela educação em determinado contexto histórico. Para entender como o trabalho orienta e determina as demais esferas da vida social, conferir a obra de Marx e Engels “A ideologia Alemã”.

⁴ Cf.: LIGUORI; VOZA (2017: 365-368).

Em Abreu (2011)⁵ aparece que o Serviço Social situa-se nas “relações de hegemonia”, mais especificamente, “nos processos de organização da cultura”. E, compreendendo hegemonia como direção e domínio, pode-se inferir que as atribuições conferidas aos/às assistentes sociais caberiam mais na primeira dimensão, referente à busca por consenso, por cooptação, por controle ideológico.

Cabe frisar que já existe hoje um amadurecimento teórico no bojo da profissão que demonstra o cuidado dispendido ao tratar, nesse caso específico, da dimensão política do trabalho dos/as assistentes sociais no sentido de não supervalorizá-la em detrimentos de tantos outros aspectos e dimensões. Tanto que, constatando sua existência, indica-se também que seria mais propriamente “auxiliar” e “subsidiária” a contribuição da profissão no exercício da dominação e não por ser inferior, mas por desenvolver-se junto à instituições sociais que exercem tal controle por excelência na sociedade (escolas, instituições religiosas, a grande mídia e partidos políticos seriam alguns exemplos).

A funcionalidade do trabalho de agentes como os/as assistentes sociais que atuam na “organização da cultura” mostrou-se relevante desde que a classe dominante percebeu que o controle sobre o conjunto da classe trabalhadora não deveria se restringir ao chão da fábrica, mas que alcançaria maior eficiência abrangendo o cotidiano da vida social, tutelando a vida privada do conjunto dos/as trabalhadores/as.

Por isso, diz muito o vínculo que a profissão estabelece com as classes sociais, pois, determina política e ideologicamente o caráter educativo do seu trabalho, materializando-se nos efeitos que as ações profissionais provocam na forma de pensar e agir da população atendida. O exercício profissional do/a assistente social demanda uma bagagem técnico-científica capaz de subsidiar-lhe nos atendimentos às requisições institucionais e às demandas do público atendido pelas políticas e programas sociais. Como já vem sendo analisado e debatido no seio da profissão, tais atendimentos sempre são tensionados por interesses de classe existentes na própria dinâmica da vida social, que polarizam esta última tanto quanto o próprio trabalho profissional.

A particularidade do Serviço Social estaria então no fato de ser uma dentre as várias

atividades caracterizadas por se dedicarem, especialmente, à criação de bases para o exercício do poder de classe, que tem sua expressão máxima no Estado. São atividades diretamente vinculadas ao controle político-ideológico e/ou repressivo e à modernização do aparato burocrático do Estado. [...], funções

⁵ Os aspectos assumidos pelo caráter educativo do trabalho de assistentes sociais foi matéria de estudo da autora que em sua obra inclusive defendeu a existência e constituição do que a mesma chamou de perfis pedagógicos no decorrer da trajetória profissional. Os principais foram nomeados de: pedagogia da ajuda, pedagogia da participação e pedagogia emancipatória.

cujo significado econômico está subordinado a seu caráter político determinante (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008: 86).

Temos então que, ao compreenderem esta dinâmica social e seus impactos sobre o Serviço Social, estudiosas/os da área defenderam a existência de uma dimensão político-ideológica do exercício profissional que o vincula a um projeto societário e imprime uma direção ao trabalho. A relevância dessa tese está, principalmente, no fato de que se na aparência este trabalho desenvolvido ganha tangibilidade ao mediar o acesso a recursos materiais, seu diferencial mais relevante estaria no impacto causado sobre a subjetividade dos indivíduos atendidos, na sua contribuição em organizar a vida social visto seu caráter marcadamente educativo. A ciência desse fato, mais do que nunca, deveria convidar os/as profissionais a exercitarem a capacidade de análise crítica da realidade social, bem como do seu saber e fazer profissional.

Todavia, a existência de uma função educativa não quer dizer que o conjunto dos/as profissionais a reconheça ou lhe atribua a devida importância em seu cotidiano de trabalho. O/a profissional pode realizar seus atendimentos sociais sem, no entanto, dar-se conta ou problematizar o conteúdo de sua intervenção, os valores ou objetivos aos quais vincula sua ação.

O caráter educativo de trabalho profissional talvez seja o aspecto que se expressa com maior frequência, manifestado desde o simples compartilhar de informações (referentes a serviços, programas, políticas ou qualquer outro conteúdo de sua atribuição e competência) até o estímulo à reflexão (sobre uma dada situação ou realidade social). Transmitindo saber ou contribuindo com a leitura do mundo, tem o potencial de reforçar ou desconstruir estereótipos, moralizar e naturalizar as inúmeras mazelas sociais ou apontar a mobilização e organização coletiva como possibilidades legítimas de enfrentamento às problemáticas concernentes ao ordenamento capitalista.

Isso nos faz acreditar que a sistematização do caráter educativo é importante por ser mais uma possibilidade de racionalização, um momento em que o/a profissional reflete sobre o meio no qual se insere, sobre os problemas e contradições da realidade com as quais lida, sobre as finalidades de sua intervenção, etc. E conformando o processo permanente de agir-refletir-agir, apontaríamos como imprescindível:

a) que se conheça profundamente o fim que se pretende atingir, pois, ter clareza do objetivo torna mais fácil identificar o caminho mais adequado para alcançá-lo. Há sempre uma maior ou menor margem de manobra que permite ao/a profissional estruturar programas; selecionar conteúdos enfatizando ou não determinados aspectos; escolher materiais; eleger um

método e metodologia de ação; dentre outras coisas que são fortemente influenciadas pelo objetivo que se busca alcançar.

b) que acompanhado à definição do fim, deve-se ter uma compreensão do momento histórico e das reais condições em que se inscreve o trabalho profissional e seu papel educativo, buscando subsídios para uma melhor compreensão sobre as determinações mais gerais do modo de produção vigente e as particularidades da sua fase mais recente.

c) que a formação permanente é outro aspecto importante, pois, ajuda a compreender as contradições sobre as quais incide nosso trabalho e nos possibilita democratizar aqueles elementos da cultura profissional que mais possam contribuir com a construção de um projeto societário contra-hegemônico.

d) que a prática educativa crítica deve estar, necessariamente, articulada com as lutas sociais desenvolvidas pelo conjunto da classe trabalhadora. Ainda que se desempenhe um papel importante na conformação de formas de pensar o mundo, a profissão deve estar sempre atenta ao movimento real das lutas sociais. Pautar-se pelos movimentos progressistas da classe trabalhadora é ainda a melhor maneira de garantir a coesão entre a direção dada a própria intervenção e a defesa dos direitos e aprofundamento da democracia.

A construção das diretrizes curriculares em meio às disputas na educação superior

Tendo tratado de aspectos sobre a educação que, por um lado, nos ajudaria a compreendê-la como uma mediadora da prática social e, por outro, nos ajudaria a percebê-la como um aspecto que caracteriza o trabalho desenvolvido por assistentes sociais, neste momento do texto voltamos o olhar para outra faceta dessa esfera da vida social.

Educação também se apresenta na realidade concreta como um dentre os serviços sociais organizados e oferecidos como política social. E também nessa condição a educação é perpassada pelos interesses antagônicos das classes sociais, expressando a contraditória relação de atender aos interesses dos/as trabalhadores/as de forma geral – considerando-se a dimensão social de fomentar e compartilhar o conhecimento construído coletivamente e historicamente acumulado – ao mesmo tempo em que é incorporada à lógica de valorização e acumulação do capital.

No âmbito do Serviço Social, o debate feito pelos segmentos críticos reforçam a necessária defesa de um ensino público, gratuito, de qualidade, acessível, principalmente, à classe trabalhadora, na condição de direito universal e voltado para as reais necessidades do desenvolvimento humano, social e político. Valores e objetivos radicalmente opostos ao que se presencia na atualidade em que prevalece um projeto em que interessa aos grupos econômicos

e frações da classe dominante subordinar a produção do conhecimento ao mercado, incorporando as descobertas e avanços científicos na produção numa corrida constante atrás da obtenção de superlucros.

A mercantilização do ensino cresce exponencialmente comprometendo a qualidade do mesmo (desvalorização e desqualificação docente, desarticulação e mesmo abandono da pesquisa e extensão, predomínio da tecnificação e adestramento em detrimento do aprofundamento teórico científico, etc.). Nesse cenário, uma das mais novas modalidades de ensino é o chamado EAD (ensino à distância) que vem sendo ofertado tanto em universidades públicas como, e majoritariamente, pelo ensino privado, sob um discurso de democratização mas que se dá num movimento que compromete a formação de profissionais com competência crítica e compromisso social e político.

A educação torna-se um nicho de mercado, deslocando-se cada vez mais da esfera do direito para a de serviço prestado pelo mercado.⁶ E esse quadro de alterações no ensino superior atinge, necessariamente, a formação acadêmica e o próprio exercício profissional dos/as assistentes sociais.

Na história da profissão no Brasil, após um processo de debate e construção coletiva no interior da categoria profissional, em 1996 foram aprovadas as diretrizes gerais para os cursos de Serviço Social⁷. Enquanto as ditas diretrizes curriculares expressavam o fortalecimento da perspectiva crítica entre os/as assistentes sociais (em especial, entre os/as intelectuais e os/as dirigentes políticos/as das entidades representativas da profissão), configurando-se como uma das formas de objetivação do atual projeto ético-político feito hegemônico em seu interior, a correlação de forças nos âmbitos econômico, político e social, em movimento contrário, impunha desafios aos setores progressistas da sociedade civil visto o avanço do projeto neoliberal e o ataque desferido aos direitos trabalhistas e sociais.

Houve um processo de mobilização e articulação da categoria profissional para que se garantisse a proposta original da ABEPSS. Forjaram-se espaços no MEC a serem ocupados por agentes profissionais cujo objetivo central era o de apreciar e levar aos órgãos competentes

⁶ Todas estas informações são sistematizadas e apresentadas por Iamamoto (2015) com base em dados publicados pelo MEC, ABEPSS, CFESS, Bird e outros.

⁷ Segundo o documento de 1996, entre 1994 e 1996, nas oficinas realizadas pela ABEPSS os/as profissionais preocuparam-se em analisar a realidade e identificar os possíveis impedimentos e desafios para a formação acadêmico-profissional. A primeira síntese desse processo foi aprovada numa Convenção em Recife, 1995, contendo já um esboço das metas, princípios e conteúdos centrais elegidos pela categoria profissional. O segundo documento veio no ano seguinte, trazendo mais elementos para o debate e, na fase conclusiva, os seis documentos sistematizados pelas unidades de ensino das diversas regiões foram recolhidos pelas representações das entidades do Serviço Social (ENESSO, ABEPSS, CFESS e assessores/as) que então sintetizaram a atual proposta de diretrizes curriculares.

propostas que coubessem nas exigências da política educacional do Estado mantendo, no entanto, ao máximo a essência e coerência com o projeto profissional crítico. Um processo de resistência importantíssimo, pois, em se tratando da política de educação, é também de 1996 a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), expressão da agenda neoliberal e da contrarreforma da educação que, dentre outros fatores previa a abertura e incentivo à iniciativa privada às custas da precarização do ensino público.

Como era esperado, o Serviço Social não passou ileso a tais processos sofrendo inflexões no âmbito da formação acadêmico-profissional. As diretrizes curriculares de 1996 só foram reconhecidas e aprovadas pelo MEC em 2002⁸, após alterações e adequações que custaram certa descaracterização do projeto original de formação.

No âmbito restrito do Serviço Social, excluiu-se o currículo mínimo que até então previa e garantia a aplicação de uma mesma grade curricular para os cursos da área oferecidos em todo território nacional, de maneira que a única normativa que os cursos se tornam obrigados a cumprir são as LDB do Ministério da Educação. Havia um detalhamento dos conteúdos que compunham os núcleos de formação presentes na proposta curricular da ABEPSS que foi excluído da versão oficial. O reflexo disto na prática é que, ainda que se preservassem os núcleos de formação, ficaria livre às instituições de ensino uma adequação dos currículos em maior ou menor consonância com as exigências do mercado.

Todavia, é importante que se reafirme que nas duas décadas que se seguiram a aprovação das diretrizes da ABEPSS, a categoria profissional também empreendeu ações de resistência à contrarreforma do ensino: regulamentou a supervisão direta de estágio (resolução 533/08) e elaborou um plano nacional de estágio⁹; realizou ações e campanhas contra a oferta do EAD no Serviço Social e contra a precarização do ensino em geral; lançou a campanha nacional de defesa da jornada de trabalho de 30 horas semanais (lei 12.317/10) para os/as assistentes sociais; etc.

É fato também que em meio as disputas políticas e econômicas na Educação, registra-se que o Serviço Social se beneficiou do amplo movimento de lutas democráticas. Pode-se dizer que o Serviço Social teve na década de 1980 um marco no debate sobre os fundamentos, o significado social e a atuação da profissão. O nível de aprofundamento, a qualidade do

⁸ Em seu artigo, Iamamoto data de 4 de julho de 2001 a homologação das diretrizes pelo MEC. Cf. IAMAMOTO (2014).

⁹ Expressões do grande esforço da categoria de avançar na compreensão dos papéis e atribuições dos/as indivíduos/as envolvidos/as na supervisão do estágio e amadurecimento acerca do estágio curricular, obrigatório e não obrigatório. Além de ser uma das maneiras de garantir a efetivação e enraizamento das diretrizes curriculares no âmbito das instituições de ensino superior.

empreendimento intelectual acumulado nas últimas décadas pela profissão é de tamanha importância que atribuiu “uma face peculiar ao Serviço Social brasileiro na América Latina e Caribe, bem como no circuito mundial do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2014: 615). Graças ao alinhamento à tradição marxista e às lutas sociais da classe trabalhadora, a profissão incorporou uma compreensão de história que tem na luta de classes sua força motora e o reconhecimento do trabalho como fundante do ser social.

As diretrizes curriculares sintetizam um pouco essa realidade e sustentam-se na defesa da universidade pública; acessível à população na condição de direito universal; com capacidade de produzir e compartilhar conhecimentos com reconhecida qualidade e que se orientem pelos interesses da coletividade; que ofereça uma educação de caráter crítico e em sintonia com os valores humanos universais; que consiga extrair da realidade, local e nacional, o insumo para a vida acadêmica; etc.

Os núcleos de formação expressam os diferentes níveis de abstração necessários para a compreensão do Serviço Social (trajetória; elementos constituintes; funções; as restrições decorrentes da mercantilização da força de trabalho dos/as assistentes sociais; etc.) e, principalmente, para contribuir na desnaturalização das relações sociais capitalistas. Nestas diretrizes é incorporada a tese da profissão como uma especialização da divisão social e técnica do trabalho, geneticamente vinculada às classes sociais fundamentais.

Além do que, resguardadas as particularidades de conteúdo proposto em cada núcleo, entende-se que sendo a profissão um produto sócio-histórico sua compreensão só se torna possível quando se situa a mesma na totalidade da dinâmica social. Este pressuposto é de grande relevância e representa um grande avanço na trajetória profissional visto que busca superar o endogenismo que caracterizou a mesma por longos anos.

De acordo com o exposto nas Diretrizes da ABEPSS, são pressupostos que devem orientar a formação profissional:

1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.

3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de

organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.

4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996: 5-6).

O esperado é que cada unidade de ensino elabore seu projeto pedagógico e seu currículo pleno incorporando estes mesmos pressupostos. Orienta-se que, respeitando a pluralidade política e teórica no interior do Serviço Social, garanta-se uma formação que adote a perspectiva histórica, crítica e dialética na análise da realidade social, presando sempre pelo rigor teórico-metodológico no trato investigativo.

Sugere-se também uma estrutura curricular mais flexível em termos de viabilizar o aprendizado não exclusivamente pela oferta de disciplinas, mas, incluído oficinas, seminários, dentre outras modalidades de atividade complementar; a articulação entre ensino, pesquisa e extensão deve ser um princípio na formação; a oferta de cursos noturnos não deve significar a queda na qualidade do mesmo; e o estágio curricular deve sempre associar as supervisões acadêmicas e de campo.

As diretrizes da ABEPSS propõem ainda que os conteúdos pertinentes à formação dos/as assistentes sociais se atualizem de acordo com a dinamicidade da própria realidade social. De maneira didática, esse conjunto de conhecimentos estaria organizado em três “núcleos de fundamentação”, abarcando os elementos mais indispensáveis à formação: *a)* núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; *b)* núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e *c)* núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Realizada tal retomada, interessa passar ao momento do artigo em que se analisa como o caráter educativo do exercício profissional aparece nos documentos da profissão e como isso indicaria a maneira como vêm sendo tratado em nossa formação.

O caráter educativo na formação acadêmico-profissional do Serviço Social no Brasil

Recapitulando o que trouxemos na primeira parte do presente artigo, a tese, há muito defendida, de que o Serviço Social seria uma especialização do trabalho coletivo que se consolida como uma profissão auxiliar no processo de controle ideológico, contribuindo, a priori, com a efetivação de um modo de pensar que legitime a ordem social vigente (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008), abriu precedentes para que se identificasse a condição de intelectual assumida pelos/as profissionais cuja intervenção situa-se nas “relações de

hegemonia” ou, mais especificamente, “nos processos de organização da cultura” (ABREU, 2011). Diante disto, as atribuições conferidas aos/as assistentes sociais caberiam dentro de uma busca por consenso, de um processo de cooptação e de controle ideológico, tendo como instrumento básico de trabalho a linguagem.

O desenvolvimento dessa tese, principalmente no que se refere aos estudos sobre o caráter educativo do exercício profissional, em muito nos interessa nesse artigo pois, ao considerarmos o sentido de educar como o processo de produzir no indivíduo singular a humanidade produzida socialmente, entendendo que o/a agente educador/a é aquele/a que se posiciona diante da cultura e elege os elementos capazes de contribuir para a humanização do indivíduo (SAVIANI, 1996), não vemos equívocos em reconhecer, na natureza do Serviço Social, seu caráter de educador/a social e político/a.

Num sentido amplo, as pessoas educam-se, mesmo não objetivando isso de forma clara e intencional. No caso do Serviço Social, o mais comum é que tal ação educativa seja concomitante a implementação (esta sempre intencional) dos serviços sociais que, por sua vez, servem de sustentação material para aquela. Entretanto, se não se reconhece a existência e importância desse papel educativo que é inerente à prática profissional, não o problematiza, não o traz para o primeiro plano, corre-se o risco de não se refletir sobre seu potencial, seu conteúdo, sua forma e, muito menos, para a necessária sistematização do mesmo.

E é por validar sua importância e buscar contribuir com as análises do mesmo que neste artigo volta-se a atenção para a maneira como o caráter educativo aparece em documentos da formação profissional em Serviço Social (no caso, nas Diretrizes curriculares e em alguns currículos acadêmicos), levantando algumas considerações para o debate.

Encerramos o item anterior apresentando os núcleos de fundamentação em que se organizam as diretrizes da ABEPSS. Olhando para o conteúdo do terceiro núcleo (“fundamentos do trabalho profissional”) encontram-se os conhecimentos referentes ao exercício profissional (suas potencialidades, contradições, objeto e procedimentos necessários à ação, etc.). A descrição e detalhamento de quais seriam as matérias a serem repassadas nos cursos não fazem nenhuma menção explícita ao caráter educativo, o que é até compreensível, afinal, o documento da ABEPSS traz as orientações mais gerais, não sendo possível tratar com detalhes todos os elementos que constituiriam o fazer profissional.

O que mais se aproximaria de uma sinalização do caráter educativo é a indicação feita no documento elaborado pela comissão de especialista de ensino em Serviço Social do MEC quando mencionam a prestação de “assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia

dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (MEC, 1999: 2) ou mesmo a orientação prestada à população sobre recursos disponíveis seus direitos. Ainda que a palavra “educar” (e suas derivações) não apareça no texto, acredita-se ser possível uma associação com seu sentido, pois, infere-se nesse extrato que o/a profissional estaria apto/a a prestar orientações de determinada espécie e a determinados grupos sociais.

Dando prosseguimento e voltando-se aos currículos plenos de alguns cursos de Serviço Social no Brasil, tenta-se verificar se ao estruturarem seus próprios currículos as unidades de ensino incorporaram alguma discussão sobre o caráter educativo. O recorte inicial envolve apenas os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo (que, por sua vez, compõem a região leste da ABEPSS), sendo que das onze instituições públicas de ensino superior em que são oferecidos os cursos de Serviço Social foram acessados os currículos plenos dos cursos de seis unidades acadêmicas.

Começando pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS-UFRJ), segundo os registros desta unidade de ensino, o currículo vigente foi implementado orientando-se pelas diretrizes curriculares da ABEPSS, pelas prescrições do Ministério da Educação e pelas normas internas da própria Universidade. Tratou-se de um processo de construção coletiva envolvendo representações do corpo docente e discente da Escola de Serviço Social, além de contar com as contribuições de professores/as convidados/as.

Objetivamente, pela leitura das ementas e bibliografia básica das disciplinas ofertadas, identificamos que no 5º período diurno e no 7º noturno é oferecida a disciplina de “Técnicas de intervenção social” em cuja ementa assim registra-se:

Instrumentos e técnicas de intervenção social: implicações políticas. Principais técnicas de contato individual e grupal. *Técnicas de educação e organização populares*. Produção de informações. Registro e documentação.

Objetivo: Propiciar o conhecimento do instrumental técnico para a intervenção profissional no trato com indivíduos, grupos, comunidades e movimentos populares (2017: 35. Itálicos meus).

Dentre o material indicado para a leitura, são listados textos e obras que tratam da temática da educação popular, do princípio educativo em Gramsci e de práticas e atividades educativas na área da saúde. Percebe-se um tratamento mais pontual (ao menos aparentemente, visto que partimos das informações contidas num documento e não de um relato de experiência, entrevistas ou algo parecido) e dispendido na segunda metade do curso, antecedendo o ingresso dos/as estudantes no campo de estágio. Os textos indicados são, exatamente:

Bezerra, Aída. “As atividades em educação popular.” Revista CEI, Suplemento n.22, out. 1978. Rio de Janeiro, Tempo e Presença, 1978.

Costa, Beatriz B. “Para analisar uma prática de educação popular.” Revista CEI, Suplemento. N.17, abr. 1977. Rio de Janeiro, Tempo e Presença, 1977.

Gramsci, A. “Os intelectuais e o princípio educativo”. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 2, 2000.

Vargas, E.P. et all. Práticas de educação em saúde. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1992 (2017: 35).

O segundo curso do qual conseguimos o projeto pedagógico foi o da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Neste projeto foi possível identificar as disciplinas ofertadas em cada período do curso, contudo, o currículo informava as ementas sem as indicações bibliográficas de cada disciplina. Pela ementa das disciplinas de “Oficina de trabalho com indivíduos no serviço social”, “Processos comunitários e mobilização social” e “Política de educação”, poderíamos inferir um espaço favorável ao debate sobre o caráter educativo do trabalho profissional. Nas ementas registra-se, respectivamente:

O trabalho do assistente social com indivíduos, famílias, grupos e coletividades. A dimensão individual e familiar no trabalho profissional. O trabalho do assistente social e o lugar da: *observação, linguagem, escuta, reflexão, diálogo*, visita domiciliar e registro. Teorias e técnicas de entrevista. Estudos sócio-econômicos com usuários para fins de benefícios e serviços sociais. *Orientação social* e encaminhamentos. Vistorias, perícias técnicas e laudos, *informações* e pareceres.

[...]

O trabalho do assistente social com indivíduos, famílias, grupos e coletividades. *Os conceitos e experiências de educação popular, pesquisa-ação e assessoria. Processos comunitários e organizativos de formação da consciência, mobilização social e formação cultural*. O desenvolvimento integral e sustentável e suas implicações econômicas, sociais e políticas. Produção de materiais pedagógicos e socialização de informações. Análise de experiências junto aos movimentos sociais e as estratégias profissionais.

[...]

Papel da escola básica pública para a formação da cidadania popular. Papel do Estado Democrático frente a cidadania popular. Saber pensar e aprender a aprender com base na consciência crítica. Aprendizagem de teor reconstrutivo político. Politicidade da educação. Educação e conhecimento no mundo do trabalho e da cidadania. *Alternativa de educação popular*. A atuação do Serviço Social na política de educação. Contribuição do Serviço Social na produção e no redimensionamento do conhecimento teórico-prático da política social da educação (2017: 76, 82. Itálicos meus).

O caráter educativo não aparece em nenhuma ementa como um dos temas centrais das disciplinas, como dito, trata-se mais de uma suposição de que ao se abordar o tema da educação popular, dos procedimentos de trabalho e das ações da prática profissional, possa-se problematizar a função política de cunho educativo que caracteriza o Serviço Social.

Quanto às unidades acadêmicas de Minas Gerais, verificamos os currículos de quatro cursos. A começar pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS-UFJF), a lógica das diretrizes da ABEPSS também foi a grande norteadora do currículo dessa unidade de ensino. Contudo, ao contrário do que verificamos nos currículos da UFRJ e da UFES, em nenhum momento fez-se menção ao debate do papel e das ações educativas dos/as assistentes sociais nem se verificou dentre a bibliografia indicada algum material que abordasse tal temática.

Já no currículo pleno da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Uberlândia (FSS-UFU) consta uma disciplina optativa de “Educação ambiental” oferecida pelo curso de Geografia. Sem nenhum outro registro que demonstre o contrário, o curso desta disciplina parece ser o único momento em que os/as estudantes de Serviço Social poderiam ter contato com debates sobre algum tipo de prática educativa em seu futuro exercício profissional. Pela ementa percebe-se a preocupação em construir uma concepção mais progressista do ato de educar e mesmo da compreensão política sobre a qualidade da relação entre sociedade e natureza sob o recorte analítico das políticas e programas sociais da área ambiental. Por não se tratar de uma disciplina do próprio Serviço Social, a bibliografia não inclui nenhum debate mais específico da área.

A terceira universidade mineira avaliada foi a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). No currículo do curso de Serviço Social encontramos disciplinas oferecidas nos últimos períodos do curso de que, seja pela ementa seja pela bibliografia utilizada, nos permitiram inferir que a temática em questão receberia algum tratamento no curso. Nas disciplinas de “Supervisão acadêmica de estágio curricular III” e nos “Seminários temáticos I e II”, que têm em comum o trato do cotidiano do exercício profissional e a construção das competências e habilidades, a obra de Abreu, “Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional sobre os perfis pedagógicos”, e a obra de Iasi sobre processo de consciência e emancipação, “Ensaio sobre consciência e emancipação”, compõe a bibliografia básica, dando a entender que fomentariam as reflexões sobre o papel político de caráter educativo que caracteriza o trabalho profissional desde sua emergência.

Na grade curricular deste curso consta ainda uma disciplina de “Meio ambiente e Serviço Social” que, ao contrário do que ocorre no curso de Serviço Social da UFU, é oferecida pelo próprio Serviço Social e parece ter um recorte mais amplo, no sentido que parece ir um pouco além da análise da política social:

A influência do sistema capitalista sobre o meio ambiente e o social em uma perspectiva histórica. As respostas da natureza às ações humanas, o

aquecimento global e a proposta de desenvolvimento sustentável e a crítica. A responsabilidade do homem sobre o seu meio: leis e políticas públicas, responsabilidade social. A gestão ambiental e a ocupação dos espaços/território. *A formação do sujeito ecológico: a conscientização, conservação e educação ambiental*. O “lixo” na sociedade: o tratamento dos resíduos sólidos, os catadores e as organizações. *O Serviço Social e o meio ambiente* (2017, s/p. Itálicos meus).

Ainda que não indique na bibliografia algum material, a ementa traz elementos interessantes sobre a problematização da particular relação da profissão numa das manifestações da questão social, no caso a questão ambiental, e sobre o que poderia ser considerada uma das formas de organização da cultura, nos termos de Abreu (2011), ou seja, contribuir no processo de conscientização e educação necessárias à consolidação de “sujeitos ecológicos”.

Finalmente, encontramos a disciplina eletiva “A dimensão sócio-educativa do Serviço Social”, sem indicação de período a ser ofertada, mas que demonstra o reconhecimento por parte desta unidade acadêmica da importância em se debater com os/as estudantes um dos elementos que justificam e caracterizam o trabalho dos/as assistentes sociais. Na ementa da disciplina consta a seguinte redação: “Dimensão Educativa e o Serviço Social. Fundamentos históricos, teóricos, metodológicos e ideológicos do trabalho sócio-educativo” (2017: 129). As obras de Abreu e Iasi reaparecem na bibliografia, sendo também indicados um texto de Gramsci e um artigo de Abreu e Cardoso publicados pela Universidade de Brasília.

ABREU, M. M. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

GRASMC, A. Cadernos do Cárcere. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010.

IASI, M. L. Ensaio sobre Consciência e Emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 04: O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000 (2017: 129).

O último currículo acessado e verificado foi o da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (FSS-UFOP). No currículo pleno deste curso encontramos, apenas, a obra de Abreu (2002) nas referências bibliográficas da disciplina de “Política social setorial III”, cujo foco é o trabalho dos/as assistentes sociais no judiciário, mais especificamente, no atendimento às crianças e adolescentes. Ausente da ementa desta disciplina e das demais, aparentemente, o debate sobre o caráter educativo poderia aparecer de forma tangencial no curso de forma geral.

A respeito da bibliografia, no quadro geral, a autora e o autor mais referenciados foram Abreu (2002), com a obra “Serviço Social e a organização da cultura” e o artigo escrito em coautoria com Cardoso (2000) de nome “Mobilização social e práticas educativas” e Iasi (2007) com a obra “Ensaio sobre Consciência e Emancipação”. Em seguida temos a obra de Gramsci, “Cadernos do Cárcere”, citada em dois currículos sendo que em um deles especifica-se o texto “Os intelectuais e o princípio educativo”.

Os outros três textos são citados, exclusivamente, no currículo da ESS-UFRJ sendo dois artigos cuja temática é a educação popular e um texto sobre práticas educativas na área da saúde. Os/as autores/as e títulos são, respectivamente: Bezerra (1978), “As atividades em educação popular”; Costa (1977), “Para analisar uma prática de educação popular” e Vargas (et al. 1992), “Práticas de educação em saúde”.

Com exceção da FSS-UFTM, cujo currículo pleno do curso oferece ao todo cinco disciplinas em que o caráter educativo do trabalho profissional pode ser analisado e problematizado com o conjunto dos/as estudantes é notável a ausência desse debate nos currículos das demais unidades de ensino. Tendo isso em vista e considerando fatos como o de que, numericamente, são instituições privadas (em grande parte com modalidades de EAD) as maiores formadoras desta força de trabalho, além das problematizações históricas que o Serviço Social acumula sobre os impactos negativos que a precarização e mercantilização do ensino superior tem sobre a formação e atuação dos/as assistentes sociais, não seria equivocada afirmar que o debate sobre o caráter educativo tem grandes chances de estar subsumido no Serviço Social, com uma formação acadêmica que não o tem visto como um tema prioritário.

Contudo, não temos documentos que nos permitam comparar os currículos acima apresentados com os que precederam a aprovação das diretrizes da ABEPSS de 1996, de maneira a verificar se o papel educativo chegou a ser um tema de maior relevância no debate acadêmico até a década de 1990. Além de se estar ciente de que se colheu informação de um pequeno número de currículos plenos e que um recorte como esse estaria aquém da realidade da formação acadêmica no país como um todo.

Por esta razão, destaca-se que a validade desse levantamento estaria mais em possibilitar o questionamento sobre o trato teórico, prático e político que o debate sobre o caráter educativo estaria (ou não) recebendo ao decorrer do processo de formação das recentes gerações de profissionais.

Reafirmamos a ideia de que o caráter educativo potencializa o trabalho profissional no sentido de contribuir para que este seja menos burocrático ou menos limitado à mera prestação de serviços assistenciais. Sem desmerecer o impacto imediato que os serviços sociais têm na

vida da população atendida por eles, acreditamos que a ação educativa que acompanha a oferta destes serviços é o grande diferencial da nossa atuação profissional e que precisa ser problematizado, principalmente, por aqueles/as que se preocupam em exercer seu trabalho numa perspectiva crítica e transformadora. E isso é dito porque qualquer um dos serviços e benefícios prestados à população não despertam, por si só, a reflexão crítica da realidade. Está, ao contrário, na ação educativa que os acompanha a potencial crítica da realidade capaz de contribuir (ou não) com a elevação do nível de consciência.

Dentre as ações mais atribuídas ao Serviço Social, sejam como competências ou como atribuições (a depender do conteúdo temático que abordam), temos: informar, socializar, publicizar, assessorar, denunciar, planejar, etc. Ações típicas do universo profissional que nos possibilita inferir que ao planejar sua intervenção de forma a reunir e organizar os conteúdos que lhes compete compartilhar com a população atendida pelos serviços sociais, o/a assistente social está exercendo sua função política de cunho educativo, assumindo um papel de educador/a.

Os/as assistentes sociais são chamados/as a intervir na realidade a partir da oferta de determinada política social. Ao viabilizar o acesso a um determinado serviço, tem a oportunidade de viabilizar o acesso (e também acessar, já que é, metaforicamente, uma “via de mão dupla”) a determinados conteúdos, conhecimentos, valores, visões de mundo, etc.

O que dentre este universo de conhecimentos escolherão e a forma como o repassarão adiante vai depender do fim que pretendam alcançar. E no bojo dessa reflexão, alguns questionamentos também se tornam pertinentes: os objetivos da ação e da instituição empregadora se confundem? Os objetivos da ação estão em consonância com algum projeto social ou profissional? Se o objetivo é contribuir com o processo de emancipação humana, quais elementos desse conhecimento acumulado deverão aparecer na intervenção? Que instrumentos devem ser mobilizados para tanto?

Estes são apenas alguns exemplos de questões que deveriam aparecer no cotidiano profissional. Entretanto, percebe-se que a existência deste caráter educativo no trabalho exercido pelos/as assistentes sociais não necessariamente tem sido reconhecida ou valorizada no cotidiano de trabalho, realidade que precisa mudar, afinal, é com a reflexão sobre a qualidade da própria intervenção que os/as profissionais terão melhores condições de se reconhecerem no papel de educadores/as sociais e políticos/os.

Estamos sempre compartilhando informações sobre os serviços, políticas e direitos sociais. Reforçamos e desconstruímos estereótipos e preconceitos. Com todas as limitações próprias de um trabalho assalariado, ainda podemos estimular um processo reflexivo sobre uma

dada situação e até mesmo fomentar entre os/as usuários/as dos serviços sociais o interesse pela mobilização e organização coletiva, contribuindo um pouco para subverter a lógica de tutelamento da vida privada dos/as trabalhadores/as.

Apesar disso, analisando as diretrizes curriculares da ABEPSS e alguns currículos acadêmicos, nota-se a ausência de um debate consistente sobre o caráter educativo do trabalho dos/as assistentes sociais. O que parece menos resultar de disputas entre perspectivas teóricas distintas que viriam a negar a existência desse elemento constituinte do Serviço Social e mais de um não estímulo por parte das Escolas e Faculdades a este debate. Seria esta uma realidade generalizada da formação acadêmico-profissional no Brasil?

Claro que também não é de menor impacto a realidade imposta à atuação profissional, com cobranças cotidianas que impedem ou dificultam uma formação continuada e um planejamento das ações. Não há dúvidas de este ser um fator preponderante, haja vista que o cenário econômico, político e social de fato não é o mais favorável para que os/as assistentes sociais consigam exercer suas atribuições numa contra tendência à lógica dominante. Além dos desafios impostos pela conjuntura, pelo rearranjo das funções do Estado e pela própria configuração das políticas sociais, os/as profissionais encontram dificuldades em continuar sua formação.

Soma-se a este quadro o distanciamento da profissão dos movimentos sociais. Não é difícil inferir que o refluxo nas lutas sociais e a pouca interlocução do Serviço Social com os movimentos organizados configura-se como um dos fatores que contribuiu para a profissão secundarizar o debate sobre seu papel político de cunho educativo.

Considerações Finais

Em resumo, buscamos identificar como a formação do Serviço Social brasileiro, a partir da proposta pedagógica de alguns cursos, tem tratado do caráter educativo do trabalho do/a assistente social.

Com a leitura e análise dos currículos plenos de alguns cursos de Serviço Social percebemos que os/as estudantes não receberiam tantos estímulos para refletirem sobre o potencial educativo do seu trabalho durante a formação acadêmica. Sendo pouco explorado já na formação, a hipótese é a de que pode vir a ser um tema ainda mais negligenciado na intervenção, afinal, é comum o relato de profissionais sobre as dificuldades nos mais diferentes espaços de trabalho. Bem como é cada vez mais comum pesquisas que compartilham os desafios decorrentes das próprias condições de trabalho e exigências do mercado que profissionais enfrentam no dia-a-dia.

A opção por buscar elementos para análise nas diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social e nos currículos plenos de alguns cursos, leva em consideração que tais documentos, junto aos instrumentos legais como a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética, expressam um esforço coletivo por parte de profissionais, intelectuais e entidades representativas do Serviço Social em atribuir uma dimensão política que orienta a defesa da profissão, a qualidade dos serviços prestados à população usuária e a aliança com a classe trabalhadora na construção de outra sociedade.

Todavia, como dito anteriormente, é provável que o levantamento e análise aqui realizados cumpram mais o papel de levantar questionamentos sobre o trato teórico, prático e político sobre a temática do caráter educativo no âmbito da formação acadêmica do que atestar algo sobre a mesma que sirva como um rótulo universal para a formação acadêmica no país como um todo.

Afinal, há muito a se fazer e, certamente, dois movimentos podem ser imprescindíveis: *garantir a formação permanente do/a profissional*, pois, tão importante quanto estar politicamente ao lado da classe trabalhadora, é colocar a serviço do seu projeto societário nosso saber técnico (ainda que a tarefa educativa vá muito além, difundir e democratizar o saber é também democratizar o poder) e *vincular a prática educativa crítica às lutas sociais* desenvolvidas pelo conjunto da classe trabalhadora. Pautar-se pelo projeto da classe trabalhadora é ainda a melhor garantia de coerir a direção dada à própria intervenção e a defesa dos direitos e aprofundamento da democracia.

Espera-se que as reflexões aqui desenvolvidas contribuam com o desenvolvimento de um trabalho profissional de orientação crítica e que justamente por buscar ser crítico, sabe-se condicionado.

Condicionado por buscar construir relações mais democráticas mesmo partindo, tantas vezes, de relações autoritárias. Por buscar contribuir com a transformação social mesmo sabendo não ser o “agente da transformação”. Por buscar atender aos interesses das classes subalternas mesmo sabendo ter que mediar interesses antagônicos. Por buscar materializar o projeto profissional crítico mesmo diante dos limites concretos impostos pela condição de assalariamento. Isso porque não se trata, nesse caso, de “cruzar os braços” diante de uma realidade desfavorável, afinal, não ser capaz de transformar direta e imediatamente a realidade não invalida uma ação mediata que pode trazer em alguma medida contribuir com a construção de um projeto contra-hegemônico.

Referências

- ABEPSS. Diretrizes curriculares da ABEPSS. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>>. Acesso em 28/02/2017.
- _____. Diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1996.
- ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CURRICULO PLENO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, 2008. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/add274_36a09e2e15f5400daaa97b8ce24eddc2.pdf>. Acesso em: 03/03/2017.
- IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. 25 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- IAMAMOTO, Marilda V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. Serviço Social e Sociedade, n 120, 2014.
- _____. Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. 9 ed. São Paulo. Cortez, 2015.
- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org). Dicionário Gramsciano. São Paulo: Boitempo, 2017.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 9 ed. São Paulo. Cortez, 1985.
- _____. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 11 ed. Coleção Educação Contemporânea. Autores Associados, 1996.
- _____; DUARTE, Newton. Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar. Campinas. Autores associados, 2015.
- UFES. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Serviço Social, 2006.
- UFJF. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2016.
- UFOP. PROJETO PEDAGÓGICO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2009. Disponível em: <http://www.icsa.ufop.br/documentos/servico_social/ProjetoPedagogicoServicoSocial-UFOP.pdf>. Acesso em: 03/03/2017.
- UFTM. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL. Iturama: Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Faculdade de Serviço Social, 2014. Disponível em: <file:///D:/Downloads/Projeto_Pedag_oacute_gico_do_C_download.pdf>. Acesso em: 03/03/2017.

A perspectiva pedagógica do/a assistente social na superação do estigma em drogas

The pedagogical perspective of social assistant in overcoming drug stigma

Aline Cristina da Paixão Costa*

Resumo: O presente artigo visa trazer reflexões a respeito da dimensão pedagógica do/a assistente social na superação dos estigmas em drogas trazendo como contribuição a Política Nacional de Educação Permanente como mecanismo de desconstrução desses estigmas. Para tanto, esse artigo se pautará em uma análise crítica a respeito da atual conjuntura sofrida pela Política de Saúde Mental e na Atenção a álcool e outras drogas, levando em consideração diversos desafios para os/as assistentes sociais com relação aos estigmas. Dessa forma, o artigo será pautado em uma revisão bibliográfica a respeito dessa temática dentro da perspectiva teórica crítica marxista.

Palavras-chaves: estigma, substâncias psicoativas, educação permanente e saúde.

Abstract: This article aims to bring reflections on the pedagogical dimension of the social worker in overcoming stigmas in drugs bringing as contribution the National Policy of Permanent Education as a mechanism to deconstruct these stigmas. To this end, this article will be based on a critical analysis regarding the current situation suffered by the Mental Health Policy and in Attention to alcohol and other drugs, taking into account several challenges for social workers in relation to stigmas. In this way, the article will be based on a bibliographic review about this theme within the critical Marxist theoretical perspective.

Keywords: Stigma, Psychoactive Substances, Permanent Education and Health.

Recebido em: 15/09/2020

Aprovado em: 18/01/2021



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Assistente Social. Discente do Curso de Especialização em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca ENPS, Rio de Janeiro, RJ.

Introdução

O consumo de substâncias psicoativas classificadas como drogas, sempre foi um assunto polêmico em quase todas as partes do mundo. O tabu acerca dessa prática perpassa questões morais, políticas, econômicas e sociais; e ainda, determina as formas de compreensão sobre o assunto - que muitas vezes, são alicerçadas em juízos morais contidos no senso comum – bem como nas suas formas de controle e, cuidado adotadas pelo Estado e pela sociedade (GONÇALVES; ALBURQUERQUE, 2016: 23).

No Brasil, a problematização em torno das drogas sempre foi tratada como uma ação punitiva e disciplinadora das práticas sociais. Em relação as políticas públicas, essa questão só passou a ser alvo de ação do Estado nas últimas décadas do século XX, passando a reconhecer o problema do abuso e da dependência de drogas, também como uma questão social e de saúde (GONÇALVES; ALBURQUERQUE, 2016).

Nesse sentido, é através da institucionalização das leis que regem a saúde mental, a Lei nº.10.216/2001, Política Nacional de Álcool e outras Drogas de 2003 e a Portaria MS/GS nº3.088/2011, que os direitos as pessoas com transtornos mentais incluindo as que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas, passam a redimensionar um novo modelo de atenção à saúde mental para uma perspectiva mais democrática, promovendo a integração e reinserção social dos indivíduos dentro serviços substitutivos de saúde mental voltados para a Redução de Danos.

a ampliação de políticas sociais sobre drogas tem implicado em novos espaços ocupacionais para os assistentes sociais que, por sua vez, demandam a estes profissionais respostas profissionais qualificadas e resolutivas. Nessa perspectiva, considerando o vínculo orgânico da profissão com as políticas sociais, para a análise sobre a direção destas respostas, é importante compreender as tendências contemporâneas das políticas sociais sobre drogas no país (ALBUQUERQUE, 2018, p.147).

Com uma visão anti-proibicionista, o campo da saúde, propõe uma visão ampliada em torno do sujeito em seu processo de adoecimento e dependência, tendo por objetivo minimizar os fatores sociais provocados pelo uso abusivo com ênfase na promoção, prevenção e reinserção social desses sujeitos aos dispositivos territoriais de atenção psicossocial.

Embora, os avanços no campo das políticas públicas no cuidado integral tenham ocorrido tardiamente, “essas conquistas, vêm sendo ameaçadas pela retomada do novo higienismo, que vem atualizando as linhas limítrofes entre a proteção e a punição por meio das intervenções do Estado Penal junto aos usuários de drogas e, as novas formas de controle e normatização desse processo” (QUIXABA; SCHEFFER, 2015).

Desse modo, assistimos a ofensiva neoconservadora com as mudanças na Política

Nacional de Saúde Mental em especial na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) com a Portaria GM/MS n.º 3.588/2017, ampliando ambulatorização e internação em Comunidades Terapêuticas, articulado com as Resolução CIT n.º 32/2017, a Resolução CONAD n.º 1/2018, a nova Nota Técnica n.º.11/2019, alterando as Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas e a mais recente Resolução do CONAD n.º 03/2020, que passa instituir o acolhimento de adolescentes com problemas decorrentes do uso e abuso de álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas.

Além desses desmontes, vemos também os ataques na Política Nacional de Atenção Básica, em especial nas Unidades de Atenção Básica (UBS), incluindo os Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASFs, com a suspensão dos contratos de trabalhos, atrasos salariais, demissões em massa, a falta de insumos básicos como medicamentos e de profissionais qualificados no suporte a situações relacionadas ao sofrimento psíquico e aos problemas relacionados ao uso de crack, álcool e outras drogas.

É através desses desmontes, que ampliam-se o financiamento para as internações psiquiátricas em Hospitais Gerais priorizando as internações involuntárias principalmente para usuários dependentes de substâncias psicoativas, defendendo o retorno de aparelhos repressivos como o uso eletroconvulsoterapia, o consumo em massa de psicotrópicos, a exclusão da Redução de Danos como objetivo doutrinário da Política Nacional de Álcool e outras Drogas (PNAD), além do estímulo ao financiamento das Comunidades Terapêuticas - CTs que vem conquistando adeptos articulados ao neopentecostalismo sob a Frente Parlamentar em apoio das CTs religiosas, como por exemplo, a Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FEBRACT) e a Federação das Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil (FETEB). Assim,

tal política serve muito mais à coerção, criminalização da pobreza e militarização da vida social, do que efetivamente à perspectiva da saúde coletiva e de proteção integral à infância e à juventude. Desse modo, a ideologia do proibicionismo tem se mostrado extremamente funcional à legitimação da redução do Estado Social e da ampliação do Estado Penal, contribuindo em muitos aspectos para a barbárie contemporânea (CFESS, 2017: 10-1).

No contexto de pandemia da COVID-19 (SARS-CoV-2), a situação ser agrava ainda mais, alterando os serviços de saúde mental que passam atender em casos emergenciais ou remotamente e ampliando as consultas online pelo setor privado. Assim, nesse cenário de contra ataques aos direitos da classe trabalhadora combinadas com as altas taxas de desemprego acaba agravando ainda mais o sofrimento psíquico e consumo de substâncias psicoativas

Nesse processo, emergem discursos moralizantes em torno da questão das drogas com

medidas extremamente punitivas sob a penalização de seus consumidores, em especial, aqueles oriundos das grandes periferias/favelas do país. Deste modo, em tempos de barbárie dentro das políticas de saúde mental, a intervenção com os usuários que fazem uso prejudicial de álcool e outras partes de uma perspectiva penalizadora.

Em relação aos estigmas em drogas, essa conjuntura não diminui a sua superação, pelo ao contrário, legitima cada vez a repressão do Estado de Segurança Pública, apoiado ao extermínio da população negra oriundas das grandes periferias brasileira.

Apesar da Lei nº 11.343/2006, reconhecer a diferenciação entre usuário e traficante, na prática essa análise continua sendo reproduzida pela cultura punitiva, estruturado no racismo estrutural, de que todo consumidor negro é marginal e perigoso, em especial as populações oriundas das grandes periferias, reforçando o discurso lombrosiano de que essas populações têm tendências biológicas a cometerem delitos. Assim, podemos concordar que:

a “questão das drogas” têm raízes na condição de pauperização da classe trabalhadora na sociabilidade capitalista, que no Brasil, toma contornos particulares circunscritos por determinações outras, como o racismo e o patriarcado; no entanto, em cada contexto, essa expressão da “questão social” adquire determinada particularidade histórica, assim como as formas de enfrentamento e tratamento por parte do Estado (ALBUQUERQUE, 2018: 99).

É com base nessas análises, que o presente artigo visa analisar a importância da perspectiva de pedagógica do/a assistente social na superação dos estigmas, bem como suas contradições e implicações dentro da realidade social, trazendo como elemento importante a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde em consonância com os princípios norteadores do nosso Projeto Ético Político profissional.

Afinal, o que é o estigma e qual sua relação com criminalização das drogas

Segundo a obra de Goffman, “Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada”, o termo estigma, é definido como uma característica negativa e desqualificada para definir a diferenciação entre o sujeito estigmatizado e o não estigmatizado tendo como uma de suas marcas características distorcidas (GOFFMAN, 2004).

Ao descrever sobre um sujeito carregado de estigma, Goffman (2004), descreve que sua identidade passou a ser marcada por certas identidades distintas, que o coloca em uma certa posição de “inferioridade”. Assim, um sujeito estigmatizado passa a ser carregado por estigmas específicos como: aleijado, bastardo, retardado, burro, deficiente, louco, entre outros.

Para definir a concepção de estigma, o mesmo autor apresentou em sua obra três características para definir este conceito. A primeira concepção, traz as abominações do corpo

em suas deformidades físicas; o segundo traz as culpas de caráter individual percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, sendo inferidas a partir de relatos de conhecidos, como por exemplo, o distúrbio mental, o vício, o alcoolismo, a homossexualidade, o desemprego, o comportamento político radical, que são transmitidos através da cultura de diferentes povos.

Por outro lado, Goffman parte de uma visão que há uma forte ligação entre o estigma e o desvio, revelando a materialização de certas marcas criadas para determinar pessoas pertencentes a certos grupos sociais considerados “inferiorizados”. Assim, a relação desses sujeitos com os estigmas tem uma relação de dominação, construída historicamente para demarcar o lugar de subalternidade ocupa certos grupos sociais com a relação aos demais (GOFFMAN, 2004).

Nessa concepção, que o estigma passa a ser utilizado para definir alguém com características profundamente “depreciativas”, o que o torna diferente dos outros sujeitos. Portanto, sua construção ocorre em situações sociais marcadas pelas desigualdades sociais de classes, raça e gênero.

Em relação aos estigmas em torno dos usuários que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas no Brasil, essa problematização é acompanhada desde final do século XIX, com o processo de criminalização da cultura africana dentro do país, que passa a proibir a venda e o consumo de substâncias extraídas da planta Cannabis, em especial a maconha¹, representando uma ameaça a sociedade pós-abolicionista.

Nesse contexto, as práticas e costumes negros, tão presentes em uma sociedade recém saída da escravidão, representavam empecilhos para o lema “ordem e progresso” pretendido pela elite política e intelectual. Assim como o candomblé e a capoeira, a maconha estava associada aos africanos e seus descendentes e seu uso, além de prejudicar a formação de uma República moralmente exemplar, poderia se disseminar entre as camadas ditas saudáveis – leia-se brancas – e arruinar de vez o projeto de uma nação civilizada (GONÇALVES, 2013: 5).

Com a virada do século XX, com o processo de consolidação do saber médico institucionalizado. A regulamentação estatal diante do enfrentamento das drogas, foi fortalecendo a ideia de que certas substâncias “propiciavam estados de loucura, comportamentos anormais que impediam o desenvolvimento de uma vida social saudável e regrada (GONÇALVES, 2013: 12).

Esse elemento acarretou a legitimação de uma política proibicionista eugenista, baseada

¹ Também conhecida como “fumo negro” ou maconha. É uma erva de origem africana, trazida pelos escravizados durante a escravidão, seu consumo passou a estar associado aos negros libertos e seus descendentes no final do século XIX.

em teorias raciais em torno do uso/consumo de diversas substâncias como: cocaína, ópio e cannabis. Nesse contexto, inaugura-se a teoria lombrosiana na construção do “sujeito nato” biologicamente associado a criminalidade, tendo como principal alvo o corpo negro, considerado como elemento suspeito da ordem pública.

Assim, o principal alvo dessa política, sempre foram os corpos negros, que passaram a ocupar as prisões e manicômios, estabelecendo esses lugares, como o “lugar natural” para aqueles(as) que fazem uso dessas substâncias. Como já nos apontava Gonzalez (1984) sobre o “lugar natural” desse corpo.

Já o lugar do natural do negro é oposto, evidentemente: da senzala as favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...). No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende, porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões; *manicômios, instituições de acolhimento institucional e nas ruas* (GONZALES, 1984: 232 – itálicos nossos).

Já no cenário atual, essa lógica continua ser perpetuada na vida cotidiana para definir o/a sujeito(a) que faz uso dessas substâncias, reforçando ainda a utilização de termos depreciativos como “drogado”, “maconheiro”, “maloqueiro” e “cracudo” para descrever esse sujeito que faz uso recorrente dessas substâncias criando barreiras para a superação dessa lógica. Assim,

O usuário de drogas é apresentado como um ser, por um lado, improdutivo, sem qualificação intelectual e sem parâmetros morais, um estorvo para a família e para sociedade, na medida em que não representa o modelo de normalidade esperada. Por outro, também não se encaixa nesse modelo, ao ser apresentado como desprotegido, sem autonomia, destituído de noções elementares de segurança, oscilando, dessa forma, entre o delinquente/ o que ameaça representações sobre o drogadicto é uma sentença acusatória sobre sua conduta e seu papel social. O que equivale dizer que, dada sua opção pela droga, esse indivíduo torna-se o protótipo do excluído moderno (GARCIA; HYGINO, 2003: 37).

No caso de territórios periféricos, em especial as favelas, o extermínio da juventude negra ocorrem dentro do domínio da necropolítica aliada a uma política proibicionista em torno das drogas, que passam a se expressar na estigmatização e naturalização da violência estrutural de grupos raciais tendo como ferramenta o controle e a repressão desses sujeitos.

Desse modo, o proibicionismo, colocou a estigmatização da imagem distorcida em torno do traficante e usuário, colocando o traficante como inimigo da ordem (perigoso nato) aquele oriundo das periferias e das favelas, projetando assim o desenho estético racista de quem são os(as) criminalizados(as) e de quem não são, agravando as condições desigualdades e os lugares

que ocupam a população negra. Assim:

O aparato repressor do Estado não procura por drogas entre jovens da classe média, porque eles são vistos apenas como usuários, não são vistos como traficantes. Para jovens negros apanhados com um papelote de maconha não vale a mesma regra: são traficantes. Nesse sentido, o uso de drogas ilícitas é um assunto de saúde pública geralmente para os filhos brancos da classe média e alta brasileira; enquanto o tráfico de drogas é caso de polícia para os pretos, pardos e pobres das favelas e periferias (ARAÚJO, 2017: 75).

Nesse sentido, a tipificação da imagem social atribuída ao traficante e o usuário dependerá do seu CEP e da sua cor de pele. Nota-se então, que a estigmatização em torno dos sujeitos ocorre de forma distinta. Demarcando o lugar espacial que o “corpo negro ocupa” dentro da sociedade brasileira.

É nesse processo que surge o mito do traficante exposto pela grande mídia: jovem, negro, morador das favelas e que é sempre exibido em programas de televisão portando armamentos pesados como forma de se criar no imaginário da população um estigma ou estigmas de bandido, buscando, assim, a legitimidade necessária para subjuga-lo (JESUS, 2014: 34).

Observa-se dessa forma, que o processo de moralização e demonização em torno do enfrentamento das drogas, acaba levando a uma concepção distorcida de seu enfrentamento para uma conduta repressiva e punitiva por parte do Estado Penal, sobre os grupos de cidadãos considerados historicamente “inferiorizados” como: negros, pardos, indígenas e refugiados. Dessa maneira:

O usuário de drogas faz parte dessa concepção histórica, que vem atualizada no sistema neoliberal na concepção de classes “perigosas” e “incivilizadas”. Esse estigma não facilita em nada o ingresso dessas pessoas na sociedade “civilizada”; pelo contrário, com a falta de oportunidade que a sociedade brutalmente lhes extrai, só impulsiona mais essas pessoas à situação de dependência que a sociedade tanto condena. Esses estereótipos discriminatórios são sustentados por dois alicerces, a desigualdade social e a falta de oportunidades igualitárias para todos (QUIXABA; SCHEFFER, 2015: 86).

Essa construção social, é marcada por uma herança escravista, baseada no racismo estrutural e no patriarcado, que traz ainda hoje a noção de “classes perigosas”, baseado no julgamento moral lombrosiano em torno da penalização de seus consumidores e na forma como o Estado Penal vem lidando com essa questão. Assim, a “guerra contra as drogas” não é uma guerra contra as “drogas” de modo geral, mas sim uma guerra contra a população negra oriundas de territórios periféricos, constituído em sua maioria de jovens negros(as) e pobres que tem seus direitos violados por parte do Estado.

Ser tratando das relações de gênero, esses estigmas penalizam ainda mais as mulheres negras que fazem uso prejudicial dessas substâncias, que passam a ser vítimas de toda estrutura patriarcal e sexista que atribuem o papel da mulher na esfera da reprodução. Assim, muitas

dessas mulheres evidenciam a culpabilização de não estarem cumprindo o “papel de mães”, tendo seus filhos retirados pelo Estado e sendo “objeto” da tripla descriminalização (o racismo, o machismo e o sexismo).

Esses estigmas não facilitam em nada o ingresso dessas pessoas na sociedade “civilizada”; pelo contrário, com a falta de oportunidade que a sociedade brutalmente lhes extrai, só impulsiona mais essas pessoas à situação de dependência que a sociedade tanto condena (QUIXABA; SCHEFFER, 2015: 86). Dessa maneira, a não ruptura desses estigmas acabam levando a reprodução de discursos morais em torno desses sujeitos.

Nesse sentido, trago a importância das ações educativas em saúde articulado com a Política Nacional de Educação Permanente instituída pelo Sistema Único de Saúde, como processo de desconstrução desses estigmas e a contribuição da prática pedagógica do/a assistente social para o processo de emancipação desses sujeitos.

A dimensão pedagógica do serviço social na superação dos estigmas

Historicamente, as práticas educativas desenvolvidas pelos assistentes sociais vinculam-se, predominantemente, à necessidade de controle exercido pelas classes dominantes, quanto à obtenção da adesão e do consentimento do conjunto da sociedade aos processos de produção e reprodução social, consubstanciados na exploração econômica e na dominação político-ideológica sobre o trabalho (ABREU; CARDOSO, 2009: 1).

Tal função, é mediatizada pelas relações entre o Estado e a sociedade civil no enfrentamento da questão social, integrada a estratégias de racionalização da produção e reprodução das relações sociais. É por meio dessa função, que o assistente social se insere no campo das atividades que incidem sobre a organização de cultura (ABREU, 2004: 17).

Desse modo, a função pedagógica ²do/a assistente social sempre esteve direcionada a uma dimensão formadora de cultura, no sentido de estabelecer uma ponte entre a sua intervenção profissional e as respostas dadas para o enfrentamento da questão social. Assim, para Abreu (2004), as formas de inserção profissional do/a assistente social nas últimas décadas se deram a partir de três perfis pedagógicos formadores de cultura: a *pedagogia da ajuda*, a *pedagogia da participação* e *pedagogia da emancipação*.

Nesse três perfis pedagógicos, a pedagogia da ajuda, limitava-se a uma dimensão

² O fundamento básico dessa discussão sobre a função pedagógica desempenhada pelos(as) assistentes sociais encontra-se na premissa gramsciana de que “toda relação de hegemonia é eminentemente pedagógica” (GRAMSCI, 1978), mediante a qual fica afirmada a vinculação das práticas educativas a luta pela hegemonia na sociedade, como elemento estratégico na base dos processos formadores da cultura (ABREU; CARDOSO, 2009: 3).

conformista mecanicista a partir da filosofia humanista cristã do pensamento neotomista, vinculado ao processo de organização da cultura dominante, apoiados na metodologia de estudos de Mary Richmond, em sua obra Diagnóstico Social. Tal ajuda, esteve direcionada ao desenvolvimento de uma ajuda individualizada, de cunho moralizador higienista de reintegração social e moral do trabalhador assalariado no processo de reprodução capitalista .

Assim, o/a assistente social era demandado atuar no ajustamento dos indivíduos, intervindo apenas nos processos de ordem moral, adequando os indivíduos para a produção e organização da sua força de trabalho a partir de estratégias da ordem dominante. O objetivo, nada mais era, que afastar os trabalhadores dos desvios ócios que poderia prejudicar seu processo de adaptação ao modo de produção capitalista e no progresso da recente nação industrializada.

Na pedagogia da participação, a metodologia do Serviço Social teve como influência a política desenvolvimentista, fundado nas propostas de Desenvolvimento de Comunidade que foram fortemente desenvolvidas nos países da América Latina entre as décadas de 1950 a 1960 sob a hegemonia imperialista norte americana.

Para Abreu (2002), essa pedagogia teve como pressuposto a atualização da assistência educativa a partir do processo de modernização da herança conservadora profissional tendo como expressão o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina na década de 1960. Nesse sentido, coloca-se como um novo instrumento a adesão de coerção dos sujeitos, sustentado pelas perspectivas funcionalista e fenomenológica, reatualizando valores tradicionais presentes na profissão.

Já na pedagogia emancipatória, temos como expressão da perspectiva teórico crítica marxista, com base na construção de um processo emancipatório das classes subalternas, mediante as novas formas de inserção profissional e seu compromisso na luta pela democracia das classes subalternas. Assim, suas principais expressões ocorrem logo após o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, em 1979, representando um marco com a ruptura do conservadorismo na profissão e na construção do Projeto Ético Político profissional, reafirmando os valores éticos políticos vinculado a construção de nova ordem societária.

Desta forma, a dimensão pedagógica emancipatória reafirma seu compromisso com as lutas coletivas da classe trabalhadora criando estratégias concretas para o seu enfrentamento na ampliação e a consolidação da cidadania. Sendo assim, podemos concordar que o Serviço social é uma:

profissão de cunho educativo, inscrita, predominantemente, nos processos de organização/reorganização/afirmação da cultura dominante – subalternizante

e mistificadora das relações sociais – contribuindo para o estabelecimento de mediações entre o padrão de satisfação das necessidades sociais, definido a partir dos interesses do capital, e o controle social sobre a classe trabalhadora. Todavia, cabe ressaltar que, nas três últimas décadas, em contraposição a essa tendência dominante registra-se, no âmbito do amplo movimento de reconceituação do Serviço Social na sociedade brasileira, o avanço do processo de vinculação do projeto profissional que se consolida, nos anos 1980, às lutas sociais da classe trabalhadora e de outros segmentos sociais (ABREU, 2004: 44).

Neste sentido, o/a assistente social tem um processo importante na vida social, realizando um trabalho de cunho educativo para responder interesses contraditórios da classe subalterna, ocupando uma posição privilegiada de construção de estratégias na efetivação dos direitos sociais e na sua politização. Deste modo, podemos dizer que a função pedagógica do assistente social:

vincula-se a capacitação, mobilização e participação populares mediante, fundamentalmente, processos de reflexão, identificação de necessidades, formulação de demandas e controle das ações do Estado de forma qualificada, organizada e crítica (ABREU *apud* IAMAMOTO, 2015: 329).

Esse processo, mobiliza na organização da categoria profissional dos/as assistentes sociais na formação de identidade de classe, como parte da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, cria condições de uma reinserção crítica nos espaços institucionais pela legitimação junto às classes subalternas, como intelectual comprometido com a formação de consciência e organização política dessas classes (ABREU, 2002).

Entretanto, a reformulação do modelo de acumulação capitalista vivenciada nos últimos anos com crise orgânica do capital, criou um novo conformismo social que acabou colocando em xeque as lutas democráticas oriundas pela classe trabalhadora. Sob esses moldes, instaura-se um novo padrão de acumulação capitalista, que fragmenta a organização de classe e mercantiliza os direitos conquistados pela classe trabalhadora.

É dentro desse cenário, que os retrocessos sofridos dentro da Política de Atenção à usuários de álcool e outras drogas passam rebater ainda mais o trabalho dos/as assistentes sociais dentro dos serviços públicos de saúde com os desmontes sofridos nas políticas de Seguridade Social a partir da Emenda Constitucional nº.95/2015 (EC 95) e com os reajustes fiscais tensionado pela política neoliberal.

Assim, sob uma perspectiva conservadora, essa redefinição consiste numa reatualização da função pedagógica tradicional vinculada as modalidades de “ajuda psicossocial individualizada”, e de “participação” para o ajustamento, mediante incorporação de novos elementos e mediações que refuncionalizam essas pedagogias no processo de reorganização da cultura pelos detentores do capital (ABREU, 2002: 190).

Tal retórica, enfatiza a retomada de práticas conservadoras e fiscalizadoras que

fortalecem de fato tendências a individualização e a responsabilização das classes subalternas quanto a busca de respostas às suas necessidades básicas e, mais do que isso, visam dificultar o avanço da formação de uma consciência de classe, conseqüentemente, da construção do processo de emancipação humana por essas classes (ABREU, 2002, p.187). Assim:

A reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista. A categoria não está imune aos processos de alienação, à influência do medo social, à violência, em suas formas subjetivas e objetivas (BARROCO, 2011: 212).

Esses valores, passam a remeter a criminalização em torno dos usuários que fazem uso de substâncias psicoativas, cercando-os de qualquer possibilidade de escolha e ao mesmo tempo os culpabilizam por suas próprias condições sociais contribuindo para a naturalização dos estigmas que perpassam em torno desses sujeitos. Por isso, “no cotidiano profissional, é preciso atentar para o significado de termos que expressam preconceitos, reducionismos e estigmas relacionados ao uso e às/aos usuárias/os de psicoativos” (CFESS, 2016, p.9).

Nesse sentido, o/a assistente social precisa estar capacitado(a) para enfrentar esse discurso, de forma a não reproduzi-lo, reeditando o conservadorismo profissional, a não atender às novas requisições do estado policial, para não incorporá-las exercendo a coerção (BARROCO, 2011: 213).

Desse modo, o grande desafio para o assistente social volta-se para o rompimento de práticas policiais, proibicionista e racistas em torno do usuário dependente de psicoativos, contribuindo para uma prática reflexiva emancipatória de uma nova concepção em torno desses sujeitos, respeitando sua autonomia e liberdade. Assim, Serviço Social que atuam na política de saúde mental e atenção a usuários de álcool e outras drogas, tem como desafio ampliar as concepções em torno das questões étnicas raciais, decifrando as expressões da questão social de forma crítica, propositiva e emancipatória.

Logo, a ação profissional deve romper com função pedagógica conservadora e alienante, que contém elementos ligados ao ajustamento dos indivíduos, culpabilização e, psicologização das relações sociais que por sua vez não levam a superação dos estigmas em torno desses sujeitos que fazem uso de substâncias psicoativas.

Nesse sentido, o/a assistente social contribui para uma apreensão crítica da realidade que perpassam o cotidiano da vida social daqueles que lidam diariamente com questão das drogas, elucidando um processo pedagógico emancipatório de construção coletiva para a

construção de uma nova cultura antiproibicionista, antirracista, antipatriarcal e anticapitalista.

Então, cabe ao assistente social dentro desse âmbito, estimular e fortalecer o controle social, por meio de ações socioeducativas pedagógica a respeito do uso de drogas a partir de uma perspectiva crítica e emancipatória, contribuindo para democratização nos espaços de controle social em saúde. Assim:

Para além desses espaços sócio ocupacionais dos conselhos e de organização política as estratégias de mobilização utilizadas pelo assistente social podem ainda desenvolver-se no campo da **comunicação social**³, utilizando a linguagem escrita e audiovisual, de modo a impulsionar uma consciência crítica capaz de desmistificar-se e desencadear ações coletivas que se contraponham a cultura domesticadora, também difundida pela mídia e outros meios de comunicação (ABREU; CARDOSO, 2009: 13).

É importante ressaltar, que segundo a Resolução n.273/1993, que institui o Código de Ética Profissional do Assistente Social tem em seus princípios fundamentais: a necessidade do aprimoramento intelectual contínuo; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e o exercício profissional sem ser discriminado e nem discriminar, tendo como opção a construção de um projeto profissional emancipatório vinculado a uma nova ordem societária livre de qualquer tipo de opressão e exploração de classe, etnia e orientação sexual.

Para que ganhe concretude, requer do(a) assistente social o conhecimento amplo sobre as legislações sociais de forma crítica e reflexiva, analisando todo movimento histórico que perpassa a relação dos estigmas em drogas para a desconstrução do senso comum em torno dos sujeitos. Cabe destacar, a importância da articulação do Serviço Social com o trabalho coletivo em saúde, com vista a potencializar a organização e a participação no cuidado em saúde mental na atenção aos usuários que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas. Assim,

Conhecer a legislação que regula a produção, o comércio e o consumo dos psicoativos, entender os interesses que levam à proibição de algumas substâncias e os impactos do proibicionismo sobre a questão social são exigências para um posicionamento crítico diante da realidade social e profissional e do consumo de psicoativos (CFESS, 2016: 12).

Portanto, a dimensão pedagógica do(a) assistente social, possibilita respostas qualificadas as necessidades impostas na realidade cotidiana, desconstruindo todas as formas de preconceitos e violações de direitos relacionado aos usuários(as) que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas contribuindo assim para o processo educativo e político para a construção de uma nova ordem societária.

³ Aqui, chamo a atenção para a importância da comunicação social como uma estratégia pedagógica de politização e de superação da ordem capitalista.

Política de Educação Permanente em Saúde e o Serviço Social uma estratégia de superação e transformação

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), foi instituída no ano de 2004, como um produto de lutas sociais e esforços promovidos pelas diferentes categorias da sociedade civil, representando um marco para a formação e trabalho em saúde no Brasil e promovendo transformações das práticas do trabalho em saúde até então dominantes (BRASIL, 2018).

Instituída através da Portaria GM/MS n.198/2004, representa um marco para a formação em trabalho em saúde, possibilitando a construção espaços coletivos em articulação com o processo de controle social no processo de cuidado em saúde e a ruptura com o modelo biomédico dominante até então nas práticas educativas em saúde. Com isso:

Surge em um contexto em que as metodologias tradicionais, pautadas na perspectiva da Educação Continuada, já sinalizaram uma insuficiência no sentido de auxiliar os trabalhadores a superar as problemáticas da realidade concreta dos serviços (BRASIL [2003] *apud* MAGALHAES, 2017: 31).

Com isso, a PNEPS, em seu artigo n.2, reafirma o compromisso com os princípios doutrinários do SUS como (universalidade, equidade e integralidade) e a efetiva participação popular no âmbito do SUS, propondo uma prática pedagógica que perpassa as ações voltadas para a promoção, proteção e recuperação em saúde, articulado com vários saberes valorizando os saberes populares, culturais e científicos e contribuindo para a produção individual e coletiva de conhecimentos dentro dos espaços coletivos em saúde.

Nesse sentido, a PNEPS em seu Art 3º no inciso V, tem em seus princípios pautados na emancipação, na superação e na libertação de todas as formas de opressão, exploração, discriminação e violência ainda vigentes na sociedade, que produzem a desumanização e os determinantes sociais do processo de adoecimento (BRASIL, 2013).

Assim, podemos dizer, que seus princípios se articulam com os princípios norteadores do nosso Código de Ética Profissional a partir da Resolução n.273/93:

- *Reconhecimento da liberdade* como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- *Defesa intransigente dos direitos humanos* e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- *Posicionamento em favor da equidade e justiça social*, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

- *Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito*, incentivando o respeito a diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças;
- *Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais* que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- *Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar*, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.
- *Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população* e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional. (CFESS, 1993: 23 – itálicos nossos).

No campo do cuidado em saúde mental e na atenção de usuários que fazem uso prejudicial álcool e outras drogas, a estratégia em educação permanente tem como desafio não apenas consolidar a Reforma Psiquiátrica/Sanitária, mas também desmistificar o estigma em torno da questão das drogas e a visão proibicionista, tendo como princípios orientadores o direito à cidadania, a inclusão social e autonomia para além de práticas moralizantes e punitivas que atravessam a vida desses sujeitos.

Assim, a Educação Permanente em Saúde, tem como proposta uma estratégia pedagógica de transformação no campo das práticas de formação em saúde, visando modificação de estratégias educativas tradicionais, reafirmando e consolidando os princípios do Sistema único de saúde (SUS) e principalmente os direitos dos/as usuários(as).

Dessa forma, ser constitui como uma ação importante para fomentar mudanças nos processos de trabalho em saúde, especialmente no que diz respeito à atenção em saúde mental e no cuidado em álcool e outras drogas devido às diversas especificidades e complexidade que envolvem esse campo, já que nesse espaço ainda é predominante ações voltadas para perspectiva biomédica moralizantes.

Por isso, independentemente da área de atuação profissional, cabe à/ao assistente social contribuir com a superação de preconceitos e de perspectivas moralizantes, que contribuem para a violação de direitos das/os usuárias/os de psicoativos (CFESS, 2016: 14).

Por este motivo, a PNEPS e a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS e CRESS ⁴constituem uma ferramenta política e pedagógica emancipatória, importantes na hora

⁴ Usaremos como reflexão tanto a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, como a Política de Educação Permanente do conjunto CFESS-CRESS para a desconstrução dos estigmas em torno dos sujeitos que fazem uso de substâncias psicoativas.

fomentar mudanças relacionadas ao olhar em torno do usuário de substâncias psicoativas, desconstruindo os estigmas e estereótipos em torno dos mesmos desvelando a realidade inserida e propondo ações interdisciplinares de transformação para além de uma visão abstrata moralizante. Nesse sentido:

A proposta de Política de Educação Permanente se contrapõe à lógica instrumental abstrata, do chamado Capital Humano, tão difundido pelo modelo de acumulação flexível e reforçado no ideário neoliberal, que reduz a noção de formação continuada a um conjunto de treinamentos esparsos, para atender às demandas mais imediatas do mercado (CFESS, 2012: 23).

Ser tratando do Serviço Social, ressaltamos a importância da dimensão da educação permanente enquanto instrumento de luta ideológica e política da categoria profissional para desconstrução em torno dos estigmas sob a questão drogas (CFESS, 2012: 9).

Nesse sentido, a Política de Educação Permanente fortalece um dos princípios fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social, no que se refere ao “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”.

Podemos concordar, que os princípios do nosso projeto profissional estão em permanente consonância com a PNEPS na reafirmação dos direitos humanos e sociais da classe trabalhadora, sustentando esse compromisso. Deste modo, a Política de Educação Permanente do conjunto CFESS-CRESS tem por objetivos:

- Afirmar o compromisso com o aprimoramento intelectual e qualidade dos serviços prestados à população, na perspectiva de assegurar a competência profissional; (Princípios Fundamentais - Código de Ética Profissional);
- Constituir espaço de aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios ético-políticos;
- Evidenciar a dimensão política da Política de Educação Permanente como instrumento de reflexão sobre a realidade social e aprimoramento da intervenção profissional;
- Contribuir para a consolidação da direção política do Conjunto CFESS-CRESS na defesa da profissão e dos interesses dos/as usuários/as do Serviço Social;
- Constituir-se como instrumento de fortalecimento do Projeto Ético-político Profissional;
- Contribuir para a sistematização e análise das expressões da “questão social” em âmbito nacional e local;
- Promover articulação com entidades representativas dos/as usuários/as e movimentos sociais na análise sobre a questão social, provocando reflexões sobre a realidade socioeconômica e política que permeia a intervenção profissional; Promover articulação

com entidades representativas dos/as usuários/as e movimentos sociais na análise sobre a questão social, provocando reflexões sobre a realidade socioeconômica e política que permeia a intervenção profissional;

- Contribuir para a consolidação da direção do Conjunto CFESS-CRES na defesa das Políticas Públicas e da Democracia (CFESS, 2012: 46).

Portanto, a Educação Permanente em Saúde articulado com a Política de Educação Permanente do conjunto CFESS-CRESS, contribuem como um instrumento de combate para quaisquer formas de discriminação, criando estratégias de engajamento crítico e político dentro dos espaços de cuidado em álcool e outras drogas em consonância com nosso projeto ético político articulado a uma prática educativa para emancipação das classes subalternas.

Porém, com os retrocessos em torno da Política de Saúde Mental no enfrentamento álcool e drogas e na RAPS, vemos uma forte tendência neoconservadora entre os profissionais de saúde, reproduzindo discursos moralizantes e racistas em torno desses sujeitos, reforçando a criminalização e a subalternização. Para isso, torna-se fundamental a perspectiva crítica, a capacitação contínua de estratégias coletivas desvinculadas a todo e qualquer formas preconceitos que cercam esses sujeitos.

Considerações Finais

A precarização e os desmontes sofridos nos últimos anos dentro da política de saúde mental e atenção álcool e outras drogas, torna-se um grande obstáculo na superação dos estigmas em torno desses sujeitos que passam a ser atravessado por diversas violações de direitos legitimado pela ideologia dominante neoconservadora.

Apesar do Brasil ter avançado na maneira de compreender a questão das drogas, há um longo caminho a ser percorrido, porque as visões simplistas e reducionista, ainda compõem o discurso antidrogas presentes nos diversos espaços, como na mídia, no sistema penal e no senso comum (OLIVEIRA, 2012: 211).

O senso comum torna dessas substâncias desempenham papel central na reprodução dos estereótipos, que por sua vez, é alimentado pela discriminação e racismo estrutural, que se torna como parte central da criminalização das drogas fortalecendo intervenções coercitivas e punitivas por parte do Estado.

Esse processo, vem prejudicando as políticas de prevenção e educação permanente nos espaços de públicos de saúde voltados para atenção aos sujeitos que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas, que por sua vez, acabam reforçando a perspectiva de cuidado para um viés moralizador.

Assim, como uma das formas de enfrentamentos dessa questão, deve ser ampliada atividades voltadas para a capacitação permanente dentro dos Serviços de Atenção aos usuários de drogas e das demais políticas sociais, capacitando não apenas os profissionais que atuam diretamente com essas redes, mas também usuários, a comunidade e profissionais que atuam na assistência as questões relacionadas a essa demanda.

A guerra às drogas tem carregado o silenciamento das vítimas e de seus familiares em seu bojo. Vários exemplos de movimentos organizados da sociedade civil, e mesmo das forças policiais, têm denunciado o caráter de extermínio da política proibicionista das drogas, numa luta “cotidianamente contra o genocídio da população preta, pobre e periférica em todo o país”. (SILVA; DARA *apud* FERRUGEM, 2018: 73). Assim, não podemos mais tolerar essa “naturalização cultural”.

Essas dificuldades, muitas das vezes vem sendo alimentada por uma lógica mercadológica, policialesca e repressiva, pautada na marginalização desses sujeitos que fazem uso dessas substâncias, que por sua vez, acabam sendo legitimados pelo o discurso moral pautada na política de extermínio total como solução final no combate a questão das drogas.

Devido ao racismo estrutural e a discriminação articulado ao senso comum em torno desses sujeitos, há uma tendência de culpabilização, individualização, que reatualizando o ethos conservador de práticas educativas pautadas no ajustamento moral diante das classes ditas como “perigosas” e se tornando um obstáculo no processo de luta pela superação dos estigmas.

Assim, precisamos ter nítido que o “inimigo” dessa guerra não é classe subalternizada das periferias e que nosso projeto profissional não pactua com práticas racistas e valores policialescos no controle desses sujeitos. Portanto, é necessário decolonizar essa concepção dominante e racista em torno dos sujeitos que fazem uso prejudicial de substâncias psicoativas.

É nesse dilúvio, que precisamos nos unir enquanto classe, em favor de uma sociedade não capitalista, não machista, não racista e não LGBTfóbica. Para isso, os/as assistentes sociais têm uma ferramenta poderosa de conscientização e politização da classe trabalhadora para a luta contra todo o sistema opressor, que inibe emancipação humana e luta pelos direitos. A luta antirracista, não é uma luta para “negro resolver” como nos diz a intelectual Conceição Evaristo, mas sim uma luta coletiva de toda sociedade na transformação de uma nova ordem societária, livre de dominação, exploração e opressão enquanto classe, gênero e raça.

Diante disso, o desafio para o/a assistente social é contribuir para o avanço do processo de politização dos usuários na luta pela ampliação e qualidade dos serviços sociais prestados pelo Estado na contracorrente das estratégias de controle dominantes que têm as políticas sociais como mecanismos (ABREU, 2002: 212).

Portanto, a Política de Educação Permanente articulada com o processo de trabalho do/a assistente social e os demais profissionais, se torna fundamental nesses tempos de banalização da vida, ser tornando um documento valioso crítico na sua dimensão de conscientização de luta política, rompendo com a visão moralista, racista, repressora e consolidando projetos societários que visem um novo tipo de sociedade para além da ordem dominante.

Assim, a morte sistemática de jovens negros sob a guerra as drogas, precisa ser reconhecido enquanto um genocídio da juventude negra, esse é o passo inicial para seu enfrentamento e diz respeito a todos que sonham e lutam por uma sociedade mais justa e igualitária. Descriminalizar, despolicizar e abolir devem ser mais que palavras de ordem, deve ser um compromisso ético-político. Que a luta solidária das Mães de Maio, vítimas da violência de Estado, nos inspire as batalhas que se avizinham por um país mais justo. Aos jovens que perderem a vida em nome da guerra às drogas, é por vocês que não “quero seguir admitindo” (O RAPPÁ *apud* FERRUGEM, 2018: 112).

Referências

- ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- ABREU, M.M.; CARDOSO, F.G. Mobilização social e práticas educativas. Disponível em <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/zD3ifq80Dt7Az49Q4j7x.pdf>. 2009.
- ALBURQUEQUE, Cynthia Studart. Drogas, “questão social” e Serviço Social: respostas teórico políticas da profissão. Tese de Doutorado em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2018.
- _____. (org.). Drogas e Proteção Social: os desafios da intersectorialidade. Editora: Expressão Gráfica. Fortaleza, Ceará. 2016. Disponível em: <http://cress-ce.org.br/noticias/livro-drogas-e-protecao-social-os-desafios-da-intersectorialidade-e-disponibilizado-para-download-no-site-do-cressce/#:~:text=O%20livro%20%C3%A9%20resultado%20da,de%20Pesquisa%20sobre%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20C%20Servi%C3%A7o> Acesso em: 30 de junho de 2020.
- ARAÚJO, B.S.S. Crimonologia, feminismo e raça: guerra as drogas e o superencarceramento de mulheres latino americanas. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa, PB. 2017.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Comissão Intergestores Tripartite (CIT): Resolução nº.32, de 14 de dezembro de 2017. Brasília, DF.
- _____. Portaria GM/MS nº.3.588, de 21 de dezembro de 2017. Altera as Portarias de Consolidação no 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html acesso em: 21 de agosto de 2020.
- _____. Resolução do CONAD nº 1, de 13 de março de 2018. Brasília, DF, 2018. Disponível em : https://www.justica.gov.br/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/backup-senad/comunidades-terapeuticas/anexos/conad_01_2015.pdf acesso em: 21 de agosto de 2020.
- _____. Nota Técnica nº.11/2019. Brasília, DF, 2019. Disponível em:

- <http://mds.gov.br/obid/nova-politica-nacional-de-saude-mental>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.
- _____. Resolução do CONAD nº.3, de 24 de julho de 2020. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/conad/conteudo/resolucao-n-3-de-24-de-julho-de-2020.pdf> acesso em: 21 de agosto de 2020.
- _____. Política Nacional de Educação Permanente para o controle social no Sistema Único de Saúde – SUS. Ministério da Saúde, Brasília – DF, 2007. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/miolo_pep.pdf. Acesso em: 18 de agosto de 2020.
- _____. Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Ministério da Saúde, Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html. Acesso em: 18 de agosto de 2020.
- _____. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde – 1. ed. rev. Brasília, DF. 2018. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2018/dezembro/13/Politica-Nacional-de-Educacao-Permanente-em-Saude.pdf>. Acesso em: 18 de agosto de 2020.
- BARROCO, M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.
- _____. O estigma do uso de drogas. Série: Assistente Social ao combate ao preconceito – Caderno 2. Brasília – DF, 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno02-OEstigmaDrogas-Site.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2020.
- _____. Política de Educação Permanente do conjunto CFESS-CRESS. Brasília – DF, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf. Acesso em: 30 de junho de 2020.
- CFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009, p.593-608. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/zD3ifq80Dt7Az49Q4j7x.pdf>. Acesso em: 08 de agosto de 2020.
- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética do/a Assistente Social. Brasília, 1993.
- FERRUGEM, Daniela. Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial. Dissertação de Mestrado pela Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Porto Alegre, RS. 2018.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. São Paulo: Editora Coletivo Sabotagem, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4345298/mod_folder/content/0/GOFFMAN%2C%20E.%20Estigma%20notas%20sobre%20a%20manipula%C3%A7%C3%A3o%20da%20identidade%20deteriorada..pdf?forcedownload=1. Acesso em: 25 de junho de 2020.
- GONÇALVES, Luisa Sadd. Fumo negro: a criminalização da maconha no Brasil. Dissertação de Mestrado pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Bahia, BA. 2013.
- GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- HYGINO, Angela; GARCIA, Joana. Drogas: a permanente (re)encarnação do mal. In: Revista Serviço Social e Sociedade: Saúde e Qualidade de vida e direitos, São Paulo, nº 74, ano XXIV, 2003.

- IAMAMOTO, M.V. Serviço Social em tempos de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed – São Paulo: Editora Cortez, 2017.
- JESUS, Carlos Henrique Martins. A Relação estigma-desvio como elemento norteador no uso da violência ou da força na atividade policial. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.
- MAGALHÃES, M.P.C. Educação Permanente em Saúde Mental: Pesquisa Intervenção em um CAPSad. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. São Paulo, 2017.
- OLIVEIRA, Claudete J de Oliveira. O enfrentamento da dependência do álcool e outras drogas pelo Estado brasileiro. In: Saúde e Serviço Social (Org.). Editora Cortez, São Paulo, 2012.
- SCHEFFER, Graziela; QUIXABA, Auriane. Trabalho, Estigmas e Uso de Drogas: Encruzilhadas da inserção ao mercado atual. Revista Serviço e Realidade, Franca, v4, p. 79-108, 2015.

A proteção de crianças e adolescentes contra castigos físicos aplicados por pais ou responsáveis

Protection of children and teenagers against physical punishment by parents or guardians

André Viana Custódio*

Andréa Silva Albas Cassionato**

Resumo: O artigo tem como objetivos estudar as estratégias para o enfrentamento da violência intrafamiliar decorrente dos maus tratos contra crianças e adolescentes pela aplicação de castigos moderados através da contextualização desse tipo de violência a partir da aprovação da Lei Menino Bernardo em 2014, caracterizá-la juridicamente como maus tratos e analisar as diretrizes para enfrentá-la de tal maneira que possa ser identificado se as políticas públicas preveem ações para combate ao problema. Como conclusões observou-se a fragilidade das políticas públicas para o enfrentamento a violência intrafamiliar e a necessidade de superação da cultura da violência contra crianças e adolescentes como forma de garantia de direitos humanos. O método de abordagem foi dedutivo e o método de procedimento monográfico com técnicas de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: criança; adolescente; violência; direitos humanos; políticas públicas.

ABSTRACT: The article has with objectives to study the strategies for coping with intrafamily violence resulting from mistreatment against children and teenagers by applying moderate punishments through the context of this type of violence after the approval of the Menino Bernardo Law in 2014, characterizing it legally how to mistreatment and analyze the guidelines to face it in such a way that it can be identified if public policies foresee actions to combat this problem. As conclusions, it was observed the fragility of policies to face intrafamily violence and the need to overcome the culture of violence against children and adolescents as a way of guaranteeing human rights. The approach method was deductive and the monographic procedure method with bibliographic and documentary research techniques.

Keywords: child; adolescent; violence, human rights, policies.

Recebido em: 25/08/2020

Aprovado em: 24/11/2020



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Coordenador adjunto e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado – da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGD/UNISC). Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, com Pós-doutorado pela Universidade de Sevilla/Espanha. Líder do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Inclusão Social e do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças, Adolescentes e Jovens da UNISC.

** Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul, Mestre e, Ciências Jurídicas pela Unicesumar. Integrante do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Inclusão Social e do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças, Adolescentes e Jovens da UNISC.

Introdução

A imposição de castigo físico sob a narrativa do discurso de educar a criança é algo extremamente corriqueiro na sociedade contemporânea. A cultura do bater persiste nas lógicas organizativas familiares e nas relações estabelecidas entre adultos e crianças e ultrapassa gerações naturalizando a violência como linguagem e prática social. Por essa razão, o castigo físico é tolerado socialmente mascarado pelo discurso da necessidade de impor limites às crianças e adolescentes ou como o fim mais eficiente para os adultos obterem os comportamentos infantis desejados.

A cultura da permissão de bater, tão presente nas famílias, implica na vitimização de crianças e adolescentes em detrimento de seus direitos fundamentais de proteção contra toda forma de violência reconhecido na Constituição brasileira e regulado pela Lei n. 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. No entanto, a Lei Menino Bernardo - 13.010/2014 foi responsável pela definição objetiva da proibição da prática do castigo físico com fins corretivos, dentre outras formas de violência contra crianças e adolescentes, prevendo a aplicação de medidas de proteção para crianças e adolescentes e medidas administrativas aos pais e responsáveis. Além disso, os pais ou responsáveis estarão sujeitos a responsabilização penal decorrente da violência cometida. Da prescrição legal decorre inclusive a necessidade da estruturação de políticas públicas que tenham a capacidade de transformar a cultura da violência em efetiva proteção de crianças e adolescentes.

O estudo buscou analisar os julgamentos proferidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul para verificar como nos processos crime ocorre a justificativa do agressor baseado na narrativa do caráter educativo da violência. Nesses casos, com fundamento na Lei 13.010/204 a agressão com fins educacionais/corretivos não é aceita. Assim, o agressor é responsabilizado criminalmente pelo seu ato. Entretanto, nada foi encontrado na seara da proteção dos direitos da criança e do adolescente no âmbito familiar como, por exemplo, interferência no exercício do poder familiar ou afastamento da vítima de seus agressores. Isso implica em reconhecer que a atuação estatal para proteção de crianças e adolescentes vítimas de castigo físico moderado permanece como desafio no campo das políticas públicas de atendimento e proteção.

Nota-se que, apesar do avanço internacional e nacional dos direitos de crianças e adolescentes, é fato que, em relação ao castigo físico, há uma cultura persistente e tolerante, ocultando as graves consequências da violência contra crianças e adolescentes. Daí decorre a necessidade de estruturação de políticas públicas especializadas para o enfrentamento às

diversas formas de violação de direitos e que proteja a dignidade de crianças e adolescentes vítimas da violência intrafamiliar.

Diante dessa realidade, a proposta do presente trabalho é analisar a aplicação de castigos físicos moderados como forma de maus tratos contra crianças e adolescentes e estudar estratégias para o enfrentamento da violência intrafamiliar. A questão que se coloca é: como as políticas públicas de enfrentamento à violência intrafamiliar preveem ações para o enfrentamento da aplicação de castigos moderados como forma de maus tratos contra crianças e adolescentes?

A princípio destaca-se que as políticas públicas de atendimento, muitas vezes, reduzem-se a ações de sensibilização social, sem qualquer espécie de atendimento especializado, acompanhamento e articulação intersetorial para enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes nos territórios. Persiste uma prática reparatória, que reduz a ação apenas ao atendimento após a ocorrência da violência, que em regra, são notificadas ou conhecidas apenas quando se expressam de maneira grave.

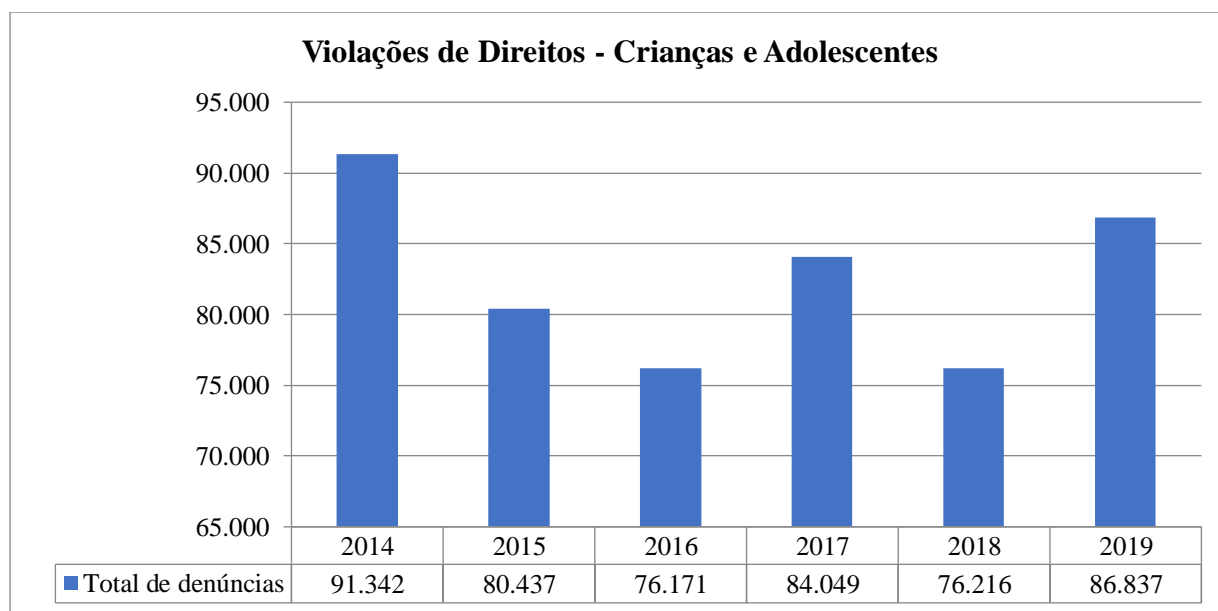
A fim de cumprir com seu objetivo, o presente estudo oferece breve contextualização da violência contra crianças e adolescentes na modalidade de maus tratos a partir da aprovação da Lei Menino Bernardo em 2014. Em seguida, caracterizar-se-á juridicamente a aplicação de castigos moderados como modalidade de maus tratos no contexto da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. E, por fim, serão analisadas diretrizes para o enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente nos planos nacionais de políticas públicas identificando as estratégias e ações previstas para o enfrentamento à cultura de aplicação de castigos moderados.

O método de abordagem utilizado foi dedutivo, uma vez que se parte de uma generalização – consistente na constatação da existência de violência intrafamiliar –, para uma questão individualizada – consistente na proibição de castigo físico moderado como prática disciplinar. O método de procedimento foi monográfico, com técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica considerou a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e revistas científicas qualificadas. A pesquisa documental envolveu o levantamento de legislação no site do Planalto, documentos técnicos orientadores da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e dados do Fundo das Nações Unidas para Infância – UNICEF.

O contexto da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

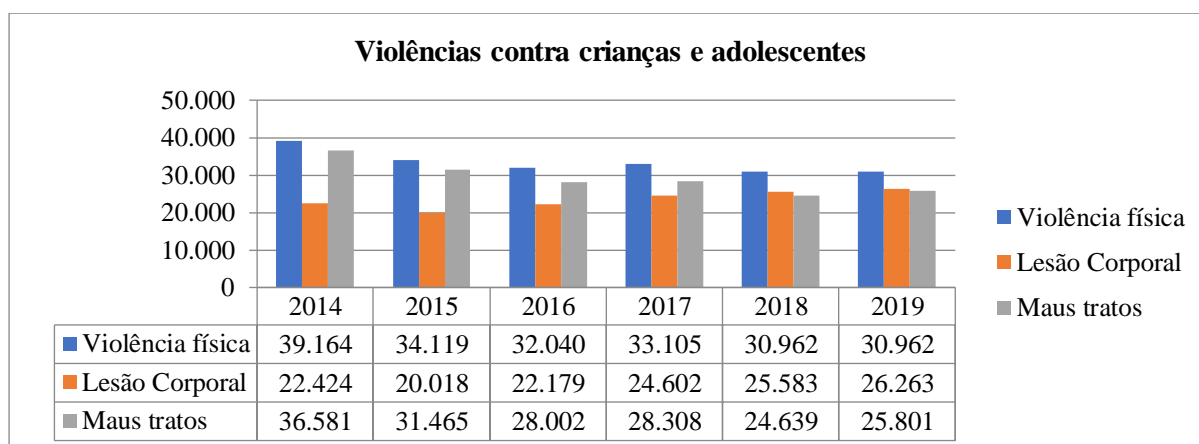
A violência intrafamiliar ainda é comum na sociedade contemporânea e afeta principalmente crianças e adolescentes, em que pese a fragilidade dos dados decorrentes da prática da subnotificação. Para contextualizar o tema pode-se levar em consideração os indicadores de violência intrafamiliar relativos aos casos de maus tratos contra crianças e adolescentes. Visando obter uma amostra confiável dos dados oficiais foi utilizado os indicadores disponíveis do período compreendido entre 2014 e 2019. O limite de 2014 decorre do ano de aprovação da Lei Menino Bernardo, que fortaleceu as medidas para o enfrentamento da violência e o limite de 2019 foi definido em razão do período de disponibilidade de dados oficiais.

Os dados sobre violência contra crianças e adolescentes podem ser identificados nos registros do Disque 100, serviço vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, canal responsável pelo acolhimento de denúncias, coleta de dados e construção de estatísticas. (BRASIL, 2020a) O gráfico abaixo apresenta os casos registrados no Disque 100 entre 2014 e 2019 relativos às violações de direitos de crianças e adolescentes.



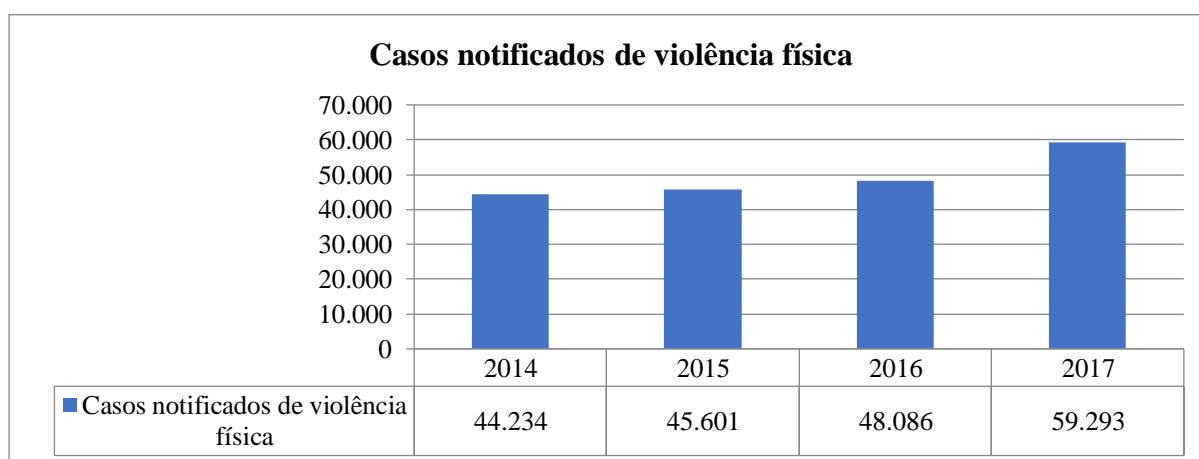
Fonte: (BRASIL, 2020a)

Do total de denúncias apresentadas, as que se referem especificamente à violência física demonstram que houve significativa redução do número de denúncias de maus tratos entre os anos de 2014 e 2019. Em 2014 foram realizadas 36.581 denúncias e em 2019 somente 25.801 foram registradas.



Fonte: (BRASIL, 2020a)

Não obstante os dados apresentados pelo Disque 100, os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, do Ministério da Saúde, apresentaram um cenário ainda mais grave como apresenta o Observatório da Criança e do Adolescente (FUNDABRINQ, 2020).

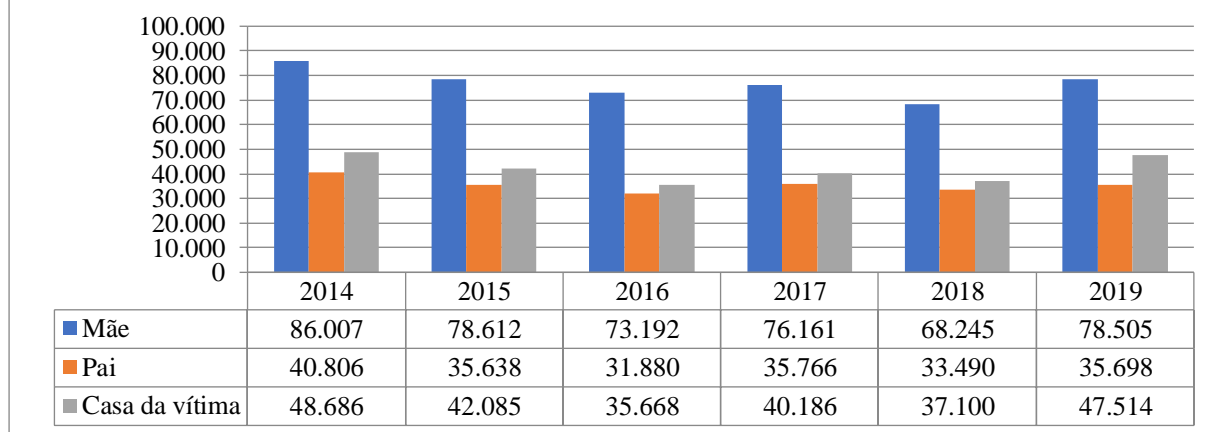


Fonte: (FUNDABRINQ, 2020)

Apesar das informações referirem-se apenas ao período de 2014 a 2017, é possível constatar que o número de casos notificados de violência física é significativamente maior do que o número de denúncias realizadas pelo Disque 100, motivo pelo qual é importante analisar os dados apresentados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos com cautela. Isso porque os casos notificados abrangem mais esferas de atendimento à criança e ao adolescente, tais como a área da saúde, da educação e da segurança pública. De igual sorte, é importante destacar que nesses números estão incluídos todos os tipos de violência física, inclusive os maus tratos. De 44.234 casos notificados para 59.293 é um salto considerável e preocupante.

Ao tratar da relação entre suspeito e vítima e do local da violação de direitos, o Disque 100 traz as seguintes informações:

Relação suspeito x vítima - Local de violação de direitos



Fonte: (BRASIL, 2020a)

Quase metade de todas as violações ocorre na casa da vítima. Não há número específico a respeito do tipo de violência física ocorrida na casa da vítima. No entanto, ainda assim a análise dos dados apresentados demonstra que quase metade das violações de direitos de crianças e adolescentes ocorre no ambiente familiar e a grande maioria das agressões é perpetrada pela mãe, embora o número de agressões praticadas pelo pai também seja considerável.

Nota-se que a violência está no espaço doméstico, no ambiente familiar e mesmo após a Lei Menino Bernardo (BRASIL, 2014a), que proibiu o uso de castigo físico contra crianças e adolescentes, houve aumento no número de casos de violência, quer seja de denúncias, quer seja de casos notificados. Diante disso, é inevitável pensar na situação de crianças e adolescentes que sofrem com a violência corriqueira, diária, quase que imperceptível a todos: o castigo físico moderado considerado culturalmente como para fins educacionais. Essa violência dificilmente é identificada, pois não chegam na rede de atendimento, que se reduz ao atendimento dos casos de natureza grave como indicam os dados do Ministério da Saúde. (ABRINQ, 2020)

A antiga cultura patriarcal que tem entre suas concepções o direito do *pater familias* de castigar e punir, persiste no cotidiano, sendo referendada pela cultura do bater como forma de educar, ocultando as diversas formas de maus tratos e violências que crianças e adolescentes são submetidos sistematicamente.

Os maus-tratos ou abuso ocorrem quando “um sujeito em condições de superioridade (idade, força, posição social ou econômica, inteligência, autoridade) comete um ato ou omissão capaz de causar dano físico, psicológico ou sexual, contrariamente à vontade da vítima, ou por consentimento obtido a partir de indução ou sedução enganosa”. O tipo mais frequente de maus-tratos contra a criança ou adolescente é a violência doméstica, que ocorre na maioria das vezes dentro dos lares ou no convívio

familiar. Costuma prolongar-se por muito tempo, uma vez que a família, considerada o agente protetor da criança, tende a acobertar ou silenciar o ato de violência, seja pela cumplicidade dos adultos e /ou pelo medo que as vítimas têm de denunciar o abusador. (PIRES, MIYAZAKY, 2005: 44)

Assim, o castigo físico moderado se encaixa perfeitamente no conceito apresentado, motivo pelo qual, o castigo físico moderado é considerado como modalidade de maus tratos, sendo este expresso pela violência histórica. Considerando as origens da cultura da violência, destaca-se que o poder paterno e a autoridade marital sempre estiveram juntos na história das famílias de tal maneira que a situação jurídica da mulher se assemelhava muito a de seus filhos.

Esse direito de jurisdição, que o chefe de família exercia em sua casa, era total e sem apelação. Podia condenar à morte, como o magistrado o fazia na cidade: nenhuma autoridade tinha o direito de modificar sua sentença. “O marido, diz Catão, o Antigo, é o juiz de sua mulher; seu poder não sofre limitação; pode o que quer. Se a mulher cometeu qualquer falta, ele a castiga; se bebeu o vinho, condena-a; se teve relações com outro homem, mata-a”. Quanto aos filhos, o direito foi o mesmo. Valério Máximo cita Atílio que matou sua filha culpada de impudícia, e todo mundo conhece aquele pai que matou o filho, cúmplice de Catilina. (COULANGES, 1975: 74)

Essa situação começou a mudar com a emergência do cristianismo, que colocou a criança no centro da relação parental e defendia o companheirismo, e não hierarquia, entre pai e mãe. No entanto, a Teologia Cristã não colaborou para perpetrar os ensinamentos de Cristo. Justificou o poder paternal no fato de que o homem era a imagem e semelhança de Deus e, portanto, seu representante na Terra. Assim, era responsável pelos seus filhos e, portanto, teria poder absoluto para corrigi-los. Além disso, a Teologia Cristã deu ênfase ao mandamento “honrarás teu pai e tua mãe a fim de viver longo tempo sobre a Terra”. Ou seja, há obrigação do filho em amar o pai, mas não há qualquer referência à necessidade do pai de amar e respeitar o filho. Esse foi o destaque que a Teologia Cristã, fundada no judaísmo, deu para a relação entre pais e filhos, deixando de lado os ensinamentos de Jesus quanto ao amor e a igualdade. (BADINTER, 1985: 32).

Óbvio que posteriormente houve também interesses políticos em manter essa teoria, tanto que essa foi a base da monarquia absolutista: o rei deve prover seus súditos tal como o pai deve prover seus filhos. Do mesmo modo que se os filhos devem respeito e obediência ao pai, os súditos também os devem ao rei. A Santo Agostinho coube à responsabilidade por colaborar para concepção de que a criança deve ser educada de forma severa e ser tratada da mesma forma que um adulto, eis que em nada se distinguiram (BADINTER, 1985: 54)

É um texto dirigido às classes aristocráticas e cultas, às quais os pedagogos censuram em coro uma excessiva tolerância com sua prole (expressão de seu narcisismo?), ao mesmo tempo que uma falta de cuidado e de atenção educativa. A sua atitude não reflete o amor-amizade de que já falamos. Em

nome dos postulados agostinianos, a boa amizade pelo filho não pode ser tolerante. Deve ser uma atitude rigorosa que jamais perde de vista que a finalidade da educação é salvar a alma do Pecado. Semelhante à ideologia platônica, a pedagogia do século XVII pretende atribuir um papel importante ao castigo redentor: para salvar uma alma, não hesitemos em castigar o corpo. (BADINTER, 1985: 58)

Historicamente, se constrói o mito que a malignidade da infância nas classes mais intelectualizadas, por ser a personificação do pecado original, e a criança como estorvo para todos, em face do verdadeiro sacrifício que é tê-la, era justificativa para o abandono, o infanticídio e o desprezo.

O processo de formação social brasileiro influenciado pela cultura jesuítica em aliar educação e castigos corporais teve grande influência da cultura indígena em contraposição ao hábito das culturas originárias de criar seus filhos sem a disciplina paterna, deixando os cuidados primários de socialização com as mulheres. (PRIORE, 1991: 13) A responsabilidade dos homens era prover o sustento material da tribo, motivo pelo qual a criação das crianças era papel da mãe, que educava sem castigos físicos. (FREYRE, 2003: 208).

Durante a catequização dos índios ocorrida na invasão colonial, os jesuítas ensinaram que a educação rígida, perpetrada através do castigo físico, era a melhor forma de se demonstrar afeto pela criança (PRIORE, 1991: 13-4).

Já no século XIX o uso da mão de obra escrava africana nas grandes produções de açúcar foi responsável por substituir as mulheres indígenas nas atividades de socialização das crianças pela mulher negra escravizada. Ao contrário da criança indígena, que permanecia ao lado da mãe que o educava sem qualquer castigo físico, as crianças negras escravizadas cresciam à revelia de seu “senhor”. Diante disso, enquanto a criança era objeto de violência tanto de seu “dono” quanto dos filhos brancos do senhor do engenho, aos filhos bastardos restava crescer com suas mães, na senzala, ignorados por seus pais, até ganharem a alforria com o falecimento de seu “dono” (FREYRE, 2003, 525).

Assim, nota-se que a imposição da violência como dispositivo legítimo de controle (MACHADO, 2016: 42), como visto, está presente na vida de crianças e adolescentes desde há muito tempo, e ainda é comum na sociedade atual, herança da cultura colonial, da persistência do patriarcado e das assimetrias de poder decorrentes da escravidão.

Foi somente ao final do século XX que houve o reconhecimento das consequências da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes mediante a emergência de estudos sobre os impactos dos castigos moderados no desenvolvimento infantil. (CUSTÓDIO; SOUZA; LEME, 2016: 35)

Os efeitos da violência são inevitavelmente observados no desenvolvimento de crianças

e adolescentes. É comum o impacto no desenvolvimento físico, psicológico e moral afetando as condições básicas necessárias para a proteção ao desenvolvimento integral da infância e da adolescência, pois qualquer tipo de violência praticada de forma reiterada causa consequências de curto, médio e longo prazo no desenvolvimento de crianças e adolescentes.

De imediato é inevitável observar o medo que a criança e o adolescente possuem de seu agressor, além da raiva, do sentimento de injustiça e do desejo de vingança existente no momento da agressão. Há, também, a evasão escolar e fuga nos casos de violência mais severa.

Percebe-se que quando a criança é submetida repetidamente a um ritual de violência, seja física, psicológica, negligência, pode reproduzir o comportamento do perpetrador, timidez, insegurança, baixa autoestima, dificuldades de aprendizagem escolar, evasão escolar, desinteresse escolar, déficit de atenção, retraimento, apatia, além de desenvolver algum comportamento psicopatológico. [...]

De acordo com os atendimentos no CAIC, as consequências podem aparecer como depressão, ansiedade, pensamentos suicidas ou estresse pós-traumático; pode também expressar-se externamente como agressão, impulsividade, delinquência, hiperatividade, dificuldades de aprendizagem escolar ou abuso de substâncias. (QUEIROZ, 2011: 62-3)

MACIEL (2011: 64) estabeleceu a relação entre os tipos de violência, formas de manifestação e as consequências psicológicas nas crianças. Com relação à violência física, manifestada de forma ativa, traz como consequências o comportamento agressivo, depressão e ansiedade. Ao tratar das repercussões psicológicas em crianças vítimas de violência familiar analisou casos concretos e constatou que:

Os indicadores para a categoria pensamentos **autodirigidos** resultaram em 33 ocorrências (durante o ato violento) e 18 ocorrências (após o ato violento) de um total de 63 e 54, respectivamente. Foram pensamentos, na sua maioria, de caráter autodepreciativo. As crianças descrevem pensamentos nos quais se colocam como desacreditados, vulneráveis, em estado de privação, com tendências à autopunição, referindo que mereciam ser punidos pelos pais e manifestando sentimentos de culpa, menos valia, dentre outros da mesma natureza. [...]

Os indicadores para pensamentos de **enfrentamento** resultaram em 16 ocorrências (durante o ato violento) e 9 ocorrências (após o ato violento) de um total de 63 e 54, respectivamente. As crianças apresentam, conforme já citado, uma percepção adequada da realidade e coerência contextual. Os indicadores de pensamentos de enfrentamento revelam que as crianças desenvolveram tipos de estratégias que as mantêm na condição de vítimas, não promovem mudanças na relação entre agressor/vítima e vítima/ato violento. [...]

Os pensamentos de **transformação** apresentaram três indicadores, com 10 ocorrências no total: sentimentos de felicidades, de libertação e desejo de punir o agressor, demonstrando senso de consequência. [...] (MACIEL, 2011: 90)

Em médio prazo, crianças e adolescentes podem se tornar indivíduos agressivos e sem qualquer empatia. Em longo prazo os efeitos da violência suportada resultam em adultos com baixa autoestima, com dificuldades de relacionamento e que reproduzem a violência sofrida, consequências mais recorrentes. Nesse contexto está o castigo físico moderado, que é reproduzido sistematicamente pelos responsáveis pela educação de crianças e adolescentes já que assim foram “educados” em suas infâncias, formando um ciclo geracional de violência sem fim. (QUEIROZ, 2011: 63)

Após a análise dos trabalhos citados e diante dos dados já apresentados destaca-se que a pior consequência do uso do castigo físico moderado como forma de educar, além dos impactos no desenvolvimento de crianças e adolescentes, é permitir ao adulto que apanhou se apoderar da ideia de que possui o direito de bater em seu filho reproduzindo o ciclo intergeracional das violências.

A proteção jurídica contra a aplicação de castigos moderados em crianças e adolescentes.

Ante a lesão de direitos constatada é inevitável analisar quais são os instrumentos legais existentes para proteção jurídica das vítimas do castigo físico moderado.

Essa proteção jurídica remonta ao direito internacional dos direitos humanos que é constituído por uma série de instrumentos normativos, dentre os quais está, obviamente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH – de 1948, e a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, ambos elaborados pela Organização das Nações Unidas – ONU. Os direitos humanos são aqueles inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, credo, cor, idade, religião, origem, nacionalidade, idioma, condição econômica ou opinião política, dentre os quais está a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

Concomitantemente a elaboração da DUDH surgiu na ONU uma divisão no que dizia respeito ao direito de crianças e adolescente, divisão essa consistente em duas grandes Doutrinas: a Doutrina da Situação Irregular e a Doutrina da Proteção Integral. O Brasil, em 1979, optou pela Doutrina da Situação Irregular, que foi o fundamento valorativo para a elaboração do Código de Menores de 1979, segundo a qual a prioridade era a proteção da sociedade em detrimento da proteção da criança e do adolescente. A partir de 1980, com a redemocratização do país e a importante influência de movimentos sociais, o Brasil passou a adotar a Doutrina da Proteção Integral que defende a proteção da criança e do adolescente de maneira integral e prioritária, e refletiu sua adesão no texto constitucional de 1988 ao criar o Direito da Criança e do Adolescente como um novo ramo autônomo do Direito, cujos principais

instrumentos normativos protetivos são a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990b), que foram responsáveis por instituir o atual Sistema de Garantias de Direitos destinados a assegurar a concretização dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes com fundamento no princípio do interesse superior da criança e na teoria da proteção integral.

A norma jurídica por excelência a estabelecer direitos e deveres no que diz respeito a criança e ao adolescente é o artigo 227 da Constituição Federal de 1988:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. [...]

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente. [...] (BRASIL, 1988)

O dispositivo constitucional citado estabelece o princípio da tríplice responsabilidade compartilhada, segundo o qual é dever solidário da família, da sociedade e do Estado assegurar a proteção de crianças e adolescentes contra toda forma de violência. Ao dizer “de toda a forma de violência” o legislador constituinte não estabeleceu limites ou critérios para o tipo de violência: pode ser qualquer uma, inclusive a imposição de castigo físico moderado.

Os critérios utilizados pelo legislador constituinte estão em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas da ONU (BRASIL, 1990a) ratificada pelo Brasil:

Artigo 19

1. Os Estados Partes devem adotar todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, ofensas ou abusos, negligência ou tratamento displicente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto a criança estiver sob a custódia dos pais, do tutor legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela.

2. Essas medidas de proteção devem incluir, quando cabível, procedimentos eficazes para a elaboração de programas sociais visando ao provimento do apoio necessário para a criança e as pessoas responsáveis por ela, bem como para outras formas de prevenção, e para identificação, notificação, transferência para uma instituição, investigação, tratamento e acompanhamento posterior dos casos de maus-tratos mencionados acima e, quando cabível, para intervenção judiciária. (BRASIL, 1990a)

Como se vê nem a Constituição Federal nem a Convenção prevê exceção para a proteção da criança contra todas as formas de violência. A proteção deve ser integral e cumprir com esse dever de maneira incondicional é dever parental por excelência. No entanto, seguindo a mesma

serra da Convenção e da Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece: “Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.” (BRASIL, 1990)

A Lei Menino Bernardo (BRASIL, 2014a) alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) reforçando que: “Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.” (BRASIL, 1990) Assim estabeleceu a ampla proteção de crianças e adolescentes contra qualquer tipo de violência, incluindo pais, responsáveis ou agentes públicos, além de definir, exemplificativamente, as principais modalidades de violência, nos seguintes termos:

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se: I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: a) sofrimento físico; ou b) lesão; II - tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que: a) humilhe; ou b) ameace gravemente; ou c) ridicularize. (BRASIL, 2014a)

Contudo, a Lei Menino Bernardo (BRASIL, 2014a) não avançou em relação as medidas aplicáveis nos casos de violência contra a criança repetindo tão somente as medidas específicas de proteção, já anteriormente previstas no art. 101 Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990b):

Art. 18-B. Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso:

I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;
II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação; IV - obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado; V - advertência.

Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais. (BRASIL, 2014a)

Embora a Lei Menino Bernardo tenha representado um avanço na definição expressa da proibição do uso do castigo físico moderado, incluindo o Brasil ao rol de sessenta países que proíbem a punição corporal (UNICEF, 2017: 31) não conseguiu prover a norma estatutária com medidas relativas a definição de fluxos, protocolos e estratégias de financiamento para as políticas públicas de atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência.

Por outro lado, encontram-se as decisões jurisprudenciais sobre a responsabilização por aplicação de castigos moderados. Para a análise do tema, o estudo tomou como referência decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

A análise de julgados demonstra que não há qualquer menção a Lei Menino Bernardo (BRASIL, 2014a) em processos que visem proteger a criança e ao adolescente, mas apenas em processos crime em que a criança ou o adolescente foi vítima de violência física e a justificativa apresentada pelo agressor foi a finalidade educacional/corretiva. Nesses casos, os julgados foram no sentido de que não se pode aceitar essa justificativa correcional ou educativa para descaracterizar o ato de violência.

No julgamento da Apelação Crime nº 0428059-35.2014.8.21.7000 (Acórdão 2015-290281) o Desembargador Relator Jayme Weingartner Neto, ao tratar da dosimetria da pena pela condenação por vias de fato, defendeu que:

A defesa requer o reconhecimento da atenuante do artigo 65, inciso III, alínea “a” (cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral). Refere que agrediu o filho apenas na intenção de corrigir o comportamento e incentivá-lo ao estudo. Porém, inviável reconhecer relevante valor social ou moral na agressão ao filho que se deu com extrema brutalidade, mediante o uso de um pedaço de pau, atingindo-lhe os braços e as costas. Reação decorrente, conforme relatado pelas vítimas, apenas porque teria ficado descontente pelo fato de que o filho estava na rua.

Ademais, o castigo físico “de per si” é juridicamente reprovado, mesmo com “animus corrigendi”, nos termos do artigo 18-A da Lei nº 8.069/90, incluído pela Lei nº 13.010/2014. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL, 2015a)

Ao julgar a Apelação Crime nº 0221023-23.2014.8.21.7000 (Acórdão 2015-1038650), o Desembargador Relator Diógenes V. Hassan Ribeiro confirmou a condenação por lesão corporal decorrente de violência doméstica com fundamento na Lei Menino Bernardo (BRASIL, 2014a):

A ofendida, apesar da pouca idade, descreveu, com riqueza de detalhes, nas duas oportunidades em que foi ouvida, as circunstâncias que circunscreveram a ocorrência do fato delituoso. **Suas alegações foram integralmente corroboradas pelos depoimentos prestados por sua mãe, tanto na fase policial quanto em juízo, confirmando ter a menina sido agredida pelo acusado com um tapa nas costas, o qual deixou a marca de sua mão.**

Ademais, **o acusado**, em que pese tenha alegado que sua intenção era atingir a bunda da filha, como forma de educá-la, **confessou ter desferido um tapa contra suas costas**, deixando marcas.

Por oportuno, saliento que, em 26 de junho de 2014, foi editada a **Lei n.º 13.010**, que alterou a Lei n.º 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para **estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante**. Passou a vigorar, com as seguintes disposições, o artigo 18-A, da Lei n.º 8.069/1990:

[...]

Segundo a “*Lei da Palmada*”, considera-se castigo físico toda ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em lesão. Desse modo, **tendo a conduta praticada pelo acusado**, enquanto pai da vítima, **resultado em lesão corporal** constatada em exame pericial acostado à fl. 21, **não há que se falar em incidência da Lei n.º 13.010/2014**.

Devidamente comprovadas, portanto, a materialidade e a autoria delitivas, **impositiva a manutenção da condenação do réu** como incurso nas sanções do artigo 129, parágrafo 9º, do Código Penal. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL, 2015b)

No mesmo sentido foi o julgamento da Apelação Criminal, Nº 70082395310 (Acórdão 2019-1564512), relatado pelo Desembargador Sylvio Baptista Neto:

De fato, o elemento anímico do crime em testilha satisfaz-se com a prática de ato direcionado a ofender a integridade física de outrem – ainda que apenas se assumo o risco de causar tal ofensa com a conduta praticada –, no caso, uma criança de 07 anos de idade.

A intenção de disciplinar, ainda que restasse comprovada – e não foi –, não tem o condão de afastar o dolo do crime de lesão corporal e, com a devida vênia, sequer poderia beneficiar o acusado em qualquer fase da aplicação da pena, uma vez que faria conduta encontrasse subsunção, em tese, ao crime de maus-tratos (art. 136 do CP).

Ademais, registre-se que a Constituição Federal consagrou a Doutrina da Proteção Integral da criança e do adolescente, em seu art. 227, da Constituição Federal, assim redigido: “...”

Não bastasse, a vedação do castigo físico, independente de qual seja o motivo, foi reafirmada com a edição da Lei nº 13.010/14 (“*Lei da Palmada*”). (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL, 2015c)

Por fim, vale transcrever um trecho do voto do Desembargador Relator João Batista Marques Tovo no julgamento da Apelação Criminal nº 70068196450 (Acórdão 2016-932782):

Ou seja, a agressão ora em exame não constituiu fato isolado. E não se pode reconhecer tenha havido um “*abuso corretivo*”. A notícia de agressões reiteradas com marcas aparentes na enteada desautoriza esse dito por completo. A ofendida refere que as agressões ocorriam *sem motivos*, sempre que a madrasta se irritava, ditos corroborados pela própria acusada, ao admitir *descontrole* quando agrediu Denise com um cabo de vassoura. Tais relatos

revelam que a conduta foi muito além da *correção*.

Não logro conceber como se possa reconhecer razoáveis ou *cabíveis* tais atitudes, em tempos da *Lei da Palmada*. Por que devemos dar à ré o tratamento leniente ou magnânimo que ela negou à enteada, uma frágil adolescente de quatorze anos que afirma ter criado como filha desde tenra idade? Se a imputada considera uma resposta tão severa necessária à educação da filha, *o que a norma de regência não autoriza*, não está a nos dizer que necessita ela própria da punição prevista no preceito secundário da norma penal, para que possa ser *pedagógica* em relação a ela? Com a devida vênia, não vejo adequação *sequer em algum apelo “sentimental”*, no caso concreto.

[...]

Por todo o exposto, tenho que a integridade física e moral da menina foram severamente ofendidos, em descompasso flagrante com os artigos 16, 17 e 18 da Lei n. 8.069/90, *com reforço indiscutível do artigo 18-A, inserido pela Lei n. 13.010/14*. E isto não pode passar em *brancas nuvens*, menos ainda com base em um *sentimentalismo impróprio*, que deve ser havido como historicamente deslocado. Afinal, como bem observado na sentença, a ré em vários momentos de sua inquirição refere-se à enteada como se objeto fosse dizendo que a emprestou a Deamantina, e concluindo que *é por isso que não se pode emprestar nada*.

Não se trata de exigir rigor para os pais que falham em suas árduas missões, *mas de não dar mau exemplo pela leniência e complacência com tão grave conduta*. A desclassificação pretendida pela defesa é, portanto, incabível. A condenação vai mantida. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL, 2016)

Chama a atenção a utilização nos julgados a expressão “Lei da Palmada”, concepção oriunda do senso comum daqueles que eram contrários a aprovação da legislação protetiva e que na sua redação final não foi adotada, sendo substituída pela denominação Lei Menino Bernardo. Além dos casos relatados, a busca no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul da expressão “castigo físico moderado” restou infrutífera.

Os julgados citados demonstram que há grande preocupação do Poder Judiciário em proteger as crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar, no entanto essa proteção permanece na esfera penal, perpetuando a prática de predominância da resposta punitiva como alternativa à violência contra crianças e adolescentes.

As políticas públicas para o enfrentamento da aplicação de castigos moderados em crianças e adolescentes como forma de violência intrafamiliar

A estruturação das políticas públicas de atendimento é o meio adequado para enfrentar a questão da violência intrafamiliar no que se refere aos castigos físicos moderados.

Depreende-se que as políticas públicas compreendem um conjunto de

decisões e de ações destinadas a resolver um problema coletivo. Tais decisões ou ações, segundo os autores, englobam um conjunto de atividades normativas e administrativas que só produzirão efeitos se os atores políticos, administrativos e sociais anuírem a elas. [...] (SOUZA, CABRAL, 2018: 123)

As políticas públicas devem estar estruturadas de modo a atender as demandas sociais mediante o compartilhamento de responsabilidades intersetoriais que sejam suficientes para satisfazer a concretização dos direitos fundamentais. É, portanto, a forma que o Estado e a sociedade civil têm para cumprir com suas obrigações relativas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

O estudo tomou por referência a análise dos planos nacionais de públicas visando verificar nas diretrizes e objetivos como se pretende assegurar a proteção de crianças e adolescentes contra a violência intrafamiliar, priorizando o Plano Nacional Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2014b), o Plano Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2016b) e o Plano Nacional de Saúde (BRASIL, 2016a)

De acordo com a consulta ao Serviço de Informação ao Cidadão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, consulta essa que gerou o pedido nº 00083.000673/2020-49, foi informado que a versão final do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes foi aprovado em julho de 2013, e que está vigente até 2021. Na análise das diretrizes e objetivos, destacaram-se as seguintes proposições:

EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Diretriz 01 - Promoção da cultura do respeito e da garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, da sociedade e do Estado, considerada as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política. [...]

Objetivo Estratégico 1.3– Fortalecer as competências familiares em relação à proteção integral e educação em direitos humanos de crianças e adolescentes no espaço de convivência familiar e Comunitária.

Diretriz 02 - Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a superação das desigualdades, afirmação da diversidade com promoção da equidade e inclusão social. [...]

Objetivo Estratégico 2.4 – Ampliar o acesso de crianças e adolescentes e suas famílias aos serviços de proteção social básica e especial por meio da expansão e qualificação da política de assistência social.

EIXO 3 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS

Diretriz 03 - Proteção especial a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados, consideradas as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.

Objetivo Estratégico 3.1 – Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para a promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, com base na revisão e implementação do Plano nacional temático. [...]

Objetivo Estratégico 3.4 – Fomentar a criação de programas educativos de orientação e de atendimento a familiares, responsáveis, cuidadores ou demais envolvidos em situações de negligência, violência psicológica, física e sexual. [...]

Objetivo Estratégico 3.11 – Formular diretrizes e parâmetros para estruturação de redes integradas de atenção a crianças e adolescentes em situação de violências, com base nos princípios de celeridade, humanização e continuidade no atendimento. (BRASIL, 2014b)

Os objetivos estratégicos tratam especificamente do atendimento à criança e ao adolescente em situação de violência e às suas famílias, o que implica em concluir que possuem como intuito erradicar a violência intrafamiliar e, conseqüentemente, o castigo físico moderado, garantindo-lhes, ainda assim, o direito a convivência familiar e comunitária. O objetivo estratégico 3.1 menciona a revisão e implementação do plano nacional temático, que se refere ao Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, que ainda está pendente de atualização.

Acerca da Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes o Plano prevê que:

EIXO 5 – GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Diretriz 08 - Fomento e aprimoramento de estratégias de gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes fundamentadas nos princípios da indivisibilidade dos direitos, descentralização, intersetorialidade, participação, continuidade e corresponsabilidade dos três níveis de governo. [...]

Diretriz 09 – Efetivação da prioridade absoluta no ciclo e na execução orçamentária das três esferas de governo para a Política Nacional e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, garantindo que não haja cortes orçamentários.

Objetivo Estratégico 9.1 - Dotar a política dos direitos humanos de crianças e adolescentes de recursos suficientes e constantes para implementação das ações do Plano Decenal, com plena execução orçamentária.

Objetivo Estratégico 9.2 – Estabelecer e implementar mecanismos de cofinanciamento e de repasse de recursos do Fundo da Infância e adolescência entre as três esferas de governo, na modalidade Fundo a Fundo, para as prioridades estabelecidas pelo plano decenal, de acordo com os parâmetros

legais e normativos do Conanda.

É importante destacar a descentralização das políticas públicas, ao passo que essa responsabilidade foi atribuída aos três níveis de governo. Essa descentralização é importante para que seja destinada a criança e ao adolescente políticas públicas locais, que atendam às suas necessidades diante das dificuldades reais e cotidianas. O acompanhamento e o atendimento, dessa forma, são mais individualizados, eis que é possível identificar quais são as violações de direitos mais recorrentes na localidade.

No entanto, para que as políticas públicas locais sejam possíveis é imprescindível a previsão orçamentária, razão por que a Diretriz 09 garante execução orçamentária, sem cortes, em atendimento a prioridade absoluta da criança e do adolescente.

Denota-se que o Plano Decenal vigente é muito abrangente e genérico, sendo de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios criarem seus próprios planos, com previsões orçamentárias suficientes para financiar as políticas públicas necessárias a proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Ao analisar o II Plano Nacional de Assistência Social – 2016-2026, aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2016b), no que diz respeito à criança e ao adolescente pode-se destacar na Diretriz 1:

DIRETRIZ 1. PLENA UNIVERSALIZAÇÃO DO SUAS, TORNANDO-O COMPLETAMENTE ACESSÍVEL, COM RESPEITO À DIVERSIDADE E À HETEROGENEIDADE DOS INDIVÍDUOS, FAMÍLIAS E TERRITÓRIOS. Tornar os serviços e benefícios socioassistenciais acessíveis, garantindo que sua qualificação e ampliação sejam orientadas pelo conhecimento e reconhecimento das diversidades e heterogeneidade de públicos e territórios e das manifestações de desigualdades que expressem demandas no campo da proteção social não contributiva, de modo a contribuir para: [...] o trato digno da mulher, da criança, do adolescente, do jovem, do idoso, da pessoa com deficiência; [...] (BRASIL, 2016b)

No que se refere à violência intrafamiliar, o item 5.26 da 5ª Diretriz estabelece:

DIRETRIZ 5. PLENA INTEGRALIDADE DA PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL [...]

5.26. Assegurar que as receitas da política pública de assistência social e suas despesas com pessoal não sejam computadas para fins dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. [...]

O decreto nº 5.085 de 2004, disciplina no art. 1º, que são consideradas ações continuadas de assistência social aquelas financiadas pelo FNAS que visem ao atendimento periódico e sucessivo à família, à criança, ao adolescente, à pessoa idosa e à portadora de deficiência, bem como as relacionadas com Programas de Erradicação do Trabalho Infantil, da Juventude e de Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes. No mesmo sentido, o art. 23 da LOAS prevê que são serviços socioassistenciais “as atividades continuadas que visem a melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as

necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta lei”. Nesse sentido, frente à natureza continuada das ações desempenhadas pela Política Pública de Assistência Social, e que, portanto, não podem sofrer solução de continuidade, pretende-se a excepcionalização dos limites da LRF para contratação de pessoal. (BRASIL, 2016b)

Visando o financiamento necessário para uma série de ações continuadas, dentre elas o Programa de Combate à Violência contra Crianças e Adolescente, o objetivo estratégico nº 5.26 pretende a exclusão dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal das despesas com pessoal. Assim, o Programa poderá tornar-se efetivo independentemente de previsão na Lei Orçamentária de qualquer das esferas do poder público. Essa previsão visa atender integralmente os princípios da teoria da proteção integral e da prioridade absoluta da criança e do adolescente, já que eles não podem deixar de ser atendidos em suas necessidades por questões orçamentárias, ainda mais quando são vítimas de qualquer forma de violência.

Tanto o Plano Nacional de Saúde 2016-2019 (BRASIL, 2016a) quanto o Plano Nacional de Saúde 2020-2023 (BRASIL, 2020b) não fazem qualquer menção específica a atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência. Estabelece critérios em caso de violência sexual e questões relacionadas a vacinas, atendimento pré natal e neonatal, desnutrição, entre outras demandas relativas à infância.

Sobre a violência, o Plano Nacional de Saúde 2016-2019 prevê em seu Objetivo 04 ações genéricas, dando ênfase a mulher vítima de violência doméstica/intrafamiliar:

Objetivo 04. Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável. [...]

Para o enfrentamento desses problemas, faz-se necessária a articulação e a integração com órgãos externos ao setor saúde, a exemplo da violência interpessoal e em particular da violência contra a mulher, de ocorrência majoritária no âmbito doméstico. (BRASIL, 2016a)

Já o Plano Nacional de Saúde 2020-2023 trata das questões voltadas a enfermidades e tratamentos médicos de crianças e adolescentes. Não faz qualquer menção a questão da violência intrafamiliar. Todavia, vale destacar o documento publicado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2010) sobre linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências, que destaca:

O Ministério da Saúde, gestor federal do SUS, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) feitas na Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU) em 1996, declarou que a violência se constitui em um importante problema para a saúde pública. [...]

O conteúdo deste documento está organizado de forma pedagógica e busca

estimular o desenvolvimento de ações de prevenção de violências, promoção da saúde e cultura de paz. Chama a atenção para a necessidade do trabalho junto às famílias, reforça a importância de enfatizar os fatores de proteção e alerta sobre as vulnerabilidades e os riscos da violência contra crianças e adolescentes. Traz também orientações aos profissionais de saúde para contribuir na identificação de sinais e sintomas de violências, e estabelece uma linha de cuidado para a atenção integral à saúde de criança, adolescente e suas famílias em situação de violências, articulada com a rede de cuidado e de proteção social existente no território. (BRASIL, 2010: 7-8)

Embora as diretrizes das políticas nacionais sejam fundamentais para a estruturação das políticas públicas de atendimento para crianças e adolescentes vítimas de violência, destaca-se a urgência na definição de fluxos e protocolos especializados. Ainda há déficit nos planos nacionais na definição de estratégias de pactuação intersetorial de fluxos de atendimento para crianças e adolescentes vítimas de violência entre as redes de saúde, educação e assistência social, o que prejudica a qualidade do atendimento e o compartilhamento intersetorial das responsabilidades.

Esta constatação está presente na consultoria contratada pelo Governo Federal no ano de 2018 através do Edital nº 001/2017 com a finalidade de avaliar os resultados do Projeto BRA 13/07 denominado de “Projeto Integral dos Direitos de Crianças e Adolescentes Fortalecida”. Esse projeto foi elaborado pelo Ministério dos Direitos Humanos – MDH – em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – em novembro de 2013 com duração prevista de 36 (trinta e seis) meses e com orçamento de US\$ 3.900.750,00 (três milhões, novecentos mil e setecentos e cinquenta dólares americanos). O objetivo desse projeto era desenvolver subsídios voltados ao fortalecimento da proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes no país.

A consultoria resultou em um documento denominado “Educação sem violência: um direito de crianças e adolescentes” publicado no ano de 2018, no qual houve destaque à sanção da Lei Menino Bernardo que ocorreu durante a vigência do projeto. Concluiu que as ações da Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente – SNDCA – foram qualificar a rede de políticas sociais através de seminários e capacitação dos profissionais responsáveis pelo atendimento em caso de violência, e sensibilizar os profissionais do Sistema de Garantia de Direitos e as famílias, público alvo prioritário. No entanto, desde a sanção da Lei Menino Bernardo até a elaboração da consultoria a SNDCA não havia promovido nenhuma campanha publicitária. Houve, apenas, apoio a ações realizadas pela sociedade civil e algumas ações pontuais nas redes sociais, mais especificamente no ano de 2017. (BRASIL, 2018: 12)

Atualmente, a SNDCA está vinculada a pasta dos Direitos Humanos no governo brasileiro e, em seu site enumera suas ações/diretrizes. No item 07 está a “Educação sem

violência – Coordenação Geral de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente”. A principal meta dessa diretriz é “contribuir para a implementação da Lei 13.010, de 26 de junho de 2014.” Como principais resultados estão a inclusão de uma aula sobre o tema no curso oferecido pelo Instituto Federal de Rondônia com a expectativa de capacitar 4.490 (quatro mil, quatrocentos e noventa) conselheiros naquela região, e a produção de campanhas educativas nas redes sociais, fazendo menção apenas as publicações realizadas em 2017, publicações essas citadas na consultoria analisada anteriormente.

Assim, conclui-se que as ações governamentais no sentido de disseminar a educação sem violência são extremamente irrisórias, sendo que a grande atuação tem sido realizada por organizações da sociedade civil no sentido de conscientizar as famílias do direito da criança e do adolescente de ser educado sem violência.

Considerações Finais.

Os dados apresentados demonstram que apesar do importante avanço no marco normativo de proteção para crianças e adolescentes contra toda forma de violência, ainda persistem altos índices de violações de direitos decorrentes da violência intrafamiliar, em especial relativos à aplicação de castigos físicos, sendo que o castigo físico moderado, em regra, não aparece nas estatísticas oficiais.

Verifica-se que a violência física intrafamiliar, em seus diversos tipos, está presente no contexto familiar vitimizando crianças e adolescentes cotidianamente, sendo que os principais agressores são aqueles que deveriam lhes proteger: os pais ou responsáveis. A “palmada” ou a “surra” é apenas um dos diversos tipos de violência física, e não um método de educação ou de correção do comportamento da criança e do adolescente. Tanto que o castigo físico moderado é tratado pela UNICEF como uma face da violência na vida de crianças e adolescentes. Por essa razão que é imprescindível a superação da cultura da violência contra crianças e adolescentes como forma de garantia de direitos humanos, superação essa que somente será possível mediante campanhas de conscientização daqueles que são responsáveis pela educação de crianças e adolescentes.

Consta-se que a atuação judicial acaba por se reduzir a aplicação da lei na esfera criminal. E os julgados analisados demonstram que há verdadeira preocupação dos julgadores em proteger as crianças e adolescentes da violência que sofrem no ambiente familiar, mas as decisões são focalizadas na retribuição penal e omitem a atuação judicial na responsabilização dos órgãos responsáveis pela estruturação das políticas públicas.

No que se refere às políticas públicas, as diretrizes e objetivos nos planos nacionais são demasiadamente genéricos e não apresentam estratégias precisas para o enfrentamento da violência intrafamiliar, tais como a previsão de ações intersetoriais, que envolvam fluxos articulados de atendimento, deixando a política de enfrentamento à violência o caráter meramente promocional.

Embora as campanhas de sensibilização sejam importantes para a superação da cultura da violência, sua perspectiva fragmentada e ocasional, deixam a desejar quanto aos impactos necessários para evitar a persistência da violação de direitos e, muitas vezes, as políticas de atendimento ficam reduzidas a atividades de sensibilização, sem oferecer serviços estruturados para o atendimento integral da família e a construção de relações sociofamiliares sem violência.

Referências Bibliográficas.

- BADINTER, E. *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988*. Diário Oficial [da] União, Poder Legislativo, Brasília, n. 191-A, 05 out. 1988.
- BRASIL. *Decreto 99.710, de 21 de novembro de 1990a*. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.
- BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/De12848.htm. Acesso em: 09 jun. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 09 jun. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014*. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 2014a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113010.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. *Educação sem violência: um direito de crianças e adolescentes*. Elaboração de Thaís Cristina Alves Passos. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes 2013-2021*. Brasília, 2013.
- BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Balanco Disque 100*. Brasília, MMFDH, 2020a. Disponível: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/ouvidoria/balanco-disque-100>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/secretaria-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do->

- adolescente. Acesso em: 27 jul. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Plano Nacional de Saúde PNS 2016-2019*. Brasília: MS, 2016a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Plano Nacional de Saúde 2020-2023*. Brasília, 2020b.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário/Conselho Nacional e Assistência Social. *II Plano Decenal de Assistência Social (2016/2026)*. Brasília: MDSA, 2016b.
- BRASIL. *Resolução nº 171, de 04 de dezembro de 2014*. Estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e altera os prazos dispostos na Resolução nº 161, de 03 de dezembro de 2013. Brasília, SEDH/CONANDA, 2014b.
- COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito as instituições da Grécia e de Roma*. São Paulo: HEMUS, 1975.
- CUSTÓDIO, André Viana; SOUZA, Ismael Francisco de; LEME, Luciana Rocha. *A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: a superação da cultura da permissão para bater, na legislação brasileira*. Curitiba: Multideia, 2016.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. 47 ed. São Paulo: Global, 2003.
- FUNDABRINQ. Observatório da Criança e do Adolescente. *Casos notificados de violência física contra crianças e adolescentes*. 2020. Disponível em: Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/violencia/1173-casos-notificados-de-violencia-fisica-contra-criancas-e-adolescentes?filters=1,819>. Acesso em: 16 jul. 2020.
- MACIEL, Saily Karolin. *Repercussões psicológicas em crianças vítimas de violência familiar*. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- MACHADO, Elisabeth Mazon. *Monstrinhos e monstros: o castigo do corpo infantil na sociedade contemporânea*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- PIRES, Ana L. D.; MIYAZAKI, Maria C. O. S. Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. *Arquivos de Ciências da Saúde*, São José do Rio Preto, FAMERP, p. 42-49, jan./mar. 2005, 2005.
- PRIORE, Mary Del. O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991, p. 10-27.
- QUEIROZ, Luzia Valeta de. *O impacto da violência física e psicológica praticada contra crianças e adolescentes no contexto intrafamiliar: uma realidade dos casos atendidos no Centro de Apoio e Integração à Criança e ao Adolescente – CAIC*. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- SOUZA, Ismael F. de; CABRAL, Johana. Políticas públicas para crianças e adolescentes: uma análise a partir do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)*, Bebedouro, vol. 6, n. 1, p. 115-151, 2018. Disponível em <<http://www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/304>>. Acesso em: 20 julho de 2020.
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Acórdão nº 2015-200281. Relator: Desembargador Jayme Weingartner Neto. Porto Alegre, RS, 11 de março de 2015. *Diário da*

Justiça Eletrônico. Porto Alegre, 2015a.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Acórdão nº 2015-1038650. Relator: Desembargador Diógenes V. Hassan Ribeiro. Porto Alegre, RS, 25 de junho de 2015. *Diário da Justiça Eletrônico*. Porto Alegre, 2015b.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Acórdão nº 2019-1564512. Relator: Desembargador Sylvio Baptista Neto. Porto Alegre, RS, 11 de setembro de 2019. *Diário da Justiça Eletrônico*. Porto Alegre, 2015c.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Acórdão nº 2016-932782. Relator: Desembargador João Batista Marques Tovo. Porto Alegre, RS, 08 de junho de 2016. *Diário da Justiça Eletrônico*. Porto Alegre, 2016.

UNICEF. *A familiar face: violence in the lives of children and adolescents*. New York: UNICEF, 2017.

----- *Entrevista* -----**Gramsci: seu tempo e o nosso tempo****Entrevista com Guido Liguori^{*}**
Abril de 2021

ENTREVISTADORAS:

*Ivete Simionatto; Maria Lúcia Duriguetto^{**}*

E- De forma simplificada, alguns analistas argumentam que Gramsci seria politicista, entre outros elementos, por não trabalhar as determinações econômicas na estratégia revolucionária de construção do socialismo. Como o professor analisa esse tipo de perspectiva?

GL- Seguramente Gramsci dedicou grande parte de sua reflexão ao "fator político", em estreita ligação tanto com o "social" (nos anos dos Conselhos e do *Biênio Vermelho*¹, mas não só) quanto com o "cultural" (uma constante de sua reflexão, desde os anos de Torino e do artigo *Socialismo e cultura*, de 1916, aos escritos do cárcere). A economia, porém, não é negligenciada e a acusação de *politicismo* soa estranha. Em primeiro lugar porque Gramsci no *Quaderni*

^{*} **Guido LIGUORI** é professor de história do pensamento político na Universidade da Calábria e, atualmente, é presidente da *International Gramsci Society Italia* (IGS Italia). É autor de *Gramsci conteso: Storia di un dibattito 1922-1996* (1996) e *Sentieri gramsciani* (2006, - publicado no Brasil pela editora da UFRJ, em 2007, com o título *Roteiros para Gramsci*), entre outros. Organizou juntamente com Pasquale Voza o *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*, publicado em 2020 no Brasil pela Boitempo Editorial.

^{**} SIMIONATTO, I. (Professora titular aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina. Integra o Grupo de estudos Antonio Gramsci da UFSC e o Núcleo de estudos - Estado, sociedade civil, políticas públicas e Serviço Social do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFSC. DURIGUETTO, M. L.; (Professora Titular da Universidade Federal de Juiz de Fora Pós-Doutorado pela *Fundação Instituto Gramsci* - Roma – Itália e integra o Grupo de Pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas da Faculdade de Serviço Social da UFJF). Tradução e notas [NT] de Ronaldo Vielmi Fortes.

¹ [NT] O Biênio Vermelho (*Biennio Rosso*) foi um período de dois anos, compreendido entre 1919 e 1920, ocorrido logo após a Primeira Guerra Mundial, caracterizado por um intenso conflito social na Itália. No período, ocorreram várias greves de massa, manifestações de trabalhadores, e experiências de autogestão que se deram por meio da ocupação de fábricas e pela coletivização das terras. Nas cidades de Turin e Milão, conselhos de trabalhadores foram formados e várias fábricas foram ocupadas sob a liderança de anarcossindicalistas. Ao período revolucionário se seguiu, em 1922, a reação violenta dos camisas negras fascistas e pela *Marcha sobre Roma* sob a liderança de Benito Mussolini.

esclareceu, no entanto, que a hegemonia deve incidir na esfera política, social e cultural, mas em ligação indispensável à econômica, escrevendo entre outras coisas: “se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter o seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (Q 13, § 18). Em segundo lugar, porque nos *Quaderni* existem elementos de análise econômica, no que diz respeito às categorias de “mercado determinado”, “*Homo oeconomicus*”, “queda tendencial da taxa de lucro” etc. (para aprofundar todos estes conceitos, remeto ao *Dicionário Gramsciano 1926-1937*, editado com Pasquale Voza e traduzido para o Brasil pela editora Boitempo). Por fim, mas não menos importante, é preciso lembrar que a partir da década de 1970 foi revelado que Gramsci havia dedicado uma análise muito mais aprofundada à dimensão política que outros marxistas e que o próprio Marx, pelo menos no que diz respeito aos países mais desenvolvidos, preenchendo de certa forma um vazio. Eric Hobsbawm disse, na Convenção de Florença de 1977 sobre “Política e História em Gramsci”, que Gramsci finalmente preencheria uma lacuna que existia em Marx e no marxismo, ou seja, uma análise escassa da política e do Estado. Portanto, este aprofundamento das formas de política que há em Gramsci representa algo a ser apreciado e valorizado, não um limite.

348

E- Muitos estudos culturalistas utilizam o pensamento de Gramsci como aliado na luta contra o "determinismo" econômico, na defesa da celebração das diferenças culturais e subjetivas, na defesa de que as classes sociais não seriam organizadas segundo a mesma posição na estrutura produtiva, mas por indivíduos e por seus particularismos étnicos, culturais, sexuais etc. Para o professor, como Gramsci responderia a esses "usos" de seu pensamento?

GL - Gramsci é um defensor de um marxismo anti-determinista. Essa impostação veio a ele desde sua formação cultural juvenil, que ocorreu nos anos de reação ao positivismo e o renascimento do tema da subjetividade, graças à afirmação do bergsonismo, do pragmatismo, do neo-idealismo, todas as filosofias “do sujeito” em contraste com o “objetivismo” positivista. Tais influências, que levaram o jovem Gramsci a momentos de hipersubjetivismo idealista, foram então reduzidas, relativizadas, a partir da Revolução Russa e do estudo da obra de Lênin, graças aos quais Gramsci se tornou verdadeiramente um marxista. Mas não desapareceram, e o sujeito, a cultura, a política continuaram a desempenhar um papel importante em seu marxismo, ainda mais na época da redação dos *Quaderni del carcere*. Hoje, os *estudos culturais* muitas vezes erram ao acreditar que veem em Gramsci o abandono total de uma ótica tipicamente

marxista, esquecendo que ele parte de sua leitura da realidade caracterizada pela luta de classes. Só que sua visão não é a do "economicismo" ou do "materialismo vulgar", é muito mais complexa. Porque Gramsci não nega, implícita ou explicitamente, que outros fatores (culturais, étnicos, sexuais, justamente) também entram na constituição da subjetividade, mas acredita que eles sempre se combinam com a determinação econômico-social, sem cancelá-la. Nesse sentido, Gramsci recorre à metáfora do esqueleto para representar seu conceito de "bloco histórico", que é uma relação de influência mútua entre estrutura e superestruturas: "entre estrutura e superestruturas existe um nexos necessário e vital, assim como no corpo humano entre a pele e o esqueleto: seria um despropósito se se afirmasse que o homem se mantém ereto sobre a pele e não sobre o esqueleto, todavia isso não significa que a pele seja uma coisa aparente e ilusória, tanto mais que não é muito agradável a situação do homem esfolado"(Q 4, § 15). O esqueleto é a estrutura, os fatores econômico-sociais, que permanecem fundamentais. Mas também a "pele", ou todos os outros fatores que não são imediatamente econômicos, contribuem para determinar os seres humanos como eles realmente são, sua vida efetiva, suas necessidades. Lembramos que Gramsci nos convida a uma "filologia vivente" (Q 11, § 25), isto é, a prestar muita atenção ao que as mulheres e os homens realmente são, não a como certos esquemas teóricos (incluindo os marxistas) gostariam que fossem.

E- Um dos temas importantes e persistentes na reflexão de Gramsci é sobre a “crise político-social do pós-guerra”. Também vivemos hoje uma crise orgânica - política e econômica - de grandes proporções. Em sua opinião, como Gramsci nos ilumina para pensar a respeito da atual crise capitalista acentuada pela pandemia?

GL- Podemos pensar a crise atual como uma "crise orgânica", e também como uma "crise de hegemonia", que também é um conceito gramsciano (Q 13, 23), ou pelo menos como o início de uma crise de hegemonia, porque a pandemia mostrou como o egoísmo capitalista, a privatização da saúde e as indústrias farmacêuticas não nos permitem responder à ameaça de morte frente a qual a humanidade se encontra. De que vale, por exemplo, que apenas as pessoas mais ricas possam ser vacinadas? Isso não significa que o vírus deixará de ameaçar a todos. E o que a economia neoliberal pôde e estava disposta a fazer, diante de uma economia de joelhos por causa de Covid? Em muitos campos (econômico, social, sanitário), pelo menos em vários países, como os Estados Unidos ou a Europa, foi necessária uma intervenção massiva do Estado e da coletividade. Muitas certezas do neoliberalismo também desapareceram no "senso comum" de massa. A crise é econômica, mas minou ainda mais o "senso comum" sobre o qual a

burguesia capitalista apoia seu poder. E muitas certezas do mercado ou da iniciativa econômica privada foram profundamente abaladas.

E- Um dos conceitos centrais da obra de Gramsci é o conceito de Estado, que compreende a sociedade política e a sociedade civil. Estamos vivenciando um processo crescente de autonomia da sociedade política em relação à sociedade civil, que aprofunda a separação entre “governantes e governados”, entre “dirigentes e dirigidos”. Como enfrentar esse problema hoje na perspectiva da construção de uma “contra-hegemonia”?

GL- No tempo de Gramsci, ele viu a unidade dialética da sociedade política e da sociedade civil realizar-se sob a hegemonia da sociedade política, ou na presença de um forte fortalecimento do Estado, muito diferente do Estado liberal do século XIX que Marx enfrentou. Essa onipresença do estado nos primeiros 70 anos de 1900 teve aspectos fortemente democráticos, mesmo no Ocidente (o estado de bem-estar), sob a pressão da “ameaça” de popularidade dos países do “socialismo real”. Hoje às vezes parece que o protagonismo do Estado assume cores “bonapartistas”, quando as classes em luta dependem de um indivíduo, de uma “grande personalidade”, muitas vezes não real, mas artisticamente construída pela televisão, pelos *mass media*, pela mensagem extremamente simplificada que veiculam, reduzindo a política à escolha de um belo rosto ou de uma bela voz. Acredito que a estrada para uma “contra-hegemonia” (se quisermos usar este termo, que porém *não é* gramsciano: prefiro falar de uma hegemonia diferente, em luta com a existente) ainda é o da política como uma organização de massa, de baixo, não apenas de *massmedia* ou de lideranças. Os líderes também podem desempenhar papel progressista também importante, como frequentemente tem sido na história do movimento socialista e comunista, mas somente se são a expressão de um partido, um sindicato, uma democracia de massas, e não vice-versa. Acredito que devemos ainda almejar a construção de uma democracia ampla e articulada a partir de baixo, mesmo que a despolitização da sociedade certamente não ajude a perseguir esse objetivo.

E- Gramsci atribui aos intelectuais um papel decisivo na construção da hegemonia. Como o professor analisa o papel dos intelectuais na resistência cultural e na luta política na realidade contemporânea?

GL- É verdade, Gramsci confere grande importância aos intelectuais. No entanto, não penso que ele alguma vez tenha acreditado na possibilidade de um “protagonismo dos intelectuais”, como às vezes muitos parecem acreditar hoje. Gramsci sempre acreditou no papel fundamental

dos intelectuais, mas apenas no âmbito de uma organização política (um partido comunista, por exemplo), ou mesmo em uma relação forte com as organizações de auto-organização de classe (os conselhos operários, no tempo da *L'Ordine Nuovo*², época em que, no entanto, o partido político também estava bem presente no pensamento gramsciano). A luta por uma hegemonia diferente foi vista por Gramsci como centrada em torno de um partido político, especialmente após a fundação do Partido Comunista da Itália, e então na reflexão do *Quaderni* (a temática do "Príncipe moderno", a qual é dedicada o *Quaderno 13*). Hoje esta condição de centralidade de um partido político revolucionário das classes populares, educador e guia das massas, é muito mais rara e difícil. E é uma dificuldade enorme para nós aplicarmos a lição de Gramsci hoje. Em todo caso, seja qual for a solução que se queira dar ao problema da crise do partido político, não creio que os intelectuais possam ser em si os protagonistas da luta política: podem ajudar (enormemente) a luta política, mas deve centrar-se nas classes trabalhadoras, na organização das classes populares, numa relação dialética com os intelectuais revolucionários, mas não como centrada nestes últimos. Se quisermos permanecer fiéis a uma perspectiva gramsciana, obviamente.

E- As disputas culturais e ideológicas hoje têm relação direta com a construção da hegemonia, na medida em que influenciam a opinião pública e constroem um modo de pensar. Como você interpreta o papel da *social network*, da Internet e das novas tecnologias em geral na formação de uma determinada concepção de mundo? Qual o papel da *social network* na construção do discurso hegemônico, em particular, no atual contexto da recrudescência do pensamento ultraneoliberal e das tendências neofascistas em várias partes do mundo?

GL- No que diz respeito à "batalha de ideias", à influência da opinião pública, a *social network* são geralmente superestimadas na construção de um discurso hegemônico. Na realidade falamos (sobretudo no *facebook*, que é o único que conheço o suficiente) sobretudo com quem já está mais ou menos de acordo conosco, com a nossa "bolha", como dizem, com quem se escolheu como "amigos" e que muitas vezes estão próximos de nós como "visão de mundo". Em vez disso, ainda é o discurso "unidirecional" que forma a opinião pública, ou seja, o discurso da TV, do rádio, dos jornais e até dos sites da internet, onde se dão as informações com base nas quais uma opinião é criada. Nisso, porém, devemos ter muito cuidado, pois muitos sites

² [NT] Periódico semanal italiano, fundado em 1º de maio de 1919, por Antonio Gramsci e outros jovens intelectuais socialistas de Turim, dentre eles figuravam Palmiro Togliatti, Umberto Terracini e Angelo Tasca (na época dirigentes da *Federazione Giovanile Socialista*).

estão "contaminados", difundem ideias falsas e enganosas. No entanto, os custos reduzidos de um jornal *on line*, de um site *web* – em comparação com uma emissora de TV ou um grande jornal – também oferecem potencial, também oferece às organizações político-culturais das classes populares a possibilidade de terem seus próprios "meios de comunicação". Claro, a Internet também é um terreno em que ocorre a luta pela hegemonia. Mas mesmo nesse campo, quem tem mais recursos econômicos acaba fazendo com que sua voz seja mais ouvida. A construção de um poder alternativo ao das classes dominantes não pode e não deve se limitar à internet para tentar se organizar e crescer: é uma ilusão. A Internet, por outro lado, pode desempenhar um papel importante no que concerne ao "boca a boca", à mobilização, à comunicação rápida, à organização de manifestações. É um instrumento, não pode substituir a realidade concreta do conflito de classes, feito de mulheres e homens de carne e osso.

E- Para Gramsci, o partido político tem papel fundamental no processo de luta pela hegemonia. Atribui ao partido a tarefa de construir o terreno necessário para a formação de uma vontade coletiva capaz de realizar a reforma intelectual e moral. Hoje, porém, vivemos uma crise da democracia representativa, que envolve também uma crise dos partidos políticos. Como avalia a perda da centralidade dos partidos na agregação dos diversos interesses da sociedade e no contato com as massas? Teriam os partidos perdido o papel de agregadores da vontade coletiva, como pensava Gramsci?

GL- Como já mencionei acima, a crise do partido político é um dos elementos que mais nos distanciam da época de Gramsci. Não sei como responder a isso. Provavelmente é preciso ter muita criatividade, ser menos "ortodoxo". Não pensar em criar formas de partido iguais às dos partidos comunistas clássicos, por exemplo. Embora eu acredite que o partido político como "parte" que se junta para mudar o "estado atual das coisas" é sempre necessário. No entanto, eu distinguiria a crise do partido político e dos partidos políticos da crise das instituições representativas. No fundo, o próprio Gramsci viveu um período em que os comunistas não confiaram na "democracia representativa", no parlamentarismo, pelo contrário, se opuseram a ele. Talvez – sem renegar a democracia parlamentar e liberal, da qual entendemos a importância quando se instalaram as ditaduras fascistas – fosse necessário pôr à prova a possibilidade de fazer nascer, ou fazer renascer, ou desenvolver, uma democracia "de base", do tipo dos conselhos. Hoje já não baseada na fábrica, como nos tempos de Gramsci, mas de diferentes formas aderindo à vida quotidiana das classes populares, dos trabalhadores e dos sem trabalho, no auge do nosso tempo, em que não é sempre e em toda parte difundido o modelo da grande

fábrica que caracterizou a Turim de Gramsci e as outras cidades industriais de sua época e de quase todo o século XX. Uma democracia constituída por representantes que sempre podem ser revogados, com um “mandato imperativo”, expressão de grupos sociais que tendem a ser, na medida do possível, homogêneos, que sustentam – se não substituem – a democracia parlamentar, a condiciona, se entrelaça com ela, favorecendo a participação popular e a luta ao elitismo político.

E- Construir a revolução foi a meta perseguida por Gramsci ao longo de sua vida. E esse ainda é o objetivo que perseguimos hoje, mesmo diante de condições mais adversas e complexas relativas à ofensiva do capital. Como Gramsci nos ajuda a pensar a revolução hoje?

GL- Em minha opinião, ainda existem muitos ensinamentos Gramscianos válidos, alguns deles já mencionamos nas respostas precedentes. Por exemplo, uma concepção dialética do marxismo, não economicista-determinista, em que a economia seja determinante apenas "em última instância", como disse Engels, ou em que há também temáticas não imediatamente econômicas, mas ético-políticas. civis, culturais, de gênero, de raça etc. Ou, outro exemplo, uma relação entre intelectuais e trabalhadores que seja de escuta e ensinamento recíprocos, como nos tempos da *L'Ordine Nuovo*. Gramsci foi definido por um dos dirigentes dos operários comunistas da FIAT durante *Biênio Vermelho* 1919-1920: "um dirigente que soube ouvir". Uma bela imagem, que significa que os políticos-intelectuais não devem apenas liderar as massas, mas devem aprender com elas, ouvir, compreender suas exigências, suas necessidades, partir de seu "senso comum" para não o aceitar como é (assim como, por vezes, os *Cultural Studies* fazem hoje). Existem, portanto, muitos fundamentos gramscianos ainda úteis hoje. Na condição, no entanto, de compreender que *não* se trata de "imitar" Gramsci, mas de "traduzi-lo" (categoria fundamental de Gramsci, a da "tradução"), de introjetar sua lição sabendo que estamos atuando em um tempo histórico muito diverso, em que é preciso voltar a propor alguns pilares do ensinamento de Gramsci, tornando-os atuais, reinventando-os por completo, por vezes, tendo em conta o novo contexto em que se inserem.

E- Em sua obra *Gramsci conteso*³, o professor traça um panorama das publicações e interpretações de Gramsci no mundo, de 1922 à primeira década dos anos 2000. Em sua

³ [NT] LIGUORI, Guido; *Gramsci conteso*. Interpretazioni, dibattiti e polemiche 1922-2012; Roma: Editori Riuniti, Univ. Press, 2012.

análise, a pesquisa e o interesse por Gramsci continuam com a mesma vitalidade no momento atual? Como você vê essa tendência no Brasil, na América Latina e em outros países?

GL- O *Gramsci conteso* (que tem duas edições, uma de 1996 e outra de 2012) é um livro que faz a história das interpretações gramscianas especialmente na Itália: uma história longa e complexa, ligada à vida política e cultural do país. Uma história que continua e talvez ainda mereça ser estudada. Depois, há o grande tema do destino de Gramsci no mundo, que na segunda edição está sobretudo presente, mas não desenvolvida. É um tema cuja relevância começamos a compreender apenas na década de 90 do século XX. Nasceu então a *International Gramsci Society* (IGS), cujas “seções” mais relevantes hoje são a italiana e a brasileira. Através do IGS, a densa rede de contatos, relacionamentos, amizades que nele surgiram, acompanho o desenvolvimento do destino do pensamento de Gramsci no mundo. E vi como a América Latina é talvez a área geocultural mais interessante até hoje, na qual Gramsci está muito presente. No Brasil, em particular, tenho visto um enorme desenvolvimento da influência de Gramsci (começando com o ensinamento de Carlos Nelson Coutinho), que passou por várias fases, incluindo o declínio relativo. Mas há campos de estudo e militância política em que o marxista e comunista sardo ainda está muito presente. Não é por acaso que Bolsonaro e seu governo tentaram desde o início cancelar a presença de Gramsci em universidades e escolas. Espero e acredito que esta tentativa falhou e fracassará também no futuro e que Gramsci dará uma forte contribuição para a retomada e o desenvolvimento da cultura crítica e da democracia no Brasil e no resto da América Latina. Quanto ao Brasil, acredito que em primeiro lugar o exemplo e a memória de um intelectual tão rigoroso e apaixonado como Carlos Nelson Coutinho servem de exemplo para continuar o estudo de Gramsci e sua “tradução” (no sentido mencionado acima) no mundo e no Brasil de hoje.

E- A chamada virada filológica nos estudos gramscianos nos últimos anos tem suscitado debates, controvérsias e dúvidas entre o Gramsci teórico e o Gramsci político. Como você analisa essas tendências de pesquisa e estudo?

GL- Gramsci deve primeiro ser estudado e compreendido. Ele não é um autor fácil. Sobretudo a sua obra principal, os *Quaderni del carcere*, é muito complexa por vários motivos: pela autocensura carcerária, porque são notas não destinadas à publicação e que foram publicadas sem que o autor pudesse prepará-las para publicação, por se tratar de leituras póstumas, lidas muitos anos após sua redação etc. Portanto, a “virada filológica” dos estudos gramscianos foi,

sem dúvida, muito importante e positiva, nos ajudou e nos ajuda muito a realmente compreender Gramsci, a lê-lo de forma não superficial e muito imediatamente político, atual. Esta última tendência está errada, de fato. Gramsci deve ser compreendido, deve ser colocado em seu tempo histórico, em relação aos livros que leu, aos fatos históricos sobre os quais refletiu. Os *Quaderni* são um *work in progress*, no qual Gramsci até muda de opinião sobre alguns julgamentos, ou os desenvolve de forma significativa. Para isso, precisamos de uma leitura diacrônica dos *Quaderni*, que só a "virada filológica" (iniciada por Valentino Gerratana e continuada por Gianni Francioni) torna possível. As afirmações de Gramsci nos *Quaderni* devem ser sempre inseridas em um *contexto*, uma leitura filológica cuidadosa deve ser feita. A única citação isolada tomada em si mesma, repetida como um *slogan*, pouco significa. O próprio Gramsci afirma que "a busca do *leitmotiv*, do ritmo do pensamento em desenvolvimento, deve ser mais importante do que as afirmações casuais individuais e aforismos destacados" (Q 16, § 2). Uma vez que Gramsci seja *compreendido*, pode-se tentar "traduzi-lo" para o mundo de hoje e também para a luta política e de classes de hoje. Traduzir significa para Gramsci, como recordei, não transpor *mecanicamente*, mas reformular um juízo, um conceito, mas repensá-lo como um todo. Se alguém busca ensinamentos muito imediatos nos textos de Gramsci, sem primeiro o necessário estudo *filológico e hermenêutico*, sua lição é mal compreendida.

E- Carlos Nelson não se deteve a analisar profundamente, do ponto de vista da economia política, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, porém, conhecia a literatura clássica sobre o assunto e tinha um posicionamento claro sobre as determinações de nossa formação social. É com sua concepção do desenvolvimento do capitalismo brasileiro que o marxista baiano defende a proposição do "reformismo revolucionário" como processo de democratização da sociedade brasileira e construção socialista. Alguns analistas concebem essa formulação coutiniana como *politicista*. Como você analisa essa questão do reformismo revolucionário proposto por Coutinho?

GL- Não estou em condições de entrar nos méritos do desenvolvimento político-econômico brasileiro, embora muitas vezes já tenha ouvido e discutido com Carlos Nelson também sobre o Brasil, sua história e sua situação política. O conceito de "reformismo revolucionário", no entanto, se o entendi bem, sobretudo quando falei sobre ele com Carlos, parece-me uma concepção muito gramsciana. O que isto significa? Isso significa que é necessário considerar a fundo a *revolução do conceito de revolução* (eu a defino assim) que Gramsci avança – diz ele a partir de Lênin – em meados da década de 1920 (em 1923-1924, para ser exato, depois de sua

permanência de um ano e meio na Rússia Soviética da NEP, o "frente única"⁴ etc.) e que a seguir retoma nos *Quaderni*. Isso significou para Gramsci que era finita a época da revolução-insurreição, da "guerra de movimento" do século XIX, da qual a Revolução Russa foi o último episódio em 1917, e começou uma luta revolucionária pela transformação *gradual* da sociedade, com a conquista de "fortalezas" e "casamatas" e a formação de um novo "senso comum das massas" (Q 8, § 213). Sempre com o objetivo de sair do capitalismo (essa é a diferença com a social-democracia clássica, com o reformismo clássico). E usando e expandindo a democracia. "Reformismo revolucionário" tem para mim o significado de uma retomada do ensinamento mais importante, talvez, de Gramsci, vinculado ao conceito de hegemonia e de "reforma intelectual e moral". E da *revolução do conceito de revolução*.

⁴ [NT] Instituída logo após o III Congresso do Comintern (1921), a política de *frente única* buscou estabelecer a unidade de ação entre os partidos comunistas e socialistas, como medida tática cujo objetivo era fortalecer as organizações comunistas e favorecer possíveis processos revolucionários.

----- *Tradução dos Clássicos* -----

Filantropia, Boa vontade e Organização

ANTONIO GRAMSCI

Avanti! - Edição Piemontesa, 24 de dezembro de 1917 (artigo não assinado)

Tradução: Cristina Simões Bezerra

Esta resposta ao artigo assinado "Most humbly"¹ e chamado "Tra la cultura e l'ignoranza" pretende ser uma ilustração prática de um dos principais objetivos que a associação cultural proposta deve se colocar.

"Most humbly" é um organizador. Penso, assim, como ele deve ter clareza e critérios precisos na organização, mais que qualquer militante no movimento socialista: se é verdade que o conceito de organização é básico no pensamento socialista, também é verdade que a profissão, a atividade específica do organizador, carrega consigo uma maior quantidade de responsabilidade.

Digo isso porque "Most Humbly" escreve e levanta objeções como só uma pessoa "desorganizada" pode. Em outras palavras, ele falha ao transferir os conceitos que informa sua atividade específica a outra atividade. Ele nem se incomoda em considerar se suas objeções poderiam se aplicar a sua atividade. Nem se incomoda em considerar se aqueles que pertencem a sua federação, quando refletem sobre o que ele escreveu, poderiam não generalizar e dissolver a organização, porque a oficina é suficiente para criar a alma proletária - apenas a chance de comprar livros e rever é suficiente para a pessoa que quer se tornar "educada", porque a

¹ 'Most humbly' (l'Umilissimo) era Mario Guarnieri (1886-1974), um dos três secretários nacionais da Federação Italiana de Metalúrgicos, que contribuiu com um artigo ao Avanti!, de 20 de dezembro de 1917, opondo-se à proposta gramsciana para uma associação cultural: "Quem deseja ser culto, seja um socialista ou trabalhador, já tem a oportunidade, embora nenhum órgão de cultura popular exista. De acordo com seus gostos e inclinações, ele pode encontrar livros, jornais, revistas. Participar do nosso movimento contribui enormemente para o desenvolvimento de sua inteligência. . . Se alguém tem os requisitos necessários para desenvolver sua própria cultura, não existe razão para que ele permaneça ignorante. Mas devemos evitar querer tornar todos cultos porque, em muitos casos, uma falsa cultura recheada de um pouco de tudo pode ser mais prejudicial do que simples ignorância "(citado em CF, p. 520).

sociedade capitalista naturalmente engendra a luta de classes, assim como isso naturalmente engendra o pensamento de classe e o choque entre duas maneiras de pensamento, dois conjuntos de ideais.

Em razão de sua atividade, "Most Humbly" está convencido de que a oficina não é suficiente, que a solidariedade de classe (se ela tem efeito ativo e triunfa) deve ser organizada, disciplinada e limitada. Em outras palavras, ele está convencido de que a natureza, a necessidade, é apenas na medida em que é transformada, através do pensamento, em uma exata consciência dos fins e dos meios. Portanto, ele propaga a necessidade de criar órgãos específicos das lutas econômicas, capazes de articular esta necessidade, de purificá-la de toda obstrução sentimental e individualista e de formar "proletários" no sentido socialista.

Por que não transferir estes conceitos para a atividade cultural? Porque a "Most Humbly", assim como a outros neste bom país, falta o hábito de generalização, de síntese, que é necessário se alguém quer pessoas completas, e não pessoas que tome cada instância isoladamente, de "agora eu vejo, você agora não", de "amanhã sim, hoje não", de "se" e "mas", etc. etc.

"Most humbly" tem um conceito de cultura impreciso também. Ele acredita que cultura é sinônimo de conhecer um pouco de todas as coisas, que é sinônimo de Universidade Popular. Dou à cultura este significado: exercício de pensamento, aquisição de ideias gerais, hábito de conectar causas e efeitos. Para mim, todos já são cultos, porque todos pensam, todos conectam causas e efeitos. Mas o são empiricamente, primordialmente cultos, não organicamente. Eles, portanto, oscilam, dissolvem, suavizam, ou tornam-se violentos, intolerantes, briguentos, de acordo com a ocasião e as circunstâncias. Vou me fazer mais claro: tenho uma ideia socrática de cultura, acredito que significa pensar bem, em tudo que se pensa, e, portanto, fazer bem, tudo que se faz. E desde que sei que cultura também é um conceito básico do socialismo, porque integra e torna concreta a vaga concepção de liberdade de pensamento, gostaria de ser animado pelo outro conceito, aquele da organização. Deixe-nos organizar a cultura da mesma forma que procuramos organizar qualquer atividade prática. Filantropicamente, a burguesia decidiu oferecer ao proletariado as Universidades populares. Como uma contraposta à filantropia, deixe-nos oferecer solidariedade, organização. Deixe-nos dar o sentido de boa vontade, sem o qual sempre se permanecerá estéril. Não é a leitura que deve nos interessar, mas o trabalho minucioso de discutir e investigar problemas, trabalho do qual todos participam, para o qual todos contribuem, no qual todos são, ao mesmo tempo, mestre e discípulo. Naturalmente, para que isso seja organização e não uma confusão, isso deve representar uma necessidade. Esta necessidade é generalizada ou apenas de alguns? Os poucos podem começar: nada é mais

efetivo pedagogicamente que um exemplo ativo para revelar necessidades aos outros, para fazê-los sentir de forma aguda. Um pode prescindir do buffet para poucos e amanhã para muitos.

Cultura compreendida, no sentido humanista, é, ela mesma, uma profissão e uma intrínseca satisfação. Os clubes, os grupos, não podem ser suficientes. Eles têm necessidades práticas e são, eles mesmos, apanhados na correria dos eventos corriqueiros. E também tem outra razão. Além de não ter a habilidade de generalizar, muitos italianos têm outra dificuldade, que se deve historicamente à ausência de qualquer tradição de vida democrática em nosso país: eles são despreparados para realizar diferentes atividades em um mesmo lugar. A maioria são pessoas de uma só atividade. A separação externa de organizações servirá para desenvolver melhor as capacidades individuais, para uma síntese maior e mais perfeita.

E não faltarão problemas para discutir, até porque os problemas não devem contar em e para si, mas pela forma como são tratados. Mas isso pode ser resolvido com outra possibilidade se a proposta tem realmente eco entre os camaradas ou se a necessidade proclamada de associação não é apenas o desejo de pensamento de alguém.

Cultura e luta de classes

ANTONIO GRAMSCI

“Il Grido del Popolo”, 25 de maio de 1918

Tradução: Cristina Simões Bezerra

A *Giustizia*, de Camilo Prampolini², oferece a seus leitores uma resenha das opiniões expressas pelos semanários socialistas sobre a polêmica entre a direção do *Avanti!* e o grupo parlamentar. O último capítulo desta resenha se intitula "Os intérpretes do proletariado" e explica:

A Difesa de Florença e *Il Grido del Popolo* de Turim, os dois órgãos mais rígidos e culturais da cultura intransigente, desenvolvem largas considerações teóricas que nos é impossível resumir e que, em qualquer caso, não seria muito útil reproduzir, porque – ainda que esses dois periódicos afirmem ser intérpretes genuínos do proletariado e ter a grande massa com eles –, nossos

² Político (Reggio nell'Emilia 1859 - 1930). Socialista de orientação reformista, desenvolveu intensa atividade sindical e contribuiu para o desenvolvimento do movimento cooperativo em sua cidade. Propagandista político incansável, em 1886 fundou o periódico *La Giustizia*, em defesa dos explorados, da qual dirigiu até o seu fechamento (1925). Deputado desde 1890, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores Italianos (1892), então PSI (1895), ao qual aderiu até 1922, quando, com F. Turati e G. Matteotti, fundou o PSU. Durante o fascismo, ele se retirou da vida política assumindo uma atitude de expectativa passiva. (Extraído de “Enciclopedia Treccani”, < <https://www.treccani.it/enciclopedia/camillo-prampolini/> >).

leitores não seriam suficientemente cultos para entender sua linguagem.

E a implacável *Giustizia*, para que não se diga que "faz uma maldosa ironia" reproduz a continuação dos fragmentos isolados de um artigo do *Grido* para concluir: "Mais proletariamente claros que isso não se pode ser."

O companheiro Prampolini nos oferece com isso uma ocasião de tratar um problema de não pouca importância, referente a propaganda socialista.

Admitimos que o artigo do *Grido* foi o "não mais além" da dificuldade e da obscuridade proletária. Poderíamos tê-lo escrito de outra forma? Era uma resposta a um artigo da *Stampa*, e no artigo da *Stampa* se utilizava uma linguagem filosófica precisa que não era nem supérflua nem dissimulada, posto que toda corrente de pensamento tem sua linguagem e seu vocabulário próprios. Na resposta, teríamos que nos manter dentro do domínio do pensamento do adversário, provar que inclusive e precisamente dentro desta corrente de pensamento (que é a nossa, que é a corrente de pensamento do socialismo, nem boba nem adolescentemente pueril) a tese colaboracionista é um erro. Para sermos "fáceis", teríamos que desnaturalizar e empobrecer uma discussão que se referia a conceitos da maior importância, à substância mais íntima e preciosa do nosso espírito. Fazer isso não é ser fácil: é ser desonesto, como o taberneiro que vende água como se fosse barolo ou lambrusco. Um conceito difícil, em si mesmo, não pode se tornar fácil pela expressão sem converter-se em torpe caricatura. E, além do mais, fingir que a estupidez rasa segue sendo o conceito é próprio de demagogos baixos, de desonestos da lógica e da propaganda.

Por que, então, Camillo Prampolini faz ironias fáceis sobre os "intérpretes" do proletariado, incapazes de se fazer compreender pelos próprios proletários? Porque Prampolini, com todo seu senso comum prático, é um escravo das abstrações. O proletariado é um esquema prático; na realidade, o que existe são proletários individuais, mais ou menos cultos, mais ou menos preparados para a luta de classe para compreender os mais puros conceitos socialistas. Os semanários socialistas se adaptam ao nível médio das camadas regionais às quais se dirigem, o tom dos escritos e da propaganda tem que ser sempre, contudo, um pouquinho superior a essa média, para que haja um estímulo ao progresso intelectual, para que, ao menos, certo número de trabalhadores saia da genérica distinção dos opúsculos reiteradamente ruminados e consolide o espírito em uma visão crítica superior da história e do mundo em que se vive e luta.

Turim é uma cidade moderna. A atividade capitalista nela palpita com o enorme fragor de conjuntos de ciclopes, que reúnem em poucos milhares de metros quadrados dezenas e dezenas de milhares de proletários; Turim tem mais de meio milhão de habitantes; a humanidade da cidade se divide em duas classes, com perfis distintos, que não existem no resto

da Itália. Não temos democratas nem reformistas que nos perturbem. Temos uma burguesia audaciosa, sem escrúpulos, temos organizações poderosas, temos um movimento socialista complexo, variado, rico em impulsos e em necessidades intelectuais.

O companheiro Prampolini acredita que os socialistas têm que fazer propaganda em Turim soprando a flauta pastoril, falando idilicamente de bondade, de justiça, de fraternidade arcádica? Aqui a luta de classes vive com toda sua rude grandeza, não é uma ficção retórica, não é uma ampliação dos conceitos científicos como antecipação de fenômenos sociais ainda geminais e em amadurecimento.

É verdade que também em Turim a classe proletária absorve constantemente indivíduos novos, não elaborados espiritualmente, ainda incapazes de compreender todo o alcance da exploração de que são vítimas. Para eles, teria que começar sempre dos primeiros princípios, pela propaganda elementar. Mas, e os outros? E os proletários já adiantados intelectualmente, já acostumados com a linguagem da crítica socialista? Quais havemos de sacrificar e a quais é necessário dirigir-se? O proletariado é menos complexo do que pode parecer. Construiu-se espontaneamente uma hierarquia espiritual e cultural, e a educação mútua atua onde não pode chegar a atividade dos escritores e dos propagandistas. Nos círculos, nas ligas, nas conversas à porta da oficina, se esmiuça, se propaga, de faz manejável e adequada para todos os cérebros e todas as culturas a palavra da crítica socialista. Em um ambiente complexo e diverso como é o de uma grande cidade industrial, se suscitam espontaneamente os órgãos de transmissão central das opiniões, órgãos que a vontade dos dirigentes não conseguiria nunca constituir e criar.

E nós teríamos que nos ater sempre às geórgicas, ao socialismo agreste e idílico? Teríamos que repetir sempre, com monótona insistência, a abecedário, uma vez que sempre há alguém que não conhece o abecedário?

Recordamos, a este respeito, de um velho professor universitário que durante quarenta anos tinha que desenvolver um curso de filosofia teórica sobre o "ser evolutivo final". Cada ano começava um trajeto dos precursores do sistema e falava de Lao Tsé, o velho-menino, o homem que nasceu com oitenta anos, da filosofia chinesa. E a cada ano voltava a falar de Lao Tsé, porque se haviam somado ao curso estudantes novos, e também eles tinham que estar consolidados sobre Lao Tsé pela boca do professor. E assim o "Ser evolutivo final" se converteu em uma lenda, uma quimera em desagregação, e a única realidade viva foi pra os estudantes de tantas gerações, Lao Tsé, o velho-menino, o garotinho nascido aos oitenta anos.

Assim ocorre, pelo que faz à luta de classes, na velha *Giustizia*, de Camillo Prampolini, também ela é uma quimera volatilizada, e cada semana se escreve nela sobre o velho-menino que nunca amadurece, que nunca evolui, que nunca se converte no "Ser evolutivo final" a quem,

todavia, alguém esperaria ver, por força, apontar, após tão lenta evolução, ao cabo de tão perseverante obra de educação evangélica.



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial, 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

VOLUME 21 -NÚMERO 1

DOSSÊ TEMÁTICO:

A influência do pensamento gramsciano no Serviço Social

Reconhecendo que as elaborações de Antonio Gramsci influenciaram substantivamente parte do pensamento de esquerda na América Latina e no Brasil, a Revista Libertas dedica este número ao estudo das elaborações do marxista italiano, de seus destacados intérpretes - com destaque, no Serviço Social brasileiro, para Carlos Nelson Coutinho - e às elaborações que, inspiradas diretamente em suas ideias, procuram elucidar questões do marxismo, da realidade mundial, latino-americana e brasileira.